



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL

LIELVA AZEVEDO AGUIAR

ENTRE A POLÍTICA E A MAGISTRATURA. O BARÃO
DE CAETITÉ E SUAS ARTICULAÇÕES NO IMPÉRIO
(ALTO SERTÃO DA BAHIA E ALÉM, 1840-1880)

Salvador, Bahia

2019

LIELVA AZEVEDO AGUIAR

**ENTRE A POLÍTICA E A MAGISTRATURA. O BARÃO
DE CAETITÉ E SUAS ARTICULAÇÕES NO IMPÉRIO
(ALTO SERTÃO DA BAHIA E ALÉM, 1840-1880)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Luigi Negro

Salvador, Bahia

2019

Aguiar, Lielva Azevedo

Entre a política e a magistratura. O barão de Caetité e suas articulações no Império (Alto sertão da Bahia e além, 1840-1880). / Lielva Azevedo Aguiar. – Salvador, 2019. 354 f.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Antônio Luigi Negro.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2019.

1. Império brasileiro. 2. Política. 3. Magistratura. 4. Redes. 5. Alto sertão da Bahia. I. Negro, Antônio Luigi. II. Título.

LIELVA AZEVEDO AGUIAR**ENTRE A POLÍTICA E A MAGISTRATURA. O BARÃO DE CAETITÉ E SUAS
ARTICULAÇÕES NO IMPÉRIO (ALTO SERTÃO DA BAHIA E ALÉM, 1840-
1880)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro (Orientador) – Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Novaes Pires - Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Carollina Carvalho Ramos de Lima - Universidade Federal da Bahia
(FACED)

Prof. Dr. Felipe Azevedo e Souza - Universidade Federal da Bahia (PPGH)

Prof.^a Dr.^a. Elciene Rizzato Azevedo – Universidade Estadual de Feira de Santana

Aos meus pais, Valter e Lícia.
Ao meu esposo, Tiago.
À minha filha, Sofia.

Aos jovens historiadores do alto sertão baiano, com desejos de que possam ir além...

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos anos me vi, por diversas vezes, escrevendo esses agradecimentos. Agora me pego revolvendo as lembranças na tentativa expressar tamanha gratidão que tenho por todos aqueles que regaram minha existência e me ajudaram no cumprimento dessa jornada que não é só profissional, é também pessoal, familiar, é a travessia de uma estação da vida.

Quando ingressei no PPGH da UFBA desconhecia os professores da instituição, com exceção da professora Maria de Fátima Novaes Pires, de quem havia sido aluna durante a graduação em História, na UNEB, em Caetité. Considerando que ela acompanhou minha trajetória de pesquisa desde o início, escrevi-lhe pedindo uma indicação de orientador, para o que prontamente foi sugerido o professor Antônio Luigi Negro, sem segunda opção.

Gino, como também é conhecido, não só aceitou me orientar, como se mostrou, desde o início, muito interessado e comprometido com o meu desempenho intelectual, sem que isso me custasse a paz de espírito. Sua orientação leve e precisa jamais transpareceu qualquer hierarquia ou impôs constrangimentos. Sempre me tratou como se trata a uma colega de profissão, sempre compreendeu minhas dificuldades como quem já passou por elas, sempre respeitou o meu tempo de escrita, de amadurecimento das ideias, tendo antes, mais se adequado ao meu ritmo, do que me impulsionado a produzir dentro das suas expectativas. Enquanto eu passava por momentos de mudança, outras vezes de preocupação na vida pessoal, Gino nunca me desaminou; antes, me encorajou a fazer as escolhas certas e seguir adiante. Sinto que falhei em não me dedicar a conhecer mais extensamente o Dr. Antônio Luigi Negro, sua carreira e produção de renome. Mas sobre Gino, como sempre assinou sua orientação impecável, posso dar referências de um ser humano excepcional. Em tudo me ensinou. E, se aqui há falhas, são minhas. Seus conselhos e correções foram tão cuidadosos que não só me fizeram chegar ao final deste estudo, mas me tocaram a alma. São ensinamentos que eu quero levar para a vida, na tentativa de ser uma pessoa melhor e de melhor tratar o outro. Obrigada, professor!

No exame de qualificação pude contar, mais uma vez, com a leitura cuidadosa da professora Maria de Fátima Novaes Pires, a quem agora agradeço pela consideração de ter me indicado o nome do professor Antônio Luigi Negro para orientador e por tudo mais. Pioneira nos estudos sobre o alto sertão baiano, suas pesquisas abriram caminhos e

inspiraram outros historiadores a alargarem as fronteiras do conhecimento histórico sobre essa região, em diversas perspectivas. Eu me enveredei pelo estudo da política e pude contar, reiteradas vezes, com suas correções preciosas, cheias de apontamentos e sugestões vivazes. Em 2011, recém-egressa do mestrado, a professora Fátima me confiou um convite para organizar o arquivo da família do barão de Caetité, atividade realizada silenciosa e prazerosamente na sala de entrada da antiga casa do Barão. Na ocasião, também recebi muito apoio do professor e amigo Marcos Profeta Ribeiro, que se empenhou para que essa atividade fosse de algum modo remunerada, dando-me todo o suporte necessário para executá-la (sou grata por todas as suas demonstrações de amizade). Esse trabalho foi oportuno não só naquele momento, quando estava sem perspectiva de vínculo acadêmico-profissional, como em todos os outros que se seguiram, pois agregou muito à minha prática como pesquisadora e futura docente. Esta tese é um dos frutos dessa experiência, por isso considero tão importante registrar esse agradecimento à professora Fátima, o qual também estendo aos demais coordenadores e equipe do Arquivo Público Municipal de Caetité, que sempre me acolheram.

No exame de qualificação também tive a grata satisfação de conhecer a professora Carollina Carvalho Ramos de Lima, e, por meio dela, a obra de Joaquim de Macedo que foi seu objeto de estudo no curso de doutorado. O diálogo com essa professora/autora iluminou muitos pontos desta tese, sobretudo inspirando-me a pensar o papel dos “sobrinhos” (sujeitos apadrinhados) na política imperial, o que foi imprescindível para a construção do quinto capítulo desta tese. Ademais, agradeço por sua disponibilidade, pela leitura atenta e pelos questionamentos que só contribuíram para o amadurecimento do presente estudo.

Antecipo os meus agradecimentos aos professores Felipe Azevedo e Souza e Elciene Rizzato Azevedo que prontamente aceitaram o convite para participar da banca examinadora de defesa desta tese, dispondo de tempo e de conhecimentos que são de grande importância para a melhoria deste estudo.

Registro também os meus agradecimentos ao historiador Jonas Vargas, que é uma referência importante nesta tese, pelo diálogo que manteve comigo em alguns momentos, sugerindo caminhos e contribuindo com suas publicações.

Com os colegas que ingressaram no curso de doutorado da UFBA em março de 2015 passei tardes prazerosas. Sinto saudades desse tempo. Quero agradecer, em especial,

aos colegas Daniel Rebouças e Augusto Fagundes, grandes pesquisadores, exímios escritores, mas, antes disso, pessoas maravilhosas que me dispensaram amizade e atenção em Salvador, desde caronas a trocas diversas que só me fizeram crescer. Augusto continua presente, sempre muito solícito e amigo. Não poupou esforços para me ajudar a melhor compreender alguns dos aspectos econômicos que tangenciam esta tese. Muito obrigada!

Durante o tempo em que estive à frente da organização do Arquivo da Família do Barão de Caetité (2011-2016), muitos estudantes do curso de história da UNEB, *campus VI*, passaram pela equipe: monitores voluntários, bolsistas de IC, estagiários contratados pelo APMC, ou para o projeto de digitalização do acervo (sob coordenação do professor Paulo Henrique Santos, incansável na luta pela salvaguarda documental nos sertões baianos). Sou grata a todos que se envolveram nesse trabalho, mas não posso deixar de destacar a participação de Clarice Borges, Mozana Dantas, Jéssica Melquíades, Maria Wane Brandão, Mariella Cotrim, Andressa Rocha, Paula Pamplona, Edlúcia Alves, Fabiano Paixão e Israel Mercês. Desejo que essa experiência tenha agregado à formação de vocês como aconteceu comigo. Aproveitando o ensejo, agradeço a D. Ieda Teixeira pela confiança de disponibilizar as chaves da casa do barão e, um tanto mais, a Haroldo Lima, pela doação do acervo. Essa decisão foi louvável e só reforça a importância e seriedade do trabalho desenvolvido pelo APMC. Não há dúvidas de que a publicidade desses documentos irá repercutir na produção historiográfica do alto sertão e além, por várias gerações.

Na UNEB, *campus VI*, iniciei minha jornada no campo da História. Ali tenho amigos, ex-professores, colegas interessados em ver pesquisas como essa acontecerem. Agradeço a todos pela torcida! No âmbito do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagens (GPCSL/Cnpq) sempre encontrei acolhimento e diálogos oportunos. Entre os colegas não mencionados, destaco o apoio de Zezito Rodrigues, Nivaldo Dutra, Maria Lúcia Porto, Gabriela Amorim, Napoliana Pereira e Rosângela Figueiredo. No Colegiado de História, Jairo Carvalho tem sido um coordenador competente e solícito. Agradeço pelas diversas vezes que me auxiliou. No NUPE, quando coordenava projetos de IC ligados às atividades da casa do barão de Caetité, Zélia Malheiros estava à frente de uma equipe atenciosa, que sempre atendeu minhas solicitações com presteza e simpatia. Aliás, Zelinha está em tudo, sempre encorajando alguém. Na Secretaria da Direção, Vanusa é o meu xodó! Por meio desses nomes e espaços, estendo meus agradecimentos a toda UNEB, pela relevância de ser uma universidade pública e gratuita, que atende a um público

diversificado na região alto-sertaneja, oportunizando pesquisas em diversas áreas. Agradeço também a CAPES, pela bolsa de estudos que é imprescindível a todos que fazem pesquisa nesse país e a professora Maria Belma Gumes, herdeira de uma “mente privilegiada”, que me agraciou com a leitura atenta do texto final.

Voltando ao ano de 2014, quando prestei a seleção do doutorado da UFBA, dividi com ex-alunas que também estavam pleiteando uma vaga na pós-graduação, ou que haviam recém-ingressado em cursos de mestrado, experiências de amizade, apoio mútuo e companheirismo. Quero assim me lembrar de Danielle Ramos, Simony Oliveira, Laiane Fraga, Carla Graciella e Jumara Carla (cuja garra me constrange) e agradecer pelo carinho que sempre me dedicaram, antes e durante a escrita desta tese. Agradeço a Laiane, de forma especial, pelas fontes compartilhadas, pela interlocução que advém da proximidade das nossas pesquisas e por tudo mais que cabe na palavra amizade. Você vai longe, Lalai! Das tardes na casa do barão, também restaram afetos e pesquisas – hoje de mestrado – que eu tive o privilégio de ver nascer, pelo que agradeço novamente a Mozana, Mari e Andressa. Jéssica foi quem organizou as correspondências do barão de Caetité e primeiro se debruçou sobre sua trajetória. Desejo vê-la, assim como Paulinha, desenvolvendo pesquisa outra vez. Que este estudo contemple inquietações que naquela época ainda nos pareciam nebulosas.

Na minha família está a base do que precisaria para escrever qualquer tese: força, amor, perseverança e paciência. Meus pais, Valter e Lícia, são exemplo dessas e de outras virtudes, sobretudo de doação e de abnegação. Eles me abençoaram muito ao longo da vida e nos últimos anos, dividiram outras rotinas comigo, permitindo que eu tivesse mais tempo para estudar. Sem o apoio deles eu não teria o mesmo êxito. Obrigada por tudo, meus amores! Meus irmãos, Marcos e Tássio, juntamente com minhas cunhadas, Andréa e Tainara, e meus sobrinhos, Alícia e Lucas, compõem outra parte do meu suporte emocional. Mesmo distantes, não foram ausentes, me cercaram de amor e intercederam por mim. Amo vocês! Minha avó, Sofia Azevedo, apesar da idade avançada, não se descuidou de mim, nem da minha família. Sua existência acalma meu coração e me faz agraciada. Obrigada por persistir, meu anjo!

Meu esposo, Tiago, esteve ao meu lado em todos os momentos da escrita desta tese. Me incentivou, me ajudou, me compreendeu, se preocupou comigo e vibrou a cada capítulo finalizado. Foi pai e mãe da nossa filha sempre que precisei me ausentar, virou madrugadas comigo desembaraçando a genealogia aqui apresentada, mostrando-se

parceiro mesmo nos momentos mais difíceis. Quero não só agradecer-lo, mas também registrar o quanto a sua dedicação e esmero na profissão que exerce me inspiraram, cotidianamente, a buscar o meu melhor possível para o desenvolvimento deste estudo. A notícia da chegada da nossa filha encheu nossos corações de felicidade, contudo, representou um desafio para a continuidade dos meus estudos, visto que ainda estava no segundo mês do cumprimento dos créditos, viajando semanalmente de Caetité para Salvador. Enfrentamos esse desafio juntos e hoje só temos com o que nos alegrar, pois Sofia transborda nossas vidas de alegria e faz tudo ter mais sentido. Filha, você é um presente! Obrigada pelo seu sorriso!

Para conciliar as tarefas de pesquisadora e mãe contei com o auxílio de pessoas especiais. Além dos meus pais e esposo, já mencionados, sou muito grata a Thânia, minha sogra, por toda disponibilidade e carinho; minha cunhada, Maíza, também se colocou sempre à disposição; Isabel (Bebel) foi mais que uma ajudadora, foi como uma segunda mãe para Sofia; Larissa, minha prima, também foi mais que pediatra todas as vezes do dia e da noite que dedicou cuidados à Sofia. São gestos impagáveis, que trouxeram paz ao meu coração. Com o mesmo sentimento, estendo agradecimentos à minha prima Laís, que me acolheu tão carinhosamente em Salvador durante o período de cumprimento dos créditos. Entre os amigos, Waldelúcio e Heloísa foram presentes, me aconselharam e intercederam por mim e por minha família. Priscila Miranda sorri para mim sempre que estamos juntas. Aqui me ajudou com o *abstract*. Graciene e Raema estão atreladas ao meu coração, são amigas para todas as horas. Anderson Carvalho sempre diz palavras inspiradoras. Minhas tias, Nusa e Nete, são mais que importantes em minha vida. Mesmo sendo impossível citar todos os familiares e amigos que me ajudaram de outras tantas maneiras, partilho com cada um esse instante de alegria e gratidão.

As palavras extensas significam que não estava sozinha e que não foram poucas as demonstrações de amizade e carinho que recebi nesse tempo que se finda. Elas expressam a certeza que sempre habitou o meu coração, de que a Bondade e a Misericórdia me seguiram todos os dias.

RESUMO

Este estudo apresenta a trajetória do magistrado José Antônio Gomes Neto, que, embora vivesse em Caetité, na região do alto sertão da Bahia, distante dos centros políticos do país, a exemplo da capital da província, Salvador, e da Corte, no Rio de Janeiro, manteve intensas e profundas articulações com a política imperial em diversos níveis. Por meio de correspondências pessoais preservadas por sua família – hoje salvaguardadas no Arquivo Público Municipal de Caetité – foi possível mapear, relacionar e analisar suas redes sociais, entre as décadas de 1840, depois que se graduou bacharel em ciências jurídicas pela academia de Olinda, e 1880, quando consolidou sua carreira, alcançando o título nobiliárquico de barão de Caetité. Dessa forma, o presente estudo não só discute, de uma perspectiva bastante privilegiada, o quanto a formação superior foi importante para a tessitura de redes sociais no Império, no sentido de que as faculdades proporcionavam uma aproximação entre as elites de todo o país, mas também demonstra o quanto os homens mais destacados da corte, deputados, senadores, ministros e conselheiros, estiveram ligados às lideranças locais. Nessa perspectiva, também realça o papel decisivo dos termos e vilas e das lideranças regionais dentro do processo eleitoral, bem como a relação de dependência e as estreitas alianças mantidas entre o governo central e os chefes políticos locais, ponto salutar para se compreender o projeto de consolidação da nação. No caso de José Antônio Gomes Neto, a caminhada *pari passu* da vida profissional e política reflete ligações que ele mantinha fora do sertão, com magistrados e políticos diversos, ocupantes de diferentes posições no Império. Tendo uma carreira jurídica estabilizada, sua trajetória abre espaço para uma discussão muito fecunda sobre os meandros da política e da magistratura no Brasil imperial, palmilhando as questões em torno do público e do privado, já presente em outros estudos. A inserção em redes sociais influentes contribuiu para a conquista de posições de destaque para si, seus familiares e aliados políticos dentro e fora da Bahia, especialmente para seus sobrinhos, Joaquim Manuel Rodrigues Lima e Antônio Rodrigues Lima, que se tornaram exponenciais nas câmaras legislativas do Império. Para garantir poder político, prestígio e *status*, José Antônio Gomes Neto também atentou para a vida financeira, diversificando seus investimentos e alargando seu patrimônio para evitar abalos negativos em tempos de crise ou de mudanças na economia nacional. Sua trajetória desemboca na década de 1880, marcada por reformas políticas, leis relacionadas à abolição da escravatura e, por fim, à aclamação da República. Nenhum desses acontecimentos, no entanto, se interpôs ruinosamente sobre o império de poderes construído por José Antônio Gomes Neto, antes, ele soube atravessá-los com cautela e diplomacia, assegurando riqueza e poder para os seus descendentes. De modo geral, o presente estudo ilumina pontos de reflexão que devem ser considerados no estudo da política brasileira, a de outrora e a de hoje também, com suas permanências e rupturas.

Palavras-chave: Política Imperial. Redes. José Antônio Gomes Neto. Alto sertão da Bahia.

ABSTRACT

This study presents the trajectory of magistrate José Antônio Gomes Neto, who, although living in Caetité, in the Alto Sertão, region of Bahia state, far from the political centers of the country, like the capital of the province, Salvador, and the Court, in Rio de Janeiro, maintained intense and deep articulations with the imperial policy in diverse levels. Through personal correspondence preserved by his family - now safeguarded from Municipal Public Archive of Caetité - it was possible to map, relate and analyze his social networks between the 1840s, after he graduated a bachelor's degree in legal sciences from the Olinda Academy, and 1880, when he consolidated his race reaching the noble title of Baron of Caetité. Thus, the present study does not only discusses, from a very privileged perspective, the importance of higher education for the formation of social networks in the Empire, in the sense that the faculties provided an approximation between the elites of the whole country, but also, shows how the most prominent men of the court, deputies, senators, ministers and councilors, were linked to local leaders. In this perspective, it also highlights the decisive role of terms and villages and regional leaderships within the electoral process, as well as the dependency relationship and the close alliances between the central government and local political leaders, a salutary point of view for understanding the project consolidation of the nation. In the case of José Antônio Gomes Neto, the simultaneous walk of professional and political life reflects connections that he kept outside the Sertão, with magistrates and several politicians, occupants of different positions in the Empire. Having a stabilized juridical career, his trajectory opens space for a very fruitful discussion on the ins and outs of politics and magistracy in imperial Brazil, treading the public and private issues already present in other studies. The insertion in influential social networks contributed to the achievement of prominent positions for himself, his families and political allies in and outside Bahia, especially for his nephews, Joaquim Manuel Rodrigues Lima and Antônio Rodrigues Lima, who became exponential in the legislative chambers of the Empire. In order to guarantee political power, prestige and status, José Antônio Gomes Neto also focused on the financial life, diversifying his investments and expanding his assets to avoid negative shocks in times of crisis or changes in the national economy. His trajectory ends in the decade of 1880, marked by political reforms, laws related to the abolition of slavery and, finally, the acclamation of the Republic. None of these events, however, had ruined the empire of powers constructed by José Antonio Gomes Neto, before; he knew how to cross them with caution and diplomacy, ensuring wealth and power for his descendants. In general, the present study illuminates points of reflection that must be considered in the study of Brazilian politics, the one of yesterday and the one of today also, with its permanences and ruptures.

Keywords: Imperial Politics. Networks. José Antônio Gomes Neto. Alto Sertão of Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Vilas e cidades do alto sertão da Bahia (meados do século XIX).....	18
Figura 02: Localização da Fazenda Rio Grande e arredores.....	34
Figura 03: Mosteiro de São Bento, século XIX.....	91
Figura 04: Cidade de Caetité.....	178
Figura 05: Sede da Fazenda Santa Bárbara.....	203
Figura 06: Genealogia de João Caetano Xavier da Silva Pereira.....	206
Figura 07: Rua de São Benedito.....	336
Figura 08: José Antônio Gomes Neto em trajes de magistrado.....	338
Figura 09: Baronesa de Caetité e família.....	340

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Lista dos credores da Sociedade Azevedo & Irmãos.....	44
Tabela 02: Registros da firma Zeferino José de Carvalho e Cia (Transações realizadas em nome de José Antônio Gomes [pai] – 1846).....	49
Tabela 03: Registros da firma de Joaquim Manoel Rodrigues Lima referentes à tropa (Movimentações realizadas em nome de José Antônio Gomes [pai] – 1846).....	55
Tabela 04: Dívidas de Joana Francisca da Silva.....	57
Tabela 05: Devedores e Credores do Padre Sabino Gomes de Azevedo.....	61
Tabela 06: Registros da firma de Joaquim Manoel Rodrigues Lima referentes à manutenção da roça e escravos (Movimentações realizadas em nome de José Antônio Gomes [pai] – 1846).....	65
Tabela 07: Ocupações políticas na Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité (1833-1844).....	79
Tabela 08: Formandos da Faculdade de Direito de Olinda e de São Paulo (década de 1840).....	92
Tabela 09: Dinheiro enviado a José Antônio Gomes Neto pela firma Zeferino José de Carvalho e Cia. – 1846.....	104
Tabela 10: Valores atribuídos ao casal Coronel João Caetano Xavier da Silva Pereira e D. Maria Pereira de Castro.....	120
Tabela 11: Mapa estatístico dos juízes de direito, municipais e de órfãos, e promotores da província da Bahia (abril/1860).....	144
Tabela 12: Resultado geral da eleição para deputado provincial na Bahia (1858).....	156
Tabela 13: Deputados gerais eleitos para a legislatura 1861-1863.....	162
Tabela 14: Número de votos por candidatos – 5º distrito eleitoral (1860 e 1863).....	175
Tabela 15: Despesas com recrutas enviados à capital – junho de 1861.....	185
Tabela 16 Lista dos Voluntários da Pátria recrutados por José Antônio Gomes Neto, delegado de Caetité, em abril de 1865.....	190
Tabela 17: Alistamento de Voluntários da Pátria para a Guerra do Paraguai (outubro e novembro de 1865).....	194
Tabela 18: Investimentos em gado e terras 1867-1868.....	200
Tabela 19: Gastos empregados com a Fazenda Santa Bárbara (1867).....	201
Tabela 20: Empréstimos entre 1868/1869.....	204
Tabela 21: Resultado da eleição para deputados gerais na Bahia – 1876.....	221
Tabela 22: Deputados provinciais da Bahia/ legislatura de 1878.....	230
Tabela 23: Projetos apresentados na assembleia provincial da Bahia concernentes ao alto sertão baiano (1873-1886).....	254

Tabela 24: Candidatos a deputados gerais pela Bahia – 1881.....	264
Tabela 25: Deputados gerais eleitos pela Bahia (1884).....	281
Tabela 26: Dívidas ativas de José Antônio Gomes Neto (1890).....	327
Tabela 27: Trabalhadores e serviços pagos por José Antônio Gomes Neto - 1878-1889.....	330

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA FAMILIAR, ECONOMIA E VIVÊNCIAS NO ALTO SERTÃO DA BAHIA.....	33
Plantio e comércio de algodão no alto sertão baiano.....	41
Tropas e negócios: um sertão em movimento.....	49
Crédito: entre o comércio e a riqueza.....	57
Terras, lavouras, gado e escravos: outros negócios.....	63
Outros sinais de riqueza: títulos, religião e política.....	68
CAPÍTULO II: FORMAÇÃO SUPERIOR, RELAÇÕES SOCIAIS E AS PRIMEIRAS ALIANÇAS POLÍTICAS.....	82
Do sertão da Bahia para Olinda: notas sobre a formação superior do filho do Tenente Coronel José Antônio Gomes.....	86
Viver e estudar em Olinda na década de 1840.....	94
Travessias da vida estudantil.....	98
Investimentos na formação superior.....	104
De Olinda para o sertão da Bahia: entre ser bacharel e constituir-se doutor.....	110
Feliz consórcio: riqueza, prestígio e matrimônio.....	115
Entre colegas e amigos: as primeiras redes políticas.....	124
CAPÍTULO III: DE BACHAREL À JUIZ DE DIREITO: CAMINHOS ENTRE A POLÍTICA E A MAGISTRATURA.....	135
Cartas que vão e vêm: até alcançar a almejada colocação profissional.....	135
Juiz reto ou agente eleitoral? As primeiras investidas entre a política e a magistratura.....	147
Campanha eleitoral de 1860: montando a arena.....	151
Reforma eleitoral de 1860: firmando alianças.....	156
Entre velhos e novos amigos: rivalidades e estratégias políticas.....	163
CAPÍTULO IV: PRESTÍGIO E RIQUEZA NA “CORTE DO SERTÃO”	178
Ensaaios para a nobreza.....	180
Para além do patriotismo: doações e serviços oferecidos durante a Guerra do Paraguai.....	185
Assegurando a riqueza e o <i>status</i> familiar	196
Afetos e sentidos: prossequindo com matrimônios e política	208
CAPÍTULO V: ENTRE SENADORES, DEPUTADOS E SOBRINHOS: A EXTENSÃO POLÍTICA DO MAGISTRDO GOMES NETO.....	211
Alianças políticas e campanhas eleitorais na década de 1870.....	213
A Lei do Terço entre contornos partidários.....	218
Um partido, uma família e muitos interesses.....	225
Instrução pública.....	231

Vilas, distritos e freguesias.....	234
Comarcas e justiça.....	237
Obras públicas e outros projetos.....	245
Cargos públicos: recursos de poder.....	251

**CAPÍTULO VI: VIVENDO PARA VER: POLÍTICA E ECONOMIA NOS ANOS
FINAIS DO IMPÉRIO.....256**

A Lei Saraiva e o duelo de morte entre os liberais.....	259
---	-----

Liberais e conservadores em torno da Lei do Sexagenário: disputas eleitorais.....	273
--	-----

A candidatura de Rui Barbosa em Caetité.....	284
--	-----

Vida financeira em tempos de crise.....	289
---	-----

Entre a escravidão e o trabalho livre: a segurança do patrimônio.....	297
---	-----

O maio de 1888 e o “problema do elemento servil”.....	307
---	-----

A caminho da República: “muita cautela e diplomacia”.....	312
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....334

FONTES E BIBLIOGRAFIA.....342

ANEXO I: RELAÇÕES PARENTAIS DE JOSÉ ANTÔNIO GOMES NETO..... 354

José Antônio Gomes Neto nasceu no ano de 1822, na fazenda Rio Grande, pertencente ao termo da Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité. Era filho do coronel José Antônio Gomes e de D. Antônia Sofia de Azevedo Gomes, ambos de ascendência portuguesa e de família prestigiada. Embora residissem na vila de Caetité, a renda familiar provinha das propriedades rurais, do comércio de gêneros agrícolas, do tropeirismo e da atividade creditícia. A posição elevada da família se encaixava nos padrões de riqueza dos mais abastados, que nem sempre tinha a ver, exclusivamente, com a riqueza material, mas, também, com a “brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade”, com destaque à formação superior, e parentesco influente (FARIA, 1998, p. 207). A posição social hierarquicamente privilegiada, de cidadãos e senhores, também era assegurada pela Constituição de 1824, que vinculava a cidadania a níveis de riqueza e legalizava e protegia “a escravidão na condição de principal mecanismo de organização social no Brasil” (GOUVÊA, 2009, p. 22).

No século XIX “a família representou um capital político de extrema relevância” para a expansão e consolidação da riqueza e do sobrenome familiar (ANDRADE, 2014, p. 19). Era ela quem conferia “estabilidade ou movimento” ao indivíduo, “além de influir no *status* e na classificação social” (FARIA, 1998, p. 20). De acordo com essas afirmações, pode-se dizer que foi com seus familiares que José Antônio Gomes Neto aprendeu, desde muito cedo, que a vida no sertão não era pretexto para comodismo, nem isolamento. Quanto a isso, seu pai lhe legou grande influência. Embora também fosse um cidadão ativo⁴, o que na época correspondia àquele que podia votar e ser votado, José Antônio Gomes [pai] destacou-se mais pelas atividades econômicas do que pela atuação política. Negociava para fora do sertão, na Chapada Diamantina, no Recôncavo e na capital baiana. Ainda assim, frequentava as reuniões de vereança e era indicado para assumir cargos públicos locais. Malgrado sua condição de cidadão e eleitor, seu papel na vida do filho se destacou pelo grande investimento empregado na sua educação, que foi cuidadosamente orientada e monitorada pelo pai até mesmo durante os anos de faculdade.

⁴Como analisa Ilmar de Mattos (2017, p. 27): na sociedade imperial “os atributos liberdade e nacionalidade” se combinavam de “modo específico, à diferença entre cidadãos brasileiros e ‘estrangeiros’, isto é, os excluídos da sociedade civil ou porque não nascidos no território do império, ou porque não eram ‘pessoas’ do ponto de vista jurídico, agregavam-se, entretanto, as diferenças na sociedade política entre os ‘cidadãos não ativos’ e os ‘cidadãos ativos’, construídas a partir do atributo propriedade. Os ‘cidadãos ativos’ formavam ‘a parte a mais importante da nacionalidade’ [...] e estavam divididos em ‘votantes’ (os possuidores de renda mínima suficiente para eleger os membros do colégio eleitoral) e os ‘eleitores’ (os que escolhiam deputados e senadores, sendo também elegíveis) ”.

O legado da formação intelectual foi um fator de relevância na vida do jovem José, pois o ambiente seletivo da academia abriu portas para as primeiras redes políticas, aproximando-o de futuros senadores, ministros e conselheiros de Estado, colegas e amigos com quem se corresponderia ao longo da vida, construindo, assim, uma carreira baseada em trocas diversas. Foi um tempo de solidificação de laços entre os iguais, entre jovens da mesma classe social, que se pareciam em diversos aspectos.

Depois de alcançar o grau de bacharel em direito, o casamento com Elvira Benedita de Albuquerque, filha do Coronel João Caetano Xavier da Silva Pereira, mencionado no parlamento brasileiro, em 1852, pelo deputado Barbosa de Almeida, como “comandante superior de Caetité”, “rico proprietário daquele lugar”⁵, demonstra outra escolha baseada nos ditames das elites da época, pois foi uma união que agregou prestígio e poder, tanto no âmbito político quanto no econômico.⁶ Desse matrimônio nasceram três filhas: Maria Victória de Albuquerque, apelidada de Iaiá, Rita Sophia e Sophia. Seguindo a regra e considerando a necessidade de herdeiros do sexo masculino, José Antônio Gomes Neto escolheu para genros dois dos seus sobrinhos, filhos da sua única irmã, também chamada Rita Sophia: Joaquim Manoel Rodrigues Lima⁷, seu afilhado, e José Antônio Rodrigues Lima (Cazuzinha). Sophia, a filha caçula, casou-se também com um primo, Antônio Rodrigues Ladeira, bacharel em direito e sobrinho da sua esposa, Elvira. Todos foram aliados do tio e sogro, tanto na política, quanto na administração das propriedades e dos negócios.

⁵ Anais do parlamento brasileiro. Sessão de 1 de julho de 1852, p. 26.

⁶ Sem desconsiderar as diferenças regionais e de abordagem, destaca-se que a importância do matrimônio para preservação e ampliação de poderes perpassa por diversos estudos sobre famílias abastadas do século XIX. Maria Fernanda Martins (2007, p. 184) entende que o matrimônio se revestia de “múltiplas estratégias”, uma vez que não só atendia interesses econômicos, mas, também políticos. Marcos Andrade (2014, p. 81) considera as alianças matrimoniais e a endogamia como vitais “para a manutenção e ampliação das fortunas”. Outros estudos que tratam do assunto são: FARIA (1998), OLIVEIRA (2005), SAMPAIO (2007).

⁷ Joaquim Manoel Rodrigues Lima, por influência do tio, teve grande imersão na política. Foi deputado provincial pela Bahia (1872-1876) e na República assumiu o governo da Bahia (1892-1896). É considerado o primeiro governador eleito pelo voto direto depois de instaurado o regime republicano. Ele nasceu em 1845, na vila de Caetité, e era filho do capitão Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai] e de Rita Sophia Gomes Lima. Formou-se em medicina pela faculdade da Bahia, em 1869, e, logo em seguida, casou-se com sua prima Maria Vitória de Albuquerque Gomes, filha do seu tio e padrinho Gomes Neto. Sobre a sua atuação no governo da Bahia está em andamento a dissertação de mestrado de Mozana Dantas Silva. Outras informações estão disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Rodrigues.pdf>. Acesso: 11/06/2018.

Para ultrapassar “o conhecimento estático” desse sujeito e dos diversos grupos a ele relacionados, este estudo reconstitui e analisa redes sociais⁸ – familiares, escolares, políticas, econômicas, de amizade, de sociabilidade, entre outras – que o envolveram nas diversas fases da sua vida, em favorecimento de uma abordagem capaz de captar “a estrutura social e suas articulações com os poderes a partir dos laços e conexões interpessoais” (CUNHA, 2010, p. 119). Realçada no “desenvolvimento da história social e política”, a abordagem do estudo de redes tem permitido analisar conexões estabelecidas por certos indivíduos que não podem ser caracterizadas como “meros relacionamentos”. Na esteira dessa compreensão, a historiografia tem revelado “uma infinidade de diferentes indivíduos que tinham conhecimento de conexões existentes entre os vários espaços e pessoas que neles se movimentavam” e que se utilizavam disso para fins específicos. Sujeitos “vinculados por diferentes tipos de laços” (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p. 23). Desse modo, o fator que diferencia a configuração das redes, em meio à diversidade de relacionamentos interpessoais que são constituídos ao longo da vida, é o acionamento desses laços “com vista a atingir certos objetivos” (CUNHA, 2010, p. 119). Sondando por esse viés, vê-se que, a caminhada *pari passu* da vida profissional e política de José Antônio Gomes Neto foi costurada a partir das ligações que ele nutriu fora do sertão, a exemplo da amizade com o colega João Lustosa da Cunha Paranaguá, com quem manteve fluente correspondência ao longo de quarenta anos.⁹

⁸ Conforme discute Mafalda Cunha (2010, p. 120): “as relações interpessoais, que são comuns ao gênero humano, não nascem, porém, da mesma forma, não são mobilizadas com idênticos objetivos nem têm igual capacidade explicativa para o estudo dos diversos fenômenos sociais. Variam segundo contextos precisos que importa, por isso, reconstituir; a utilidade da aplicação dessa metodologia de análise também decorre de objetivos concretos do problema em escrutínio. Para caracterizar uma rede importa, assim, perceber que certos tipos de relações existem independentemente da vontade dos atores sociais, como são, em certa medida, as relações de parentesco [...]. Existem, porém, outros tipos de relações que nascem diretamente da iniciativa e da vontade expressa dos atores sociais. Serão os casos de associação de natureza econômica, da amizade e de alguns laços de dependência em que se pode incluir o clientelismo ou a fidelidade. Em qualquer das situações enunciadas, as relações entre os indivíduos implicam a existência de fluxos de trocas de natureza e conteúdo vário e são, quase sempre, assimétricas e desiguais. Dependendo da formação social e política em que estão inseridas, essas assimetrias e desigualdades podem indicar posições sociais hierarquizadas ou o acesso diferenciado a certos tipos de recursos; econômicos, por exemplo. Quer isso dizer que os indivíduos que integram uma rede, embora disponham todos eles de um qualquer grau de controle sobre algum tipo de recursos, não tem igual capacidade de controle ou de apropriação sobre eles, nem de acesso aos recursos interiores. Como se distribuem o poder no seu interior, como se criam essas clivagens e como se geram os equilíbrios e desequilíbrios produzidos pelas dinâmicas de ação são tópicos passíveis de serem explorados historiograficamente”.

⁹ João Lustosa da Cunha Paranaguá, nascido em 1821 na fazenda “Brejo do Mocambo”, antiga freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá (atual município de Parnaguá), Piauí, e falecido em 1912. Filho do coronel José da Cunha Lustosa II e de dona Ignácia Antônia dos Réis Lustosa. Foi presença atuante e decisiva por quase quarenta anos na política brasileira, exercendo as mais relevantes funções no 2º Reinado, entre 1850 e 1889. Em Olinda, ficou conhecido como excelente aluno, conquistando vários prêmios como um dos redatores do jornal estudantil *Fileidemon*. Formado pela Faculdade de Direito de

Essas redes constituídas com indivíduos bem posicionados política e socioeconomicamente colocam as elites imperais no cerne desta tese. Felizmente a historiografia já superou a ideia de que a investigação dos “atores situados no topo da hierarquia social” (os “dirigentes”, as pessoas “influentes”, os “abastados” ou os “privilegiados”) contribua para uma visão elitista e enaltecida do passado. Antes, explica Flávio Heinz (2006, p. 4), somente quando esses sujeitos são analisados de uma maneira “mais fina” é que se pode melhor compreender a “complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade”. Reposicionando os estudos sobre elites “no campo de uma história social renovada e vibrante”, este autor também destaca termos como “rede, campo, estratégia, mediador, formação, agente, carreira, recurso, capital, repertório, profissão, comparação e espaço” como inerentes à “pesquisa histórica e social sobre o poder e seus agentes” (HEINZ, 2011, p. 7).

Nessa perspectiva, Maria Fernanda Martins (2007, p. 28) reitera que o uso mais genérico da noção de elites “torna-se particularmente útil para estudos de caso como o Brasil, diante da indefinição de papéis sociais, não só no que se refere à hierarquia, mas quanto às suas funções”, pelo fato de que muitos políticos bem posicionados eram, simultaneamente, “capitalistas, negociantes, proprietários ou intelectuais”, o que, numa escala menor, também se aplica ao caso de José Antônio Gomes Neto na região alto-sertaneja da Bahia.

Estabelecendo conexões, esta tese também se apoia num movimento historiográfico “robusto”, “voltado para o século XIX”, que, nos últimos anos, tem contribuído com grande incremento nos estudos sobre o oitocentos no Brasil, submetendo “a novo escrutínio” temas clássicos e aparentemente tão massificados (CARVALHO e CAMPOS, 2011, p. 10). A política imperial talvez seja o tema que mais se enquadre nas categorias “clássico” e “massificado”, por isso é importante recordar que a historiografia

Olinda em 1846, casou-se no ano seguinte em Salvador com Maria Amanda Pinheiro de Vasconcelos, filha do Visconde de Monserrate, com quem teve seis filhos. Iniciou a vida pública como deputado provincial na Bahia, onde exerceu o mandato por várias legislaturas, e teve atuante carreira na magistratura, como juiz de direito na província de seu nascimento e na do Rio de Janeiro, além de juiz de órfãos na comarca da Corte. Foi deputado à Assembleia Geral pela nossa então província, em nada menos que cinco legislaturas consecutivas, entre 1850 e 1864. Presidiu as províncias do Maranhão, de 1858 a 1859, de Pernambuco, entre 1865 e 1869, e a da Bahia, de 1881 a 1882. Eleito em 1865, exerceu o mandato de senador vitalício até a queda do Império. Um ensaio biográfico sobre João Lustosa da Cunha Paranaguá foi produzido pelo jornalista Chico Castro e publicado em 2009, como parte da série Parlamentares. Ver: CASTRO, Chico. João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá, 1821-1912). Série: Perfis Parlamentares; n. 55. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

política também foi renovada. A história, já dizia René Rémond (2003, p. 13) “não escapa ela própria à mudança”.

Se antes os estudos que falavam de política se centravam numa visão unilateral do passado, ao privilegiar o “particular” e o “nacional”, esse tipo de produção também “privava-se” “da possibilidade de comparações no espaço e no tempo”, entendendo que as “figuras de proa” eram determinantes na história (RÉMOND, 2003, p. 17). As renovações ocorridas na história política romperam com esse tipo de visão e realçaram, dentre outros aspectos, a prática relacional das elites entre si e com outros grupos, inclusive os mais modestos. Nessa perspectiva, o Estado também deixa de ser interpretado como “um domínio isolado da realidade”, sendo então concebido como “uma instância em que se inserem as relações sociais e políticas presentes na sociedade, considerando-se o indivíduo e sua capacidade de ação” (MARTINS, 2007, p. 27).¹⁰ Em se tratando de uma revisão historiográfica do século XIX, outros autores também entendem ser necessário “abandonar a tradicional dicotomia entre Estado e sociedade, para iluminá-la de maneira multifacetada, inter-relacional e dinâmica”, reavaliando a condição habitual do Estado como eixo central da política, para situá-lo como “resultante de um processo histórico de disputas e negociações” (BESSONE *et al.*, 2013, p. 8).

O contexto historiográfico no qual se situam as obras clássicas da história política imperial desconsiderou o poder de influência das elites locais ou mesmo a relação de interdependência entre esses grupos e as elites mais bem posicionadas na corte. Por isso, também, que ainda cabe ao Brasil oitocentista, escrutinado por sucessivas gerações de historiadores, a metáfora do “gigante” para referir-se ao Império “tão conhecido por fora, mas pouco observado por dentro” (VARGAS, 2010, p. 21). Estudos mais recentes têm tentado ir além, demonstrando conexões muito estreitas entre os diferentes mundos da política imperial no Brasil. Um dos primeiros autores a indicar um rompimento desse tipo de visão foi Richard Graham (1997, p. 73), advertindo que “as relações entre a corte e o interior permaneciam íntimas, diretas, frequentes, apesar de vários níveis formais de

¹⁰ De acordo com essa autora: “o Estado, assim entendido, deixa de ser um representante das classes dominantes consideradas exclusivamente no sentido econômico, ou mesmo um instrumento das classes sociais ou arena de conflitos de classes, para revelar-se como resultado da interação permanente entre os agentes sociais e políticos que compõem a sociedade e que sobre ela atuam diretamente, a partir de sua inserção na estrutura do governo. Nesse sentido, ele surge e se transforma tomando por base a organização e mobilização desses grupos de agentes, organização esta que se torna possível graças não apenas a uma identidade comum entre seus membros, mas também a partir das redes sociais e práticas de negociação que os ligam uns aos outros e que competem com outros grupos pela capacidade de influenciar o Estado e dele obter benefícios” (MARTINS, 2007, p. 27).

autoridade”. Por esse motivo, disse o autor, “é um engano diferenciar com demasiada ênfase o governo central das facções locais”.

Maria Fernanda Martins (2007, p. 26), ao estudar o Conselho de Estado do Império, também evidenciou relações que extrapolavam a corte imperial, voltando-se “às oligarquias regionais, às antigas famílias que, desde o período colonial, controlavam os poderes locais e estendiam sua esfera de influência não só para além dos próprios limites provinciais, como em direção ao poder central”. Aprofundando o conhecimento das redes que envolviam as elites ligadas a uma das instâncias de poder mais elevadas do Império, essa autora chegou até as elites locais e fez ver o quanto essas articulações eram profundas e necessárias para a seguridade de poderes nas diferentes esferas.

Miriam Dolhinikoff (2003, p. 118), embora também afirme que as elites regionais “tiveram papel decisivo na construção do Estado” não aprofunda quanto a complexidade das relações estendidas também às realidades locais, em que existiam lideranças imbricadas com o poder central, sem sequer depender das autoridades provinciais para estabelecer pontes de acesso aos políticos da corte. Jonas Vargas, por sua vez, partiu da realidade local para reconstituir caminhos de acesso ao mundo da corte, o que lhe permitiu analisar conexões existentes entre as paróquias do Rio Grande do Sul e a capital imperial¹¹. Para este autor, “a participação política das elites regionais e o papel das mesmas na constituição e manutenção do sistema político imperial continuam sendo bastante desconsiderados” (VARGAS, 2008, p. 26). No entanto, ele se insere nessa brecha, demonstrando a atuação eficaz das paróquias e suas lideranças dentro do processo eleitoral instituído no Império, bem como a relação de dependência e as estreitas alianças mantidas entre o governo central e os chefes políticos locais.

Caminhando pela mesma lacuna, este estudo busca demonstrar que a política alto-sertaneja da Bahia não estava separada da política do Brasil imperial, num sentido mais amplo, assim como o sertão não era um mundo apartado da corte. Dessa forma, apresenta não só a trajetória de um indivíduo, mas também o desenrolar de uma conjuntura histórica que merece ser revisitada e reinterpretada, contando para isso com fontes inéditas que serão mencionadas mais adiante. Antes, vale destacar que a análise da trajetória de José Antônio Gomes Neto também incide sobre repensar o papel da Bahia na historiografia política brasileira, vezeiramente situada numa posição de decadência.

¹¹ Ver: Vargas (2006, 2008, 2010 e 2016).

Alguns dados apresentados por José Murilo de Carvalho (2003) demonstram parcialmente a posição da Bahia no século XIX e sua importância política na tessitura do Império. As receitas provinciais de alguns anos, como 1840-1841, colocavam essa província em primeiro lugar no quesito riqueza. Entre os anos de 1772-1882, a maioria dos estudantes matriculados na universidade de Coimbra era proveniente da Bahia, o que indica que grande parte da elite intelectual do Império derivava de famílias baianas. A elevada concentração política desse período provocava um desequilíbrio entre as províncias do Império, o que era favorável à Bahia. Essa província esteve ausente de apenas cinco ministérios num total de 36, além disso, a maioria dos ministros atuantes entre 1822-1889 era originária da Bahia, assim como o segundo maior quantitativo de deputados. O papel dominante da Bahia é ainda ressaltado pelo número de presidentes do Conselho de Ministros, 11 de um total de 30 eram de origem baiana, sendo os demais provenientes de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Piauí e Alagoas, em proporções bem menores.

Apesar da reconhecida pujança da Bahia no século XIX, visões canônicas, resultantes de uma compreensão enviesada da política e da economia, abriram caminhos para interpretações igualmente equivocadas de que, ao final do Império, e depois, no período republicano, a Bahia fosse um estado decaído.¹² A historiografia que deu ênfase à riqueza do café contribuiu para que o país fosse pensado a partir da dicotomia Norte e Sul. Nessa visão, considera-se não só que o Norte era feito de açúcar, como, até mesmo, que o açúcar havia decaído totalmente no fim do Império, depois da abolição. Na política, a oposição entre o “Norte decadente” e o “Sul desenvolvimentista” caracterizou o Norte “como dominado pelas velhas e decadentes economias do açúcar e do algodão, às quais corresponderia uma elite escravista e conservadora”, e o Sul “como controlado pela dinâmica economia cafeeira que em alguns setores já dispensava o trabalho escravo, e à qual corresponderia uma elite mais liberal e progressista” (CARVALHO, 2003, p. 216).

A trajetória de José Antônio Gomes Neto, no entanto, demonstra um chefe sertanejo filiado ao partido liberal, articulado política e economicamente, que soube enfrentar os reveses pelos quais o país passou na última década do Império, assegurando seu patrimônio – que não foi constituído de açúcar – e uma herança material e imaterial para os seus herdeiros, que, a propósito, foram bem-sucedidos na República. O estudo de

¹² NEGRO e BRITO (2013) reavaliam essa concepção de que a Bahia havia decaído na Primeira República, demonstrando que, apesar das disputas internas, ela ainda se manteve em posição de relevância política.

Paulo Santos (2014) já demonstrou como o alto sertão baiano, apesar de estar localizado na periferia dos grandes centros econômicos do país, continuou a manter uma economia pulsante na Primeira República, voltada não só para o abastecimento interno, mas também para a exportação.¹³ Esse autor também apontou como os fazendeiros mantiveram e aumentaram sua fortuna mesmo com os adventos da abolição e do fim do Império. Cotejando o seu estudo com análises sobre a política dessa região no mesmo período, percebe-se quanto as riquezas, os poderes e privilégios conquistados no Império ainda valeram, e muito, na República. Homens remanescentes da política monarquista, principalmente aqueles ligados ao partido liberal, tornaram-se os maiores fazendeiros do sertão, os donos dos maiores rebanhos e dos investimentos mais ousados no capital industrial e financeiro.¹⁴

Contudo, essas conexões só podem ser feitas depois de debruçados os olhares sobre a política imperial em suas diversas dimensões. Nesse intuito, redes, laços e interesses são reconstituídos no presente estudo a partir do conhecimento das relações interpessoais de José Antônio Gomes Neto. Seu arquivo pessoal e familiar, aberto pela primeira vez por historiadores em 2002, porém publicizado por meio de doação ao Arquivo Público Municipal de Caetité somente em 2016¹⁵, revela conexões diversas, praticamente visíveis a olho nu na documentação que, de certa maneira, foi preservada arbitrariamente pelo tempo, pelo fato das condições de risco a que estava exposta até ser transferida para uma instituição de salvaguarda. No entanto, apesar de conservadas as fontes, suas ligações com as conjunturas mais gerais nem sempre estão tão perceptíveis assim, o que demanda uma costura muito atenta de um cenário político maior – o Império

¹³ Paulo Henrique Duque Santos (2014, p. 20), em seu estudo intitulado *Léguas Tirana*, contesta antigos modelos de interpretação da sociedade e da economia do Brasil: “estudos voltados para o conjunto da realidade brasileira e suas perspectivas generalizantes ocultaram, por décadas, possibilidades de interpretação de outras temporalidades sociais, econômicas e culturais que se desenvolveram em regiões do interior do vasto território brasileiro. Sublinhando o predomínio da grande lavoura, da monocultura de gêneros tropicais e do trabalho coletivo (escravo e, posteriormente, imigrante), tais estudos construíram uma visão da formação social e econômica brasileira que relegou a um papel subsidiário a agricultura do interior do país. Mais que isso, ao afirmarem a exclusividade de uma riqueza gerada no circuito mercantil internacional, aqueles estudos subestimaram a possibilidade de uma acumulação interna da riqueza e da existência de uma rede complexa de relações sociais e de trabalho para além da oposição dual entre senhores e escravos. Reservaram a uma vasta região interiorana sua condição periférica, tanto geográfica quanto socioeconômica, de baixa rentabilidade, portanto subordinada à agroexportação. Ao atribuírem a economias do interior o papel de fornecedores de alimentos para o mercado de consumo interno, estudos sobre as regiões agroexportadoras imputaram àquelas economias a preeminência de sua atividade de subsistência, ocultando, neste sentido, atividades de exportação que ali também se desenvolveram.

¹⁴ Como exemplo, destaca-se Deocleciano Pires Teixeira e Joaquim Manuel Rodrigues Lima, cujas trajetórias políticas podem ser conhecidas por meio dos estudos de AGUIAR (2011) e SILVA (2019).

¹⁵ Os documentos que compõem o Arquivo da Família do Barão de Caetité foram doados por Haroldo Lima, tetraneto de José Antônio Gomes Neto, ao Arquivo Público Municipal de Caetité, em julho de 2016.

brasileiro – supostamente bastante conhecido e explorado, e de outro, mais específico – o sertão baiano – que aos poucos vêm sendo estudado, mas que já se revela articulador de modos de vida, de se fazer política e de se gerar rendas assimilados na sociedade imperial. Não é à toa que homens como Sinimbu, Saraiva, Cotegipe, Paranaguá, Dantas, entre outros políticos que se destacaram por sua atuação muito influente no Império, estão no rol daqueles que se correspondiam com de José Antônio Gomes Neto, em Caetité.

O arquivo da família do barão de Caetité é composto por cerca de treze mil documentos que compreendem os anos finais do século XVIII até meados do século XX. Apesar de terem sido produzidos majoritariamente por homens de elevada condição social, as possibilidades de pesquisa são inumeráveis. No transcorrer das suas vidas, em meio às necessidades cotidianas de comunicação, administração dos bens, educação dos filhos, etc., esses sujeitos acabaram registrando, de maneira bastante particular, o mundo ao seu redor. Não só o mundo mais próximo, das vivências familiares, mas também aquele mais distante, conhecido por meio de viagens ao exterior, da leitura de jornais e da correspondência entre amigos. Não só o mundo da política local, mas também o mundo da corte, do parlamento, das solenidades que os ligavam ao monarca Pedro II. Não só o mundo da riqueza e da abastança, mas também outros mundos com os quais se relacionavam por circunstâncias diversas: da pobreza, das estiagens, das chuvas em demasia, das doenças, das condições de vida de trabalhadores, de vaqueiros, de agregados, de escravizados, de mulheres e crianças. Aliás, mulheres pobres e ricas também produziram registros que se preservaram neste arquivo.

No que tange aos documentos, a quantidade de homônimos na família implica uma atenção redobrada, não só em relação à pesquisa arquivística, mas na trama que envolve os indivíduos relacionados neste estudo. Apenas para situar um pouco, José Antônio Gomes Neto é o terceiro indivíduo a receber, sucessivamente, o mesmo nome. Entre as mulheres foi replicado o nome Sophia. Seu cunhado, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que tinha a mesma graça do pai e do avô, repetiu a tradição, batizando seu filho como seu homônimo. Existem outros casos, como se pode verificar na genealogia apresentada ao final desta tese (Anexo I). Portanto, para facilitar a compreensão e a leitura do texto, alguns indivíduos foram identificados como avô, pai ou filho, a exemplo de José Antônio Gomes [avô] e José Antônio Gomes [pai], ascendentes de José Antônio Gomes Neto.

As correspondências recebidas por José Antônio Gomes Neto constituem o principal corpus documental desta tese. Através delas vê-se como os sujeitos vão se refazendo ao longo dos anos, influenciados pelas circunstâncias políticas e socioeconômicas do país. Esse processo de mudança do indivíduo que escreve, às vezes por anos consecutivos, também deve ser observado e decodificado, porque as palavras ganham sentidos e conotações diferenciados com o passar do tempo. No âmbito político em questão, por exemplo, a “prova de amizade” foi evocada em circunstâncias diversas, acompanhada de valores e expectativas distintos, portanto, contendo significados diferentes a depender de quem e de qual contexto se escrevia.

As correspondências trazem ainda outros limites e desafios. Ao mesmo tempo em que atestam o lugar que José Antônio Gomes Neto ocupou na sociedade oitocentista, como político, como magistrado, como sujeito influente, o fato de serem pessoais, algumas bastante intimistas, revelam a necessidade de se considerar, o tempo todo, a natureza e a constituição desse arquivo. Como foram localizadas poucas correspondências enviadas por Gomes Neto, em muitos momentos fez-se necessário inferir a interlocução para construir os argumentos a seu respeito, tendo como base o posicionamento dos remetentes. Além disso, a correspondência recebida também se diferencia quanto as intencionalidades, algumas, mesmo tratando de política, foram escritas por familiares ou indivíduos muito próximos, outras eram declaradamente “confidenciais”, “reservadas”, existem aquelas que foram escritas em papel timbrado, de caráter mais oficial; também existem algumas que foram direcionadas a determinados sujeitos e depois repassadas por motivos diversos; entre outras.

É curioso notar que algumas questões de importância para época e para os sujeitos aqui apresentados não aparecem nas correspondências pesquisadas, a exemplo de algumas leis que perpassaram o parlamento e tiveram grande repercussão social. Os assuntos relativos à escravidão, de modo geral, só são mencionados com mais frequência a partir de 1888, mais propriamente na correspondência trocada em família. Esse aspecto se desdobra em vários pontos da tese, mas, *a priori*, já indica o caráter fragmentário da documentação que, certamente, por circunstâncias diversas, não foi preservada em sua totalidade. Aponta também que eles não agiram somente por meio dos documentos aqui apresentados. Embora situações como essas não atribuam à pesquisa histórica a ideia de “um terreno totalmente seguro”, ao contrário, repleto de “opacidades” (MUAZE, 2008,

p. 11), a utilização de critérios e métodos permitem decodificar a documentação em suas particularidades.

Seguindo a mesma linha metodológica da autora supracitada, também se optou, neste estudo, pela possibilidade de aproximar “o foco de observação” e buscar “perceber nos detalhes e singularidades o que o particular tem de coletivo, sem, no entanto, reduzir as especificidades e deixar de recriar os indivíduos a partir de seus nomes próprios” (MUAZE, 2013, p. 20). Investigando exaustivamente o arquivo pessoal de José Antônio Gomes Neto, buscou-se reconstituir nuances da política imperial na medida em que as fontes iam revelando contextos que perpassaram por sua trajetória, a exemplo da implementação das leis imperiais: Lei dos Círculos (1855), Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Terço (1875), Lei Saraiva (1881), Lei dos Sexagenários (1885) e, por último, a Lei Áurea (1888).

Nas palavras de Antônio Negro (1993, p. 7), encontra-se uma explicação pormenorizada da relação entre a pesquisa empírica e a micro-história:

a micro-história é uma apaixonada proposta pela pesquisa empírica, no sentido de verificar o que aconteceu e o que as pessoas estavam pensando e fazendo em relação ao que estava acontecendo, e pela leitura, não só atenta e pormenorizada, como também pela crítica interna, da fonte utilizada. A dupla certeza da inacessibilidade do passado, isto é, a impossibilidade de seu experimento, sua vivência, e de sua irreduzibilidade, pois jamais será controlado em experiências de laboratório, leva a abordagem micro-analítica a valorizar aquilo que é possível reconstituir, seja como prova ou possibilidade, não só para verificar aquilo que se afirma sobre o passado, como também, talvez seja essa sua inspiração primeira, para resgatar das margens da história trajetórias perdidas (ou excluídas) para o todo sempre, ou não..., quer dizer, até que velhos materiais sejam novamente abertos, não com olhos - apenas - de inquisidor, mas de Sherlock Holmes do passado.

Para subsidiar esta tese também foram analisadas correspondências enviadas da vila de Caetité aos presidentes da província da Bahia, relatórios de Governo e jornais que circularam pelo país nos anos imperiais. Esses documentos permitiram conhecer decretos, nomeações, resultados eleitorais entre outros elementos de cunho oficial, muitas vezes ausentes na documentação privada, mais propícia a registrar, com riqueza de detalhes, os trâmites extraoficiais da política. Inventários de bens, registros de matrícula acadêmica, relatos de viajantes, entre outros documentos espalhados por arquivos de Salvador, do Rio de Janeiro, de Recife e de Petrópolis, ajudaram a construir diálogos importantes com estudos diversos e já consolidados sobre o oitocentos brasileiro.

Resultante desses diálogos, a presente tese foi dividida em seis capítulos que enfocam momentos e temporalidades vividos por José Antônio Gomes Neto e sua família. Na reconstituição da sua trajetória buscou-se ressaltar o encadeamento das circunstâncias e dos episódios que se sucederam em sua vida, culminando em acontecimentos mais relevantes. A análise por períodos de tempo não só foi o caminho que se fez possível, tendo em vista o emaranhado de documentos que ainda estavam sendo organizados na fase inicial da pesquisa, mas também a necessidade de demonstrar a eficácia e a durabilidade das redes constituídas por esse indivíduo. Dentro dessa lógica, o primeiro capítulo visa demonstrar a força da família na trajetória de José Antônio Gomes Neto. Para isso, reconstitui o meio onde ele nasceu e foi educado, destacando de que modo seus avós, pais e tios interagiram social, política e economicamente na região alto-sertaneja na primeira metade do século XIX, acumulando bens materiais e simbólicos que lhe foram legados como herança.

A partir do segundo capítulo, a trajetória política de José Antônio Gomes Neto começa a ser delineada, ao passo que também se revelam chaves interpretativas de toda tese. Destaca-se o investimento familiar na sua formação superior como estratégia alinhada ao pensamento das elites da época, de manutenção do *status quo* e oportunidade de inclusão em redes sociais privilegiadas. A importância do matrimônio para a sua vida econômica e política é outro ponto de destaque nesse capítulo. Por fim, desvelam-se tramas que marcaram a conquista do posto de juiz municipal de Caetité, em 1860, demonstrando a importância das redes já nos anos iniciais da sua carreira como magistrado.

No terceiro capítulo destaca-se a atuação política de José Antônio Gomes Neto depois que se tornou juiz municipal e delegado de Caetité, perpassando pelo contexto das reformas políticas de 1855 e 1860 e seu impacto nas eleições do alto sertão baiano. Por meio de uma costura miúda das fontes e dos acontecimentos que se sucederam nos idos de 1860, este capítulo demonstra como os políticos do Império estavam articulados e como o alto sertão baiano era uma região de interesse de lideranças diversas, provinciais e nacionais, pelos votos ali concentrados. Perpassam por toda a tese, mas, especialmente, por esse capítulo, indicativos de que a inserção em redes sociais de relevo, somada a uma condição socioeconômica privilegiada, ajudou José Antônio Gomes Neto a obter “melhor acesso aos diversos recursos materiais e simbólicos que emanavam do mundo da Corte”

(VARGAS, 2010, p. 20), o que, no início de sua carreira, representou a conquista de posições elevadas para si e seus familiares.

Considerando que a década de 1860 congregou muitos fatores de realce no que tange à ampliação das riquezas e do prestígio de José Antônio Gomes Neto, o quarto capítulo se propõe a apresentar um prévio balanço da sua vida social, financeira e familiar. Nesse período, que pode ser considerado um divisor de águas em sua vida, a Guerra do Paraguai foi encarada como uma oportunidade de prestar serviços ao Império, o que incorria no desejo de alcançar um título nobiliárquico, para o que trabalhou de diversas outras maneiras. Ainda nesse capítulo demonstra-se como a vida financeira desse magistrado foi acrescida depois da morte e herança dos sogros, o que lhe permitiu ampliar as fazendas e rebanhos, diversificando investimentos. O casamento das filhas é o último ponto abordado nesse capítulo. A escolha de sobrinhos para genros atendeu a princípios endógamos que tinham a finalidade de preservar a riqueza da família e reforçar o prestígio político do magistrado e tio, Gomes Neto.

O quinto capítulo se divide em três partes. As eleições para o Senado e para a assembleia geral do Império, ocorridas na década de 1870, são o mote principal da primeira parte. Nesse período, a ascensão do partido liberal, em 1878, também foi um acontecimento importante na trajetória de José Antônio Gomes Neto. Na segunda parte, o capítulo analisa a participação dos seus sobrinhos, Joaquim Manoel Rodrigues Lima e Antônio Rodrigues Lima, no parlamento baiano. Através da análise de projetos aprovados na assembleia provincial da Bahia entre os anos de 1873 e 1886, vê-se de que forma estes deputados trabalharam para atender as vontades do tio e preservar a influência política da família. A inserção dos sobrinhos nas instituições parlamentares do Império também recaiu sobre o domínio que Gomes Neto exercia dos cargos públicos do alto sertão baiano, assunto trabalhado na terceira parte.

Por fim, o último capítulo congrega uma série de circunstâncias que atravessaram a trajetória de José Antônio Gomes Neto na década de 1880, aposentadoria, interregno do partido liberal, abolição e República. Aborda, no entremeio das disputas locais, o impacto da Lei Saraiva (1881), da Lei do Sexagenário (1885) e da Lei Áurea (1888) na vida política e econômica da família que se destaca na presente tese, demonstrando como seus membros enfrentaram esses momentos sem perder de vista a segurança do patrimônio naqueles anos finais do Império, tidos como anos de crise. Conforme será discutido, a

abolição não solapou sua riqueza, nem a chegada da República arruinou um poderio político legado aos seus descendentes, que, via de regra, já estavam envolvidos nele.

Eternizado como barão de Caetité, José Antônio Gomes Neto faleceu em janeiro de 1890, depois de viver 67 anos, o mesmo período de duração do Império brasileiro. As datas e o tempo são mera coincidência. Contudo, olhando em perspectiva, percebe-se quanto a sua trajetória serve como janela para se espreitar, de um ângulo muito privilegiado, esse período complexo da história do Brasil, por onde transparecem relações entre magistratura e política, entre poder central e local, entre o público e o privado, entre senhores, escravizados, livres e libertos, relações familiares, econômicas e sociopolíticas as mais diversas. Trata-se, portanto, de uma trajetória que não se revela sozinha, ela ilumina outros cursos de vida, aliás, ela só é compreendida a partir de outras trajetórias que vão se interpondo ao longo das estações vivenciadas por esse magistrado baiano. Na medida do possível buscou-se aproveitar esses fechos de luz para olhar além... além do sertão, além da riqueza, além do período abordado. Espera-se, portanto, que esta tese proporcione algumas reflexões sobre a extensão das relações de poder no Brasil oitocentista, dilatando a compreensão de projeto de nação, de construção do Estado nacional e os sentidos da formação bacharelesca no Império. Que ela sirva, em alguma medida, para se [re]pensar a política brasileira, a de outrora e a de hoje também, com suas permanências e rupturas.

CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA FAMILIAR, ECONOMIA E VIVÊNCIAS NO ALTO SERTÃO DA BAHIA

Para as famílias Gomes e Azevedo, no alto sertão da Bahia, o despontar do novo país, o Brasil imperial, foi marcado pela chegada de mais um rebento, o primeiro filho do Capitão José Antônio Gomes e D. Antônia Sofia de Azevedo, nascido no dia sete de março de 1822 na fazenda Rio Grande.¹⁶ Conforme a tradição, o menino herdou o nome do pai e do avô, sendo batizado como José Antônio Gomes Neto, quatro dias após o seu nascimento, tempo necessário para que o padre Sabino Gomes de Azevedo, vigário da Freguesia de Caetité e tio materno da criança, fosse avisado e se dirigisse até a fazenda para cumprir o rito dos “santos óleos”¹⁷. Os padrinhos, Manuel Ignácio e D. Anna Maria de Souza, contudo, tiveram que ser representados por meio de procuração, possivelmente por residirem a uma distância que os impossibilitava de se fazerem presentes para o ato batismal no tempo convencionado pela Igreja, que deveria ser de até oito dias após o nascimento da criança¹⁸. Nesse caso, observa-se não só a prática religiosa da família, mas, também, o interesse de constituir o compadrio – relação que ultrapassava o momento e o sentido religioso do batismo – mesmo diante da ausência dos padrinhos.¹⁹

Pelo lado materno José era neto do Capitão Domingos Gomes de Azevedo, também mencionado em muitos documentos como Domingos Gomes da Costa. Segundo registros de escritores regionais, este homem era mineiro, nascido em Diamantina por

¹⁶ A fazenda Rio Grande, conforme Erivaldo Neves (1998), pertencia à Freguesia do Gentio, no termo de Caetité, localizando-se, aproximadamente, nas imediações do que hoje compreende o município de Pindaí/BA.

¹⁷ Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito de Recife (CCJ –UFPE). Certidão de Idade, p. 2.

¹⁸ Conforme discutem CHAGAS e NADALIN (2008), as Constituições católicas determinavam que as crianças fossem batizadas até o oitavo dia após o nascimento, estipulando penas pecuniárias para os desobedientes. Essa prática estava relacionada ao medo que assombrava as famílias no que tange à sobrevivência das crianças recém-nascidas e ao destino delas, após a morte: “a morte rondava a criança, e generalizava-se o medo de que o nascituro não recebesse o sacramento da purificação. Impedida de ser sepultada no solo consagrado do cemitério, a alma da criança permaneceria eternamente no ‘limbo’, não podendo, conseqüentemente, ascender ao Paraíso”. Tendo um significado muito amplo no universo católico, era por meio do batismo que a criança iniciava sua vida religiosa, adquirindo proteção contra as “forças do mal”, inclusive por causa das “palavras sagradas pronunciadas durante a cerimônia” que funcionavam como uma “espécie de benção, sem a qual a criança não poderia viver”.

¹⁹ De acordo com Mônica Oliveira (2005, p. 175): a lógica do compadrio assentava-se tanto no poder econômico das partes envolvidas, como, principalmente, no prestígio e *status* que poderiam ser auferidos da relação. Neste caso, presume-se que os padrinhos eram tios de José, sendo Anna irmã do seu pai e Manuel Ignácio seu cunhado (Anexo I). Considerando que eram pessoas abastadas, a escolha atendeu a algumas conveniências, associando as afinidades advindas do parentesco consanguíneo e da posição social.

Azevedo em vez de Costa, o que talvez possa corroborar os relatos em torno de uma possível fuga.

Domingos era casado com Anna Joaquina Sofia, que também adotou o sobrenome Azevedo em vez de “Jesus”, tendo-o repassado aos dez filhos.²² Essa família tinha um sítio, benfeitorias e terras no Rio Grande, tudo avaliado em R.1:300\$000. Possuíam também “uma morada de casas eretas na vila de Caetité, detrás da Igreja, feitas de madeiras, cobertas de telhas”²³, o que indica que residiam em lugar privilegiado, pois, de acordo com o padrão colonial brasileiro, “as principais ruas eram as da proximidade da Igreja e da Câmara” (STRAFORINI, 2001). Tanto o Capitão Domingos quanto seus filhos frequentavam as reuniões da Câmara de vereança de Caetité, chegando a assumir alguns cargos já nos primeiros anos de funcionamento da vila²⁴. Esses indícios, conforme será abordado adiante, apontam entrosamento com a política local, ao passo que também revelam prestígio e *status*.

Quando faleceu, em 1831, o Capitão Domingos parecia um homem de condição econômica considerável para os padrões da época e da região. Sem deixar dívidas, acumulou um montante de quase treze contos de réis, composto por dezenove escravizados, boa parte deles empregados no “serviço de roça”, além de um rebanho de mais ou menos setenta e oito cabeças de gado criado a solto.²⁵ São bens e valores um pouco acima da média para a região nesse período²⁶, não tão expressivos, porém, quanto aparentou possuir o avô paterno de José, também chamado José Antônio Gomes. Este era um português, nascido na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Pegarinhos,

²²Entre os seus filhos estão: Emerenciana Maria de Azevedo; João José de Azevedo; Sabino Gomes de Azevedo (padre); D. Antônia casada com o Tenente Coronel José Antônio Gomes; Theotônio Gomes de Azevedo; José Justino de Azevedo; Joaquim Venâncio de Azevedo; Domingos Gomes de Azevedo [filho]; D. Anna Luiza de Azevedo, casada com Antônio Francisco da Veiga. Fonte: APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo. 02/557/1006/02. p.1.

²³ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo. 02/557/1006/02.

²⁴ APMC. Fundo: Câmara de Vereadores. Série: Livro de Atas das Vereações. Maço 05, Cx 01.

²⁵ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo. 02/557/1006/02.

²⁶De acordo com Maria de Fátima Pires (2003) e Erivaldo Neves (1998), no alto sertão da Bahia predominavam, nesse período, médios plantéis de aproximadamente dezoito escravos, havendo registros de algumas propriedades maiores, com sessenta, cem e até duzentos escravos. A noção de pequenos e médios proprietários, comparada a Salvador e ao Recôncavo Baiano, é relativizada pela autora quando observa “a incidência de distribuição de escravos pelas propriedades locais, fragmentando a escravaria em roças de pequeno e médio porte”. Marcos Ferreira de Andrade (2014, p. 50), analisando a região de Campanha da Princesa, no Sul mineiro, na primeira metade do século XIX, relativiza de outro modo números balizados em unidades escravistas voltadas para a agroexportação. Considerando a importância da mão de obra escrava para a economia daquela região, identificou como grandes proprietários aqueles que possuíam vinte cativos ou mais. Segundo este autor, essa caracterização se deu a partir das fontes, mas, também encontra suporte em outros estudos de regiões com economia voltada para o abastecimento interno e exportação, não exclusivamente para exportação, como Capivari, no Rio de Janeiro, e Lorena, no vale do Paraíba Paulista.

Arcebispado de Braga, que veio para o Brasil ainda jovem, contando seus vinte e três anos, no findar de 1785. Chegou à Bahia em janeiro de 1786 e, dois anos depois, já estabelecido no interior, casou-se com Dona Maria Francisca de Souza, no arraial do Sincorá (atual Contendas do Sincorá)²⁷. Desse matrimônio nasceram dez filhos, tendo a família sido constituída na Vila de Rio de Contas.

Muito provavelmente o que atraiu José Antônio Gomes [avô] e outros forasteiros de diversas partes da colônia e da metrópole para Rio de Contas, foram as possibilidades de enriquecimento que aquela zona mineradora esboçava. Tendo-se ali constituído um núcleo urbano e comercial de grande movimentação, tornou-se lugar propício para negociantes d'Além Mar. Apesar do declínio da extração aurífera, no final do século XVIII, outros ramos foram explorados pelos moradores da região. O comércio algodoeiro, por exemplo, exportado para fora do alto sertão, favoreceu a que muitos negociantes continuassem auferindo riquezas naquele lugar.²⁸

Ao estudar a trajetória de muitos portugueses vindos para o Brasil nesse período, Sheila de Castro Faria (1998, p. 170) aponta que a grande maioria chegava solteiro, ainda jovem e que, “apesar de algumas áreas terem um atrativo especial, a decisão de abandonar o lugar de origem e de escolher determinada região, no século XVIII, se dava, pelo que se pode perceber, por já estarem ali pessoas conhecidas”. Não se pode mensurar, apenas a partir do testamento de Gomes [avô], quais motivações o fizeram deixar a terra natal,

²⁷ Conforme declarou em seu testamento e de acordo com a certidão de batismo que trouxera de Portugal, José Antônio Gomes era filho de Manoel Gomes e Damiana Fernandes, sendo batizado em 15 de fevereiro de 1763. Chegou à Bahia em quatro de janeiro de 1786 e casou-se, no Sincorá, em julho de 1788. Do seu matrimônio com Dona Maria Francisca de Souza teve dez filhos: Francisco Antônio de Souza Gomes, Antônio de Souza Gomes, José Antônio Gomes [pai de José Antônio Gomes Neto], Jerônimo de Souza Gomes, Manoel Joaquim de Souza Gomes, Rita Maria de Souza Gomes, Anna de Souza Gomes, Maria Berlamina de Souza Gomes, Maria Victória de Souza Gomes e Constância de Souza Gomes, sendo um deles, o Manoel Joaquim, deserdado em seu testamento por motivo de desobediência. Ver anexo I: genealogia familiar.

²⁸ De acordo com Kátia Almeida (2009, p. 31): “o povoamento da região de Rio de Contas deu-se com a criação de gado que adentrou o sertão, margeando o curso do rio São Francisco e seus afluentes. O seu desenvolvimento econômico expandiu-se a partir das descobertas auríferas, as quais, na segunda década do século XVIII, transformaram o Alto Sertão da Bahia, atraindo pessoas de muitas partes da colônia e da metrópole, seduzidas pela promessa do ouro abundante. A produção aurífera, considerável nos primeiros tempos da mineração, declinou ainda no Setecentos, ao tempo em que se expandia a pecuária e a agricultura, voltadas para os mercados local e regional. A vila de Rio de Contas era o núcleo urbano mais importante do município e constituía um centro de comércio e administração, cuja renda originava-se da agricultura e da pecuária. No entorno desse núcleo existia uma extensa zona rural – com fazendas, sítios e roças –, onde se plantava mandioca, milho, feijão e arroz. Produzia-se ainda o algodão, que era levado pelos tropeiros até o porto de São Felix, e daí para Salvador, e a cana-de-açúcar cultivada em pequena escala, mas o suficiente para o consumo local dos seus derivados, como a rapadura e a aguardente. A pecuária foi outra atividade importante para a região, sendo o gado vacum vendido para outros centros consumidores, fornecendo carne seca para o mercado vicinal e o couro que servia a diversos fins”.

nem mesmo se já possuía referências no sertão baiano, o que parece bem provável, considerando o pouco tempo que levou entre a sua chegada ao porto da Bahia e seu estabelecimento, já casado, na vila de Rio de Contas.

Nesse sentido, sua trajetória se assemelha à de outros portugueses estudados pela autora supracitada, que, em geral, vieram para a América em busca de ascensão socioeconômica. Muitos deles não permaneceram nas cidades portuárias, ou nos centros urbanos mais abastados, mas deslocaram-se para as áreas mais interioranas, onde sobressaíram como comerciantes, utilizando-se do casamento como meio de inserção social, visto que, por mais rendosa que fosse, a atividade mercantil não proporcionava prestígio e honra.²⁹ Coube então às mulheres da terra, herdeiras de poder e prestígio conquistados por suas famílias, a transmissão de tais distinções aos comerciantes por meio do matrimônio (FARIA, 1998, p. 195). Considerando isso, pode-se inferir que o casamento com uma mulher detentora de bens materiais e simbólicos, associado à vida de negociante e credor, favoreceram o realce econômico de José Antônio Gomes [avô] e de sua família. Essa condição pode ser mensurada através de documentos que revelam fases diferentes da sua vida, todos eles apontando para uma trajetória de abastança.

Em testamento lavrado por vontade de sua esposa, em 1827, registrou-se que os seus filhos casados receberiam, cada um, o dote de treze contos de réis. Sem dúvidas é um valor que salta aos olhos. Para se ter ideia, no mesmo período o Capitão Domingos Gomes de Azevedo deu aos seus filhos, como dotes matrimoniais, novecentos e quarenta e cinco mil réis, com exceção da filha Antônia, casada com José Antônio Gomes [pai], que recebeu o maior dote entre os seus irmãos, no valor de dois contos e duzentos mil réis.³⁰ Outro comparativo se faz a partir dos registros deixados por Antônio Pinheiro Pinto, proprietário da fazenda Brejo do Campo Seco, no alto sertão da Bahia, que deu como dote matrimonial a seus filhos, em 1818, uma quantia equivalente ao que gastara na construção de um “imponente casarão de dois andares”, aproximadamente dois contos e duzentos mil réis (SANTOS FILHO, 1956, p. 39). Mesmo considerando que a esse valor

²⁹ Para Sheila de Castro Faria (1998, p. 24), nesse período, “o poder econômico estava nas mãos de comerciantes, em especial dos de grosso trato. Dificilmente os produtores rurais, por mais ricos e influentes que fossem, possuíam um conjunto de bens cujo valor estivesse próximo do dos comerciantes. Surpreendentemente, apesar da riqueza, os que exerciam atividades mercantis e financeiras não se colocavam como detentores de *status* elevado. A hierarquia social estava encabeçada pelos senhores de terras e escravos, demonstrando que a organização social possuía uma lógica que não se restringia somente à riqueza e nem se explicava exclusivamente por fatores econômicos”.

³⁰ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo. 02/557/1006/02

foram agregados ouro e prata lavrados, o enxoval da casa e vestuário, dos quais o pai não “fez preço” (SANTOS FILHO, 1956, p. 43), ainda assim, parece uma pequena quantia diante dos treze contos de réis declarados por Maria Francisca de Souza. Esses indícios, atrelados a outros bens presentes no referido testamento, a exemplo de escravizados, gado e peças em ouro, apontam uma notável riqueza familiar.³¹

Traços dessa riqueza acompanharam a longa vida de Gomes [avô] e motivaram alguns conflitos entre ele e seus filhos, intrigas que ficaram patentes no seu testamento lavrado quase vinte anos após a morte da sua esposa. Disputas por terras e bens que ele tentou remediar, expressando sua última vontade, mas que, ainda assim, não se sabe se foram apaziguadas. A intenção de reafirmar sua autoridade paterna, mesmo reconhecendo que ela já havia sido estremecida, foi relatada em tom de punição, especialmente aos filhos e genros que, conforme seu julgamento, procederam indevidamente em relação à herança deixada por sua esposa e outras posses amealhadas pela família. Passando a limpo as desavenças, expressou seu aborrecimento em relação ao filho Manoel Joaquim de Souza Gomes, declarando que “para sua desgraça” sempre fora “muito malcriado”, “muito petulante e atrevido e muito desobediente e agora [...] casara com uma moça muito inferior a sua pessoa sem me dar partes e nem obter licença minha”³², motivo pelo qual o deixou deserdado na forma da lei, sem ter direito algum aos bens legados pelo pai.

Essa postura conservadora e impositiva em relação à escolha do filho indica o quanto a “lógica hierarquizadora fundadora da composição social do Império era reproduzida no interior da classe senhorial quando o assunto era casamento”. Essa análise de Mariana Muaze (2013, p. 22) aponta ainda que o “discurso social acerca da família, produzido no interior da elite, corroborava um sentimento aristocrático que excluía outras possibilidades de formações familiares” e, além disso, “se autoelegia como o modelo de família socialmente aceita”. Considerando a postura do Gomes [avô] em outros

³¹ Em seu testamento há referência aos seguintes escravizados: Antônia, crioula, filha da Theodósia, que deixava à neta Rita (filha do genro Manoel Ignácio); Romana, mulata, filha da crioula Theodósia, a quem avisava forra “por ser minha cria e ter-lhe muito amor”; Vicente, mulato, filho da cabra Felícia, que deixava ao filho Manoel Joaquim; Felipe, cabrinha, filho da Maria Pereira, que deixava ao neto Antônio, filho do seu filho Antônio; Lucinda, crioula, filha da escrava Victória; Anastácia, crioula, filha da crioula Lauriana, Carlota, parda, filha da parda Maria da Cruz, todas elas deixadas à filha Constância, juntamente com “fivelas de ouro”; Anna, cabrinha, filha de Maria Pereira, que deixava à neta Rita, filha do seu filho José Antônio, juntamente com a cruz de ouro e o cordão. Além desses escravos relacionados pelo nome, há indicação de que possuíam outros para serem partilhados após a sua morte. Faz referência, ainda, a vacas e novilhas deixadas aos netos e afilhados, além de peças de ouro, prata e pedras distribuídas entre filhas e netas. (APMC. AFBC. JAGN. 7.8.1).

³² AMRC. Livro de Registro de Testamento, nº 03, p. 120v.

momentos da sua vida, quer nos negócios, quer no posicionamento político, observa-se que essa lógica e sentimento de diferenciação social se repetem, o que aponta para valores e comportamentos incrustados nessa família e no meio em que viviam. Por esse motivo deve-se considerar, além do fator econômico e social, a influência das condutas familiares sobre a trajetória de José Antônio Gomes Neto. Seu avô materno, o capitão Domingos, morreu viúvo quando ele tinha nove anos de idade, o que fez do pai, do avô Gomes e dos tios mais próximos importantes referenciais de comportamento. Com eles foi-se inteirando das condutas sociais, dos valores defendidos por seu grupo de convívio, dos meios de se ganhar dinheiro e de como administrar tudo o que deles herdaria, desde o nome até as relações e as maneiras de viver.

Adentrando essas questões, vale destacar outros posicionamentos de Gomes [avô]. Em 1832, já viúvo e julgando estar perto o findar da sua existência, escreveu ao filho José Antônio, conjecturando sobre onde passaria o restante dos “cansados dias”:

até agora ainda não assentei o q devo fazer, nem determinei o lugar de minha escolha p^a findar o resto dos cansados dias. O Rio de Contas é o que mais me agrada por lá ter a minha família, a quem amo como parte da minha Alma, mas não ignoras o motivo da minha angustia, e o quanto me custará lá a viver segundo o benefício que pretendiam fazer-me e me farão tanto que possam.³³

Escrita da cidade da Bahia, essa carta reflete uma transitoriedade inerente ao ramo em que estava envolvido à época. O comércio de algodão exigia que se dividisse entre as estradas do sertão e as temporadas de negócio na capital, uma realidade que se contrapõe a uma visão outrora muito difundida de que os sertões eram apartados. Kátia Mattoso (1992, p.69), por exemplo, reforça essa visão quando afirma que o imigrado que se fixou no sertão, diferente daquele que se estabeleceu no litoral, interpôs sobre si e o mar, de onde veio, uma barreira quase intransponível caso desejasse findar sua existência na terra natal. Longe disso, o português José Antônio Gomes [avô] demonstra que mantinha contato frequente com a costa, ainda que não tenha considerado a possibilidade de retornar a Portugal. No relato acima, a razão pela qual ele cogitou findar os dias em Rio de Contas ou no Rio Grande não indica um isolamento do litoral – de onde escrevia – antes, revelam outros aspectos sobre si e seu comportamento.

A princípio, a opção receosa por Rio de Contas aponta que, embora suas referências e vínculos familiares ainda permanecessem ali, havia receios que o

³³ APMC. AFBC. JAGN. 7.2.21

angustiavam, conflitos mal resolvidos que o rondavam como sombra de ameaça a se cumprir em qualquer tempo. Considerando o contexto, talvez, devido a sua origem, estivesse sendo alvo do movimento de perseguição aos portugueses que ficou conhecido como “mata-maroto”, que repercutiu em algumas vilas sertanejas, sobretudo em Rio de Contas.³⁴ Mas, ainda sem explicitar claramente o motivo, mantinha uma segunda opção:

o Rio Grande é o melhor no tempo presente, tanto pela população daquela província serem quase todos brancos, como por inda lá terem conservado a boa ordem sem ter aparecido rivalidade alguma, antes abração como irmãos todos os imigrados que procuram aquele lugar, os quais excedem a menos de 1 ano a 4\$000 rs.³⁵

Não se sabe ao certo se ele se referia à fazenda Rio Grande, onde nasceu seu neto José, à vila da Barra do Rio Grande³⁶, importante entreposto comercial localizado às margens do rio São Francisco e Grande, no Oeste baiano, ou, por mais improvável que pareça, à província do Rio Grande do Sul. Em todos esses lugares poderiam existir, sem deixar de notar a presença negra e mestiça nas vilas e fazendas de então, populações de “quase todos brancos”, “imigrados”, bem como possibilidades de ascensão financeira. O que importa destacar é o quanto sua intenção de morar no Rio Grande, quer na Bahia ou no Sul, reflete mais uma vez preceitos seletivos compartilhados no seio familiar.

Desde essa carta de 1832 Gomes [avô] ainda viveu muitos anos e tudo indica que, apesar de custar-lhe alguma angústia, tenha sido em Rio de Contas onde lavrou seu testamento “já velho e temendo a morte”³⁷. Sua vida de transitoriedade o acompanhou até o fim dos seus dias, pois, em testamento, considerou a possibilidade de morrer na Bahia ou em São Félix, lugares onde passava temporadas, certamente em viagens de

³⁴ De acordo com Moisés Frutuoso (2016, p. 56): “ainda que os sentimentos antilusitanos estivessem presentes na sociedade rio-contense durante a década de 1820, as disputas políticas não haviam alcançado tamanha dimensão como no período que sucedeu a abdicação do imperador Pedro I. As notícias sobre a ‘noite das garrafadas’, ocorrida na Corte, e dos motins antilusitanos que tiveram lugar em Salvador, chegaram à vila de Rio de Contas em 11 de maio de 1831” e influenciaram diversos assassinatos de portugueses naquela vila e seu termo. A “guerra do mata-marotos” tomou grandes proporções naquela vila, estendendo-se até 1832.

³⁵ APMC. AFBC. JAGN. 7.2.21

³⁶ A freguesia da Barra do Rio Grande do Sul (atual cidade da Barra, distante aproximadamente 500 km de Caetitê) foi fundada em 1697 e elevada a vila em 1752. Como esclarece ARRAES (2013, p.62): “tal povoação exercerá importante papel nas futuras conexões comerciais com as Minas Gerais, haja vista a sua proximidade com a capitania mineira. Atuaria como “sentinela” dos caminhos que margeavam o São Francisco, já que por ali comumente eram contrabandeados ouro em pó das lavras. Além do mais, a oficialização da freguesia da Barra seria um ótimo artifício para aumentar as rendas reais advindas dos dízimos e dos contratos das carnes e passagens dos rios. Também, as injustiças praticadas naqueles rincões, consideradas pela Coroa como um “mal”, seriam remediadas com a criação de sólidos núcleos de povoamento”.

³⁷ AMRC. Livro de Registro de Testamento, nº 03, p. 120v.

negócios: “deixo que meu interro se faça a eleição do meu testamenteiro e sendo morra em São Félix ou Bahia não chamarão música, antes o dinheiro [...] se reparta pelos pobres”; “se eu falecer na Bahia peço aos meus amigos [...] mande fazer o meu enterro e dizer todas as missas com o dinheiro e bens que tiver comigo, e o restante o remetam ao meu testamenteiro”.³⁸ Esses indícios de fartura de dinheiro não só lhe permitiam atestar que, se morresse longe de casa, teria em mãos valores mais que suficientes para cobrir o enterro, celebrar missas ou distribuir aos pobres, mas também apontam a vida de riqueza que ele desfrutou no alto sertão baiano, combinada com outros meios de prestígio e poder que sua condição financeira lhe permitiu usufruir, o que também foi legado aos filhos e netos, inevitavelmente a José, seu homônimo.

Plantio e comércio de algodão no alto sertão baiano

Na época em que José nasceu, sua família vivia o auge do plantio e comércio de algodão. Entre os anos finais do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, quando as exportações algodoeiras na Bahia “tiveram de fato um aumento extraordinário”, saltando de uma média anual de cem arrobas em 1770, para quarenta mil arrobas em 1795 e trezentas mil arrobas em 1829 (BARICKMAN, 2003, p. 59), essa atividade alcançou grande desenvolvimento no alto sertão baiano. Nesse período, “os principais centros da lavoura algodoeira” situavam-se em “Caetité, Rio de Contas, Jacobina e Bom Jesus dos Meiras, municípios do sertão, muito distantes de Salvador” (BARICKMAN, 2003, p. 60). Propulsor da riqueza de muitas famílias, o algodão foi por um tempo o “ouro branco” dessa região. Todavia, embora alguns estudos sinalizem para isso, indicando a existência de importantes unidades produtivas e de uma dinâmica econômica voltada para exportação³⁹, a historiografia ainda se ressentida de estudos sobre o tema, especificamente no período de que aqui se trata.⁴⁰

³⁸ AMRC. Livro de Registro de Testamento, nº 03, p. 120v.

³⁹ Ver: NEVES (1998) e PIRES (2003).

⁴⁰ Por outro lado, pesquisas recentes surpreendem ao apontar o potencial exportador que as plumas mantinham no final do século XIX e início do século XX, o que indica que a produção algodoeira não se arrefeceu ao ponto de ser extinta das propriedades sertanejas, mesmo quando predominava a criação de gado. Nesse sentido, Paulo Santos (2014, 90) aponta: “as secas, os gastos com o transporte e, em larga medida, o uso de modestas técnicas de plantio e beneficiamento, foram fatores constantes, ao longo do século XIX que influenciaram [...] o volume de exportação do algodão. Todavia, consideramos que, nos dois últimos decênios do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, outros fatores estimularam a produção de algodão: a construção de estradas de ferro reduziu os gastos com os transportes e abriu outros caminhos de escoamento da produção algodoeira; a industrialização do país, notadamente a manufatura

A literatura de viajantes do século XIX, por sua vez, se ateuve a essa produção e registrou sua importância para o alto sertão baiano. Spix e Martius, por exemplo, ao passarem pela região entre 1817 e 1820, notaram a economia pulsante, voltada para a exportação do algodão. Caetité vinha, desde o final do século XVIII, “explorando, em grande escala, a cultura do algodão e se tornou, por isso, um dos mais ricos logradouros do sertão bahiano” (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 22). Essa produção, ressaltaram os viajantes, era proveniente dos arredores da vila de Caetité e, também, do Norte de Minas Gerais, que mantinha intensa ligação com o Sudoeste da Bahia.⁴¹

A fazenda Rio Grande, onde José nasceu, localizava-se no caminho desse comércio algodoeiro, em direção à província mineira, nas imediações do arraial de Umburanas, como pode ser observado na figura 02. Era um lugar fértil para esse tipo de cultivo, inserido no que Caio Prado Júnior (2008, p. 91) qualificou como “uma região algodoeira de certa importância”. Foi no Rio Grande que se lavrou, em 1827, o inventário de bens de José Justino de Azevedo, documento que elucida particularidades do comércio de algodão nessa região e arredores. José Justino era filho do Capitão Domingos Gomes de Azevedo e tio de José Antônio Gomes Neto. Ele mantinha, juntamente com seus irmãos João José de Azevedo, Theotônio Gomes de Azevedo e Joaquim Venâncio de Azevedo, uma sociedade que movimentou altas somas de dinheiro, negociando e transportando cargas do algodão cultivado nas propriedades alto-sertanejas.

Juntos, os irmãos Azevedo possuíam casas na vila de Umburanas, fazendas, animais de carga e escravizados. Da parte de José Justino se inventariaram bens como “cem cargas de algudam prontas de seis arrobas e meia a quatorze mil réis cada” (R. 1:400\$000); “nove dita de seis arrobas a treze mil réis cada” (R. 117\$000); “setenta e duas bestas muares a cinquenta mil réis cada” (R. 3: 60\$000); “treze cavalos” (R. 255\$000), além de oito escravizados “da tropa”⁴². A posse desses bens depõe sobre o escoamento do algodão para outras regiões, uma dinâmica também observada por Spix e Martius (1938, p. 22) quando relataram a presença de “atravessadores que, anualmente, remetem para a Bahia mais de mil animaes com cargas”.

têxtil, expandiu os mercados para exportação do algodão em pluma; no compasso da industrialização, novas tecnologias de beneficiamento do algodão em caroço aumentaram a produtividade da fibra”.

⁴¹ O destaque à produção de algodão também se observa em outros viajantes, a exemplo de AGUIAR (1979), SAMPAIO (1955) e SILVA (1932).

⁴² APMC. AFBC. JAGN. 7.4.1

Além dos atravessadores, que intermediavam a saída do algodão para o litoral, destaca-se o importante papel dos tropeiros na condução das plumas embrucadas pelos embrenhados caminhos do sertão. No lombo de bestas muares seguiam cargas de, em média, seis arrobas em cada animal, um costal, ou seja, meia carga (três arrobas) em cada lado⁴³. No caso específico da sociedade entre os irmãos Azevedo, possivelmente tinham uma “firma de tropeiros”, negócio recorrente numa região que era polo “de irradiação de negociantes com firmas de tropeiros, que desde a época da mineração estavam em contato com os caminhos do comércio de abastecimento” (PIRES, 2003, p. 11). Entre os grandes fazendeiros da região era comum o investimento em tropas para manter os negócios, a exemplo de Antônio Pinheiro Pinto, proprietário do Campo Seco, que, embora tenha sido um pequeno plantador de algodão, foi um grande comerciante. Adiantava dinheiro aos lavradores para garantir a safra de antemão. Preferia empregar capital como “agente intermediário” a se arriscar nos imprevistos do plantio e da colheita: “comprou e revendeu em grande quantidade. Só num ano de boas transações, como o de 1818, adquiriu para mais de duzentas arrobas em pluma, negociando-as em Salvador” (SANTOS FILHO, 1956, p. 270).

Contudo, a sociedade em questão não parece ter-se ocupado apenas do transporte e comércio das plumas. A menção a doze escravos “na roça”, avaliados a uma média de duzentos e vinte mil réis cada um, indica também o investimento empregado na plantação de algodão, delineando um perfil de “fazendeiro-negociante”. Esse tipo foi apontado por Marcos Andrade (2014) ao caracterizar homens pertencentes à elite agrária sul-mineira enriquecidos com o comércio inter-regional dos gêneros que produziam em suas fazendas. Embora não haja detalhes sobre a atuação dessa sociedade, presume-se que lidavam com intenso giro de dinheiro, já que foram listados, entre “as dívidas que a sociedade deve”, vinte e sete credores, gente de toda região, incluindo José Antônio Gomes [pai] e a Irmandade do Santíssimo Sacramento, em Caetité⁴⁴.

⁴³ Esses valores foram registrados por Lycurgo Santos Filho (1956) a partir da documentação do negociante de algodão Antônio Pinheiro Pinto.

⁴⁴ Conforme explica Augusto Santos (2015, p. 147), que estudou a prática creditícia da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XIX, as irmandades religiosas existentes no Brasil, assim como em Portugal, “realizavam a atividade de concessão de empréstimos a juros, mesmo com as ordenações do reino e a lei canônica, considerando, naquela época, este tipo de atividade como usurárias, sendo passíveis de julgamento tanto pelos tribunais eclesiásticos quanto pelos tribunais seculares”. Esse dado sobre o crédito concedido pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, em Caetité, abre uma perspectiva de estudo inovador para a realidade dos sertões baianos no século XIX.

Tabela 01: Lista dos credores da Sociedade Azevedo & Irmãos (1827)⁴⁵

Credor	Valor	Credor	Valor
Manoel Germano da Mata	70\$230	Bernardo de Brito Gondim	427\$170
José Antônio de Souza Spínola	28\$800	Lourenço de Azevedo	200\$650
Pedro Pereira Castro	6\$540	José Joaquim Marques	43\$290
Pedro José de Souza Lima	102\$120	Joam Pereira Castro	120\$148
Miguel Carapina	31\$690	Irmandade do S. Sacramento	72\$985
Domingos Constantino da Silva	28\$700	Clemente Alves de Carvalho	29\$580
Luís Joaquim da Maia	1:193\$712	Bernardo Miguel	1:233\$640
João Borges Ferrais	192\$000	João Branco	84\$000
Manoel Felix Vieira	637\$030	Luís Joaquim da Maia	156\$410
José da Silva Neves	950\$000	José Pinto e Monteiro	661\$000
Bernardo Miguel	240\$500	Hipólito José Lisboa	140\$000
José Monteiro	332\$440	Júlio Redant	470\$290
José Antônio Gomes	406\$440	Anna da Cruz	16\$000
Theotônio Gomes	1:600\$000	Ao falecido Francisco Alves	100\$000

Os valores das letras somam quase dez contos de réis, oscilando entre créditos de dezesseis mil a um conto e seiscentos mil réis, sendo um dos sócios, Theotônio Gomes de Azevedo, o maior credor, ou, neste caso específico, talvez um investidor. Diante de tantos nomes e valores é possível imaginar o quanto o algodão movimentou os sertões baianos nas primeiras décadas do século XIX, envolvendo gente de todos os grupos sociais. Se as dívidas acumuladas pela dita sociedade não eram sinal de fragilidade nos negócios, talvez seus credores fossem, em boa parte, plantadores de algodão. Nessa dinâmica, primeiro se fazia o adiantamento do produto da lavoura e somente depois do negócio efetuado é que se quitavam os débitos. Assim, grandes, médios e pequenos produtores, tal qual o valor de cada dívida, vendiam suas sacas para sociedades dessa natureza, agentes intermediários, donos de tropas, negociantes que faziam o produto romper as fronteiras do sertão até alcançar os portos de embarque para fora do país.⁴⁶

⁴⁵ APMC. AFBC. JAGN. 7.4.1

⁴⁶ O algodão nunca alcançou a primazia das exportações na Bahia, mas, em alguns momentos, representou uma porcentagem significativa nos índices econômicos. Tinha como mercado receptivo a Europa e, por isso, sua exportação esteve sempre sujeita a movimentos na economia mundial. Tanto Mattoso (1992)

No tempo das boas safras, o comércio do algodão parece ter envolvido boa parte da família de José Antônio Gomes Neto, e talvez essa atividade tenha sido a propulsora de um notável acúmulo de bens. Considerando o comércio como uma condição essencial de riqueza, Mônica Ribeiro (2005, p. 85) identificou que, na primeira metade do século XIX, a trajetória das fortunas da região da Zona da Mata Mineira provinha da posse de largas extensões de terras, associada à produção de gêneros e comercialização de produtos com outras praças, o que também dava margem à atividade creditícia. De igual modo, Marcos Andrade (2014, p. 104-5) identificou, no mesmo período, que a elite agrária da região Sul mineira constituiu riquezas a partir da “relação de complementaridade entre o mundo agrário e mercantil”, visto que grande parte dessa elite “atuava direta ou indiretamente na comercialização do produto de suas fazendas”.

Desse modo, apesar dos poucos inventários analisados, é possível identificar situação semelhante na constituição da riqueza familiar de José Antônio Gomes Neto. Seu avô, o Domingos Gomes de Azevedo, não parece ter sido um grande comerciante de plumas, tão pouco, um proprietário de tropas, como seus filhos. Porém, não há dúvidas de que também plantasse e vendesse algodão, tendo dado exclusivamente a sua filha Antônia, casada com José Antônio Gomes [pai], como dote matrimonial: “oitenta cargas de algodão no valor de um conto e seiscentos mil réis”, além das escravizadas “Raimunda, crioula, Sebastiana, crioula, Delmira, crioula, todas no valor de seiscentos mil réis”, totalizando a quantia significativa de 2:200\$000⁴⁷. Talvez, diferentemente dos irmãos, Antônia tenha sido mais beneficiada na aquisição do dote pelo fato de parte dele ter sido complementado em algodão, produto valioso à época e de especial interesse para o seu marido, comerciante desse ramo.

Além dos irmãos que compunham a sociedade acima mencionada, um dos filhos mais novos do Capitão Domingos, o homônimo Domingos Gomes de Azevedo [filho], também se dedicou ao comércio algodoeiro. Na década de 1840 ele morava no arraial do Gentio, termo da Vila de Caetité, onde possuía “casas de morada ereta neste arraial com huma porta, quatro janelas na frente com todos os seus acessórios de catris, mesas,

quanto Barickman (2003) apontam um aumento significativo nas exportações entre o final do século XVIII e início do século XIX, chegando a representar 22,04% das exportações baianas em 1802. Em meados do século esse índice foi bastante reduzido, mas, com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), abriu-se novamente espaço no mercado mundial, visto que esse país teve sua produção comprometida pelos anos de guerra. Na Bahia, os anos de 1860-1868 registraram um aumento de 0,1 a 20,6% nas exportações de algodão, o que também se refletiu nos preços, que subiram de 157 para 175 mil réis a tonelada, preço compensatório para os produtores do interior da província que precisavam agregar o custeio do transporte sobre o valor do produto.

⁴⁷ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo. 02/557/1006/02.

cadeira, armário e seu muro, e huma czinha de despejo no fundo”, além de “uma posse de terras na fazenda Amburanas”⁴⁸ entre outros imóveis.

Nesse arraial Domingos [filho] manteve, em parceria com Joaquim da Silva Neves, uma firma comercial e uma “moradinha de casas”. Além dessa sociedade, é certo que administrava uma tropa, pois, quando morreu, em 1846, foram arroladas “quarenta bestas cavalar avaliadas a 20 mil réis cada huma e todas a 800\$000”, além de alguns escravizados com ocupações específicas, a exemplo de “Francisco, mulato, de vinte e cinco anos, tropeiro, avaliado em 550 mil réis”; “Pedro Nagó, vinte e cinco anos, arrieiro, avaliado em 700 mil réis” e “Bernardo, crioulo, vinte anos, tropeiro, avaliado 500 mil réis”.⁴⁹

Não era, como se observa, uma tropa tão expressiva quanto a do seu falecido irmão José Justino, composta por setenta e duas bestas, mas deve-se considerar que, em relação aos primeiros anos do século XIX, a produção algodoeira havia arrefecido um pouco. Alguns fatores pesaram sobre o comércio de algodão na Bahia, entre eles, questões ligadas à economia mundial. O aumento das exportações algodoeiras por parte de outros países depreciou o valor do algodão no mercado internacional, fazendo com que as exportações baianas passassem de um total de “quase trezentas mil arrobas em 1829, para uma média anual inferior a 45 mil na década de 1850” (BARICKMAN, 2003, p. 59). Em âmbito regional, as estiagens que se abatiam sobre o alto sertão baiano, a exemplo da seca de 1830, também modificavam o ritmo da produção.⁵⁰

Mesmo assim, Domingos [filho] ainda lucrou com o comércio e transporte de algodão e outras mercadorias. Na época do seu falecimento deixou “31 cargas de algodão em capuxo que pelos avaliadores foram avaliadas em nove mil réis cada uma e todas por R.279\$000”. A partir do arrolamento de suas dívidas ativas também se percebem negócios mantidos com a sociedade “Azevedo e Irmãos”, sua principal devedora com um débito de R. 2:332\$796.⁵¹ Esses números e valores apontam que, apesar da morte de José Justino, em 1827, a sociedade foi mantida pelos demais irmãos, o que indica a permanência e a viabilidade do comércio de algodão mesmo diante das oscilações da economia.

⁴⁸ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [filho]. 03.1198.1667.13

⁴⁹ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [filho]. 03.1198.1667.13

⁵⁰ De acordo com Maria de Fátima Pires (2003, p. 99): “estudos atestam que nas décadas de 1830, 1860 e 1890 as secas no sertão foram mais sérias, causando desabastecimento, fome e morte”.

⁵¹ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [filho]. 03.1198.1667.13

Vale acrescentar que, no inventário de Domingos [filho], também foram arrolados dinheiro de contado, objetos em prata, ouro e cobre, além de um rebanho de quinhentas cabeças de gado *vacum*, dezesseis “cavalos de serviço”, sete potros, sete burros e algumas mulas, afora vinte escravizados. Sem dívidas passivas, algo salutar para um negociante, seus bens somaram um montante de pouco mais de vinte contos de réis, podendo ele ser considerado um comerciante bem-sucedido.⁵²

Da outra ponta da rota comercial, observam-se negócios mantidos entre o avô e o pai de José Antônio Gomes Neto. Em 1832, Gomes [avô] estava na cidade da Bahia a fim de receber cargas de algodão enviadas do sertão. Ao que parece, o momento não era tão favorável, pois, como relatou ao filho: “aqui a falta de dinheiro é grande, e o negócio está paralisado”. Nota-se, nesse caso, que os motivos de arrefecimento nos negócios eram “os muitos banzés”, ou seja, desordens, brigas e tumultos “que há menos de um ano tem alterado o sossego público”. Segundo ele, “estas e outras cousas fazem transtornar tudo”⁵³. O que Gomes [avô] relatava eram reflexos de uma efervescência política ocasionada pela instauração da Regência, seguida de movimentos federalistas organizados na Bahia.

Essa não era a primeira vez que os seus negócios eram afetados em tempos de perturbações políticas. Em 1823, explica Moisés Frutuoso (2015, p. 109), o Conselho Interino de Governo da Bahia “emitiu uma portaria, encaminhada a diversas autoridades da Província, informando a falta de fundos públicos para as despesas ordinárias com a chegada da esquadra composta por doze navios” que deveria combater no Recôncavo em prol da causa brasileira, “sendo necessária a abertura de subscrições para atender esta necessidade”. Esse comunicado chegou a Rio de Contas, onde vivia José Antônio Gomes [avô]. Em resposta ao apelo do governo, ele informou que contribuiria com a “santa causa”, porém que não dispunha de “pataca” pelo fato de seus algodões estarem empatados, senão perdidos, pelo fato de que, naquele momento, se achava doente e impossibilitado de sair de casa.⁵⁴

Passados os burburinhos da independência, agora vinham os da abdicação de D. Pedro I, acontecimentos interligados que fizeram suscitar os ânimos dos brasileiros contra os portugueses. Em 1832, vê-se que as viagens à capital e ao recôncavo, além de

⁵² APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [filho]. 03.1198.1667.13

⁵³ APMC. AFBC. JAGN. 7.2.2

⁵⁴ APEB. Arquivo Colonial e Provincial. Coleção Independência do Brasil na Bahia. Dossiê 13 (antigo 637-4), Série Correspondências (1820-1823), documento 01. Correspondência de 29 de maio de 1823.

enriquecimento material e inserção em rede de contato e de sociabilidade, serviam como fonte de informação sobre as últimas ocorrências de ordem política, que, naquele momento, desencadearam o combate de uma “reunião federal” em São Félix, levando à “presiganga”⁵⁵ mais de quarenta homens⁵⁶. Essa pequena narrativa serviu a que José Antônio Gomes [avô], mais uma vez, deixasse transparecer seu posicionamento e personalidade, mostrando-se anti-federalista e admirador das “providências a favor da boa ordem”.

Vendo a agitação cessar, Gomes [avô] recomendou ao filho: “como o algodão está dando a 5\$ réis faça-te ciente p^a podendo aproveitares o preço”⁵⁷. Diante da instabilidade política e econômica, a experiência como negociante permitia-lhe sondar as brechas para obtenção de algum lucro. Esses palpites costumavam ser certos e requeriam alguma agilidade para efetuar o negócio antes de novas reviravoltas. Todavia, nem sempre era possível contar com a celeridade no envio das mercadorias. A intensidade dos negócios não apertava o passo das tropas, nem encurtava a travessia entre o sertão e a capital, sempre sujeita a imprevistos. Ainda sem estradas de ferro, a única alternativa para levar o algodão até os portos de embarque, São Félix e Salvador, era por meio das tropas cargueiras, numa viagem que chegava a durar semanas. Ciente disso, porém angustiado pela espera, Gomes [avô] pediu ao filho que lhe enviasse, com brevidade, “as encantadas quatro cargas de algodão”.⁵⁸ O fato de enfatizar “e podem vir tuas tão bem” reitera a oportunidade de aproveitar o preço favorável e a necessidade de viagem da tropa para o transporte de um carregamento maior. Assim, arriscavam melhores lucros, minimizando possíveis prejuízos com o desgaste dos animais.

São pequenos fragmentos que demonstram as vicissitudes enfrentadas pelos comerciantes de algodão na primeira metade do século XIX, realidade que incidiu sobre a economia sertaneja ainda por muito tempo, até que outros meios de transporte pudessem

⁵⁵ Navios-presídio utilizados pelo governo brasileiro e português entre as décadas de 1830-1860.

⁵⁶ Esse fato é tratado pela historiografia como a primeira revolta federalista ocorrida na Bahia. Segundo Oliveira (2012, p. 30): com a abdicação de Dom Pedro I, os debates políticos da época tornaram-se, cada vez mais, acessíveis através de panfletos e periódicos, desenvolvendo-se sociedades cujas atividades eram divulgadas ao público, em detrimento das sociedades secretas como as lojas maçônicas. O desenvolvimento das sociedades reivindicatórias não inibiu, porém, o surgimento de manifestações contestatórias com as quais se buscou alcançar objetivos políticos através do protesto ou da ação armada. A ocorrência das revoltas federalistas que tiveram lugar em Salvador e Recôncavo nos anos de 1831, 1832 e 1833 é prova disso. A oposição às interferências do governo central, aliada ao antilusitanismo, foi ingrediente comum em manifestações diversas desde a década anterior, e fez-se sentir nas manifestações federalistas ocorridas no início do período das regências.

⁵⁷ APMC. AFBC. JAGN. 7.2.2

⁵⁸ APMC. AFBC. JAGN. 7.2.2

diminuir o tempo de viagem. Contudo, apesar desses entraves, observa-se que a atividade algodoeira se manteve constante no alto sertão baiano, sendo combinada, mesmo nos períodos de maior produtividade, com a criação de gado, o cultivo de outras lavouras, a mineração, além de fontes de renda associadas ao comércio e ao crédito. Nesse contexto, a diversificação dos investimentos foi um dos caminhos de riqueza trilhados pela família de José Antônio Gomes Neto.

Tropas e negócios: um sertão em movimento

Desde os anos em que negociava algodão com seu pai, o velho Gomes, José Antônio manteve uma tropa ativa, dedicada ao escoamento de produtos do sertão para a Chapada Diamantina e o Recôncavo baiano, bem como ao transporte de mercadorias no sentido inverso. Em 1844, a descoberta dos diamantes na Chapada Diamantina mudou a dinâmica comercial da região alto-sertaneja, atraindo gente de todos os lados para aquela zona mineradora. Considerando isso, o balanço abaixo (tabela 02), realizado pelo negociante Zeferino José de Carvalho, de São Félix, elucida aspectos importantes de relações econômicas firmadas entre essas distintas regiões, parte delas, como se verá, favorecidas pela tropa de José Antônio [pai]:

Tabela 02: Registros da firma Zeferino José de Carvalho e Cia. (Transações realizadas em nome de José Antônio Gomes [pai] – 1846).⁵⁹

1846	Tenente Coronel José Antônio Gomes	Deve	Haver
Fev. 26	Importância de 12 Caixas com pílulas vegetais que por seu pedido lhe remetemos por Antônio Pereira Araújo	24\$000	
Mar. 4	Dinheiro que o arrieiro Bernardo recebeu na Chapada em mãos de José Theodoro Pamponet p ^a despesas da tropa quando veio de casa	20\$000	
	Idem que demos ao dito Bernardo p ^a despesas da subida da tropa na 1 ^a viagem deste anno	160\$000	
	Importância de 4 cargas de sal q demos p ^a carregamento de quatro animais fracos	8\$000	
	Idem de um alqueire de sal para a tropa	\$640	
		<hr/>	<hr/>
		188\$600	

⁵⁹ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14

Abr.24	Importância de encomendas que lhe remetemos por Cypriano arrieiro de Francisco Souza Spínola por pedido de sua carta de 18 de março passado	930\$700	
Mai. 9	Importância de 1 Burro espaduado que sua tropa havia deixado sumido anno passado, o qual agora apareceu e vendemos a Alexandre da R ^a Passos		<u>600\$000</u>
Mai.12	Idem que o arrieiro Bernardo recebeu na Chapada para descida da tropa na 2 ^a viagem	80\$000	
	Idem que demos ao mesmo arrieiro para subida da tropa na segunda viagem	120\$000	
	48 Alqueires de sal para acabar de carregar a tropa	34\$560	
	38 sacos grandes e 20 dos pequenos para o sal	150\$000	
	1 madeixa de barbante e 5 agulhas		
	Dinheiro que pagamos para a prontidão da cabeçada da tropa	29\$620	
Jun. 10	Idem que pagamos p ^a intteramento do seu Escravo que morreu na Serquinha	4\$060	
	Importância de 3 C ^{os} de Baeta p ^a 1 moleque da tropa	20\$000	
	Idem de 1 caldeirão para a tropa	4\$000	
	Idem de 2 Alqueires de sal e sacos pequenos	2\$260	
	Dinheiro que pagamos ao camarada Antônio	13\$000	
	Idem que demos ao arrieiro Bernardo p ^a subida da tropa na 3 ^a viagem	80\$000	
Set. 22	Importância de frete de 20 cargas que conduziu a tropa na primeira viagem deste anno que daqui seguiu em 5 de Março p ^a entregar na Chapada a Manoel de Souza Guimarães		700\$000
	Idem do frete de 7 ditas mais que na mesma ocasião conduziu a tropa para entregar a Joaquim Ignácio de Argollo		245\$000
	Idem do frete de 17 ditas mais que na mesma ocasião conduziu a tropa para entregar a João Caetano Pitanga, as quais foram por menos de 5\$000 cada huma por serem na V ^a de João Amaro		510\$000
	Idem do frete de 26 ½ cargas que conduziu a tropa na 2 ^a viagem q daqui em 12 de Março para entregar no Rio das Contas a Antônio Gomes Pereira		795\$000
	Idem do frete de 36 ½ cargas que conduziu a tropa na 3 ^a viagem que daqui sahiu em 31 de Agosto para entregar na Chapada a diferentes pessoas		912\$500

Abatimento que fizemos a Manoel José de Souza Guimarães por ter avariado 1 caixa com selins e mais objetos, nas cargas q p ^a elle conduziu sua tropa na primeira viagem deste anno	50\$000
Idem que fizemos a Antônio Gomes Pereira por se ter quebrado um curtal de louça nas cargas que para elle conduziu a tropa na 2 ^a viagem	9\$620
Dinheiro que o arrieiro Bernardo recebeu na Chapada em mãos de Cardoso & Viveiros para despesas da tropa quando seguiu para casa	<u>20\$000</u>
	79\$620

Pelo menos três vezes ao ano a tropa de José Antônio Gomes [pai] deixava o sertão com destino a São Félix, o “maior entreposto do interior” da Bahia (PAES, 2001, p. 42). Ali encontrava o negociante Zeferino de Carvalho, que, além de interceptar mercadorias, mantinha uma firma credora com clientela do sertão e da Chapada Diamantina. Sua relação com outros proprietários do alto sertão baiano aparece no inventário de José Antônio da Silva Castro, rico fazendeiro da vila de Monte Alto que, conforme demonstra Rosângela Miranda (2018, p. 98), teve terras arroladas em Cachoeira e São Félix, tendo o Major Zeferino José de Carvalho como seu procurador. Conforme demonstrado acima, este comerciante recebia as mercadorias conduzidas desde o sertão, despendia valores referentes à “subida da tropa” e provia o necessário para o seu retorno, quer fosse dinheiro, alimentação dos animais, ou possíveis urgências: “dinheiro que pagamos para a prontidão da cabeçada da tropa”; “Idem de 1 caldeirão para a tropa”; “Dinheiro que pagamos ao camarada Antônio”; “Importância de 1 Burro espaduado que sua tropa havia deixado sumido ano passado, o qual agora apareceu e vendemos a Alexandre da R^a Passos”. Além disso, também se responsabilizava pelo envio de encomendas previamente solicitadas por meio de cartas: “Importância de encomendas que lhe remetemos por Cypriano arrieiro de Francisco Souza Spínola por pedido de sua carta de 18 de março passado”⁶⁰, obrigando-se a prestar contas dos créditos e débitos do dono da tropa através de balanços anuais como acima descrito.

Embora nos registros do negociante Zeferino não haja pistas de quais produtos chegavam até São Félix, considerando o ano de 1846, é provável que não fosse exclusivamente algodão. É mais certo que nessa época as tropas conduzissem gêneros diversos, incluindo rapadura, couro, farinha, requeijão, entre outros, não esquecendo que

⁶⁰ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

também podiam conduzir escravos comercializados. Muito do que compunha o carregamento da tropa ficava pelo caminho, para o abastecimento dos garimpos da Chapada Diamantina⁶¹ que, nesse período, tornaram aquela rota comercialmente estratégica: “Dinheiro que o arrieiro Bernardo recebeu na Chapada em mãos de José Theodoro Pamponet p^a despesas da tropa quando veio de casa”.⁶² De lá o carregamento era refeito e seguia para o Recôncavo. Conforme aponta Jurema Paes (2001, p. 54), as tropas do alto sertão possibilitaram que produtos como fumo, algodão, couro, ouro e diamantes chegassem até os portos da Bahia. De igual modo, foi no lombo de animais conduzidos por camaradas e escravizados, na condição de arrieiros e tropeiros, que mercadorias caras, figurinos importados e modos de viver “polidos ou incorporados de fora” ingressaram Bahia a dentro, ao passo que surgiam “fortunas súbitas geradas pelo diamante aluvial da chapada” (PAES, 2001, p. 55).

Nos registros de Zeferino observa-se que um dos meios de auferir lucros com as tropas eram os fretes de mercadorias transportadas na viagem de retorno. A tropa de José Antônio Gomes [pai] levou mercadorias diversas para o interior, a exemplo dos “selins e mais objetos”; de “um curtal de louça” que se perdeu pelo meio do caminho; “12 caixas com pílulas vegetais” e outros produtos não especificados: “encomendas que lhe remetemos”; “20 cargas que conduziu a tropa na primeira viagem [...] p^a entregar na Chapada”; “idem do frete de 26 ½ cargas [...] para entregar no Rio das Contas”⁶³. Em meio a mercadorias diversas, um dos principais produtos levados de São Félix era o sal, utilizado tanto para o consumo dos sertanejos, quanto para alimentar os animais da tropa. Os criadores de gado também representavam importantes compradores, pois o sal propiciava o melhoramento do rebanho e o aumento da produção de leite. Além disso, também servia para a conservação da carne de sol ou “carne de sertão”, comercializada no Recôncavo e em Salvador: “importância de 4 cargas de sal q demos p^a carregamento de quatro animais fracos”; “idem de um alqueire de sal para a tropa”; “48 Alqueires de sal para acabar de carregar a tropa”; “38 sacos grandes e 20 dos pequenos para o sal”.⁶⁴

⁶¹ Como destaca Rômulo Martins (2013): “Em 1844, a descoberta dos diamantes na Chapada Diamantina transformou aquela região, anteriormente pouco povoada, em uma das áreas mais dinâmicas da província da Bahia. A atenção atraída pelas pedras preciosas possibilitou formar um ativo comércio, sustentado por redes de abastecimento que ligou aquela região ao litoral, aos sertões da província da Bahia, às províncias vizinhas, bem como estabeleceu diversas conexões entre a Chapada e outros países”.

⁶² APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14

⁶³ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14

⁶⁴ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

José Antônio Gomes [pai] mantinha uma tropa de quarenta muares, avaliada em R.3:200\$000, investimento bastante considerável se comparado ao restante das suas posses. Sua tropa era mais valiosa do que seus bens móveis e imóveis, do que todo seu rebanho de gado e do que o montante de suas dívidas ativas.⁶⁵ Esses dados diferem da percepção de Jurema Paes (2001, p. 65) acerca das tropas do alto sertão baiano na primeira metade do século XIX, compostas, segundo essa autora, por, em média, sete animais:

No século XIX, investigando os testamentos e inventários das regiões de Rio de Contas e Caetitê, não foi possível identificar, nas descrições de bens, referências que fossem significativas da existência da criação de muares, nestas regiões, neste século. Em meio a cem inventários somente em seis constatou-se a existência de mulas, mesmo assim restrita a no máximo quatro a sete cabeças. Conclui-se que os proprietários desta região não produziam muares em grande escala, como também não possuíam tropas grandes para transporte. Seus bens se resumiam a, no máximo, uma tropa pequena de um lote com sete mulas, que deveria servir de transporte para atender às suas próprias necessidades. Este dado se confirma também nas referências bibliográficas, que sempre colocam a produção do luar nas regiões do Sul do Brasil, nas proximidades com as colônias espanholas e na região de São Paulo, que tinha na feira de Sorocaba grande concentração de muares.

Em alguma medida, as fontes aqui apresentadas redimensionam o olhar em torno das dinâmicas tropeiras no alto sertão baiano, visto que muitos proprietários, a exemplo de José Antônio Gomes [pai], investiram em muares e mantiveram tropas, não só para o transporte local e suprimento de suas próprias necessidades, mas, sobretudo, visando ao escoamento de produtos para outras regiões, a exemplo da Chapada Diamantina e do Recôncavo Baiano, o que reitera o “caráter especulativo” e as “possibilidades de enriquecimentos” advindas dessa atividade (ANDRADE, 2014, p. 195). Nesse sentido, a importância das tropas para a economia sertaneja também se circunscreve pelo preço das bestas muares nos inventários de bens aqui analisados, sempre mais bem avaliadas do que bois, vacas, potros e, em alguns casos, cavalos e jumentos.

A existência de tropas de grande porte para a realidade alto-sertaneja também é notória. Referências à criação e ao comércio de muares nessa região, bem como aos impostos cobrados diariamente sobre as “cargas de algodão, bestas muares e cargas de água ardente”⁶⁶ delas oriundas são recorrentes em todo o oitocentos. Em 1812, por

⁶⁵ No inventário de José Antônio Gomes [pai] encontram-se os seguintes valores: Em móveis: R.506\$000; em gado vacum: R.320\$000; em cavalos e luar: R.4:140\$000; em escravos: R.7:680\$000; dinheiro das alforrias: R. 1:430\$000; em benfeitorias: R. 3:500\$000; em casas: R.1: 830\$000; em dívidas ativas: R.1: 311\$018.

⁶⁶ APMC. Livro de atas da vereação. 20.12.1811. p. 76.

exemplo, registrou-se em Caetité uma denúncia de sonegação de impostos envolvendo o Capitão Manoel Ferreira dos Santos que “[...] soltou huma tropa de bestas em São Domingos, que dita nove légoas a esta Vila [de Caetité]” e foi vendendo-as, sem pagar “a meia pataca de cada uma”. Conforme relatado, Manuel Ferreira chegou a negociar “trinta e quatro [muas que] vendeo ao Capitão Francisco de Souza Meira e mais noventa e nove de Joaquim Thomaz”, todas as transações feitas ilegalmente. O cobrador também registrou que:

fez toda diligencia para saber o número dessas bestas e das que esse Capitão havia vendido e que então, por pessoas dignas, fora informado que essa tropa hera de seiscentas bestas e que delas se havia vendido algumas no Rio Pardo, e que no Termo desta Vila se vendera cento e cinquenta e duas e que para a Bahia sahira com duzentos e oitenta.⁶⁷

Esse registro sobre a tropa de seiscentos muas sendo negociada no entorno da vila de Caetité não deve ser tomado como um caso extraordinário. É, sem dúvidas, um dado que amplia a percepção em torno da economia da região, especialmente quanto ao tropeirismo e toda dinâmica do ir e vir. Se por um lado esse quantitativo de muas registrado em 1812 é coerente com o auge da produção algodoeira, em acréscimo, evidencia a necessidade de mais pesquisas acerca da economia sertaneja.

Nos anos subsequentes, os inventários e testamentos dos familiares de José Antônio Gomes Neto indicam tropas de quarenta e, até, setenta e duas mulas, conforme demonstrado acima. Ainda nos meados do século XIX, José Antônio Gomes [pai] mantinha sua tropa ativa com aproximadamente quarenta animais e, pelas relações observadas na documentação, ele não era o único nesse ramo. Já se sabe que havia o seu cunhado Domingos Gomes de Azevedo [filho], que saía com a tropa do arraial do Gentio, e, de acordo com os registros do comerciante Zeferino, observa-se também a tropa de Francisco de Souza Spínola: “importância de encomendas que lhe remetemos por Cypriano arrieiro de Francisco Souza Spínola”.⁶⁸ São nomes que servem apenas como indicativos de um comércio ativo e frequente.

Adicionalmente, como destacou Maria de Fátima Pires (2003, p. 38), as tropas “desempenharam um papel indispensável ao comércio regional e muitos escravos sertanejos participavam, ao lado de trabalhadores livres, dessa atividade”. Os registros do negociante Zeferino indicam ambas as condições de trabalho na tropa de José Antônio

⁶⁷ APMC. Livro de atas da vereação. Caetité, 01.07.1812. p. 91.

⁶⁸ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

Gomes [pai], composta por trabalhadores livres, a exemplo do “camarada Antônio” e escravizados, como aquele que “morreu na Serquinha”, talvez em curso com a tropa; e o “moleque da tropa” para quem foram compradas três camisas de baeta.⁶⁹

Embora não se saiba a condição dos arrieiros Bernardo e Cypriano, a quem o negociante Zeferino de Carvalho fez referência, não se desconsidera a possibilidade de que fossem escravizados. No inventário de Domingos Gomes de Azevedo [filho], que também mantinha uma tropa nesse mesmo período, encontra-se o arrieiro “Pedro Nagó”, de vinte e cinco anos, como o escravizado mais bem avaliado, custando setecentos mil réis em 1846. Nesse mesmo inventário foram arrolados “Francisco, mulato, de vinte e cinco anos, tropeiro” e “Bernardo, crioulo, vinte anos, tropeiro”, ambos avaliados em quinhentos e cinquenta e quinhentos mil réis, respectivamente, valores também superiores aos dos demais escravizados descritos no documento, o que denota a distinção dos serviços relacionados às tropas. Nesse sentido, Lycurgo Santos Filho (1956, p. 256) descreve o arrieiro como aquele que desempenhava o ofício de maior importância dentro da tropa, quem a dirigia na ausência do proprietário, além de ser o “principal ajudante”. Essa relevância é perceptível na atuação do arrieiro Bernardo, com quem tratavam os negociantes José Theodoro Pamponet e Cardoso & Viveiros da Chapada Diamantina, além do próprio Zeferino de Carvalho, em São Félix: “Dinheiro que o arrieiro Bernardo recebeu na Chapada em mãos de Cardoso & Viveiros para despesas da tropa quando seguiu para casa”.⁷⁰

Outros detalhes acerca da tropa de José Antônio Gomes [pai] podem ser observados a partir dos registros do seu genro, o negociante Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], que mantinha comércio de artigos variados e também atuava como financista em Caetité e região.

Tabela 03: Registros da firma de Joaquim Manoel Rodrigues Lima referentes à tropa (Movimentações realizadas em nome de José Antônio Gomes [pai] – 1846).⁷¹

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
Julho 11	Dinheiro ao Dr. Spínola por conta de huma letra de 640\$000 q o Zeferino não cumprio.	340\$000
	Dinheiro a Antônio Justiniano de Souza importância de 16 alqueres de milho para a tropa 1280	20\$400
Julho 15	Dinheiro a camarada Antônio por conta de 23\$000 q vai ganhando por hir tocando lote the S. Felix.	

⁶⁹ Tecido felpudo de algodão, também muito usado na mineração para reter o ouro.

⁷⁰ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

⁷¹ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

	Dinheiro Dr. Spínola resta da Letra como se vê acima	300\$000
Julho 19	Dinheiro ao Bernardo para despesas da tropa	50\$000
8bro 18	Dinheiro ao camarada Francisco q foi justo por huma viagem de S. Felix the aqui	19\$000
	Dinheiro a Bernardo por ter este despendido com a tropa	[?]
	Dinheiro ao Castilhano do Giqui por ter este emprestado p ^a despesas da tropa.	20\$000

As transações econômicas efetuadas entre José Antônio Gomes [pai] e seu genro, Joaquim Manoel, iam além das despesas empreendidas com a tropa. Todavia, nesse quesito, elas complementavam aquelas realizadas junto ao negociante Zeferino de Carvalho, em São Félix. Mas, quase sempre os recursos eram insuficientes, o que demandava gastos extras pelo caminho, muitas vezes custeados pelos próprios tropeiros, como Bernardo: “dinheiro a Bernardo por ter este despendido com a tropa”; ou mesmo supridas por gente de conhecimento que se mantinha ao longo do trajeto, a exemplo do Castilhano, morador do Giqui⁷²: “dinheiro ao Castilhano do Giqui por ter este emprestado p^a despesas da tropa”. Além de outras contas presumíveis – como os aluguéis de pastos, ferragem dos animais e alimentação dos tropeiros – o milho para os animais e o pagamento aos camaradas de escolta da tropa indicam quanto recurso era necessário para investir no negócio. Nesse sentido, o papel das firmas credoras era fundamental, mesmo que ao valor desembolsado por elas ainda fossem agregados os juros.

Tantos custos, então, só poderiam ser mantidos pela probabilidade de um bom negócio. A constância da dinâmica das tropas demonstra que, apesar das longas distâncias, das dificuldades enfrentadas nas viagens e das oscilações na economia, tão importante quanto financiar a produção, era financiar o escoamento, pela sua dificuldade. E as tropas eram não só o único meio de escoamento dos produtos do sertão, como também um negócio que dava lucros regularmente. Esse setor de investimento de capitais demonstra quanto a circulação era relevante numa economia afastada e sem estrutura de transporte mecanizada. Por isso, os muares eram tão valiosos, por isso escravizados tropeiros também eram valiosos, e por isso o escoamento e a circulação da produção possibilitavam enriquecimento material rápido e consistente. Essa peculiaridade econômica da região alto-sertaneja soube ser bem aproveitada por José Antônio Gomes [pai], envolvido no comércio inter-regional por tantos anos. Todas as dificuldades do

⁷² Atualmente o lugar se chama Novo Acre e é um distrito do município de Iramaia – BA.

tropeirismo, que em termos econômicos significavam custos, eram repassadas para o preço da mercadoria final. Quem pagava essa conta, eram os consumidores do Recôncavo, de Salvador, ou, no caso dos produtos exportáveis, o consumidor europeu ou norte-americano, por exemplo. Porém, se havia prejuízos, a diversificação dos investimentos estava encarregada da estabilidade econômica. Por isso, além do tropeirismo, que os mantinha bem articulados com outras regiões e, sobretudo, financeiramente ativos, parte dos recursos angariados pela família de José Antônio Gomes Neto também advinha, como se verá, da prática financista.

Crédito: entre o comércio e a riqueza

Para entender a importância do comércio e da concessão de créditos para as finanças das famílias Gomes e Azevedo, retoma-se a figura daquele mercador português assentado na vila de Rio de Contas ainda no final do século XVIII. Já naquela época, antes mesmo do apogeu do algodão, José Antônio Gomes [avô] vivia de seus negócios, o que incluía franquear empréstimos à praça. Ele, entre 1796-1797, autuou duas senhoras devedoras por meio de ação de libelo civil. Uma delas, Catharina Pereira do Monte Signai, moradora no arraial dos Remédios, nas proximidades da Vila do Rio de Contas, lhe devia a quantia de cento e dez mil réis restantes da compra da escravizada Quintiliana. Uma pequena parte da dívida fora paga com a venda de um “capado”, “um prato de sal da terra” e um pouco de dinheiro, valor insuficiente para livrá-la da cobrança judicial⁷³. A outra senhora, Joana Francisca da Silva, foi processada pela dívida de R. 34\$675 do seu falecido marido, conforme descrição a seguir:

Tabela 04: Dívidas de Joana Francisca da Silva (1796)⁷⁴

A Senhora Joana Francisca da S^a, por si e como tutora de seus filhos por fazenda e dinheiro q ficou devendo o falecido seu marido fora de um crédito a José Antônio Gomes

		Deve
	Resto do que por ele paguei a João Gonçalvez Lima	3\$000
Janº, 24	Fazenda que mandou dar a Manoel de Sz ^a Meira	6\$600
Fevº, 20	1 L ^a e ½ de Aço, para Henrique Dantas	\$240

⁷³ AMRC. Série: Autos Cíveis. Subsérie: Ação de Libelo. Autor: José Antônio Gomes. Réu: Catharina Pereira do Monte Signai. Cx. 14, Mç: 25, Doc. 294.

⁷⁴ AMRC. Série: Autos Cíveis. Subsérie: Ação de Libelo. Autor: José Antônio Gomes. Réu: Joanna Francisca da Silva. Cx. 13, Mç: 24, Doc. 280.

	1 L ^a de Pólvora e xumbo	1\$200
M ^o , 29	De vários remédios	1\$170
7bro ^o , 13	3 C ^{os} de Baeta -----800	2\$400
	Dinheiro que por ele paguei a João Alvez da Silva	16\$825
	Dinheiro de custas a Ant ^o Per ^a do Lago	\$400
	De juros do crédito de 19 de 8br ^o de 1796	2\$520
		34\$675

Vila do Rio de Contas, 01 de Dezembro de 1796

José Antônio Gomes

Para um estudo aprofundado da dinâmica mercantil colonial dessa região, tais informações merecem uma análise mais detida. Todavia, nesse momento o que mais interessa é a evidência acerca da prática comercial de José Antônio Gomes [avô], que, além de vendedor de artigos diversos, a exemplo de fazendas, munição e remédios, também era financista. Como destaca Sheila de Castro Faria (1998, p. 178), poderia haver vários tipos de comércio numa pequena, mas ativa, vila interiorana. Para a Vila de São Salvador, interior do Rio de Janeiro, no século XVIII, ela identificou três tipos de mercadores: “pequenos comerciantes”: vendeiros, mascates, pequenos lojistas; “negociantes de fazendas/ usurários” e somente “usurários” aqueles que apenas emprestavam dinheiro, mas não comercializavam mercadorias. De acordo com sua análise, os dois últimos se destacavam como os mais ricos. Em outras palavras, riqueza era ter dinheiro para garantir crédito na praça.

Nesse contexto, a possibilidade de oferecer crédito legitimava a alguns, assim como aconteceu com Gomes [avô], o gozo da condição de “homem abonado”⁷⁵. De igual modo, seu filho José Antônio [pai] não fez do comércio de algodão e do tropeirismo suas únicas fontes de renda. O giro de capital empregado nas atividades mercantis, com alguma margem de lucros, permitiu que ele também se beneficiasse de emprestar dinheiro a juros. Conforme mencionado na tabela 01, um dos seus créditos foi arrolado no inventário do seu cunhado José Justino de Azevedo (1827). Tratava-se de uma quantia emprestada à sociedade Azevedo & Irmãos, no valor de quatrocentos e seis mil réis e uns quebrados, como se dizia. Para se mensurar, dinheiro quase equivalente à compra de Leandro e

⁷⁵ AMRC. Série: Autos Cíveis. Subsérie: Ação de Libelo. Autor: José Antônio Gomes. Réu: Catharina Pereira do Monte Signai. Cx. 14, Mç: 25, Doc. 294.

Marcelino, dois dos escravizados tropeiros mais bem avaliados no inventário do falecido.⁷⁶

Além disso, outras notas depõem a respeito dos empréstimos que concedia, declarações de dívidas como a de Antônio José D. (1842) e de José Antônio Barreto (1845), calculadas a juros de 2% ao mês⁷⁷, ou a de Ângelo Custódio de Melo, pela compra de uma propriedade, cuja dívida também ficou sujeita a juros por atraso (1836)⁷⁸. Raramente é possível saber a motivação, o quantitativo e a rentabilidade do empréstimo, haja vista que era uma prática corriqueira, muito comum nessa região, porém, nem sempre documentada. Como observou Danielle Ramos (2016, p. 148): “de pequenas a grandes quantias, com bens hipotecados ou não, os sertanejos de distintas condições socioeconômicas recorreram ao crédito” quase sempre “como forma de prosseguir com algum negócio, quitar compras efetuadas” e até mesmo “adquirir mantimentos necessários à sobrevivência”.

Assim como as motivações eram diversas, também não se pode determinar um perfil de devedores, sendo encontrados na documentação pesquisada registros de empréstimos cedidos a escravizados que dispunham de pecúlio para alforria, a trabalhadores rurais, lavradores, vaqueiros, a homens e mulheres em posições sociais distintas. Entre eles destaca-se o empréstimo cedido em 1838 para Dona Maria Tereza de Jesus, “viúva do finado Manoel Cândido”. Seu fiador, o Sr. Francisco Xavier de Souza, a recomendou ao amigo José Antônio Gomes [pai], afiançando-lhe qualquer quantia necessária, baseando-se no fato de que ela “antes de cazar-se sempre comprava, pagava e vendia sem intervenção do Cândido”. A autonomia financeira dessa senhora, que não representa um caso singular no contexto sertanejo⁷⁹, serviu-lhe de trunfo para obtenção do crédito desejado: “foi emprestado a Maria Tereza de Jesus 200 mil réis para ser pago no tempo de seis meses, a 2% de juros ao mês”⁸⁰, conforme letra promissória assinada pela própria Maria.

⁷⁶ APMC. AFBC. JAGN. 7.4.1 – Nesse mesmo inventário os escravizados mais caros foram avaliados entre 220 e 250 mil réis; incluindo os de tropa e os de lavoura.

⁷⁷ APMC. AFBC. JAGN 7.2.3; APMC. AFBC. JAGN 7.2.4

⁷⁸ APMC. AFBC. JAGN 7.2.7

⁷⁹ Diversos estudos apontam traços de autonomia financeira entre mulheres pobres e abastadas do sertão baiano. Marcos Ribeiro (2012) se destaca nesse aspecto. Há também indícios nos estudos de Napoliana Santana (2012), Danielle Ramos (2016), Laiane Fraga (2018), entre outros.

⁸⁰ APMC. AFBC. JAGN. 7.2.14

A garantia de lucros seguros, nem sempre em dinheiro, como talvez se presuma, mas, também, em ouro e prata, tornou recorrente a prática do empréstimo e ajudou a reforçar o cabedal da família.⁸¹ Assim como observou Marcos Andrade (2014, p. 114) “a forma de pagamento deixa evidente a escassez de moedas que, às vezes, estava em poder dos poucos fazendeiros e negociantes abastados”. Nesse sentido, a condição de riqueza dessa família se reflete no fato de que não apenas o avô e o pai de Gomes Neto concederam créditos. Muitos membros, por sucessivas gerações, detiveram capital disponível à prática financeira, inclusive aqueles que não viviam diretamente da atividade mercantil, a exemplo do seu tio materno, o padre Sabino Gomes de Azevedo.

Conhecido por sua atuação religiosa e política, o cônego Sabino, como se graduou, foi, entre os filhos do Capitão Domingos Gomes de Azevedo, aquele destinado ao sacerdócio. Para muitas famílias, especialmente as mais ricas, o sacerdócio era visto, muito além da questão religiosa, como uma “carreira de prestígio”, também diversificada com caminhos “pouco acordes com a disciplina eclesiástica”, já que muitos clérigos “se envolviam em negócios, comprando e vendendo escravos, vivendo em concubinato e participando ativamente da política” (CARVALHO, 2003, p. 182). Mesmo com a “democratização do clero”, para usar a expressão do mesmo autor, dificilmente se viam religiosos de vida sacrificial, havendo, ao contrário disso, padres “fazendeiros, agiotas, ou senhores de engenho”.

O padre Sabino, embora possuísse “casa de morar, com toda mobília” na vila de Caetité, onde era pároco, também era dono de “posses de casas no beco da Argola” e das “casas da rua do Alegre que foram de Manoel Antônio de Souza”. Na área rural possuía as terras “que foram de Caetano José da Costa no lugar do Rio Grande”, onde viveram seus pais e, entre outras propriedades, o “Sítio Gameleira com todas as terras que comprou a D. Clara Xavier Cotrim”. Neste sítio, o pároco se beneficiava de “moinho e casa de farinha e seu bulinete, alambique e seus acessórios, casas, engenhos e seus acessórios [...] e mais plantações”, mantendo um rebanho de cem cabeças de gado vacum, seis mulas, cinco cavalos e doze bois mansos, presumivelmente utilizados no engenho.⁸²

⁸¹ Em 10 de março de 1845, José Antônio Gomes recebeu um trancelim de ouro como parte do pagamento da dívida de José Antônio Barreto (APMC. AFBC. JAGN 7.2.4); em 1848, seu filho, José Antônio Gomes Neto, recebeu o restante da dívida de Ângelo Custódio de Melo em 608 gramas de prata, adquiridas a 240 mil réis a prata, somando tudo R.145\$920. (APMC. AFBC. JAGN 7.2.7).

⁸² APEB. Inventário de Sabino Gomes de Azevedo. 03.1210.1679.11.

Pelo visto tratava-se de uma propriedade bastante ativa, ainda mais considerando a presença de vinte cativos, sendo parte deles africanos. Diferente dos seus irmãos, o padre Sabino não parece ter-se dedicado ao plantio extensivo de algodão, visto que em seu inventário foram arroladas, em 1846, apenas “3 cargas de algodão em capuxo avaliadas a doze mil réis cada uma, todas por 36 mil réis”⁸³. Todavia, a quantidade de ferramentas – oito cabos de dez foices e nove enxadas – além do moinho, do alambique e da casa de farinha, sugere uma dedicação maior à plantação de cana-de-açúcar e de mandioca, bem como à fabricação de rapadura, cachaça e farinha, além de, dada a criação de gado, couro e requeijão, produtos de consumo local e que também abasteciam outras regiões.⁸⁴

Contudo, apesar do dinamismo da sua propriedade rural, é possível que tenha angariado um pouco mais de dinheiro concedendo créditos, como se observa a partir da lista abaixo de devedores e credores arrolados em seu inventário de bens:

Tabela 05: Devedores e Credores do Padre Sabino Gomes de Azevedo (1846)⁸⁵

DEVEDORES	VALOR	DEVEDORES	VALOR
Joaquim Marçal de Carvalho	115\$877	Filipe Buriti	132\$340
Marianno Gomes de Azevedo	2\$000	Uma ordem passada por José Antônio do Silva Sorianno, contra o mesmo Filipe Buriti	9\$420
José Antônio da Silva Sorianno	38\$000	Um crédito passado por Joaquim Caetano de Souza, a Filipe de Souza Buriti	11\$800
Manoel Veríssimo	50\$000	Um de Filipe Buriti contra Antônio Soares do Bonfim	26\$100
Jerônimo de Oliveira Roxa	19\$600	Felipe de Souza Buriti	75\$000
Florência de Souza Espínola	25\$000	Felipe de Souza Buriti	25\$000
Rita Maria de Santo Antônio, irmã de José Anacleto	50\$000	Rita Maria	8\$000
Bras de Souza Barrim	35\$000	Theodoro Alexandrino de Oliveira	4\$760
Joaquim Venâncio e Companhia	1:985\$000	José Cândido de Souza	65\$000
José Antônio Teixeira	22\$000	Padre Manoel da Costa Dantas	12\$800
Plácido Antônio da Fonseca	14\$000	O Padre Manoel Mendes	20\$000
Lorenço de Azevedo Niranha	80\$000	Vicente Pereira Coutinho	30\$240
José Antônio de Oliveira	11\$000	Dr. João Ducan	30\$000
Bras Pereira de Souza	25\$300	Manoel Alves Aranha	25\$000
Antônio Gonçalves, morador nas Almas	10\$000	Isidoro Manoel Domingues	54\$856
CREDORES			VALOR
Bernardo Rodrigues Ladeia, crédito de 2% ao mês			459\$822

⁸³ APEB. Inventário de Sabino Gomes de Azevedo. 03.1210.1679.11.

⁸⁴ Em seu inventário foram arrolados “dez couros de res” avaliados a mil réis cada um e todos por R.10\$000.

⁸⁵ APEB. Inventário de Sabino Gomes de Azevedo. 03.1210.1679.11.

Padre Manoel José Gonçalves Fraga	81\$043
Joaquim Manoel Rodrigues Lima	54\$160

Ao todo foram arroladas trinta dívidas ativas e apenas três credores. Como vigário da freguesia de Caetité, o cônego Sabino vivia em contato com gente de toda a região, inclusive por conta das desobrigas que faziam parte do seu dia a dia. Sua atuação religiosa também favorecia o entrosamento com diferentes grupos sociais, características que se refletem no perfil dos seus devedores: pessoas de distintos lugares, homens e mulheres, com diferentes valores a pagar. Suas notas variavam entre dois mil réis até quase dois contos de réis, sendo a firma do seu irmão, Joaquim Venâncio e Cia, sua maior devedora. Além disso, ao mesmo tempo em que se observam dívidas de outros padres da região, há também um crédito a favor do Padre Manoel José Gonçalves Fraga, conhecido comerciante de escravizados do alto sertão baiano.⁸⁶ Essas relações demonstram a existência de negócios realizados entre os clérigos, bem como a distinção financeira existente entre eles, legitimada pela capacidade de acumulação individual.

Considerando a economia agrária, por vezes os meios de “fazer dinheiro” se misturavam, especialmente quando se tratava de fazendeiros que também eram comerciantes e prestamistas. Assim, a natureza das dívidas arroladas, ainda que sendo do mesmo indivíduo, poderia ter raízes diferentes: a compra de um animal, de uma safra ou de um escravizado, uma letra de empréstimos sujeita a juros por atraso, a compra de alguma mercadoria ou mesmo de uma fazenda. Esse parece ter sido o caso de Filipe Buriti, que foi devedor de outros credores além do cônego Sabino, mas que não deixou pistas sobre a razão de seus débitos.

Apesar da identificação do crédito como uma prática recorrente entre os familiares de José Antônio Gomes Neto, não é objetivo deste estudo mensurar a sua lucratividade em relação às demais atividades, nem mesmo tentar apontar qual era a mais praticada. O que se pretende demonstrar é a diversificação dos investimentos de seus pais, tios e avós como forma de sustentar a riqueza e, além disso, chamar atenção para as relações de dependência financeira decorrentes dessa prática que se configuravam de maneira favorável para credores imiscuídos na política local conforme será discutido ao longo do texto. Entende-se, portanto, que havia uma preocupação dessa família em ampliar ou

⁸⁶ Sobre a inserção do padre Manoel Gonçalves Fraga no comércio de escravizados ver: SILVA (2018).

manter sua condição econômica e, atrelados a ela, sua posição social e seus privilégios. Utilizava-se, para isso, dos recursos disponíveis de forma complementar. Assim, não só plantavam e/ou comercializavam algodão, mas também negociavam outros produtos, mantinham tropas e emprestavam dinheiro a juros. Todavia, por mais vultosas que fossem, essas atividades não diminuem a importância dos meios de renda mais tradicionais da região à época: gado, terra e escravizados.

Terras, lavouras, gado e escravizados: outros negócios

Indicações sobre a posse de terras, gado e escravos, bem como a respeito do envolvimento de familiares de José Antônio Gomes Neto em outras lavouras que não o algodão, estão presentes nos tópicos anteriores. Contudo, é importante destacar alguns aspectos. O primeiro deles é que terra, gado e escravizados eram a base econômica dessa sociedade. Entretanto, estes bens mais valiosos dividiam espaço dentro de uma sociedade dinâmica: a terra, bem de tipo rural, dividia espaço com o crédito, riqueza que circulava muito em torno da vida urbana; o gado vacum, com o gado muar, às vezes até mais valioso devido à importância das tropas e do escoamento da produção; o escravizado “de serviço de roça”, com o escravizado tropeiro, que viajava e comercializava. Vê-se que a região continuava mantendo sua base econômica, mas com dissidências e modificações que se vão processando ao longo do oitocentos.

Outro ponto a se observar é que, apesar dessas mudanças, havia um valor social agregado à terra, à agricultura e à propriedade de escravizados. Assim, independentemente de qual tipo fosse e ainda que economicamente desvantajosa, a produção rural nesse contexto ainda conferia mais prestígio social e político do que atividades associadas ao comércio e ao crédito (FARIA, 1998, p. 193). A atuação diferenciada dos avós de José Antônio Gomes Neto elucida esse entendimento. O capitão Domingos, embora tivesse angariado menos riqueza sem o exercício da atividade mercantil, parece ter desfrutado de maior prestígio. Já o Gomes [avô], para obter reconhecimento social, trilhou um caminho similar ao de outros comerciantes portugueses migrados para o Brasil, casando-se com uma filha de fazendeiros, logo, de família prestigiada, e, mesmo sem abandonar a prática mercantil, buscou adquirir terras e escravizados para convalidar sua posição socioeconômica.

José Antônio Gomes [pai] foi, então, o filho do comerciante português casado com a filha de um proprietário de terras. Essa união matrimonial certamente colaborou para que adquirisse algum prestígio político, como se verá adiante. A vida no limiar do comércio e da fazenda lhe permitia conhecer quanto o *status* de senhor de terras era apreciado por aquela sociedade. Mesmo assim, tal qual o seu pai, não abria mão dos lucros conquistados por meio do comércio, exercendo tais atividades de modo complementar.

Apesar de muitas referências às terras do Rio Grande, onde José nasceu, seus familiares não permaneceram ali todo o tempo. Na vila de Caetité, José Antônio Gomes [pai] adquiriu, em 1824, uma morada de casas “com seus respectivos quintaes”, localizada na Rua das Pedreiras, pelo valor de duzentos mil réis, vizinha à casa de José Butelho, comprada de Elena Vieira Leite⁸⁷. Conforme mencionado, era significativo, do ponto de vista do prestígio sociopolítico, manter uma morada na vila, assim como a tinham o Capitão Domingos e o Cônego Sabino, respectivamente seu sogro e cunhado.

Algumas transações realizadas por José Antônio [pai] envolvendo imóveis rurais, podem ser observadas. Em data não citada, ele vendeu a Estêvão Azevedo Viana uma propriedade chamada “Fazenda Ceca”, pelo valor de onze mil e duzentos réis, e, em 1836, negociou outra fazenda, cujo nome não consta em documento, com o Sr. Ângelo Custódio de Melo, pelo valor de um conto de réis⁸⁸, uma propriedade certamente maior, talvez com água, estrada por perto, benfeitorias, casas e outros melhoramentos. Ainda faziam parte dos seus bens as posses de terras na região de Rio de Contas, herdadas do seu pai: “Terras do Ribeirão Sucuriú”, avaliadas em 300 mil réis e as “terras do Olho d’Água”⁸⁹, avaliadas em 200 mil réis cada uma.

Em 1841, José Antônio Gomes [pai] adquiriu, em mãos de Manoel Francisco Bittencourt e Maria Carolina do Rosário, o Sítio Espinheiro, localizado na Fazenda Boa Vista, pelo valor de 200 mil réis.⁹⁰ Um ano depois, declarando-se “proprietário da Fazenda Boa Vista”, encaminhou pedido de embargo ao Juiz Municipal de Caetité, pelo fato de que ali mantinha, havia mais de oito anos, “mansa e pacífica posse em um rego d’água” que utilizava “para as fábricas do seu Engenho, Alambique e Moinho, no lugar de Canabrava da mesma Fazenda”. Contudo, Luiz Agapito de Lisa, “morador na mesma

⁸⁷ APMC. AFBC. JAGN 7.2.2

⁸⁸ APMC. AFBC. JAGN 7.2.7

⁸⁹ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

⁹⁰ APMC. AFBC. JAGN 7.2.1

Fazenda”, passou a incomodar quando abriu roçadas abaixo do rego, desviando o percurso da água e causando prejuízo às fábricas, motivo pelo qual exigia o embargo.⁹¹

Embora as disputas por aguadas tenham motivado conflitos e culminado em vários processos judiciais ao longo do século XIX, especialmente nos períodos de grande estiagem⁹², o que se destaca nesse documento são as fábricas de rapadura e aguardente de José Antônio Gomes [pai]. Mais uma vez, vale lembrar que, apesar de o algodão continuar sendo produzido no alto sertão da Bahia, as variações na economia afetaram sua primazia, dando ênfase a outros cultivos. Como destaca Maria de Fátima Pires (2009, p. 116), “em áreas vazantes plantava-se cana de açúcar, destinada ao fabrico de rapadura e aguardente, em engenhos e alambiques”. Essa produção seguiu paralelamente ao cultivo de outros gêneros, garantindo, assim, conexões econômicas variadas. Aqui, mais uma vez se observa uma similaridade com os fazendeiros abonados da região Sul mineira, estudados por Marcos Andrade (2014), para quem o caminho até o enriquecimento girava em torno da diversificação de investimentos, sendo a produção de gêneros de abastecimento e o seu comércio, quer em âmbito regional, quer para outras províncias, as principais fontes de ganhos, quase sempre associadas aos empréstimos de dinheiro e à criação de gado, tudo isso ancorado na mão de obra escravizada que, nas fazendas mais prósperas, girava em torno de vinte cativos.

Novamente os registros contábeis permitem conhecer detalhes das atividades empreendidas pelos familiares de José Antônio Gomes Neto. No caso de Gomes [pai], entre as transações econômicas realizadas com seu genro, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, destacam-se aquelas relativas à manutenção de propriedades rurais e de seus escravizados.

Tabela 06: Registros da firma de Joaquim Manoel Rodrigues Lima referentes à manutenção da roça e escravos (Movimentações realizadas em nome de José Antônio Gomes [pai] – 1846).⁹³

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
Maio 23	1 bruaca de sal aos escravos na rossa	10\$000
Junho 25	Dinheiro a Francisco José Lisboa por vigiar o gado	3\$200
Julho 29	1 [?] de estanho comprado ao Capitão Jacinto para a solda do alambique	1\$000
Agosto 6	3 C ^s de baeta amarela as negrinhas na roça a 1\$000	3\$000

⁹¹ APMC. AFBC. JAGN 7.2.12

⁹² Sobre essa realidade Maria de Fátima Pires (2009, p. 211) aponta que: “as dificuldades de acesso às terras e aguadas motivaram disputas acirradas na região, conflitos insolúveis e muito violentos. Por sua importância e incidência volta e meia essas disputas resultaram em ‘casos de processo’”.

⁹³ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14

7bro 23	6 Alqueires de milho comprado a Antônio Justiniano de Souza p ^a gasto na rossa	
7bro 28	Dinheiro ao Almeida por concertar o Alambique	6\$000
	3 C ^s de baeta ao escravo Joaquim Macaco	3\$000
	5 alqueires de milho p ^a a Rossa comprado a Antônio Rodrigues Lima	10\$000

Essa nota é apenas um pequeno demonstrativo dos investimentos e negócios realizados por José Antônio Gomes [pai] em favor de suas roças e criações, os quais incluem o cuidado e alimentação dos animais, o vestuário dos escravizados e o conserto do alambique, o que reafirma seu envolvimento na produção de aguardente. A condição socioeconômica desse proprietário também pode ser avaliada pelos escravizados que adquiriu entre 1817 e 1837, anos demarcados pelas certidões de compra e venda a ele pertencentes, preservadas juntamente com outros documentos familiares. Ao total foram onze escravizados, nos quais empregou o valor de R. 3:520\$00. Desses, dez eram homens e apenas uma mulher, Felicidade, cabra, de 15 anos, adquirida em 1836 no arraial do Bom Jesus pelo valor de 340 mil réis. Severino, cabra, foi arrematado em leilão na praça de Rio de Contas após o falecimento do seu proprietário, pelo valor de 200 mil réis, em 1817. O crioulo Cosme, também da vila de Rio de Contas, foi comprado em 1820 pelo mesmo valor. Já o “mulatinho” Jacinto, de dez anos, foi adquirido no Rio Grande pelo preço de 180 mil réis. Na década de 1830 adquiriu os demais, quase todos em Caetité: dois africanos, Marcelino e João, além de Roque (crioulo de 40 anos), Roque (crioulo de 10 anos), Julho e Benedicto. Em 1836, novamente em Rio de Contas, adquiriu Manoel Ramos, cabra, pelo valor de 500 mil réis, sendo o mais valioso dentre todos.⁹⁴

Deve-se lembrar que essas certidões não representam todas as transações de compra e venda de escravos por ele efetuadas, nem totalizam a quantidade de cativos que possuiu. Além de “Joaquim Macaco”, para quem foram adquiridas três camisas de baeta listadas na nota acima (Tabela 06), também declarou a posse de: Apolinário, Delmira, Isabel, Mafalda, Fillipe, Rita, José Felix, Miguel⁹⁵, arrolados em seu inventário, e outros mais, sem desconsiderar os transitórios, conforme registrado por seu filho: “Escravos de Ritinha comprados por meo Pai: Justino, vendeo ao P^e Francisco; Domingos, a Francisco Manoel; Felipe – dado a José Pinto; Victória”. Nessa mesma anotação, que, apesar de não datada, sugere ter sido feita por ocasião da morte de José Antônio Gomes [pai] e da

⁹⁴ APMC. AFBC. Série: Escravidão. Subsérie: Certidão de compra e venda de escravos.

⁹⁵ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

necessidade de inventariar seus bens, foram listados outros dezessete escravizados, indício que amplia a perspectiva, se não de riqueza, mas de desenvoltura econômica desse proprietário.⁹⁶

Outra atividade disseminada nos sertões foi a criação de gado *vacum* e cavalariço, apesar de ser observada em menor proporção, também integrou os investimentos dos familiares de José Antônio Gomes Neto. Entre os bens do seu avô Domingos Gomes de Azevedo (1832) foram arrolados “duzentos e cinquenta mil réis em cabeças de gado” e mais “vinte e oito cabeças de gado criado a solto”⁹⁷. Como na época o gado foi avaliado em cinco mil réis cada cabeça, presume-se que tinha um rebanho de quase oitenta reses. O testamento de sua avó paterna (1827) também indica que o casal mantinha algum rebanho, visto que foi doado a filhos, netos e netas o total de dezesseis cabeças, entre vacas e novilhas⁹⁸. A doação de fêmeas, como foi o caso, tinha um valor muito significativo no mundo pastoril, pois representava o desejo de prosperidade através da procriação das reses. Uma “vaca parida”, geralmente mais bem avaliada que a “dita solteira”, também era de grande estima para fazendeiros criadores, sobretudo pela produção de leite que poderia ser aproveitada de diversas formas, especialmente na fabricação de requeijão, produto apreciado no comércio inter-regional.

Rebanhos de cem e quinhentas cabeças de gado também foram arrolados nos inventários dos tios maternos de José, Sabino e Domingos, respectivamente. Entre os bens do padre Sabino também foram listados dez couros de gado, avaliados a mil réis cada um. Conforme destaca Lycurgo Santos Filho (1956 p. 238), o couro foi um artigo de largo uso, não apenas no sertão, mas também nos mercados europeus, visto que era importado em larga escala e servia:

para o enfardamento do fumo, de tecidos e de certos gêneros, assim preservados da chuva e da umidade. Os “rolos de fumo” enviados para Lisboa seguiam todos encourados. Panos de algodão e outros tecidos eram enfardados em couro para o transporte sobre o lombo do burro pelos caminhos e trilhas [...]. Serviu igualmente, quando curtido, para a confecção dos mais variados artigos e utilidades [a exemplo de alpercatas, bruacas, bainhas de fação e arreios].

Ainda em se tratando da criação de gado *vacum*, deve-se lembrar que José Antônio Gomes [pai] também foi proprietário de animais. Em registro feito pelo seu filho José,

⁹⁶ APMC. AFBC. JAGN. 7.1.1

⁹⁷ APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo. 02/557/1006/02.

⁹⁸ APMC. AFBC. JAGN. 7.8.1

observa-se: “Gados [de meu pai]: 25 bois vendidos a Remualdo a 10\$ [totalizando] 250\$; 25 vendidos a Nicolao a 10\$ [totalizando] 250\$; 100 p^a mais vendidos a Feliciano – 10\$ [totalizando] 1:000\$000; 24 cabeças de gado de toda sorte dados a José Pinto”⁹⁹. No seu inventário de bens (1846) também foram arroladas “40 cabeças de gado de toda sorte na fazenda Espinheiro” avaliadas a 8 mil réis cada cabeça, somando 320 mil réis todas¹⁰⁰. Embora alguns rebanhos aqui assinalados não pareçam tão expressivos quanto os de outros proprietários do sertão, não se deve desconsiderar a importância dessa atividade como uma complementação dos negócios empreendidos por familiares de José Antônio Gomes Neto.

A ausência de menção aos escravizados vaqueiros nos inventários analisados, os quais registraram apenas ofícios de “serviço de rossa”, “tropeiro”, “arrieiro” e “cozinheira”, pode indicar, num primeiro momento, que a pecuária não foi uma atividade muito relevante para os sujeitos aqui apresentados. Todavia, é importante considerar a possibilidade de esse ofício ter sido omitido das fontes, já que era comum um escravizado exercer mais de uma função no meio rural. Além disso, numa época em que o gado ainda era criado à solta, talvez os registros de inventários e outras pequenas anotações não deem conta de exprimir o real quantitativo de reses. Sem os livros de razão desses proprietários também é difícil mensurar o significado dos rebanhos, mesmo aqueles de pequeno e médio porte, para as finanças dessa família. De todo modo, o que se pretende demonstrar é o entrosamento das atividades mercantis e agropastoris no seio da família de José Antônio Gomes Neto, um esforço de ascensão social observado não apenas no alto sertão baiano, mas em diferentes regiões do país no mesmo período.¹⁰¹

Outros sinais de riqueza: títulos, religião e política

Até aqui foi traçado o perfil econômico da família de José Antônio Gomes Neto. Todavia, outros aspectos devem ser considerados para o ingresso bem-sucedido nas elites no século XIX, como por exemplo: “o prestígio da família, a ocupação de cargos políticos,

⁹⁹ APMC. AFBC. JAGN. 7.1.1

¹⁰⁰ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02.880.1349.14.

¹⁰¹ A respeito disso Marcos Andrade (2014, p. 106) faz um apanhado de estudos que tratam sobre a questão do enriquecimento na primeira metade do século XIX, o que lhe permitiu afirmar: “nos estudos que investigam a trajetória de alguns homens ricos do Oitocentos, a origem das fortunas esteve, quase sempre, ligada a fatores como os investimentos diversificados, os casamentos com dotes e o recebimento de heranças e a participação em empreendimentos comerciais”.

administrativos, civis e eclesiásticos e o acesso à escolaridade” (ANDRADE, 2014, p. 82). Nesse sentido, é importante ressaltar o quanto o capital simbólico fez esses sujeitos, compreendendo de que maneira essa família correlacionou suas atividades econômicas com recursos simbólicos de poder, obtendo *status* e prestígio.

José Antônio Gomes Neto era proveniente de uma família letrada. Seus avós e tios, tanto pelo comércio, quanto pela atuação política, demonstraram fazer parte de um grupo muito seleto de pessoas alfabetizadas. Seu pai também era um homem instruído e apreciava o conhecimento das leis. Entre os bens que possuía, além de enxadas e foices, tachos de metal, muares, um “tronco de campanha” e correntes de ferro – indicativos de suas atividades como produtor rural, negociante e proprietário de tropas e escravizados – possuía seis exemplares das “ordenações” (compilações de normas jurídicas portuguesas que vigoraram no Brasil por muitos anos) e 11 livros de Direito. Se tinha outros livros, como é provável, não eram tão valiosos quanto essas obras de caráter jurídico que foram avaliadas em 104 mil réis, mais caras, inclusive, do que as terras herdadas do seu pai no Olho d’Água¹⁰². Naquela sociedade, só quem comprava livros era quem realmente precisava deles ou quem tinha condições de manter a cultura da leitura, exemplo da leitura das leis. Portanto, ser letrado e investir em livros, era bastante sintomático do seu pertencimento de elite.

Ao lado desses bens, espingardas de diferentes modelos, clavinotes e pistolas compunham o brio da patente de Tenente Coronel Miliciano da Vila de Caetité¹⁰³. Em 1826, quando José possuía apenas quatro anos, seu pai já ostentava o título e o reconhecia como um fator de diferenciação social visto que, nessa data, escreveu ao governo da província solicitando uma cópia do alvará “a respeito dos privilégios dos milicianos”.¹⁰⁴ Kátia Mattoso (1992, p. 226) explica que as funções dos oficiais de milícias não eram

¹⁰² APEB. Inventário de Antônia Sophia de Azevedo. 002.557.1005.08.

¹⁰³ APMC. AFBC. JAGN 7.8.13

¹⁰⁴ As Milícias, ou Corpo de Auxiliares, constituíam uma força militar não profissional e sem remuneração. Atuaram na colônia e não se desfizeram imediatamente após a organização do Império brasileiro, sendo extintas apenas no período regencial, quando foi instituída a Guarda Nacional. “No contexto da América Portuguesa tais forças foram importantes para a manutenção da sociedade colonial, pois elas eram responsáveis pelo cumprimento das ordens régias – ainda que tais ordens fossem adaptadas ao contexto local das diferentes capitanias de forma a atender também os interesses das classes dominantes da colônia – e da administração da justiça; promover a ‘limpeza da terra’, isto é, fazer guerra às populações indígenas que resistiam ao processo colonizador; eliminar os quilombos e proceder à captura dos escravos fugidos [...]. Deveriam desempenhar atividades de caráter policial, como suprimir tumultos, prender os vadios e outros sujeitos indesejáveis que pudessem existir nas povoações dos colonos [...] os postos hierarquicamente mais altos no oficialato eram preenchidos por indivíduos da elite local branca” (COSTA JÚNIOR, 2015, p. 8-9).

remuneradas, exceto as de major e sargento, porém eram reconhecidas como honoríficas, por isso eram muito cobiçadas: “ser oficial de milícias representava frequentemente o primeiro passo para conseguir o enobrecimento”; além do mais, o prestígio também decorria da “fortuna necessária ao exercício do cargo”. No alto sertão, conforme descreve Lycurgo Santos Filho (1956, p. 132)¹⁰⁵, essas posições eram ocupadas por “homens de posses, moradores nas vilas e nos meios rurais”. O autor acrescenta que a “patente militar do Regimento de Milícias tornou-se a aspiração máxima dos senhores do sertão”, especialmente por constituir-se “símbolo de importância, em título e honraria”.

Em 1831, no contexto das medidas que visavam romper com as heranças do período colonial, foi extinto o Regimento de Milícias, subordinado ao Ministério da Guerra, e instituída a Guarda Nacional, vinculada ao Ministério da Justiça, “concebida como um instrumento de luta” contra os que se opunham “à Constituição, à independência, à integridade do Império, às leis e à tranquilidade pública” (MATTOSO, 1992, p. 244). Sendo a sua organização confiada ao poder civil, o governo da Província da Bahia solicitou que as comarcas, através dos juizes de paz, fizessem o alistamento e a divisão das “novas” companhias. Em 1833, na repartição da vila de Caetité, José Antônio Gomes [pai] compôs a lista de reservas da 1ª Companhia da Guarda Nacional, professando-se casado, morador da vila e negociante.¹⁰⁶

Como explica Kátia Mattoso (1992, p. 244), o recrutamento atingia “todos os bons cidadãos, com mais de dezoito anos e menos de sessenta, cujas rendas fossem superiores a 200.000 réis” no caso da Bahia. Ou seja, “só os ‘cidadãos ativos’ serviam como guardas nacionais, emanando daí o caráter elitista e conservador desse corpo”. Outro aspecto destacado pela autora é o papel exercido pela Guarda Nacional de artífice da consolidação do Estado, não só porque fazia parte do projeto centralizador, contribuindo com a unidade nacional, mas porque “reproduzia fielmente todas as estruturas da sociedade brasileira”: excluía escravizados e escolhia os oficiais entre as classes livres e abastadas, contribuindo, assim, “para consolidar as hierarquias sociais existentes” (MATTOSO, p. 1992, p. 245). Reiterando, nas palavras de José Murilo de Carvalho (2003, p. 158), a Guarda Nacional retirava seu oficialato das “notabilidades locais, fazendeiros,

¹⁰⁵ Outro título de natureza semelhante foi identificado por Lycurgo Santos Filho (1956) na documentação pertencente a Antônio Pinheiro Pinto, proprietário da fazenda Campo Seco. Em 1799 ele foi nomeado para o posto de capitão da Companhia do Arraial do Caetité do Regimento de Milícias da Cavalaria das Minas de N. Senhora do Livramento do Rio de Contas.

¹⁰⁶ APEB. Seção colonial e imperial. Governo da Província. Câmara de Caetité. 1833. Nº 1276.

comerciantes e capitalistas”. Dentro dessa lógica hierarquizadora, José Antônio Gomes [pai] foi realistado de acordo com sua posição socioeconômica, mantendo a mesma patente de quando miliciano. Em 1833 declarou-se, em um requerimento enviado ao arcebispo da Bahia, “tenente coronel”, “cazado, honesto, de grande família, e morador na Freguezia de Caetité, distante desta cidade [Salvador] 100 léguas”¹⁰⁷ e, em 1842, através de uma procuração ainda se dizia “Tenente Coronel da 2ª Linha ”.¹⁰⁸

Na sociedade oitocentista, contudo, *status* e prestígio eram fontes de poder. Havia, portanto, diversas formas de obtê-los e nenhuma delas excluía a outra. Para além da riqueza material e dos títulos militares, a religião desenhava outros caminhos para o destaque social, quer na integração de irmandades religiosas, quer na prática pública da caridade, ou, na hora da morte, através da quantidade de missas encomendadas em benefício próprio ou de familiares ou mesmo do local onde o corpo era enterrado dentro da igreja. Ciente disso, José Antônio Gomes [pai] aproveitou-se do fato de que a Igreja Matriz de Caetité estava interdita “por ter uma mulher dado uma facada na dita Matriz e aver sangue”, para enviar um requerimento ao arcebispo da Bahia, em 1833, solicitando um “oratório aprovado em sua casa aonde tem um oratório com muita decência”. Entre os argumentos, dizia-se impedido de realizar os sacramentos religiosos na igreja e, como residia muito distante de Salvador e declarava-se pai de “grande família”, na condição de responsável pelo provimento da fé católica aos seus, requeria o dito oratório.¹⁰⁹

Deixando de lado o episódio sobre a violência ocorrida no interior da Matriz, o pedido encaminhado ao arcebispo da Bahia revela significados presentes no fato de se ter um oratório consagrado em casa. Inicialmente, a referência à “grande família” é um aspecto curioso, pois José Antônio Gomes [pai] tinha apenas dois filhos: Rita e José. Considerando a concepção patriarcal de família à época, constituída não só pela parentela consanguínea¹¹⁰, talvez se tenha aproveitado dessa visão mais ampla como subterfúgio para alcançar a aprovação desejada. Contudo, não se deve desconsiderar que tal

¹⁰⁷ APMC. AFBC. JAGN 7.2.10

¹⁰⁸ APMC. AFBC. JAGN. 7.2.8

¹⁰⁹ APMC. AFBC. JAGN 7.2.10

¹¹⁰ Como aponta Ana Scott (2009, p. 25): “a ideia de ‘domicílio extenso’ deve ser tomada como um ‘pressuposto’ para a compreensão dos ‘laços familiares’, sendo entendidos de uma maneira mais elástica e construídos não só a partir do parentesco biológico, mas através dos laços baseados nas alianças matrimoniais, nas relações de compadrio e na ‘economia do dom’, que funciona através da lógica dos atos de dar e retribuir, constituindo relações de ‘amizade desigual’ que as diferentes esferas de poder legitimava”. Outra autora que discute a utilização do termo “família” enquanto expressão de uma parentela maior, constituída por indivíduos que não eram apenas da família nuclear ou conjugal, mas por membros da “enorme família extensa”: “várias gerações de famílias nucleares”, é Linda Lewin (1993, p. 115-6).

declaração, para além do número de filhos, era também um reconhecimento de quem sabia a posição de grandeza que desfrutava no meio em que vivia, no sentido de privilégios e de prestígio já adquiridos, mas, também, que desejava manter e aumentar.

Tanto era assim que celebrar em casa “o Santo Sacrifício da Missa nos domingos e dias Santos [...] tendo os paramentos necessários de que usa a Igreja”¹¹¹ não era, sem dúvidas, uma “graça” passível de ser alcançada por qualquer fiel. Fazia parte do protocolo, além do devido pagamento, a apresentação de um parecer favorável do sacerdote da freguesia afirmando que a solicitação atendia às normas da Igreja. Se aprovado, o pedido tinha validade de dois anos e, uma vez expirado, fazia-se nova solicitação e novo pagamento. Nesse caso, tanto o pedido do oratório, quanto sua renovação, em 1835, foram avalizados pelo padre Sabino Gomes de Azevedo, vigário de Caetité e cunhado do suplicante, o que certamente pesou a seu favor. Essas ações mediadas por sacerdotes aliados, como afirma Marcos Andrade (2014, p. 247), acabavam constituindo-se em “capital político de grande importância para que uma família consolidasse e ampliasse seu poder em determinada região”.

Com o oratório em casa e a possibilidade de promover rituais religiosos com efeito e validade similares àqueles realizados nas igrejas, José Antônio Gomes [pai] adquiria para si e para sua família uma autoridade espiritual que os distinguia entre os moradores da vila. Aqueles que não tinham condição de pagar ou meios influentes de possuir o culto particular, paramentado e legalizado no interior do seu domicílio, ou se abstinham das graças reservadas apenas a quem cultuava dentro da formalidade religiosa, quer em casa ou na Matriz, ou contavam com a amizade, com o compadrio ou com a compaixão de serem convidados nos domingos e dias santos a adentrarem as casas mais distintas, onde não faltava o “sacrifício da Santa Missa”.

Geralmente homens assim, preocupados não só com a riqueza material, mas também com o *status* e outras formas simbólicas de distinção e hierarquização, não viviam desvinculados da política local. Retomando a linhagem familiar, a despeito da vida abastada do comerciante português José Antônio Gomes [avô], que também era letrado e religioso, nada se sabe sobre uma possível inserção na vida política de Rio de Contas, onde residia. Sua distinção estava vinculada aos brios que o dinheiro podia comprar, como, por exemplo, a patente de coronel. Sendo assim, ao que tudo indica, foi

¹¹¹ APMC. AFBC. JAGN 7.2.11

o sogro de José Antônio Gomes [pai], embora possuidor de menor riqueza, quem legou maior prestígio à família. Ele não só foi reconhecido como coronel, mas também adentrou as instâncias da Câmara Municipal de Caetité, ocupando os requisitos exigidos para ser eleitor da paróquia e concorrer a cargos locais como de juiz de órfãos¹¹² daquela vila, em 1814¹¹³.

Correspondências enviadas aos presidentes da província da Bahia pela Câmara Municipal de Caetité contêm dados significativos sobre a vida política local. Para a primeira metade do século XIX encontram-se algumas das correspondências emitidas entre os anos de 1833 e 1844 que permitem conhecer os nomes das famílias politicamente mais destacadas da região, representadas por homens tidos como de “boa moral”, “conhecida probidade”, “ativos” e com “luzes” para exercer os cargos públicos da vila. Esses dados estão sistematizados na tabela 07, no final deste capítulo, onde constam alguns membros da família de José Antônio Gomes Neto.

A participação e a representação política se constituíram em “agregadores”. Embora alguns autores entendam que as câmaras municipais fossem, nesse período, órgãos “completamente dependentes da administração provincial” (GOUVÊA, 2008, p. 115), não deixaram, por outro lado, de ser espaço de disputa e afirmação de poderio político, econômico e de prestígio social. Por causa de interesses diversos, as câmaras locais também não deixaram de buscar suas autonomias apesar da lei que as “subjugavam”. Considerando que a inserção nas câmaras municipais foi um fator distintivo, João José de Azevedo, tio materno de José Antônio Gomes Neto, teve larga atuação junto a câmara de Caetité. Em 1812, foi candidato a procurador de uma comissão formada no âmbito dessa instituição e, logo depois, elegeu-se vereador para o biênio iniciado em 1813¹¹⁴. Em 1833, ainda ativo em suas atividades políticas, foi eleito juiz de paz da vila de Caetité, sendo descrito como “lavrador, muito idôneo, ativo e de boa moral”, tendo desempenhado “os seus deveres” nas muitas vezes que serviu “nesta vila

¹¹² Segundo José Cardozo (2017, p. 20): “o Juiz de Órfãos era aquele que, por lei, tinha a responsabilidade sobre todos os órfãos ou menores de idade ou, mesmo, incapazes, ficando todos sob sua alçada. Suas ações eram necessárias quando houvesse a realização de um inventário; quando houvesse separação entre os pais; na nomeação de tutor ou curador para um menor ou incapaz; na fiscalização do procedimento e das despesas do tutor ou curador em relação a seu tutelado ou curatelado. Além dessas atividades, o Juiz de Órfãos poderia emancipar, por meio de processo de Suplemento de Idade, dar licença para casamento (sem a necessidade da autorização do responsável pelo menor), fazer a análise das contas do Cofre dos Órfãos, nomear os Oficiais de Justiça e o Ajudante do Escrivão.

¹¹³ APMC. Fundo: Câmara de Vereadores. Série: Livro de Atas das Vereações. Maço 05, Cx 01.

¹¹⁴ APMC. Fundo: Câmara de Vereadores. Série: Livro de Atas das Vereações. Maço 05, Cx 01.

os cargos públicos”.¹¹⁵Diferentemente do que aparece em outros documentos e contextos, nas atas eleitorais do período estudado a denominação “lavrador” correspondia à de proprietário de terras, condição predominante daqueles que gozaram de maior prestígio político na primeira metade do século XIX.¹¹⁶

Na Câmara Municipal de Caetité também atuaram alguns advogados e negociantes que certamente haviam adquirido privilégios por meio de casamentos vantajosos ou de outros vínculos. Entre os cargos políticos disputados, o Juizado de Paz era um dos mais estratégicos, uma vez que permitia certo controle social e político, a exemplo de “dividir o distrito, nomear os inspetores de quarteirão e elaborar as listas de eleitores”, funções previstas por lei. Para tal, “o juiz deveria ter amplos conhecimentos sobre a geografia local e as residências das paróquias, além de se manter informado sobre os recém-chegados, estrangeiros e andantes da região”. No mais, até 1841, com a reforma do Código de Processo Criminal, os juízes de Paz detinham poderes penais e de vigilância, podendo “determinar as causas das denúncias e formar culpa em todos os processos” (NASCIMENTO, 2010, p. 58).

Theotônio Gomes de Azevedo, outro tio materno de José Antônio Gomes Neto, foi vereador por sucessivos anos e dividiu-se entre a presidência e a vice-presidência da Câmara Municipal de Caetité entre 1834 e 1837. Deve-se destacar que nem todos os vereadores atuavam ao mesmo tempo. Em geral, as correspondências enviadas aos presidentes da província eram assinadas por cinco vereadores, nem sempre os mesmos, o que demonstra uma participação irregular nas sessões de vereança. Um dos fatores que pode justificar essa alternância é a distância que havia entre a vila, onde estava instalada a câmara, e as propriedades rurais e distritos onde residiam a maioria dos vereadores, a exemplo de Inocêncio José Pinheiro Cangussú, que residia na fazenda Campo Seco, no distrito de Bom Jesus dos Meira, distante mais de cem quilômetros da vila de Caetité. Em geral, mesmo aqueles que possuíam casas na vila, o que era comum, não se afastavam de suas propriedades.

¹¹⁵ APEB. Seção colonial e imperial. Governo da Província. Câmara de Caetité. 1833. Nº 1276.

¹¹⁶ Maria de Fátima Pires (2009, p. 97), trabalhando com processos criminais das cidades de Caetité e de Rio de Contas na segunda metade do século XIX, identificou, nesses documentos, que o termo lavrador era bastante utilizado para se referir aos “moradores das roças”, “sitiantes”, àqueles que abasteciam as feiras com suas pequenas produções advindas do meio rural. Entretanto, a autora não deixa de observar que havia, nesse período, uma utilização mais dilatada do termo “lavrador”, empregado tanto para os grandes proprietários de terra quanto para os pequenos, ou, até mesmo, para agregados que mantinham suas próprias roças ou para aqueles indivíduos que trabalhavam em roças alheias.

Os juizes de Paz também viviam a mesma situação. Conforme foi descrito na correspondência enviada ao presidente da província, em 1833, os vereadores da vila de Caetité declararam a “grande precisão” de “um condutor de ofícios, cartas, papeis” para diferentes lugares, principalmente para os juizes de Paz que residiam, todos, muito distantes. Esses juizes, que no processo de revezamento às vezes eram vereadores, nem sempre compareciam às reuniões ordinárias da câmara e, quando necessitavam ser avisados de algum ofício ou comunicado, não havia “condutores próprios de profissão”, de sorte que a câmara requeria um “caminheiro salariado com a limitada gratificação de 48\$000 anualmente” para não ter que pagar quantias avultadas, nem depender da sorte de encontrar portadores para os documentos, tendo em vista que “o juiz de paz das Almas dista vinte léguas a esta vila, o do arraial da Barra trinta pouco mais ou menos, o da Conquista cinquenta e seis léguas, o do arraial do Bom Jesus mais de vinte”.¹¹⁷

Dentro dessa realidade, a presidência da câmara também foi ocupada de maneira alternada. Embora fique evidente que Felipe Rodrigues Ladeia e Joaquim Venâncio de Azevedo tenham sido os presidentes mais atuantes no período analisado (tabela 07), algumas vezes também se observaram ocupações temporárias desse cargo, o que sugere alguma substituição decorrente da ausência do presidente eleito, ou mesmo conflitos internos e disputas entre diferentes grupos locais. Tratando-se de Theotônio Gomes de Azevedo, apesar de afastar-se das representações da vereança em 1837, deixou seu irmão Joaquim Venâncio de Azevedo à frente da presidência da Câmara Municipal, onde atuou até 1840. Sete anos após, em 1847, Joaquim Venâncio consagrou-se como o eleitor mais votado do termo da vila de Caetité¹¹⁸, o que demonstra a preservação do *status* da família.

O padre Sabino Gomes de Azevedo, assim como os demais irmãos, foi eleitor da paróquia de Caetité por várias décadas. Na posição de líder religioso da freguesia de Caetité, estava entre as suas funções realizar os registros paroquiais, o cadastro das terras, elaborar a lista de eleitores locais e convocá-los quando necessário (MATTOSO, 1992, p. 302), além de cumprir os protocolos das missas de abertura das eleições paroquiais. Dessa forma, transitava com influência no meio religioso e político, galgando um lugar de destaque perante homens e mulheres daquela sociedade. Isso aponta, mais uma vez, para a importância de um padre na família, pois, “mesmo no universo mais restrito das

¹¹⁷ APEB. Seção colonial e imperial. Governo da Província. Câmara de Caetité. 1833. Nº 1276.

¹¹⁸ APMC. Fundo: Câmara Municipal. Grupo: Junta de Qualificação. Série: Atas Eleitorais. Maço 2. Caixa 01.

vilas e dos arraiais, a figura do sacerdote, assim como os espaços de poder que ocupava e as relações que estabelecia, não pode ser menosprezada” (ANDRADE, 2014, p. 247).

Conforme dito em outro tópico, embora José Antônio Gomes [pai] fosse negociante, através do casamento ascendeu socialmente e integrou com mais facilidade o rol dos homens bem-conceituados para assumir os cargos públicos da vila de Caetité. Em muitas eleições para vereador e juiz de Paz seu nome foi cotado, às vezes até com expressiva votação, mas não ao ponto de ser eleito, o que poderia situá-lo numa esfera de influência menor do que aqueles homens mais atuantes, a exemplo de Bernardino de Brito Gondim e Manoel Francisco de Brito Gondim, que ocuparam funções políticas em todo o período aqui analisado (tabela 07). Por outro lado, a manutenção da sua patente militar de Tenente Coronel demonstra que ele possuía outras esferas de atuação que poderiam justapor-se ou concorrer aos cargos da Câmara Municipal, o que, na perspectiva de Mariana Muaze (2008, p. 73), amplia o conceito de política para além da ocupação de cargos legislativos, estendendo-o “à Guarda Nacional, ao tamanho da terra e às relações pessoais e favorecimentos que esta poderia gerar, ao número de dependentes com direito de voto e às afinidades com seus pares e representantes políticos”.

Além disso, deve-se lembrar que as correspondências enviadas aos presidentes da província da Bahia na primeira metade do século XIX, ou mesmo as atas eleitorais e de vereança não foram preservadas em sua totalidade. O estado fragmentado e parcial desses documentos impede que sejam conhecidas outras possíveis atuações políticas desses sujeitos que, certamente, não se resumem aos dados aqui apresentados. Mesmo assim, através das informações disponíveis, é possível inferir que as funções políticas da vila de Caetité foram revezadas, quando não, acumuladas, de modo que as mesmas famílias se mantiveram em posições de proa ao longo dos anos. A família de José Antônio Gomes Neto, embora não fosse a mais influente, se manteve, contudo, ativa na política local desde a criação da vila em 1810, garantindo a representação dos interesses do seu grupo nas esferas institucionais. Apesar das leis centralizadoras que fizeram minguar a autonomia das câmaras municipais, as elites locais continuaram tirando proveito da condição de liderança, “sobretudo quando se tratava de manter o domínio sobre seus concidadãos”, sugere Kátia Mattoso (1992, p. 250). Além do mais, muitas vezes os interesses das elites locais convergiam para aqueles ditados de cima para baixo, o que influía em caminhos abertos para o alargamento da influência de certos grupos.

Por meio desses espaços legitimados de poder foi que a família de José Antônio Gomes Neto transitou ao longo da primeira metade do século XIX. A partir da década de 1840, a descoberta de diamantes na Chapada Diamantina (1844), seguida da morte do padre Sabino Gomes de Azevedo e de José Antônio Gomes [pai], em 1846, contribuiu gradativamente para que o cenário político de Caetité fosse modificado. Não só alguns familiares de José Antônio Gomes Neto deixaram a vila para residir em Lençóis e Santa Isabel do Paraguaçu, onde melhor aproveitariam as oportunidades de enriquecimento através da mineração, mas outras tantas famílias decidiram por essa mudança, a exemplo dos Spínolas e dos Botelho de Andrade. Como a presença física não era um fator determinante em matéria de política, pois se podia manter olhos e sombras por toda parte, para alguns, a estada nas lavras não significou uma ruptura com os acordos políticos de Caetité e de toda região alto-sertaneja. Além de Joaquim Venâncio Gomes de Azevedo e Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], respectivamente tio materno e cunhado de José Antônio Gomes Neto, o Coronel Antônio de Souza Spínola, juiz de órfãos suplente em exercício da vila de Caetité, em 1849, é, talvez, um exemplo emblemático de quem continuou envolvido na política local mesmo depois de atrair-se pelo brilho dos diamantes. Como será discutido a partir do terceiro capítulo, sua atuação política em Caetité foi revigorada na década de 1860, época em José Antônio Gomes Neto já se impunha como um homem influente, tal qual foram seus avós, seu pai e seus tios.

Antes disso, o menino José crescia em torno das vivências da sua família. Quando ainda pequeno, seus pais deixaram a fazenda Rio Grande e estabeleceram-se na vila de Caetité, onde ele pôde frequentar a escola régia, com aulas de latim, e se diplomar nas primeiras letras. Em casa, além de compartilhar os momentos de devoção em frente ao distinto oratório que sua família possuía, acompanhava os negócios, a política e demais assuntos que faziam parte do seu cotidiano, como a chegada e partida das tropas, a compra, venda, nascimento e morte de escravizados, os falatórios sobre as sessões de vereança, sobre as eleições paroquiais, sobre os períodos de crise e de abundância no sertão, entre outros que perpassaram por sua infância e adolescência. Durante esse tempo, não raras vezes deve ter visto seu pai envolto em contas, notas promissórias e outros papéis relacionados à sua atividade como negociante e, ao lado dele, deve ter viajado para as propriedades que mantinham, a exemplo da Fazenda Boa Vista. Nesses momentos, além de saborear melaço de cana, puxa de rapadura e outras iguarias, quando mais jovem também deve ter aprendido a apreciar a aguardente que por ali se fabricava. Seu pai

certamente lhe ensinou o manejo e a limpeza das armas, geralmente usadas também para a caça silvestre e, sem dúvidas, o inteirou sobre os hábitos, costumes e valores defendidos por seu grupo familiar e pelo meio social no qual estavam inseridos.

Sendo alvo de grande expectativa familiar, José Antônio Gomes Neto foi enviado à Bahia, em 1840, com o propósito de avançar os estudos e ingressar no ensino superior. Dada a condição de abundância da sua família, as estratégias de investimentos mantidas por seu pai não só visavam estabelecer ou aumentar a riqueza que possuíam, mas também legar aos seus filhos, em especial a José, o primogênito, único filho legítimo do sexo masculino, “prestígio social, educação, instrução, bons relacionamentos”, com destaque para um bom casamento (MUAZE, 2008, p. 113), uma rica “herança imaterial” que, conforme será abordado no capítulo seguinte, lhe deu acesso a uma profissão socialmente reconhecida, garantindo a continuidade no pequeno grupo das famílias mais distintas do alto sertão baiano, além de uma inserção em redes sociais significativas que o interligariam a políticos e magistrados influentes da capital baiana e da Corte.

Tabela 07: Ocupações políticas na Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité (1833-1844)

Ano	Presidente da Câmara Municipal de Caetité	Vice-Presidente da Câmara Municipal de Caetité	Vereadores	Indicados a Juiz de Paz	Indicados a Juiz de Órfãos	Indicados a Promotor Público	Indicados a Juiz Municipal
1833	Felipe Rodrigues Ladeia Antônio Botelho de Andrade		Antônio Botelho de Andrade Theotônio Gomes de Azevedo Clemente Alves Carvalho Bernardino de Brito Gondim Manoel Francisco de Brito Gondim Joaquim Garcia Leal Manoel Rodrigues Ladeia	João José de Azevedo (lavrador) Ângelo Custódio Villasboas (lavrador) Inocência de Brito Gondim (lavrador)	Clemente José Ribeiro João Caetano Xavier da Silva Pereira (Tenente Coronel/negociante) Francisco Manoel de Brito Gondim (Sargento/lavrador)	Félix Miguel de Souza Barrem (advogado) Ângelo Custódio de Melo (advogado) Antônio de Queiroz Ozório (padre)	Quintiliano Rodrigues da Costa Ângelo Custódio Villasboas Inocência de Brito Gondim
1834	Felipe Rodrigues Ladeia Theotônio Gomes de Azevedo		Theotônio Gomes de Azevedo Manoel Francisco Brito Gondim Manoel Rodrigues Ladeia Bento Xavier Prates Bernardino de Brito Gondim Antônio de Queiroz Ozório Jerônimo José Pinheiro Cangussú Felix Miguel de Souza Barrem Joaquim Garcia Leal Clemente Alves Carvalho				
1835	Felipe Rodrigues Ladeia	Theotônio Gomes de Azevedo	Manoel Francisco de Brito Gondim Alexandre Pacheco de Mello Felix Miguel de Souza Barrem Bernardino de Brito Gondim Antônio Botelho de Andrade Theotônio Gomes de Azevedo Joaquim Garcia Leal Clemente Alves de Carvalho Bento Xavier Prates				
1836	Theotônio Gomes de Azevedo Clamente Alves Carvalho	Clemente Alves de Carvalho Antônio Botelho de Andrade	Manoel Francisco de Brito Gondim Antônio de Queiroz Ozório Joaquim Garcia Leal Inocência José Pinheiro Cangussú Bernardino de Brito Gondim Theotônio Gomes de Azevedo Bento Xavier Prates Felix Miguel de Souza Barrem		Bento Xavier Prates (lavrador) Domingos Soares dos Santos Barbalho (lavrador) José Simião Rodrigues de Mattos (lavrador)	Felix Miguel de Souza Barrem (advogado antigo) Cassiano de Souza Lima (Formado em Medicina e Cirurgia)	Inocência de Brito Gondim (lavrador) Ângelo Custódio Villasboas José Vicente Ferreira de Souza (lavrador)

	Felipe Rodrigues Ladeia		José Ribeiro Faria Alexandre Pacheco de Melo			Ângelo Custódio de Melo (advogado antigo)	
1837	Theotônio Gomes de Azevedo Joaquim Venâncio de Azevedo		Manoel Francisco de Brito Gondim Alexandre Pacheco de Almeida Joaquim Garcia Leal Bernardino de Brito Gondim Felix Miguel de Souza Barrem Tiburcio de Souza Lima Jacinto Antônio de Brito Theodoro de Almeida Saraiva Padre José de Miranda				Ângelo Custódio de Melo (advogado) Joaquim José Ramos (Negociante) Bento Mendes Oliva (Negociante)
1838	Joaquim Venâncio de Azevedo		Jacinto Antônio de Brito Antônio de Queiroz Ozório Padre José de Miranda Bernardino de Brito Gondim Theodoro de Almeida Saraiva Quintiliano Rodrigues da Costa Francisco José do Nascimento Soriano				
1839	Joaquim Venâncio de Azevedo		Jacinto Antônio de Brito Joaquim José Ramos Padre José Miranda Theodoro de Almeida Saraiva Bernardino de Brito Gondim José Antônio Severino Rio de Contas Quintiliano Rodrigues da Costa Francisco José do Nascimento Soriano Alexandre Pacheco de Melo		Caetano de Frota Duque(lavrador) Manel Francisco de Brito Gondim (lavrador) Francisco Manoel de Brito Gondim (lavrador)	Joaquim José Ramos (negociante) Ângelo Custódio de Melo (advogado) Antônio de Souza Lima (lavrador)	Aprígio José Ribeiro Guimarães (lavrador) Constantino José de Faria (lavrador) Francisco Xavier Fagundes Cotrim (lavrador)
1840	Bernardino de Brito Gondim Joaquim Venâncio de Azevedo		Jacinto Antônio de Brito Vicente Pereira da Costa Bayano Quintiliano Rodrigues da Costa Padre José Miranda Theodoro de Almeida Saraiva José Antônio Severino Rio de Contas Bernardo de Brito Gondim Joaquim José Ramos Manoel Rodrigues Ladeia Francisco José do Nascimento Soriano				Manoel Rodrigues Ladeia (Major de Legião/ lavrador) Inocêncio Xavier de Carvalho Cotrim (negociante) Quintiliano Rodrigues da Costa (lavrador)

1841	Joaquim Venâncio de Azevedo		Jacinto Antônio de Brito Manoel Francisco de Brito Gondim Antônio Xavier de Matos Bernardino de Brito Gondim José Antônio Severino Rio de Contas Aprígio José Ribeiro Guimarães		Manoel Francisco de Brito Gondim (lavrador) Jacinto Antônio de Brito (Capitão/Negociante) Manoel Rodrigues Ladeia (Major/lavrador)		José Monteiro de Carvalho (Proprietário e negociante) Manoel Xavier de Carvalho Cotrim (lavrador) Inocêncio Xavier de Carvalho Cotrim (Negociante e proprietário)
1842	Joaquim Venâncio de Azevedo		Marcelino de Souza das Neves Aprígio José Ribeiro Guimarães Antônio Xavier de Mattos Manoel Francisco de Brito Gondim Bernardino de Brito Gondim José Antônio Severino Rio de Contas Jacinto Antônio de Brito		Jacinto Antônio de Brito (negociante) Ladislau de Barros Silva (lavrador) Ângelo Custódio Vilasboas (lavrador)	Jacinto Gomes Moreira (negociante) Bento Procópio de Melo (negociante) Manoel Patrício de Irlanda Carvalho	Francisco Xavier Fagundes Cotrim (lavrador) Manoel José da Silva (negociante) Manoel Xavier de Carvalho Cotrim Filho (lavrador)
1843	Joaquim Venâncio de Azevedo Bernardino de Brito Gondim	Jacinto Antônio de Brito	Marcelino de Souza das Neves Aprígio José Ribeiro Guimarães Manoel Francisco de Brito Gondim Bernardino de Brito Gondim Jacinto Antônio de Brito Manoel Dantas Barbosa Francisco José do Nascimento Soriano Quintiliano Rodrigues da Costa Manoel Rodrigues Ladeia Bento Xavier Prates José Montalvão de Carvalho				
1844	Jacinto Antônio de Brito	Jacinto Antônio de Brito	Aprígio José Ribeiro Guimarães Manoel Rodrigues Ladeia Ângelo Custódio de Melo Manoel Dantas Barbosa Francisco Xavier Fagundes Cotrim José Montalvão de Carvalho Manoel Francisco de Brito Gondim Antônio Xavier de Mattos Quintiliano Rodrigues Costa Bernardino de Brito Gondim				

Fonte: APEB. Seção colonial e imperial. Governo da Província. Câmara de Caetité. Correspondências enviadas aos presidentes de província entre 1833-1844.

CAPÍTULO II: FORMAÇÃO SUPERIOR, RELAÇÕES SOCIAIS E AS PRIMEIRAS ALIANÇAS POLÍTICAS

Meo primo e Amigo

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1846

[Teu filho] tão bem me escreveu pedindo-me lhe declarar se ele poderia ser logo despachado, visto que tu lhe ordenas que embarque para esta corte, concluída que seja a sua Formatura. Eu lhe respondi que o despacho não poderia ser arranjado com a brevidade que pretende, porque a Lei de 3 de dezembro de 1841 exige que os Bacharéis tenham pelo menos um ano de prática do Foro, adquirida depois da Formatura, para que possam ser nomeados Juízes Municipais.¹¹⁹

Em 1846, José Antônio Gomes Neto matriculou-se no último ano do curso de Direito da faculdade de Olinda. Mal haviam começado as aulas e seu pai já vislumbrava, por meio da carta enviada ao primo Antônio José da Veiga, bacharel pela Universidade de Coimbra, desembargador no Brasil, então residente no Rio de Janeiro e deputado geral pela segunda vez, uma nomeação para o cargo de Juiz Municipal.¹²⁰ A ordem expressa era a de que após a formatura, prevista somente para outubro daquele ano, José seguisse

¹¹⁹ APMC.AFBC.JAGN. 7.2.19

¹²⁰ De acordo com informações do Supremo Tribunal Federal, Antônio José da Veiga foi um homem de destaque no Império. Era português, “filho legítimo de José Alves da Veiga e de sua mulher, D. Anna Maria Gomes”, irmã de José Antônio Gomes [avô]. “Nasceu em 1793, na freguesia de Santa Eugenia, então comarca de Vila Real, província de Trás-os-Montes. Veio para a capitania da Bahia com a idade de doze anos. Mais tarde voltou a Portugal e matriculou-se na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, onde concluiu o curso, recebendo o grau de Bacharel em 1820. Regressando ao Brasil e desejando ingressar na Magistratura, D. João VI resolveu nomeá-lo Juiz de Fora da comarca de Cuiabá, em decreto de dezembro de 1821, e Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas da referida comarca, em alvará de 15 daquele mês. Em decreto de 9 de setembro de 1824, foi nomeado Ouvidor da comarca de São João das Duas Barras. D. Pedro I resolveu tornar esse ato sem efeito, com a nomeação que fez, em decreto de 12 de outubro de 1826, de Antônio José da Veiga para o lugar de Ouvidor da comarca de Mato Grosso. Obteve o predicamento do primeiro banco com beca e posse na Relação da Bahia, servindo no lugar de Ouvidor de Mato Grosso, em decreto de 27 de novembro de 1828. Foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia, em decreto de 18 de outubro de 1829. Em virtude do decreto da Regência de 25 de outubro de 1833, passou a servir na Relação de Pernambuco. Exerceu o mandato de Deputado à Assembleia-Geral Legislativa, pela província de Mato Grosso na 2ª legislatura (1830-1833) e pela província do Rio de Janeiro na 6ª legislatura (1845-1847). Em decreto de 21 de outubro de 1847, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, preenchendo a vaga ocorrida com a aposentadoria de Adriano José Leal; tomou posse em 12 do mês seguinte. Foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo, em decreto de 14 de março de 1844, e o título do Conselho, em carta imperial de 18 de novembro de 1847. Foi casado com D. Maria Tereza Alves, sem descendência. Antônio José da Veiga faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 30 de junho de 1876, e foi sepultado em carneiro perpétuo no Cemitério da Ordem do Carmo. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=279>. Acesso: 11/10/2018.

imediatamente para a Corte, a fim de logo arranjar, com o apoio do primo influente, o despacho desejado.

O empenho do pai na carreira jurídica do filho, para a qual vinha destinando altos investimentos, estava atrelado à consciência de que a Corte era um lugar privilegiado para se conquistar mais rapidamente interesses dessa natureza, fora outros que daí poderiam se desdobrar. Sediada no Rio de Janeiro, a Corte congregava elites políticas de todo o país. Era, como destaca Jonas Vargas (2010, p. 17), “o coração financeiro do Império”, o lugar das “principais decisões políticas e administrativas” de seu vasto território. Os órgãos da administração pública e as instituições financeiras mais importantes estavam ali: o Paço Imperial, o Senado, a Assembleia Geral e o Conselho do Estado. Nesse meio social:

os salões e os bailes, por exemplo, serviam como local de grandes debates intelectuais e políticos e eram mantidos e frequentados pelas mesmas elites que residiam na Corte. Além disso, os encontros nas confeitarias e nos teatros somavam-se ao itinerário dessas famílias e também eram fundamentais no processo de socialização destes grupos. (VARGAS, 2010, p. 17).

O Tenente Coronel José Antônio Gomes sabia que era ali, na Corte, que seu filho deveria estar se quisesse colocação e contínua carreira, ainda mais se fosse assessorado por um familiar da envergadura do seu primo carnal, a quem não hesitou em escrever mesmo depois de muitos anos sem manter contato, conforme observou o próprio Antônio Veiga: “principias a tua carta censurando-me por te não escrever [...] também são raríssimas as q. recebi da tua parte, e seguramente há mais de seis anos que não recebo nenhuma”. Embora a correspondência do primo Antônio Veiga, esclarecendo as exigências da lei de 1841¹²¹, tenha frustrado as expectativas de uma breve colocação, não descartava a possibilidade de José passar uma temporada no Rio de Janeiro: “o que posso, porém, asseverar-te é que quando ele vier a esta Corte encontrará em minha casa o mesmo agasalho que teria se fosse meu filho e que lhe prestarei todos os ofícios”.¹²²

¹²¹ Acerca da legislação de 1841, José Murilo de Carvalho (2003, p. 174-5) esclarece: após 1841 define-se o sistema judiciário que duraria, com pequenas modificações, até o final do Império. Permaneceu o juiz de paz eleito, mas com atribuições muito reduzidas. A magistratura togada abrangia desde os juízes municipais até os ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Os juízes municipais e de órfãos eram nomeados entre bacharéis com um mínimo de um ano de prática forense para períodos de quatro anos. Podiam então ser promovidos a juiz de direito, ou ser nomeados para outro quadriênio, ou mesmo abandonar a carreira, pois não tinham estabilidade. Já os juízes de direito possuíam estabilidade e só perdiam o cargo por processo legal, embora pudessem ser removidos de um lugar para outro.

¹²² APMC.AFBC.JAGN. 7.2.19

Um bacharel em direito que se apresentasse bem na capital imperial tinha alguma chance de conhecer pessoas da alta sociedade, tanto mais se estivesse hospedado na residência de um deputado com alçada para ser Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, como aconteceu com Antônio Veiga no ano seguinte. Ao lado do primo, José Antônio Gomes Neto talvez não precisasse da mesma sorte, habilidade e esforço de que necessitariam outros jovens recém-formados. Muito provavelmente, no seu caso, a maneira como seria recebido na Corte já lhe oportunizaria acesso a uma rede de sociabilidade muito significativa, capaz de influenciar o seu destino. Essa era a expectativa do Tenente Coronel José Antônio Gomes: de que os ofícios prestados por seu primo no Rio de Janeiro propiciassem bons vínculos e encurtassem os caminhos de uma boa colocação para o filho bacharel, fato que demonstra uma compreensão muito perspicaz da sociedade em que estava inserido, aliás, bastante consistente com a análise de Mariana Muaze (2013, p. 27):

Riqueza, poder político e prestígio social, apesar de relacionados, não eram indissociáveis no Brasil oitocentista. Assim explicam-se os altos investimentos em títulos de nobreza, os casamentos arranjados, a entrada para a Guarda Nacional, a compra de fazendas e escravos, e outras práticas tão frequentes. Se, no início do oitocentos, o mais significativo para obter prestígio era fazer grandes doações ao Estado ou à Igreja e conquistar honrarias e mercês, no apagar das luzes daquele século, o que falava mais alto era educação, instrução, refinamento, domínio das línguas estrangeiras e boas relações pessoais entre os indivíduos. Estar atento a essas nuances foi condição essencial para manter-se no grupo das “melhores famílias” e conseguir legar para as gerações futuras uma herança imaterial atualizada no tempo.

O que se deve destacar é que José Antônio Gomes [pai] estava no meio desse processo de transformação social. E que não estava perdido. Se ele, de certa forma, representava uma elite tradicional que, conforme mencionado acima, alcançou prestígio por meio de terras, escravizados e títulos militares, por outro lado, dispunha de uma compreensão dinâmica acerca das tendências que se firmavam naquele momento e, por isso, buscava garantir uma posição privilegiada para o filho, tal qual faziam outras famílias de elite espalhadas pelo país (ver tabela 08).¹²³

¹²³ É importante lembrar que essa discussão perpassa por diversos estudos, não só sobre o oitocentos, mas também sobre a República brasileira, o que demonstra que essas práticas ganharam validade e se perpetuaram como forma de poder. NEGRO e BRITO (2013) demonstram a importância de políticos baianos como Rui Barbosa, J.J. Seabra e Miguel Calmon terem, na Primeira República, vínculos tão afins com o Rio de Janeiro. Para o mesmo contexto, observa-se o estudo de Mariele Araújo (2006), em que demonstra como o estabelecimento no Rio de Janeiro, mediado por um padrinho influente, foi significativo na trajetória do escritor Pedro Calmon. No mesmo sentido, para o alto sertão baiano, observa-se o caso de

O fato de enviá-lo para fazer os estudos preparatórios em Salvador, depois para Olinda, onde contemplou a escolha pelo curso acadêmico de Ciências Jurídicas, que também não foi aleatória, e, como se viu, a iniciativa de escrever ao primo Antônio Veiga, no Rio de Janeiro, quando o filho ainda estava por concluir o último ano do bacharelado, faziam parte de um planejamento de vida bem traçado. Com tais iniciativas, o Tenente José Antônio Gomes conduzia seu filho sobre como tecer bem suas redes de sociabilidade visando ao curto e ao longo alcance dos seus interesses. Por esse motivo, recomendou a José que também escrevesse ao primo Antônio Veiga: “acuso a recepção da carta que me dirigiu com data de 15 [de abril de 1846] na qual me diz que seu pai lhe ordenara que logo que tome o grau de bacharel embarque para essa corte a fim de obter despacho”, não só para garantir um período de estada em sua casa: “quando julgar conveniente vir a esta Corte encontrará em mim um parente que o estima e que empregará em seu serviço todo seu fraco préstimo”, mas, de forma estratégica, para solicitar-lhe que entregasse correspondências suas a outros sujeitos influentes da Corte, a exemplo do Senador Alencar¹²⁴: “a carta que me remeteu para o Galvão já foi entregue, a do Senador Alencar ainda não foi porque ele mora fora da cidade, porém, brevemente será”.¹²⁵

Havia premeditação, empenho e, provavelmente, eficácia, se antes mesmo de concluir o curso em Olinda, o jovem não fosse surpreendido com a notícia da morte do pai, ocorrida em Caetité poucos dias após a remessa da correspondência supracitada. Esse acontecimento foi determinante em sua trajetória, visto que impôs a necessidade de retornar ao sertão e refazer sua vida. Todavia, para entender como José Antônio Gomes Neto se articulou daí em diante é fundamental um retorno à sua formação superior e às redes que constituiu até alcançar a desejada colocação de juiz municipal de Caetité.

Deocleciano Pires Teixeira e seus filhos que estabeleceram conexões vantajosas com a capital republicana (AGUIAR, 2011).

¹²⁴ APMC.AFBC.J.A.G.N. 2.9 O Deputado José Martiniano de Alencar era, além de padre, pai do escritor José de Alencar. Ele nasceu em 27 de outubro de 1798 em Massejana, na Província do Ceará. Foi Deputado pela Província do Ceará na legislatura de 1830 a 1833. Foi Deputado Constituinte na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de abril a novembro de 1823. Foi, também, Deputado pela Província do Ceará nas Cortes Gerais Constituintes da Nação Portuguesa convocadas em Lisboa de 1821 a 1822. Nomeado Senador, tomou posse em 2 de maio de 1832. Tomou parte ativa na revolução de Pernambuco, de 1817. Foi Presidente da província, 1840. Publicou diversas obras. Faleceu no dia 15 de março de 1860. Informações do Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html. Acesso: 22/09/2017.

¹²⁵ APMC.AFBC.2.9

Do sertão da Bahia para Olinda: notas sobre a formação superior do filho do Tenente Coronel José Antônio Gomes

No Brasil imperial, “a educação era a marca distintiva da elite política” (CARVALHO, 2003, p. 79). Aqueles que almejavam manter-se ou fazer parte desse grupo seletivo não desprezavam a instrução, sobretudo a formação jurídica, como porta de entrada para ocupações relevantes dentro do Estado brasileiro. Embora essa realidade tenha sido observada em todo o oitocentos, e também na República, destaca-se a importância da formação superior na primeira metade do século XIX pelo fato de que esse período corresponde à constituição e consolidação do Estado imperial e de suas elites políticas. Nesse processo, as ideias vigentes após 1822, de formação de uma elite independente no Brasil e capaz de reestruturar o cenário intelectual, político e econômico do Estado que se pretendia construir, fizeram com que a Universidade de Coimbra, até então o principal centro de formação dos bacharéis brasileiros, perdesse sua primazia para os cursos de Direito implantados em Olinda e São Paulo, que nasceram em resposta “à necessidade de conformar quadros autônomos e criar uma *intelligentsia* local para enfrentar os problemas específicos da nação” (SCHWARCZ, 1993, p. 141).¹²⁶

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o fato de viver no alto sertão baiano, longe dos centros urbanos mais destacados do Império, a quase 700 quilômetros da capital baiana, não limitou os moradores daquela região a uma condição de isolamento. Naquele entreposto transitavam constantemente pessoas e mercadorias vindas das mais diversas partes do império e, com elas, notícias, modos de vida e costumes adotados nas capitais brasileiras. Essas condições de “proximidade” permitiam ao sujeito, nas palavras de Jonas Vargas (2011, p. 31-2), “ultrapassar o mundo da paróquia”. Assim como observou este autor em relação ao Sul do país, elas também influenciaram os modos de vida das elites sertanejas e contribuíram para “condicionar a trajetória” de muitos indivíduos no tocante às suas “escolhas nas áreas da formação educacional, da profissão e das opiniões políticas, entre outras”.

¹²⁶De acordo com Lília Schwarcz (1993 p. 142-3)), os dois centros dedicados ao estudo do Direito no país foram criados a partir da Lei de 11 de agosto de 1827. A escolha de Olinda e São Paulo visou atender à população de duas regiões distintas do país: o Norte e o Sul. Em 1854 a faculdade de Direito de Olinda foi transferida para Recife, pelo fato de que em Olinda havia, ainda, forte influência lusitana. O fato de essas faculdades terem sido criadas com objetivos em comum não significa dizer que elas mantinham a mesma concepção ideológica: “a fachada institucional encobriu diversidades significativas, que dizem respeito à orientação teórica, assim como ao perfil profissional característico de cada uma das escolas. São Paulo foi mais influenciada pelo modelo político liberal, enquanto a faculdade de Recife, mais atenta ao problema racial, teve nas escolas darwinista social e evolucionista seus grandes modelos de análise”.

Negócios mantidos entre os sertões e a Bahia pelos familiares de José Antônio Gomes Neto, especialmente por seu pai e seu avô, certamente contribuíram para ampliar as perspectivas em torno de sua vida profissional e financeira. Como realça Lília Schwarcz (1993, p. 142), entre as elites brasileiras de 1831 havia, de modo generalizado, duas aspirações: “obter para si a patente de Guarda Nacional e conseguir o grau de bacharel ao menos para um de seus descendentes”. Dono do título militar de Tenente Coronel, José Antônio Gomes [pai] pensava de modo compatível com o grupo social a que pertencia. Mesmo assim, a maneira como projetou a carreira acadêmica para o filho, enviando-o para a capital baiana, a fim de que estudasse para os chamados “exames preparatórios”¹²⁷, não deixou de ser uma decisão ambiciosa e desafiadora.

Em geral, jovens estudantes como José, advindos do interior da província, eram acolhidos em pensionatos que funcionavam como uma espécie de internato na residência do próprio tutor. O objetivo era que o estudante se dedicasse exclusivamente ao aproveitamento das matérias exigidas para o ingresso no curso superior. Como esclarece Márcia Razinni (2000, p. 24), nos cursos jurídicos, por exemplo, eram exigidas “certidões de aprovação” de “latim, francês, retórica, filosofia e geometria, as quais eram conferidas por professores autorizados pelo governo que mantinham aulas públicas (ou privadas) avulsas de uma ou mais disciplinas”.

Quando foi para a Bahia, José Antônio Gomes Neto era tratado como o filho do Tenente Coronel ou, simplesmente, José. Ele passou a residir com outros estudantes na casa do tutor Magliola e tinha a seu dispor o escravizado Gregório, que, se não permanecia o tempo todo como ele, era por estar a transitar entre o sertão e a capital, dividindo-se entre os mandados do seu senhor e a assistência ao “sinhozinho”. Vivendo distante da família, a presença de Gregório, nesse momento particular da vida de José, deve ser vista para além da servidão. Sua companhia dissolvia os momentos de solidão, quer nas longas viagens até a capital, quer no amparo e na proteção do dia a dia. Implicitamente a ele

¹²⁷ Nesse período havia no Brasil, em modalidade de cursos superiores, “os seminários episcopais, exigência da carreira eclesiástica; e os cursos das carreiras liberais, sendo os dois de maior prestígio, direito e medicina. Todos eles realizavam exames de ingresso e muitos deles [...] mantinham cursos que preparavam os candidatos para esse exame”. No caso dos cursos jurídicos, em São Paulo e Olinda “foram instituídas em 1831 as ‘Aulas Menores Anexas aos Cursos Jurídicos’ ou ‘Aulas Preparatórias’, ou ainda ‘Curso Anexo’, cuja missão era preparar os jovens para os exames que davam acesso a esses cursos superiores. Foram criadas seis cadeiras: ‘Latim, Francês e Inglês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia’. Desta forma, parece possível compreender porque a origem da escola secundária brasileira foi eminentemente propedêutica, para atender aos cursos superiores. (RAZZINI, 2000, p. 24-5)

também foi confiada certa vigilância sobre o estudante, a respeito de quem deveria prestar contas sempre que requerido.

Todo esse cuidado visava garantir que as expectativas familiares em relação aos estudos de José fossem, de fato, concretizadas. A preocupação com os bons resultados era assunto corrente nas correspondências trocadas entre pai e filho: “recebi as venerandas cartas de Vm^{cê}, as quaes incherão-me de grande júbilo por tirar delas sábios conselhos q Vm^{cê} me dicta”¹²⁸. Ao lado dos conselhos seguiam as exigências, permitindo entrever uma natural intranquilidade ocasionada pela distância: “Vm^{cê} queixa-se de eu não mandar-lhe atestado todos os annos, o q não é minha culpa, mas sim do Sr. Magliola q não tem me dado, apesar de q eu tenho pedido ao mesmo algumas vezes e só diz q há de fazer porém nunca faz”.¹²⁹

Para a família de José, os atestados serviam como indicativo do andamento dos estudos. Esperavam-se, preferencialmente, atestados de boa conduta e com notas aprazíveis. Entretanto, ainda que o resultado fosse contrário, não se admitia a falta desse documento. O fato mencionado por José, de que o tutor omitia os atestados, não era convincente o bastante, pois a distância dava lugar à suspeição. Mediante os questionamentos acerca do seu desempenho estudantil, José utilizou-se de um argumento bastante perspicaz e ousado, de que os atestados não serviam para comprovação intelectual: “diz Vm^{cê} que é também uma prova de eu nada saber, o não mandar atestados, o que não é uma consequência exata por que os atestados pouco valem”, mas, de forma moderada, completou: “com isso não quero dizer q sei pelo contrário ainda sou um zero na república literária, mas talvez q ainda seja alguma cousa”.¹³⁰ Esses episódios de “desconfiança” faziam parte do comprometimento de José Antônio Gomes [pai] com a vida estudantil do filho, o que demonstra que os investimentos na formação intelectual não eram aleatórios, mas, ao contrário, eram coerentes com propósitos pré-estabelecidos, a fim de dotá-lo com as então vigentes ferramentas de ascensão social.

Ao que parece, a vida nos internatos também não era desregrada. A cobrança com o bom desempenho do estudante fazia parte do papel dos tutores. No caso de José, a estada na casa do tutor Magliola tinha prazo determinado. Em correspondência remetida ao seu pai, quando o ano letivo estava findando-se e ele planejava partir para terminar os estudos

¹²⁸ APMC. AFBC. JAGN1.3.1

¹²⁹ APMC. AFBC. JAGN1.3.1

¹³⁰ APMC. AFBC. JAGN1.3.1

em outra capital, José informou: “si Vm^{ce} quiser ver-me antes de ir mandará condução para mim, que chegue em S. Felix no dia 2 ou 3 de novembro” referindo-se à montaria que deveria levá-lo até sua casa, em Caetitê. Nesse trecho, a precisão da data revela traços da rigidez do seu tutor: “visto que consta-me q o Sr. Magliola de novembro por diante, não quer mais sustentar pessoa alguma estranha em sua casa”.¹³¹

Em 1840, ano da correspondência supracitada, José já havia realizado parte dos seus estudos, tendo dito ao pai: “antes de receber a vossa honrada carta já tinha resolvido seguir a carreira jurídica”¹³². Essa decisão não só revela o quanto a escolha profissional perpassava pela vontade familiar, como também demonstra o interesse por uma carreira que atendia aos ditames das elites da época. Porém, até que se alcançasse a profissão, ou a carreira política, os investimentos feitos pela família seriam bastante expressivos. Como destaca José Murilo de Carvalho (2003, p. 74):

os filhos das famílias de recursos, que podiam aspirar uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu [...] e escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina. As quatro cobravam anuidades e seus cursos duravam cinco anos (direito) e seis (medicina). Um estudante típico entraria numa dessas escolas na idade de 16 anos e se formaria entre 21 e 22 anos.

Quando decidiu sobre a carreira jurídica, José Antônio Gomes Neto tinha por volta de 18 anos, contudo ainda não havia concluído os estudos preparatórios. Algo que pode ter adiado um pouco a sua ida para Salvador e, conseqüentemente, a continuidade dos seus estudos, foram as constantes revoltas ocorridas na Bahia durante a década de 1830, especialmente a Sabinada, que se findou em 1838, quando ele tinha 16 anos.¹³³ É provável que seu pai se tenha acautelado quanto às notícias vindas da capital, aguardando um tempo mais oportuno para enviar o filho sertão afora. Em 1840, quando deixou a vila de Caetitê e entrou em contato com outros estudantes, José certamente se deu conta de que alguns jovens da sua idade já estavam na academia. Assim, na tentativa de compensar o tempo que passara a mais no sertão, expôs ao seu pai o seguinte planejamento: “desejo ir

¹³¹ APMC. AFBC. JAGN1.3.1

¹³² APMC. AFBC. JAGN1.3.1

¹³³ A década de 1830 foi um período de grande instabilidade política no Brasil. De acordo com Marcello Basile (2017, p. 69), em todo o país registraram-se, pelo menos, 29 revoltas regenciais entre 1831 e 1841. Na Bahia ocorreram os movimentos do Mata-Marotos (1831), levantes federalistas em Salvador (1831-1832) e a Sabinada (1837-1838).

no fim deste ano, ou no princípio do outro para S. Paulo, acabar os meus preparatórios e entrar com mais facilidade na Academia”.¹³⁴

Corria entre os estudantes diferentes opiniões sobre as faculdades de direito de São Paulo e de Olinda. De acordo com Lília Schwarcz (1993, p. 143), sendo geridas por circunstâncias distintas, cada uma dessas instituições teria influenciado de uma maneira o destino de seus egressos: “o caráter doutrinador dos intelectuais da faculdade de Pernambuco” se destacava, principalmente “quando contrastado com o grande número de políticos que partiam majoritariamente de São Paulo”. Todavia, considerando a atuação política de modo mais abrangente – incluindo aquela exercida pelas lideranças locais – é possível que essas impressões sobre os bacharéis de cada faculdade não sejam, inequivocamente, compatíveis com a realidade. Outros rótulos ainda devem ser relativizados, como aqueles que induzem a pensar que havia certa preferência por São Paulo, em vez de Olinda. Sobre isso, a mesma autora aponta que, nos primeiros anos, o curso de direito em Pernambuco ganhou uma repercussão negativa, não só por manter fortes referências com a herança lusitana, mas pela falta de professores, pela insubordinação dos alunos e pela ligação com o Mosteiro de São Bento, que serviu de sede provisória para academia durante 22 anos (figura 3, abaixo).¹³⁵ Ainda sobre essas impressões controversas, José Murilo de Carvalho (2003, p. 83) aponta que não existiam empecilhos para transferência entre as faculdades, demonstrando que muitos alunos desistiam do ensino difícil de São Paulo para ingressarem na “vida fácil” de Olinda.

A trajetória de José Antônio Gomes Neto, contudo, demonstra outra realidade. No seu caso, a opção por São Paulo se justificava pelas facilidades que lhe chegaram aos ouvidos acerca do ingresso naquela academia. Contando com a aprovação do seu pai, elencou as seguintes razões para tal escolha: a primeira era a de que em São Paulo os tutores seriam “os mesmos examinadores da Academia e estes não quererão reprovar um seu discípulo, ainda que não seja muito bom estudante, mas que tenha bom comportamento”; o outro argumento aponta seu anseio em amenizar os difíceis exames

¹³⁴ APMC. AFBC. JAGN1.3.1

¹³⁵ O curso de direito de Olinda foi inaugurado em 15 de maio de 1828, no Mosteiro de São Bento, em um contexto ainda marcado pelas revoltas de cunho republicano ocorridas em Pernambuco. De acordo com SCHWARCZ (1993), ali estudaram, nos primeiros anos, muitos portugueses fazendo com que o curso pouco se diferenciasse do de Coimbra. Além disso, a proximidade com a Igreja Católica, através do próprio mosteiro, não era vista de forma positiva, uma vez que muitos professores eram padres.

preparatórios, atenuando “a carga de estudos e também para fazer a metade dos exames em um ano, a metade em outro; o que me é conveniente”.¹³⁶

Ao contrário do que esperava, José foi encaminhado a Olinda, talvez pelo fato de seu pai já ter parentes e amigos por lá, ou mesmo porque não aceitou as facilidades e conveniências indicadas pelo filho. Quem sabe também fosse inoportuno afastar-se da prole das elites baianas, já que, conforme demonstrado na tabela 08 (abaixo), era em Olinda que ela se concentrava. Sendo assim, José não só encontraria em Pernambuco estudantes com quem já havia estabelecido vínculos na Bahia, quiçá filhos de negociantes conhecidos por seu pai e seu avô, mas também teria a oportunidade de conquistar novas e influentes amizades. Por mais incertas que sejam as razões que motivaram sua ida para Olinda, provavelmente, elas não se excluem. De todo modo, destaca-se a prevalência da vontade do seu pai, reafirmando, outra vez, o quanto a formação superior e a construção de uma carreira profissional carregavam o peso das decisões familiares, hierarquicamente tomadas.

Figura 03: Mosteiro de São Bento. Olinda. Autor desconhecido. S.d.



Fonte: IBGE¹³⁷

¹³⁶ APMC. AFBC. JAGN1.3.1

¹³⁷ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/pe44165.jpg>. Acesso: 24/06/2019.

**Tabela 08: Formandos da Faculdade de Direito de Olinda e de São Paulo
(década de 1840)¹³⁸**

NATURALIDADE	ANO DA FORMATURA – OLINDA										TOTAL
	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	
Pernambuco	9	15	7	11	10	4	10	17	21	16	120
Bahia	4		4	6	3	5	7	10	13	8	60
Paraíba	1	2	3	4	4	2	2	3	5	3	29
Maranhão	2	1	1	2	3	2		4	3	3	21
Ceará		6	3	1	4			1	2	1	18
Alagoas	1	1	2	2		2	1	1	4	2	16
Rio de Janeiro	2					1	2	1	2	3	11
Piauí	1		1	1	1	2		2	2		10
Pará	1	1		4	2	1					9
Rio Grande do Norte			1	2			1		3		7
Sergipe								2		2	4
Portugal						1		1	1		3
Minas Gerais								1		1	2
São Paulo								1	1		2
Goiás								1			1
Cisplatina							1				1
Rio Grande do Sul								1			1
TOTAL	21	26	22	33	27	20	24	46	57	39	317

NATURALIDADE	ANO DA FORMATURA - SÃO PAULO										TOTAL
	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	
Rio de Janeiro	2	1	2	2	3	4	1	9	4	11	39
São Paulo	3	1	6	2	6	1	2	6	4	6	37
Minas Gerais	1		3	2		2		5	1	3	17

¹³⁸ Baseada na lista geral dos bacharéis e doutores das Faculdades de Direito de Pernambuco (1931) e de São Paulo (1900)

Bahia		3			1	2	2	3	1	3	15
Maranhão	1		3	2		2			1		9
Rio Grande do Sul	1				2	1	1			3	8
Santa Catarina		1	1	1	1		1	1	1		7
Portugal		1					1		2	1	5
Mato Grosso								2		1	3
Pernambuco			1						1		2
Goiás			1				1				2
Pará					1						1
Piauí		1									1
Sergipe										1	1
Alagoas										1	1
Ceará										1	1
França					1						1
Montevidéu			1								1
TOTAL	8	8	18	9	15	12	9	26	15	30	151

Conforme os dados acima, todos os estudantes que se formaram na década de 1840 em Olinda provavelmente tiveram algum contato com José Antônio Gomes Neto, quer no início ou no findar do seu curso. Isso revela a possibilidade de constituição de uma rede social muito significativa e abrangente, envolvendo os filhos das elites de quase todas as províncias brasileiras e, também, de Portugal. Por esse motivo, José Murilo de Carvalho (2003, p. 65) destaca a importância da “concentração temática e geográfica” para a vida política desses estudantes que, na academia, estabeleciam contatos com jovens “das várias capitanias e províncias”. Nesse período, a maioria dos alunos da academia de direito de Olinda provinha da Bahia, com exceção daqueles que já eram naturais de Pernambuco. Em seguida estavam os estudantes da Paraíba e do Maranhão. Em São Paulo, na mesma década, a Bahia ocupava o quarto lugar entre o número de formandos, enquanto a maioria provinha do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, o que demonstra uma concentração regional em ambas as faculdades. Fazendo um comparativo geral, foi em Olinda, no Mosteiro de São Bento, que se formou a maioria dos bacharéis brasileiros na década em destaque, mais que o dobro dos graduados em São Paulo.

Todavia, pouco se discute sobre o cotidiano de jovens estudantes atraídos à cidade de Olinda na primeira metade do século XIX em busca de formação superior. A maioria dos estudos dedicados ao assunto trata do período em que a faculdade de Direito já funcionava em Recife, após 1854, dando destaque ao movimento que marcou a chamada “Geração de 1870”.¹³⁹ Buscam analisar, quase sempre, a formação teórica e os currículos do curso, no sentido de avaliar o impacto que determinadas filiações intelectuais causaram no Brasil oitocentista. No entanto, as vivências partilhadas em torno das escolas superiores por jovens de diferentes lugares do Império também são muito significativas para a compreensão de suas trajetórias após a conclusão do curso superior, especialmente para aqueles que souberam aproveitar esse momento propício de entrecruzamento de vidas, troca de experiências e constituição de amizades. No caso específico de José, deve-se considerar ainda o momento particular em que essa formação se deu, a saber, a década de 1840.

Viver e estudar em Olinda na década de 1840

A cidade de Olinda foi capital da província de Pernambuco até 1837, quando perdeu essa posição para Recife. Na condição de “cidades-irmãs”, a ligação entre ambas não se dava apenas do ponto de vista geográfico, mas, sobretudo, da circularidade de gente que complementava e pulsava esses espaços urbanos cotidianamente. Lília Schwarcz (1993, p. 144), chamando atenção para o ativismo político de Pernambuco no contexto da Independência, acentuou que, em 1828, quando a faculdade de direito foi inaugurada, “em Olinda estavam quentes os ânimos e as cinzas de 1817, 1821 e 1824”. Nos anos regenciais, mais uma vez a cidade foi palco de diversas revoltas de ordem política e social¹⁴⁰ e, em 1841, quando José ali chegou, outra revolta se ascendia. Ao longo da década de 1840 excitou-se um movimento de cunho liberal e nacionalista que teve como ponto de tensão a forte presença estrangeira em Pernambuco. Esse movimento, intitulado Praieira, eclodiu de forma revoltosa em 1848, porém, mesmo antes dessa data, já apontava uma disputa político-ideológica, no sentido de que muitos pernambucanos

¹³⁹ De acordo com Luís Cláudio Santos (2018, p. 88), a “Geração de 1870” configura-se como um movimento formado por vários grupos que, no contexto final da Guerra do Paraguai, alargaram o debate político pondo em discussão temas antes interditados como a abolição, a religião e o Estado, o poder Moderador, o federalismo e a república, abrindo um espaço político e intelectual que logo foi ocupado por “contestadores da ordem” Saquarema vigente.

¹⁴⁰ Marcus de Carvalho (2017) destaca a setembrada (1831), a novembrada (1831), a abrilada (1832) e a cabanada (1832).

eram contrários à monarquia, queixavam-se da falta de autonomia provincial e ambicionavam a liberdade política.¹⁴¹

Marcus de Carvalho (2017, p. 123) elenca alguns aspectos da vida urbana de Olinda e Recife nesse período. Segundo ele, a “antiguidade de Pernambuco” fez com que a escravidão ultrapassasse os canaviais e casas-grandes, conformando-se, nas cidades, como um “modo de vida”: “a posse de escravos suntuários era a rotina nos sobrados urbanos. As vozes, os cantos dos cativos trabalhando, o som das ruas de Recife e Olinda. Todos estavam integrados à peculiar maneira de ser de uma sociedade escravista há muito consolidada”. Além da população negra, a presença estrangeira também era marcante e não se diluía ao ponto de passar despercebida entre os nativistas:

A folhinha de Algibeira, de 1844, registrava a existência, naquele ano, de 77 grandes comerciantes no Recife dos quais menos de um terço se compunha de brasileiros: 23 nacionais, 20 ingleses, 10 alemães, 8 portugueses, 3 norte-americanos, 2 suíços, 1 dinamarquês, 1 holandês. Os estrangeiros eram apelidados de “marinheiros” por conta da via marítima do seu comércio de exportação e importação (FIGUEIRA DE MELO, 1979, p. 18).

Impregnados de sentidos políticos, os discursos nativistas tomaram as ruas de Recife e Olinda naquela década, ganhando “a simpatia de grande parte da população pobre urbana nascida no Brasil, que acreditava ocuparem os imigrantes portugueses os empregos que deveriam ser dos brasileiros” (CARVALHO, 2017, p. 156). Apesar de esse movimento escapar ao foco do presente estudo, não se deve desconsiderar que o ambiente e as circunstâncias em que se deu também perpassaram pela experiência de formação dos estudantes daquele período. Em Olinda, destaca Lília Scwartz (1993, p. 144), tudo se assemelhava à “metrópole portuguesa que se buscava combater”. Em certa medida até a estrutura do curso de direito “era idêntica à da escola de Coimbra, assim como os hábitos, já que em pleno verão era comum ver-se acadêmicos usando chapéu alto, fraque e sobrecasaca”. Além disso, o movimento que se formou na década de 1840 registrou o

¹⁴¹ Segundo Carvalho (2017, p. 164): o nome oficial do novo partido era Partido Nacional de Pernambuco”. O apelido de “partido praieiro”, dado pelos conservadores, “devia-se ao fato de a sede ficar na rua da Praia, à beira do Capibaribe, no qual se jogava lixo e se despejavam os ‘tigres’”. Considerando que “o que estava na praia, não era coisa boa nem limpa”, observa-se a conotação pejorativa do apelido. Mas, o autor também apresenta uma segunda versão, a de que o epíteto praieiro estivesse relacionado ao lugar de reuniões de políticos ligados ao partido no Rio de Janeiro, a saber, na Praia Grande, atual Niterói, “na casa do mordomo imperial, Paulo Barbosa da Silva. Era ali o chamado ‘clube da Joana’”. Essa denominação “equivalia a chamá-los de cortesãos ou mesmo de corcundas, certamente uma ofensa para parlamentares que se pretendiam liberais constitucionistas”.

envolvimento de professores acadêmicos e agitou as tipografias e bibliotecas de Olinda e Recife.

As gazetas pernambucanas foram inundadas de queixas contra os estrangeiros, o que se intensificou com a ascensão política dos chamados praieiros. Para se ter ideia, entre 1844 e 1848, “houve pelo menos sete grandes mata-marinheiros”, o que geralmente ocorria em época de eleições: “era uma catarse geral”, explica Marcus de Carvalho (2017, p. 170): “o povo tomava as ruas, saqueava as lojas dos estrangeiros e espancava quem se intrometesse”. O mesmo autor também destaca os efeitos imediatos na política local, visto que entre 1845 e 1848 foram efetivadas cerca de 650 mudanças em funções da polícia civil, Guarda Nacional e justiça de paz. A “ordem senhorial” também se viu abalada pelos constantes “roubos de escravos”, fato que nessa época “tornou-se endêmico”. Em muitos casos resultavam de negociações efetivadas entre os próprios escravizados e outros proprietários que lhes asseguravam melhores benefícios. O contexto também favorecia as fugas: “não faltavam fugitivos nas ruas, trabalhando como se fossem forros, com os nomes mudados para não ser facilmente capturados, pulando de bairro em bairro, de canoa em canoa, cortando os rios que davam vida à cidade” (CARVALHO, 2017, p. 169).

Em meio a essa conjuntura de “revolta”, estudantes de diferentes lugares transitavam pelas ruas pernambucanas, muitas vezes ao lado de seus escravizados, contagiando-se com tudo o que atravessava as cidades de Olinda e Recife. Eles não podiam, e certamente não queriam, separar a vida acadêmica da vida social, nem se esquivar das experiências de moradia compartilhada, das distrações e demais interesses próprios da idade e da época. Sobre esses e outros aspectos da vida estudantil de jovens residentes em Olinda na década de 1840, as correspondências preservadas por José Antônio Gomes Neto lançam luzes de maneira singular e intimista, abrindo, assim, perspectivas muito férteis para estudos sobre o cotidiano. Embora não seja o objetivo desta tese aprofundar tais aspectos, deve-se ressaltar o quanto as relações construídas dentro e fora do universo acadêmico, muitas vezes na informalidade do dia a dia, foram importantes para a constituição das redes que cercaram a vida desse jovem proveniente do sertão baiano.

Assim como aconteceu na Bahia, a estada de José em Olinda foi marcada pela vigilância do seu pai. Como de praxe, o jovem estudante foi recomendado a alguém de confiança, neste caso, a Manuel Ignácio de Oliveira Lobo, primo do Tenente José Antônio Gomes. Ele residia em Recife, o que não impediu de mostrar-se atento a José, visitando-

o com frequência para enviar notícias constantes ao seu pai, participando-o “do que soube relativo ao seu prezado filho”. A distância entre Olinda e Caetité fazia com que o tempo de envio e recebimento das missivas demorasse o suficiente para se suspeitar de um possível desvio ou perda. Assim, por precaução, Manuel Lobo reiterava as informações, precavendo-se do risco de faltar com a obrigação assegurada ao seu primo, conforme demonstrou em sua carta de 1841: “Prezadíssimo Sr. a quem estimo. Já por duas que lhe tenho escrito”, porém, “na incerteza de ser entregue das mesmas, de novo noticio-lhe o mesmo”.¹⁴² Nessa correspondência, a única que foi preservada, ele relatou: “a dias, isto é, a 15 dias fui a Olinda visita-lo achei-o bom, e continua a gozar saúde; porque ontem estive neste Recife um mósso seu companheiro de casa e nome Hermano, estudante do 3º ano do curso, disse-me estar bom”¹⁴³.

Em Olinda, José dividiu residência não só com o baiano Ermano Domingos Couto, que depois de graduado chegou ao posto de Conselheiro do Tribunal de Relações do Pará, (1874)¹⁴⁴, mas com outros estudantes que, naturalmente, também viviam a transitar entre Olinda e Recife. Observa-se, ainda, a importância da moradia compartilhada para o fortalecimento dos vínculos estabelecidos entre estudantes de diferentes períodos, como Ermano, do 3ª ano do curso de ciências jurídicas e, José, que na data da supracitada correspondência, 1841, ainda se preparava para ingressar na academia.

Em sua correspondência, Manuel Ignácio também relata o empenho demonstrado por José em favor de um expresso ingresso na academia: “elle se acha bom e continuando os seus preparatórios com assiduidade”, além disso, visando a um melhor aproveitamento dos estudos, ainda tomava lições particulares: “me disse que durante as férias faria todos os seus exames a fim de matricular-se em março vindouro”.¹⁴⁵ Certamente, a convivência com o ambiente acadêmico e as relações que já havia começado a estabelecer com outros estudantes, o estimulavam a alcançar, o quanto antes, seu lugar entre os pupilos das ciências jurídicas. Para tanto, conforme descreveu Manoel Ignácio, José optava por uma vida mais regrada, dedicada aos estudos e com algumas abstenções de lazer: “tenho tido

¹⁴² APMC.AFBC.JAGN 7.2.16

¹⁴³ APMC.AFBC.JAGN 7.2.16

¹⁴⁴ O Tribunal de Relações do Pará, órgão hoje correspondente ao Tribunal de Justiça, foi criado em 1874. Todos os presidentes nomeados por D. Pedro por um período superior a três anos recebiam o título de Conselheiro, sendo Ermano Domingos Couto o primeiro deles. Essas informações estão disponíveis no site do TJPA: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Sobre-o-TJ/39-Historico.xhtml>. Acesso: 25/10/2017.

¹⁴⁵ APMC.AFBC.JAGN 7.2.16

muita exata informação do seu bom comportamento que é exemplar, não gosta de passeios, enfim promete, e dá boas esperanças de progresso”¹⁴⁶. Sendo alvo de investimentos vultosos, com objetivos de vida muito bem traçados, cercado pela vigilância e expectativa familiar, José estava ciente de que não deveria dar espaço para outro destino que não fosse o seu bacharelado.

Travessias da vida estudantil

Para José Antônio Gomes Neto e outros tantos estudantes que viveram em Olinda durante a década de 1840, o período acadêmico representou um tempo de travessias para um horizonte de *status* e prestígio maiores do que aqueles que lhes garantiam estar ali. Sem contar a longa viagem do sertão até Salvador e a mudança de vida provocada por esse deslocamento inicial, mas, começando do Porto da Bahia, de onde partiram os sessenta baianos que se formaram em Olinda naquela década, considera-se a primeira a travessia: a bordo do vapor. Essa angustiante viagem pela costa do Atlântico durava, em média, três dias e era literalmente um divisor de águas na vida desses jovens: “cheguei com três dias de viagem e não foi grande o incomodo que sofri motivado pelo enjôo”¹⁴⁷; “no dia 23 aqui cheguei felizmente apesar do mau estado do vapor e dos perigos que por certo me expus”¹⁴⁸; “na minha viagem rapei alguns sustos, porém como me achava bem favorecido pela Providência, nada me aconteceu”¹⁴⁹. Ao longo de aproximadamente cinco anos iam e vinham, por meio dessas embarcações, fragmentos da vida desses jovens através de encomendas, correspondências, remessas de dinheiro, roupas, objetos, etc. até que chegasse o dia em que eles próprios, que aportaram como estudantes, desancorassem como bacharéis.

Nesse entremeio, muitas cartas de amigos e familiares circularam pelos vapores, a exemplo das enviadas pelo ex-“companheiro de casa” de José, Ermano Couto, logo depois que retornou à Bahia: “tenho-lhe por quatro vezes escripto, sem que nenhuma dessas cartas tenha merecido sua preciosa atenção”; e de outros tantos amigos de curso: “pelo vapor q não há muito levou os rapazes, me parece que te escrevi”¹⁵⁰; “Tenho

¹⁴⁶ APMC.AFBC.JAGN 7.2.16

¹⁴⁷ APMC.AFBC.JAGN 1.13.1

¹⁴⁸ APMC.AFBC.JAGN 1.17A.1

¹⁴⁹ APMC. AFBC. JAGN 2.11

¹⁵⁰ APMC. AFBC. JAGN 1.12.1

respondido a todas as suas preciosas cartas”¹⁵¹; “Esta vai buscar novas da tua saúde”¹⁵²; “ahi vai uma cartinha que terás a bondade de enviarees à Eliza”¹⁵³. Um assunto recorrente nas cartas enviadas por aqueles que aportaram na Bahia nos idos de 1845 foram os boatos em torno de uma possível insurgência de negros: “Fala-se em levantes de pretos, por mim julgo que abortará pelas providências que se tem tomado”¹⁵⁴; “fala-se em barulhos de pretos, isto é mal”¹⁵⁵, o que demonstra a inquietude daqueles acadêmicos de meados do século XIX com possíveis abalos na ordem escravista.¹⁵⁶

Do sertão, no mesmo ano, as notícias eram outras, algumas de contentamento, com a chegada do primeiro sobrinho, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, batizado com o nome do pai: “sua mana está pesada e pouco tempo falta para dar a luz e muito desejamos que seja você o padrinho, por isso mande já a procuração para o Jacintho fazer as suas vezes”¹⁵⁷; outras, de tristeza, como a notícia do surto de bexiga que assombrava aquela região: “a peste da bexiga fez [em Caetité] terríveis estragos, o número dos q foram vítimas dentro da vila sobe a 300 e suas circunvizinhanças 800. É digna de toda comisseração nossa Caetité”¹⁵⁸; “a bexiga aqui ainda continua e a poucos dias morreo João mentira (da peste)”¹⁵⁹.

Não deixou de chegar até ele, certamente em mais de uma correspondência, o propagado caso da rixa entre as famílias Moura e Canguçu. Sobre esse assunto, o colega Gasparino de Castro escreveu em maio de 1846: “já debes saber do atentado”: o Liolino Canguçu “na família dos Mouras matando o Martiniano, e pondo em estado mui perigoso

¹⁵¹ APMC. AFBC. JAGN 1.26.2

¹⁵² APMC. AFBC. JAGN 2.11

¹⁵³ APMC. AFBC. JAGN 2.34

¹⁵⁴ APMC. AFBC. JAGN 2.11

¹⁵⁵ APMC. AFBC. JAGN 1.17A.1

¹⁵⁶ Não se sabe a quais acontecimentos esses jovens se referiram. No entanto, para esse contexto, foram encontrados dois casos notórios na Bahia. O primeiro, discutido por Igor Santos (2017), refere-se ao afamado escravizado fugitivo “Lucas da Feira” e seu bando de salteadores, que praticava crimes no entorno da vila de Feira de Santana, ganhando visibilidade nacional depois de denúncias veiculadas na imprensa da Bahia a partir de fins de 1844. No ano seguinte, por meio do edital de 13 de maio de 1845, o governo ofereceu uma recompensa de 4 contos de réis pela sua captura, vivo ou morto. Outro caso que ganhou repercussão nesse ano de 1845 aconteceu nas imediações da vila de Nazaré, conforme foi narrado por João Reis (1992). Refere-se ao escravizado Bernardo, africano, que nutria prestígio entre os cativos do seu convívio e vivia a chefiar revoltas. Ao contrário de Lucas da Feira, que viva pelos matos, Bernardo tinha casa própria, arma, munição e com frequência reunia negros de diversas partes para batuques e “muitas outras coisas que indicam a levante”, sendo, portanto, denunciado como “cabeça de motim” e “mau conselheiro dos outros que vivem obedientes aos seus senhores”. Em 1845 sua casa foi invadida, ele foi preso e açoitado publicamente.

¹⁵⁷ APMC. AFBC. JAGN 1.19.3

¹⁵⁸ APMC. AFBC. JAGN 2.56A

¹⁵⁹ APMC.AFBC.JAGN 1.19.2

o Manuel Justiniano, que com suas próprias mãos deu-lhe um tiro e foi matar o irmão a poucas léguas”¹⁶⁰. Essa briga envolvia famílias muito conhecidas na região alto-sertaneja, proprietários da fazenda Campo Seco, gente que desfrutava de grande poder aquisitivo e político. O pivô do atentado tinha a ver com a fuga (ou furto) da jovem Pórcia, filha do Tenente Coronel José Antônio da Silva Castro (padrasto de Gasparino), juntamente com Liolino, homem feito, já casado, da família dos Canguçu.¹⁶¹

Além do surto da bexiga e do caso do roubo de Pórcia, outra notícia que rompeu o sertão, se alastrando rapidamente, foi a descoberta de diamantes na Serra do Sincorá, a aproximadamente 250km de distância de Caetité. Conforme mencionado no capítulo anterior, esse acontecimento mobilizou as populações sertanejas a se mudarem para a região mineradora. Conforme detalhou seu primo Azevedo, por meio de correspondência enviada do Paraguassu Diamantino, em 1845, milhares de aventureiros após um mês apenas da notícia da descoberta, já haviam ocupado a região, inclusive muitos parentes seus:

hoje quero ocupar hum pouco a tua atenção sobre este pais onde hoje habito, e muitos outros nossos parentes. É na rica e vastíssima Serra do Sincorá município de Rio de Contas, onde se descobriu no mês de setembro passado diamantes, o qual tem atraído milhares d’aventureiros não só desta Província como da de Minas por assim convidar este rico terreno. Deve-se se considerar como a sede do Comércio Central, ou para melhor dizer, da Província.

Como ele mesmo informou, aquela região se tornara, de repente, o centro comercial da província: “tem sido muitas pessoas felizes, e outras ansiosas esperam a secca vindoura, tempo este que melhor se pode trabalhar”. A estiagem facilitava a construção de barragens e diques para a retirada do cascalho dos rios, assim como a escavação das áreas isoladas. Na euforia daqueles que haviam migrado para aquela zona mineradora, o primo Azevedo considerava-se privilegiado por estar ali: “a Providência Divina marcou para esta Província o ligeiro futuro presenteando-nos com a lavra do Paraguassú Diamantino” e, com os olhos brilhando, acrescentou: “meu pai tão bem está

¹⁶⁰ APMC.AFBC.JAGN 1.13.8

¹⁶¹ Essa história alardeou-se pelo tempo. Foi retratada pelo autor Afrânio Peixoto em seu romance *A Sinhazinha*, publicado em 1929, e pelo médico Lycurgo Santos Filho (1956), que escreveu sobre a família Canguçu. Também inspirou outras obras literárias entre as quais se destacam o ABC de Castro Alves, escrito por Jorge Amado (lembrando que Castro Alves era sobrinho de Pórcia, a jovem “raptada”), em 1941, e, mais recentemente, o romance *Idílio de Pórcia e Liolino*, do escritor Dário Contrim, os cordéis de José Walter Pires, entre outros. No âmbito acadêmico, a dissertação de mestrado de Luíza Campos de Souza (2014) discute, a partir dessa história, conflito de família e banditismo na primeira metade do século XIX.

aqui, e nós não temos perdido tempo”.¹⁶² Ao ler a sua carta, a impressão que se tem é de que ele queria, de todas as formas, demonstrar ao primo distante o quão verdadeiras eram as possibilidades de riqueza advindas da mineração, tanto que não hesitou em enviar um “agrado” a José: “por ir esta carta no correio não mando outra pedra maior p^a não causar desconfiança”.¹⁶³

Nas cartas enviadas pelo cunhado Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], esse assunto já era recorrente: “na freguesia do Cincorá apareceu uma rica lavra de diamantes onde tem muita gente e creio que [Caetité] virá a ficar despovoado até os lavradores tem desamparado suas rossas p^a irem trabalhar em diamantes”¹⁶⁴; “por cá vai na mesma com a diferença de q a villa está a ficar deserta pois todos os dias sai gente para a serra diamantina no município de Rio de Contas, eu também estou de sahida para lá”¹⁶⁵. Para José, em Olinda, as notícias de que seus familiares estavam de partida para a Chapada, a fim de arriscarem a sorte com os diamantes, devem ter causado um misto de apreensão e expectativa, sentimentos que se transmutavam a cada carta recebida da Bahia e com os quais aprendeu a lidar vivendo longe de casa.

Afora o esmero com que era revestida a prática da comunicação por escrito, o que incluía bilhetes e cartões, além de cartas, diversas encomendas foram enviadas a José através dos vapores e, entre elas, o consumo eminentemente masculino e adulto dos charutos não podia ser descurado: “eu tenho mais cousa p^a te mandar bons charutos, que estão já em casa comprados, mas a pressa do vapor me impede desse obséquo”¹⁶⁶, uma “caixinha para cartas” confiada ao amigo Gasparino Moreira de Castro: “remetto-lhe a caixinha p^a sua carta, desejo [que] ela fique a seu agrado, foi me isso difícil porque os ourives daqui ou por falta de costume ou por qualquer outra razão se recusarão a fazê-la”¹⁶⁷. Não faltavam os “biscoitos”¹⁶⁸, além de outras peculiaridades: “em tempo oportuno lhe irá a fita e caixa com as firmas por você determinadas”¹⁶⁹ e “huma corrente de aço para o teu uso diário”¹⁷⁰, talvez para o relógio de bolso. Também era recorrente remeter roupas e cortes de tecidos, o que talvez se justifique não apenas pela necessidade da

¹⁶² APMC.AFBC.JAGN 2.56A

¹⁶³ APMC.AFBC.JAGN 2.56A

¹⁶⁴ APMC.AFBC.JAGN 1.19.2

¹⁶⁵ APMC.AFBC.JAGN 1.19.2A

¹⁶⁶ APMC. AFBC. JAGN 1.13.2

¹⁶⁷ APMC. AFBC. JAGN 1.11.4

¹⁶⁸ APMC. AFBC. JAGN 1.13.8

¹⁶⁹ APMC. AFBC. JAGN 1.11.3

¹⁷⁰ APMC. AFBC. JAGN 1.13.8

vestimenta, mas pela condição simbolicamente imposta pelo ambiente jurídico de vestir-se sempre muito bem alinhado: “tem um pano que Zeferino pedio-me te entregasse e uma camisa que veio de Caetité”¹⁷¹; “Pela agência te será entregue cem mil réis”, um “colete de setim, uma camisa e pano preto p^a calça e cerola. Esta é feita a pressa, porque o vapor chegou hontem a tarde e vai hoje”.¹⁷² Como se vê, as comunicações e os transportes, em tempo que as coisas e as pessoas não trafegavam tão rápido, não deixavam de ser expressas, levando pressa ao ofício de corte e costura, por causa da partida do vapor. Nesses detalhes percebe-se que o investimento e o envolvimento na carreira do moço não mobilizavam apenas seu pai.

A travessia das relações de amizade, quase sempre mantidas pelos colegas mesmo depois de alguns já terem concluído o curso e retornado para as províncias de origem, é um aspecto salutar. Em correspondência enviada no ano de 1846, Gasparino Moreira de Castro, cuja trajetória estudantil se assemelhava à de José Antônio Gomes Neto, visto que ambos provinham da região alto-sertaneja, recordou que aquele era o último ano acadêmico do amigo e conterrâneo, portanto fez menção à culminância do curso com a cerimônia do ato: “eu te remeto este collete [...] para teo ato, e bem sabes que tenho sentimento de não assistí-lo”. Esse era, sem dúvidas, um momento solene que marcava o encerramento do curso. Porém, não era o único que causava euforia e comoção entre os estudantes. A correspondência do amigo Ermano Couto evidencia outro lamento por parte de quem já havia se despedido de Olinda, a saber, as “distrações”: “bem sei que as muitas distrações, o tem inibido de cumprir esse dever [de responder a suas cartas], sinão de civilidade ao menos de amizade”.¹⁷³

São pequenos trechos que dilatam a perspectiva de compreensão da vida desses sujeitos, apontando para outras travessias, em que as amizades também se constituíam acompanhadas de “bons charutos”, finos panos bem cortados, jantares e “vinho”: “faça-me bem lembrado ao Baltazar de Aragão e aos outros amigos, incluindo aquele teu calouro q nos deu aquele jantar, de uma frigideira, e garrafa de vinho: manda-me dizer se todos esses nossos conhecidos estão matriculados”.¹⁷⁴ Dividindo a mesma moradia, Ermano e José, além de outros colegas, certamente partilharam muitos momentos de interação. Para além de jantares, havia festividades corriqueiras no meio acadêmico,

¹⁷¹ APMC. AFBC. JAGN 1.13.2

¹⁷² APMC. AFBC. JAGN 1.13.2

¹⁷³ APMC. AFBC. JAGN 1.11.1

¹⁷⁴ APMC. AFBC. JAGN 1.11.1

animadas pelo assédio que rodeava a cidade de Olinda em vista da estada desses estudantes: “que tivesse tido uma bôa festa, logrado perfeita saúde, e mais outros prazeres, é tudo quanto posso desejar-lhe actualmente. Assim como que tenha passado a sua folha alguma das boas moças que por esse tempo costumam ir para ahi distrair-se do calhido Recife”.¹⁷⁵

Considerando o público que compunha o curso de direito da cidade de Olinda, formado majoritariamente por estudantes do sexo masculino provenientes de famílias abastadas, é possível imaginar o quanto isso atraiu a atenção das moças do lugar, tanto daquelas cujas famílias almejavam um casamento vantajoso, quanto das que se deixavam cortejar por dinheiro ou diversão. Remediadas ou pobres, elas se fizeram presentes na vida daqueles acadêmicos. Conforme narrou Ermano, chegou a conhecer uma dessas “boas moças de Recife”, que “servem os estudantes de Olinda” fazendo-os de “bobos”, pois “a todos desfructava, de todos recebia cortesias, porém que a nenhum preferia”. Para José, que havia ficado em Olinda, ele alertava: “para que não continuem d’esta forma”, fazendo os moços de bobo, “é necessário guerra e guerra de extermínio a essas louveirinhas, e quando porventura não possam escalar suas muralhas, ao menos sustentem o tiroteio até que se vendam à discricção”.¹⁷⁶ O linguajar jovial e, de certa forma, machista da época, diz respeito ao engodo, sedução e malandragem contra aquelas moças que estavam à procura de casamento ou sobrevivência, incitando o amigo a ganhar alguma vantagem sobre elas, quer de bom grado, ou ao custo de algum pagamento.

Percebe-se, através desses indícios, como a academia de direito movimentava a vida em Olinda e Recife, modificando o ritmo dessas cidades até que chegasse ao ponto de o curso ser transferido para Recife (1854), como, aliás, já se previa na correspondência do amigo Luiz Antônio Pereira Franco, enviada em 1847:

eu vou indo com o Autran, o Villela (Joaquim) os quais nos tem massado completamente, depois que se introduziu a moda de virem do Recife em carros de aluguel, de maneira que todos os dias chegam do Recife 6 carros, pois que muitos estudantes para lá se mudaram, esperando-se que haja um abandono de Olinda, logo que se houverem onnibus que se estabelecerão brevemente.¹⁷⁷

Essa carta não só fala da possibilidade antevista de mudança da faculdade de direito para Recife, como também da moda de carro de aluguel e do estabelecimento de

¹⁷⁵ APMC. AFBC. JAGN 1.11.1

¹⁷⁶ APMC. AFBC. JAGN 1.11.1

¹⁷⁷ APMC. AFBC. JAGN 1.26.3

linhas de ônibus entre as cidades, indícios flagrantes de um momento de transformações urbanísticas e modernizadoras que começava a irradiar no país, assunto para outros estudos. O que se pretende demonstrar com esses fragmentos de correspondências é como Pereira Franco, Freitas Henrique, Gasparino, Ermano, Paranaguá, entre outros jovens que assinavam suas cartas assim, informalmente, fizeram parte da vida estudantil de José Antônio Gomes Neto. A partir do ambiente acadêmico eles constituíram redes dinâmicas de relacionamentos, permeável a outros estudantes. Essas redes, fortalecidas e alargadas também nos momentos de distração, propiciou vínculos que posteriormente se traduziriam em alianças políticas, favores, graças e pedidos, conforme se verá adiante. Por enquanto, pretende-se ainda demonstrar quanto investimento era necessário para se formar um filho em uma das poucas faculdades do país.

Investimentos na formação superior

Durante o período em que José viveu em Olinda, seu pai arranhou diversas formas de lhe enviar dinheiro e encomendas a fim de que seus estudos fossem custeados na íntegra e com conforto. Um desses arranjos foi acordado com o negociante Zeferino José de Carvalho, de São Félix, com quem já mantinha relações comerciais por meio da sua tropa. Através da firma credora de Zeferino eram remetidas a José, mensalmente, determinadas quantias de dinheiro sobre as quais era cobrada uma comissão de 2% ao mês. A partir dos registros dessa firma, observa-se uma amostra dos gastos empregados com o estudante no seu último ano acadêmico:

Tabela 09: Dinheiro enviado a José Antônio Gomes Neto pela firma Zeferino José de Carvalho e Cia. – 1846¹⁷⁸

1846	Tenente Coronel José Antônio Gomes	Deve
Jan. 31	Dinheiro dado a seu filho em Pernambuco para seu tratamento 50\$ e comissão de 2%	51\$000
Fev. 19	Idem dado ao mesmo para mesada deste mês	45\$000
	Idem ao mesmo p ^a matrícula	<u>80\$000</u>
		125\$000
	Comissão de 2%	<u>2\$500</u>
		127\$500

¹⁷⁸ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14

Mar. 22	Idem de 4 C ^{os} 2/3 de panno f ^o , e um corte de colete de seda q remetemos a seu filho em Pernambuco	350\$830
Mar. 26	Dinheiro dado a seu filho em Pernambuco para mesada deste mês 45\$000 e comissão de 2%	45\$900
Mar. 29	Idem ao mesmo para compra de livros 80\$000 e comissão de 2%	81\$600
Mai. 7	Dinheiro dado a seu filho para mesada do mês findo	45\$000
	Idem ao mesmo para mesada do corrente mês	45\$000
	Comissão de 2%	<u>1\$800</u>
		91\$800
Jun. 12	Idem que demos a seu filho em Pernambuco de que passou o rec ^o em 5 de Maio	40\$000
	Idem ao mesmo p ^a mesada deste mês	45\$000
	Idem ao mesmo p ^a roupa de que passou rec ^o	<u>100\$000</u>
		185\$000
	Comissão de 2%	<u>31\$700</u>
		187\$700
Set. 28	Idem dado a seu filho em 22 de Agosto para seu tratamento	40\$000
	Idem ao mesmo em 8 corrente para roupas	100\$000
	Idem ao mesmo para mesada deste mês	<u>45\$000</u>
		185\$000
	Comissão de 2%	<u>3\$700</u>
		188\$700
Out. 8	Dinheiro dado ao seu filho em Pernambuco para mesada do corrente mês	45\$000
	Idem ao mesmo para matrícula	100\$000
	Idem ao mesmo para despesas de sua carta	170\$000
	Idem ao mesmo para viagens de Pernambuco para aqui	<u>150\$000</u>
		465\$000
	Comissão de 2%	<u>9\$300</u>
		<u>474\$300</u>
Nov.15	Importância de gêneros e dinheiro tomados pelo seu filho Dr. Gomes Netto, conforme nossa conta dessa data.	500\$000

Os gastos empregados com a formação superior de José reiteram que, “de modo geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos”. Como aponta José Murilo de Carvalho (2003, p. 74) do contrário, seria difícil arcar com tantos gastos, a exemplo das taxas anuais de matrícula. Além disso, acrescenta o autor: “os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se por cinco anos”. Muitos, para garantir admissão, como foi o caso de José, “faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares”.

Outros gastos estão presentes na tabela acima. Como se vê, José tinha uma mesada de quarenta e cinco mil réis, valor que pode ser mensurado, à época, a partir dos registros de Francisco de Paula Ferreira de Rezende¹⁷⁹, que, assim como José, foi alvo de esforços familiares em prol do seu ingresso no ensino superior. Mineiro, morador da região da Campanha, Francisco Rezende cursou ciências jurídicas na faculdade de São Paulo, onde também fez os preparatórios. Em sua obra autobiográfica ele descreve:

durante o tempo em que me achei em S. Paulo [1849-1855], a mesada mais geral dos estudantes costumava a ser de 40\$000. Algumas chegavam a 80\$000; outras desciam de 40\$000. Muito raras, porém, seriam aquelas que fossem menores de 30\$000. A minha, no entretanto, nunca deixou de ser de 25\$000. (REZENDE, 1987, 293)

Apesar de serem cidades distintas, observa-se uma compatibilidade entre o valor da mesada recebida por José e a média dos valores recebidos pelos estudantes de São Paulo quase no mesmo período. Além da mesada, seu pai pagava, semestralmente, uma taxa de matrícula que, em fevereiro de 1846, foi de 80\$000 e, em outubro do mesmo ano, de 100\$000, valores bem superiores ao apresentado por José Murilo de Carvalho (2003, p. 74), de 51\$200 no primeiro ano. Imagina-se que havia uma previsão média de gastos para os estudos, que incluía despesas corriqueiras como matrícula, alimentação, moradia, etc. Mas, além destas, registros de gastos com “tratamento”, “carta”, “viagens”, “livros”, além de outras remessas de dinheiro, roupas e objetos que foram enviados por outras vias, demonstram que os valores empregados na formação superior de José oneraram muito mais do que é possível calcular. Além disso, realçam-se os juros cobrados pelas firmas credoras e demais acréscimos de dispêndios provocados pela distância entre Caetité e

¹⁷⁹ De acordo com Marcos Andrade (2014, p. 27), a obra de Francisco de Paula Ferreira de Resende “é um relato autobiográfico, que nos permite vislumbrar o cenário cotidiano do Império, seja no sul de Minas, mais precisamente em Campanha, ou no Rio de Janeiro, que o autor visitava com frequência, ou em São Paulo onde completou seus estudos de bacharelado em direito. Em 1887, deu início à redação de suas ‘recordações’, registrando muitos aspectos que nos permitem melhor compreender o tempo do Império do Brasil”.

Olinda, o que implicava a necessidade de envolvimento de outras firmas e agentes correspondentes conforme indica a carta enviada a José pelo negociante Zeferino Carvalho, em janeiro de 1844:

digolhes que 100\$000 q. pediu em dezembro passado para comprar livros os recebeu logo que passou recibo, mandando depois uma dos livros que comprou que montavam em 128\$000, e não obstante estar informado que para um estudante do 3º ano não há necessidade de tantos livros, e que com 80\$ era muito suficiente para essa compra, todavia determino ao Sr. Domingos Gonçalves Ferreira Bastos, para mandar aí dar esses 28\$ de que Vm^{ce} diz ter faltado, e quanto ao dinheiro da sua matrícula é desnecessário estar sempre a falar-me nele, pois que o correspondente aí tem essa ordem para em tempo oportuno dar dinheiro para matrícula, bem como para sua mesada, assim como que [?] no caso de moléstia, e sim, não estou autorizado para dar-lhe dinheiro extraordinário, e nem tão pouco autorizo ninguém, podendo para isso diretamente dirigir-se a seu Pai¹⁸⁰.

O tom da carta é um assunto à parte. Em seu conteúdo, observa-se que Domingos Gonçalves Bastos não se tratava do mesmo correspondente de Olinda, o que demonstra a dilatação das relações financeiras estabelecidas entre senhores do sertão, firmas do Recôncavo e da Bahia e seus agentes em outras províncias. Contudo, apesar de todos os indícios de envio de dinheiro ao estudante José, também se observa que essa não era uma prática sem controle, vigilância ou prestação de contas, o que não implica negar possíveis brechas para gastos tidos como “extraordinários”, afinal, quem recebia charutos sabia que seu consumo, associado a *status* social, não estava previsto no orçamento mensal; afora outras situações mais íntimas. Nessa carta do negociante Zeferino, em especial, estão registrados conflitos decorrentes da intermediação no envio de dinheiro e da intervenção na vida financeira do estudante, que, julgava-se, teria comprometido um valor extraordinário na aquisição de livros, o que poderia ser uma burla do moço estudioso. De certo modo, a postura do negociante era um reflexo da vigilância mantida pelo Tenente Coronel José Antônio Gomes e do comprometimento adotado com a formação intelectual do seu filho.

Entretanto, as firmas credoras não controlavam toda emissão do dinheiro destinado a José. Remessas portando cédulas também foram enviadas através dos vapores: “com a presente procuração inclusa receberás da Agência dos Vapores uma carta que ali tem para mim contendo 200\$000 [...]. Do dinheiro 100\$000 é para ti, e os outros

¹⁸⁰ APMC. AFBC. JAGN 1.38.1

100\$000 p^a Tibúrcio que manda a pedra”¹⁸¹. É provável que, em vista das circunstâncias em que se encontravam esses estudantes, longe de casa e sem acesso frequente a firmas credoras, os próprios colegas vivessem de emprestar dinheiro um ao outro, quer para socorrer em momentos de aperto, ou mesmo para uma distração ou capricho. Essa fidalga camaradagem não escapou à memória de Francisco Resende (1987, p. 294) ao indicar ser sua mesada “extremamente pequena” – apenas vinte e cinco mil réis. “Sem que andasse, como tantos outros, constantemente a dever e a pedir” possuía ainda “de ordinário no fim de cada um dos meses, um e às vezes dois mil réis, para emprestar a outros, cujas mesadas eram muito maiores do que a minha”.

Outro caso de remessa de dinheiro envolveu Francisco José Lisboa, então Juiz de Direito da Comarca da Estância (Sergipe)¹⁸², amigo de longas datas do Tenente José Antônio Gomes [pai]. Ele, em resposta ao estudante José, escreveu em 1845: “pede-me o mesmo seu pae na dita carta, que lhe mande dar a quantia de cem mil réis, pelo que lhe envio ordem junta contra o meu correspondente Cap. M^{or} Manoel Bento de Souza Guimarães, que suponho terá dinheiro em m/c.”¹⁸³ Esse pequeno trecho elucida o quanto as teias de bons relacionamentos eram significativas nesse contexto. Além disso, os diversos meios de suprimento financeiro reiteram o poder aquisitivo e a estabilidade mantida pela família do estudante. Sem essas condições era impossível manter um filho tanto tempo longe de casa.

Entre todos os investimentos dedicados a José no período estudantil, o escravizado Gregório merece, sem dúvidas, uma investigação à parte. Não pela excepcionalidade do caso, haja vista que era prática comum entre os jovens de boa condição financeira ter em sua companhia um escravizado da família, mas, pela singularidade com que ele, Gregório, imprime, entre as frestas da documentação, pequenos vestígios da sua trajetória, demonstrando ter conquistado brechas de liberdade e certos ganhos por meio dessa função, o que pressupunha confiança ou tolerância senhoriais ante sua pessoa.

Conforme relatou Francisco Rezende (1987, p. 279), o moço da academia de direito de São Paulo, uma escravizada o acompanhou durante os anos de estudo. Do

¹⁸¹ APMC.AFBC.JAGN 1.13.1

¹⁸² Sua posse foi publicada na Gazeta dos Tribunais, jornal do Rio de Janeiro, em 1846: “o juiz de direito da comarca da Estância, província de Sergipe, bacharel Francisco José Lisboa, remetteu a sua certidão de posse de 19 de julho de 1844. Mandou-se registrar”. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709492/per709492_1846_00347.pdf. Acesso: 29/09/2016.

¹⁸³ APMC.AFBC.JAGN 2.25

mesmo modo, anotou que um primo seu teve a companhia de “um pajem”, “bom cozinheiro”. Entre idas e vindas Gregório acompanhou José Antônio Gomes Neto desde os preparatórios em Salvador, residindo na casa do tutor Magliola, mais os anos em Olinda, durante o curso superior. Por certo, foi essa inserção na vida estudantil de José que contribuiu, quiçá determinou, o seu bom letramento. Em correspondência escrita da Bahia, em 1844, Gregório dava notícias da sua chegada ao porto de Salvador e informava a morte do Capitão José Antônio da Silva Castro, padrao de Gasparino, colega e conterrâneo de José. A firmeza na escrita e o uso muito adequado das palavras constituem, sem dúvidas, um caso atípico entre os escravizados da família de José, ou mesmo entre homens e mulheres de cor, ainda que livres e libertos.

Tendo a vida entrelaçada à de José, sua existência também fazia parte do convívio com outros estudantes, especialmente de Gasparino, que, parecia manter um vínculo mais estreito com José e com seu escravizado: “no primeiro vapor que [?] ahi chegar manda teo Gregório p^a receber meos trastes”¹⁸⁴. Esse trecho poderia sugerir que Gregório fosse aproveitado como escravo de ganho, servindo a alguns dos colegas de José que não desfrutavam da tal mordomia, mas esse não era o caso de Gasparino, que provinha de uma família muito abastada e também possuía um escravizado, de nome Felisberto.¹⁸⁵ Além do mais, a amizade nutrida entre os colegas dava lugar à liberdade para solicitar pedidos como esse. Contudo, não se descarta a possibilidade de José ter, em outras ocasiões, aproveitado Gregório para o ganho, o que conviria para aumentar sua renda e, quem sabe, até fosse uma maneira do escravizado constituir algum pecúlio. Uma situação similar foi apontada por Francisco Resende (1987, p. 293) ao relatar sua experiência estudantil em São Paulo: “e só de certo tempo em diante quando me dispus a por ao ganho a uma escrava que tinha comigo e que de ordinário me dava um jornal de 400 réis, é que a [mesada] chegou ou pouco excedeu de uns trinta mil réis”.

¹⁸⁴ APMC. AFBC. JAGN 1.13.2

¹⁸⁵ Rosângela Miranda (2018, p. 96), ao analisar inventários da vila de Monte Alto, menciona o processo de partilha dos bens de D. Joanna de São João Castro e do Tenente José Antônio da Silva Castro, iniciado em 1844, que acumularam uma exorbitante riqueza no valor de Rs. 287:371\$136. Sobre esse processo a autora pontua: “o cativo Felisberto acompanhava Gasparino Moreira Castro, filho de seu senhor, quando o jovem estudava o curso de Direito em Olinda, por isso precisou ser avaliado às pressas para a continuidade dos estudos de Gasparino”. A carta do inventariante, datada de janeiro de 1846, relata o seguinte: “entre os bens do casal existe um escravo de nome Felisberto, que se achava na ocasião do inventário em poder do herdeiro Dr. Gasparino Moreira de Castro, e como o dito escravo se acha agora nesta vila com o referido herdeiro, e esse tenha de tornar para Olinda continuar seus estudos, quer o suplicante proceder a avaliação do dito escravo no dia de hoje”. Infelizmente não foi localizada nos autos a avaliação de Felisberto, em que certamente constariam algumas informações a seu respeito. APEB. Inventário de Joana de São João Castro e José Antônio da Silva Castro. 03/1021/1490/01.

Servindo ou não para aumentar a renda de José, o fato de ter a companhia de Gregório já representava um investimento significativo em sua jornada estudantil, visto que o seu pai abriu mão dos serviços prestados pelo escravizado nas roças, em casa, ou na tropa, para disponibilizá-lo à segurança, ao conforto e ao suporte do filho. Desde quando José retornou ao sertão, após concluir o curso acadêmico, nenhum registro foi encontrado em meio aos seus documentos que fizesse referência ao escravizado Gregório. Não se sabe se ele se conseguiu a sua alforria ou mesmo se adoeceu e veio a falecer. Sabe-se apenas que a vida estudantil de José também se compôs da valia e das vivências desse homem negro. Um jovem ilustrado e culto – dono de todos os méritos numa sociedade hierarquizadora – não teria ido tão longe sem Gregório.

De Olinda para o sertão da Bahia: entre ser bacharel e constituir-se doutor

Conforme dito anteriormente, apesar de todos os esforços, o Tenente Coronel José Antônio Gomes não teve o gosto de enviar seu filho para a Corte, onde almejava que conseguisse uma nomeação imediata para Juiz Municipal, retornando ao sertão com a sua toga de magistrado. Sua morte, ocorrida no último ano acadêmico de José, mudou as perspectivas em torno da carreira jurídica do filho, que, sendo o único herdeiro legítimo do sexo masculino, viu pesar sobre si algumas responsabilidades inesperadas, sendo a primeira delas o papel de testamenteiro no processo de partilha dos bens deixados pelo finado pai. Nesse caso havia interesses familiares em jogo, já que José Antônio Gomes [pai] reconheceu em testamento, como herdeiros, a amásia Delfina Soares e os três filhos naturais que teve com ela, instruindo que se fizesse a partilha dos bens com “toda igualdade”¹⁸⁶. Embora as correspondências do seu cunhado Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai] apontassem o quanto a existência de Delfina era um inconveniente para a família: “se nosso Pai não tivesse em sua companhia aquela maldita mulher, seríamos felizes”¹⁸⁷, ele era de comum acordo que José não retornasse ao sertão antes de concluir o curso acadêmico.

Essa preocupação aparece na carta enviada pelo amigo Jacinto: “o meu amigo deve suportar este golpe com resignação e consolar-se com a vontade do Onipotente” por

¹⁸⁶APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

¹⁸⁷ APMC.AFBC.JAGN 1.19.2

isso “pedimos-lhe que continue seus estudos, e que só venha depois de formado”¹⁸⁸; da sua irmã Rita Sophia, escrita poucos dias depois: “faço votos ao Todo Poderoso q. vos dê resignação p.^a puder alcançar o grau de Bacharel tão desejado”¹⁸⁹ e do próprio Joaquim Manoel [pai]: “acho bom que você não desanime, acabe seus estudos e venha”¹⁹⁰. De certo, todos já avaliavam que, a médio prazo, o bacharelado teria maior valor que os bens repartidos pelo finado José Antônio [pai]. Enquanto isso, “a maldita mulher” que cuidasse de si e de sua prole bastarda e órfã.

Quando retornou ao sertão, no findar do ano de 1846, José Antônio Gomes Neto já não era o mesmo. Bacharel em direito, deixou Olinda para nunca mais voltar. Tomou o vapor São Salvador acompanhado de alguns colegas e do seu escravizado Gregório¹⁹¹. Aportou na Bahia e, talvez depois de uns dias passados ali, se dirigiu para São Félix, no Recôncavo. Naquela vila teve como ponto de apoio a casa comercial de um velho conhecido da família, o negociante Zeferino José de Carvalho, o mesmo que lhe enviava as mesadas e outros valores ordenados por seu pai. No dia 15 de novembro, um mês após o seu embarque em Olinda, José adquiriu com Zeferino a quantia de quinhentos mil réis para seguir viagem, mais que o triplo do valor que o negociante lhe havia enviado para o trecho de Olinda até São Félix. Para quem estava acostumado a enviar uma mesada de quarenta e cinco mil réis e examinar quando os gastos pareciam “extraordinários”, aquela talvez fosse uma quantia exagerada. Foi, porém, cedida sem questionamento. De certo, a condição de adquirir um crédito maior havia mudado com a posse do diploma e a posição assumida em lugar do seu finado pai, mas não apenas isso. A forma como foi tratado pelo velho conhecido também era outra. Se antes as despesas eram em nome do “filho do Tenente José Antônio Gomes”, ou mesmo do “filho do finado Tenente” dessa vez, talvez pela primeira vez, registrou-se na caderneta comercial uma nota do “Dr. Gomes Netto”¹⁹².

Se havia da parte de José Antônio Gomes Neto uma precaução para com a longa viagem, talvez existisse, ainda mais, o desejo de folga financeira para os primeiros dias de estada no sertão, até inteirar-se de tudo sem precisar dispor de recursos de terceiros.

¹⁸⁸ APMC. AFBC. JAGN1.13A.4 – grifos meus

¹⁸⁹ APMC. AFBC. JAGN1.35.3 – grifos meus

¹⁹⁰ APMC.AFBC.JAGN 1.19.4

¹⁹¹ *Diário de Pernambuco*. Sessão: Movimentos do Porto. 16 de outubro de 1846. Ano XXII. N.231.p.2 Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_02&pasta=ano%20184&pesq=Jos%C3%A9%20Ant%C3%B4nio%20Gomes%20Neto. Acesso: 15/10/2018.

¹⁹² APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

Ao chegar a São Félix encontrou à sua espera o escravizado Bernardo e à sua disposição a montaria que trouxera a mando do seu cunhado Rodrigues Lima [pai]: “dinheiro ao [escravizado] Bernardo p^a despesa dos animais q forão buscar meu cunhado - 26\$000; 1 alquere de milho comprado nesta vila para estes animais - 3\$000”¹⁹³. Já de posse do valor desejado, com as cargas ajustadas e o animal arreado, rumaram prontamente de volta para o sertão¹⁹⁴. Depois de tanto tempo longe de casa, no intercurso de uma viagem que atravessava dias, imagina-se a conversa entre o doutor e aquele africano arrieiro da tropa do seu finado pai. Ocupando uma função de confiança, tal como Gregório, o escravizado Bernardo entendia dos negócios da família e estava por dentro dos últimos acontecimentos dados entre o sertão e o Recôncavo baiano. Então, a depender da liberdade para o diálogo, o passo da montaria dava lugar para boa prosa sem que faltasse assunto. Quem sabe falaram sobre a morte do Tenente Coronel, da chuva, ou do atraso dela, de como andava a economia, as lavouras e a produção das fazendas. Quem sabe falaram de política? Aqueles dias de estrada poderiam ser oportunos para que o doutor se inteirasse da realidade que estava à sua frente, enquanto assimilava as mudanças que repentinamente ocorreram em sua vida.

O tempo que passou longe de casa coincidiu com o casamento da sua irmã e o nascimento do seu primeiro sobrinho e afilhado, mas também lhe custou significativas perdas familiares no pequeno intervalo de três ou quatro anos. Primeiro foi o seu avô paterno, depois sua mãe (1843), seu pai (1846) e, poucos meses depois, seu tio Sabino Gomes de Azevedo (1846), quem lhe pusera os “santos olhos” do batismo. Apesar de irreparáveis ausências, essas mortes simultâneas recaíram sobre as suas posses, fazendo com que se tornasse dono de uma riqueza considerável antes mesmo de concluir o curso acadêmico. A partir do inventário de bens de sua mãe, é possível ter uma ideia da fortuna acumulada pela família no ano de 1844, somada em R.49:714\$030. Desse valor, que é bastante significativo para a realidade econômica do alto sertão baiano, José Antônio Gomes [pai] ficou com a metade e o restante foi dividido em parcelas de R.10:178\$512 para os filhos José e Rita, uma quantia ainda expressiva e que foi aumentada com as heranças posteriores, incluindo uma parte dos bens deixados pelo tio Sabino, que era padre e morreu sem deixar filhos reconhecidos. Com a morte dos seus pais, José Antônio

¹⁹³ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

¹⁹⁴ APEB. Inventário de José Antônio Gomes. 02/880/1349/14.

Gomes Neto também se tornou herdeiro direto do seu avô materno, Domingos Gomes de Azevedo, cujo inventário ainda estava em aberto quando retornou ao sertão.¹⁹⁵

Depois dos anos vividos em Pernambuco, é possível imaginar sua reação ao avistar a vila de Caetité. Adentrando as ruas, pessoas nas janelas deviam acenar-lhe a mão ou, sem reconhecê-lo, especular sobre quem se tratava. Na porta de casa, enquanto desarreava a montaria e sacudia a poeira da estrada, certamente consternou-se ao lembrar que ali já não encontraria seus pais. As recordações devem ter sido mais fortes pelo fato de que os móveis e objetos ainda deviam estar no mesmo lugar, à espera do inventariante. Enquanto se apropriava daquele momento, os escravizados Bernardo e Gregório tiravam as cargas dos animais e cuidavam dos pertences: roupas, sapatos, livros e, entre eles, o principal: o diploma de bacharel.

Na época José Antônio Gomes Neto tinha vinte e quatro anos. Era, como se dizia, um homem ilustrado. Na academia aprendeu sobre administração, política, instituições e filosofia e, se nada disso servia para amenizar a ausência dos pais, ao menos eram conhecimentos importantes para sua vida dali em diante, especialmente para o cumprimento das atribuições que o aguardavam. A primeira delas era o inventário e partilha dos bens deixados por seu finado pai, conforme lhe prevenira seu cunhado Joaquim Manoel: “[Seu pai] deixou testamento e você é o primeiro testamenteiro, por isso fico zelando estas coisas até que você chegue”¹⁹⁶. Conforme esperado, ele se inteirou dos negócios, acertou algumas dívidas deixadas pelo pai, recebeu outras, fez a partilha dos bens e assumiu a administração da casa e das fazendas.

Observando algumas notas desse período, a sensação que se tem é que ele também “arrumou a casa”, não só no sentido literal, de fazer ajustes e reformas, mas, no sentido de cercar-se de modos e costumes que espelhavam a condição e o *status* que queria manter daí em diante. Conciliando antigas e novas práticas, no andamento das atividades rurais incluiu a venda de gado, compra de “bruacas de sal”, “mercúrio”, conserto do “ferro do moinho”, “esporas”, “estribos”; também adquiriu munição: “pólvora inglesa” e “xumbo”; além de objetos indicativos de serviços com portas e/ou janelas: “fechaduras inglesas”, “pregos”; “dobradiças”, “serrilha”¹⁹⁷.

¹⁹⁵ José Antônio Gomes Neto e sua irmã Rita Sophia receberam, juntos, o valor de R. 1:332\$875 no ano de 1849 quando o inventário do seu avô foi finalizado. APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [avô]. 02/557/1006/02.

¹⁹⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.19.4

¹⁹⁷ APMC.AFBC. JAGN. 8.13.1

Para o uso da casa foram encomendados a José Joaquim do Rego o feitiço de jogos de colheres de sopa e de chá, sendo que em sua cozinha também não faltavam “garrafas de vinho” e de “vinagre”. Objetos variados ainda foram adquiridos nesse período: “escova de dentes”, “pedra ume”, “resma de papel”, “penas de escrever”, “copos”, “um canivete de aparar penas”, “um aparelho de limpar animais”, “tesourinha fina”, “alfinetes”; “candeeiro de folha”, entre outros. Para o guarda-roupa: “colete de veludo”, “colete de cetim branco”, “seis ceroulas”, “suspensórios elásticos”, “uma caixa de ombreiras”, um “par de sapatos de cetim branco”, um “par de sapatos de cetim preto”, “um par de sapatos de marroquim francês”; “meias finas”, “xales”, “um vidro de água de colônia legítima”, “um lenço de garça moderno”, “cadarço de seda preta”, além de fazendas importadas, cortes de cassa, renda, seda, meadas de linhas finas e outros mais; para a saúde: “calamelano inglês” (usado como purgativo, antissifilítico), “óleo de linhaça”, “pílulas de sezom” e “pílulas da família”; para o vestuário dos criados e escravizados como Brásia, Florêncio e Silvério: cortes de tecidos de algodão, de brim liso, de ganga francesa, de chita, de baeta e de pano da costa, destacando-se, ainda, a compra de “um lenço francês a um negro do Cajueiro” que, muito provavelmente era Felisberto, escravizado do seu amigo Gregório, residente na Fazenda Cajueiro, em Monte Alto, como gratificação por algum serviço prestado durante sua estada em Olinda.¹⁹⁸

Como aponta Lília Schwarcz (1998, p. 193), longe do brilho da corte era comum que alguns homens enriquecidos, até mesmo nobilitados, vivessem desprovidos de égide política e social, desacostumados a “usar sapatos e garfos”, por exemplo. Esse não era, sem dúvidas, o caso de José Antônio Gomes Neto. Alguns dos objetos acima mencionados ajudam a desenhar o perfil do homem que ele espelhava depois de ter regressado de Olinda: preocupado com as distinções sociais, além da riqueza, e afeito às regras de etiqueta e modelos de sociabilidades cultivados pelos grupos mais distintos do país.

Numa época em que os manuais de bons costumes já eram lidos e praticados entre as elites brasileiras, ordenando não só os hábitos à mesa como, também, o vestuário, a higiene pessoal e o comportamento social, “estabelecendo categorias claras, que distinguiam os homens desse mundo do resto da multidão” (SCHWARCZ, 1998, p. 193), observa-se a preocupação desse bacharel em adquirir talheres de diferentes usos, escova de dentes, além de roupas e sapatos finos, de diversas cores e tecidos. Adotando tais

¹⁹⁸ APMC.AFBC. JAGN. 8.13.1

práticas e o “doutor” antes do primeiro nome, José Antônio Gomes Netto reafirmava sua distinção, etiqueta e civilidade. Restavam-lhe, pois, duas coisas importantes: um bom casamento e uma boa colocação profissional.

Feliz consórcio: riqueza, prestígio e matrimônio.

A maioria dos estudos que tratam das elites no século XIX aborda o casamento como um ponto crucial dentro das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos de então, podendo representar interesses econômicos, políticos, alargamento de poder e prestígio social e manutenção do *status quo*; enfim, indica-se o relevo da possibilidade de uma aliança vantajosa em diversos sentidos¹⁹⁹. Para José Antônio Gomes Netto não foi diferente. Dentro dos parâmetros estabelecidos para sua vida, o casamento era um passo necessário e conveniente, mas, no seu caso, não muito difícil. A trajetória de sua família, apresentada no capítulo anterior, reflete o quanto as escolhas conjugais de seus pais e avós exemplificavam o que deveria envolver o matrimônio para aquele grupo, a saber, ganhos simbólicos e materiais. Fugiu à regra seu tio paterno, Manoel Joaquim de Souza Gomes, quando ousou se casar com uma mulher de condição “inferior” à sua, mas o repúdio sofrido por parte dos familiares reafirmou que esse não era um caminho a ser seguido. Nesse sentido, Mariana Muaze (2013, p. 22) aponta o quanto os acordos de casamento estabelecidos entre as elites privilegiavam a manutenção da honra e da fortuna:

a união em matrimônio era intencionalmente calculada para proporcionar a manutenção das famílias como parte de um grupo seletivo e, ao mesmo tempo, ganhar novos elementos de poder e prestígio que as distinguíssem e elevassem entre seus pares [...]. Como se vê, a lógica hierarquizadora fundadora da composição social do Império era reproduzida no interior da classe senhorial quando o assunto era casamento.

Observando essa lógica, o fato de congregar vários distintivos de riqueza – prestígio familiar, posses e bens, diploma de bacharel, atributos raros entre os jovens sertanejos – tornou José Antônio Gomes Netto preferido por muitos pais ambiciosos e antenados com as mudanças sociais da época, que adicionavam a instrução ao par terras e escravizados. Como exemplo, destaca-se o Major Manoel Rodrigues Ladeia, a quem Gomes Netto escreveu: “tendo já o meo cunhado respondido á você ha cerca da proposta,

¹⁹⁹ Apenas como exemplo vale citar MARTINS (2013); ANDRADE (2014), VARGAS (2010) e MUAZE (2008).

q. tive a honra de receber de sua parte, eu agora não posso esquivar-me de responder-lhe [...]. Antes de receber o seu convite já havia recebido de duas pessoas”.²⁰⁰

O casamento também envolvia a perpetuação do nome e da honra familiar que “vigoravam como uma herança imaterial que era repassada aos sucessores, e mantê-la para as gerações futuras era um grande desafio, que também incluía a preservação da riqueza como fiel da balança” (MUAZE, 2013, p. 23). Esses valores não só distinguiam, como também pesavam no momento da escolha matrimonial. No caso de José Antônio Gomes Neto é possível imaginar que ele carregasse simbolicamente, no próprio nome, o ideal projetado por sua família do arquétipo masculino que deveria se replicar a cada geração. Sendo o terceiro homem da sua linhagem a receber a mesma graça batismal, sua existência apontava, muito além de um costume da época, para a vida do seu pai e do seu avô como referenciais de comportamento, honra e prestígio.

Um dos primeiros indícios acerca do casamento de José Antônio Gomes Neto aparece na correspondência enviada pelo colega Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes, em abril de 1847. Ele escreveu da Bahia assim que retornou de uma viagem a Cachoeira, relatando o seguinte: “ouvi dizer que estavas para casar, manda dizer-me se é verdade [...] disserão-me que com uma filha do teu correspondente o Zeferino”²⁰¹. Não foi encontrado nenhum outro documento que confirmasse esse fato, apenas se sabe que, tendo-se Gomes Neto casado em primeiras núpcias com uma senhora cujo nome não foi descoberto, logo depois enviuvou. A carta enviada ao Major Manoel Rodrigues Ladeira, em resposta à proposta de casamento que lhe fizera, é o único documento que aponta para o ocorrido, quando se justifica:

mas a esse tempo não estava resolvido a casar-me e as dores, q experimentava com a lembrança de minha chorada Mulher, q essas propostas fazia-me reviver, privavam-me de dar uma resposta, q não fosse do agrado de pessoas que tanto em mim se confiavam [...] casei-me com outra, a melhor possível, e tive a desventura de a perder tão cedo.²⁰²

Não se sabe detalhes sobre esse fato. Mas, alguns aspectos levam a desconfiar que realmente pode ter sido com a filha do negociante Zeferino Carvalho, de São Félix. Ele era um velho conhecido do finado Tenente José Antônio Gomes [pai], com quem mantinha relações comerciais que envolviam confiança e amizade. Era ele quem recebia

²⁰⁰ APMC.AFBC. JAGN. 1.3.4

²⁰¹ APMC. AFBC. JAGN. 1. 22.1

²⁰² APMC.AFBC. JAGN. 1.3.4

as mercadorias transportadas pela tropa do Tenente e efetuava seus negócios na região do Recôncavo. Além disso, como correspondente financeiro, Zeferino Carvalho acompanhou de perto os investimentos dedicados à formação intelectual de José. Por suas mãos passaram não só o dinheiro, as correspondências e as mercadorias enviadas ao estudante, mas também as expectativas, o controle e as regras impostas por seu pai.

Quem sabe, entre idas e vindas para o sertão, o futuro Dr. Gomes Neto tenha pousado algumas vezes na casa daquele negociante e, por certo, flertado com uma de suas filhas. Mas, ainda que nenhum afeto tenha sido cultivado, outros interesses poderiam estimular essa união. Para Zeferino, que certamente havia alcançado uma boa condição financeira como negociante, era atraente ter um genro doutor e poder desfrutar de um prestígio diferente daquele amealhado no comércio. Já para José Antônio Gomes Neto, a questão financeira e a extensão dos relacionamentos que envolviam aquele comerciante de São Félix talvez tivessem um peso significativo e agregador à sua posição de bacharel. São apenas suposições. Porém, certamente, a referência do colega Joaquim Tibúrcio à filha do correspondente Zeferino não foi gratuita. De todo modo, o fato de José Antônio Gomes Neto ter perdido de súbito sua primeira esposa, também recaiu, inevitavelmente, sobre suas finanças, pois, além do dote que deve ter recebido, com a viuvez se tornou herdeiro de posses inesperadas.

Cessado o luto e livre para casar-se novamente, as propostas renovaram-se por parte de diversas pessoas. Dessa vez, contudo, a escolhida foi a filha mais velha do Comendador João Caetano da Silva Pereira²⁰³, proprietário da fazenda Campos, na vila de Monte Alto. Sobre Elvira Benedita de Albuquerque, sua futura esposa, ele relatou na mesma correspondência enviada ao Major Manoel Rodrigues Ladeia que já a estimava havia muito tempo, porém, haviam se afastado pelas circunstâncias da vida: “tendo visto alguns dias sucessivos essa moça, de quem falo, despertou-me a antiga lembrança da

²⁰³ João Caetano Xavier da Silva Pereira era natural de Cuiabá, província de Mato Grosso. Filho do Capitão Francisco Xavier da Silva Pereira, natural de Lisboa e D. Marianna Benedicta de Albuquerque. Sua família obteve grande influência política na vila de Cuiabá. Não se sabe ao certo o que motivou sua vinda para o alto sertão baiano, já que foi o único da sua família que migrou para essa região. Seu casamento com Maria Vitória Pereira de Castro, de tradicional família da região de Monte Alto, determinou sua permanência na província baiana, onde alargou suas riquezas com a vida de comerciante e com o prestígio que adquiriu. Sobre esse sujeito, a memorialista Helena Lima Santos (1997, p. 119) registrou, a partir de relatos orais de descendentes seus, que ele “aportou à região com sua tropa de burros”; casou-se “com uma rica herdeira que lhe levou uma fortuna”; “aumentou seus bens com o comércio de gado e lavoura de algodão, cujos fardos ao preço de cinco mil réis, eram conduzidos por suas tropas até São Félix. Exportava também, couros e peles”; “negociava também com São Paulo. Sua escravatura era numerosa; exerceu grande influência nas decisões políticas de Caetité e da região, adquirindo grande prestígio e teve as honras de Comendador”.

nossa infância e a tenho escolhido, se Deus não ordenar o contrário, para ser a companheira da minha vida”²⁰⁴.

É provável que essa antiga ligação tenha a ver com os pontos em comum na trajetória de ambos. Eram filhos de comerciantes da mesma região, também donos de tropas, proprietários de terras e escravizados, oficiais militares, logo, de “boa família”. De acordo com Mariana Muaze (2013, p. 21), o fato de pertencer a uma “boa família” tinha um “significado adjetivado”, pois indicava a participação em um grupo “seleto e privilegiado que, na sociedade imperial, coincidia com aqueles que podiam exercer ativamente sua cidadania”, ou seja, podiam participar ativamente “da política e do governo”. Mais que isso, ser de “boa família” também equivalia, conforme a autora, “a poder gozar os atributos de liberdade, propriedade e viver com opulência [...] derivava, desta realidade, um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de ver o mundo e se ver no mundo”.

Seguindo esses ditames, apesar de manter uma propriedade rural bastante ativa, João Caetano Xavier da Silva Pereira, assim como o Tenente Coronel José Antônio Gomes [pai], tinha uma inserção influente na vila de Caetitê, mantendo ali uma residência, envolvendo-se nas atividades políticas, religiosas e comandando uma esquadra de milícias (NEVES, 1996, p. 327)²⁰⁵. Diante de tais circunstâncias é muito provável que essas famílias frequentassem os mesmos ambientes ou até mesmo o domicílio uma da outra. Ainda que seja difícil identificar o elo mais afim, sabe-se que Gomes Neto e Elvira Benedicta, pertencentes ao mesmo grupo “seleto e privilegiado”, conviveram em algum momento de suas vidas, ou não se justificaria “a antiga lembrança da nossa infância”²⁰⁶.

O “sentimento aristocrático”, conforme mencionado acima, também definia outras afinidades que determinaram o matrimônio. Da parte do Comendador João Caetano, a escolha do cônjuge para casar-se com sua filha Elvira não foi aleatória, tampouco baseada, apenas, em relações de amizade. Como dito anteriormente, a condição

²⁰⁴ APMC.AFBC. JAGN. 1.3.4

²⁰⁵ O posto de comandante militar não foi abandonado após a extinção das Milícias e implantação da Guarda Nacional. De acordo com Eivaldo Neves (1996, p. 331): “o Tenente Coronel João Caetano Xavier da Silva Pereira ao assumir a direção do Batalhão nº 78, solicitou armamentos ao Presidente da Província informando que ‘sua exemplar submissão e desvelada prontidão de se fardarem provam, de sobejo, que hua tal corporação de cidadãos laboriosos e fieis ao juramento estão na firmíssima resolução de manter a Ordem Pública e com ela o Trono Constitucional do Sr. Dom Pedro Segundo, às custas de todos e quaisquer sacrifícios pessoais e pecuniários”.

²⁰⁶ APMC.AFBC. JAGN. 1.3.4

financeira e o *status* alcançado pelo jovem bacharel faziam dele um bom partido para aqueles que, como seu sogro, reconheciam a importância da formação superior como instrumento de ascensão social e prestígio. Esses preceitos se confirmam a partir de outras decisões tomadas nessa direção, a exemplo da deliberação de enviar seu filho Bráulio Xavier para cursar Medicina na Bahia, em 1849, e da escolha de outro genro com grau de bacharel, Policarpo Rodrigues Ladeia Lima, casado com sua filha Atília, em 1854.

Destacando o quanto o matrimônio era um arranjo construído em torno da família, observa-se que, apesar da ausência de Bráulio Xavier, que residia na Bahia por ocasião dos estudos, ele escreveu duas vezes ao cunhado expressando sua satisfação em relação ao casamento da sua irmã Elvira: “com grande prazer pego na pena para dar-lhe os parabéns pelo seu feliz consórcio com minha mana Elvira, que se verificou no dia 15 de janeiro [de 1850] e mesmo pela bela escolha que meu Pai soube apreciar”²⁰⁷; “Já lhe escrevi uma carta [...] na qual mostro o quanto estimei a bela escolha de meu Pai; pode contar com o pouco préstimo de um mano que lhe estima”²⁰⁸.

Da parte de José Antônio Gomes Neto, a boa condição financeira e o prestígio desfrutados pelo Comendador João Caetano Xavier da Silva Pereira certamente lhe saltaram aos olhos, o que se pode mensurar pelo significativo dote da nubente: “a quantia de nove contos e oitocentos mil réis, sendo em dinheiro oito contos de réis e um conto e oitocentos mil réis no valor da escrava Catharina, Margarida, Micaela e Thereza e mais objetos”.²⁰⁹ É possível afirmar, tomando como parâmetro os valores apresentados no primeiro capítulo, que com nove contos de réis se poderia adquirir, em média, vinte escravizados dos mais bem avaliados nos inventários dos Gomes até 1850. Esse valor, entretanto, foi o menor dos dotes oferecidos pelo Comendador João Caetano aos seus filhos.²¹⁰

²⁰⁷ APMC. AFBC.JAGN.1.7.1

²⁰⁸ APMC. AFBC.JAGN.1.7.2

²⁰⁹ APMC. AFBC. EBA. 5.1.7

²¹⁰ De acordo com seu testamento foi dado ao Doutor Polycarpo Rodrigues Ladeia Lima, quando se casou com sua filha Atília, em dezoito de janeiro de 1854, a quantia de onze contos e trezentos mil réis, sendo em dinheiro oito contos de réis e três contos e trezentos mil réis no valor das escravas Marianna, Maria, Balduína cabra, Benedicta e Izabel cabras, e mais objetos; ao Tenente Coronel João Antero Ladeia Lima, quando se casou com sua filha Mariana em 27 de novembro de 1862, a quantia de doze contos de réis, sendo oito contos em dinheiro e quatro contos no valor das escravas Firmiana, Manoela mulatas, Luiz e Florinda cabra e mais objetos; ao seu filho Bráulio Xavier da Silva Pereira, doze contos e quatrocentos mil réis, sendo em dinheiro dez contos de réis e dois contos e quatrocentos mil réis no valor dos escravos Estevão, Simplício, cabras e Joaquim crioulo.

Correspondências enviadas por esse proprietário indicam o dinamismo da fazenda Campos, onde vivia. De lá administrava suas tropas, negociava, emprestava dinheiro a juros, mantinha criações de gado e outros animais e produzia gêneros diversos. Com o passar do tempo, as afinidades construídas entre Gomes Neto e seu sogro deram lugar a uma relação de confiança e amizade que se observa não só em relação aos assuntos da fazenda: “com esta lhe será entregue a carga de assucar de 6 arrobas tendo custado 10\$000 a arroba assim também o seu Macho e mula que aqui ficaram”²¹¹; “tive com o Gregório nas Campinas e nada me disse a respeito dos burros, e a sua de 23 a respeito da compra de farinha não é decisiva, por isso q nenhuma disposição dou pois ali no rio, segundo me afirmaram está a 16\$ a quarta”²¹², mas também na vida financeira, visto que o coronel João Caetano confiava-lhe desde a cobranças de altos montantes de dívidas até a troca de dinheiro miúdo: “veja se pode arranjar por ahi 200\$ em sédulas de 5\$, 2\$, 1\$ pois deste dinheiro muita falta soffro, e me mande por portador”.²¹³

Embora não tenha sido localizado o inventário dos seus bens, nem o da sua esposa, sua vida financeira pode ser acessada por meio das informações contidas em seu testamento, onde delegou ao genro Gomes Neto o papel de primeiro testamenteiro. Por conta dessa função, ele acabou guardando alguns recibos da partilha, além de anotações referentes aos negócios do Coronel João Caetano que, reunidos, permitem dimensionar a fortuna desse negociante, visto que só em dinheiro de contado registrou ter encontrado noventa e quatro contos de réis e, somadas algumas dívidas recebidas, o valor excedeu os cento e dez contos de réis.²¹⁴

Tabela 10: Valores atribuídos ao casal Coronel João Caetano Xavier da Silva Pereira e D. Maria Pereira de Castro

DATA	PAGAMENTO	VALOR
1850-1862	Dotes aos filhos: Elvira, Atília, Mariana e Bráulio	44:700\$000
1851-1856	Doação de dinheiro e escravizados aos netos	12:000\$000
1867	Dinheiro de contado encontrado pelo seu genro José Antônio Gomes Neto	94:000\$000
1867	Dívidas recebidas por seu genro José Antônio Gomes Neto	17:526\$000
	Conforme recibos do testamenteiro após mortes	
Mai-Jul/1867	Despesas com os funerais do Coronel João Caetano e D. Maria Pereira de Castro (caixões, velas, sepultamento, missas de corpo	1:214\$140

²¹¹ APMC.AFBC.JAGN.1.14.6

²¹² APMC.AFBC.JAGN.1.14.8

²¹³ APMC.AFBC.JAGN.1.14.7

²¹⁴ APMC. AFBC.JAGN.8.18.2 (p.9).

	presente, acompanhamento das irmandades de S. Benedito e do Santíssimo Sacramento, etc)	
Mai/1867- Ago/1868	Celebração de missas (em Caetité, Rio de Contas, Monte Alto e Salvador)	700\$000
1864	Ao compadre Antônio Joaquim de Lima e seus filhos como parte da herança	8:000\$000
Nov/1869	À Tertuliana Honorata Camargo (por disposição testamentária do Coronel João Caetano para ser entregue quando se casasse)	200\$000
Abr/1872	À Maria Angélica da Conceição (por esmola)	200\$000
Fev/1872	À Melânia Luísa Espírito Santo (por disposição testamentária do Coronel João Caetano para ser entregue quando se casasse)	200\$000
Jun/1879	À Josephina Canabrava (legado deixado pelo Coronel João Caetano)	4:800\$000
1867	À casa comercial de Antônio Joaquim de Lima por produtos diversos	560\$650
	Declarado em Testamento por João Caetano	
1864	À parda Maria que foi escrava de José Fernandes da Rocha, alforriada pelo Coronel João Caetano em 24 de setembro de 1863	2:000\$000
1864	À menina Galdina, filha legítima do finado Joaquim Peres de Carvalho	300\$000
1864	A moças pobres, em razão de seus casamentos (1:000\$000 descontados os valores acima mencionados)	400\$000
1864	Dívida ativa	3:900\$000
	Total	190:700\$790

Apesar da quantia exorbitante, esses valores não indicam toda a riqueza dessa família; posses de grande valor como a Fazenda Campos, suas criações e rebanhos, os escravizados, os imóveis que possuíam, a exemplo de casa em Caetité, entre outros, certamente agregaram significativamente ao total dos seus bens. Mesmo assim, devem-se considerar alguns aspectos das informações obtidas. A começar pelos dotes, o valor empregado por esse negociante em função do casamento de seus filhos quase equivaleu a todos os bens inventariados pela família de José Antônio Gomes Neto quando sua mãe faleceu, em 1843.

Notas diversas de empréstimos de dinheiro demonstram transações de valores expressivos, às vezes confiados a cuiabanos, seus conterrâneos, ou a pessoas envolvidas com a mineração nas Lavras Diamantinas.²¹⁵ A partir de uma nota de dívida junto ao comerciante Antônio Joaquim de Lima, em Caetité, no valor significativo de R. 560\$650, observam-se itens de consumo como: macarrão, pastilhas de pepsina, rapé, velas de espermacete, graxa, fazendas de tipos variados, garrafas de vinho, magnésia, guardanapos

²¹⁵ APMC. AFBC.JAGN.8.15.1; APMC. AFBC.JAGN.8.15.2.

de papel, adereços de costura (linhas, aviamentos, ilhós), chás, meias, ferramentas (enxadas, machado, serrote), utensílios domésticos (talheres, bandejas), sabão, vinagre, manteiga, azeite doce, pimenta, água de colônia, entre outros que não eram do uso corriqueiro da maioria das famílias sertanejas.²¹⁶

Além de ter dado uma escravizada a cada um dos seus netos, também doou quantias em dinheiro não só a eles, mas, inclusive, a ex-escravizados e moças pobres como dote de casamento: “deixo a quantia de um conto de réis para o adjutório do casamento de quatro moças pobres ao arbítrio de meu testamenteiro”. Destacam-se ainda os valores dedicados à “menina Sinfrônia que se acha em minha companhia, filha de Marcelina Maria da Conceição”, a quem deixou a quantia de três contos de réis, e à “pardinha Maria, que foi escrava de José Fernandes da Rocha, que a forrei e que se acha em meu poder”, a quem deixou a quantia de dois contos de réis²¹⁷. Junto a tais “esmolas” como eram chamadas doações dessa natureza, observam-se os gastos com funerais por ocasião da morte de Coronel João Caetano e da sua esposa D. Maria Pereira de Castro, ambos em 1867. De acordo com os recibos encontrados foram gastos pelo menos R.1:214\$140 com carneiras, caixões, velas, cartões de convite, vigários para acompanhamento do cadáver e celebração de missa de corpo presente, músicos, irmandades de São Benedito e do Santíssimo Sacramento, entre outros.²¹⁸ Depois do sepultamento, ainda foram celebradas, pelo menos, 550 missas em favor do casal e de seus filhos já falecidos²¹⁹.

Observando essas práticas, é possível afirmar que elas tinham muito mais a ver com a vida do que com a morte, pois resultavam da condição socioeconômica adquirida pelos falecidos e, após sacralizada nos rituais fúnebres, perpetuada aos seus descendentes.

²¹⁶ APMC.AFBC.EBA.4.2.1

²¹⁷ APMC. AFBC. EBA. 5.1.7

²¹⁸ APMC.AFBC.JAGN.8.2

²¹⁹Foram celebradas em Rio de Contas 50 missas em favor do “Dr. Bráulio, Spiridião e Aprígio”, a pedido do finado pai, conforme declarou o recibo passado ao testamenteiro Gomes Neto, no valor de 100 mil réis, em abril de 1868 (APMC.AFBC.EBA. 4.1.2). Na capela de N. S Mãe de Deus e dos Homens, na vila de Monte Alto, foram celebradas 50 missas em favor do Comendador João Caetano, conforme o recibo de 100 mil réis de julho de 1868 (APMC.AFBC.JAGN.8.1.2). Totalizando o valor de 300 mil réis; outras 150 missas foram celebradas pela alma do finado entre os meses de abril, maio e junho do mesmo ano, na cidade de Caetitê (APMC.AFBC.JAGN.8.1.3-5). A pedido de D. Maria Pereira Castro já haviam sido celebradas 200 missas no Convento de São Francisco, na Bahia, cem a seu favor, cinquenta em favor de seu falecido marido e mais cinquenta em favor de seus filhos falecidos. O pagamento de 200\$000 foi efetuado pela agência Antônio Brandão e Cia, por ordem de José Antônio Gomes Neto em outubro de 1867 (APMC.AFBC.JAGN.8.1.1). Outras cem missas foram celebradas na Bahia em agosto do mesmo ano, porém o nome da instituição religiosa não foi mencionado no recibo de cem mil réis (APMC.AFBC.JAGN.8.1.6).

Nessa perspectiva, assim como nas sociedades do Antigo Regime, “a filantropia e a celebração de missas, além do aspecto religioso” continuavam a constituir-se “um forte instrumento estratégico de distinção social, que ultrapassava a vida do autor da dádiva, beneficiando e assegurando o *status* de seus descendentes (SANTOS, 2017, p. 78).

Além da riqueza material e simbólica, o Coronel João Caetano era um homem articulado, que recebia assinaturas de jornais como o *Correio*²²⁰ e, dada a sua posição influente, intervinha nas eleições. Sobre assuntos políticos, tratava com o genro nos seguintes termos: “se vier a decisão do Presidente conforme desejamos acho bom que empregue todos os meios para derrotar os Pimentas, devendo contar com o meu contingente”²²¹. A importância política do casamento ocorrido entre as elites é um ponto de destaque também nos estudos de Maria Fernanda Martins (2013, p. 185). Esta autora, ao analisar as redes integradas pelos membros dos Conselhos de Estado na segunda metade do século XIX, observa a importância dos laços estabelecidos com as lideranças locais por meio dos matrimônios, “dada a representatividade destes setores, em especial seu papel nas eleições, para a viabilização das políticas empreendidas pelo poder central”.

Note-se que o prestígio da família Xavier da Silva Pereira se estendia aos filhos do comendador: Bráulio, Esperidião e Aprígio, cuja influência política também era reconhecida no sertão. Apenas para citar alguns exemplos, em 1852, Luiz Antônio Pereira Franco, candidato à reeleição para o cargo de deputado provincial na Bahia, escreveu ao ex-colega Gomes Neto solicitando o apoio dos seus cunhados para aquele pleito: “não tenho tempo de escrever ao Aprígio, Esperidião [...] sobre a minha candidatura, o q farei brevemente tomem n’a elles desde já sob sua proteção”.²²² Naquele mesmo ano, Bráulio Xavier também escreveu ao cunhado Gomes solicitando apoio para a candidatura do Dr. Zacarias de Goes Vasconcelos, lembrando que “como você mesmo sabe este está no caro dever, por isso espero que elle obtenha boa votação”²²³. Em 1860, o magistrado Cassimiro Madureira registrou as articulações mantidas por meio do amigo José Antônio Gomes Neto em virtude da nomeação do seu cunhado Esperidião para um alto posto militar na vila de Monte Alto: “falei ao Paranaguá no Rio em Agosto quando recebi sua

²²⁰ APMC. AFBC.JAGN.8.18.1 (p. 14).

²²¹ APMC. AFBC. JAGN. 1.4.8

²²² APMC. AFBC.JAGN.1.26.7

²²³ APMC. AFBC.JAGN.1.7.3

carta sobre a nomeação do seu cunhado o Sr. Speridião para Ten. C^{el} do Batalhão de Monte Alto²²⁴.

Conforme será melhor detalhado no próximo capítulo, as alianças firmadas com o Comendador João Caetano e seus filhos durante as eleições locais, especialmente em Monte Alto, foram essenciais para o enfrentamento de adversários políticos e a consolidação de poderes conquistados por José Antônio Gomes Neto, incluindo sua carreira na magistratura. Do mesmo modo contribuíram para isso os vínculos mantidos no âmbito financeiro, religioso e social por meio de relações de compadrio, negócios associativos, participação na Irmandade religiosa de São Benedito²²⁵, entre outras que apontam o quanto o casamento entre as elites poderia ser dilatado do ponto de vista dos ganhos simbólicos e materiais.

As alianças instituídas no meio familiar serviam de base para uma carreira exitosa, quer na esfera política ou profissional. Elas estão presentes em todas as etapas da vida de José Antônio Gomes Neto e de seus descendentes, ancorando a conquista de interesses diversos e garantindo boas relações de reciprocidade. Como será discutido adiante, o fato de fazer parte de uma família influente e bem articulada foi uma prerrogativa muito significativa para que José Antônio Gomes Neto, ainda jovem, integrasse outras redes sociais, mantendo a condição de usufruir, ao longo da vida, uma posição de liderança política.

Entre colegas e amigos: as primeiras redes políticas.

Já foi ressaltado nos tópicos anteriores o quanto a profissão e a figura do bacharel foram dignas de estima e respeito desde a criação dos primeiros cursos de direito no Brasil, em 1827. Esse prestígio advinha, segundo Lília Schwarcz (1993, p. 142), “menos

²²⁴ APMC. AFBC.JAGN.1.9.4

²²⁵ Estudos sobre a Irmandade de São Benedito em Caetité, iniciados por Andressa Rocha, em 2016, ainda não dão conta de explicar a origem dessa devoção, mas sugerem que tenha a ver com a construção da Igreja de São Benedito, datada de 1833. Ao que tudo indica, o culto ao santo negro e a existência da referida Irmandade se relacionam com João Caetano Xavier da Silva Pereira e seus familiares que, em sua maioria, carregavam no nome uma referência a essa crença. Sendo assim, a inserção de José Antônio Gomes Neto no seio dessa família foi acompanhada de seu ingresso na referida irmandade, em que ocupou o cargo de tesoureiro por alguns anos. O culto foi mantido entre os seus sucessores, visto que na década de 1890 era o seu neto, Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior, quem ocupava cargos de destaque nessa instituição religiosa. Há que se destacar, conforme as pesquisas de Andressa Rocha (2016), que, apesar de ser uma irmandade voltada para a devoção de um santo negro, ela não se compunha de escravizados, mas, majoritariamente, pelas elites proprietárias do sertão, havendo apenas, no que concerne à população negra e escravizada, um cemitério dedicado ao enterro de homens, mulheres e crianças “de cor”.

do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam”, o que fez da formação jurídica a preferida sobre todas as outras (CARVALHO, 2003, p. 77). Todavia, deve-se ressaltar que o título pouco valia se o bacharel não tivesse meios de alcançar um posto que fizesse *jus* às expectativas socioeconômicas. Para tal, a influência política era um fator determinante.

Na primavera de 1846, quando José Antônio Gomes Neto alcançou o grau de bacharel, nem tudo eram flores no cenário da atuação jurídica do país. No seu caso específico, pesavam sobre as perspectivas de uma boa e imediata colocação profissional, a impossibilidade de seguir para a corte devido à morte do pai e às implicações legais decorrentes daquele período. Mas, de modo geral, havia mais um problema latente à época, o chamado “excesso de bacharéis”. Na prática, significava que muitos profissionais recém-formados não encontravam colocação como advogados e magistrados, justamente porque, ao longo do século XIX, o contingente de interessados na prestigiosa carreira jurídica foi tornando-se cada vez mais esmagador (CARVALHO, 2003, p. 83).

Essa situação foi descrita na correspondência do colega João Lustosa da Cunha Paranaguá a Gomes Neto, em janeiro de 1847, poucos meses após a formatura de ambos: “até hoje nada de emprego e poucas as esperanças de obtê-lo”²²⁶. Esse fenômeno, “repetidas vezes mencionado na época”, gerou, conforme José Murilo de Carvalho (2003, p. 83), uma “busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial”, induzindo-os, em muitos casos, à disputa de cargos eletivos como o de deputado provincial. Ainda conforme o mesmo autor, esse fato provocaria no Brasil, poucos anos depois, a necessidade de uma reforma judiciária, a fim de minimizar o “peso da presença” desses profissionais na política.

Nessa conjuntura, muitos amigos de José Antônio Gomes Neto, recém-formados ou em vias de concluir o curso superior, ainda que sem perfil ou ambições partidárias, abraçaram as campanhas eleitorais com a esperança de encontrar na atuação política uma ocupação transitória, como declararam os colegas Gasparino Moreira de Castro, em agosto de 1846: “sabes que também estou candidato a Deputado Provincial, como não

²²⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.17A.2

tenho que fazer quero metter-me em cabelos”²²⁷ e João Antônio Freitas Henrique, também no mesmo pleito:

não te deve ser estranho q eu formado me julgue também habilitado e pretenda como princípio de carreira a tribuna parlamentar, eu bem reconheço, Gomes, que me faltam todos os quesitos [...] mas tal é o tempo [e] as circunstâncias que me não posso furtar de tanto importunar aos amigos n’este sentido.²²⁸

No caso de José Antônio Gomes Neto, a tentativa de manter o foco na carreira jurídica com o propósito de alcançar o objetivo pré-estabelecido por seu pai em relação ao cargo de juiz municipal, o fez vivenciar de modo diferente o “tal tempo” e as “tais circunstâncias” que empurravam alguns colegas – até aqueles que nenhum quesito possuíam – para a atividade política, inclusive mesmo antes da formatura. Talvez pelo fato de ter seguido para o alto sertão da Bahia, onde se reencontrou em excelentes condições socioeconômicas, tendo em mente não só a administração dos negócios deixados pelo pai, mas também a promotoria da Comarca do Urubu²²⁹, para a qual, com certa presteza, foi designado em 1847, não se viu atraído de imediato pelas bancadas políticas.

Ao contrário dos seus colegas que de pronto se lançaram como pretendentes ao cargo de deputado provincial, Gomes Neto passou a atuar no sertão como representante político das candidaturas que lhe convinham. Tendo a seu dispor as amizades e a influência que sua família conquistou ao longo dos anos, bem como aquelas que angariou com o casamento, somadas às alianças constituídas com colegas e amigos residentes em outras regiões, posicionava-se, de maneira privilegiada dentro das redes em que estava inserido, podendo, portanto, contar com uns e outros para alcançar seus interesses, inclusive os profissionais que, deve-se ressaltar, foram todos costurados por um viés político-partidário.

Essa interlocução já tivera início quando estudava em Olinda, visto que muitos colegas observaram sua capacidade de interferir, mesmo a distância, nas eleições sertanejas. Ermano Domingos de Couto, João Antônio Freitas Henrique, Luiz Antônio

²²⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.18.4

²²⁸ APMC. AFBC. JAGN. 1.12.1

²²⁹ A Comarca do Urubu, localizada na Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, atual cidade de Paratinga, no sertão do São Francisco, distante aproximadamente 220km da Vila de Caetité, onde residia José Antônio Gomes Neto. De acordo com PEREIRA (2012, p. 19): Creada a Comarca do Urubu pela Lei Provincial nº 6 de 2 de Maio de 1835, composta das Villas de Urubu e Carinhanha, esta desmembrada da Comarca do Rio de São Francisco, aquella de Rio das Contas (art. 6) mandou a lei provincial nº 61 de 25 de abril de 1837 que fossem interinamente observados os limites marcados no citado Decreto de 6 de Julho de 1832. Posteriormente foi desmembrada a Villa de Carinhanha do Termo do Urubu”. APB. Seção Judiciária. Série Conflito (conflito de Jurisdição). Classificação: 21/722/2.

Pereira Franco, Augusto Leal e outros colegas que concluíram o curso antes de José Antônio Gomes Neto, quando necessitaram de apoio político, escreveram-lhe mesmo sabendo que ainda estava em Olinda, na condição de estudante. Isso faz lembrar o perfil dos políticos baianos no século XIX, apontado por Kátia Mattoso (1992, p. 279), que realça o quanto a “boa instrução” e os “sólidos laços” criados entre estudantes universitários funcionavam como garantia de êxito na carreira política. Segundo ela, “algumas carreiras foram feitas graças a amizades que nasceram nos bancos escolares, complementando as solidariedades da classe social”.

Da Bahia, em março de 1846, o ex-colega Ermano Couto, com quem havia dividido moradia em Olinda, lhe escreveu advertindo sobre sua candidatura: “de novo lhe aviso que sou candidato a deputado provincial [...] antecipe-se você em para [o sertão] escrever e ver se consegue alguma coisa”.²³⁰ Em abril do mesmo ano, Freitas Henrique escreveu que entre os amigos esperava, principalmente, o auxílio de Gomes Neto, “cuja influência e multidão de amizades eu reconheço nos sertões. Assim, pois, eu espero de tua amizade e bondade”. Dizia ele ainda: “quando escreveres ao sertão [peça] para que tenha votação para Deputado Provincial”²³¹. No mesmo sentido, Pereira Franco escreveu de Coité, em agosto de 1846: “agora vou merecer-lhe a renovação de seus favores em benefício de minha reeleição como Deputado Geral”, enfatizando que, apesar de escrever a outros destinatários, contava, “sobretudo”, com o amigo do sertão.²³²

Decerto, o peso e a importância política do eleitorado sertanejo não eram alheios a esses candidatos de primeira viagem. A presença de José Antônio Gomes Neto nos bancos da academia de direito indicava aos seus colegas a boa condição desfrutada por sua família e, em algum momento, a convivência deve ter demonstrado, também, sua capacidade de influenciar politicamente no alto sertão baiano, fato que se impôs sobre qualquer possível constrangimento por parte de quem o queria como aliado: “certo de tua bondade eu me não envergonho de pedir, pois bem conheço que todos o fazem”.²³³

Anos mais tarde, em 1849, depois de ajudar a eleger diversos colegas, José Antônio Gomes Neto viu-se animado a concorrer a um cargo político. A carta do magistrado Casimiro Sena Madureira, da Bahia, informou que estava lançada sua candidatura ao cargo de deputado provincial: “já lhe escrevi a 4 dias participando-lhe que

²³⁰ APMC. AFBC. JAGN. 1.11.3

²³¹ APMC. AFBC. JAGN. 1.12.1

²³² APMC. AFBC. JAGN. 1.26.2

²³³ APMC. AFBC. JAGN. 1.12.1

foi aceito pelo nosso partido o seu nome para deputado provincial”.²³⁴ Casimiro Madureira era um veterano do curso de ciências jurídicas em Olinda. Formado havia quinze anos, sua carta demonstra que transitava com experiência tanto no meio jurídico quanto no campo político, em que era afiliado ao partido liberal, sendo mais um dos que se dividiam entre a magistratura e as bancadas legislativas. Entretanto, como José Antônio Gomes Neto conheceu Casimiro? Como foi construída essa afinidade entre indivíduos de gerações e posições tão diferentes? Seria uma amizade herdada? Sem resposta para tais perguntas, resta dizer que na posição de liderança, Casimiro Madureira traçava arranjos que tinham em vista a vitória dos seus familiares e amigos aliados:

tome a si nossa comarca e nos colégios de Macaubas meu sobrinho Justinno Batista Madureira, q é seu procurador em Caravellas, e nos colégios de Caetité e Rio de Contas o Dr. Torquato Rodrigues Dutra Rocha a quem encarregarei a sua eleição em Inhambupe, e em parte do colégio de Sto Amaro. Ambos eles estão na lista do nosso lado. Já lhe mandei 19 nomes, falando os [?] p^a 36.²³⁵

Reflexo direto do grande número de bacharéis e magistrados inseridos na política, fato que vinha ganhando crescente notoriedade desde a abdicação de D. Pedro I, em 1831, diversas gazetas do país começaram a denunciar e questionar essa realidade, o que impulsionou medidas que objetivavam limitar os espaços políticos a determinados setores do funcionalismo público. Em 1845, por exemplo, o ministério liberal propôs que chefes de polícia e magistrados fossem proibidos de concorrer a eleições legislativas em suas áreas de jurisdição (CARVALHO, 2003). Contudo, não se sabe ao certo até que ponto essa proposta foi implementada naquele primeiro momento.

A correspondência escrita por Casimiro Madureira explicita como ocorriam as permutas de apoio a candidaturas envolvendo bacharéis em diferentes colégios eleitorais da Bahia. De Salvador, onde mantinha contato com as lideranças políticas mais influentes da província, ele delegou ao colega do sertão a responsabilidade de tomar para si a “nossa comarca”, referindo-se possivelmente ao Urubu, onde José Antônio Gomes Neto atuava como promotor, ou a Caetité, onde residia. De todo modo, sugeria tomar para si a liderança política daquela região, intervindo, também, nos colégios de Macaúbas e Rio de Contas, localizados a aproximadamente 120km de distância de Caetité, para apoiar candidatos do seu interesse: seu sobrinho Justino Batista Madureira – formado em 1846 na faculdade de direito de São Paulo – e seu amigo Dr. Torquato Rodrigues Dutra Rocha

²³⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.9.1

²³⁵ APMC.AFBC.JAGN.1.9.1

– formado em Olinda, em 1848 – que, em troca, o favoreceriam nas regiões de Caravelas, Inhambupe e Santo Amaro.

Em outro momento, a correspondência de Casimiro Madureira ratifica a linha tênue que se delineava entre a política e a magistratura, pois, ao passo que demonstrava sua influência político-partidária no papel de articulador das candidaturas de colegas bacharéis, também oferecia a Gomes Neto o posto provisório de juiz municipal da Imperial Vila de Vitória (hoje Vitória da Conquista, localizada a aproximadamente 240km de Caetité), com promessas de uma nomeação mais interessante no ano seguinte, provavelmente depois de transcorridas as eleições: “diga se quer ser Juiz Municipal da Imperial V. da Vitória com ordenado até que em junho vejamos se pode melhorar com as novas nomeações.”²³⁶ Embora soubesse que o objetivo do seu correspondente era ocupar o cargo de juiz municipal em Caetité, também sabia que para isso era preciso envolver-se e adequar-se aos meandros do jogo político.

As articulações deram certo. Em 7 de março de 1850 o jornal *Correio da Tarde* divulgava no Rio de Janeiro a lista dos deputados eleitos para a assembleia legislativa da Bahia²³⁷. Entre eles estavam os bacharéis indicados por Casimiro Madureira para serem apoiados nos colégios eleitorais do sertão: Justiniano Batista Madureira e Torquato Rodrigues Dutra Rocha. Mas, não só. O resultado eleitoral revelou o sucesso de outras articulações tecidas por José Antônio Gomes Neto em prol tanto de sua candidatura quanto da de ex-colegas formados em Olinda, com quem se correspondia desde os tempos da faculdade e firmava tratativas: Antônio Luiz Afonso de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, João Antônio de Araújo Freitas Henrique, Luiz Antônio Pereira Franco, Ermano Domingues de Couto, Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes e Gasparino Moreira de Castro, todos eleitos naquele pleito.

João Antônio Freitas Henrique formou-se em Ciências Jurídicas pela academia de Olinda em 1845, um ano antes do seu amigo Gomes Neto. Residindo em Inhambupe, na região Nordeste da província baiana, já atuando como juiz municipal, Freitas Henrique, como assinava suas missivas, também seguia a linha dos magistrados interessados na carreira política e no apoio mútuo que envolvia o amigo do sertão, a quem se dirigiu em 1849: “já te escrevi a respeito da minha candidatura e agora [que no sertão estás] continuo a confiar que n’esse colégio obterei grande votação, pois que assim me autoriza a

²³⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.9.1

²³⁷ O *Correio da Tarde*. Rio de Janeiro 07 de março de 1850. Nº 663, p. 01.

amizade”.²³⁸ Ciente do significativo apoio político proveniente do colega José Gomes, já requisitado na eleição anterior, não se esquivou de explicitar sua prontidão em cumprir as ordens do amigo, deixando entrever que se correspondiam a respeito da colocação almejada por Gomes Neto: “tendo de rever os meus papéis, nele encontrei a tua ordem, que não foi satisfeita, como lho enviei, julguei ser de meu dever lha tornar, podendo sempre dar-me a respeito de qualquer outro negócio, as tuas ordens”.²³⁹

Luiz Antônio Pereira Franco²⁴⁰, também contemporâneo de Gomes Neto durante o curso de ciências jurídicas em Olinda, foi reeleito ao cargo de deputado provincial nas eleições de 1849. Assim como antes, em 1847, não deixou de escrever ao amigo sertanejo, a quem chamava de “Gomes” para garantir o apoio esperado: “devo agradecer-te o prometimento que me fazes dos teus esforços a favor da minha pretensão eleitoral e conquanto já tenha certeza do cumprimento da tua palavra, todavia reitero o meu pedido”.²⁴¹ Certo de que era possível garantir a vitória para ambos, despediu-se da seguinte forma: “em breve espero abraçar-te na Capital, quando vieres tomar assento na Provincial”.²⁴²

Gasparino Moreira de Castro²⁴³, como já foi dito, era conterrâneo de José Antônio Gomes Neto. Sua família era grande proprietária de terras e gado em Monte Alto e, dada

²³⁸ APMC. AFBC. JAGN. 1.12.2

²³⁹ APMC. AFBC. JAGN. 1.12.2

²⁴⁰ Luiz Antonio Pereira Franco, filho de Luiz Antônio Pereira Franco e D. Leonor Felisberta Pereira Franco, nasceu na Bahia, em 19 de outubro de 1826, e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Olinda, onde recebeu o grau de Bacharel, em 1847 aos 21 anos de idade. Iniciou sua carreira na Magistratura sendo nomeado Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Purificação, em 1848, do qual foi removido, a pedido, para o de Nazaré, em 1850. Havendo completado o tempo da lei, foi nomeado Juiz de Direito da comarca da Feira de Santana, na província da Bahia, em 1855, sendo depois removido para a Vara de Órfãos da capital da província, em 1871, e 1ª Vara Cível de Niterói, a pedido, em 1875. Em 1887, foi nomeado Desembargador da Relação da Corte, cargo em que foi aposentado em 1888. Militou na política, sendo eleito Deputado por sua província natal à Assembléia provincial em 1848, sendo reeleito por sete vezes e, à Assembléia-Geral Legislativa, nas 10ª (1857-1860), 11ª (1861-1864), 14ª (1869-1872), 15ª (1872-1875), e 16ª (1878) legislaturas. Em 1888, foi nomeado Senador pela mesma província, em substituição a João José de Oliveira Junqueira, falecido em 1887. Exerceu a alta administração da província de Sergipe, sendo nomeado Presidente, em 2 de junho de 1851. Foi Ministro de Estado no Gabinete de 29 de setembro de 1870, ocupando a pasta da Marinha, e no de 25 junho de 1875, ainda com a pasta da Marinha e, interinamente, a da Guerra, em 1876. Foi agraciado por D. Pedro II com a comenda da Ordem da Rosa, em 1886; o título do Conselho, em 1870; e o de Barão de Pereira Franco, com honras de grandeza, em decreto de 20 de junho de 1888. Informações disponibilizadas pelo Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=115>. Acesso: 12/11/2018.

²⁴¹ APMC. AFBC. JAGN. 1.26.3

²⁴² APMC. AFBC. JAGN. 1.26.3

²⁴³ Gasparino Moreira de Castro nasceu no dia 17 de maio de 1825. Foi batizado em 13 de novembro de 1825, na Capela do Santíssimo Coração de Jesus do Cajueiro. Era filho do capitão Manoel Moreira da Trindade e D. Joanna de S. João Castro, sendo seus padrinhos o Dr. Antonio Calmon do Pin Almeida e sua mulher, D. Maria Clara Calmon. Em 22 de maio de 1848, matriculou-se no 5º ano do curso jurídico na Academia de Ciências Jurídicas de Olinda. Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito de Recife (CCJ –UFPE). Certidão Matrícula, p. 01 e Certidão de Idade, p. 2.

a proximidade de suas trajetórias, mantinham vínculos estreitos. Eles também dividiram moradia em Olinda, porém Gasparino interrompeu as atividades acadêmicas para se casar e, somente em 1848, retomou os estudos, matriculando-se no quinto ano do curso de ciências jurídicas em Olinda. Também, concorreu às eleições para deputado provincial contando com o apoio do amigo a quem chamava de “meo Gomes”: “não esqueças de minha candidatura” e asseverando: “por certo podes fazer por mim o que eu por cá não poderei fazer por ti”.²⁴⁴

João da Cunha Lustosa Paranaguá²⁴⁵, seu colega de turma, era, talvez, o mais influente dos amigos que assumiram o cargo de Deputado Provincial em 1850. Apesar de ser natural da província do Piauí, casou-se na Bahia, “terra das suas simpatias” com uma senhora de família abastada, D. Maria Amanda Pinheiro, filha do desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, ex-presidente da província e do tribunal de justiça da Bahia, futuro Visconde de Monserrate²⁴⁶. Essa união lhe propiciou uma vivência muito profícua nos primeiros anos da atuação profissional, fazendo-o galgar mais rapidamente os degraus da carreira política e jurídica. Mesmo assim, apesar do meio distinto em que vivia, em janeiro de 1847 escreveu ao amigo Gomes comunicando não só a sua candidatura à Assembleia Provincial da Bahia, como a do seu futuro sogro: “o Pinheiro também se propõe e eu peço-te encarecidamente que te empenhes por ele o mais que te for possível: é um favor que me obrigará muito”. Na mesma carta ainda enfatiza: “a confiança que em ti deposito dispensa-me as diligências” e, “se saíres candidato comunica-me”.²⁴⁷ Como se verá, Paranaguá foi um dos amigos que se manteve ligado a Gomes Neto até o fim da sua vida.

Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes²⁴⁸ também era seu colega de turma. Natural de São Gonçalo dos Campos, então pertencente ao território de Cachoeira, passou um tempo

²⁴⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.13.5

²⁴⁵ Informações sobre a vida política de João Lustosa da Cunha Paranaguá estão descritas na introdução desta tese.

²⁴⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.17A.2 – Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos era formado em direito pela Faculdade de Coimbra (1818). Quando retornou ao Brasil, foi nomeado por D. João VI ao posto de Juiz de Santo Amaro da Purificação e São Francisco do Conde (1819). Foi eleito secretário da Junta Provisória da Bahia em 1823 e chegou a assumir o governo da província após a Independência. Em 1826 foi nomeado desembargador de Pernambuco e em 1833 da Bahia. Em 1848 foi nomeado presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. Na política, ocupou o cargo de Presidente da província de Pernambuco (1830-1831), da Bahia (1832-1834; 1848). Mais informações sobre a sua vida pública estão disponíveis no site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/presidente.asp?periodo=stj&id=285>. Acesso: 18.11.2017.

²⁴⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.17A.2

²⁴⁸ De acordo com informações disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes nasceu em S.Gonçalo dos Campos, Bahia, e diplomou-se no ano de 1846 no Curso Jurídico de Olinda. Nas lidas políticas figurou como deputado em várias legislaturas da Assembleia

em Salvador logo depois que se formou, quando dividiu moradia com o colega João Lustosa da Cunha Paranaguá. A princípio, também se esquivou da candidatura política, preferindo aplicar o primeiro ano do bacharelado à prática jurídica. Mas, as circunstâncias já descritas o fizeram concorrer às eleições em 1848. No ano seguinte, escreveu ao colega Gomes Neto para saber se havia adquirido uma boa votação “no teo colégio e nas circunvizinhanças”²⁴⁹ pois, conforme declarou, se tivesse pouca votação em Rio de Contas e na Chapada certamente sairia derrotado. Devia aproveitar, entretanto, os “300 e tantos votos” do colégio de Cachoeira, onde planejava passar a eleição para alcançar maior apoio. Nessa correspondência, Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes, que também conquistou uma carreira jurídica exitosa ao longo da vida, demonstrou seu empenho e de outros amigos em prol da candidatura do colega sertanejo: “eu tenho pedido por ti, e es recomendado pelo Governo. O Dr. Cassimiro também pede muito. Suponho que dessa vez terei o prazer de o ver por cá na qualidade de representante da província”.²⁵⁰

Essas evidências demonstram o quanto as redes de amizade eram significativas para obtenção de favorecimentos políticos e particulares, especialmente quando esses sujeitos iam graduando-se nas posições almeçadas. Como se verá adiante, alguns desses jovens culminaram sua carreira como Desembargadores, Ministros do Supremo Tribunal de Justiça e Conselheiros de Estado, posto mais elevado do Império, sem, no entanto, deixar de corresponder-se e trocar favores com o amigo do sertão.

Diante do exposto, vale reconsiderar algumas ponderações feitas por Kátia Mattoso (1992, p. 276) acerca da lógica do sucesso de jovens na política baiana do século XIX. Segundo a autora, “para poder sonhar com uma brilhante carreira de homem público ou para ingressar no Parlamento, não era suficiente nascer numa família prestigiosa e receber uma instrução superior. Era preciso nascer na capital ou em seu Recôncavo”. As correspondências acima transcritas elucidam outra compreensão acerca desta assertiva, demonstrando o quanto as redes de relacionamentos movidas pelos sertões influenciaram as conquistas políticas de sujeitos oriundos da capital, do Recôncavo baiano e até de outras províncias.

Provincial da Bahia, sempre reeleito de 1848 a 1859. Por Decreto de 1854 foi nomeado Promotor Público do Termo da Cidade de Cachoeira em sua província natal. Habilitado Juiz de Direito, foi nomeado sucessivamente para as Comarcas de Maroim (SE), em 1857, Caravelas(BA), em 1861. Através do Decreto de 1875 foi nomeado Desembargador da Relação de Fortaleza, assumindo a Presidência, em 1880, por período ininterrupto de nove anos (1880-1889). Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1889 e aposentou-se em 1891. Faleceu na Bahia, em 1903.

²⁴⁹ APMC.AFBC.JAGN. 1.22.2

²⁵⁰ APMC.AFBC.JAGN. 1.22.2

O fato de Salvador e seu entorno terem sido centros econômicos de destaque na Bahia certamente pesou, muito consideravelmente, na quantidade de políticos provenientes dessas regiões. A riqueza permitia que se acumulassem ferramentas importantes para uma projeção política, a exemplo da formação superior. Mesmo assim, é preciso um olhar que desmonte determinadas visões categóricas acerca da atuação das elites no século XIX. Não havia em Salvador, ou no Recôncavo baiano, nenhum fator determinante capaz de eleger, por si só, ou simplesmente por origem de nascimento, os donos de carreiras políticas e assentos no parlamento provincial. Considerando as fontes e o contexto em que a autora pesquisou, é imprescindível que os estudos mais recentes se atentem para a influência de outras regiões da Bahia e o papel político e econômico desempenhado pelos sujeitos, sempre bem articulados, que delas advinham.

Por meio da trajetória de José Antônio Gomes Neto é possível relativizar afirmações circunscritas a um espaço territorial restrito. Todos os seus colegas candidatos à assembleia provincial em 1846 eram de Salvador e do Recôncavo baiano. Em 1849 esse leque se amplia, incluindo um candidato do sertão e outro da província do Piauí, ambos casados e residentes na Bahia. Contudo, observa-se entre eles a conduta comum de reconhecimento da influência política exercida pelo sertanejo e amigo Gomes, o que também indica, conforme apontado anteriormente, que estavam cientes da relevância política dos sertões nas decisões eleitorais da Bahia. Isso se confirma na correspondência, já mencionada, do colega Joaquim Tibúrcio, de Cachoeira, por ocasião das eleições de 1849: “preciso saber se terei pouca votação em Rio de Contas e na Chapada, e se assim for fico derrotado”²⁵¹.

Outro exemplo é a correspondência enviada da Bahia pelo bacharel Aprígio José de Souza durante a campanha eleitoral de 1849. Diferente dos jovens recém-formados, ele era um veterano das ciências jurídicas de Olinda, tendo-se bacharelado em 1834. Naquela altura da sua carreira já havia atuado sucessivas vezes como deputado provincial, mas, até então, sem o apoio político dos eleitores sertanejos. Por alguma razão, esse contingente de eleitores despertou seu interesse, ou foi a influência política que José Antônio Gomes Neto vinha exercendo em prol dos seus aliados, quase sempre eleitos, que chamou sua atenção: “por uma inaudita infelicidade tenho sido sempre repellido da urna caetiteense, e pensando nas causas desse constante [in]sucesso, julgo que só a falta

²⁵¹ APMC.AFBC.JAGN.1.22.2

de hum eficaz protetor que me defenda”. Considerando a influência que o jovem doutor vinha demonstrando, continuou: “tendo agora notícia do caráter firme e gênio prestimoso de V.S, tomo a liberdade de recorrer aos seus nobres sentimentos, rogando-lhe o favor de esposar a minha causa e aceitar-me como por seu candidato”. Na sua opinião, se alcançasse tal ventura, obteria, em consequência “uma brilhante votação desse distinto Collégio”.²⁵²

Coincidência ou não, o baiano Aprígio José de Souza também foi escolhido naquele ano, totalizando, assim, o número de dez bacharéis eleitos mediante tentativas de articulações políticas envolvendo o alto sertão baiano e o apoio de José Antônio Gomes Neto. Entre os trinta e seis deputados nomeados em 1850, Gomes Neto era o décimo primeiro a compor essa rede de articulações, garantindo, assim, possibilidades bastante dilatadas de assegurar seus interesses a partir de então. Quem sabe, ainda outras alianças tenham sido firmadas, elos que não foram documentados, ou cujos vestígios se perderam com o tempo. De todo modo, esses casos demonstram que pertencer a uma família prestigiosa, receber instrução superior e, além disso, ser bem relacionado tornou-se mais significativo do que simplesmente nascer na capital ou no Recôncavo baiano.

Conforme será discutido no capítulo seguinte, o fato de José Antônio Gomes Neto constituir-se uma pessoa de influência no sertão permitiu-lhe não só continuar integrando as redes sociais que havia construído até esse momento da vida, como também ampliava sua capacidade de barganhar favores políticos e fazer-se representado nos mais altos postos do império. Como se verá, essas redes foram essenciais não só para que se alcançasse a almejada colocação profissional de juiz municipal de Caetité, mas para que pudesse galgar uma posição mais estável como magistrado, tornando-se juiz de Direito.

²⁵² APMC.AFBC.JAGN.2.10.

CAPÍTULO III: DE BACHAREL A JUIZ DE DIREITO: CAMINHOS ENTRE A POLÍTICA E A MAGISTRATURA

Ao longo do século XIX os magistrados desempenharam um papel político eminente no Brasil.²⁵³ Embora até 1841 predominasse nas paróquias a magistratura de escolha popular, com a reforma do código criminal o papel dos juízes de paz foi bastante reduzido e o Estado passou a nomear os “juízes municipais e os juízes de carreira, que passaram a tutelar os tribunais do júri, de modo que todas as instâncias judiciárias ficaram subordinadas à magistratura de toga” (MATTOSO, 1992, p. 241). Essa e outras mudanças ocorridas na organização política e administrativa do Estado abriram espaço para que os magistrados mantivessem vínculos muito estreitos com a política, sobretudo no âmbito local, onde sua posição privilegiada lhes permitia transitar e influenciar nas disputas de poder.

No capítulo anterior foi dito sobre a expectativa de conciliação das carreiras jurídica e política cultivadas por muitos bacharéis. No entanto, mesmo aqueles que não almejavam ocupar as posições eletivas, estreitavam laços com as lideranças políticas a fim de obterem progressões na magistratura. Isso se dava, conforme Jonas Vargas (2016, p. 75), devido à frágil profissionalização das carreiras no Brasil, uma deixa que potencializava o envolvimento de muitos juízes em questões políticas diversas, inclusive as mais facciosas. Diante dessa conjuntura, pretende-se demonstrar como José Antônio Gomes Neto transitou no meio político até alcançar o posto almejado de juiz municipal e, depois disso, como atuou no alto sertão baiano a fim de estabilizar-se na carreira jurídica.

Cartas que vão e vêm: até alcançar a almejada colocação profissional

Conforme discutido no capítulo anterior, apesar do sucesso alcançado por José Antônio Gomes Neto na eleição para a assembleia provincial de 1849, seu interesse estava menos em atuar como deputado e mais nos degraus que poderia subir na carreira jurídica a partir de então. Com o ingresso no partido liberal, o apoio a colegas aliados e a inclusão

²⁵³ Entre os estudos que apontam a importância dos magistrados na política imperial e sua relação com a construção do Estado brasileiro, destaca-se CARVALHO (2003). Jonas Vargas (2016) também desenvolveu pesquisa sobre o tema, relacionando aspectos da atuação política, do perfil de formação e da carreira dos magistrados no Rio Grande do Sul.

do seu nome entre os candidatos daquele pleito, era previsto, conforme a oferta feita pelo amigo Cassimiro Madureira, que ele alcançasse uma ocupação de juiz municipal na vila da Vitória.²⁵⁴ Embora fosse um posto almejado, seu objetivo continuava sendo a comarca de Caetité e, mediante a possibilidade de alcançar, para breve, a ansiada nomeação, preferiu declinar da vaga oferecida.

Os acordos estabelecidos com outros amigos e ex-colegas que, a essa altura, já ocupavam posições importantes na capital baiana favoreceram sua nomeação, em 1851, para o cargo de promotor da comarca de Rio de Contas, distante 80km de Caetité²⁵⁵, mais próxima que a comarca do Urubu, onde atuava. Essa nomeação era atraente não só do ponto de vista geográfico, mas também porque já lhe garantia uma inserção bastante significativa nas decisões jurídicas da região alto-sertaneja.

Aparentemente sem ambição pela carreira política, atuou somente por um mandato na assembleia legislativa da Bahia. Porém, tendo redes de aliados ao seu dispor, não deixou de influenciar de maneira direta nas decisões tomadas naquela câmara acerca do sertão baiano. A correspondência enviada pelo amigo Luiz Antônio Pereira Franco, de Nazaré, em fevereiro de 1852, demonstra como isso acontecia: “aparecendo na Assembleia o projeto a que te referes sobre a passagem de S. Antônio e S. Fellipe para Victória, a elle não me oporei” e acrescenta, “por que já o ano passado votei contra a anexação de S. Antônio á Caetité”.²⁵⁶ Como almejava o posto de juiz em Caetité, José Antônio Gomes Neto estava atento a tudo que incidia sobre os limites daquela jurisdição, opinando, nesse caso, contra a anexação de algumas vilas ao território da comarca caetiteense. Interferências dessa natureza, mediadas por amigos, ex-colegas e aliados, se tornaram frequentes a partir de então e foram intensificadas quando José Antônio Gomes Neto conseguiu ingressar familiares muito próximos, genros e sobrinhos, no âmbito dos órgãos legislativos da Bahia, como se verá adiante.

Enquanto isso, conforme mencionado anteriormente, seu cunhado Bráulio Xavier da Silva Pereira, então estudante de medicina na Bahia, foi integrado às redes construídas por José Antônio Gomes Neto, exercendo o importante papel de encontrar-se pessoalmente com seus aliados políticos e lembrar-lhes os assuntos que eram de seu interesse no sertão, conforme demonstrou em correspondência escrita da Bahia, em junho de 1852: “quanto os seus papeis ainda não posso lhe dar os resultados, porque esses dias

²⁵⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.9.1

²⁵⁵ APMC.AFBC.JAGN.5.2.1

²⁵⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.36.7

não tem havido Relação, e o Dr. Cassimiro disse-me que agora é que ia tratar”, acrescentando, “o Paranaguá também disse hoje que já tinha falado com o sogro a este respeito, espere que será a seu favor”²⁵⁷.

Esses papéis aos quais se referia tinham a ver com apelações, recurso de qualificação e embargos aplicados por ele no exercício da promotoria, recorridos em Salvador. Foram, contudo, analisados por colegas aliados, a exemplo do dr. Casimiro e do Comendador Joaquim Pinheiro de Vasconcelos, sogro do seu colega João Lustosa da Cunha Paranaguá, a quem expressou apoio político nas eleições de 1849. Conforme esperado, a carta enviada por Casimiro Madureira, da Bahia, em julho de 1852, reafirmava o que já havia sido prenunciado pelo seu cunhado Bráulio, de que as apelações seriam favoráveis a Gomes Neto.²⁵⁸ Essas informações transversalizadas, ou seja, repassadas de modo extraoficial, indicam que as redes também atuavam no âmbito jurídico, favorecendo uns e outros conforme determinadas conveniências.

Como aponta José Murilo de Carvalho (2003, p. 160), “a troca de favores não abrangia apenas nomeações e promoções”, mas envolvia práticas cotidianas que “hoje seriam consideradas corruptas”. Na perspectiva de Maria Fernanda Martins (2007), isso tem a ver com um tipo de “cultura política”²⁵⁹ da época, ou seja, o pensamento e a prática que norteavam os políticos e as instituições imperiais e deve ser analisado considerando a ideia de processo, ou seja, de continuidade e permanências. Essas reflexões, embora caibam em diversos pontos deste estudo, servem para situar a trajetória desses homens em um tempo específico, marcado por costumes dessa natureza, impregnados, como se vê, não só na política, mas nas instituições e na burocracia do Estado Imperial.

Ancorado nessas relações privilegiadas, José Antônio Gomes Neto atuou, durante a década de 1850, como promotor da Comarca de Rio de Contas, sem, contudo, deixar de pleitear a vaga de juiz municipal em Caetité. Ciente da posição elevada que o amigo João da Cunha Paranaguá havia adquirido na Corte, dirigindo o Ministério dos Negócios e da Justiça do Império, Gomes Neto escreveu-lhe acerca do referido assunto.

²⁵⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.7.10

²⁵⁸ APMC.AFBC.JAGN. 1.9.2

²⁵⁹ De acordo com MARTINS (2007, p. 31), cultura política tem a ver com o “conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em uma determinada sociedade e em dado tempo histórico, no qual, entretanto, ela não é exclusiva ou, muito menos, definitiva. Nessa ótica, cultura política se traduz como ‘o produto de um mecanismo de regulação dos comportamentos políticos que inculca nos indivíduos atitudes fundamentais forjadas pela história e os conduz a compartilhar, apesar de suas diferenças de opinião política, crenças comuns sobre a melhor forma de organização’”.

Como “o sistema judicial era centralizado, todos os juízes eram nomeados pelo ministro da Justiça” (CARVALHO, 2003, p. 121), o que fazia da posição ocupada por Paranaguá mais do que estratégica para que se adquirisse o cargo tão almejado. A resposta do amigo, enviada no papel timbrado do gabinete ministerial, foi dada sem formalidades ao colega do sertão baiano, ressaltando alguns inconvenientes que poderiam envolver a tão esperada nomeação:

Gomes,
 Tenho presente a tua carta de 15 de Outubro, e oportunamente verei o que é possível.
 Tenho a teu respeito o melhor desejo, não sei, porém, se a tua nomeação para o lugar do teu nascimento, onde tens parentes e amigos, e interesses políticos, teus ou d’elles, será isenta de inconvenientes.
 Teu amigo, colega, afetuoso
 Paranaguá
 Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1859²⁶⁰.

É importante notar a franqueza do amigo Paranaguá quanto aos interesses políticos que cercavam a vida do colega e os inconvenientes que poderiam surgir caso ele fosse nomeado para Caetité. Essa preocupação, contudo, não inibiu o desejo de Gomes Neto, haja vista que era da parte de “parentes e amigos” que deveriam pesar as maiores expectativas para que ele assumisse o posto, pois, assim, poderia melhor intervir na política local e em outras decisões de relevância que beneficiariam sua família e aliados. Malgrado a opinião do amigo ministro e sua posição de destaque, essas nomeações envolviam outras disputas de poder e, pelo que se observou, na prática só eram sancionadas após indicação dos presidentes de província ao imperador d. Pedro II, o que exigia uma dilatação maior das redes de amizade envolvendo pessoas influentes ligadas ao governo provincial e à Corte.

Ocupando uma posição distinta em relação à do então Ministro de Negócios e da Justiça do Império, mas experiente na arte do “tête-à-tête”, o Cel. Antônio de Souza Spínola foi uma das peças-chave para as pretensões de Gomes Neto.²⁶¹ Ele era conterrâneo e velho conhecido da família Gomes, tendo atuado na política da vila de Caetité, onde também ocupou cargos jurídicos como o de juiz de órfãos, ao lado do pai e

²⁶⁰ APMC.AFBC.JAGN.1.17A.3

²⁶¹ O Cel. Antônio de Souza Spínola era tio do médico e político Aristίδes Cézar Spínola Zama. Sua família havia residido em Caetité, onde construiu laços muito próximos com outras famílias influentes da época, a exemplo dos Gomes, mas, nesse tempo, já se havia mudado para Lençóis, na Chapada Diamantina, onde mantinha, juntamente com outros acionistas, a Companhia Capivaras, empresa de extração de diamantes movimentada por escravizados e alemães (MARTINS, 2013). Tendo conquistado grande influência naquela região, o Cel. Antônio de Souza Spínola fez carreira política, sendo eleito, diversas vezes, como deputado geral.

dos tios de José Antônio Gomes Neto.²⁶² Quando se mudou para Lençóis, interessado na extração de diamantes, levou consigo a amizade e a consideração das antigas alianças políticas, algumas delas perpetuadas entre aqueles que também seguiram para a Chapada. Com a remoção de José Antônio Gomes Neto para a promotoria de Rio de Contas, em 1851, e sua atuação na suplência do juizado municipal e da delegacia da vila de Santa Izabel do Paraguaçu, a partir de 1858, os laços com o Coronel Spínola foram reavidos e estreitados.

Em fevereiro de 1860, da Fazenda Boa Vista, em Lençóis, Antônio Spínola respondeu à carta enviada por José Antônio Gomes Neto: “antes de sair da Bahia recebi uma sua carta que me comunicava sua pretensão de ser juiz municipal de Caetité. Cria-me que antes mesmo de recebê-la tinha eu dado alguns passos n’este sentido”. Com a influência que desfrutava no meio político baiano, Antônio de Souza Spínola demonstrou não só ter condições, como também interesse de intervir na referida nomeação. Em sua carta ele indicou os meandros que abrangiam a conquista de posições dessa natureza, como disputas de interesses: “eu tinha ao princípio feito toda a diligência de obter este lugar para o Dr. Souza Lima, mas este sofria uma grande oposição, e outro se apresentava na Corte, que já estava um pouco adiantado”; envolvimento dos presidentes de província, como aconteceu com Herculano Ferreira Pena, então presidente da Bahia: “o Sr. Penna com quem ultimamente conversei diferentes vezes se mostrou muito favorável a você”, “como esses lugares se dão em geral por indicação dos Presidentes, fiquei eu esperançado segundo me afirmou o Dr. Penna de que você seria bem sucedido”; e, por fim, como tudo mais em matéria de política, as nomeações de juizes também requeriam a mobilização de gente influente na Corte: “antes de partir da Bahia, escrevi com a maior eficácia no Rio de Janeiro a favor dessa sua pretensão”, “lhe exponho praticamente a situação em que deixei esses negócios, cuja decisão deve vir breve, visto como esperava-se no Rio de Janeiro o Imperador para realizar essas e outras nomeações”.²⁶³

Demonstrando que essa vaga também era almejada por outros bacharéis, a exemplo do Dr. Souza Lima e “de um certo Ayres de Pernambuco, que por pedido do Dr. Polycarpo Leão estava com probabilidades de ser nomeado”²⁶⁴, o Cel Antônio Spínola evidenciou o quanto essas decisões eram tramadas nos bastidores políticos e pendiam

²⁶² APEB. Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [avô]. 02/557/1006/02.

²⁶³ APMC.AFBC.JAGN. 1.3.1

²⁶⁴ APMC.AFBC.JAGN. 1.3.1

para o lado daqueles que possuíam maior capacidade de barganhar com seus aliados. Nessa perspectiva, o interesse pela nomeação de José Antônio Gomes Neto não era desprezível. Conhecendo seu círculo familiar e as disputas políticas que se aguçavam no sertão, o coronel vislumbrava na atuação de Gomes Neto um aliado “prestigioso e forte”, tendo-o, por isso, alertado sobre o quanto sua postura de enfrentamento eleitoral poderia pesar na almejada nomeação, sendo a “medida do presente e do futuro”:

estamos em 60: Toma posição n’essa Villa e entramos com todas as forças na Campanha Eleitoral, certo de que seu resultado será a medida do presente e do futuro, e eu contando com o apoio franco e decidido de sua família, muito poderei fazer, e todos Vós não podem contar com aliado mais fiel e desinteressado, assim como também eu não posso contar com aliados mais prestigiosos e fortes.²⁶⁵

Observa-se, mais uma vez, o quanto a ascensão na carreira jurídica estava atrelada a interesses diversos. Nesse caso, eles giravam em torno do domínio eleitoral do alto sertão baiano, não só da vila de Caetité, do Urubu, ou de Lençóis, mas, do território como um todo, de modo integrado, conforme se evidencia no seguinte trecho da mesma correspondência: “as últimas eleições nos devem ter convencido a todos de que devemos unir todos os nossos esforços e marchar uníssonos para o mesmo fim. Eu com você, Dr. Polycarpo, Braulio, Spiridião, Lima, nosso velho comandante, não podemos ter medo do resultado”, e mais: “firme por esse lado eu lhes afirmo que segurarei o Urubu e o resto do Círculo”.²⁶⁶

Os nomes acima citados representam a extensão dos interesses políticos do coronel Antônio Spínola e revelam a trama do que pretendiam sobre as eleições, vitais para o domínio do alto sertão baiano. Para tanto, José Antônio Gomes Neto deveria “assumir posição” em Caetité; seus cunhados, Bráulio e Esperidião Xavier da Silva Pereira, juntamente com Polycarpo Rodrigues Ladeira, atuavam em Monte Alto e Carinhanha. Seu cunhado Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], que nessa época residia em Santa Isabel do Paraguaçu, na Chapada Diamantina, também se deveria articular em prol dos interesses do grupo. Enquanto isso, o próprio Antônio Spínola assumia o compromisso de “segurar” o Urubu (atual Paratinga, no rio São Francisco) e o “resto do círculo”, que, certamente, também envolvia a região de Macaúbas, Maracás e Lençóis, onde residia e mantinha negócios com a extração de diamantes.

²⁶⁵ APMC.AFBC.JAGN. 1.3.1

²⁶⁶ APMC.AFBC.JAGN. 1.3.1

Analisando um contexto mais amplo, José Murilo de Carvalho (2003, p. 121-2) faz referência a essa trama, apontando como se dava a ascensão de políticos e magistrados no Império:

logo após a formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidades eleitoralmente promissoras ou pelo menos num município rico. Na impossibilidade de conseguir boa localização, a solução era aguardar a oportunidade de ser transferido. A oportunidade vinha em geral graças ao auxílio de amigos ou de correligionários políticos já bem colocados. As mudanças de ministério, que eram constantes, constituíam ocasiões propícias para grandes remanejamentos de funcionários, inclusive de magistrados, tanto para garantir resultados eleitorais favoráveis, no caso em que as mudanças fossem também de partido, como para premiar amigos pessoais e políticos, e para cooptar aliados promissores.

Naquele ano eleitoral de 1860, com tantos interesses convergentes, não demorou muito tempo para que o coronel Antônio de Souza Spínola se certificasse do sucesso das articulações empreendidas em prol do amigo Gomes, a quem escreveu: “com o maior prazer dou-lhe os mais cordiais parabéns por sua nomeação de Juiz M. e d’Orphãos de Caetité, que se verificou por Decreto de 25 de fevereiro”²⁶⁷. Na correspondência anterior, enviada da Fazenda Boa Vista, em janeiro de 1860, ele havia mencionado sua intenção em desbancar os “Pimentas e cia”²⁶⁸. Nessa, datada de Lençóis, no mês de março, relacionou os Pedros Caetanos e Borges de Barros como seus opositores: “para Macaúbas e Urubu foi nomeado o Dr. Joaquim de Mello Rocha. São tanto mais cordiais os meus parabéns quando felizmente está livre a nossa terra dos Pedros Caetanos e Borges de Barros”²⁶⁹.

Vê-se, mais claramente, que o principal interesse do coronel Spínola na nomeação de José Antônio Gomes Neto não era apenas premiar um bom amigo. O sucesso dos seus interesses políticos dependia da não ocupação de adversários em postos estratégicos do sertão, especialmente os juizados. Reconhecendo a importância da conquista, o jovem político César Zama²⁷⁰, sobrinho do coronel Spínola, enfatizou na correspondência

²⁶⁷ APMC.AFBC.JAGN. 1.5.1

²⁶⁸ APMC.AFBC.JAGN. 1.3.1

²⁶⁹ APMC.AFBC.JAGN. 1.5.1

²⁷⁰ Aristides Augusto César Espínola Zama nasceu em Caetité, em 1837, filho de César Zama, médico natural de Faenza, na Itália, foragido de seu país sob a acusação de conspiração, e de Rita Sofia de Azevedo Spínola, de família baiana. Fez os estudos preparatórios no Colégio Baiano, do barão de Macaúbas, e em 1852 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se em 1858. Eleito deputado provincial pela primeira vez em 1860, renovou o mandato até 1865, tendo sido segundo-secretário da mesa diretora da Assembleia em 1862. Em 1865, no início da Guerra do Paraguai, seguiu como médico voluntário do Corpo de Saúde e serviu nos hospitais de sangue durante o conflito. Retornando à província natal, elegeu-se novamente deputado provincial para sucessivas legislaturas a partir de 1868.

enviada a Gomes Neto o quanto seu tio se havia dedicado a isso: “acredito que você, como nós, estimará esta notícia. Afinal, sempre conseguiu vitória o nosso amigo Spínola”, utilizando-se de um importante conchavo: “a sua nomeação custou-lhe bem, mas por felicidade sua e dele o Saraiva tomou interesse n’isso em atenção ao Spínola e conseguiu-se-lhe o despacho”.²⁷¹

O empenho de Antônio Spínola junto a José Antônio Saraiva²⁷², expoente político de grande influência dentro e fora da Bahia, liderança em ascensão no Império, somou-se, oportunamente, aos esforços empreendidos por José Antônio Gomes Neto ao longo dos anos para alcançar aquele almejado posto de juiz municipal de Caetité. Estava, enfim, concretizado o desejo do seu finado pai que, a essa altura, já se havia tornado o desejo de outros magistrados baianos, de ex-colegas, de aliados políticos e de familiares. Sua nomeação não só o incluía no mapa dos juízes da Bahia, onde já se posicionavam outros amigos (tabela 11), como também marcava, no alto sertão baiano, o início de um grupo político que mais tarde iria cerrar as fileiras do partido liberal na Bahia.

Fazendo um paralelo entre Gomes Neto e seus colegas baianos, em 1860 a maioria deles já ocupava a posição elevada de juiz de Direito (tabela 11), outros já não atuavam como juízes na Bahia pelo fato de que haviam ascendido a cargos mais influentes fora da província. No caso de José Antônio Gomes Neto, um dos fatores que possivelmente o impediu de galgar mais rapidamente degraus nas carreiras jurídica e política, foi a falta de disponibilidade para submeter-se a uma intensa circulação geográfica, ou ao chamado “treinamento”, que fazia transitar pelo país, quase sempre na função de presidente de província, os magistrados e políticos que ambicionavam estabilizar-se na Corte como senadores, ministros e conselheiros (CARVALHO, 2003). Muitos dos seus colegas se submeteram a isso, a exemplo de Afonso de Carvalho, que, antes de ser nomeado presidente da província do Paraná, chegou a assumir o cargo de magistrado em Monte

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ZAMA,%20C%3%A9sar.pdf>.

Acesso: 24/09/2019.

²⁷¹ APMC.AFBC.JAGN. 1.10.1

²⁷² José Antônio Saraiva, futuro Conselheiro Saraiva, era natural de Santo Amaro, na Bahia. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1846), começou sua carreira política com a eleição para deputado provincial na Bahia, em 1849. No seguinte foi nomeado presidente da província do Piauí, quando fundou a capital, Teresina. Em 1852 foi eleito deputado geral e, logo em seguida, nomeado presidente da província de Alagoas e, posteriormente, de São Paulo. Depois disso, assumiu o Ministério da Marinha e foi presidente da província de Pernambuco. Sua carreira política foi ascendente, chegando à presidência do Conselho do Estado, quando foi aprovada a lei de reformulação eleitoral do Brasil conhecida como Lei Saraiva (1881). Mais informações sobre a sua vida: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseASar.html>. Acesso: 18.11.2017.

Alto, próximo a Caetité. Freitas Henrique, por sua vez, transitou como juiz nas províncias de Alagoas, Sergipe e Pernambuco, para então assumir postos de presidente de província e ministro. Outro exemplo foi Ermano Couto, que, para alcançar a posição de Presidente do Tribunal de Justiça, dispôs-se a residir no Pará.

Enquanto seus colegas transitavam pelo país, deixando a capital baiana e adentrando o interior ou até regiões muito afastadas das suas vivências de origem, José Antônio Gomes Neto, apegado à vida no sertão, não se propôs a aceitar cargos distantes de Caetité. Sua indisposição influenciou até mesmo quando lhe foi oferecida a vaga de juiz municipal na Imperial Vila Vitória, ali tão próxima. Os motivos para isso são incertos, talvez de ordem pessoal. De todo modo, deve-se considerar que, pelo fato de estar inserido em redes muito significativas, caso se propusesse a afastar-se de Caetité certamente teria alcançado posições mais elevadas no Império, o que não significa menosprezar o papel político desempenhado por ele no alto sertão baiano, fundamental para a aquisição dos interesses que mantinham suas redes ativas.

O fato de ter exercido apenas um mandato como deputado provincial e não ter concorrido em outros pleitos, mesmo interagindo com políticos influentes que poderiam bancar seus votos, também demonstra que ele só não progrediu rapidamente na carreira política porque essa não era a sua prioridade. Se comparado aos seus colegas, até o seu ingresso em um partido político foi tardio, ocorrendo somente em 1849, três anos após a formatura, sendo que alguns, antes mesmo de concluírem o curso jurídico, já estavam concorrendo a eleições. Por outro lado, conseguiu uma nomeação como promotor antes que muitos deles conseguissem qualquer ocupação como bacharéis, o que demonstra, mais uma vez, sua prioridade para a atuação jurídica. Desse modo, pode-se dizer que seu envolvimento com as questões políticas foi-se dando à medida em que elas lhe pareciam um meio oportuno e conveniente de conquistar e manter interesses diversos, inclusive sua posição de magistrado.

TABELA 11: MAPA ESTATÍSTICO DOS JUÍZES DE DIREITO, MUNICIPAIS E DE ÓRFÃOS, E PROMOTORES DA PROVÍNCIA DA BAHIA (ABRIL/1860)

COMARCAS	JUÍZES DE DIREITO	PROMOTORES	TERMOS	JUÍZES MUNICIPAIS E DE ÓRFÃOS
Capital	Primeira vara crime: Dr. Francisco Marques de Araújo Góes	Dr. Pedro Francelino Guimarães	Capital	Primeira vara: Dr José Joaquim Bahia
	Segunda vara crime: Dr. Henrique Jorge Rabello			Segunda vara: Dr. Daniel Acciole de Azevedo
	Juiz dos Feitos da Fazenda: Dr. Luiz A. Barbosa d'Almeida			Terceira vara: Dr. Antônio Luiz Afonso de Carvalho
	Juiz Especial do Comércio: Dr. Innocêncio M. de Araújo Goes			Juiz de Órfãos: Dr. Francisco Xavier de Pinto Lima
Abrantes	Dr. José Ignácio Accioli de Vasconcellos	Dr. Manoel José dos Reis	Mata e Abrantes	Dr. Salústio Pereira de Carvalho
			Conde	Dr. Antônio Honorato Freitas Barros
Santo Amaro	Dr. Antônio Gonçalves Martins	Dr. Miguel Lins Viana	Santo Amaro	Dr. Antônio Araújo Aragão Bulcão
			Vila de S. Francisco	De órfãos: Dr. Joaquim Avres de Almeida Freitas
			Cachoeira	Dr. José Pacheco Pereira
Cachoeira	Dr. Antônio Ladisláo de Figueiredo Rocha	Dr. Pascoal Pereira de Matos	Cachoeira	Municipal: Dr. Trasíbulo da Rocha Passos
			Maragogipe	Orfãos: Dr. Francisco Gonçalves Martins
Nazaré	Conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques	Dr. Fernando da Silva Deiró	Nazaré	Dr. Carlos Cerqueira Pinto
			Jaguaripe	Dr. José Pires Falcão Pereira
			Vago	
Feira de Santana	Dr. Luiz Antônio Pereira Franco	Dr. Antero Cícero de Assis	Itaparica	Dr. Bento José Fernandes d'Almeida
			Feira de Santana	Dr. João Ladislao Japiassu de Figueiredo e Mello
Inhambupe	Dr. Leovigildo de Amorim Filgueiras	Dr. Serafim Muniz Barreto	Camisão	Dr. Francisco Maria Sudré Pereira
			Inhambupe	Dr. Manoel Alves de Lima Gordilho

			Purificação	Dr. Cipriano d'Almeida Sebrão
			Alagoinhas	Dr. Caetano Vicente d'Almeida Galeão
Jacobina	Dr. Ricardo Pinheiro de Vasconcellos	Dr. Joaquim Teixeira de Oliveira	Jacobina	Dr. Joaquim Rodrigues Seixas
			Vila Nova da Rainha	Vago
			Itapicuru e Soure	Dr. Francisco Caetano d'Almeida Galeão
Itapicuru	Dr. Alexandre Pinto Leão	Dr. Francisco José Cardoso Guimarães	Pombal e Tucano	Dr. João dos Reis de Souza Dantas
			Abadia	Dr. Virgínio Silvestre de Farias
			Minas do Rio de Contas	Dr. Estevão Vaz Ferreira
Rio de Contas	Dr. Gasparino Moreira de Castro	Dr. José Ribeiro d'Almeida Santos	Santa Izabel, Maracás e Lençóis	Dr. Nicolao Afonso de Carvalho
			Caetité	Dr. José Antônio Gomes Neto
Caetité	Dr. José Pereira da Silva Moraes	Dr. Rofino Moncorvo Barbarino	Vitória	Dr. Casimiro Pereira de Castro
			Urubu e Macaúbas	Dr. Joaquim de Melo Rocha
Urubu	Dr. Domingos Ribeiro Folha	Vago	Monte Alto e Carinhanha	Dr. Polycarpo Rodrigues Ladeia de Lima
			Juazeiro e Sento Sé	Dr. Luiz Rodrigues Nunes
Juazeiro	Dr. Joaquim de Azevedo Monteiro	Vago	Capim Grosso	Dr. Pedro Costa e Abreu
			Monte Santo	Dr. Bráulio Rômulo Colônia
Monte Santo	Dr. Adriano José Leal	Vago	Geremoabo	Dr. Antônio Telles da Silva Lobo
			Chique-Chique	Dr. Miguel de Cirqueira Lima
	Dr. Antônio da Rocha Viana	Vago		

Chique- Chique			Remanso do Pilão Arcado	Dr. Daniel Eduardo de Gouveia Portugal
Rio de S. Francisco	Dr. Francisco Mariani	Vago	Vila da Barra do Rio Grande	Dr. Joaquim Ferreira Bandeira
			Campo Largo e Santa Rita do Rio Preto	Dr. Luiz Manoel Fernandes Barreiros
Valença	Dr. Hermano Domingos Couto	Dr. João d'Aquino Gaspar	Valença e Jequiçá	Dr. José Pereira de Mesquita
			Cairu, Taperoá e Santarém	Dr. Francisco Batista da Cunha Madureira
Camamu	Dr. Francisco Mendes Costa Correia	Dr. Ignácio Alves Nazareth	Camamu e Barcellos	Dr. João Bernardo de Magalhães
			Vila da Barra do Rio de Contas e Maraú	Dr. Antônio Duarte da Silva Valença
Ilhéus	Dr. Antônio Joaquim Monteiro Sampaio	Dr. Deocleciano Soares de Albergaria	Ilhéus e Olivença	Dr. Luiz Jacinto Vergne de Abreu
Porto Seguro	Dr. Francisco Jorge Monteiro	Dr. Antônio Pereira d'Almeida	Porto Seguro e anexas	Dr. Francisco de Souza Paraíso
			Belmonte e Canavieiras	Dr. Cândido Augusto Pereira Franco
Caravelas	Dr. Ignácio Carlos Freire de Carvalho	Dr. Thomaz G. Paranhos Monte-Negro	Caravelas, Viçosa e Porto Alegre	Dr. João Ricardo da Costa Drumond

* Secretaria do Governo da Bahia em 09 de abril de 1860. Relatório dos trabalhos do conselho interino do Governo da Bahia. Disponível em: www.bndigital.bn.gov.br

Juiz reto ou agente eleitoral? As primeiras investidas entre a política e a magistratura

No ano de 1860, a notícia da nomeação de José Antônio Gomes Neto para o cargo de juiz municipal de Caetité correu Bahia afora. Muitos amigos, familiares e colegas do ramo jurídico, moradores em diferentes províncias, escreveram-lhe felicitando pela conquista tão almejada e importante. Entre as cartas recebidas duas se destacam, sendo a primeira de Francisco Xavier Paes Barreto:

Meu Colega e Amigo

Já lhe dei os parabéns por sua nomeação a Juiz Municipal de Caetité. Estou certo de que no seu novo emprego procederá com a mesma retidão e imparcialidade em que exerceu o cargo de Delegado da Chapada durante a minha administração na Bahia. Na luta eleitoral que se aproxima acredito que se conservará superior aos partidos locais, não se envolvendo em favor de nenhum dos candidatos disto mesmo tenho asseverado o nosso colega Dr. Francisco Mendes da Costa porque conheço-o e sei que prefere o seu papel de Juiz reto ao de agente eleitoral de quem quer que seja.

Fico ao seu dispor.

Coll^a e Am^o

Francisco Barreto

Rio, 5 de julho de 1860.²⁷³

Natural de Pernambuco, o autor dessa missiva provavelmente conheceu o colega de Caetité quando estudaram em Olinda. No entanto, o decorrer da vida os colocou em posições políticas distintas. Filiado ao partido conservador, Francisco Barreto obteve, desde que se formou em 1842, grande projeção na carreira política, tendo presidido a província da Paraíba, do Ceará, do Maranhão e da Bahia, esta última entre 1858-1859, intervalo que coincide com a nomeação de José Antônio Gomes Neto para juiz municipal suplente e delegado de Polícia de Santa Isabel do Paraguaçu.

O fato de ter subido ao posto de ministro da Marinha não o fez esquecer, contudo, o colega baiano, principalmente quando soube da sua nomeação para juiz municipal de Caetité. A missiva em que o felicitava já havia sido enviada anteriormente. Todavia, escrevia outra para endossar sua opinião acerca da imparcialidade com que o magistrado caetiteense deveria desempenhar sua função, conservando-se superior aos partidos locais, não se envolvendo nas disputas facciosas, antes, preferindo o papel do “juiz reto” ao de

²⁷³ APMC. AFBC. JAGN.2.75

“agente eleitoral” de quem quer que fosse: amigos, familiares ou colegas. Francisco Barreto sabia, afinal, que na posição de juiz municipal o apoio político de Gomes Neto seria cotado. Essa preocupação era inerente não só ao momento político do país, marcado por reformas eleitorais e disputas partidárias que estremeciam o predomínio conservador²⁷⁴, como também a quem entendia o papel das lideranças locais na manutenção do sistema político imperial. Como provavelmente não havia contribuído para a nomeação de Gomes Neto na oportunidade em que ocupou a presidência da província da Bahia, era natural que agora tentasse remediar sua oposição, reivindicando o *status* de “colega e amigo” para aconselhá-lo sobre como se portar na posição de magistrado, honrando, inclusive, a confiança de neutralidade asseverada a Francisco Mendes de Costa Correia²⁷⁵, ex- juiz de Direito da comarca de Rio de Contas, liderança conservadora eleita duas vezes ao cargo de deputado geral pelo distrito de Caetité, em 1852 e 1857, lembrado como “nosso colega”.

A preocupação de alguns políticos de se aproximarem de José Antônio Gomes Neto, realçando os laços de amizade, consideração e solidariedade após sua nomeação para juiz municipal de Caetité, tinha muito a ver com o fato de aquele ser um ano eleitoral. O ministro Francisco Barreto e todos os do meio político sabiam que essas nomeações não eram gratuitas e que sua contrapartida tinha lugar justamente durante os embates eleitorais. Por isso, o esforço empregado na escrita de correspondências, e as palavras utilizadas de modo amistoso e conselheiro não passavam de tentativas de persuadi-lo contra aquilo que receava: sua intervenção mais efetiva, a partir do poder judiciário, nas eleições vindouras.

²⁷⁴ A década de 1850 foi marcada pela política de Conciliação, que propunha uma convivência menos ardua entre conservadores e liberais, deixando de lado paixões e violências como aquelas manifestadas em 1848 na Praieira, em Pernambuco, em função de uma política apaziguadora que pudesse favorecer uma abertura mediada aos liberais, afastados do poder desde 1848. Essa política, conquanto fosse uma estratégia do partido conservador para se manter no poder, dividiu os políticos da época e só ganhou destaque entre os anos de 1853-1856, durante o Ministério do Marquês de Paraná. Ela deu lugar à reforma eleitoral de 1855, conhecida como lei dos círculos, que seria modificada em 1860, num momento em que o partido conservador se via bastante fragmentado. Sobre a política de conciliação, ver: HOLANDA (1985), ESTEFANES (2010) e FERRAZ (2010).

²⁷⁵ Em 1852 Francisco Mendes da Costa Corrêa foi eleito deputado geral pela província da Bahia. No mesmo ano foi removido do cargo de juiz de Direito da comarca de S. Francisco para a de Rio de Contas. Em 1856 concorreu às eleições para o senado, o que demonstra sua intenção em progredir na carreira política. Em 1857 foi novamente eleito deputado geral pelo 13º distrito (Caetité). Em 1858 já respondia como Juiz de Direito da Comarca de Camamu, deixando o posto de Rio de Contas para o colega e aliado Gasparino Moreira de Castro. Em 1867 era juiz de direito da 1ª vara crime da capital da província da Bahia. Ver: *Correio Mercantil*, 1853-1867.

Deixando a Corte e adentrando o sertão da Bahia, a segunda carta que se destaca é a do colega Gasparino Moreira de Castro, que havia dois anos assumira a comarca de Rio de Contas em substituição ao amigo e correligionário Francisco Mendes da Costa Corrêa. Este, fazia pouco tempo, havia sido removido para a comarca de Camamu, visto ser mais próxima da capital, onde desejava se estabelecer. Sobre eles, o coronel Antônio de Souza Spínola já havia advertido Gomes Neto, em fevereiro de 1860, quando trabalhava em prol da sua nomeação para juiz municipal de Caetité: “sei que Gasparino e Mendes lhe faziam grande e decidida oposição como haviam feito a Souza Lima e por isso mesmo redobrei meus esforços a seu favor”.²⁷⁶ Todavia, quando a designação para o cargo foi publicada, Gasparino não hesitou em escrever ao colega caetiteense empenhando seus conselhos: “sirva-se do seu bom senso, da posição que [em Caetité] exercer para elevar essa importante localidade a altura em que deve estar colocado”. E disse mais: “abatendo a intriga tudo você conseguirá, mas principalmente contando com os elementos que você dispõe”.²⁷⁷

Conforme demonstrado no capítulo anterior, José Antônio Gomes Neto e Gasparino Moreira de Castro estavam entre os poucos jovens do sertão baiano que tiveram a oportunidade de frequentar os bancos da escola de direito de Olinda. Eles se uniram não só pelas trajetórias em comum, mas porque compartilharam, lado a lado, a vida estudantil longe dos familiares. Embora ambos fossem ricos e tivessem a regalia da constante companhia de um escravizado – Gasparino, de Felisberto e Gomes Neto, de Gregório – a solidariedade se fez presente em muitos momentos. Eles residiram na mesma casa em Olinda, prestaram favores um ao outro e foram, em muitos momentos, quase como irmãos. Ambos vivenciaram de algum modo as agitações do movimento Praieiro, em Pernambuco. Gomes Neto deixou Olinda em 1846, quando os liberais estavam à frente do país. Gasparino, por motivos pessoais, só concluiu o curso em 1848, ano que marcou violentamente o fim do movimento e a tomada de poder por parte dos conservadores. Na política, e de volta ao sertão, cada um seguiu uma linha partidária, provavelmente aquela que herdaram de suas famílias.²⁷⁸

²⁷⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.3.1

²⁷⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.13.7

²⁷⁸ É certo que as experiências em torno da faculdade de Direito de Olinda também influenciaram, de algum modo, a formação política desses sujeitos. No entanto, não foram encontrados indícios de que Gomes Neto ou Gasparino tivessem se envolvido em manifestações partidárias durante o período da faculdade, a exemplo da participação de sociedades, ou redação de jornais como fez, entre outros, o colega João Lustosa da Cunha Paranaguá, que integrava o *Phileidemon* (periódico científico e literário de Pernambuco) de vertente liberal. Isso não indica que eles tenham se absterido desse tipo de atuação, apenas justifica a

Como conservador, Gasparino Moreira de Castro se beneficiou da posição predominante que o seu partido manteve após 1848²⁷⁹, quando rapidamente alcançou o posto de juiz de Direito da comarca do Urubu (1855), sendo depois transferido para a comarca de Rio de Contas (1858). Seu amigo Gomes Neto, contudo, ligado à corrente liberal, não foi soprado pelos mesmos ventos. Sem dúvidas, as alianças influentes que mantinha foram muito significativas para galgar, ainda que em passos mais lentos, degraus em sua carreira jurídica, assumindo inicialmente a promotoria do Urubu (1847), depois a de Rio de Contas (1851), atuando ainda como juiz municipal e delegado suplente em Santa Izabel do Paraguassu (1858) até alcançar, depois de muitas tentativas e em um momento frágil do partido conservador, a nomeação para o cargo de juiz municipal de Caetité (1860).

Nesse interstício, os colegas mantiveram a troca de correspondências sempre baseada em muita cordialidade, característica ainda presente na carta enviada por Gasparino em maio de 1860, onde se ressaltam os adjetivos empregados para lembrar ao colega Gomes sobre manter o bom senso, abater as intrigas e ser imparcial às disputas partidárias:

Indiferente as lutas – enquanto não faz a ordem pública alterada, governe aos seus munícipes com a opinião pública, que casando-a com o seu bom senso – a confiança renascerá em todos os espíritos, no intuito que o princípio da autoridade se acerará do prestígio e da estimação – que forão sempre os seus mais duradouros auxiliares.²⁸⁰

São palavras brandas que escamoteavam um momento latente de choque de interesses, afinal, Gasparino Moreira conviveu de perto com o amigo caetiteense e, mais do que outros adversários políticos, sabia o que estava dizendo quando realçou o prestígio e a estima do colega Gomes, visto já ter-se beneficiado dessas qualidades em outros momentos. O pedido reiterado de uso do bom senso também vinha de alguém que conhecia os relacionamentos mantidos pelo amigo, não só nos sertões, como na capital

dificuldade de se estabelecer, neste estudo, relações mais aprofundadas entre a filiação partidária desses sujeitos (que se mostrou compatível com a de suas famílias no sertão) e a formação intelectual na faculdade de Direito de Olinda. Considerando a experiência de formação superior de outros jovens sertanejos, registra-se a necessidade de estudos futuros mais aprofundados que deem conta de analisar a socialização de ideias políticas dentro das instituições intelectuais do Império.

²⁷⁹ José Murilo de Carvalho (2012, p. 98) explica como o partido conservador se manteve dominante depois de cessadas as revoltas decorrentes do Ato Adicional de 1834, sendo a Praieira a última delas. De acordo com esse autor, depois de finalizado o ciclo de rebeliões, “o sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores, que se estenderia por cerca de dez anos”. Sobre esse momento ver também: Carvalho (2003), Holanda (2010) e Mattos (2011).

²⁸⁰ APMC.AFBC.JAGN.1.13.7

da província e também na Corte, onde já se encontravam alguns aliados nos gabinetes ministeriais. Sendo assim, era fundamental cercar, sondar, aconselhar e, se possível, garantir que Gomes Neto se mantivesse cauteloso em relação às eleições que se aproximavam, bem como a todas que acompanharia daí em diante.

Gasparino foi mais longe. Valendo-se de certo grau de intimidade, terminou a missiva com palavras lisonjeiras, para, enfim, assinar como “velho amigo”: “quero vê-lo querido, endeusado pelos caetiteenses – com os quais me achando intimamente ligado – serei feliz em acompanhá-los nas homílias e nos cânticos de louvores que entoarem bendizendo aos céus pela justiça que você lhes prodigalizar”.²⁸¹ Mas, apesar do apelo da amizade, a essa altura da sua vida, José Antônio Gomes Neto sabia o que estava por trás de tantos floreios, conselhos e desejos de imparcialidade na atuação jurídica. Não que estivesse em seus planos macular sua imagem como juiz, ou deixar de ser benquisto pelos caetiteenses, porém era o momento de reafirmar as alianças políticas com quem realmente estava interessado em favorecê-lo e, nesse processo, a filiação partidária nem sempre foi o fator predominante.

Se chegavam cartas como essas acima mencionadas, cheias de melindres, outras tantas de amigos e correligionários o incentivavam a assumir uma posição de liderança e enfrentar vivamente os adversários para, assim, conquistar posições cada vez maiores. Considerando isso, os próximos tópicos pretendem demonstrar a atuação política de José Antônio Gomes Neto depois de se tornar magistrado em Caetité, apontando o alargamento das redes de poder.

Campanha eleitoral de 1860: montando a arena

Depois de alguns anos residindo na vila de Santa Isabel do Paraguaçu, na Chapada Diamantina, José Antônio Gomes Neto retornou a Caetité para assumir o posto de juiz municipal, em 1860. Naquele ano, as correspondências oficiais enviadas ao presidente da província pelos vereadores de Caetité enfatizam que havia longa estiagem e o tempo era de carestia de alimentos, migração de famílias e muita aridez²⁸². Contudo, embora para os políticos daquela região, em sua maioria fazendeiros, fosse comum misturar os assuntos de ordem climática com os de ordem política, observa-se, entre as correspondências de José Antônio Gomes Neto, que a gravidade atribuída àquelas

²⁸¹ APMC.AFBC.JAGN.1.13.7

²⁸² APEB. Seção colonial e imperial. Governo da Província. Câmara de Caetité. Maço 1276. 17 de março de 1860.

circunstâncias quase passou despercebida, não fosse um comentário aqui ou acolá. Para eles, a preocupação do momento não era tanto a seca, mas os falatórios eleitorais.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o Coronel Antônio de Souza Spínola foi um dos principais mediadores no processo de nomeação de José Antônio Gomes Neto para juiz municipal de Caetité. Sem esconder seu interesse, empenhou-se com a expectativa de que ele não só assumisse uma importante e estratégica função jurídica em lugar de adversários seus, mas também atuasse como aliado “prestigioso e forte”²⁸³. Quando a nomeação foi decretada, depois de articulações mantidas com o então ministro de Guerra do Império, José Antônio Saraiva, a notícia soou como uma vitória entre os políticos que viam em Gomes Neto o reforço necessário para as eleições vindouras.

O Coronel Spínola era quem mais ansiava uma reviravolta política nos sertões; uma “desforra completa”²⁸⁴ como ele mesmo descreveu. “Cumpre vencer, Dr. Gomes”, assim ele provocava o amigo a não ficar imóvel frente aos adversários. No entanto, ele não era o único a confiar nas articulações políticas do novo magistrado caetiteense. Aquela eleição para deputados gerais ouriçou candidatos de todas as partes da Bahia, muitos deles ocupantes de cargos importantes, como os de presidente de província, que, cientes da rotatividade desse posto, pretendiam assegurar posição na assembleia geral. Havia também os que pleiteavam a reeleição, e outros, eleitos deputados provinciais, queriam ascender politicamente, alcançando uma cadeira na assembleia instalada na corte.

Conforme discute José Murilo de Carvalho (2003, p. 57), a deputação “era um importante passo na carreira política”, pois, embora os deputados gerais formassem o grupo “mais numeroso e menos poderoso” de políticos do Império, eles nunca tiveram tanto poder quanto nesse período, incluindo “queda de gabinetes por votação da Câmara” e a autonomia de “dissolvê-la e convocar novas eleições”. Para esse posto estavam em jogo, naquele ano, nomes como o do próprio Saraiva, de Manoel Pinto de Souza Dantas²⁸⁵

²⁸³ APMC.AFBC.JAGN.1.3.1

²⁸⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.3.1

²⁸⁵ Manuel Pinto de Sousa Dantas nasceu em Inhambupe, Bahia, em 1831. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela faculdade de Recife. Governou Alagoas e Bahia, elegeu-se deputado em 1857 e tornou-se senador dez anos depois. Comandou a pasta da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868. Depois disso teria ainda exitosa carreira política, chegando ao posto de Conselheiro de Estado. Sobre mais informações ver: <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/manoel-pinto-de-souza-dantas>. Acesso: 23/10/2018.

e de outros homens que circulavam numa esfera de influência bem maior que a dos distritos eleitorais, mas que, de qualquer jeito, careciam do apoio das lideranças locais para ser eleitos. Entre eles também figurava o magistrado Casimiro Sena Madureira, desejoso da reeleição para si e de eleição de familiares e amigos, conforme recomendou a Gomes Neto:

sou candidato e carrego comigo a candidatura de meu sobrinho Justiniano Baptista Madureira nos distritos destas cidades de Valença e Nazareth, q compreende a V^a da Victória, é para estas candidaturas que eu quero os seus esforços protegendo você como se fosse a mim próprio os meus amigos Theotônio Gomes Rozeira e Camillo Gomes Cardozo, amigos leves e constantes, q eu desejo fiquem vencedores na luta eleitoral.²⁸⁶

Ao contrário do que aconselhavam outros políticos sobre não se envolver em lutas partidárias, Casimiro Sena Madureira contava com o apoio do amigo caetiteense para a concretização dos seus interesses. Dando seguimento a sua missiva, ele garantia total autonomia para apoiar a quem desejasse, afirmando que os ministros não se envolveriam nas eleições. Desse modo, Gomes Neto ficaria “com toda liberdade na proteção dos candidatos que por lá pedirem o seu apoio”.²⁸⁷ Em outra carta do mesmo momento ele assegurava que o presidente da província também não se manifestaria quanto às eleições: “sobre o seu contento falei ao Presidente que respondeu-me não pretender intervir na eleição” e disse mais: “não creio que o Presidente se interesse por ninguém, nem pelo Dr. Rego q vae com 20:000\$ para os pobres”.

Abrindo um parêntese, não se pode deixar de ressaltar essa menção aos vinte contos de réis que supostamente seriam usados para interferir no resultado das eleições. A maneira como essa informação aparece na correspondência demonstra que práticas desse tipo poderiam, sim, alterar o número de votos, uma vez que parece surpreendente o fato de o presidente da província não apoiar “nem” a candidatura do dr. Rego. Entre as formas de fraudar uma eleição, explica Richard Graham (1997, p. 78), o suborno era considerado um crime mais sério, haja vista que “violava os padrões aceitáveis de comportamento, pois sugeria que faltava a um líder a habilidade de comandar seguidores simplesmente por seu magnetismo, verve ou posição social”. Contudo, o que se observa nesse caso é que o assunto corria sem sigilo e a fortuna seria distribuída “aos pobres” mesmo com o conhecimento de outros candidatos. Nesse ponto, Graham acrescenta que

²⁸⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.9.3

²⁸⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.9.3

“os pagamentos a eleitores diretamente em dinheiro pareciam ser considerados um exagero, e esbarravam na desaprovação do Conselho de Estado”, então, o dinheiro poderia ser revertido em bens como sapatos, comida, pois, assim, não seria configurado suborno.

Basta um indício para se imaginar as circunstâncias em que essas eleições se davam. O próprio autor admite que fortunas inteiras eram desfeitas nas campanhas eleitorais, em que se gastavam, em média, exatamente vinte contos réis. Sendo uma prática tão disseminada, quem sabe a iniciativa do dr. Rego não tivesse despertado o interesse do presidente da província justamente porque outros políticos baianos tinham valores ainda mais altos para empregar na compra de votos? De todo modo, apesar dessa indicação de suborno eleitoral, o que Casimiro queria enfatizar era que, a despeito dos acordos traçados na capital da província, com ou sem dinheiro, envolvendo ou não o presidente, as decisões políticas estavam a cargo das lideranças locais e, como tal, José Antônio Gomes Neto, mesmo na posição de magistrado, não deveria deixar de apoiar os candidatos do seu interesse.

Outro político de destaque que valorizou a influência de Gomes Neto para as eleições de 1860 foi o liberal Manoel Pinto de Souza Dantas, na ocasião presidente da província de Alagoas. Ele confidenciou-lhe que contava com sua “bondade e coleguismo” para apoiar a candidatura do seu “particular amigo” João José de Oliveira Junqueira Júnior: “o seu apoio à candidatura do Junqueira será de grande vantagem”, estimou, assegurando que tudo quanto fizesse em “benefício” desse candidato seria percebido “como se fosse feito em meu próprio”²⁸⁸. Vale destacar que Gomes Neto e Souza Dantas eram velhos conhecidos. Em 1846, último ano do caetiteense na faculdade de Olinda, seu amigo Ermano, recém-formado, escreveu-lhe solicitando apoio para dois jovens estudantes que pretendiam ingressar na academia de direito: “proteja-me esses dois moços Manoel Pinto de Souza Dantas e João dos Reis Souza Dantas, devo obséquios ao amigo que por eles se interesse e desejo que você preste-lhes o que a seu alcance estiver”²⁸⁹. Conforme dito no capítulo anterior, amizades nascidas nos bancos escolares ganhavam novas proporções à medida em que os jovens iam constituindo suas carreiras,

²⁸⁸ APMC.AFBC.JAGN.1.29.1

²⁸⁹ APMC.JAGN.1.11.4

transformando-as, muitas vezes, em alianças políticas que se desdobravam ao longo do tempo.

João José de Oliveira Junqueira Júnior também era egresso da faculdade de Olinda, mas a ligação entre ele e Gomes Neto só se firmou depois da intervenção de Manoel Pinto Souza Dantas na campanha eleitoral de 1860. Naquela época ele já era um político afamado e tinha como referência principal o seu pai, ministro muito conhecido nos círculos políticos do Império²⁹⁰. Junqueira Júnior, homônimo do pai, já havia exercido mandatos como deputado provincial e geral pela província da Bahia, além de ter sido presidente do Piauí e do Rio Grande do Norte. Todavia, era conservador, uma contradição bastante cabível nas relações políticas do Império. Como candidato a deputado geral pelos círculos do alto sertão baiano precisava do auxílio de lideranças influentes naquela região, por isso não hesitou em escrever ao novo juiz municipal de Caetité: “apresso-me em pedir a VS^a todo seu valioso auxílio em prol dessa minha pretensão. Sei quão estimado é VS^a nessa Comarca pelo seu elevado caráter, e, por isso, muito e muito solícito o patrocínio de VS^{as}”²⁹¹.

O que levava Junqueira a buscar alianças entre as lideranças políticas do alto sertão baiano era o mesmo motivo que agitava o coronel Antônio Spínola e preocupava o colega Gasparino de Castro: a reforma eleitoral de 1860, também conhecida como segunda lei dos círculos. Sem a reforma, aquele já seria um ano bastante tenso na região alto-sertaneja, pois a nomeação de Gomes Neto realocou determinadas posições no jogo político local, permitindo-lhe transitar com maior facilidade por certas instâncias de poder e de influência política. No entanto, com a reforma aguçaram-se os interesses de amigos, familiares e correligionários, extravasando tensões antes contidas.

²⁹⁰ João José de Oliveira Junqueira [pai] estudou na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de Bacharel em 1826. No ano seguinte foi nomeado Juiz do Crime dos bairros da Candelária e Santa Rita da Corte do Rio de Janeiro e recebeu o foro de Fidalgo Cavaleiro. Em 1829 foi nomeado Desembargador da Relação de Pernambuco, continuando no exercício do aludido cargo de Juiz do Crime. Em 1831, foi determinado que tivesse, na Relação da Bahia, o exercício do seu cargo na de Pernambuco. Longos anos aí serviu até ser nomeado, em 1857, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Também foi deputado à Assembleia-Geral Legislativa pela província da Bahia (1853-1856), substituindo, a partir de 1856, João Maurício Wanderley, nomeado Senador em maio desse ano. Foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo e o título do Conselho. Do seu casamento com D. Teresa Leonor Joaquina Carneiro de Campos, nasceu o Conselheiro João José de Oliveira Junqueira [filho], falecido a 9 de novembro de 1887, que foi magistrado, Ministro de Estado nos Gabinetes de 7 de março de 1871 e 20 de agosto de 1885 e Senador pela referida província da Bahia, casado com D. Maria do Patrocínio de Almeida Junqueira, filha dos Barões de Jacuípe.

²⁹¹ APMC.JAGN.1.15.1

Reforma eleitoral de 1860: firmando alianças

Para uma melhor compreensão desse contexto é importante retomar a proposta da primeira lei dos círculos, de 1855, que foi um produto da política de conciliação. Essa lei, como esclarece Jonas Vargas (2013, p. 16), “foi responsável por implementar o voto distrital, eliminando o antigo sistema de candidatos em lista, o que favoreceu, assim, a eleição de líderes paroquiais em detrimento de indivíduos com influência política de âmbito mais regional”²⁹². Na prática, as províncias do Império foram divididas em distritos eleitorais de número igual ao de deputados que haveriam de dar à assembleia geral. No caso da Bahia, formaram-se 14 distritos eleitorais, conforme exemplificado na tabela 12, exposta abaixo. Assim, de acordo com a lei de 1855, cada distrito poderia eleger um deputado geral, totalizando os 14 a que a Bahia teria direito na assembleia geral. Proporcionalmente, seriam eleitos três deputados provinciais por distrito, conforme se observa através do resultado das eleições de 1858 para a assembleia provincial, tendo em destaque deputados e suplentes ligados a José Antônio Gomes Neto.

Tabela 12: Resultado geral da eleição para deputado provincial na Bahia (1858)²⁹³

Nº	DISTRITO	DEPUTADOS ELEITOS	SUPLENTES
1º	Capital	Francisco Justiniano de Castro Rabelo Pedro Antônio de Oliveira Botelho Agrário de Souza Menezes	Manoel José Marinho da Cunha Pompílio Manoel de Castro
2º	Capital	José Martiniano Alves João Alves Portela José Antônio Ferreira da Rocha	Manoel Alves da Cruz Rios José Antônio da Cunha
3º	Cachoeira	Pedro Muniz Barreto de Aragão Albino Augusto de N. e Albuquerque Francisco Xavier Pinto Lima	Aprígio Amâncio Gonçalves Cincinato Pinto da Silva
4º	Santo Amaro	Herculano Circantes de Carvalho Joaquim Ayres de Almeida Freitas Torquato Rodrigues Dutra Rocha	Pedro de Araújo d’Argolo Ferrão Manoel dos Santos Pereira
5º	Nazaré	Américo Muniz Barreto da Silveira Innocêncio Marques de Araújo Góes Álvaro Tibério de Moncorvo	Guilherme Balbino Embiruçu José Antônio Dourado
6º	Valença	Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes	Firmino Alves dos Réis

²⁹² Sobre a eleição por listas Bruno Freitas (2009, p. 5) esclarece: “o comum, durante as últimas décadas de atividade eleitoral no país, era a votação por listas que constavam de todos os candidatos ao cargo de deputados da província. Os eleitores votavam, por vezes, em 13 concorrentes, alguns desses conhecidos somente por nome. De acordo com os defensores da lei, a votação por listas extensas facilitava a formação de potentados, na medida em que fortalecia os ditos ‘candidatos de enxurrada’. Os círculos, aprovados e postos em vigor no mesmo ano de sua discussão, consistiam na delimitação dos distritos para a eleição de, agora, apenas um deputado”. Sobre as tensões que envolveram as reformas eleitorais de 1855 e 1860 ver também: Holanda (2010, p. 67-69).

²⁹³ Fonte: *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1858. Ano XV. Nº 102, p. 01.

		Francisco B. da Cunha Madureira Hygino Pires Gomes	Fernando da Silva Deiró
7º	Porto Seguro	Manoel José da Costa e Silva Pedro Caetano da Costa Sebastião Cardoso	Caetano Vicente de Almeida Galeão Manoel da Silva Baraúna
8º	Feira de Santana	Antônio Luiz Afonso de Carvalho Francisco Xavier Pinto Lima João Carneiro da Silva Rego	José Pereira França João Pinheiro Lemos
9º	Purificação	Luiz Antônio Pereira Franco Ângelo Custódio dos Santos João dos Réis de Souza Dantas	Cândido José de Figueiredo José Alfredo Machado
10º	Geremoabo	Fiel José de Carvalho João Gualberto Dantas Manoel Pinto de Souza Dantas	Ricardo Borges Ferreira e Silva Caetano Vicente de Almeida Galeão
11º	Santa Izabel	José Joaquim L. Rocha Medrado Antônio de Souza Espínola Francisco Antônio Pereira Rocha Joaquim de Azevedo Monteiro	José Antônio Gomes Netto
12º	Jacobina	Joaquim Teixeira de Oliveira Jayme Carlos Leal Justiniano José de Araújo	Leonel Estelita Fernandes Neto Francisco de Azevedo Monteiro
13º	Caetité	Antônio da Rocha Viana Gasparino Moreira Castro Antônio de Souza Lima	Hugolino Alves de Freitas Albuquerque Bráulio Xavier da Silva Pereira
14º	Pilão Arcado	Romualdo Antônio de Seixas Francisco Luiz Antunes Campos Francisco Nolasco da França Antunes	Domingues Guedes Cabral João José Barbosa de Oliveira

Nesse novo contexto, é fundamental observar o papel adquirido pelas assembleias provinciais no sentido de “promover, alimentar, dar sentido e movimento” às conexões dos diferentes grupos espalhados no interior das províncias. Elas se configuravam como “suporte e espaço de expressão dos interesses e desejos desses grupos em relação aos governos provincial e imperial”, viabilizando “parte importante das mediações que conformaram” a monarquia no país (GOUVÊA, 2008, p. 120). A criação da assembleia provincial pelo Ato Adicional de 1834, em substituição ao antigo Conselho da Província, afetou a autonomia das câmaras municipais, fazendo com que as elites locais se preocupassem, ainda mais, em ter uma representação na instância provincial para a garantia de seus direitos e interesses; afinal, por meio da nova assembleia era possível, além de controlar as câmaras municipais e o presidente, legislar sobre diversos assuntos:

ela podia criar novas paróquias e termos, com todo aparato judiciário, eclesiástico e escolar correspondente, decidia sobre desapropriações, elaborava orçamento da Província, suprimia impostos, criava ou extinguiu postos de funcionários provinciais (estipulando seus salários), organizava a Polícia assim por diante (MATTOSO, 1992, p. 249).

A divisão do território baiano em distritos eleitorais (tabela 12) eliminou a livre concorrência dos candidatos por toda a província, obrigando-os a pleitear somente os votos de determinado círculo, exclusivamente aquele para o qual se haviam inscrito e onde poderiam ser eleitos, que, em sua maioria, correspondia ao lugar onde suas famílias mantinham maior influência. Essa medida não eliminou as alianças firmadas entre lideranças de diferentes localidades, contudo alterou a maneira como os acordos eram estabelecidos. O que se tornou empolgante para uns e preocupante para outros foi que o voto distrital elevava a probabilidade de os representantes locais serem eleitos em lugar de políticos influentes no governo central, o que transformou as eleições paroquiais em momentos ainda mais acalorados e cheios de desconfiança.

Reflexos dessa situação são observáveis no alto sertão da Bahia. Em 1858, José Antônio Gomes Neto era juiz municipal suplente e delegado de polícia de Santa Isabel, tendo antes atuado como promotor de Rio de Contas. Naquele ano ele concorreu às eleições pelo 11º distrito, o de Santa Isabel, chegando a ficar na suplência, enquanto seu aliado, Coronel Spínola, foi eleito dentro das vagas. No mesmo pleito foi eleito pelo distrito de Caetité o colega Gasparino Moreira de Castro, que, conforme demonstrado, também provinha de uma família muito influente da região. Como a lei abria brechas para a eleição de lideranças locais sem cobrar o pré-requisito de uma carreira política solidificada, o médico Bráulio Xavier da Silva Pereira, cunhado de Gomes Neto, viu-se animado para entrar na disputa pelo distrito de Caetité, chegando a ficar na suplência. Assim como ele, outros candidatos pouco afamados tiveram resultados positivos após a lei de 1855, o que seria quase impossível antes do voto distrital.

O saldo das eleições que se seguiram após 1855 modificou consideravelmente o perfil das câmaras provinciais e da assembleia geral, afetando, sobretudo, a primazia de lideranças consolidadas no meio político imperial. Por esse motivo, houve grande empenho para alterar a primeira lei dos círculos. Muitos conservadores se uniram sob a premissa de que essa reforma levou à representação nacional homens desconhecidos, pejorativamente chamados de “sumidades de aldeia”, conforme descreveu Sérgio Buarque de Holanda (2010, p. 67), “em detrimento das figuras exponenciais” do Império. De acordo com esse autor, os políticos da época, aqueles mais afetados, argumentavam que a eleição feita em distritos “muitas vezes remotos”, não poderia resultar em outra coisa, senão em uma “assembleia medíocre”. De forma ressentida e preconceituosa alegavam que “uma Câmara eleita por gente sertaneja e de poucas luzes, sem uma

fiscalização por parte das autoridades (outros diziam das oligarquias instauradas nas capitais da província), jamais poderia ser uma boa Câmara” (HOLANDA, 2010, p. 67).

Em poucas palavras, vale lembrar que essas leis eram “debatidas, votadas e regulamentadas por homens ciosos de seus privilégios de classe” que, assim como aqueles que os antecederam, “continuavam a alinhar entre seus objetivos prioritários a manutenção do *status quo*” (MOREIRA, 2014, p. 131). Esse discurso de que a fraude eleitoral era mais suscetível ao sertão, visto como lugar de gente ignorante, ou de que antes da reforma a Câmara era suficientemente boa e ilustrada, poderia até fazer sentido para alguns políticos mais proeminentes. No entanto, todos sabiam, afinal, que as lideranças locais exerciam um papel essencial dentro do sistema político do Império dada a sua influência nas eleições. Sabiam também que a corrupção política, embora não fosse tratada nesses termos, não se restringia a uma ou outra região brasileira.²⁹⁴

Essas questões desaguarão na reforma da lei dos círculos em 1860, sendo uma das principais mudanças a retração dos 14 distritos, no caso da Bahia, para cinco amplos círculos eleitorais que deveriam eleger, em vez de um, três deputados gerais e, subsequentemente, nove provinciais. Do ponto de vista mais amplo da política imperial, Sérgio Buarque de Holanda (2010) analisa os interesses e as expectativas envolvendo essas reformas, sobretudo a de 1860, que se configurava como uma vitória para os grupos conservadores, embora, na prática, tenha oportunizado uma oposição crescente por parte dos liberais em relação à maioria conservadora das câmaras. Ajustando as lentes para se ver mais de perto a realidade política dos sertões da Bahia, observa-se o quanto a mudança do número de distritos, que agora compelia candidatos de diversas vilas e cidades a disputarem, juntos, os votos pelo mesmo lugar, se refletiu na política empreendida por José Antônio Gomes Neto.

Os dados da tabela 12 demonstram dois eixos de interesse instalados no alto sertão baiano, o 13º distrito eleitoral, com sede em Caetité (compreendendo as freguesias de Monte Alto, Gentio, Santo Antônio da Barra, Carinhanha, Rio das Éguas, Macaúbas, Brotas e Urubu), e o 11º distrito eleitoral, com sede em Santa Isabel do Paraguaçu (compreendendo as freguesias de Sincorá, Nossa Senhora da Graça, Rio de Contas e Morro do Fogo). Com o decreto nº 2.637, de 5 de setembro de 1860, esses eixos foram

²⁹⁴ Cada vez mais estudos têm apontado a importância das lideranças locais dentro do sistema político imperial. Nesse sentido ver: GRAHAM (1997), VARGAS (2010),

unificados e, somando-se ao antigo 14º distrito, que compreendia o Norte da província, com sede em Pilão Arcado, formou-se o 5º distrito eleitoral com sede em Rio de Contas, uma mudança que fez com que as lideranças representativas do alto sertão baiano tivessem que concorrer, todas, aos votos do 5º distrito eleitoral, cujo resultado também dependia dos eleitores de Pilão Arcado, um processo acirrado de disputa que exigia a mobilização das influentes famílias da região, além de novas alianças políticas.²⁹⁵

Outro agravante é que, anteriormente, o candidato João José de Oliveira Junqueira Júnior concorria às eleições pelo 9º distrito, que englobava a região de Purificação, onde chegou a ficar na suplência como deputado geral, em 1857²⁹⁶. No entanto, na eleição de 1860, com a ampliação do território distrital, sua antiga zona de influência foi agregada ao 4º distrito eleitoral, para o qual já concorriam chefes muito expressivos, José Antônio Saraiva, Luiz Antônio Pereira Franco e Manuel Pinto de Souza Dantas. Como seriam eleitos apenas três deputados por distrito, ele sabia que era difícil sobrepor-se à influência mantida por esses candidatos, por isso optou estrategicamente por concorrer pelo 5º distrito eleitoral, tendo em vista a possibilidade de firmar alianças significativas com as lideranças do alto sertão baiano.

Da parte de João José de Oliveira Junqueira Júnior havia ciência de que os votos do distrito eleitoral do alto sertão seriam bastante concorridos, contudo, ao escrever para José Antônio Gomes Neto, levou em consideração sua extensa rede de amigos, uma característica sempre ressaltada por aqueles que o queriam como aliado: “tendo VS^a três lugares na sua lista, e na dos seus numerosos amigos, eu ousou nutrir a esperança de que serei contemplado em um deles, pois conheço o préstimo e cavalheirismo de VS^a”. Porém, como nem só com amizades e gentilezas se vence uma eleição, Junqueira Júnior também assegurou que, se alcançasse “uma cadeira no parlamento”, poderia “completar com

²⁹⁵ Como esclarece Jonas Vargas (2008, p. 27), o papel das famílias de elite concentradas nas paróquias era fundamental dentro do processo eleitoral do Império, pois eram elas que “se engalfinhavam na luta pelos votos. Famílias que muito antes dos partidos políticos serem criados e do sistema parlamentar ser adotado já tinham o domínio político e econômico em suas regiões. Famílias que tiveram de escolher um dos dois partidos políticos importados da Europa e passaram a participar de um sistema eleitoral bastante desconhecido por elas. Famílias que já guerreavam por riqueza, status e poder local e que apenas readequaram suas estratégias para continuarem influenciando na política paroquial [...]. Famílias que posicionaram-se politicamente em momentos de guerra, em períodos de crise econômica ou em grandes debates que marcaram o oitocentos e que não devem ter seus próprios projetos desconsiderados ou reduzidos a um simples reflexo do que se pensava sobre política no mundo da Corte. Portanto, o Imperador e seus ministros não podiam ignorá-las, pois precisavam delas. Anônimos e ocultados pela figura dos “grandes homens” eram estes “políticos de aldeia” – como definiu de forma pejorativa Sérgio da Costa Franco – que detinham o poder de mobilizar capangas, votantes e eleitores no dia dos pleitos”.

²⁹⁶ *Annaes do parlamento brasileiro*. 21 de abril de 1857. p. 37.

facilidade uma carreira política”, tornando-se “um dedicado procurador” no cumprimento dos “preceitos” indicados por Gomes Neto.²⁹⁷

Era assim que as teias iam sendo costuradas, os elos constituídos e as alianças firmadas por cima das fronteiras estabelecidas no Império. Essa realidade é reafirmada outra vez pelo candidato Junqueira quando evidenciou as interconexões políticas em prol do apoio de Gomes Neto à sua candidatura, envolvendo o ministro da Justiça, João José da Cunha Paranaguá, e o então presidente do Conselho de Ministros, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, que também era baiano e conservador: “muito confio em VS^a para a minha eleição nessa Comarca. O conselheiro Ferraz escreveu-me ultimamente dizendo-me que o Paranaguá ia escrever a VS^a a respeito da minha candidatura”.²⁹⁸

Outra articulação semelhante foi observada entre o coronel Spínola e o ministro de Guerra, José Antônio Saraiva. Conforme demonstrado em outros momentos, Antônio de Souza Spínola gozava de certa proximidade com Saraiva, tanto que conseguiu, por meio dele, a nomeação de José Antônio Gomes Neto para juiz municipal de Caetitê. Dessa vez, Spínola desejava o apoio do ministro para sua candidatura ao cargo de deputado geral. Saraiva, que também concorria às eleições pelo 4º distrito da Bahia, escreveu confidencialmente ao amigo, declarando não possuir nenhuma influência política no alto sertão baiano, onde nada lhe podia fazer. Foi apenas uma força de expressão, pois em diversos trechos da correspondência ele demonstrou seu empenho nas candidaturas de Spínola e do Junqueira Júnior: “se precisar de alguma carta minha para alguém do distrito manda dizer-me, porque eu não tenho outro desejo senão vê-lo, e ao Junqueira, deputados”.²⁹⁹

Se julgava não poder intervir decisivamente no âmbito do distrito eleitoral, Saraiva, por outro lado, se sentia muito à vontade para compartilhar as expectativas observadas nos bastidores da Corte: “o Cansação e o G. Imperial, a quem acompanho de coração, tem o mais decidido interesse por sua candidatura e pela do Junqueira, e está disposto a fazer tudo que for honestamente possível”; “tenho recebido cartas da corte: ali não se pode desejar mais do que se deseja seu triunfo”; “de lá nada virá senão em seu favor. E pode contar comigo”.³⁰⁰ É importante destacar que essa correspondência enviada ao Spínola, foi encontrada junto a outras missivas recebidas por Gomes Neto, o que

²⁹⁷ APMC.AFBC. JAGN. 1.15.1

²⁹⁸ APMC.JAGN.1.15.2

²⁹⁹ APMC.JAGN.1.3.3

³⁰⁰ APMC.JAGN.1.3.3

sugere que ela foi repassada como prova do apoio atestado por Saraiva. Observando esses pormenores, percebe-se o quanto o sistema político imperial estava interligado através dos vínculos existentes entre líderes de diferentes esferas. Quando os interesses eram compartilhados, tudo convergia numa política sem fronteiras, o sertão frequentava a corte e vice-versa.³⁰¹

Na tabela 13, o resultado da eleição para deputados gerais, ocorrida em dezembro de 1860, demonstra quão acirradas foram as articulações mantidas pelos grupos do alto sertão baiano. Naquele pleito alçaram-se à assembleia geral os políticos Antônio de Souza Spínola, do partido liberal, seu aliado João José de Oliveira Junqueira Jr., do partido conservador, e Gasparino Moreira de Castro, que, embora também fosse conservador, no âmbito local estava do lado oposto ao do seu correligionário e, também, do colega José Antônio Gomes Neto, liberal.

Tabela 13: Deputados gerais eleitos para a legislatura 1861-1863³⁰²

Nº	DEPUTADO ELEITO	SEDE DO DISTRITO E MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES ³⁰³
1º	Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha	Salvador (menos a paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deos do Boqueirão)
2º	Francisco Xavier Pinto Lima Pedro Moniz Barreto de Aragão José Augusto Chaves	Cachoeira (juntamente com Santo Amaro e Feira de Santana e mais as Paróquias da Madre de Deus do Boqueirão e a de Nossa Senhora do Bom Conselho da Amargosa)
3º	Casimiro de Senna Madureira Justiniano Batista Madureira Benvenuto Augusto de Magalhães Taques	Nazaré (juntamente com Valença e Porto Seguro)
4º	José Antônio Saraiva Luiz Antônio Pereira Franco Manuel Pinto de Souza Dantas	Vila de Inhambupe (juntamente com Purificação, Geremoabo e Jacobina)
5º	Antônio de Souza Spínola João José de Oliveira Junqueira Júnior Gasparino Moreira de Castro	Vila de Rio de Contas (Caetité, Santa Izabel e Pilão Arcado)

Os arranjos políticos envolvendo José Antônio Gomes Neto no ano de 1860 demonstram um modo particular de lidar com as questões partidárias à época, diferentemente de como se observa na contemporaneidade. Com a política de Conciliação houve um “afrouxamento dos partidos”, conforme destaca Sérgio Buarque de Holanda

³⁰¹ Essas interconexões também foram observadas por Jonas Vargas (2010, p. 132) na província do Rio Grande do Sul. Esse autor destaca que os “homens que frequentavam a Corte não estavam descolados das lutas micropolíticas travadas nas paróquias”, antes, faziam parte de um “jogo de relações verticais e horizontais, em que as trajetórias individuais se sobrepunham e se interconectavam”.

³⁰² Fonte: Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia. 1863. p. 91.

³⁰³ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, p. 398 Vol. 1 pt II.

(1985, p. 77), fazendo com que as alianças e disputas de poder não levassem em conta as filiações partidárias. Nas cartas recebidas por Gomes Neto nesse período, as bandeiras sequer aparecem. Somente quando contrapostas com outros documentos, jornais ou anais do parlamento brasileiro, é que é possível identificar as linhas partidárias de certos candidatos. Mesmo assim, os partidos estavam fragmentados. Havia liberais exaltados e moderados e as “dissidências entre os conservadores permitiam falar em emperrados, puritanos, vermelhos, moderados, progressistas, conciliadores” (HOLANDA, 1985, p. 102). Diante desse cenário, os acordos eram constituídos conforme os interesses pessoais, as possibilidades de angariar benefícios políticos e alcançar maior poder regional, tudo isso sem distinção de bandeira partidária. Adentrar um pouco mais nas relações mantidas entre José Antônio Gomes Neto e seus aliados/ adversários é uma forma de melhor compreender esses acordos e interesses.

Entre velhos e novos amigos: rivalidades e estratégias políticas

Vários autores já se ocuparam da discussão sobre os partidos políticos do século XIX. São análises divergentes, que envolvem composição, ideologia entre outras características partidárias. José Murilo de Carvalho (2003) fez uma análise comparativa de alguns desses estudos, tentando não só atualizar o debate, como, sobretudo, contribuir para um melhor entendimento das elites políticas imperiais. Uma das observações feitas por esse autor é que os partidos foram apresentados de forma bastante variável, assumindo fisionomias diferentes, o que reflete “concepções totalmente diversas sobre a estrutura social e o sistema de poder vigentes no Império” (CARVALHO, 2003, 204).

É importante lembrar que até a década de 1860 ainda não existiam programas partidários, mas, grosso modo, a essa época os liberais defendiam “maior autonomia provincial” e lutavam “pela Justiça eletiva, pela separação da polícia e da Justiça, pela redução das atribuições do poder moderador” enquanto os conservadores discutiam o “fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador” (CARVALHO, 2003, p. 209). O mesmo autor também observou uma concentração profissional diferenciada entre os partidos, sendo de funcionários públicos no Partido Conservador e de profissionais liberais no Partido Liberal. Mas, todos esses desenhos podem ser reavaliados a partir do estudo das realidades locais.

A política empreendida no alto sertão da Bahia, talvez por reflexo do “afrouxamento dos partidos” na conjuntura nacional, não terá na identidade partidária um

fator característico e preponderante até os anos finais da década de 1870. Não que as lideranças do sertão, homens brancos, proprietários, de condição abastada, letrados, muitos deles intelectuais, desconhecem os ideais defendidos pelos partidos do Império. Contudo, as fronteiras que os distinguiam eram, antes de tudo, os interesses particulares, as disputas de poder local. Também não há como dividi-los de acordo com as posições que ocupavam, se fazendeiro, se magistrado, profissional liberal, ou qualquer outra, até porque, no sertão, muitos indivíduos acumulavam mais de uma posição. Sendo assim, as filiações partidárias se apresentam de maneira tão sutil e sem nenhuma distinção de prática política que, por um deslize, pode-se incorrer em um erro de interpretação quanto ao posicionamento partidário dos homens aqui mencionados. Tomando como exemplo a relação existente entre Gasparino de Castro e Gomes Neto, as rivalidades partidárias só aparecem em cartas de terceiros, predominando entre eles um tratamento amistoso e cordial. A carta escrita por Gasparino em maio de 1860 revela uma troca de correspondências frequente no início daquele ano eleitoral: “hontem recebi as suas de 30 do passado, e 1º deste” e também indica que havia entre eles troca de favores: “não se aflija a respeito do que lhe disseram sobre a nomeação do Filiminio, q se não realizará – fica a meu cuidado, no entanto, não deixe alterar o seu sistema nervoso por causa tão pequena”; “agradeço de todo meu coração a boa disposição em que está a meu respeito, e a respeito do Caetité em geral”. Além disso, mesmo tendo sido acusado pelo Coronel Spínola de se opor à nomeação de Gomes Neto, Gasparino se ofereceu para representá-lo, por meio de procuração, no juramento de posse do cargo de juiz Municipal de Caetité:

tem se demorado você em mandar prestar juramento, caso não o tenha feito mande-me procuração p^a esse fim, p^a o Presidente recorrer-lhe prazo para dentro d’elle você apresentar sua carta, da qual me poderei encarregar querendo você. Logo depois do seu juramento será nomeado Delegado conforme ontem me disse o Dr. Chefe de Polícia. Cumpre, pois, que você tenha pressa.³⁰⁴

Tanta gentileza e solicitude certamente mereceram uma resposta à altura. Porém, se não coube ao tempo preservá-la, ainda assim, esse exemplo permite afirmar que nem sempre as rivalidades políticas se apresentavam de modo violento e estarrecedor, como faz supor um certo senso comum sobre a vida sertaneja. Observa-se, em outro caso, a carta enviada a José Antônio Gomes Neto pelo amigo Casimiro Sena Madureira, onde emitiu sua opinião e a de lideranças, como Antônio Costa Pinto e João Lins Vieira

³⁰⁴ APMC.AFBC. JAGN. 1.13.7

Cansanção Sinimbu, respectivamente presidente da província da Bahia e ministro das Relações Exteriores, acerca dos candidatos a deputado geral pelo 5º distrito:

sobre o seu conteúdo falei ao Presidente q. respondeu-me não pretender intervir na eleição. Sei que o Cansanção se interessa pelo Espínola, e q o Gasparino não é repellido pelo Ministério, eu pela minha parte desejo a eleição do Gasparino, e tendo ocasião comentarei ao Paranaguá sobre o terceiro para que você saiba quais são os 3 que não convém aceitar e facilitar sua eleição.³⁰⁵

Embora representasse a corrente liberal, Casimiro Madureira desejava a eleição do conservador Gasparino, que, segundo ele, também não era rejeitada pelo ministério. Na verdade, além de colega magistrado, Gasparino de Castro já tinha uma carreira política consolidada na Bahia, onde havia exercido vários mandatos como deputado provincial e, assim como Gomes Neto, nutria seus vínculos na corte, entre os ministros. De igual modo, o coronel Spínola também havia alcançado uma projeção política importante, graças à forte base que mantinha no sertão. Era um chefe eleitoral de grande valor, por isso também mantinha seus apreciadores entre os grandes políticos. Entre Spínola e Gasparino, sim, havia uma rivalidade ferrenha e bem demarcada, o que tornava o posicionamento de Gomes Neto tão importante. Contudo, ainda faltava um conselho decisivo que, conforme descreveu Casimiro Madureira, viria do amigo e correligionário João Lustosa da Cunha Paranaguá, então ministro da Justiça. Era ele quem daria a palavra final sobre os candidatos que José Antônio Gomes Neto deveria apoiar.

Essa correspondência enviada às vésperas da eleição de 1860 revela os caminhos sinuosos da política. O fato de ter consultado a opinião do experiente magistrado e, por meio dele, do presidente da província e dos ministros, talvez tenha a ver com um receio da parte de José Antônio Gomes Neto de não fazer apostas erradas em um momento particular da sua carreira, quando, enfim, conquistara a posição de juiz municipal e delegado de Caetitê. Mas, considerando o contexto local, é mais provável que estivesse apenas sondando para saber o grau de aceitação dos candidatos que o cercavam, visto que ele já se havia decidido sobre quem apoiar.

Para muitos homens que transitavam nas esferas mais elevadas da política imperial, o mais importante era garantir uma base aliada nos distritos eleitorais. Nesse caso, como a filiação partidária não era algo determinante, para alguns não fazia tanta diferença se esse apoio viesse de Antônio Spínola, de Gasparino, ou de Gomes Neto. Porém, na esfera local, onde os interesses se sobrepunham, a decisão de quem seria eleito

³⁰⁵ APMC.AFBC.JAGN.1.9.4

fazia toda diferença, por isso as disputas eram acirradas e traiçoeiras, mesmo quando elegantes.

Sendo assim, apesar de Gasparino de Castro ser benquisto na capital baiana e na Corte por amigos e aliados de Gomes Neto, no âmbito local, à medida que os interesses políticos entraram em choque, as diferenças foram-se interpondo no caminho de uma longa amizade. Pelo visto elas se aguçaram, ganhando proporções mais amplas, quando Gomes Neto se aliou ao Coronel Spínola em prol da sua nomeação para juiz municipal de Caetité. Nesse caso, a suposta oposição de Gasparino nada tinha a ver com algum interesse pessoal pela vaga; afinal, ele já ocupava a posição de juiz de Direito da comarca de Rio de Contas. Contudo, dado o contexto e as alianças firmadas por Gomes Neto, sem dúvidas tinha a ver com o impacto político que essa nova posição provocaria no alto sertão baiano.

Como não se tratava de uma questão pessoal, mas política, as diferenças entre Gomes Neto e Gasparino só vieram à tona nas cartas enviadas pelo coronel Antônio Spínola, em que incita Gomes Neto e outros aliados locais com a seguinte recomendação: “não deixem à revelia a eleição secundária e que do nosso lado não tenha Gasparino um só voto, bem sabe que daí vem todo mal”³⁰⁶. Naquele contexto, o voto censitário dividia as eleições em primárias e secundárias, conforme a renda de cada um. Nas eleições primárias os votantes escolhiam os eleitores entre os homens de maior poder aquisitivo. Estes, por sua vez, elegiam os candidatos a deputados e senadores nas eleições secundárias³⁰⁷. Dentro desse esquema, a recomendação do coronel Spínola aponta para a importância das alianças constituídas entre os eleitores a fim de garantir um resultado favorável ao seu grupo no dia da apuração secundária. Prosseguindo com esse ideal, ele enfatizou que os amigos deveriam empenhar-se para “enterrar Gasparino que não poupa meios de abrir brecha mesmo entre os adversários”.³⁰⁸

Estaria o Coronel Spínola plantando intriga entre os colegas? Na carta enviada pelo amigo Ladeia Lima, escrita de Monte Alto em julho de 1860, também se observa um partidarismo contrário ao candidato Gasparino: “muito ganhamos com a descomponhada que nos tem pregado o Gasparino”, demonstrando seu empenho para com o grupo aliado a José Antônio Gomes Neto: “o Dr. Tibúrcio com sua gente não nos abandonará, já o

³⁰⁶ APMC.AFBC. JAGN. 1.5.4

³⁰⁷ Sobre eleições no Império ver: Carvalho (2006); SOUZA (2014).

³⁰⁸ APMC.AFBC. JAGN. 1.5.4

declarou”; “vou no dia 30 p^a a Carinhanha e lá animarei os nossos, e o mesmo farei no Rio das Égoas”.³⁰⁹

Como havia sido alvo de grande empenho por parte do coronel Antônio Spínola no que diz respeito à nomeação para juiz municipal de Caetité, José Antônio Gomes Neto manteve seu posicionamento de reciprocidade para com ele, firmando alianças que o favoreciam, bem como ao seu grupo, sem, contudo, entrar num embate deflagrado com o colega Gasparino. Os meios de enfrentar a rivalidade eram diferentes para cada um, pois, naquele cenário eleitoral, tanto cabiam alianças entre liberais e conservadores de realidades distintas, quanto oposições entre velhos amigos. Sobre o primeiro caso, observa-se a declaração do coronel Spínola feita a Gomes Neto: “vou muito bem no triângulo aliado ofensiva e defensivamente com o Dr. Junqueira Jr.” e o “Cândido Militão, com quem me tenho entendido”³¹⁰, referindo-se ao acordo que fizera com candidatos do partido contrário. Já no último caso, entre Gomes Neto e Gasparino continuavam predominando a fineza e a etiqueta praticadas nos bancos da escola de Direito de Olinda, as quais davam o tom a uma rivalidade cordial, porém precisa e eficaz.

Ainda sobre as alianças entre novos amigos de filiações partidárias distintas, João José de Oliveira Junqueira apegou-se verdadeiramente ao apoio de Gomes Neto.³¹¹ Ciente de que a disputa política era encabeçada por gente letrada, intelectuais, bacharéis, médicos e magistrados, ele considera, também, a luta a ser travada no campo das ideias. Não exatamente da ideologia partidária, mas, do discurso, das palavras, do apelo e do convencimento. Pensando nisso e vendo a posição de liderança ocupada por Gomes Neto no sertão, no intuito de resguardá-lo de possíveis acusações que poderiam enfraquecê-lo politicamente, ofereceu seus préstimos junto à tipografia do *Jornal da Tarde*: “se alguém o acusar aqui pela imprensa conte que terá imediatamente um defensor. Para o Jornal da Tarde mande VS^a as defesas, que quiser que serão publicadas gratuitamente”.³¹²

Muitos políticos utilizavam-se dos vínculos mantidos com certas tipografias, quando não da propriedade delas, para tornarem públicas, na capital da província e na corte, denúncias e acusações contra seus adversários.³¹³ Essa era uma realidade para

³⁰⁹ APMC.JAGN. 1.24A.1

³¹⁰ APMC.AFBC. JAGN. 1.3.2

³¹¹ Um estudo que dilata essa discussão, demonstrando alianças políticas entre candidatos de partidos diferentes foi realizado por Jonas Vargas e Tassiana Saccol (2010) ao analisar um caso, no Rio de Grande do Sul, de um deputado republicano apoiado por monarquistas conservadores.

³¹² APMC.AFBC. JAGN. 1.15.2

³¹³ Para José Murilo de Carvalho (2003, p. 54), a imprensa era uma instituição que teve um peso político significativo no Império. A grande maioria dos jornais “era vinculada a partidos ou políticos”. Os jornalistas ‘lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos,

Junqueira Júnior, que estava acostumado a transitar por esses espaços. No sertão, a ausência de tipografias não restringia a leitura de jornais por parte das elites políticas³¹⁴, nem a circulação de tais notícias, mas, por hora, dava lugar a outros meios de disputa, acusação e defesa baseados nas relações clientelísticas estabelecidas pelos chefes mais influentes, o que não eximia uma atenção criteriosa com as matérias publicadas na Bahia, onde circulavam os chefes mais bem posicionados.

Em carta confidencial enviada ao Coronel Spínola, depois repassada a Gomes Neto, Junqueira Júnior também se prontificava a adquirir votos a seu favor no Norte da província, na região de Pilão Arcado, onde mantinha aliados: “nesta ocasião escrevo ao Nolasco repetindo o que já mandei dizer”, a saber, “que você deve ter todos os votos de Pilão Arcado, Chique-Chique e S. Ritta”. Em contrapartida, ele enfatizou: “espero igualmente que você me dará todos os seus, fazendo nós assim uma aliança ofensiva e defensiva”. Essa expressão, também mencionada em carta anterior pelo Coronel Spínola, estava relacionada ao acordo feito entre eles de apoio mútuo, mesmo sendo de partidos opostos, o que refletia seus “recíprocos interesses” e um tipo de aliança “plenamente aprovada pelos amigos”. Mais adiante, na mesma carta, Junqueira Júnior reitera: “aqui na capital estou pronto para o que você precisar, e com o Santo e Cincinato hei de me entender sobre os negócios d’ahi. Não descance: faça todo esforço que a vitória será nossa”.³¹⁵

Sendo as disputas travadas em âmbito local, para vencer era preciso garantir mudanças nos cargos mais estratégicos, além de concessões de favores e incentivos aos eleitores locais. Spínola e Junqueira, um liberal e um conservador, estavam unidos contra Gasparino. Como cabo eleitoral de grande estima para ambos, José Antônio Gomes Neto encontrou uma forma de enfrentar o colega Gasparino, sem, contudo, entregar-se à paixão facciosa da deflagrada rivalidade. Usando-se de suas redes de poder, passou a intervir no cenário político local, orquestrando mudanças nos cargos públicos e intermediando a conquista de títulos e patentes. Com o colega Paranaguá, então ministro dos Negócios e

por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara”. Além do mais, “a imprensa era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não constituíam um grupo de elite à parte da elite política”. Essa relação entre a política e a imprensa é temática presente em diversos estudos, a exemplo de AGUIAR (2011) e LIMA (2015).

³¹⁴ A primeira tipografia do alto sertão baiano foi fundada em 1897, na cidade de Caetitê, pelo jornalista e redator João Antônio dos Santos Gumes (1858-1930), que publicou o jornal *A Penna* e outros materiais de cunho jornalístico. Por meio da imprensa também publicou romances de sua autoria, tendo dois deles sido reeditados recentemente pela Edufba e Eduneb: *Os analfabetos* (2014) e *Os Sampauleiros* (2018).

³¹⁵ APMC.AFBC.JAGN. 1.15.6 – grifos do autor.

da Justiça do Império, Gomes Neto pleiteou a maioria dos seus interesses, intensificando a troca de correspondências nos meses que antecederam a eleição de 1860. Em junho daquele ano, a carta recebida do gabinete ministerial tratava da nomeação de avaliadores e partidores indicados por Gomes Neto:

em resposta a sua carta de 16 de maio próximo findo, empenhando-se por diversos indivíduos para os lugares de Avaliadores e Partidores, desse Termo, tenho a significar-lhe que os Avaliadores são nomeados pelos Juízes a aprazimento das partes; e quanto aos Partidores não terei dúvida aprovar os que V. me indica, logo que os seus requerimentos subam instruídos na formalidade da lei.³¹⁶

Os partidores e avaliadores ocupavam funções ligadas ao Judiciário, sendo acionados na abertura de inventários. Provavelmente havia alguma relação de benefício nessas funções, caso contrário não seriam cargos cobiçados e mercedores do empenho do juiz junto ao ministro. No cenário local, apenas a nomeação de José Antônio Gomes Neto para juiz municipal não garantiria a esperada desforra. Era preciso mexer em outras peças do jogo, sendo que mesmo aquelas mais modestas poderiam ter grande significado devido à maior possibilidade de barganha e negociação junto aos eleitores durante os processos judiciais.

Considerando isso, Gomes Neto tentou outras nomeações junto ao amigo Paranaguá. No âmbito jurídico, conforme resposta recebida em agosto daquele ano, queria ainda uma comarca para o seu cunhado, o bacharel Policarpo Rodrigues Ladeia Lima: “não podendo por ora ter lugar a nomeação do seu cunhado Dr. Ladeia para uma Comarca (como ele mesmo reconhece em uma carta que me escreveu), vou reconduzí-lo; e oportunamente verei o que é possível no sentido dos seus desejos”³¹⁷. Conforme sinalizou Paranaguá, outras tentativas de nomeação de familiares foram realizadas antes daquela eleição: “se o seu parente Sr. Capitão José Justino Gomes de Azevedo vier incluído na proposta será nomeado”³¹⁸.

Em outubro, mais uma carta com o timbre do Gabinete do Ministério dos Negócios e da Justiça evidencia a preocupação de Gomes Neto com certas nomeações requeridas junto ao amigo e ministro Paranaguá: “acuso recebida sua carta de 5 de setembro findo, e certo do seu contentamento, tenho a dizer-lhe que fique descansado, que não há o menor fundamento na nomeação do Monteiro para essa comarca”³¹⁹. Na

³¹⁶ APMC.JAGN.1.17A.4

³¹⁷ APMC.JAGN.1.17A.5

³¹⁸ APMC.JAGN.1.17A.9

³¹⁹ APMC.JAGN.1.17A.6

mesma carta, o amigo Paranaguá o aconselhava a manter contato com José Antônio Saraiva, realçando seu papel significativo dentro das redes de poder constituídas por José Antônio Gomes Neto: “escreve ao Saraiva e é prudente q nada resolvas antes de ouvi-lo”.

Ainda sobre as nomeações, assim como foi demonstrado acerca dos avaliadores e partidores, observa-se a atenção de José Antônio Gomes Neto para com o suprimento das vagas de tabelionato, cuja função permitia conhecer a vida da população local, possibilitando um envolvimento com o público eleitor dentro de um ambiente que favorecia certos acordos e negociações. Sobre esse interesse respondeu Paranaguá:

em resposta à tua carta de 21 de julho último, interessando-me pelo provimento de Catão Corrêa de Moraes na desventura vitalícia do officio de 1º Tabelião Escrivão de Orfãos da nova vila criada nesse Termo, tenho a dizer-te, que tomo o teu pedido em toda consideração, para ver oportunamente o que é possível.³²⁰

Acuso o recebimento da tua carta de 29 de novembro último recomendando-me o pretendente Antônio Marciano de Magalhães ao officio de Tabelião de Caetité, vago por morte do q servia; e de resposta tenho a dizer-te que tomarei a tua recomendação em toda consideração quando tratar do provimento do referido officio.³²¹

Essa questão das nomeações foi assunto recorrente na troca de correspondências mantida naquele ano de 1860. Na relação de barganhas estabelecida com o candidato Junqueira Júnior ficam evidentes as exigências feitas por Gomes Neto: “tenho presentes as estimáveis letras de VS^a com datas de 26 e 27 do p. passado. Vejo quanto me diz, e tomo na devida consideração todas as reflexões, e requisições, que faz”. Naquele momento, uma das garantias almejadas por Gomes Neto era a de que não seria removido do cargo de delegado da vila de Caetité, posição quase sempre adjunta à de juiz municipal, bem como que se nomeasse um suplente de delegado que fosse seu aliado, conforme se observa na resposta confidencial enviada por Junqueira em novembro de 1860:

a respeito do 1º suplente de Delegado desse Termo, apesar dos meus esforços, não lhe posso ainda mandar um resultado conveniente. A época é a menos própria, pois todos têm os olhos fixos no governo para ver se elle faz demissões e nomeações agora. O Saraiva, com quem tenho conversado a respeito de VS^a, me mostra os melhores desejos, mas não vê também muita probabilidade de êxito agora. Aguardemos um pouco.

Quanto a VS^a fique tranquilo que será conservado na delegacia.³²²

³²⁰ APMC.AFBC. JAGN.1.17A.7

³²¹ APMC.AFBC. JAGN.1.17A.8

³²² APMC.AFBC. JAGN. 1.15.2

O interesse no cargo de delegado se confundia com os interesses políticos de Gomes Neto, haja vista que, desde a reforma do Código de Processo Criminal, em 1841, os delegados haviam assumido funções antes conferidas aos juizes de paz, como “dar buscas, prender, formar culpa, pronunciar e conceder fiança. Eram eles que dividiam os distritos de paz em quarteirões, nomeavam os inspetores de quarteirão e escrivães de paz e ainda faziam a lista dos jurados” (CARVALHO, 2013, p. 152), ou seja, na prática as funções de delegado e subdelegado concentravam um poder abrangente na esfera local, por isso eram cargos muito ambicionados.

José Murilo de Carvalho (2003, p. 158), falando sobre “a capacidade de controle do governo central no nível local”, discute o quanto as nomeações de delegados e subdelegados faziam parte do projeto de centralização política do Império. O que houve em 1841, discute o autor, “não foi simplesmente o esmagamento do poder local”, foi “antes a instauração do governo como administrador do conflito local, sobretudo do conflito entre poderosos”. Ao retirar as funções policiais dos juizes de paz e entregá-las aos delegados nomeados, “o governo trazia para a esfera pública a administração do conflito privado mas ao preço de manter privado o conteúdo do poder” porque “os elementos não pertencentes à camada dirigente local eram excluídos da distribuição dos bens públicos, inclusive da justiça”. Nessa perspectiva, como delegado, José Antônio Gomes Neto assumia, portanto, uma posição privilegiada junto ao governo e, de alguma forma, superior ao poder local. “O arranjo deu estabilidade ao Império, mas significou ao mesmo tempo, uma série de restrições à extensão da cidadania e, portanto, ao conteúdo público do poder”, acrescenta Carvalho (2003, p. 159).

Esse contexto é melhor compreendido quando se observa a correspondência enviada por Antônio Spínola a Gomes Neto em outubro de 1860. O remetente relata as disputas locais envolvendo os cargos de polícia e insta o seu amigo a permanecer firme na delegacia, onde deveria prevenir “os desaforos dos nossos adversários”. Nesse sentido, alertou: “entre você nisto com a maior eficácia para demissão dos tais dois sujeitos, um convencido a falsificador e o outro por excessos que cometeu no 7 de setembro”³²³. Valendo-se da condição de delegado, José Antônio Gomes Neto também deveria se empenhar para “demissão do Cordeiro e do subdelegado do Gentio”, observando os preceitos de quem “deve zelar sobre toda a comarca”³²⁴.

³²³ APMC. AFBC. JAGN. 1.3.2

³²⁴ APMC. AFBC. JAGN. 1.3.2

Essa preocupação com os cargos policiais já estava em pauta havia alguns meses e era sempre tratada de modo confidencial nas correspondências. Em junho de 1860 José Antônio Gomes Neto recebeu carta despachada da repartição de polícia da Bahia, solicitando que ele indicasse pessoas de sua confiança para assumir essas posições. O remetente, Agostinho Luiz Gama³²⁵, enviou inclusive uma relação de suplentes da delegacia para que Gomes Neto, na condição de delegado do termo de Caetité, informasse “sobre a conveniência de substituição, mudança na ordem a que estão colocados, emitindo com franqueza o seu conceito a respeito de cada um”, com toda garantia de que seu parecer seria levado em conta no momento das nomeações.

Mudanças envolvendo postos da Guarda Nacional também são mencionadas na carta enviada pelo coronel Antônio Spínola em novembro de 1860, dias antes da eleição para deputado geral: “escrevo-lhe rapidamente para dar-lhe as boas novas das nomeações do Teixeira, Tenente Coronel do Urubu, Porfírio, de Monte Alto e Spiridião, Major de Canabrava, é a mesma proposta que há tanto tempo tem o Sr. Cansação”.³²⁶ Mais uma vez percebem-se as articulações mantidas entre as lideranças locais, seus mediadores e os políticos atuantes na corte, a exemplo de João Lins Vieira Cansação Sinimbu, então ministro das Relações Exteriores do Brasil. Mesmo pronunciadas de véspera, essas nomeações fortaleciam os grupos políticos locais e aumentavam a capacidade de angariar votos por meios diversos.

Vale a pena destacar que Speridião Xavier da Silva Pereira, nomeado major do distrito de Canabrava, era cunhado de José Antônio Gomes Neto, por meio de quem o posto de comandante superior da Guarda Nacional já havia sido requerido havia bastante tempo. Mas, pelo visto, somente naqueles últimos dias a deliberação foi encaminhada. Sobre esse assunto, Casimiro Sena Madureira escreveu ao amigo Gomes Neto no mês de outubro do mesmo ano:

ei de ver se já veio do Comando Superior de Caetité a proposta p^a seu cunhado ser o Tenente Coronel, como você me previne que era preciso em resposta a sua de Maio q recebi já estando no Rio, pois até agora não me respondeu você se o Comando Superior propunha, ou qual a dúvida que ele tinha para que eu soubesse como falar nesta pretensão ao Presidente. Explique-me, pois para que faça o serviço que puder.³²⁷

³²⁵Agostinho Luiz da Gama era natural do Mato Grosso, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1848. Foi presidente da província de Alagoas em 1859 e, em 1860, respondia pela repartição de polícia da Bahia. Em março de 1861 tomou posse no cargo de chefe de polícia da Corte. Morreu em 1880.

³²⁶ APMC. AFBC. JAGN. 1.5.2

³²⁷ APMC. AFBC. JAGN. 1.9.3

Essa correspondência foi escrita de Valença, onde Casimiro passava uma temporada, aguardando cessar um surto de febres que se havia espalhado pela Bahia, um fator preocupante e desarticulador dos ritmos de vida da capital e do interior. Nessa e na carta enviada no mês seguinte, Casimiro Madureira demonstrava as sucessivas articulações encetadas em prol de nomeações dessa natureza. Geralmente o assunto passava pelo gabinete da presidência da província, mas, no fim das contas, era algum ministro quem possuía a decisão final. Nessa época, se o veredito não viesse da parte de João Lustosa da Cunha Paranaguá, principal aliado de Gomes Neto no Ministério, ao menos o assunto era apresentado a ele:

falei ao Paranaguá no Rio em Agosto quando recebi sua carta sobre a nomeação do seu cunhado o Sr. Speridião para Ten. C^{el} do Batalhão de Monte Alto e respondeu-me que o Porfírio Pereira de Castro era o proposto para o Batalhão, que o Speridião seria chefe do Esquadrão da Cavalaria, que isto de mais gosto no sertão³²⁸.

Vinda da parte do ministro Sinimbu, a nomeação não se deu conforme esperada, pois o posto requerido para Speridião Pereira era para a vila de Monte Alto, onde residia sua família, amigos e eleitores e a patente esperada era de Tenente Coronel ou, conforme mencionado acima, a função de Chefe de Esquadrão de Cavalaria, sempre reservada a um oficial superior. Todavia, ele foi direcionado para o distrito de Canabrava, em Caetité, com a patente de major, o que não diminui o valor da nomeação, visto que era sempre mais fácil alcançar uma recolocação quando já se possuía determinado *status*.

Consciente do impacto que essas nomeações poderiam exercer na disputa eleitoral do alto sertão baiano, o coronel Spínola afirmou: “temos a Matriz e o 1º juiz de Paz”. Em sendo assim, só por “fraqueza perderemos as eleições”, previu ele, o que reitera o valor desses arranjos para o resultado final das eleições. Ele ainda acrescentou: “não se deve mesmo consentir que esses bandalhos refuguem nossos votos apresentados e reconhecidos pelo Juiz de Paz, Delegado Inspetor; entre a lista, eles que esbravejem, ou vão fazer outra eleição na cadeia como em 1856”. O fato rememorado havia ganhado lugar na imprensa em 1856, tanto no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, quanto no *A Pátria*, publicado em Niterói, onde o Coronel Spínola foi descrito como homem de “caráter forte e honrado; coração nobre e distinto; inteligência robusta e cultivada”; “grande influência e legítima força no círculo por onde se propõe candidato”, e Gasparino Moreira de Castro como juiz que, “no Monte Alto, lança mão de todos os meios para derrotar a gente

³²⁸ APMC. AFBC. JAGN. 1.9.4

liberal”³²⁹, ao lado do “delegado de Caetité que lhe segue as pisadas procurando obter igual fim” e do “delegado de Macaúbas, que o mesmo exemplo segue”. O texto de autoria desconhecida denunciava ainda a intenção do ministro baiano João Maurício Wanderley (futuro Barão de Cotegipe) de privilegiar o correligionário Francisco Mendes da Costa Correia em detrimento do Coronel Spínola, que certamente teria sido eleito “se o sr. Wanderley, revestido com o prestígio da autoridade, não empregasse todos os recursos que ela lhe dá para nulificar a preponderância que tem o sr. Espínola sobre o sr. Mendes – a quem o povo repele e contra quem se pronuncia”. Observando esses trechos, percebe-se o quanto as eleições de 1860 traziam as rugas de 1856, aumentando o calor das rivalidades políticas e da disputa pelos votos da região. Para o liberal Antônio Spínola, que se sentiu prejudicado pelos conservadores, era importante frisar: “felizmente não é aí que se fará a última apuração”, uma notável evidência da possibilidade de fraudes naquele processo eletivo, realidade apresentada em diversos estudos que tratam de política e eleições no Império.³³⁰

Depois de um ano eleitoral intenso, marcado por *démarches* a propósito de demissões, nomeações, disputas por eleitores e votos, afora rivalidades diversas, Junqueira Júnior, Gasparino e Antônio Spínola estavam juntos na assembleia da corte. No cumprimento de uma agenda em comum, frequentemente viajavam a bordo de paquetes como Oyapock, Oneida, Cruzeiro do Sul ou Estramudore, sempre acompanhados de um ou dois escravizados³³¹. No Rio de Janeiro, participavam de momentos solenes nos quais se podia cumprimentar o Imperador, especialmente nas sessões de abertura e de encerramento da assembleia geral, as únicas ocasiões em que o monarca usava a coroa imperial, o cetro e traje majestático. Certamente também se entrecruzavam em bailes, reuniões, confeitarias, teatros e igrejas, frequentados pelas elites cariocas, com quem se relacionavam. No transcorrer rotineiro das sessões ordinárias da assembleia legislativa, a participação e o posicionamento de cada um deles ficou registrado. Embora desempenhassem elegantemente as mesmas funções na corte, as

³²⁹ Biblioteca Nacional. *A Pátria*. Niterói. 26 de novembro de 1856. Ano V. Nº 217. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&pesq=Gasparino%20Moreira&pasta=ano%20185>. Acesso: 11/06/2019.

³³⁰ Ver: GRAHAM (1997); CARVALHO (2003).

³³¹ Essas informações entram na ordem do dia dos jornais que circulavam no Rio de Janeiro, a exemplo do Correio Mercantil e do Diário do Rio de Janeiro, onde é possível encontrar com frequência os registros de embarque dos deputados acima mencionados, bem como o número de escravizados que seguiam em sua companhia.

rivalidades e disputas pelo domínio político do alto sertão baiano permaneceram, como se vê pelos resultados das eleições de 1860 e 1863.

**Tabela 14: Número de votos por candidatos – 5º distrito eleitoral
(1860 e 1863)³³²**

CANDIDATO	ANO	
	1860	1863
João José de Oliveira Junqueira Jr.	604	766
Antônio de Souza Spínola	519	739
Gasparino Moreira de Castro	409	133
Frederico Augusto de Almeida	229	730

Comparativamente, nas eleições de 1860 o número de votos por candidato foi menor, o que se justifica pelas denúncias de fraudes que levaram à anulação das atas eleitorais das paróquias de Campo Largo e Vila da Barra³³³, fato não registrado no ano de 1863. Por outro lado, observa-se um enfraquecimento do candidato Gasparino Moreira de Castro, que, em 1860, apesar de ter sido o deputado eleito com menor número de votos, ainda assim ficou dentro das vagas. Porém, em 1863, sendo alvo de grande oposição liderada pelo coronel Spínola e mediada por Gomes Neto, não alcançou o mesmo resultado, obtendo apenas 133 votos, um número menor do que obtivera o candidato Frederico Augusto de Almeida, em 1860, e que, dessa vez, saíra vencedor.

Sobre a atuação política do coronel José Antônio Spínola, Junqueira Júnior comentou em carta enviada a Gomes Neto: “muita coisa fizemos ultimamente pelo nosso amigo Coronel Spínola: foi uma grande vitória, que, me parece, deve facilitar muito a questão eleitoral”³³⁴. Percebe-se que Junqueira se colocava acima do coronel Spínola, como alguém que mantinha o poder – ou que melhor se relacionava com quem o mantinha – de favorecer politicamente a quem desejasse. Contudo, quem realmente fez uma grande jogada foi o Spínola, quando, por meio de conchavos com José Antônio Saraiva, conseguiu a nomeação de Gomes Neto para juiz municipal e delegado de Caetité. Essa brecha modificou os destinos políticos do alto sertão baiano e, associada às mudanças que

³³² Os resultados eleitorais do ano de 1860 foram publicados no *Diário do Rio de Janeiro*. 27 de março de 1861. Ano XLI. Nº 85. p.1.

Os resultados eleitorais de 1863 foram publicados no *Jornal Comercial do Rio de Janeiro*. 29 de dezembro de 1863. Ano XXXVIII. Nº 359. p.1

³³³ *Diário do Rio de Janeiro*. 27 de março de 1861. Ano XLI. Nº 85. p.1

³³⁴ APMC.AFBC. JAGN. 1.15.2

se observam no cenário imperial daí em diante, contribuiu para que todos os aliados se beneficiassem gradativamente.

Como magistrado e delegado, José Antônio Gomes Neto se tornou uma figura central nos processos eleitorais daquela década, devido à capacidade que adquiriu de intervir na política local por meios diversos, com trânsito entre ministros e cadeiras no parlamento geral. Em 1860 seu cunhado Bráulio Xavier da Silva Pereira foi eleito deputado provincial e em 1863 pleiteava a reeleição. Como havia perdido as eleições para deputado geral, Gasparino Moreira de Castro disputou com Bráulio Xavier os votos para a assembleia provincial naquele mesmo ano, sendo ambos eleitos. Esses momentos serviam para renovar as rivalidades e acirrar as disputas, visto que os grupos se impunham incansavelmente a cada oportunidade eleitoral. Mesmo com a derrocada, Gasparino Moreira manteve sua posição política. Em 1866, no auge de mais uma campanha e com esperanças de ser reeleito, “dr. Gaspar”, como era conhecido entre os correligionários, foi vítima de uma doença repentina e veio a falecer.

Sua acalorada diferença com o coronel Antônio Spínola ficou registrada nos anais da assembleia legislativa, pois, volta e meia, entravam em desacordo nas questões em debate. Na assembleia provincial da Bahia, talvez se opusesse ao médico e conterrâneo Bráulio Xavier, cunhado de Gomes Neto, porém, como Bráulio também foi vítima de morte repentina naqueles idos de 1865, não foi possível acompanhar o desenrolar destas diferenças nas câmaras provincial e geral. Na esfera local, entretanto, as rivalidades foram assumidas e levadas adiante por outros sujeitos, como se verá ao longo deste estudo. Sobre o desfecho da amizade entre Gasparino de Castro e Gomes Neto, pouco se sabe, afinal, a última carta encontrada no acervo do magistrado caetiteense foi datada naquele ano emblemático de 1860.

Mesmo com a morte de Gasparino, seus amigos e aliados continuaram a fazer frente pelo partido conservador, representado no alto sertão baiano pelas famílias Faria Fraga, Brito Gondim, Botelho de Andrade, entre outras. A morte de Bráulio Xavier também não impactou o grupo dos liberais, uma vez que a influência de José Antônio Gomes Neto continuou a crescer, enquanto João José de Oliveira Junqueira Júnior e o Coronel Antônio Spínola passaram a disputar as eleições para o senado. Na posição de juiz municipal de Caetité, as correspondências enviadas aos presidentes da província revelam algumas de suas ações, como registro de posse e juramento de indivíduos nomeados para cargos da justiça, o cumprimento dos ofícios e decretos do ministério da Justiça, as cobranças da dívida pública e fiscalização dos processos envolvendo a Fazenda

Pública, a aquisição de voluntários da pátria para auxiliar o exército brasileiro na Guerra do Paraguai, organização de mapas estatísticos, informação sobre o andamento das eleições, entre outras que lhe permitiam conhecer de perto a realidade social e econômica daquela comarca.³³⁵

Em 1866, Gomes Neto assumiu interinamente a posição de juiz de Direito da Comarca de Caetité, devido ao adocimento do juiz titular. Conforme relatou ao presidente da província, no período de 10 a 19 de julho daquele ano julgou 11 processos e 14 réus, sendo oito condenados e seis absolvidos.³³⁶ Em 1867, assumiu novamente a posição interina de juiz de Direito, ocasião em que designou o tabelião da vila de Caetité para realizar os serviços de Oficial de Registros da vila de Santo Antônio da Barra.³³⁷ Em setembro do mesmo ano foi nomeado juiz de Direito da Comarca de Maracás, deixando o posto de juiz municipal para o conservador Manuel José Gonçalves Fraga, com quem mantinha, à época, relações cordiais. Pouco tempo depois, em 1869, conseguiu sua remoção para a Comarca de Caetité, alcançando sua estabilidade como magistrado.

Recompondo a trajetória de José Antônio Gomes Neto, percebe-se que a década de 1860 representou um momento de passagem em sua vida, de um bacharel que ansiava uma nomeação, para um magistrado firmemente empossado, juiz de direito da comarca de Caetité. Nessa posição, seu próximo passo foi inserir os sobrinhos na vida pública, sem abandonar a prática de manter aliados em diversas instâncias. A ascensão do partido liberal em 1878 consolidou sua influência e trouxe fôlego às suas ambições. Assim, mesmo sem sair do sertão, Gomes Neto estendia tentáculos pelas esferas da política imperial, contudo, antes de adentrar essas questões, é importante ponderar a maneira como ele cultivava seu prestígio e seu *status*, não só do ponto de vista político, mas também simbólico, sem desaviso, decalcando a praxe de outras partes do Império. Atento aos rituais de poder cultuados em sua época, ele não desviava os olhos da corte e buscava viver e agir, na medida do possível, como se lá estivesse. Por isso, faz-se necessário apresentar, no capítulo a seguir, um ligeiro balanço de outros aspectos que conferem à década de 1860 um peso importante em sua trajetória.

³³⁵ APEB. Governo da Província. Série: Judiciário: juízes de Caetité (1862-1870). Nº 2287.

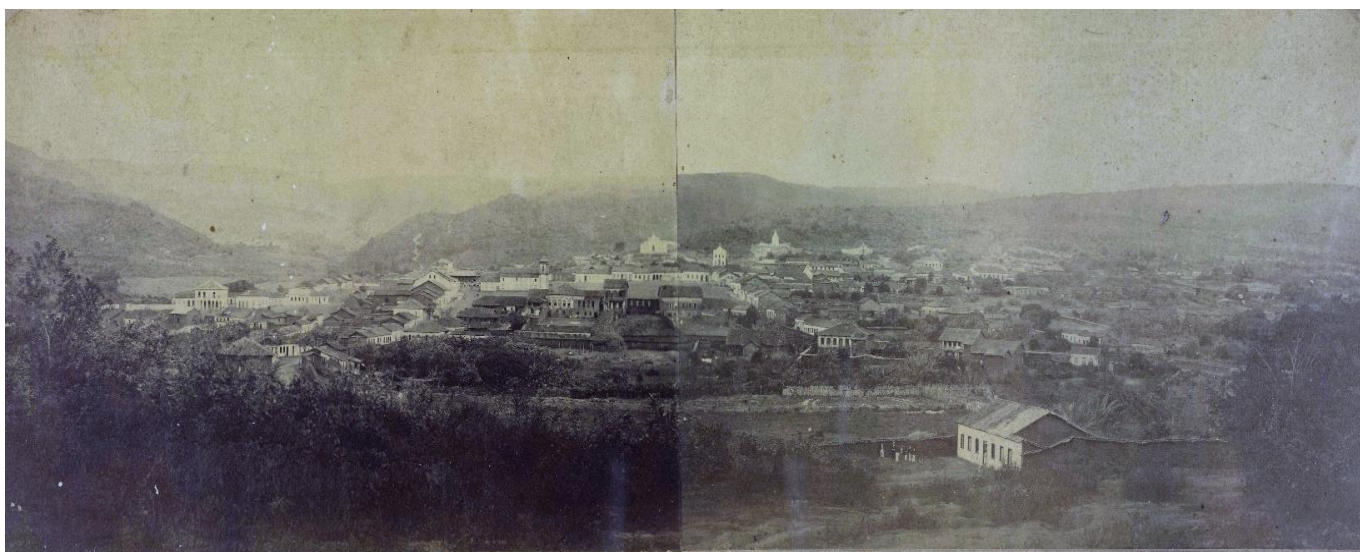
³³⁶ APEB. Governo da Província. Série: Judiciário: juízes de Caetité (1862-1870). Nº 2287. Correspondência de nº 17. 21 de julho de 1866.

³³⁷ APEB. Governo da Província. Série: Judiciário: juízes de Caetité (1862-1870). Nº 2287. 24 de junho de 1867.

CAPÍTULO IV: PRESTÍGIO E RIQUEZA NA “CORTE DO SERTÃO”

Um fotógrafo de nome desconhecido captou em lentes raras para a época uma imagem da cidade de Caetité, vista do alto de uma das colinas que por tanto tempo circundaram, como barreiras naturais, o casario aglutinado em seu interior. Rico em detalhes, gente, movimentos e histórias, esse registro singular transcende os olhares mais atentos, revolvendo o tempo para o ano de 1867, quando foi feito.

Figura 04: Cidade de Caetité. Autor desconhecido. 1867.³³⁸



Fonte: Biblioteca Nacional.

Arquivada como parte da coleção da Imperatriz Thereza Christina Maria, esposa de D. Pedro II, a fotografia também demarca o ano em que a vila de Caetité foi elevada a cidade e, de forma mais indireta, o ano da nomeação de José Antônio Gomes Neto a juiz de Direito. O que motivou esse registro e sua relação com os pertences da Imperatriz são perguntas sem respostas, contudo, mesmo sem intenção, o cenário captado nessa fotografia representa um fragmento importante da vida de José Antônio Gomes Neto, sua residência, os espaços em que ele transitou, trabalhou, exerceu suas devoções religiosas, conviveu com amigos e familiares.

Com o auxílio de uma lente de aumento é possível enxergar o movimento da cidade. Um grupo de homens usando casaco preto e calça clara, posicionados em frente

³³⁸Biblioteca Nacional. Iconografia. Cidade de Caetité. 1867. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon832167/icon832167.jpg. Acesso: 23/08/2018.

à casa mais próxima do fotógrafo, parecia observar e até posar para o registro. Uma mulher de vestido comprido, como de costume, também espreitava à porta e pelo menos duas crianças circulavam por ali. Esses são os sujeitos que aparecem mais nitidamente, porém, outros tantos estão sombreados ou escondidos.

Entre os quase 200 telhados que foi possível captar, estavam os de alguns sobrados e casarões mais suntuosos, com grandes quintais cercados por muros de adobe, alguns deles deixando entrever varais com roupas secando ao sol, além dos porões, talvez senzalas. Entre os telhados destaca-se o da residência de José Antônio Gomes Neto, com seis janelas de fundo e um quintal arborizado, localizada na rua de São Benedito, que fazia referência à igreja dedicada ao santo negro, posicionada bem em frente à casa do magistrado. A igreja de São Benedito, que tinha aos fundos um cemitério para enterramento dos confrades e de seus escravizados, foi construída em 1833. Sua torre central e as cinco janelas frontais não ficaram ocultas na fotografia acima. Outras torres de igrejas e cemitérios sobressaem na imagem, a de uma pequena capela localizada na rua acima da de São Benedito, possivelmente uma construção ainda modesta da igreja de São João, que deve ter sido ampliada anos depois e, um pouco mais acima, já nas encostas do morro, de ao menos dois cemitérios e o Mausoléu dos Cotrim. Ainda olhando para os morros vê-se o traçado da estrada que seguia para o povoado de Brejinho das Ametistas, Umburanas e outros destinos rumo à Minas Gerais.

Na parte central da fotografia observa-se o Largo da Matriz, com a igreja ao lado esquerdo, datada de meados do século XVIII, onde se acolhia a irmandade do Santíssimo Sacramento. Embora só apareçam as construções católicas, outras crenças certamente se manifestavam, se não pelas ruas, talvez nos interiores e quintais. Ao fundo da matriz, um aglomerado de gente e sombras opacas de cavalos arreados nas portas da redondeza sugerem que era dia de feira livre. O mercado municipal da praça do alegre só seria construído trinta anos depois. Outro movimento também é observado no Largo do Severino, em frente ao prédio da casa de câmara e cadeia. Como delegado municipal, e, posteriormente, como juiz de Direito, esses eram espaços frequentemente transitados por José Antônio Gomes Neto, assim como as igrejas, as residências de amigos, familiares e, por vezes, os cemitérios.

Doze anos depois dessa fotografia, o engenheiro Teodoro Sampaio (1905, p. 113) de passagem por Caetité, descreveu a cidade como a “corte do sertão”. Sua estada na fazenda Santa Bárbara, de propriedade do magistrado Gomes Neto, talvez o tenha

influenciado a publicar esse bom conceito, pois, afinal, tratava-se não só de um indivíduo abonado, mas de alguém que havia transitado por espaços seletos da sociedade oitocentista, a exemplo da faculdade de direito de Olinda e da assembleia provincial da Bahia. Vivendo no sertão, continuava a fazê-lo por meio de cartas e amigos. Antenado com o seu tempo e ciente de sua condição privilegiada, não se abstinha da leitura de jornais que circulavam no império, ou mesmo fora do país, tampouco do consumo de produtos importados, vendidos no Rio de Janeiro e na Bahia, para citar apenas algumas práticas. Em resumo, pode-se dizer que o anfitrião do cientista Theodoro Sampaio, a despeito da distância, cultivava um estilo de vida consistente com o padrão nacional, emanado, antes de mais nada, do seu próprio padrão. Quiçá, não fosse o único daquela cidade. É sobre essa noção de riqueza e prestígio que o presente capítulo vai tratar.

Ensaio para a nobreza

Com a vinda da família real para a colônia do Brasil, a corte portuguesa foi trazida e recriada aos moldes do que era possível. Na tentativa de adaptar a realidade europeia em solo americano e tropical, d. João abriu as portas para as primeiras e grandes inovações civilizatórias na colônia, sem deixar de pagar pelos favores que recebia, sobretudo das elites cariocas, com “títulos e honras”. Já no Primeiro Reinado, em meio aos embates que envolveram a Constituição de 1824, quase não se notou, por tradição e costume, que ao Imperador foram assegurados os mesmos direitos comuns a monarcas europeus no que diz respeito à concessão de “títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa de serviços prestados ao Estado” (SCHWARCZ, 1998, p. 160).

Com a nobilitação instituída constitucionalmente e vinculada ao imperador, algumas originalidades, como a não hereditariedade do título, são observadas. Nos trópicos, a nobreza de sangue estava resguardada apenas à família real. Mesmo assim, desde a chegada de d. João até o “enraizamento da corte tropical”, durante o projeto monárquico de d. Pedro II ampliou-se consideravelmente o número de títulos nobiliárquicos entre os brasileiros: “só no período que vai de 1870 a 1888, ano do final do reinado de d. Pedro, o monarca criaria 570 novos títulos” (SCHWARCZ, 1998, p. 160).

Ser nobre, o que correspondia a ser notável e ilustre, era uma distinção social revestida de prestígio e atestada pela monarquia. Reafirmados pelo uso do brasão, duques, marqueses, condes, viscondes e barões, ocupavam diferentes níveis na escala de nobreza implementada nos trópicos, sendo o título de duque o maior deles, em oposição ao de

barão. Mais de um título poderia ser acumulado, o que estimulava não só a conquista da nobiliarquia como a sua ascensão, o que era adquirido, no Brasil, por meio de serviços diversos prestados ao Estado e ao rei, tais como “provas de patriotismo”, “serviços na Guerra do Paraguai”, entre outros, diferenciando assim a nobreza de sangue europeia da nobreza meritória dos trópicos. (SCHWARCZ, 1998, p. 161).

Esse desejo de nobreza disseminado entre os brasileiros alcançou José Antônio Gomes Neto, no alto sertão baiano. Ao lado da crescente carreira jurídica e política havia uma preocupação em preservar seu *status* pelo reconhecimento da sua posição social e riqueza, por isso cultivava gostos e aparatos peculiares à sua pretensa distinção. Essa ambição pela nobreza não nasceu no fim da sua vida, após uma carreira consolidada como magistrado, como político, ou mesmo decorrente de uma posição incontestável de riqueza. Quiçá, ela já existisse no coração do seu pai quando planejou enviá-lo para a corte tão logo concluísse o curso acadêmico. Ou, talvez, viesse de mais longe, já que seu avô materno, conforme mencionado no capítulo anterior, tinha indicativos de ser dono de uma comenda real. Além disso, mesmo as patentes observadas entre os seus familiares serviam para estimular o “gosto por títulos honoríficos” (MATTOSO, 1992, p. 227). Olhando em retrospectiva, as aspirações da sua família serviram de incentivo para que ele acumulasse meios comprobatórios da sua distinção e fidelidade ao império, objetivando usá-los no momento oportuno como moeda de troca junto à monarquia.

Era recorrente no sertão enfrentarem-se períodos de seca e desabastecimento. Em proporções diferenciadas, esses momentos afetavam a todos, impelindo as lideranças locais a buscarem ajuda junto ao governo central, dadas as condições de mendicância e miserabilidade que se alastravam entre os mais pobres, como se registrou nos anos finais da década de 1850. O presidente da província da Bahia à época, Herculano Penna, considerando “as representações que lhe foram dirigidas acerca do estado lastimoso da população indigente” da Comarca de Rio de Contas “em consequência do alto preço a que tem chegado os gêneros alimentícios”, determinou que fossem organizadas comissões para distribuição de alimentos entre os pobres: “800 alqueires de farinha e 300 de feijão”³³⁹. Essas comissões, formadas em janeiro de 1860 nas vilas de Santa Isabel do Paraguaçu, Rio de Contas, Lençóis e Andaraí, foram compostas por homens de destaque e de notória confiança, entre os quais estava José Antônio Gomes Neto, então juiz municipal e delegado suplente da vila de Santa Isabel do Paraguaçu.

³³⁹ Relatório dos trabalhos do conselho interino de Governo (Bahia). 1823-1889. 2 de novembro de 1859.

O decreto do presidente da província deixava claro que os comissionados deveriam arcar com certas despesas, ainda que buscando auxílio entre tropeiros e fazendeiros, não só para o frete dos alimentos como para o provimento de uma quantidade maior, caso houvesse necessidade. Acerca dos custos deveriam dar “circunstanciada notícia ao Presidente da Província para ser também presente ao Governo Imperial”³⁴⁰.

A participação em comissões dessa natureza, além de reafirmar determinadas posições de prestígio e *status*, era uma oportunidade de prestar serviços ao Estado, o que, posteriormente, poderia reverter-se em honrarias diversas, ou outras formas de reconhecimento. Essas comissões também se constituíam em espaços privilegiados de poder devido à possibilidade de as lideranças locais barganharem interesses junto à população mais carente, ou mesmo de serem vistas como pessoas caridosas e de elevada influência política, capazes de socorrer aos necessitados, às vezes seus próprios escravizados e agregados, por meio de recursos públicos.

A participação em comissões assistencialistas ocorreu em outros momentos da vida de Gomes Neto e, sem dúvidas, ele sabia que esse tipo de serviço poderia ser usado como degrau na soma dos esforços exigidos para alcançar a nobilitação, visto que ele mesmo escreveu sobre si em uma carta de apresentação onde pretendia justificar seu merecimento de um título de nobreza: “na fome de 1860 socorreu a muitas pessoas desvalidas, e o que continua a fazer em todas as ocasiões que se oferecem quase todos os dias”.³⁴¹ Ciente de que esse caminho deveria ser construído paulatinamente, José Antônio Gomes Neto, tão logo foi nomeado juiz municipal de Caetité, em 1860, preocupou-se em requerer junto às câmaras municipais, delegacias, promotorias e comarcas das vilas de Rio de Contas, Santa Isabel, Lençóis, Urubu, bem como junto a moradores de destaque dessas mesmas vilas, comandantes superiores, juízes e subdelegados, atestados de boa conduta que comprovassem seu comportamento durante o tempo em que ali prestara serviço:

o bacharel José Antônio Gomes Neto, atual juiz municipal e delegado de Caetité, precisa a bem do seu direito, que Vossa Senhoria lhe ateste, qual o seu comportamento, durante o tempo em que residiu nesse lugar, não só enquanto a sua vida privada, como na qualidade de Delegado desse termo e de Juiz Municipal suplente. E receberá mercê.³⁴²

³⁴⁰ Relatório dos trabalhos do conselho interino de Governo (Bahia). 1823-1889. 27 de janeiro de 1860.

³⁴¹ APMC.AFBC.JAGN.5.2.1

³⁴² APMC.AFBC.JAGN.5.2.3

O total de treze atestados foi guardado com esmero. Uns diziam que ele havia sido bem acolhido na referida vila devido ao seu excelente comportamento, outros declaravam que ele se distinguiu por sua inteligência e zelo; que era reconhecido como um cidadão honrado, chefe de família digno dos maiores elogios; que sua atuação não poderia ser manchada pela calúnia, pois fora sempre imparcial no seu julgamento. Não se sabe dizer se ele instruiu o texto dos atestados ou se havia uma padronização comum a esse tipo de documento. De todo modo, apesar dos adjetivos variados, todas as declarações giravam em torno da mesma mensagem: “atestamos que o suplicante durante o tempo em que residiu nas Lavras teve comportamento exemplar e como delegado e juiz municipal suplente mereceu louvores por sua inteligência e zelo no desempenho do serviço público a seu cargo”³⁴³.

Esses e outros indícios demonstram que a nobilitação não era uma perspectiva alheia a Gomes Neto, embora talvez ainda se achasse aquém dos pré-requisitos exigidos para aquisição de um título. Contudo, formulando estratégias para aproximar-se desse objetivo, ele ponderou a possibilidade de seu sogro alcançar o agrado do Imperador, haja vista que era Comandante Superior da Guarda Nacional, proprietário abastado e conhecido entre os políticos baianos, dada sua influência. É difícil calcular se a iniciativa partiu de Gomes Neto ou do próprio João Caetano Xavier da Silva Pereira, que já era dono de comenda. Contudo, ter um nobre como sogro agregaria prestígio ao seu pedido, quando chegasse a hora. Nesse sentido, escreveu ao amigo Casimiro Sena Madureira em 1860, ano eleitoral, momento propício para barganhar interesses.

A resposta de Casimiro ao pedido de intervenção feito por Gomes Neto dizia: “[a respeito] do que você me pede para o Sr. João Caetano, seu sogro, é negócio que tem suas explicações íntimas, que só poderei pedir avistando-me com você ou com seu cunhado Bráulio, na Bahia”. Em outras palavras, ele estava dizendo que não era algo tão fácil de se conseguir, visto que exigia muita articulação e que teria um preço a ser pago, afora o de fato de ser algo muito discreto para se tratar por escrito. Na continuidade, ele disse que muitos poderosos da Bahia queriam a mesma coisa e não alcançavam e que “o Imperador gosta de ouvir minuciosamente sobre o candidato, as pessoas que o apresentam, além de ser precisa uma doação para o Hospício de Pedro Segundo”.³⁴⁴

³⁴³ APMC.AFBC.JAGN.5.2.2

³⁴⁴ APMC.AFBC.1.9.3

Como esclarece Mariana Muaze (2008, p. 38), que acompanhou a conquista da nobilitação por parte de Joaquim Ribeiro de Avellar, proprietário da Fazenda Pau Grande, no Rio de Janeiro, a aquisição de títulos “se colocava como um elemento primordial para a conquista de importância social. O quesito fortuna foi incorporado pela nobilitação porque, salvo exceções por mérito, para se obter titulação era necessário um bom cabedal”. O pretendente analisado pela autora ansiava obter o título de barão para, enfim, casar seu filho com uma moça distinta da corte. Para tanto, realizou durante três anos incumbências econômicas e sociais entre as quais estavam as contribuições ao Hospício Pedro II. Nesse caso, até se conseguir a nobilitação de barão de Capivary, a autora calcula que foram gastos entre 10 a 15 contos de réis na compra do título, conforme a média apresentada por um nobilitado daquela região, o barão de Paty de Alferes, em 1852 (MUAZE, 2008, p. 41).

Em relação aos valores, pode-se afirmar que eram cabíveis à realidade de ricos proprietários sertanejos como João Caetano Xavier da Silva Pereira, que possuía, em 1867, quando faleceu, só em dinheiro de contado, mais de cem contos de réis.³⁴⁵ Todavia, diferentemente do barão de Capivary e de outros nobres do Império, residindo no sertão da Bahia, era mais difícil obedecer à “etiqueta da conquista”, baseada em “visitas à corte, conversas com ministros e participação em cerimônias públicas no Paço” (MUAZE, 2008, p. 40). Sendo assim, era imprescindível ter um intermediário muito bem relacionado na corte. No caso do coronel João Caetano, com o avançar da idade e a vida dedicada às atividades da fazenda Campos (onde residia), seu genro Gomes Neto tornou-se o principal interlocutor nos assuntos políticos e mediador de acordos junto a lideranças da capital da província e da corte, conforme ele mesmo escreveu em carta enviada ao genro em dezembro de 1860: “li as cartas q mandou e as do Spínola e do Paranaguá lhes serão enviadas”. A do Casimiro também seguia junto às demais e sobre ela dizia estar de acordo “com tudo que tens deliberado”³⁴⁶, referindo-se, muito provavelmente, à compra do título nobiliárquico. Dessa vez, contudo, a intenção não foi adiante. Os motivos são desconhecidos e, por certo, de ordem pessoal, já que o assunto desaparece das cartas sem deixar vestígios. Gomes Neto, por sua vez, seguiu atento às brechas que iam surgindo e que poderiam ser computadas como boas prerrogativas a seu favor.

³⁴⁵ APMC. AFBC.JAGN.8.18.2 (p.9).

³⁴⁶ APMC.AFBC.JAGN. 1.14.8

Para além do patriotismo: doações e serviços prestados durante a Guerra do Paraguai

Era prática comum no século XIX manter-se um caderno de notas para registros de gastos e despesas. José Antônio Gomes Neto era criterioso nesse aspecto e, por sorte, alguns dos seus cadernos foram preservados. Como delegado, muitas vezes as despesas com o pagamento de praças, deslocamento de recrutas, entre outras da mesma natureza eram arcadas por ele, para posteriormente serem ressarcidas pelos cofres públicos. A distância entre o sertão e a capital baiana e a morosidade nas comunicações escritas favoreciam esse tipo de acordo praticado entre as autoridades competentes. Considerando as exigências para obtenção de títulos nobiliárquicos no Brasil oitocentista e as intenções nutridas por José Antônio Gomes Neto, destacam-se algumas anotações no seu caderno de notas, em junho de 1861:

Tabela 15: Despesas com recrutas enviados à capital – junho de 1861³⁴⁷

15 de junho de 1861	Dinheiro p ^a diárias de 9 recrutas do dia 1 a 5 de junho	45\$000
	Dinheiro p ^a os mesmos de 15 ao último	144\$000
	Dinheiro a seis condutores dos mesmos até a capital	150\$000
	Dinheiro aos mesmos - viagem de volta em 26 de junho	150\$000
	Total	489\$000

Por aqueles dias um navio britânico *Prince of Wales*, com destino a Buenos Aires, encalhou na costa do Rio Grande do Sul. A tripulação desapareceu e o navio foi saqueado. Esse acontecimento desencadeou uma crise diplomática entre o Brasil e a Inglaterra, cujas relações já estavam estremecidas devido a fatos envolvendo a liberdade de africanos no Brasil. Sem se ater aos detalhes, importa dizer que o embaixador britânico William Christie insistia em um pedido de desculpas e indenização por parte do governo brasileiro, chegando a bloquear o porto do Rio de Janeiro, em 1863. Esses desacordos, que na época ficaram conhecidos como “Questão Inglesa” ou “Questão Christie”, foram exaltados a ponto de se cogitar a possibilidade de uma guerra. O assunto logo tomou as gazetas do império e circulou pelo país, incitando os ânimos nacionalistas e motivando subscrições

³⁴⁷ APMC.AFBC.JAGN. 8.18.1 p. 1

populares para arrecadação de fundos³⁴⁸. Do alto sertão da Bahia, José Antônio Gomes Neto mostrou-se atento aos fatos ocorridos na corte imperial, bem como ao comportamento das elites da época em momentos como esse. Como ainda não havia sido ressarcido pelo dinheiro empregado nas diárias e na condução dos recrutas, em 1861, ele voltou ao seu caderno de notas e, com uma tinta mais escura fez a seguinte anotação: “ofereci à Nação na questão inglesa”³⁴⁹, referindo-se aos 489\$000 que gastara do seu próprio dinheiro, conforme mencionado acima.

Dessa vez, contudo, os ânimos foram acalmados antes que se deflagrasse uma guerra. Todavia, pouco tempo depois, a Guerra do Paraguai surgiu como uma oportunidade singular de prestar serviços à coroa e demonstrar patriotismo. Atuando como delegado municipal de Caetitê, Gomes Neto envolveu-se diretamente no alistamento dos chamados “voluntários da pátria”, dispondo de quantias em dinheiro para o transporte desses homens até a capital da Bahia e para outros fins relacionados ao conflito.

Para se entender melhor essa atuação, é preciso compreender minimamente o contexto do que foi considerado o maior conflito armado da América Latina, ocorrido de 1864 a 1870, cujos motivos ainda hoje são debatidos entre historiadores. Todavia, apesar deles e da considerada vitória brasileira, os anos da guerra foram longos e extenuantes para a nação³⁵⁰. Sem condições de enfrentar, somente com as forças do exército, um

³⁴⁸ Esse assunto é melhor detalhado pela autora Beatriz Mamigonian (2011, p. 25), que explica: “quando as demandas exageradas do ministro britânico William D. Christie relativas à indenização pelo naufrágio do *Prince of Wales* e ao tratamento dos oficiais do Forte culminaram no bloqueio do porto do Rio de Janeiro e forçaram o governo brasileiro a pedir o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países no início de janeiro de 1863, as ações do ministro britânico ganharam publicidade nacional e excitaram os ânimos nacionalistas. Subscrições populares arrecadaram fundos para o caso de uma guerra; o Imperador falou ao povo e foi aclamado com fervor; e Christie partiu temendo ser atacado na rua.14 Embora o governo brasileiro nunca tenha admitido nos relatórios ou correspondência oficial publicada que a “questão inglesa”, como era chamada, tenha se agravado por causa da insistente defesa de Christie pela liberação dos africanos livres sob tutela e pelo direito à liberdade dos africanos importados por contrabando, isso dificilmente escapou aos contemporâneos e deixou de ganhar publicidade durante toda a crise, que se arrastou por 1863 e 1864, sendo apenas resolvida depois que o rei Leopoldo da Bélgica arbitrou em favor do Brasil e depois que D. Pedro II recebeu de Edward Thornton, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da coroa britânica, o pedido de reatamento das relações diplomáticas em Uruguaiana, em setembro de 1865”. Em livro recente, intitulado *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*, a autora dedica um capítulo a discutir essa questão. Ver: MAMIGONIAN (2017).

³⁴⁹ APMC.AFBC.JAGN. 8.18.1 p. 1

³⁵⁰ Para Vitor Izecksohn (2017, p. 418): “a Guerra do Paraguai foi a última das crises platinas, destacando-se pela duração, pelo grau de mobilização popular e violência. O mais longo conflito militar das Américas proporcionou mudanças tanto nas relações entre os estados envolvidos como também na dinâmica interna dos países beligerantes. Para a história do Segundo Reinado, as causas e consequências dessa guerra permanecem fonte de interpretações bastante diversas. Poucos temas foram objeto de mudanças de enfoque tão grandes, gerando ondas de revisão que seguem transformando a visão do conflito”.

conflito de crescente proporção nas fronteiras do Sul brasileiro, o imperador D. Pedro II apelou “para o sentimento patriótico do povo brasileiro, criando, para o serviço extraordinário da guerra os batalhões denominados de Voluntários da Pátria” (RODRIGUES, 2001, p. 8).

Antes disso, as notícias sobre as hostilidades paraguaias praticadas contra os brasileiros da fronteira mato-grossense correram o país por meio de jornais e manifestações públicas de indignação. À pretensa visão de barbárie, veiculada à época, imputada ao governo paraguaio, contrapunha-se aquela de cunho civilizatório associada à monarquia constitucional do império e reforçava o sentimento patriótico de pouco afluído entre os brasileiros, fazendo surgir, em todas as províncias, sociedades organizadas em prol da “coleta de donativos” e de “voluntários” (IZECKSOHN, 2017, 396-7). Nos primeiros seis meses de 1865, a mobilização em prol da guerra surpreendeu as autoridades. Os donativos incluíam “imóveis, dinheiro, serviços e escravos, que eram libertos sob a condição de servir”. A expectativa de uma guerra curta e a oportunidade de auferir benefícios com os serviços prestados ao governo motivou muitos voluntários. Conforme descreve Vitor Izecksohn (2017, p. 399), as promessas feitas aos “Voluntários da Pátria” envolviam “terras, empregos públicos e pensões”, o que garantiu o recrutamento em todas as partes do país.

No alto sertão da Bahia, a milhares de quilômetros das áreas do conflito, o decreto que noticiava as emergências do governo e as “convulsões da Pátria” foi propagado em fevereiro de 1865. O presidente da câmara municipal de Caetité, juntamente com alguns vereadores, saiu às ruas acompanhados de “música, corneta e inumeráveis pessoas”, repetindo o decreto, na íntegra, em todas as esquinas da vila, “o que se finalizava sempre pelos sons dos acordes de instrumentos, sobressaindo a tudo o grito de vivas à Sua Magestade o Imperador, à Religião e à Constituição”. Depois disso, cópias do decreto foram encaminhadas às subdelegacias da vila e afixadas em locais públicos, conclamando a colaboração das autoridades para “tão patriótico ato”. Conforme foi narrado em carta enviada ao presidente da província da Bahia, a câmara municipal de Caetité então se comprometia “a adquirir um número de voluntários que, ciosos pela honra da Nação, engrossem as turmas dessas valentes legiões”.³⁵¹

³⁵¹ APEB. Correspondências de presidente da província. Câmara de Caetité. Maço 1270. 7 de março de 1865.

A propaganda patriótica atravessou os sertões da Bahia e sensibilizou as mais diversas iniciativas. Marcelo Rodrigues (2001, p. 28) relata casos de fazendeiros como o “Major da Guarda Nacional João Evangelista de Castro Tanajura”, descrito como “moço rico” que “organizou formoso corpo de gente escolhida no sertão, vestiu-o, alimentou-o e transportou-o até a capital, onde foi aquartelado a fim de seguir para o Sul”. Em outro texto, o mesmo autor salienta a iniciativa da professora pública da vila de Caetité, Maria José de Barros N. Aranha, que dedicou 5% do seu ordenado aos dispêndios da guerra (RODRIGUES, 2004, p. 13) e, certamente, ela não foi a única. Jovens do sertão, autorizados por suas famílias, também se empenharam nessa campanha patriótica na condição de médicos e estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia, uma categoria para a qual as vantagens pecuniárias oferecidas pelo Governo eram atraentes e recompensadoras³⁵². Entre eles, destacam-se: Aristides Spínola César Zama, caetiteense, sobrinho do Coronel Antônio Spínola; Deocleciano Pires Teixeira, de Brejo Grande (Ituaçu), futuro genro do Coronel Spínola e político de Caetité; e Joaquim Manoel Rodrigues Lima, sobrinho, afilhado e futuro genro de José Antônio Gomes Neto, todos posteriormente reconhecidos no âmbito político da Bahia.

Da cidade de Corrientes, na Argentina, o estudante Joaquim Manuel Rodrigues Lima recebeu, em maio de 1866, mais uma carta de Manuel Brandão, negociante residente na Bahia e amigo de sua família, que o aconselhava a voltar o quanto antes para o Brasil. Em resposta, o estudante relatou seu desejo de retornar imediatamente, considerando estar perdendo “estupidamente” o seu tempo. Todavia, dependia da vontade soberana do Marquês de Caxias, por isso planejava estar na Bahia em outubro daquele ano, terminando ou não a guerra. A notícia que tinha sobre o acampamento era “a junção do 2º corpo do exército com o 1º”, certamente devido à baixa de soldados. Percebe-se, dessa forma, que os médicos se concentravam em lugares diferentes do exército, distantes

³⁵² Conforme detalha Félix Júnior (2009, p. 312): “enquanto os Voluntários da Pátria foram pegos, em sua maioria, à força, receberam gratificações irrisórias, passaram por todo o tipo de dificuldades para serem incorporados às fileiras do Exército e da Armada, e ficaram expostos a todo o tipo de perigo de morte, os médicos civis, negociaram seus contratos, receberam excelentes gratificações pecuniárias, viajaram em vapores diferenciados e trabalharam, em sua maioria, em hospitais longe das frentes de combate, pouco expondo as suas vidas”. Entre as vantagens pecuniárias: “o médico recebeu 600 mil réis mensais, um salário do mês, a título de ajuda de custo e mais passagem gratuita. Os estudantes receberam 200 mil réis mensais, sendo 100 mil réis de ordenado e 100 mil réis de gratificação, ajuda de custo de 300 mil réis e mais passagem gratuita nos vapores. Para um melhor entendimento da grandeza dessas vantagens, em 1870, ano em que teve fim o conflito, um tenente médico cirurgião da Polícia Militar da Bahia recebia 90 mil réis mensais, e o governo estabeleceu a quantia de 600 mil réis para que um cidadão pudesse ficar isento de seguir para a guerra” (FÉLIX JÚNIOR, 2009, 308-9). Deve-se acrescentar, ainda, que os médicos civis receberam graduação de Alferes do Corpo de Saúde e pensão vitalícia.

das áreas de conflito. Além disso, informou que “a cólera havia completamente desaparecido, mas hoje testemunhei quatro casos no hospital de Suladero”, o que demonstra as circunstâncias a que estavam sujeitos os soldados, e, em menor medida, os médicos brasileiros.³⁵³ Não se sabe quando Joaquim Manoel retornou ao Brasil, contudo, em 1868, ele concluiu o curso de medicina na faculdade da Bahia. De acordo com Félix Júnior (2009, p. 324), a guerra serviu como plataforma para alavancar a carreira política desses médicos, conferindo-lhes maior “prestígio e destaque na sociedade, além de certo grau de confiança por parte das elites, que os viam como defensores dos interesses nacionais”.

Em Caetité, na posição de delegado municipal, José Antônio Gomes Neto atuou como responsável direto pelos alistamentos do sertão, movendo-se prontamente conforme as deliberações imperiais. Apenas dois meses após o anúncio do decreto oficial do Governo, ele já havia alistado “40 cidadãos, incluindo alguns Guardas Nacionais” (tabela 16). Nessa primeira leva, 39 voluntários seguiram para a capital, “ficando um por moléstia, que o tornou incapaz de seguir nessa ocasião”. A carta enviada pela câmara municipal de Caetité ao presidente da província da Bahia também informava: “não pesaram sobre os cofres públicos a despesa para a jornada” dos voluntários, “por ter promovido o mesmo Dr. Delegado – para esse fim – uma subscrição entre os habitantes d’este lugar”.³⁵⁴

A mesma carta relatava, ainda, que Gomes Neto já havia alistado mais seis voluntários desde o embarque da primeira turma. Em julho de 1865, outro documento declarava que ele, na condição de delegado municipal, enviou para a Bahia mais 15 voluntários no dia 22 de abril, “conduzidos pelo Capitão Anselmo da Costa Lima”, vereador de Caetité, “o qual se ofereceu para os acompanhar até essa Capital, fazendo toda despesa do seu transporte à sua custa”.³⁵⁵ Quando chegavam ao gabinete da presidência da província, essas informações geralmente eram publicadas em jornais e replicadas em cartas para o governo central, como se observa pelas anotações feitas

³⁵³ APMC.AFBC.JMRL.3.19.1

³⁵⁴ APEB. Correspondências de presidente da província. Câmara de Caetité. Maço 1270. 19 de abril de 1865.

³⁵⁵ APEB. Correspondências de presidente da província. Câmara de Caetité. Maço 1270. 15 de julho de 1865.

posteriormente nas cartas: “para a gazeta oficial”³⁵⁶, “imprima-se”³⁵⁷. Veiculadas, essas notícias não só estimulavam outras iniciativas semelhantes, como também selavam uma cadeia de méritos que se pretendiam reconhecidos, tanto por parte das lideranças provinciais, como da câmara de Caetité e, principalmente, do delegado Gomes Neto.

Os nomes e os serviços prestados deveriam ser difundidos com clareza, sem equívocos, pois, afinal, eram a prova de homens de atos os mais patrióticos. Por esse motivo, Gomes Neto deve ter questionado junto à câmara de Caetité quando viu publicada a última notícia sobre os voluntários recrutados naquela região. Algum desajuste entre a supracitada carta remetida ao presidente da província em 15 de julho e a matéria veiculada em jornal deve ter ocorrido, pois, em outubro de 1865, outra missiva foi enviada pela câmara de Caetité, reiterando as informações. Esse documento tinha o propósito de esclarecer qualquer ambiguidade que possivelmente havia sido mal interpretada na carta anterior. Agora, com mais clareza, reafirmava-se que “os voluntários foram alistados pelos esforços e solicitude do Dr. Delegado deste Termo – José Antônio Gomes Neto – e que esta Câmara somente cooperou para a viagem dos mesmos até a Capital”. Embora reiterasse que, “para a condução e despesa”, “generosamente se ofereceu o vereador Capitão Anselmo da Costa Lima”³⁵⁸. O documento tinha claro propósito de endossar as ações de Gomes Neto, colocando-o como agente principal daquele recrutamento. Na capital, a correspondência foi recebida e anotada: “retifique”, dando a entender que a notícia foi novamente veiculada na imprensa, agora, com os devidos méritos ao delegado de Caetité.

Tabela 16: Lista dos Voluntários da Pátria recrutados por José Antônio Gomes Neto, delegado de Caetité, em abril de 1865³⁵⁹.

1	Antônio de Souza Gomes	21	Olympio Marciano de Magalhães
2	Emiliano Pereira de Azevedo	22	Marciano de Souza Barrem
3	Jozias de Souza Lima	23	Theophilo da Matta e Mello
4	José de Souza Lima	24	Antônio José Valadares
5	Belchior Pereira Guedes	25	Francisco de Figueiredo Rocha
6	Thomaz de Aquino R.	26	Ernesto Soares Publio
7	Antônio de Souza Lima	27	José Manoel de Carvalho
8	Fernando de Souza Lima	28	Manoel José de Carvalho

³⁵⁶ APEB. Correspondências de presidente da província. Câmara de Caetité. Maço 1270. 19 de abril de 1865.

³⁵⁷ APEB. Correspondências de presidente da província. Câmara de Caetité. Maço 1270. 19 de abril de 1865.

³⁵⁸ APEB. Correspondências de presidente da província. Câmara de Caetité. Maço 1270. Outubro de 1865.

³⁵⁹ APEB. Correspondências de presidente da província. Câmara de Caetité. Maço 1270.

9	José Theodoro da Silva	29	Antônio Pinheiro de Faria
10	Benedito Fernandes da Silva	30	Cândido José de Cerqueira
11	Clemente Moreira Rebordões	31	Ladislao Pereira de Castro
12	Antônio Borges de Carvalho	32	Antônio Martins Pacheco
13	Félix Gomes da Cruz	33	Ramyro Pereira de Mesquita
14	Polycarpo Xavier de Carvalho Cotrim	34	Francisco Paes d'Oliveira
15	José Antônio Pereira	35	Germano Ribeiro Guimarães
16	João Ferreira d'Azevedo (doente)	36	Pedro José Antônio
17	José Ribeiro de Vasconcelos	37	Porphyrio Rodrigues de Souza Teixeira
18	Aprígio Fernandes da Silva	38	João d'Araújo Castro
19	Belisário Borges de Carvalho	39	Anastácio Suares de Carvalho
20	Joaquim Ferreira de Carvalho	40	Justiniano Pereira Leal

Nas listas enviadas à Bahia, como essa acima, não há maiores informações sobre os assim chamados Voluntários da Pátria. Contudo, na documentação pessoal de José Antônio Gomes Neto foi preservado um único caderno de assentamento desses recrutas. Nele estão registrados 18 termos de apresentação para a Guerra do Paraguai, datados do mês de outubro e novembro de 1865 (tabela 17). Apesar de não ser objetivo deste estudo analisar o perfil de tais voluntários, não se pode deixar de observar alguns aspectos.

Primeiramente, os alistamentos eram feitos na casa de Gomes Neto, em Caetité, onde, possivelmente, ele executava a parte administrativa do seu trabalho como delegado. Ali os voluntários eram apresentados por pessoas de destaque da região, geralmente um capitão ou major da Guarda Nacional, o que indica um desdobramento da função atribuída a José Antônio Gomes Neto no que se refere ao recrutamento de homens no sertão. Os termos de alistamento eram semelhantes, redigidos pelo escrivão e assinados pelo delegado e pelo voluntário. Contudo, como a maioria deles era analfabeta, as assinaturas ficavam a cargo de quem os apresentou ou de alguma testemunha disponível no momento, como se exemplifica abaixo:

aos dezoito dias do mês de outubro de mil oitocentos e sessenta e cinco, nesta Vila de Caetité, em casa de morada do Doutor Juiz Municipal e Delegado José Antônio Gomes Neto, onde eu escrivão de seu cargo ahi presente Antônio Borges, filho natural de Joana de Tal, de idade de 18 anos, natural deste Termo, o qual ofereceu-se como voluntário da Pátria durante a guerra com a República do Paraguai, gozando de todas as vantagens concedidas pelas leis e decretos em vigor, o qual foi apresentado por Antônio Xavier Carvalho Cotrim, assinando a rogo do voluntário.³⁶⁰

³⁶⁰ APMC.AFBC.JAGN. 6.2.2

A partir desses termos é possível perceber a condição social dos alistados, em sua maioria jovens entre 18 e 25 anos, desprovidos de escolaridade, muitos deles filhos naturais, ou seja, de relações não oficializadas pela Igreja, alguns, como Antônio Borges, filhos de escravizados ou ex-escravizados, quiçá também cativos. Nesse grupo destaca-se o caso específico de Manoel Pereira de Aguiar, que, na verdade, era um escravizado fugido, que se chamava Felício, e que viu no alistamento uma oportunidade de livrar-se da sua condição de cativo. Como a façanha foi descoberta a tempo, ele não foi encaminhado à guerra, mas, certamente, devolvido ao seu senhor. Já entre os mais abastados e letrados, observa-se a prática de reforçar a filiação, declarando não só o nome dos pais, como dos avôs e, em alguns casos, dos bisavôs, deixando sempre em evidência a patente da Guarda Nacional do ascendente no intuito de preservar o *status* familiar e receber um tratamento diferenciado dos demais recrutas (ver tabela 17).

Nesse caderno de alistamento nota-se que muitos homens acabaram não indo para a guerra. Os motivos não foram declarados, mas, como já se caminhava para o final de 1865, era de se esperar que o voluntariado diminuísse. Sobre esse contexto, Vítor Izecksohn (2017, p. 401) explica:

aos poucos o estado de espírito foi mudando no Império. A campanha mostrava-se longa e difícil. A morosidade das operações, os sérios problemas de infraestrutura, o grande número de baixas por doenças, o desamparo das famílias dos soldados e a necessidade de ampliação dos contingentes foram tornando o recrutamento cada vez menos atraente.

Para o ano de 1866 já não foi encontrado nenhum indicativo de alistamento em Caetité. As correspondências enviadas pela câmara municipal ao presidente da província também não mencionam voluntários despachados após 1865, o que coincide com o desprestígio geral e a insatisfação que minavam o recrutamento no Brasil. Mesmo assim, José Antônio Gomes Neto declarou que remeteu para a capital da Bahia, durante a Guerra do Paraguai, “quase cem voluntários sem que o Governo dispendesse quantia alguma, além de muitos recrutas, gastando com a remessa desses, 500\$ que ofereceu ao Governo e de parte dos seus vencimentos durante a dita guerra”.³⁶¹

Esse interesse pela campanha da guerra, conforme dito anteriormente, ia além do destemido espírito patriótico ou do cumprimento de suas funções como delegado de Caetité. Não se pode esquecer que, de 1865 a 1868, seu amigo João Lustosa da Cunha Paranaguá transitou entre os Ministérios da Justiça, da Guerra e das Relações Exteriores,

³⁶¹ APMC.AFBC.JAGN.5.2.1

posições que o colocavam frente a frente com os assuntos da guerra. Naquele momento delicado para o país, qualquer esforço empreendido junto às lideranças locais seria bem visto e recompensado. Por outro lado, vindo da parte dele, um pedido de auxílio jamais poderia ser negado pelo colega de Caetité.

As relações existentes entre Gomes Neto e Paranaguá certamente estimularam as doações e o recrutamento empreendidos no alto sertão. Se por um lado esses feitos soavam como prova de lealdade ao amigo que se via pressionado em suas funções ministeriais por causa da guerra, por outro, eles eram estimulados pela oportunidade ímpar de prestar serviços à Coroa, o que, posteriormente, poderia ser usado como pesado medalhão para um título nobiliárquico. E, de fato, se para muitos combatentes, escravizados e pobres, as recompensas prometidas pelo Governo em nome do patriotismo jamais foram desfrutadas, para homens como José Antônio Gomes Neto, cujas vidas permaneceram intactas, em termos de riscos inerentes a um conflito armado, o reconhecimento foi notório, no momento oportuno. No seu caso particular, os serviços prestados em favor da Guerra do Paraguai somaram-se a outras iniciativas, como as mencionadas participações em comissões caritativas, bons referenciais de conduta e outros prestígios acumulados ao longo da vida. O título de barão de Caetité só veio quase 20 anos depois, em 1880, depois de um tempo bem maior do que ele esperava. Contudo, sem perder o foco, Gomes Neto continuou perseguindo sua aspiração à nobiliarquia, conforme se verá no último capítulo.

Ao longo do texto será possível dimensionar com mais clareza a importância desses esforços empreendidos nos anos iniciais da sua carreira, os quais tornaram a década de 1860 importante em sua trajetória não apenas pelas conquistas políticas e na magistratura. Sua vida familiar e financeira também passou por mudanças significativas naqueles anos, especialmente devido à morte dos seus sogros, ocorrida no ano de 1867, e o casamento da sua filha mais velha, Maria Victória de Albuquerque, em 1869, com o seu sobrinho e afilhado, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, médico egresso da Guerra do Paraguai e recém-formado pela Faculdade da Bahia. Esses acontecimentos perpassam pelos tópicos a seguir.

Tabela 17: Alistamento de Voluntários da Pátria para a Guerra do Paraguai (outubro e novembro de 1865)³⁶²

Nº	Nome	Filiação	Naturalidade	Idade	Est. Civil	Escolaridade	Observação
1	Miguel Ângelo da Silva	-	Rio de Contas	45 anos	Solteiro	Analfabeto	Não vai por estar doente
2	Antônio Borges	Filho natural de Joana de Tal	Termo de Caetité	18 anos	Solteiro	Analfabeto	-
3	José Antônio de Brito Gondim	Filho legítimo de Manoel de Jesus Britto e D. Anna Maria de Oliveira, neto por parte materna do Capitão Luís de Fonseca Ferreira de Souza e por parte paterna do Capitão Antônio de Brito Gondim	-	25 anos	Solteiro	Alfabetizado	Não foi
4	Clemente Soares de Oliveira	Filho legítimo de Manoel Pedro Soares de Oliveira e D. Clemência Garcia Leal, neto do Capitão Bento Garcia Leal e Bisneto do Coronel Manoel Borges de Carvalho	-	40 anos	Solteiro	Alfabetizado	
5	Marcos Teixeira Chaves	Filho natural de Demétria Nogueira da Silva, já falecida.		28 anos	Solteiro	Alfabetizado	Não foi
6	Ângelo José de Souza	Filho natural de Angélica dos Santos	Freguesia do Gentio	20 anos	Solteiro	Analfabeto	Não foi
7	Pedro Garcia Leal	Filho legítimo de João Ferreira de Souza	-	24 anos	Solteiro	Analfabeto	

³⁶² APMC. AFBC. JAGN. 6.2.2

8	Benedito José Soares	Filho natural de Maria dos Santos	Termo de Caetité	20 anos	Solteiro		Não foi
9	Cândido Desidério Bispo	Filho natural de Romana Maria de Jesus	Termo de Caetité	19 anos	Solteiro	Analfabeto	
10	Benedito dos Santos Caldeiras	Filho legítimo de Vicente dos Santos	Termo de Caetité	20 anos	Solteiro	Analfabeto	Não foi
11	Joaquim de Oliveira	Filho legítimo de Ignácio Paulista e Carlota Maria de Jesus	Termo de Caetité	20 anos			
12	Francisco José Bezerra	Filho natural de Ana Bezerra de Oliveira	Termo de Caetité	21 anos	Solteiro		
13	Felipe Ribeiro do Nascimento	Filho legítimo de Manoel de Miranda Ribeiro do Nascimento	Freguesia de Caetité	18 anos	Solteiro	Analfabeto	Não foi
14	Manoel Pereira de Aguiar	Filho legítimo de Antônio Pereira de Aguiar	Termo de Rio Pardo – MG	20 anos	Solteiro	Analfabeto	No ato da assinatura soube-se que é escravo, chamado Felício, de João Pereira, residente da Gurutuba, província de Minas
15	Antônio Rodrigues	Filho legítimo de Antônio Rodrigues	Termo de Caetité	18 anos	Solteiro	Analfabeto	Não foi
16	Martiniano dos Santos Caldeiras	Filho legítimo de Amâncio dos Santos Caldeiras	Termo de Caetité	18 anos	Solteiro	Analfabeto	
17	Higino de Souza Barros	Filho natural de Maria da Conceição	Termo de Caetité	36 anos	Solteiro	Alfabetizado	
18	Manoel Custódio	Filho legítimo de Custódio Rodrigues da Franca	Cidade de São João Del Rei – MG	36 anos			

Assegurando a riqueza e o *status* da família

Antes de prosseguir com a discussão sobre a vida política do magistrado José Antônio Gomes Neto, é fundamental entender como sua família e suas economias estavam organizadas. Conforme dito no segundo capítulo, quando retornou a Caetité, depois de concluir o curso jurídico, Gomes Neto casou-se com Elvira Benedita de Albuquerque e com ela teve três filhas: Maria Vitória, Rita Sophia e Sophia. Esse matrimônio não representou apenas a constituição de um novo núcleo familiar, mas impactou a vida de Gomes Neto em diversos sentidos, político, social e, sobretudo, financeiro, conferindo-lhe maior prestígio e poder.

Na década de 1860, a família de sua esposa fatidicamente se dissipou quase por inteiro. Quando seu sogro faleceu, em maio de 1867, já havia sofrido a desventura de perder todos os filhos do sexo masculino: Aprígio, Speridião e, por último, Bráulio Xavier. Sua sogra, tão logo ficou viúva, também veio a falecer, restando apenas Elvira e suas irmãs, Atília e Mariana. As causas das mortes sucessivas são desconhecidas, embora seja recorrente na documentação familiar referências a surtos de febres e outras doenças que nesse período grassavam não só na Bahia, de onde Bráulio Xavier escreveu em 1862: “no dia 9 e 10 tive febre, mas felizmente cedeu a um vomitório que tomei”³⁶³, como também no sertão, conforme informou José Antônio Gomes Neto em correspondência enviada ao presidente da província, em 1866: “tenho a satisfação de participar a V.Ex^a que as febres que invadiram as povoações das Umburanas, desapareceram dali”³⁶⁴. Da Fazenda Campos, onde residia o coronel João Caetano, frequentemente se noticiava o estado de saúde da família e, se doentes, dos escravizados também, como em 1860: “a diarreia de sangue bastante assolou por estes lugares, pois de 15 de novembro até fins perdi 3 escravos, sendo o João Grande, o B^a e o Xico tatu, e ainda tenho alguns doentes”.³⁶⁵ Epidemias infecciosas que se alastravam sem distinção de ricos e pobres podem ter ocasionado algumas dessas mortes, visto que Gomes Neto lançou no seu livro de notas, tão logo seu sogro faleceu: “dinheiro ao Capitão Ivo para tratar de doentes nos Campos – R. 200\$000”³⁶⁶.

A morte precoce de Bráulio Xavier, em 1865, também pode ter abalado a saúde dos seus pais. Ele representava um típico modelo de filho exemplar no universo das

³⁶³ APMC.AFBC.JAGN.1.7.7

³⁶⁴ APEB. Governo da Província. Série: Judiciário: juizes de Caetité (1862-1870). Nº 2287. 28 de dezembro de 1866.

³⁶⁵ APMC.AFBC.JAGN.1.14.8

³⁶⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.8.18.2

famílias afortunadas. Formado em medicina pela faculdade da Bahia, elegeu-se deputado provincial em 1858 e, durante o segundo mandato, em 1861, casou-se com Antônia Sophia, sobrinha do seu cunhado Gomes Neto. Sem abandonar a vida política, em 1862 passou a residir na Fazenda Campos, junto aos pais, e, em 1863 nasceu seu primeiro e único filho, também batizado como Bráulio Xavier da Silva Pereira, o Braulinho.³⁶⁷ Imagine-se, então, a tristeza da família mediante a notícia da sua morte: um filho jovem, médico, com uma carreira política promissora, recém-casado e pai de menino ainda pequeno. O tempo preservou uma memória de que Bráulio havia sido envenenado por um escravizado. Segundo essa versão, o coronel João Caetano, muito desgostoso e sem saber quem foi o autor do crime, teria mandado vender toda sua escravatura na província de São Paulo.³⁶⁸ Não se pode confirmar esses fatos a partir da documentação pesquisada, nem desconsiderar que, nessa época, o tráfico de escravizados para as províncias do Sul já era praticado com lucros vantajosos entre proprietários daquela região.³⁶⁹ Apesar das especulações, é provável que a família tenha enfrentado algum dissabor naquelas terras, pois, em carta à irmã Elvira, Atília lamentava-se de ter que ir ao “desgraçado Monte Alto”.³⁷⁰

Diferentes versões do testamento do coronel João Caetano demonstram como ele confiava ao caçula o papel de testamenteiro dos seus bens e as expectativas de continuidade do seu legado, porém, diante da perda inesperada do último filho, essas funções recaíram sobre o genro Gomes Neto, não só pela falta de um herdeiro legítimo do sexo masculino, mas porque entre eles já existia uma relação de confiança e estima que apenas foi estreitada com a morte de Bráulio.

Conforme dito no segundo capítulo, João Caetano era um homem de muitas posses. Ainda que não se tenha encontrado o seu inventário de bens, pode-se presumir, a

³⁶⁷ Bráulio Xavier da Silva Pereira [filho], nasceu em 1863. Formou-se em direito pela faculdade de Recife e casou-se com sua prima Elvira Rodrigues Lima, filha de Joaquim Manoel Rodrigues Lima (que foi governador da Bahia). Por meio de alianças políticas e familiares elevou sua carreira até o posto de presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. Devido ao cargo, assumiu interinamente o governo da Bahia em alguns momentos de tensão, inclusive quando ocorreu o bombardeio da cidade de Salvador, em 1912. Morreu em 1936, depois de ter alcançado uma carreira jurídica e política muito reconhecida na Bahia.

³⁶⁸ Ver: SANTOS, 1997.

³⁶⁹ O fim do tráfico atlântico, em 1850, e a expansão da lavoura cafeeira no Sudeste estimularam o comércio interprovincial de escravos no Brasil. No alto sertão da Bahia, o tráfico serviu de alternativa para as crises econômicas enfrentadas pelos diversos segmentos, além de ser uma atividade muito rentável, com lucros bastante compensatórios, muito atrativa aos ricos fazendeiros da região. Maria de Fátima Pires (2009, p. 52) afirma que, “mesmo arrefecido por pesada tributação, o tráfico em Caetité permaneceu até nos finais da escravidão”. Ainda sobre o tráfico interprovincial de escravizados no alto sertão baiano ver: NEVES (2000), SILVA (2018) e MIRANDA (2018).

³⁷⁰ APMC.AFBC.EBA.1.1.4

partir da tabela 10, o positivo impacto que sua herança causou na vida financeira de José Antônio Gomes Neto. Na condição de testamenteiro, o fato de ter-se empenhado para que a partilha procedesse de forma igualitária, não o impediu de propor certos arranjos, conforme se observa na carta da cunhada Atília, escrita em novembro de 1867: “ontem recebi a que me dirigiu e fazendo-me ver que devo ficar com a casa sendo que Vm^{ce} ache bom eu combino com a vontade de Vm^{ce} e fico ciente que Vm^{ce} a de fazer o que for melhor para mim”.³⁷¹ A intimidade que parecia nutrir com seu sogro e o fato de ter-se envolvido mais diretamente com suas finanças por causa do testamento e inventário o colocaram numa posição privilegiada entre os demais herdeiros, no sentido de amealhar os bens que melhor lhe convinham.

Em seu caderno de notas do ano de 1867 encontram-se alguns indícios de como se procedeu à partilha. Ali foram registradas as despesas feitas com os funerais dos sogros e repasses de verbas testamentárias. Nessa parte específica, foi anotado o pagamento de dez contos de réis ao Tenente Coronel Antônio Joaquim de Lima, casado com uma filha de criação do falecido João Caetano, sendo a mesma quantia entregue aos cunhados Tenente Coronel João Antero e Atília Albuquerque. Na mesma página ele registrou: “tirei para mim 10:000\$000, que remeti ao Joaquim Manoel na lavra”. A quantia distribuída de forma igualitária aos herdeiros não indica o valor final da partilha. João Antero, seu cunhado, ainda recebeu 44 cargas de algodão a R.45\$000 cada uma, totalizando R. 1:980\$000, entre outros valores, enquanto sua cunhada Atília recebeu 44 cargas de sal, de valor não especificado. Já no seu caso, os acréscimos foram todos em dinheiro, chegando ao valor de 20 contos de réis³⁷². Esses montantes, contudo, não representam o total dos bens partilhados. Imóveis, terras, rebanhos, dinheiro de contado, joias e, certamente, escravizados, somaram uma fortuna que é difícil quantificar sem o inventário de bens.

Mesmo sem saber a parte exata de cada herdeiro, é possível afirmar que a riqueza do coronel João Caetano sobejou as finanças de José Antônio Gomes Neto, permitindo-lhe investir em negócios mais expressivos e rentáveis. Inicialmente destaca-se o fato de ele ter enviado sua parcela de dez contos de réis ao cunhado Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], morador de Santa Isabel do Paraguaçu, na Chapada Diamantina. Conforme mencionado nos capítulos anteriores, parte da família de Gomes Neto migrou para a região das Lavras na época da descoberta dos diamantes. Anos mais tarde, ele próprio

³⁷¹ APMC.AFBC.JAGN.1.6.1

³⁷² APMC.AFBC.JAGN.8.18.2

chegou a morar na região diamantífera, quando exerceu as funções de promotor em Rio de Contas e de juiz municipal e delegado suplente da vila de Santa Isabel. Contudo, somente após a morte do seu sogro é que se observam valores direcionados ao seu cunhado para a compra de diamantes. Nesse ramo, Gomes Neto passou a atuar como investidor e os lucros da venda das gemas, geralmente ocorridos nas praças da capital baiana, eram partilhados: “o Capitão Joaquim M^{el} Rodrigues Lima tem em seu poder para comprar diamantes p^a mim, tirando a metade dos lucros, a quantia de sete contos e vinte e sete mil e quinhentos”. Logo abaixo dessa nota do ano de 1869 registrou-se a remessa de mais R.385\$000³⁷³, indicando a continuidade de lucrativos investimentos.

Negócios estabelecidos com a empresa Brandão e Irmãos começaram a aparecer com mais frequência entre as suas anotações financeiras. Tratava-se de transações consignatórias que permitiam auferir lucros a partir da venda de produtos nas praças da capital da província, a exemplo de ouro, diamantes, além de outros créditos. De acordo com esses registros, somente em abril de 1868 foram movimentados com os Sres. Brandão e Irmãos mais de 18 contos de réis.³⁷⁴

Sobre essa empresa, que posteriormente se chamaria Antônio Francisco Brandão e Cia., Maria de Fátima Pires (2009, p. 159) indica que pertencia aos irmãos Antônio Francisco e Manoel Francisco de Brandão, “rico comerciante da Bahia (abastecedor de tropas em seu comércio na capital), comprador e vendedor de escravos, representante de fábricas”. A ligação de Gomes Neto e do seu cunhado Joaquim Manoel [pai] com Manuel Brandão se revela bastante íntima pelo fato de ele ter enviado correspondências contendo “conselhos” ao estudante Joaquim Manoel Rodrigues Lima quando serviu como estudante de medicina na Guerra do Paraguai, em 1866.³⁷⁵ Ao longo dos anos, como será tratado no último capítulo, as relações entre Gomes Neto e essa empresa se estreitariam ao ponto de ele tornar-se correspondente da Brandão e Cia. em Caetité, favorecendo transações de valores exorbitantes. Não se pode perder de vista que a presença desses negociantes nos sertões baianos estava ligada ao tráfico interprovincial de escravos, conforme apontam Erivaldo Neves (2000) e Fátima Pires (2009), e que a partir da década de 1860 esse comércio se intensificou com o envolvimento de “negociantes diversos, senhores do sertão, ‘gente do Sul’, ‘firmas da Bahia’ (Salvador) e de São Paulo” (PIRES, 2009, p. 46). Embora não haja estudos mais específicos sobre a referida empresa, capazes

³⁷³ APMC.AFBC.JAGN.8.18.2

³⁷⁴ APMC. AFBC. JAGN.8.18.2. p. 8

³⁷⁵ APMC. AFBC. JMRL.3.19.1

de adensar a amplitude das relações estabelecidas com os proprietários sertanejos, os indícios apontados pelos autores supracitados não devem ser desconsiderados quando se trata da associação entre José Antônio Gomes Neto e a firma Brandão e irmãos, assunto para ser aprofundado em estudos futuros.

Também é nessa época, logo após a morte dos seus sogros, que aparecem registros de compra de gado em seu caderno de notas. Conforme foi discutido no primeiro capítulo, a criação de animais sempre esteve presente entre os investimentos de familiares de Gomes Neto, contudo nem mesmo a criação de gado bovino tinha o peso de investimento principal. Em 1867, ainda que mantivesse algum rebanho, seus documentos também não indicam que até aquele momento ele fosse um grande criador. Contudo, a herança do seu sogro, que incluía rebanhos espalhados pelas fazendas Lages, Espinho e Campos, parece ter estimulado essa atividade, dando lugar à aquisição de mais gado e terras, além de cavalos e da contratação de vaqueiros, conforme se observa na tabela 18:

Tabela 18: Investimentos em gado e terras 1867-1868³⁷⁶

DATA	DESCRIÇÃO DA COMPRA	VALOR
Mai/1867	1 cavalo	25\$500
Jun/1867	Dinheiro ao João Ladeia para compra de cavalos	446\$000
	Ao Leandro de Barros de S ^a de terras	100\$000
	Sisa da mesma	72\$000
	Procuração e escritura	30\$000
	Dinheiro para compra de 52 cabeças de gado a Joaquim Manoel de Brito Barros	640\$000
Jul/1867	1 cavalo ao Pedro	40\$000
	Sítio de Santa Bárbara e sisa	7:480\$000
	79 cabeças de gado ao Dr. Ducan	1:106\$000
	Ao vaqueiro de Santa Bárbara	20\$000
	Títulos de Santa Bárbara e Anguá	9\$000
	Aos vaqueiros	10\$000
	Manuel do Espinho	50\$000
	Dispendi com compras de gados, cavalos, sítio de Santa Bárbara, médicos, despesas com a casa	14:169\$480
Sem data	Despesa com a ferra do gado nas Lages, Espinho e Campos, a qual será repartida entre os três proprietários delas	413\$000
Mar/1868	Despesas feitas com a venda e junta dos bois das fazendas – Campos e Espinho – as quais serão repartidas entre os três herdeiros em proporção aos bois pertencentes a cada um	Valor não informado

³⁷⁶ APMC. AFBC. JAGN.8.18.2

Entre os registros acima mencionados, destaca-se a aquisição da fazenda Santa Bárbara, ocorrida pouco tempo após a morte dos seus sogros. Tratava-se de uma propriedade de criação de gado, conforme referência à compra do rebanho de 79 animais pertencentes ao antigo dono da fazenda, de sobrenome Ducan, bem como ao pagamento ao vaqueiro da Santa Bárbara. Essa vocação da propriedade foi mantida e alargada a partir da aquisição de novas terras, rebanhos, cavalos e mangas para pastos, investimentos que acresceram mais de dez contos de réis ao valor inicial da compra, de R.7:500\$000:

Tabela 19: Gastos empregados com a Fazenda Santa Bárbara (1867)³⁷⁷

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Terras, casas e benfeitorias compradas ao Dr. Ducan	7:500\$000	Roça nas beatas	100\$000
Terras da Cachoeirinha compradas a diversos e que contaram-se para a parte da Santa Bárbara, que está dentro das picadas	887\$487	Ditas na Maria do Ó	60\$000
		Manga	200\$000
		Roça de mandioca perto da casa	150\$000
		Dita de cana	200\$000
Ao Alcântara, pela divisão	1:300\$000	Manga do Baixão	200\$000
Limpa de picadas	40\$000	1 caixão grande	50\$000
2 h de terras e sítio de S. José comprados ao Lasaro	163\$000	1 mesa grande para jantar	40\$000
		5 ditas menores	50\$000
Angustura, ao Martiniano	60\$000	4 camas boas	65\$000
Parte da Ipaúva, comprada ao Cipriano Neves	100\$000	6 camapés bons	68\$000
Máquina de serrar	3:000\$000	1 cama pequena	15\$000
Rebôco do salão com cal, tomada do telhado	120\$000	13 candeeiros pretos	65\$000
		1 armário	20\$000
Pintura da casa	150\$000	12 tamboretas	24\$000
Quatro janelas na frente da casa, conserto da porta, ferros para tranca	60\$000	3 bancos	6\$000
		1 lavatório com gaveta	10\$000
		1 dito menor	4\$000

³⁷⁷ APMC.AFBC.JAGN.8.14.2

Reboco de parte da casa, tijolamento de sallas, quartos e varandas	150\$000	Fogão de vapor para assentar	60\$000
		2 portas dentro e 1 janela	20\$000
Forro de uma sala e 2 quartos	200\$000	Partes de ferro para ferreiro	30\$000
Varanda e altar	300\$000	7 caixilhos para 7 janelas	7\$000
Casas de fora	600\$000	Formas para açúcar	50\$000
Vallas	1:200\$000	Mesa grande mais ordinária, catres	70\$000
Roça da vargem do Angoá	200\$000	Lagoa das freiras	100\$000
Total declarado			17:647\$847

Reparos na casa-sede da fazenda, como rebocos de cal, pinturas, tijolamento, varanda e altar visaram deixá-la requintada, dando mais destaque à propriedade. Apesar de ser um imóvel rural, essa mudança estética também era importante do ponto de vista social, pois a casa “era um distintivo de classe e seu aspecto exterior era símbolo da posição, da importância e da hierarquia de seu chefe” (SCHWARCZ, 1998, p. 207). Ali ele não só passava temporadas de veraneio, como também mantinha suas atividades atualizadas, negociava, administrava a plantação, a criação de gado, emprestava dinheiro, escrevia e respondia cartas, recebia amigos e familiares, entre outras. Foi nessa propriedade que o engenheiro Teodoro Sampaio pousou quando de passagem pelo sertão, em 1879: “até Santa Barbara, fazenda do Dr. Gomes Netto, Juiz de direito da Comarca, a duas horas de viagem de Caetité, o terreno ondeado, formado de uma argila vermelha, bem irrigado, coberto de boa vegetação oferece excelentes condições para o trabalho agrícola”.

O alargamento da propriedade com a anexação de partes de terras próximas, compradas de outros proprietários, além dos pastos, “mangas”, indicam o potencial criatório daquela fazenda. De acordo com esses registros observa-se também o cultivo de mandioca e cana-de-açúcar, indicativos da fabricação de farinha, rapadura e aguardente. Além disso e dos gastos acima mencionados, Gomes Neto registrou que o valor de 17 contos de réis não totalizava o investimento empregado naquela propriedade, visto que deixou de mencionar: “outros muitos objetos como mesas, cadeiras, camas, bancos, caixões, formas para açúcar, alambique, taxos, os que já existiam na casa e não estão

mencionados e muitos outros que deitei na casa depois da compra feita por mim, os quais não mencionei”.³⁷⁸

Figura 05: Sede da Fazenda Santa Bárbara. Autor desconhecido. S.d.



Fonte: APMC.AFBC.M.11.8

A fazenda Santa Bárbara tornou-se uma propriedade muito dinâmica, caminho de passagem de boiadas, tropeiros, além de importante unidade produtiva, onde se cultivava feijão, café e outros “diversos gêneros”³⁷⁹, de modo que entre 1882 e 1883, quando de passagem por Caetitê, o Capitão Durval Vieira de Aguiar (1979, p. 83) descreveu-a como a mais destacada entre as “importantíssimas fazendas” da região, com realce para a pecuária. Ainda que Gomes Neto não tenha sido o construtor da casa-sede da fazenda, sua escolha por uma edificação de singularidade arquitetônica, estilo barroco, com mirante, acrescida de capela e outras melhorias, mais uma vez apontam o estilo de vida que o seu proprietário desejava ostentar no sertão.³⁸⁰

³⁷⁸ APMC.AFBC.JAGN.8.14.2

³⁷⁹ APMC.AFBC.JAGN.1.21.8

³⁸⁰ A casa da Fazenda Santa Bárbara foi tombada pelo IPAC no ano de 1981. Segundo a descrição técnica desse órgão, a casa é uma construção barroca de 601m² e situa-se sobre uma pequena elevação, de onde se aprecia a topografia ondulada das pastagens. Em frente ao monumento, no sopé da elevação, corre o Riacho São José, de curso temporário. Do lado esquerdo da casa construída sobre um terra pleno, estão os currais da fazenda. A casa detém relevante interesse arquitetônico, com mirante. O corpo principal apresenta planta quadrada com mirante central e varandas nas fachadas principal e lateral direita, para onde uma pequena capela se abre. Recobre-o um telhado em quatro águas. À direita, estende-se um longo alojamento de empregados da fazenda. Seu piso é em lajota de barro, com exceção da sala anterior direita e quarto contíguo, que são assoalhados. Tombada pelo IPAC, a edificação é um exemplo raríssimo de casa de

Seguindo a prática da sua família, José Antônio Gomes Neto manteve-se como credor de ricos e, algumas vezes, a depender da relação estabelecida, de trabalhadores e escravizados também: “no dia 4 de maio de 1869 entreguei ao Sr. Antônio José Ladeia Lobo, para cobrar em Maracás, uma letra de 4:824\$000”³⁸¹; “Praxedes, pedreiro, dinheiro emprestado – 10\$000”³⁸². Sua documentação particular indica que essa prática foi mantida desde a morte do seu pai, quando teve que se inteirar dos seus negócios, efetuar cobranças e colocar as promissórias em dia, ainda que mediante ação judicial. Com o passar do tempo, a proximidade estabelecida com o sogro também deu lugar a empréstimos de dinheiro e cobrança de dívidas. A herança recebida no ano de 1867 certamente também incrementou sua atividade creditícia, no sentido de ampliar o capital direcionado para empréstimos.

Tabela 20: Empréstimos entre 1868/1869³⁸³

DATA	DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO	VALOR
Jan/1868	Francisco Pereira da Costa – dinheiro que paguei a Coletoria Provincial por sua ordem – passou letra	370\$000
Mar/1868	Saldo de 5 designados e 6 guardas pertencentes ao Batalhão do Gentio, devendo receber essa quantia da Coletoria Geral, ou do Tenente Coronel Joaquim da Silva Neves	221\$650
Jan/1869	D. Delvitra Ramos – dinheiro emprestado	30\$000
	Pompílio de Faria – dinheiro emprestado	5\$000
Mar/1869	Ten. Cel. Joaquim da Silva Neves – dinheiro que adiantei para condução de doze guardas	80\$000
	Francisco Alves, morador perto do Santinho – dinheiro emprestado	12\$000

fazenda do tipo períptero incompleto com mirante. Acredita-se que se trate de construção da segunda metade do século XIX. As casas peripteras surgiram no Recôncavo no início do século passado, mas só se popularizaram na metade do mesmo. Edifícios deste tipo são muito raros no sertão. Conhece-se apenas um outro exemplo, a Fazenda Caldeirão, em Pindaí. A capela, abrindo-se para a varanda, é encontrada, também, em casas do Recôncavo, como na do Pedreira, Itaparica e o Engenho Caeté, em Terra Nova. Em Caetitê, porém, existe uma capela semelhante, na Fazenda Brejo dos Padres. Elementos arcaicos, como os vãos em arco abatido, continuaram sendo usados tardiamente na região. Disponível em: <https://www.infopatrimonio.org/?p=46771>. Acesso: 05.06.2018.

³⁸¹ APMC. AFBC. JAGN.8.18.2. p. 9

³⁸² APMC. AFBC. JAGN.8.18.2. p. 9

³⁸³ APMC. AFBC. JAGN.8.18.2. p. 10 e 11

Esses valores são de pequenos créditos rascunhados em um caderno de anotações diversas. Nele se observam quantias “emprestadas” ao governo por conta do agenciamento de guardas e demandas envolvendo seu trabalho de delegado, entre outras saídas. Seu livro-caixa principal, onde certamente anotou empréstimos e dívidas mais significativos, talvez permitisse mensurar as transações creditícias efetuadas nesse período. Ainda assim, deve-se considerar que nem tudo foi anotado em caixa. Às vezes um pequeno bilhete, ou mesmo uma letra avulsa eram a prova da concessão de créditos³⁸⁴, papéis que em sua maioria não foram preservados pelo tempo, sem contar os acordos formalizados verbalmente, pautados na confiança, na amizade, ou, como se dizia, “no fio do bigode”.

Além de juiz, delegado, político, comerciante e fazendeiro, Gomes Neto continuou atuando como credor no alto sertão da Bahia e, à medida que o seu cabedal aumentava, maiores e mais lucrativas eram as transações financeiras efetuadas por ele. No último capítulo será possível fazer um balanço das suas economias, por hora importa destacar o quanto investimentos em diamantes, ouro, empréstimos, terras e gado diversificaram a vida financeira de José Antônio Gomes Neto numa época em que a economia dava sinais de grandes inversões. Atento a isso, ele aumentou progressivamente o seu patrimônio, servindo-se ainda da mão de obra escrava, porém direcionando sua atenção para a criação de gado e para as oportunidades de enriquecimento oferecidas pelo capitalismo financeiro e industrial.³⁸⁵

Por fim, vale considerar um último fato que parece ter íntima relação com a morte do coronel João Caetano: a atuação de José Antônio Gomes Neto como tesoureiro da Irmandade de São Benedito. Como foi mencionado no segundo capítulo, um dos gastos

³⁸⁴ Como exemplo destaca-se a letra de João Gualberto d’Andrade e Silva, no valor de sessenta mil réis, assinada na Santa Bárbara em 21 de julho de 1869. Os juros eram de 2% ao mês. APMC.AFBC.JAGN.8.10.2

³⁸⁵ Maria de Fátima Pires (2009, p. 130) identificou um decréscimo econômico nos inventários do alto sertão nas últimas décadas do Império. Segundo essa autora, isso tinha a ver, também, com a conjuntura relacionada ao fim da escravidão. Mesmo assim, os proprietários do alto sertão tentaram remediar suas economias de forma alternativa e, de acordo com inventários de Caetitê, “a pecuária manteve regularidade e importância diante dos outros bens, pelo menos até o início do século XX”.

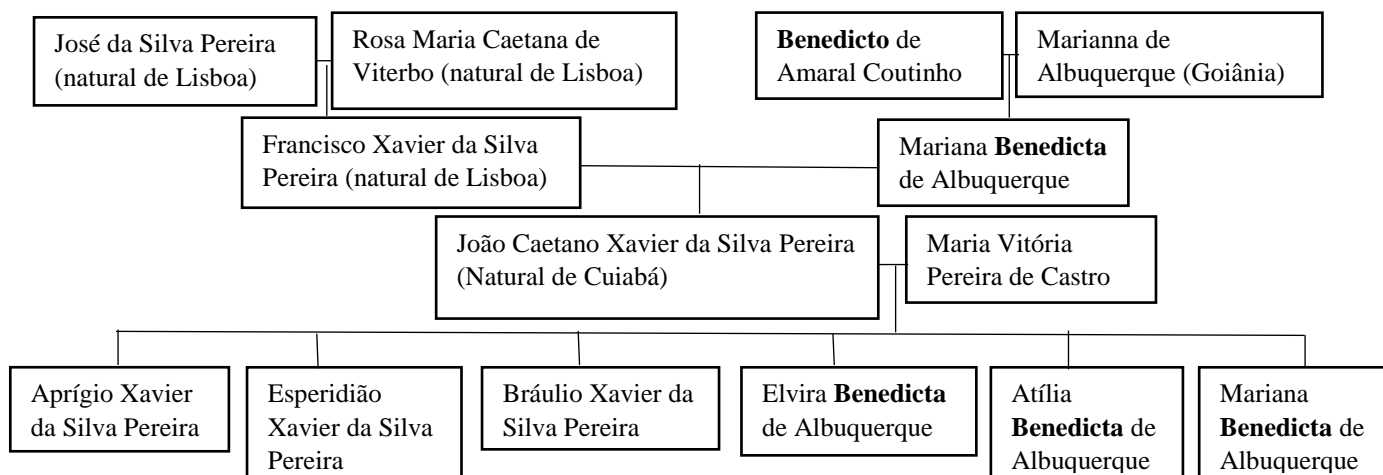
Paulo Santos (2014, p. 67-68) analisa as transformações ocorridas na economia do alto sertão baiano após a República, bem como as alternativas de inversão econômica existentes nesse período e adotadas pelos proprietários sertanejos. Segundo esse estudo: “os grandes proprietários da região encontraram alternativas econômicas para sobreviver ao impacto provocado em suas rendas com a extinção do trabalho escravo”. Além disso, para muitos negociantes de Caetitê que representavam a geração que se enriqueceu nos últimos anos do Império, “o grosso do dinheiro provinha da comercialização de produtos para exportação e o abastecimento do mercado interno, mas estavam, em quase sua totalidade, vinculados à terra, seja no cultivo de alimentos e seus derivados, na criação de gado ou na extração de minério”.

despendidos em virtude do falecimento do casal João Caetano e Maria Pereira foi com as irmandades existentes em Caetité, a do Santíssimo Sacramento e a de São Benedito, que, embora fossem instituições religiosas repletas de sentido dentro do universo católico, também existiam como espaço político de afirmação de poder e prestígio.

Como destaca Augusto dos Santos (2015, p. 46), um dos caminhos para a diferenciação dos homens de maior cabedal no século XVIII era a participação em irmandades: “na verdade, quanto mais desses requisitos o indivíduo reunisse, fortuna, terras, escravos, cargos públicos ou confrarias religiosas, mais próximos estavam de tornar-se ‘principal da terra’”. Relacionada às dimensões simbólicas de prestígio e poder, a participação em confrarias ainda era muito valorada no século XIX, por isso as famílias mais enriquecidas se empenhavam em fazer parte delas.

Em Caetité, a capela de São Benedito, datada de 1833, demarca uma devoção dos católicos ao santo negro. Histórias controversas ligam a construção dessa igreja aos antepassados de Gomes Neto. Porém, até o ano da morte do seu sogro não foi encontrado em sua documentação nenhum indicativo de que ele fizesse parte ou ocupasse cargos nessa confraria. No testamento do seu avô e do seu pai, onde geralmente se evidenciavam os vínculos mantidos com as irmandades, também não há menção alguma a São Benedito. Todavia, pelo lado do seu sogro pode-se afirmar não só que ele pertencia à referida instituição como também que ele mantinha uma devoção familiar, indicada nos nomes de seus antepassados maternos e de suas filhas, conforme se observa na genealogia abaixo:

Figura 06: Genealogia de João Caetano Xavier da Silva Pereira



Fonte: MESQUITA (1925); SANTOS (1995)

Essa devoção é reafirmada pela opção de enterramento no interior da capela de São Benedito, onde até hoje se preserva a lápide do sogro João Caetano e de sua esposa. Em maio de 1867, conforme declarou o procurador da Irmandade: “recebi do Sr. José Antônio Gomes Neto a quantia de cinquenta e quatro mil réis de huma carneira e acompanhamento da Irmandade de S. Benedito para o cadáver do finado Coronel João Caetano Xavier da Silva Pereira”.³⁸⁶ Foge ao objetivo deste estudo discutir questões específicas relacionadas ao tema; mesmo assim, é importante ressaltar que, apesar de ter um santo negro como alvo de devoção, essa instituição ganhou uma nuance diferenciada em Caetité, sendo composta majoritariamente pela elite alto-sertaneja, a quem foram confiados o preenchimento dos cargos e demais privilégios. Da maneira como estava organizada, ela atendia aos interesses dos grupos mais abastados, conferindo-lhes *status* e prestígio.³⁸⁷

Possivelmente o coronel João Caetano era um homem de destaque naquela instituição, quiçá seu fundador, já que sua origem cuiabana também aponta para uma forte devoção a São Benedito. Depois da sua morte, ainda no mesmo ano, Gomes Neto assumiu um dos cargos principais da confraria, o de tesoureiro, ocupando-se da administração dos bens e recursos angariados pela irmandade, bem como dos pagamentos a zeladores, a coveiros, dos reparos feitos na capela, do recebimento de doações, entre outros³⁸⁸. Essa função não era remunerada, mas era importante, por isso faz muito sentido frisar tê-la ele exercido por mais de uma década.

Como explica Augusto dos Santos (2017, p. 75), “os homens de negócio, apesar do sucesso financeiro demandavam reconhecimento social”. Nessa lógica, “um dos percursos mais comuns para aumentar o cabedal social na busca por status, prestígio, poder e honra foram as tentativas de inserção nas instituições militares, administrativas e religiosas”. José Antônio Gomes Neto havia aprendido esses pilares com sua família, seus pais, seus tios, e, agora, a história se repetia na tentativa de assegurar a posição social conquistada pelo seu sogro e mantê-la para si. No fim das contas, mesmo havendo outros herdeiros, foi em Gomes Neto que a pose do velho comendador Xavier da Silva Pereira encontrou abrigo e perpetuação.

³⁸⁶ APMC.AFBC.JAGN.8.2.10

³⁸⁷ Essa afirmação está em consonância com os estudos de Andressa Rocha, que desenvolve pesquisa sobre o tema, conforme mencionado no segundo capítulo.

³⁸⁸ APMC.AFBC.JAGN.8.4

Afetos e sentidos: prosseguindo com matrimônios e política

O peso fundamental da família e das relações de parentesco como sustentação social de seus membros é apontado por Sheila de Castro Faria (1998, p. 22). Embora já se tenha dito sobre a importância das uniões estabelecidas no seio familiar de José Antônio Gomes Neto, desde o período dos seus avós até o próprio casamento com Elvira Benedicta de Albuquerque, esse peso salientado pela autora é observado de maneira ainda mais intensa a partir das relações de matrimônio constituídas por suas filhas e netos, quando a endogamia foi elemento marcante para a conservação da riqueza e consolidação da identidade familiar.

O fechamento matrimonial das famílias mais abastadas em torno de si mesmas foi uma prática observada em diversos lugares do Império³⁸⁹. Marcos Andrade (2014, p. 281), estudando o Sul mineiro, salientou que a endogamia estava “entre os recursos adotados para evitar o fracionamento do patrimônio” das famílias poderosas e tradicionais. Como foi visto, José Antônio Gomes Neto provinha de um núcleo familiar relativamente pequeno se comparado a outros clãs da época. Ele era o único filho legítimo do sexo masculino e, quando se casou, teve apenas três filhas: Maria Vitória, Rita Sophia e Sophia. Sua única irmã, também chamada Rita Sophia, era casada com o capitão Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], com quem teve cinco filhos: Joaquim Manoel, homônimo do pai, José Antônio, apelidado de Cazuzinha, Antônio, Octacílio e Antônia Sophia. Foi a partir do nascimento quase simultâneo das filhas e sobrinhos que as relações endogâmicas começaram a se projetar nessas famílias.

Embora sua irmã, cunhado e sobrinhos residissem em Santa Isabel do Paraguaçu, devido à ausência de outros parentes de primeiro grau, os vínculos estabelecidos entre ambas as famílias eram muito estreitos. Por esse motivo, apesar de ter convivido pouco tempo com seus sobrinhos, que logo cedo foram enviados à Bahia para estudar, como tio padrinho de Joaquim Manoel, o primogênito, Gomes Neto projetava nele e, posteriormente, nos seus irmãos as expectativas que seriam dedicadas aos filhos do sexo masculino, se os tivesse, acompanhando de perto seus estudos e, sempre que possível, auxiliando-os financeiramente.

³⁸⁹ Ver: Faria (1998) e Mattoso (1998).

Na década de 1860, Joaquim Manoel Rodrigues Lima ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. Seguindo as pegadas do tio, circulou entre os jovens da elite baiana, dedicou-se à campanha patriótica durante a Guerra do Paraguai, em que serviu como “médico voluntário” e, terminado o curso, voltou para o sertão. Era hora de pensar em casamento, pois há muito se cogitava no meio da família a união entre ele e a prima Maria Victória de Albuquerque, a filha mais velha do tio Gomes Neto. Aproveitando o ensejo, também se planejou o enlace entre Rita Sophia, irmã de Maria Victória, com o primo José Antônio, irmão de Rodrigues Lima. Sobre esse assunto, observa-se a carta enviada por Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], em março de 1868: “tanto eu como sua irmã temos imenso prazer que nossos filhos se liguem em casamento com suas queridas filhas, sempre tivemos esse pensamento e desejo, e agora sua carta veio completar nossa vontade”.³⁹⁰

As razões para o casamento intrafamiliar perpassaram pelo resguardo das riquezas, sem dúvidas. Além disso, as afinidades forjaram desde cedo o perfil dos noivos ideais, conforme lembrou o capitão Rodrigues Lima [pai] em carta enviada ao cunhado Gomes Neto: “você conhece a boa índole dos meninos por isso nada direi sobre isso. Finalmente espero em Deus que tanto eu, como você tenhamos de ver realizadas nossas esperanças”.³⁹¹ Porém, uniões entre parentes até quarto grau de consanguinidade eram proibidas pela Igreja. Nesses casos, fazia-se necessário um pedido de dispensa para o casamento, “bastando que os envolvidos pagassem penitências, em orações e acompanhamentos de missas, além de custos pecuniários, em moedas ou bens, para os mais ricos, ou em prestação de serviços, para os mais pobres” (FARIA, 1998, p. 60). Não foram encontrados os pedidos de dispensa dos noivos acima mencionados, no entanto, como essa prática foi reiterada também entre os netos de Gomes Neto, há registros de pagamentos de pedidos de dispensa para a segunda geração de casamentos consanguíneos dessa família.³⁹²

Mesmo a filha caçula, Sophia, que se casou por último, não fugiu à regra da endogamia. Para ela o escolhido foi o primo Antônio Rodrigues Ladeia, sobrinho da sua mãe, bacharel em direito e, posteriormente, juiz municipal da vila de Monte Alto. Dentro dessa lógica, José Antônio Gomes Neto também deve ter orientado o casamento da sua

³⁹⁰ APMC.AFBC.JAGN.1.19.8

³⁹¹ APMC.AFBC.JAGN.1.19.8

³⁹² Ver: APMC. AFBC. JMRL.6.3.2 – Pedido de licença feito por Joaquim Manoel Rodrigues Lima para o casamento da sua filha Elvira Rodrigues Lima e seu sobrinho Bráulio Xavier da Silva Pereira, filho da sua irmã Antônia Sophia Rodrigues Lima, em 1888.

única sobrinha, Antônia Sophia, com o seu cunhado Bráulio Xavier da Silva Pereira, que, além de médico, era político, tendo exercido dois mandatos como deputado provincial. A importância desses casamentos também se deve ao fortalecimento político do nome da família, conforme será abordado no capítulo seguinte.

Dessa forma, olhando em perspectiva, observa-se como a década de 1860 foi importante na trajetória de José Antônio Gomes Neto. Ele não só se posicionou melhor politicamente, como também adquiriu notabilidade no exercício da magistratura. Na vida financeira ampliou sobremodo seu patrimônio, potencializando investimentos em mineração, terras, gado, aplicações financeiras, além da aquisição de bens simbólicos que, em algum momento, também acabavam revertendo-se em posses e poder. Na vida familiar encaminhou o casamento das filhas, atenuando, assim, uma preocupação bastante relevante para aquele contexto e para o tipo de família que se pretendia perpetuar. Essa também foi uma ótima transação, pois, conforme descrito acima, os matrimônios congregavam interesses materiais e imateriais.

Seguindo adiante, o próximo capítulo abordará o contexto político da década de 1870, marcado por reformas e disputas partidárias que começavam a estremecer o império brasileiro. Nesse contexto de mudanças e instabilidades, Gomes Neto confiou aos seus sobrinhos o papel de principais aliados políticos, tanto no âmbito local, quanto nas representações da câmara provincial e geral, angariando benefícios, conquistando interesses particulares e de grupo e alargando sua atuação política dentro e fora do sertão.

CAPÍTULO V: ENTRE SENADORES, DEPUTADOS E SOBRINHOS: A EXTENSÃO POLÍTICA DO MAGISTRADO GOMES NETO

Prov^a do Paraná, 21 de janeiro de 1870

Sr. Gomes,

Ainda não pude escrever-lhe depois que saí do Rio, agora o faço para lhe pedir o favor de recomendar com toda a instância p^a a província de Minas a candidatura do meu amigo [...] Mariano Procopio Ferreira Lage na próxima eleição para senadores: escreva para seus amigos de Rio Pardo, Grão Mogol, Formigas, Montes Claros, Diamantina, Paracatu, Januária e S. Remão e mais algum lugar e faça seus amigos e parentes escreverem, principalmente os que estão em Lençoes, Santa Isabel e Santo Antônio da Barra. Eu lh'o entrego e se o incomodo é porque não posso deixar de interessar-me por um dos mais distintos mineiros, que tem prestado a sua província e ao paiz relevantes serviços com a bela estrada União e Industria e com a estrada de ferro D. Pedro II, que sob sua administração regenerou-se e permite chegar em poucos annos à devidíssima prosperidade. Adeus. Meus respeitos a Exma. Fam^a e aceite os préstimos da mais sincera estima [...] seu amigo e collega

Afonso de Carvalho³⁹³

No ano de 1870 o político baiano Antônio Luiz Afonso de Carvalho³⁹⁴, então Presidente da Província do Paraná, lembrou-se de José Antônio Gomes Neto, o “amigo e colega” de longínquas paragens, residente em Caetité, no alto sertão da Bahia. Não foi uma lembrança ocasional, visto que iniciou sua carta justificando-se pela impossibilidade de lhe escrever desde que saíra do Rio de Janeiro, o que indica que se correspondiam com alguma assiduidade. Dessa vez, contudo, a missiva não se prestou a assuntos corriqueiros; foi escrita com o fim específico de “pedir o favor de recomendar com toda a instância p^a

³⁹³ APMC.AFBC. JAGN 1.4.1

³⁹⁴ Antônio Luís Afonso de Carvalho nasceu em Salvador no dia 5 de março de 1828, filho de José Afonso de Carvalho e de Rosa Maria de Jesus Carvalho. Fez seus primeiros estudos na capital baiana. Transferindo-se para Pernambuco, matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda e graduou-se em 1849. Dois anos após sua formatura ingressou na magistratura, assumindo o posto de juiz municipal e de órfãos do termo de Feira de Santana, na Bahia. Em 1854 foi removido para Salvador, mas retornou a Feira de Santana no ano seguinte como delegado. Entre 1855 e 1856, durante a epidemia de cólera, trabalhou ativamente e, pelos serviços prestados à comunidade local, recebeu o título de cavaleiro da Ordem da Rosa. Na década de 1860 ingressou na política, estabelecendo uma relação estreita com o Partido Conservador. Eleito deputado provincial, exerceu o mandato no biênio 1861-1862, mas não abandonou a magistratura. Assim, em 1862, retomou as funções de juiz de direito na comarca baiana de Monte Alto. Em maio de 1869 iniciou novo mandato, agora de deputado geral pela Bahia, mas em novembro renunciou por ter sido nomeado presidente da província do Paraná. Exerceu o cargo até abril de 1870, e de outubro desse ano até 1871 foi presidente de Minas Gerais. FGV/ CPDOC. Informações reunidas por Luciana Pinheiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Ant%C3%B4nio%20Lu%C3%ADs%20Afonso%20de.pdf>. Acesso: 08.02.16

a província de Minas” a candidatura do amigo Mariano Procópio Ferreira Lage “na próxima eleição para senadores”, prevista para aquele mesmo ano.

Afonso de Carvalho, como assinou a missiva, era um político em ascensão no Império. Magistrado, nascido em 1828, em Salvador, foi designado ao Paraná graças à sua breve, mas significativa, incursão na política. Não chegou a acumular mais que um exercício de deputado provincial na Bahia (1861-1862) e um mandato inacabado como deputado geral pela mesma província (1869), pois renunciou para assumir a presidência do Paraná. Essas idas e vindas estabelecidas ao sopro de circunstâncias e influências decorriam também da sua atuação jurídica, interesse que não abandonou nos entremeios da nascente carreira política.

Em 1862, tendo deixado a assembleia provincial da Bahia, assumiu a comarca sertaneja de Monte Alto, sita nas imediações da vila de Caetité. Esse tempo oportunizou um entrosamento com o ambiente político local, dando a conhecer lideranças influentes que por ali viviam, fazendeiros, doutores, negociantes, entre outros. Contudo, no caso específico de José Antônio Gomes Neto, a quem escreveu em 1870, é provável que já o conhecesse havia mais tempo, visto que foram contemporâneos durante o curso de ciências jurídicas, em Olinda. Sendo assim, até se pode considerar a possibilidade de Afonso de Carvalho ter assumido a comarca sertaneja de Monte Alto em aliança com o seu colega Gomes, que, na época, um pouco mais velho, já mantinha importantes canais de influência política.

Independentemente de como tenham ocorrido esse e outros arranjos entre ambos, a correspondência enviada por Afonso de Carvalho era estratégica para o fim que se propunha: a campanha do supracitado amigo mineiro Mariano Procópio. Aparentemente, poderia soar como um equívoco da parte de quem estava tão distante, pois, se os senadores eram indicados a partir de suas províncias, um acerto entre baianos de nada serviria. Contudo, Afonso conhecia de perto a extensão dos relacionamentos mantidos pelo colega Gomes, deixando evidente o entrosamento entre o alto sertão baiano e Minas Gerais:

escreva para seus amigos de Rio Pardo, Grão Mogol, Formigas, Montes Claros, Diamantina, Paracatu, Januária e S. Romão e mais algum lugar e faça seus amigos e parentes escreverem, principalmente os que estão em Lençoes, Santa Isabel e Santo Antônio da Barra.³⁹⁵

³⁹⁵ APMC. AFBC.JAGN 1.4.1

Mariano Procópio Ferreira Lages também era político em ascensão. Então deputado geral pela Província de Minas Gerais, aspirava a uma cadeira no Senado, tendo como bandeira de campanha sua douda engenharia voltada para a construção de estradas, com destaque para a União e Indústria, ligando Juiz de Fora a Petrópolis (1861), considerada a primeira estrada pavimentada do país. Todavia, apesar do apelo político que esses empreendimentos suscitavam, ainda não era o bastante para se alcançar a projeção eleitoral esperada. Para tanto, era fundamental que sua candidatura fosse “entregue” a políticos como José Antônio Gomes Neto, “ausentes” das bancadas, mas muito articulados e capazes de garantir interesses diversos graças a uma larga rede de sociabilidade com ramificações para fora da Bahia.

A correspondência de Afonso de Carvalho ajuda a situar ainda mais quem era José Antônio Gomes Neto no cenário político imperial naqueles idos de 1870: um sujeito articulado, capaz de amear votos nos sertões baianos, mineiros e além; uma liderança cuja influência era reconhecida e difundida na corte, de relevo para políticos do Império. As campanhas eleitorais desse período são uma chave para se perceber como ele teceu ou renovou alianças em um momento de novas demandas sociais, em meio a reveses e dissidências partidárias. Entretanto, também se deve observar o papel das relações familiares nesse contexto de transformações, sobretudo a importância dos seus sobrinhos, eleitos deputados provinciais da Bahia, para a segurança das posições e privilégios do tio magistrado. Esses aspectos serão abordados nos tópicos a seguir.

Alianças políticas e campanhas eleitorais na década de 1870:

José Antônio Gomes Neto entrou o ano de 1870 em regozijo com sua nomeação para a comarca de Caetité, onde finalmente se estabilizaria como juiz de Direito. Era sinal de que suas articulações políticas concorriam favoravelmente aos seus interesses. Outros acontecimentos traziam exultação. A notícia do fim da guerra do Paraguai corria o país e era comemorada. Naquele sertão, os vereadores encabeçados por Gomes Neto, recém-empossado juiz, escreveram uma carta ao presidente da província da Bahia “manifestando sua felicitação pelo grandioso triunfo” alcançado pelo “Império da Santa Cruz, que assinou uma página honrosa na história, com admiração das nações cultas”. O principal objetivo do documento era indicar uma comissão entre os deputados da corte para cumprimentar Sua Majestade Imperial em nome dos munícipes de Caetité, ao menos dos

cinco ou seis que assinaram a dita carta, sendo recomendados os seguintes parlamentares: “Inocência Marques d’Araújo Góis”, “João José d’Oliveira Junqueira”, “João Jerônimo Fernandes da Cunha”, “Benvenuto Augusto de Magalhães Taques” e “Antônio Luiz Afonso de Carvalho”.³⁹⁶ Não por casualidade tratava-se de políticos com quem José Antônio Gomes Neto mantinha relações, nomes indicativos do elo que esse magistrado nutria com a corte.

O caráter oficial do documento, assinado a outras mãos, escamoteava os laços individuais nele implícitos. Contudo, também sinalizava, publicamente, que havia alguma ligação entre os mencionados parlamentares e os tais homens do sertão, em nome de quem se deveria saudar o Imperador. Portanto, alusivo a tais conexões políticas, aquele documento representa mais do que um mero protocolo demandado pelo fim da guerra, embora a data seja importante para situar uma série de acontecimentos e transformações que irradiaram pelo país a partir de então.

As dificuldades econômicas decorrentes do esforço de guerra somavam-se ao crescimento das ideias abolicionistas e republicanas, raízes de “fraturas profundas no sistema monárquico”, que culminariam com a queda do Império, em 1889 (MARTINS, 207, p. 330). Porém, essa compreensão só é perceptível em retrospectiva, pois, na virada dos anos 1870, o partido conservador ocupava posição privilegiada, enquanto os liberais buscavam meios de assumir o poder e ambos os grupos se atracavam em torno de interesses bem moldados dentro da estrutura imperial. Ser republicano era, ainda, “equivalente a ser subversivo” (CARVALHO, 2003, p. 203). E, não obstante o cenário esboçado, gabinetes ministeriais subiam e desciam, legislaturas eram desfeitas e novas eleições convocadas sem que nada disso interferisse sobre quem detinha o poder nos rincões brasileiros.

Em Caetité, depois da reviravolta política de 1860, a liderança de José Antônio Gomes Neto prosperou. Apesar dos reveses do seu partido e dos embates travados em âmbito nacional, ele adentrou a década de 1870 na mira de muitos políticos que almejavam uma posição de destaque na corte. A correspondência de Afonso de Carvalho, que abre este capítulo, é apenas uma entre tantas que o magistrado recebeu durante as campanhas políticas imperiais, sobretudo quando os homens da sua geração alcançaram a idade necessária de quarenta anos para o ingresso no senado.

³⁹⁶ APEB. Sessão: Governo da Província. Câmara de Caetité (1833-1872). nº 1276. Abril de 1870.

Embora Gomes Neto não tivesse uma rede restrita aos homens da sua geração, tendo-se antes mantido sempre articulado com políticos de diferentes *status*: deputados, presidentes de província, ministros, senadores e conselheiros, não se pode deixar de notar quanto o fator geracional é revelador da sua influência e poder, fortalecido à medida que ele e os seus aliados ocupavam postos de maior relevo no Império. Entre os “quarentões” daquele tempo, parte deles entrelaçada pelo convívio na faculdade de Olinda, muitos vinham galgando gradativamente os mesmos passos na política, chegando ao momento de conquistar uma posição vitalícia no senado.

Luiz Antônio Pereira Franco, já mencionado como um dos colegas cuja candidatura a deputado provincial Gomes Neto apoiou logo após ter regressado de Olinda, estava, em 1870, entre os conservadores baianos que pleiteavam a senatoria. Magistrado no Rio de Janeiro, onde também exercia já havia alguns anos o cargo de deputado geral pela província da Bahia, Pereira Franco informou em correspondência não poder deixar de lado o apoio do colega caetiteense “em vista das nossas antigas relações, nunca interrompidas”.³⁹⁷ Sua correspondência versava sobre as incompatibilidades eleitorais introduzidas com a primeira lei dos círculos, em 1855, que proibiu os candidatos a “membros das Assembleias Paroquiais, deputados ou senadores” de receberem votos, sob pena de serem anulados, “nos colégios eleitorais dos distritos em que exercessem autoridade ou jurisdição” (FARIA, 2013, p. 3). Desejava, portanto, compensar o contingente de votos embargados pela lei assegurando o apoio de Gomes Neto: “como tenho de perder cerca de 200 votos dos dois colégios de minha comarca, onde sou incompatível, peço-te mais que aquinhões aí, de modo que possa fazer face ao desfalque que por aquela causa tenho de sofrer”. Para tanto, não deixou de observar a gramática e a regra da política de trocas: “é mais uma fineza que muito me penhorará”; “[no Rio] aguardo tuas ordens para cumprir com a presteza e fidelidade, com que o costume fazer”.³⁹⁸

As eleições senatoriais eram concorridas e condicionadas à morte de algum senador; oportunidade imprevisível e rara de assumir um cargo vitalício no Império. Por esse motivo, Pereira Franco insistia no apoio de José Antônio Gomes Neto, escrevendo-lhe reiteradas vezes sobre o mesmo assunto: “renovo o pedido que fiz-lhe sobre minha candidatura à Senatoria, na esperança de que você não deixará de dar-me a primeira

³⁹⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.26.8 – grifos do autor.

³⁹⁸ APMC.AFBC.JAGN.1.26.8

votação, de que muito preciso, para contrabalancear o desfalque dos votos de minha comarca”.³⁹⁹ A vaga deixada no senado pela morte do Visconde de Jequitinhonha, que deu lugar à eleição de 1870, também foi assunto na carta de cunho reservado enviada pelo barão de Silveira a Gomes Neto. Antes de falar da candidatura do seu primo José Augusto Chaves, pedindo que o tomasse em consideração “com a maior votação que for possível”, o barão colocou-se à disposição do magistrado caetiteense para cumprir suas ordens na corte: “tendo de seguir p^a a corte no dia 29 deste, cumpro o dever de fazer a V.S minhas despedidas, podendo para ali mandar-me suas ordens”.⁴⁰⁰ Porém, apesar dos apelos e intenções, nem o primo do barão de Silveira, nem Luiz Antônio Pereira Franco se saíram bem-sucedidos naquelas eleições.

Em favor da candidatura do amigo Antônio Ladislau Figueiredo da Rocha, ex-vice-presidente da província da Bahia, o Barão de Cotegipe também escreveu a Gomes Neto pedindo coadjuvá-lo naquele pleito: “não há que eu saiba chapa de partido, mas nem por isso devemos prescindir de votar em candidatos que não sejam do nosso credo”. Cotegipe era conservador e, certamente, se recebeu algum apoio de Gomes Neto, não foi pelo credo do partido e sim da amizade: “conto que V.S. aí, e onde tiver influência corresponderá a confiança que tenho em sua amizade”.⁴⁰¹

Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha cursou ciências jurídicas na faculdade de Olinda, tendo-se formado no ano imediatamente posterior ao de Gomes Neto. Demonstrando que as relações da época da academia foram mantidas, ele também solicitou o apoio do colega caetiteense para sua candidatura ao Senado, em 1870: “por minha infelicidade sou também candidato à vaga de Senador!... poder me-há você adotar por filho, por uma vez somente?”⁴⁰² Esse baiano de Juazeiro, Fernandes da Cunha, como assinou a missiva, havia passado a infância e juventude no Rio de Janeiro, estudado nos melhores colégios e, depois de construir na Bahia uma carreira na magistratura e na política, retornou à corte como deputado geral. Sem dúvida era um homem de trânsito influente: “estou de partida para o Rio, para lá mande-me suas ordens”. Contudo, apesar da sua posição, ainda carecia de um patrono que o representasse no sertão: “ponho-me em suas mãos na sua comarca” e “onde mais puder”: “excessos de votos_ não faz indigestão”. E disse mais: “ainda que não aproveite seus votos – contam na peça”; “seja

³⁹⁹ APMC.AFBC.JAGN.1.26.9

⁴⁰⁰ APMC.AFBC.JAGN.2.65

⁴⁰¹ APMC.AFBC.JAGN.2.32B

⁴⁰² APMC.AFBC.JAGN.2.23 – grifos do autor.

a mim bom patrono”.⁴⁰³ Naquele pleito Fernandes da Cunha foi bem-sucedido, sendo escolhido pelo Imperador para ocupar a vaga aberta no Senado. Era mais um trunfo para Gomes Neto, afinal, o progredir de velhos amigos lhe era favorável.

Em 1872, com a morte do Senador Lourenço, outra vaga se abriu no senado. Pereira Franco, muito interessado, voltou a escrever aos amigos que o apoiaram nas eleições anteriores, entre os quais colocava Gomes Neto em “lugar distinto”, afirmando contar com o apoio dele para ser “melhor sucedido”. Outros conservadores, a exemplo do amigo João José de Oliveira Junqueira Júnior, também recorreram à influência do magistrado sertanejo. Recém-nomeado ministro da Guerra, Junqueira Júnior conhecia os altos e baixos da vida política e, assim como os demais, almejava a vitaliciedade do senado, conforme escreveu em 1872:

agradeço-lhe as votações do colégio de Caetité e aproveito a oportunidade para pedir-lhe o seu valiosíssimo apoio para a eleição senatorial, não só naquele colégio, como no de Santo Antônio da Barra, Monte Alto e Carinhanha, para onde peço-lhe igualmente que me recomende. Será esta uma fineza que nunca esquecerei, e pode V.S^a ficar certo que em mim terá sempre um amigo dedicado e pronto a cumprir suas ordens.⁴⁰⁴

Junqueira Júnior, que tantas outras vezes se havia beneficiado da relação mantida com Gomes Neto, voltou a escrever-lhe cinco dias após a correspondência acima mencionada. Dessa vez, uma carta mais formal, com o timbre do gabinete do Ministério da Guerra, exclusivamente para requerer “valioso auxílio” em favor da sua candidatura ao Senado.⁴⁰⁵ A política de conciliação implementada em meados dos anos 1850 favoreceu o apoio do liberal Gomes Neto ao conservador Junqueira Júnior quando da sua candidatura a deputado geral em 1860. Porém, como se vê, aquele não foi um episódio isolado. Houve outros imbricamentos entre liberais e conservadores, sempre norteados pelas possibilidades de trocas e ganhos: “fico certo do que me diz sobre as pretensões do sr. Major Francisco Pereira Castro e do Sr Antônio Veiga”.⁴⁰⁶

Nesse mesmo período, além dessa correspondência de Junqueira, outra, de Luiz Antônio Pereira Franco, travava sobre nomeações de cargos, indicando que estes conservadores comungavam na corte em prol dos interesses de Gomes Neto, no sertão: “não foi por falta de diligência dos teus Amigos que demorou-se a nomeação do José

⁴⁰³ APMC.AFBC.JAGN.2.23

⁴⁰⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.15.3

⁴⁰⁵ APMC.AFBC.JAGN.1.15.5

⁴⁰⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.15.3

Justino p^a Comandante Superior”, antes, “disso tratamos, o anno passado, no Rio, onde as cousas não correm sempre na mesma celeridade que se dirija”. Contudo, importava destacar: “a entrada do Junqueira para o Ministério pôs termo ao adiamento”, concluindo: está o “candidato já nomeado, como verá nos jornais”.⁴⁰⁷ Percebe-se que até esse momento a bandeira partidária não se impunha sobre as alianças políticas desses chefes, para quem importava, de fato, “questão de amizade”. Essa expressão, sempre recobrada por Junqueira Júnior em suas cartas, pode ser traduzida da seguinte forma: amigo era quem fazia valer as trocas e favores.

Cartas vindas da corte enchiam a caixa de correios do magistrado caetiteense com grande insistência. Porém, apesar dos assuntos tidos como os mais badalados da política brasileira à época, a exemplo da Lei do Ventre Livre, de 1871, nenhum deles foi pauta nas cartas recebidas por Gomes Neto. Com palavras lisonjeiras ou de forma muito direta, o que a maioria dos remetentes queria, não era discutir a situação política do país, nem as crises, nem as reformas, tampouco apresentavam-se como representantes dos interesses da nação, defensores de ideologias partidárias, ou qualquer outra bandeira. Isso talvez fosse discurso para as plenárias. O único compromisso que os políticos demonstraram ter, nessas cartas, era com a troca de favores, visando fortalecer as lideranças locais para, por meio delas, amealhar votos e salvaguardar suas posições e privilégios na corte imperial.

Embora essa cultura política ainda repercuta nos dias atuais, para aquela época a década de 1870 trouxe mesmo algumas mudanças no que tange à questão partidária. Alianças correligionárias e que favorecessem, mesmo em segundo plano, os interesses dos partidos começaram a ser pauta nas correspondências recebidas por Gomes Neto, dando um novo tom aos seus conchavos políticos. A mobilização dos liberais baianos ganharia forças com a ascensão do partido em 1878, depois de quase uma década de predomínio dos conservadores. Esse momento, como se verá, será bastante profícuo para Gomes Neto.

A Lei do Terço entre contornos partidários

Como as vagas para o senado eram limitadas e concorridas, as eleições para a assembleia geral preservaram seu peso, pois garantiam aos políticos uma posição até que pudessem ascender a ministérios, ao senado ou a qualquer outro posto. Porém, a partir de 1875, a reforma eleitoral conhecida como Lei do Terço modificou, outra vez, os

⁴⁰⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.15.11

procedimentos eletivos. Essa lei, que já era sintomática dos dilemas do Império, propunha uma medida apenas paliativa perante a necessidade de uma reforma política mais ampla, ao determinar que um terço dos votos para vereadores e deputados provinciais e gerais fossem reservados para a oposição. Sendo assim, naquele momento a lei deveria garantir uma representação mínima dos liberais nas câmaras (SILVA, 2014).

Nessa conjuntura, em setembro de 1876, o liberal Manuel Pinto de Souza Dantas, futuro Conselheiro de Estado, escreveu da Bahia a Gomes Neto falando sobre sua candidatura à assembleia geral. Sua consciência de que era preciso unir forças para garantir maior representação na câmara caminhava *pari passu* com a necessidade de se implementarem reformas. Era um momento político diferente daquele que o país tinha vivenciado nas décadas anteriores. Havia muitas questões em disputa, e os grupos políticos, com todas as suas versões, se viam obrigados a tomar partido. Ciente disso, Dantas escreveu: “não sinto o menor constrangimento em dirigir-me a VS p^a falar-lhe da próxima eleição e pedir sua coadjuvança”. Atento à reforma eleitoral, continuou: “o auxílio que solicito de VS não é incompatível com o que foi consagrado na própria lei eleitoral vigente, por quanto ela mesma fez distinção entre os dois terços e o terço da representação nacional”.⁴⁰⁸

Muitos autores discutem que a Lei do Terço não garantiu a presença da oposição nas bancadas; antes, em 1876, quando retornou de sua primeira viagem à Europa, D. Pedro II encontrou uma câmara com “menos de dez por cento dos deputados” da oposição “eleitos e empossados”, sinal de que a Lei do Terço não era devidamente cumprida (HOLANDA, 1972, p. 184). Porém, tanto Manuel Pinto de Souza Dantas quanto outros chefes políticos sabiam que alianças bem coligadas se impunham sobre o texto da lei: “não sei se me iludo, mas tenho toda confiança de que no colégio de Caetité e onde mais VS influir, eu serei bem aquinhoado”. Em tempos de disputas acirradas, com os conservadores ocupando a cena principal, os liberais começavam a tramar melhor seus conchavos e apelar para o espírito correligionário: “e tal é a confiança que me anima, quanto às benévolas disposições de VS para com os candidatos do partido liberal, que espero igualmente q os considerará e lhes dará todo auxílio possível”.⁴⁰⁹

Em um momento político ainda bastante movediço, também solicitou apoio de José Antônio Gomes Neto, por ocasião das eleições para deputado geral de 1876, o candidato Manuel Ernesto de Souza França, “capitão de fragata”: “desejo merecer a

⁴⁰⁸ APMC.AFBC.JAGN.1.29.2

⁴⁰⁹ APMC.AFBC.JAGN.1.29.2

aprovação e apoio eficaz de V.S prestando-me o seu honroso voto e de seus amigos”⁴¹⁰. Sobre ele, recomendou o amigo e já senador, Junqueira Júnior: “já lhe agradei o que fez em fevereiro pela candidatura à Assembleia Provincial do meu cunhado e amigo Sr. Capitão de Fragata Manuel Ernesto de Souza França” e, tendo em vista eleição para a assembleia geral, acrescentou: “conto, portanto, com boa votação nesse colégio de Caetité para o meu dito recomendado”, enfatizando: “será especial favor, que muito agradecerei, fazendo disso questão de amizade”⁴¹¹.

Foram pelo mesmo caminho o Conselheiro Francisco Xavier de Pinto Lima, ex-ministro da Marinha e então presidente da província do Rio de Janeiro: “vou solicitar o seu valioso apoio e o de seus numerosos amigos em favor de minha reeleição à deputado geral. Sei quanto vale seu auxílio e espero que ele não me falte nesta eleição”⁴¹²; o colega Luiz Antônio Pereira Franco, que ainda não havia tido sucesso na eleição senatorial: “pedi o seu valioso auxílio a fim de ser um dos primeiros votados nesse colégio” na eleição para deputados gerais, visto que “nela não encontrarei a oposição que me fizeram os governistas na senatorial que acabou de ter lugar, até porque na de deputados há terço, no qual, pelo menos, poderei afinal entrar na apuração geral”⁴¹³; o colega Pedro Leão Velloso: “é a terceira vez que lhe dirijo para reiterar-lhe meu pedido de seu valioso apoio em favor de minha candidatura, sobre a qual também lhe escreve meu parente e respeitável amigo Dr. Senador Saraiva”⁴¹⁴; o ex-presidente da província da Bahia, Francisco José da Rocha: “animo-me a solicitar a valiosa proteção de V.S^a em favor de minha candidatura à Assembleia Geral, tanto mais quanto o faço de acordo com o nosso comum amigo o Exm^o Sr. Barão de Cotegipe”⁴¹⁵; Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, que também não havia tido sucesso na eleição senatorial, rogou “o favor, que muito lhe agradecerei, de interpor sua influência e bons ofícios para que eu obtenha a votação desse colégio e dos demais a que se estenderem suas relações”⁴¹⁶.

Como se pode ver na tabela 21, todos esses remetentes foram eleitos deputados gerais em 1876, restando apenas quatro candidatos que, talvez, não escreveram a Gomes Neto solicitando apoio. Mesmo assim, o então presidente da província da Bahia, Luiz Antônio da Silva Nunes, compensou algumas dessas faltas na carta “confidencial e

⁴¹⁰ APMC.AFBC.JAGN.2.48

⁴¹¹ APMC.AFBC.JAGN.1.15.4 – grifos do autor.

⁴¹² APMC.AFBC.JAGN.2.27

⁴¹³ APMC.AFBC.JAGN.1.26.5

⁴¹⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.25.2

⁴¹⁵ APMC.AFBC.JAGN.2.24

⁴¹⁶ APMC.AFBC.JAGN.2.66

reservada” que enviou ao mesmo Gomes Neto em setembro de 1876, solicitando “especial atenção e cuidado em favor dos ausentes” que, segundo ele, mereciam a reeleição: “França, Vila da Barra, Freitas Henrique e Pinto Lima”, afora o (jamais eleito) Dr. Francisco Rocha: “cuja eleição significa o conagraçamento na Bahia da família conservadora, assim como a recompensa de longos e importantes serviços”. Na sua lista ainda mencionava Pedro Eutanásio da Silva Deiró, mas no caso para destacar que este não deveria se reeleger.⁴¹⁷

Tabela 21: Resultado da eleição para deputados gerais na Bahia – 1876⁴¹⁸

Ordem	Candidato	Nº de votos
1	Cons. Luiz Antônio Pereira Franco (conservador)	1814
2	Dr. Innocêncio M. d’Araújo Góes Júnior	1775
3	Cons. Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha	1737
4	Dr. Cícero Dantas Martins (conservador)	1657
5	Dr. Francisco José da Rocha	1642
6	Dr. Francisco de Azevedo Monteiro	1435
7	Cons. Manuel Pinto de Souza Dantas (liberal)	1388
8	Dr. Marcolino de Moura e Albuquerque (liberal)	1388
9	Capitão de fragata Manuel Ernesto de Souza França (cons.)	1366
10	Barão da Vila da Barra	1344
11	Cons. Francisco Xavier de Pinto Lima	1333
12	Dr. José Augusto Chaves	1303
13	Cons. João A. de A. Freitas Henrique (conservador)	1291
14	Pedro Leão Velloso (liberal)	1253

Apesar de estarem grifados os candidatos baianos que solicitaram apoio de José Antônio Gomes Neto nas eleições para deputado geral de 1876, não quer dizer que todos, nem mesmo aqueles que mantinham relações “nunca interrompidas” com o magistrado, tenham recebido a adesão esperada. Embora as relações de interesse prevalecessem, o peso da conjuntura nacional começava a contrabalançar as alianças em favor dos partidos,

⁴¹⁷ APMC.AFBC.JAGN.2.69

⁴¹⁸ Biblioteca Nacional. Correio da Bahia.19 de dezembro de 1876. Ano VI. Nº217.p. 1 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=303488&pagfis=1633&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 21/11/2018.

aspecto sinalizado na correspondência enviada por Souza Dantas, acima mencionada. Até aqui, a presente pesquisa vem demonstrando que os arranjos firmados entre as lideranças de diferentes esferas não discerniam a filiação partidária. Embora as bandeiras existissem, os nomes dos partidos sequer eram mencionados nas correspondências e o apoio era invariavelmente costurado em torno da troca de favores. Contudo, percebe-se que, após a Lei do Terço, o apelo ao compromisso agremiativo passa a ser pauta explícita nas correspondências, colocando o partido mais próximo do cerne das alianças.

Nesse sentido, a correspondência enviada por Souza Dantas demonstra o alinhamento traçado entre ele e o deputado César Zama, também de Caetité, ambos expoentes liberais na Bahia. Zama não só deveria pessoalmente entregar a carta dirigida por Dantas a Gomes Neto, como também lhe cabia dar notícia dos candidatos liberais que deveriam ser apoiados em Caetité: “o Zama informará VS sobre os nomes dos candidatos, o que também conhece elle quanto eu próprio”.⁴¹⁹ Desse momento em diante, nota-se uma articulação entre os liberais baianos no sentido de direcionar as lideranças locais a trabalharem em prol do partido, mesmo que os candidatos não fossem velhos conhecidos das lideranças locais.

Ainda nas campanhas eleitorais de 1876, o candidato Pedro Leão Velloso apelava para as “relações antigas desde a academia”, lembrando a Gomes Neto ser uma questão de “espírito ilustrado e patriotismo” ocupar o parlamento representando o partido liberal, por isso contava com o apoio do colega caetiteense e com a recomendação do seu parente, também liberal e homem de proa na Bahia e na corte: o baiano José Antônio Saraiva. Luiz Antônio Barbosa de Almeida, juiz no tribunal da Relação da Bahia, também escreveu a José Antônio Gomes Neto “em nome das ideias liberais” das quais se dizia “humilde soldado” para “mais de 40 anos”: “a minha posição de juiz no tribunal da relação acanha-me para escrever sobre interesses políticos, mas a confraternização de classe e de sentimentos políticos anima-me”.⁴²⁰ Percebe-se que os interesses partidários começaram a se equiparar a outros interesses que geralmente se evidenciavam nas correspondências recebidas por Gomes Neto. Nesse sentido, Luiz Antônio Barbosa de Almeida indicava a candidatura de três amigos pelo fato de ver neles representantes fiéis das ideias liberais. Fortalecê-los, com a influência de Gomes Neto, era, no seu ponto de vista, um “serviço ao partido que todos representamos”: “o meu interesse pelo triunfo dessas candidaturas eleva-se a uma questão de dignidade e de interesses reais do partido”. Contudo, mesmo

⁴¹⁹ APMC.AFBC.JAGN.1.29.2

⁴²⁰ APMC.AFBC.JAGN.2.42

avultando a causa partidária, Barbosa de Almeida não deixou de se posicionar como propulsor das possíveis vontades de Gomes Neto, afinal, a troca de favores ainda era fundamental para validar as alianças. Nessa carta de “liberal para liberal”, ou, antes, de “juiz para juiz”, ele endossou: “pode V.S^a dispor igualmente aqui de mim para o que for do seu serviço com a certeza de que farei em execução de suas ordens o que costume fazer por meus amigos”.⁴²¹

Em 1878, um termômetro capaz de situar o momento político do país foram, de novo, as eleições senatoriais. O colega conservador, Luiz Antônio Pereira Franco, tal qual fizera nas campanhas anteriores, pediu apoio a Gomes Neto. A carta escrita da Bahia dava notícias de “uma poderosa reunião conservadora, presidida pelo nosso Amigo Dr. Cotegipe” ocorrida no dia anterior. Nela, “nomeou-se um diretório e um conselho e resolveu-se pleitear a Eleição”. Dessa vez, contudo, deixou entrever que suas expectativas não estavam sendo correspondidas: “apesar do seu silêncio irei continuando a escrever-lhe sobre matéria eleitoral, até que V. me determine que não o faça mais”; “dirigi-lhe mais de uma carta sobre minha candidatura senatorial, que ainda não sei que votação ahi consigo”.⁴²² Embora se tenha colocado à disposição do colega caetiteense: “como quer que seja, aqui ou ali”, na Bahia ou no Rio de Janeiro, “continuo ao seu dispor”⁴²³, e evocado a antiga amizade: “eu fio muito na nossa antiga e nunca interrompida amizade”⁴²⁴, é provável que não tenha conseguido o apoio pedido.

Essa foi a última carta do “colega e amigo” Luiz Antônio Pereira Franco encontrada no acervo de Gomes Neto. Ao que parece, ela pôs fim a uma relação epistolar de trinta e um anos, dando lugar a rivalidades partidárias que se acirrarão nos anos subsequentes. Apenas para exemplificar, no ano de 1884 jornais da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo divulgaram “um grande conflito que se deu na cidade de Caetité”, vitimando mais de trinta pessoas “entre mortos e feridos”, ocorrido durante a eleição para deputado geral: “deu origem a esses distúrbios o fato de tentar a mesa apuradora expedir diploma ao candidato liberal Dr. Antônio Rodrigues Lima”, sobrinho de Gomes Neto, “quando pela apuração geral obteve maioria de votos o candidato conservador Dr. Luiz Pereira Franco”.⁴²⁵

⁴²¹ APMC.AFBC.JAGN.2.42

⁴²² APMC.AFBC.JAGN.1.26.4

⁴²³ APMC.AFBC.JAGN.1.26.4

⁴²⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.26.5

⁴²⁵ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1884. Ano 63. Nº 363. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigue

Conforme será melhor abordado no capítulo seguinte, outras rivalidades tiveram raiz naquele ano de 1878, quando os liberais reassumiram o poder, deixando para trás uma década de predomínio dos conservadores. Sobre esse contexto, Maria Fernanda Martins (2007, p. 77) recupera uma série de acontecimentos dados na década de 1870 que contribuíram para a ascensão dos liberais. Segundo a autora, a atuação do gabinete organizado pelo visconde de Rio Branco a partir de 1871, representante da ala moderada dos conservadores, “surpreendeu com a amplitude de suas reformas, acalmando os liberais”. Nesse conjunto de medidas, algumas já mencionadas nesse tópico, estavam: “a restrição do papel judicial dos delegados, a transferência de poder de julgamento da polícia para os juízes municipais, eliminação do poder policial da Guarda Nacional”. Nota-se, também, “o início do processo que revia a legislação eleitoral, que resultou na lei de 1875, além da defesa e apoio à aprovação da Lei do Ventre Livre”. Tais medidas, conclui a autora, “deram fôlego à monarquia, ao satisfazerem, momentaneamente, a agenda elaborada pelo Clube da Reforma, indiretamente abrindo o caminho para a volta dos liberais em 1878”.

Os desdobramentos dessas mudanças na conjuntura nacional ressaltaram aliados de José Antônio Gomes Neto, especialmente Dantas e Saraiva, que irão liderar reformas políticas e sociais de grande impacto na década seguinte, a exemplo da Lei Saraiva (1881) e da Lei dos Sexagenários (1885). Em Caetitê, a morte do padre Policarpo de Brito Gondim, liderança do partido conservador, em 1877, abriu ainda mais espaço para o fortalecimento dos liberais. Porém, os embates não deixaram de existir, como se verá no capítulo seguinte.

A essa altura da vida de José Antônio Gomes Neto, mesmo vivendo no alto sertão baiano, sua influência já estava bastante difundida entre os políticos da corte. Porém, havia, por outro lado, uma preocupação concernente à perpetuação do seu poder em um momento de grandes transformações no país. Não bastava ter amigos, correligionários e colegas na política, era preciso ter herdeiros. Como não tinha filhos do sexo masculino, projetou a carreira dos sobrinhos, tornando-os seus principais e mais interessados aliados. A extensão das articulações políticas encabeçadas por esses jovens, especialmente os médicos Joaquim Manoel Rodrigues Lima e Antônio Rodrigues Lima, influenciou, em diversos sentidos, a vida política do tio magistrado, repercutindo nos trâmites jurídico-administrativos do alto sertão baiano, em que Gomes Neto passou a interferir cada vez

mais. Sob a sombra liberal, o domínio dos cargos públicos da região, distribuídos ou confiscados ao bel-prazer, também se somou favoravelmente à consolidação política dessa família, como se verá nos tópicos a seguir.

Um partido, uma família e muitos interesses

Tomando como base o estudo de Carollina de Lima (2015) sobre a obra de Joaquim Manuel de Macedo, pode-se afirmar que a relação entre família e política era latente no Império. Em 1855, o escritor Macedo, autor, também, do romance *A moreninha*, publicou de forma seriada, nas páginas do jornal *A Marmota*, o livro *A carteira do meu tio*. O enredo da obra perpassa, grosso modo, pela decisão de um jovem em seguir a carreira política sendo, antes, forçado pelo tio, seu mantenedor, a empreender uma viagem pelo país a fim de conhecê-lo melhor. Em meio à narrativa, o autor desenha, de forma satírica e crítica, a situação política do país em meados do século XIX.

A análise de Carollina de Lima (2015) sobre essa literatura demonstra “a importância do grau de parentesco para a ascensão política”, uma vez que o nome do sobrinho sequer é apresentado na obra. Bastava-lhe ser “o sobrinho do tio”. Além disso, a autora destaca como temas caros ao estudo da política brasileira vêm à tona por meio da narrativa de Macedo: a “troca de favores” como “mola propulsora da política no Brasil”; as “relações de apadrinhamento” associadas ao “sobrenome e a um bom casamento” como portas de acesso à carreira política; o desrespeito à Constituição “por aqueles que deveriam aplicá-la”; além da parcialidade da justiça, favorável aos mais ricos e influentes. Dessa forma, conclui a autora: o sobrinho representava “o grupo de privilegiados que herdaram o poder político sem merecê-lo” e que nutriam o pensamento de que a política era o lugar ideal para se garantirem os interesses particulares (LIMA, 2015, p. 168).

Embora seja uma obra ficcional, o livro de Macedo, guardadas as devidas peculiaridades de caráter atribuídas ao personagem principal, abre caminho para se pensar a atuação de outros tantos sobrinhos espalhados pelo país, jovens apadrinhados, que viram suas carreiras políticas alçarem graças a um tio influente. Muitos foram colocados em faculdades, nas assembleias legislativas do Império e em cargos públicos diversos para garantir, em primeira ordem, os interesses familiares. De forma alusiva, o arquétipo da obra de Macedo encontra alguma feição neste estudo, onde tio e sobrinhos, de carne e

osso, tinham nomes e ações bem definidas e adotavam posturas dentro de um tempo e de uma lógica circunscritos, importantes para o desvelar da política brasileira oitocentista.

O primeiro deles, aquele que seria governador da Bahia republicana (1892-1896), Joaquim Manoel Rodrigues Lima, não era apenas sobrinho, mas, também, afilhado e genro de José Antônio Gomes Neto. No mesmo ano em que regressou da Guerra do Paraguai, em 1868, após concluir o curso de medicina pela antiga faculdade da Bahia, retornou ao sertão. Ali, no ano seguinte, casou-se com sua prima Maria Victória de Albuquerque. Passou a clinicar, negociar e, mesmo que quisesse, não se teria furtado da política. Como lembrou Márcia Carneiro (2010, p. 09) “a formação acadêmica, pela própria condição de reunir letrados, já parecia predispor” a mocidade bacharelesca “ao ambiente das discussões políticas”. No caso de Joaquim Manuel, à condição intelectual acrescia-se a influência familiar, o que o levou a ocupar a cadeira de presidente da câmara de vereadores de Caetité, já 1871. Não obstante, por intermédio de articulações traçadas por seu tio, viu sua carreira ser alavancada ao concorrer a uma vaga de deputado na assembleia provincial da Bahia. Sobre essa decisão, o conservador Junqueira Júnior, então presidente da província de Pernambuco, escreveu ao amigo Gomes Neto: “o Sr. seu genro Dr. Rodrigues Lima entra [na] nossa chapa para deputado Provincial nesse 5º districto. Faça V.S^a quanto puder para o nosso triumpho. Nessa chapa existe o nome do Sr. Luiz Francisco de Almeida Junqueira, meo parente”.

No cenário local, com exceção do cargo de juiz de Direito da comarca, ocupado pelo tio, e da cadeira de vereador mais votado, ocupada pelo sobrinho, todas as demais posições de influência estavam em mãos dos conservadores, desde a de juiz municipal, ocupada por Manuel José Gonçalves Fraga⁴²⁶, até a de pároco, ocupada por Policarpo de Brito Gondim⁴²⁷. A candidatura de Joaquim Manoel para deputado provincial perpassava por duas questões: a primeira dizia respeito à maneira como seu tio, juiz de Direito, se relacionava com os conservadores no âmbito da comarca. E a segunda, tinha a ver com a maneira como o tio costumava seus interesses por cima da política local, garantindo-os a despeito de outras forças do lugar. Naquele início da década de 1870, antes da implantação da Lei do Terço, Gomes Neto ainda se filiava com líderes conservadores de maior influência em casos de eleições parlamentares ou senatoriais, o que nem sempre

⁴²⁶ Sobre a atuação política da família Faria Fraga ver: SILVA (2018).

⁴²⁷ Padre Policarpo de Brito Gondim atuou como Deputado Provincial entre 1866-1867, foi vigário em Caetité por três décadas e líder do Partido Conservador até a sua morte, ocorrida em 1877.

condizia com a realidade local, em que os opostos pouco se amalgamavam. Sendo assim, a aliança “ofensiva e defensiva” que, fazia tempos, estabelecia com o Junqueira Júnior levou à assembleia provincial, em 1872, ambos os protegidos: o seu sobrinho e o parente do Junqueira, acima mencionado.

Joaquim Manuel Rodrigues Lima iniciou seu mandato como deputado provincial aos 28 anos, ao lado de dois outros experimentados correligionários, César Zama e Marcolino Moura e Albuquerque, com quem seu tio já mantinha estreitas relações. Entre eles havia algumas afinidades: sertanejos, de famílias abastadas, filiados ao partido liberal, ex-voluntários da pátria na Guerra do Paraguai⁴²⁸, todos eleitos pelo 5º distrito. Produtos da lei dos círculos e do voto distrital, esses liberais representavam, antes de tudo, a influência de suas famílias na região alto-sertaneja.

Quando Joaquim Manoel ingressou na assembleia provincial, César Zama já estava lá havia 11 anos. Sua trajetória como deputado se relacionava com a reviravolta política sucedida no sertão nos anos 1860, encabeçada pelo seu tio Antônio Spínola e por Gomes Neto. Na assembleia provincial, Zama ficou conhecido como “chefe da oposição”, destacando-se frente a bancadas majoritariamente conservadoras. Ainda em 1873, mesmo com a eleição de Joaquim Manoel e a reeleição de Marcolino Moura, Zama questionava a disparidade partidária entre os deputados, lembrando que “a maioria é conservadora e ninguém contestará, porque aqueles que são reconhecidos com oposicionistas até este momento são somente três”, referindo-se aos coligados sertanejos.⁴²⁹

Marcolino de Moura e Albuquerque⁴³⁰, natural de Piatã, na Chapada Diamantina, também se aproveitou da força política que os liberais haviam conquistado no sertão para eleger-se deputado provincial em 1868, depois de concluir o curso em Direito pela Faculdade de Recife. Na tribuna dizia-se “liberal e adversário leal do partido conservador”, defensor do 5º distrito eleitoral, pelo qual se elegera.⁴³¹ Comparado ao

⁴²⁸ César Zama serviu como médico, Rodrigues Lima, como estudante de medicina e Marcolino Moura, não sendo médico, serviu como Comandante de Batalhão.

⁴²⁹ Trecho do discurso de Cezar Zama. Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia. 05.03.1874. p. 13

⁴³⁰ Marcolino de Moura e Albuquerque nasceu em Piatã (BA) no dia 21 de novembro de 1838, filho de Manuel Justiniano de Moura e Albuquerque e de Auta Rosa de Moura e Meira. Diplomou-se em 1867 pela Faculdade de Direito do Recife. Em seguida, integrou as forças brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870) como comandante do 22º Corpo de Voluntários. Ainda no Império, foi deputado provincial na Bahia entre 1868 e 1881. FGV/ CPDOC. Informações reunidas por Jaime Oliveira do Nascimento. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOURA,%20Marcolino%20de.pdf>. Acesso: 05.04.2016.

⁴³¹ Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia. 1874.

conterrâneo César Zama, “paladino da oposição, que com sua voz eloquente costuma prender a atenção desta assembleia, e conquistar as simpatias do auditório”⁴³², ou mesmo a Marcolino Moura, é possível afirmar que Joaquim Manoel Rodrigues Lima teve uma participação pouco expressiva na assembleia legislativa da Bahia. Atrasos, ausências e pouca ênfase nos discursos o definem. No entanto, tendo acumulado, entre os anos de 1872-1875, as funções de deputado provincial e de presidente da câmara de vereadores em Caetité, não se deve minimizar seu papel de articulador dos interesses relacionados ao alto sertão da Bahia, ou, mais diretamente, do seu tio Gomes Neto.

Apelidado de “trindade” pelo deputado Souza França, em 1875, esse grupo de liberais sertanejos parecia se destacar entre os quase quarenta deputados situacionistas da assembleia provincial da Bahia. Endossando o trio, o deputado Marcolino Moura rebateu a provocação de Souza França, definindo-os como “os três amores”⁴³³, o que indica haver certos interesses que os uniam e os identificavam em conjunto. Embora correligionários, esses interesses talvez se relacionassem mais com o poderio dos seus grupos familiares no sertão do que com o partido, visto que, quando deixaram seus postos, foram estrategicamente substituídos por membros da família, eleitos pelo mesmo círculo, representantes do mesmo grupo. Isso indica a consolidação, no alto sertão baiano, de um grupo político influente, ligado, sim, ao partido liberal, mas, antes de mais nada, constituído por homens instruídos, de famílias abonadas, integrantes de uma elite que demonstrou ter potencial de articulação e força política para além da vida sertaneja. Mesmo em um momento desfavorável, como foram os anos de 1868-1878, quando os conservadores se mantiveram no poder, esse grupo conseguiu eleger e sustentar uma oposição na instância provincial, garantindo seus interesses mesmo à custa de desavenças locais, o que revela, apesar do caráter centralizador do Império, “a extraordinária importância dos espaços políticos intermediários”, regionais e locais, “na dinâmica cotidiana da vida política” (GOUVÊA, 2008, p. 121).

Em julho de 1876, Joaquim Manuel Rodrigues Lima afastou-se da assembleia provincial e embarcou para a Europa numa viagem de estudos que durou por volta de sete meses. Através de um pequeno caderno de bolso, foi possível acompanhar anotações do seu itinerário por Braga, Lisboa, Porto, Pádua, Madri, Paris, Viena e Bruxelas, onde certamente passou a virada do ano. Também há registros de gastos com hospedagens em

⁴³² Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. 19.03.1875, p. 50.

⁴³³ Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. 19.03.1875, p. 54.

hotéis, com alimentação, alugueis de carruagem, cocheiro, passagens, criados, intérpretes, entradas em espaços culturais, como, por exemplo, o museu do Louvre e o museu de História Natural (com destaque para a seção de mineralogia), em Paris, e o Palácio de Cristal, na cidade do Porto. A compra de alguns acessórios, como um guarda-pó e um chapéu de palha, também foi registrada. Tudo pago em libras, florins e pesos – dinheiro que sacava em agências financeiras a cada cidade por onde passava, ou tomava em mãos de amigos. Durante a viagem queixou-se das baixas temperaturas, tempo ruim para um sertanejo mais acostumado ao sol.⁴³⁴ Em Viena encontrou seu irmão Antônio Rodrigues Lima, jovem de 23 anos, médico recém-formado pela faculdade da Bahia que aprimorava seus estudos, especializando-se em ginecologia: “se a política parecia fazer parte da Academia, a ciência também parecia fazer parte da política” (CARNEIRO, 2010, p. 9).

Em março de 1877, Joaquim Manuel já havia retornado à Bahia e continuava a frequentar a assembleia legislativa. Contudo, apegado à vida no sertão, assim como o tio, não concorreu às eleições no final daquele ano, deixando a vaga de deputado para seu irmão Antônio, prestes a retornar da Europa. No sertão, Joaquim Manuel entregou-se à profissão de médico-clínico, tomou frente de alguns negócios, dedicou-se às fazendas e, ao lado do tio, continuou a fazer política.

Antônio Rodrigues Lima – o segundo sobrinho a ingressar na assembleia provincial – aportou de volta à Bahia a 27 de julho 1878, a bordo do paquete inglês *Neva*, vindo de Southampton.⁴³⁵ O momento não poderia ser mais favorável. O partido liberal havia-se estabelecido no governo em janeiro, depois de quase uma década de predomínio dos conservadores e, mesmo antes do reflexo dessa conjuntura, os liberais sertanejos já haviam demarcado sua vitória nas eleições. Mesmo estando na Europa e sendo sua primeira candidatura, o jovem Antônio Rodrigues Lima foi eleito o oitavo deputado provincial mais bem votado na Bahia; em primeiro lugar estava César Zama. Aristides Spínola, primo de Zama, filho do capitão Antônio Spínola, também concorria pela primeira vez e ocupou a décima sétima posição. Rui Barbosa também estava entre os novatos, contudo ainda não tinha influência.

⁴³⁴ APMC.AFBC.JMRL.6.7.1

⁴³⁵ Biblioteca Nacional. *Correio da Bahia*. 28 de julho de 1878. Ano VII, nº 101, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=303488&PagFis=1432&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima>. Acesso: 07.01.2019.

Tabela 22: Deputados provinciais da Bahia/ legislatura de 1878

POSIÇÃO	DEPUTADO	VOTOS
1º	César Zama	1450
8º	Antônio Rodrigues Lima	1208
17º	Aristides Spínola	1113
41º	Ruy Barbosa	809

Apesar de bem eleito e com as sessões da assembleia já em adiantado andamento, tão logo Antônio Rodrigues Lima chegou da Europa, em vez de assumir a posição de deputado, dirigiu-se para o sertão, indo visitar seus pais na vila de Santa Isabel do Paraguaçu. Seus planos naquele momento eram entregar-se à medicina, esforçando-se “para fazer um futuro”, deixando “a sorte fazer o resto”. E para sorte leia-se política. Apesar de não nutrir predileção alguma pela capital da Bahia, estava decidido a ali viver, “porque no sertão pouco farei pela medicina” e pouco faria pela política também, conforme escreveu ao tio Gomes Neto, em agosto de 1878:

não tomei assento na Assembleia por estar já a concluir-se, apenas faltando algumas sessões foi prudente dar esse passo e vir ver minha família, mas para o ano vindouro lá estarei conforme vossas instruções das cartas que recebi, e do mais que Vm^{ce} possa aconselhar-me tomarei uma posição definida.⁴³⁶

De maneira objetiva, essa carta revela quem instruía os sobrinhos na vida pública, direcionando-os sobre como proceder na assembleia legislativa da Bahia. Contando com o apoio, a condução e o direcionamento do tio, esses jovens ricos e ilustrados do sertão, juntamente com outros aliados, tiveram a oportunidade de opinar em âmbito provincial sobre diversos assuntos ligados à política nas últimas décadas do Império. Eles elaboraram e defenderam projetos que não devem ser vistos como meras atividades parlamentares; antes, precisam ser compreendidos à luz dos interesses que representavam. Nos anais da assembleia provincial da Bahia ficaram registradas suas falas, os debates em que se envolveram e os projetos que propuseram e apoiaram. Analisá-los de forma mais detida é um trabalho que se faz necessário. Contudo, para esta tese apenas foram mapeados os projetos concernentes ao alto sertão baiano, aprovados entre 1873-1886 (tabela 23). O objetivo dessa análise é contrapô-los a outros documentos produzidos pelo tio José Antônio Gomes Neto, cujos interesses refletiam sua posição de juiz, de proprietário de terras e escravizados, de negociante, de líder político e outras mais.

⁴³⁶ AFBC. JAGN. 1.4B.1

Nesse período foram identificados 19 projetos concernentes ao alto sertão baiano, especialmente nas áreas de instrução pública, desmembramentos e criação de vilas, distritos e freguesias, modificação das comarcas e obras públicas. Embora nem todos tenham sido implementados, quer por questões econômicas e conjunturais próprias ao momento, quer por desavenças partidárias, essa amostragem é reveladora do papel dos dois sobrinhos e de seus aliados no parlamento baiano.

Instrução pública

A responsabilidade de legislar sobre o ensino primário e secundário pertencia às assembleias provinciais desde a lei imperial de 12 de agosto de 1834, porém, na Bahia, o número de pessoas analfabetas ou fora da escola nos anos 1870 ainda era muito grande. Somente 20% da população, aproximadamente, era considerada instruída, um percentual que era ainda menor nas regiões mais distantes da capital (CARNEIRO e ALMEIDA, 2011). O censo de 1872, apesar de todos os equívocos e imprecisões peculiares à época, demonstra que existia uma população de quase cinco mil pessoas em idade escolar na paróquia de Caetité. Dessas, apenas 283 frequentavam escolas – incluindo as particulares. Além disso, o censo revela um contingente de quase quinze mil analfabetos, sendo apenas 2.843 pessoas letradas em toda a paróquia.⁴³⁷ Dessa fração, um número mínimo de apenas 48 indivíduos foi classificado como eleitor no ano de 1872.⁴³⁸

Proveniente desse universo, no seu primeiro mandato como deputado provincial, Joaquim Manuel Rodrigues Lima propôs a criação de dez cadeiras de ensino primário em diversas localidades do alto sertão baiano, sendo quatro no termo de Caetité. Essa parece ter sido uma preocupação sua, em particular, visto que, depois que se afastou do cargo nem mesmo o seu irmão Antônio Rodrigues Lima deu continuidade aos projetos de suprimento do ensino primário no alto sertão baiano. Outras quatro propostas surgiram entre 1880 e 1882 por intermédio de aliados seus, contudo uma delas, direcionada para Caetité, foi suprimida por decreto de 1886 (tabela 23).

Entre os aliados estava o cônego Henrique de Souza Brandão, autor do projeto de criação de duas escolas do sexo masculino, aprovado em 1880. Embora não proviesse

⁴³⁷ IBGE- Censo de 1872.

⁴³⁸ Biblioteca Nacional. Almanack administrativo, comercial e industrial, 1872. P. 42. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819255&PagFis=90&Pesq=Joaquim%20Manoel%20Rodrigues%20Lima>. Acesso: 01/11/2018.

daquela região, o cônego elegeu-se deputado provincial em 1877 com o apoio de José Antônio Gomes Neto e seu sobrinho Joaquim Manuel Rodrigues Lima. Brandão era candidato do então deputado Olímpio Vital, por isso permutaram apoio em favor da candidatura de Antônio Rodrigues Lima, que deveria ingressar no parlamento em lugar do seu irmão. Em carta, Vital escreveu: “a presente tem por fim retificar o meu pedido em favor da candidatura do meu especial amigo Sr. Conêgo Henrique de Souza Brandão”; “confirmando-lhe o que já respondi com relação a eleição do seu sobrinho Dr. Antônio Rodrigues Lima nos colégios desta Comarca, onde espero que seja dos mais equilibrados”. Ademais, dizia: “peço-lhe que diga ao Dr. Rodrigues Lima, meu ex colega de Assembleia, que recebi a carta d’elle, também em favor da pretensão de seu irmão e que já dei e acabo de dar a V. S.”⁴³⁹ Como se verá, Brandão esteve à frente de outros projetos relativos à criação de distritos, freguesias e comarcas no alto sertão, defendendo interesses de Gomes Neto. Também representou propostas muito direcionadas, como uma que sugeria aumento da “gratificação do escrivão do jury da cidade de Caetité”⁴⁴⁰, em 1881. Ajustes às vezes discretos que, no entanto, poderiam reverter-se em colheitas eleitorais.

Sobre a prioridade dada por Joaquim Manoel aos projetos de instrução pública no sertão, os sentidos vão além do que se pode discutir neste texto. Não se tratava de escolas, mas de cadeiras apenas, vagas assumidas por professores que lecionariam em algum prédio escolar, se houvesse, nas igrejas, ou em qualquer outro espaço possível, quem sabe em suas próprias residências, ou, talvez até no domicílio de alguma autoridade local. Entre as quatorze cadeiras propostas para a região alto-sertaneja no período de 1873-1882, apenas uma era voltada para o público feminino, o que indica a prioridade do letramento masculino, e, também, que a maioria das cadeiras seriam assumidas por homens, logo, eleitores. Apesar da designação “pública”, essas cadeiras atendiam de forma mais imediata os filhos das famílias mais remediadas da região, aquelas que podiam dispor o tempo dos filhos para o estudo. Longe de abrangentemente atender a cidadania ou a pobreza, deve-se lembrar que os professores também selecionavam e excluíaam na mesma medida que a sociedade assim fazia. O acesso às escolas “era franqueado à população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas”. Excluindo os cativos, “a

⁴³⁹ APMC.AFBC.JAGN.2.53

⁴⁴⁰ Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. 06.06.1881.

legislação da Instrução Pública estabelecia e ratificava a distinção fundamental da sociedade imperial” (SCHUELER, 1999, p. 3).

Todavia, não se pode desconsiderar que uma parcela ínfima da população pobre se tenha beneficiado da educação pública primária no sertão. Isso não significa dizer que houvesse, por parte de Joaquim Manuel Rodrigues Lima, uma preocupação genuína com o progresso instrucional desse público; afinal, ele bem conhecia a distância que separava os jovens sertanejos dos colégios secundários da capital (os ginásios) e, mais ainda, do ensino superior e bacharelesco. Para os de baixa renda essa distância era praticamente intransponível. Também não se pode afirmar que houvesse uma preocupação com o aumento do contingente de votantes naquela região, pois somente depois da Lei Saraiva, em 1881, foi vetado o voto dos analfabetos. Havia, entretanto, uma “função social designada à educação popular”. Segundo Alessandra Schueler (1999, p. 4): “a escola primária deveria desempenhar um papel essencial na educação moral e religiosa das crianças, preparando-as para o exercício futuro de suas atribuições como cidadãos”.

As cadeiras de instrução teriam cumprido seu papel social no sertão se conferido aos pobres algumas ferramentas básicas que poderiam ser aproveitadas pelas classes mais abastadas. Apenas para exemplificar, numa região predominantemente rural e agrária, ter um empregado na fazenda que dominasse minimamente a leitura, a escrita e os cálculos mais básicos era de grande serventia, particularmente nos casos de empregados de confiança pessoal. É o que atesta o estudo de Mariella Teixeira (2019), baseado em correspondências escritas por vaqueiros livres (ou libertos) que administravam as fazendas de José Antônio Gomes Neto, o tio, e, sucessivamente, de Joaquim Manuel Rodrigues Lima, o sobrinho. Esses homens públicos, ocupados em seus afazeres, poderes e prazeres, não residiam em suas propriedades rurais, mas esperavam delas o lucro da produção e, principalmente, da criação de gado *vacum*, comercializado para fora dos sertões. Para tanto, confiavam seus negócios em mãos de trabalhadores duramente alfabetizados, capazes, contudo, de noticiar com assiduidade o dia a dia das fazendas. Não quer dizer que esses trabalhadores tenham sido alfabetizados em aulas custeadas pelo governo, entretanto esse exemplo dilata a percepção sobre os interesses dos grupos mais abastados até mesmo no letramento da população rural, pobre e de alguma forma ligada ao cativeiro. Diante disso é importante frisar que quando os dois sobrinhos de José Antônio Gomes Neto se assentaram no parlamento baiano e, posteriormente, na corte,

eles não se desvincularam de suas vidas no sertão, onde a família estava estabelecida e onde mantinham diversos e lucrativos negócios.

Vilas, distritos e freguesias

Quando Joaquim Manuel Rodrigues Lima assumiu seu primeiro mandato como deputado provincial, em 1872, Caetité era sede de comarca, de freguesia e de câmara e cadeia, tendo sido elevada à condição de cidade em 1867. Porém, sua configuração jurídico-administrativa oscilou muito nas décadas seguintes, especialmente por conta dos diversos projetos que transitaram no âmbito da assembleia provincial (tabela 23).⁴⁴¹ Freguesias, distritos e termos foram instituídos ou anexados a Caetité, sobrepondo circunscrições jurídicas e eclesiásticas, que também serviam à administração civil.

Conforme esclarece Edneila Chaves (2012, p. 61), “em primeiro nível, as províncias estavam divididas em comarcas. A circunscrição da comarca estava sob a alçada de um juiz de Direito, cuja sede era denominada de cabeça de comarca. Em segundo nível, a divisão das comarcas em termos de vilas e cidades”. O vocábulo “termo”, no Império, era sinônimo de município. Assim, “a vila era a sede do termo, onde estavam instaladas a câmara, a cadeia e o pelourinho, símbolos da autonomia municipal”. Cidade, por sua vez, “era apenas um título honorífico concedido às vilas pela Casa Imperial”. Desse modo, “o termo de vila ou de cidade tinha sua circunscrição dividida administrativamente em distritos de paz e em freguesias”, lembrando que freguesia também se referia a “circunscrição eclesiástica que constituía a paróquia, com igreja paroquial, presidida por um pároco e vinculada a um bispado”.

O desenho dessas fronteiras somente era traçado a partir de leis provinciais que deveriam atender ao aumento populacional e ao desenvolvimento econômico das novas áreas constituídas. Entretanto, conforme discute Luiz Saraiva (2008), não se deve desconsiderar quanto essas divisões também ocorriam com vistas na política. Posto isso, o papel de liderança exercido por José Antônio Gomes Neto no alto sertão baiano, mais a inserção dos seus sobrinhos na assembleia provincial a partir da década de 1870,

⁴⁴¹ De acordo com Edneila Chaves (2012, p. 62), o Código do Processo Criminal de 1832 determinou que os presidentes de província fizessem “de imediato nova divisão judiciária em suas províncias. Logo depois, conforme determinação do Ato Adicional de 1834, essa atribuição ficou a cargo das assembleias provinciais. Entre diversas matérias competia-lhes legislar sobre a divisão civil, eclesiástica e judiciária das províncias respectivas”.

apontam, de forma bastante efetiva, para a realidade de que os projetos de anexação ou desmembramento de freguesias e distritos em Caetité e no seu entorno, além de outros discutidos adiante, tenham surgido a partir de interesses conformados na esfera local, em específico para atender aos planos das lideranças em ascensão.

Muito antes de os sobrinhos ingressarem na assembleia provincial, José Antônio Gomes Neto já havia recorrido diversas vezes ao apoio de deputados aliados para intervir nas fronteiras administrativas e jurídicas do alto sertão baiano. Luiz Antônio Pereira Franco, colega já mencionado aqui, foi um dos seus porta-vozes na criação da Freguesia do Brejo Grande (atual Ituaçu). Sobre o assunto, informou: “recebendo tua carta última, em que me falas da criação da Freguesia do Brejo Grande, tratei de indagar dos termos, em que se achavam os papeis”. Não tendo encontrado informações acerca do andamento deste pedido, Pereira Franco sugeriu: “será bom, portanto, que providencies, em ordem, a que nesta sessão se possa tratar de tal negócio, acerca do qual tomarei na devida consideração teu pedido”.⁴⁴²

Tendo exercido, no final da década de 1850, o cargo de juiz municipal suplente em Santa Isabel do Paraguaçu, termo ao qual pertencia o arraial de Brejo Grande, José Antônio Gomes Neto não só adquiriu influência e firmou alianças naquela região, como também vislumbrou interesses políticos ali. Aliás, foi nessa época que ele ocupou a suplência de deputado provincial pelo distrito eleitoral de Santa Isabel do Paraguaçu. Em 1862, com a freguesia já criada, o juiz de Paz do arraial de Brejo Grande registrou em correspondência enviada ao presidente da província da Bahia o quantitativo de votantes qualificados na nova freguesia:

havendo sido criada esta Freguesia do Brejo Grande desmembrada do Sincorá, Termo de Sta. Isabel do Paraguaçu, me dirijo a V. Excia. para inteiro conhecimento geral, o número de eleitores que deverá dar esta nova Freguesia, a vista de mil e duzentos votantes qualificados neste Distrito e se as Eleições Paroquiais vindouras deverão ser feitas nesta ou ainda na Freguesia antiga do Sincorá.⁴⁴³

Embora os votantes tivessem participação restrita às eleições primárias, não se deve minimizar a importância desse quantitativo para os propósitos das lideranças locais,

⁴⁴² APMC. AFBC. JAGN 1.26.1

⁴⁴³ Correspondência enviada ao então Presidente da Província da Bahia, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, pelo juiz de paz do arraial de Brejo Grande, José Antônio d’Oliveira, publicada no site da Prefeitura Municipal de Contendas do Sincorá. Disponível em: <http://www.contendasdosincora.ba.gov.br/historia> Acesso em 07.11.2018

nem para o “controle social” desses indivíduos qualificados. Como demonstra Maria Odila Dias (1998, 67), é importante estudar “o fenômeno de arregimentação dessa população pelas elites dominantes e a construção paulatina de recursos administrativos e de leis para cooptá-los à população do Império como cidadãos pobres”. A autora discute que “havia por parte do governo central a vontade de influir sobre os ânimos locais, de pacificar as facções em luta e de conseguir um *modus vivendi* mais fácil”. Por esse motivo, sempre que possível, “procurava-se estender as malhas do poder central” sobre a população pobre livre. Ademais, o *status* de votante abria brechas para conformar relações de dependência baseadas em trocas e favores, com repercussões políticas locais: “o patronato, sem dúvida, exerceu influência sobre a arregimentação da população pobre, distribuindo empregos públicos e desta forma criando os laços de clientela pessoal” (DIAS, 1998, p. 70).

Mesmo havendo em cada freguesia pouquíssimas vagas do serviço público destinadas aos votantes, existiam outras formas de os proprietários e chefes políticos locais se beneficiarem desses indivíduos ou de manipularem as eleições primárias. Essas facetas miúdas do sistema político imperial tramitavam em conjunto com a grande política engendrada nas assembleias provinciais e na corte. Portanto, em nenhum momento José Antônio Gomes Neto esteve alheio ao seu funcionamento. No período em destaque na tabela 23 (1873-1886), outros projetos relacionados ao desmembramento e criação de freguesias, distritos e vilas no alto sertão da Bahia foram propostos na assembleia provincial da Bahia pelos sobrinhos Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Antônio Rodrigues Lima e seus coligados, a exemplo de Aristides Spínola e do cônego Brandão.

Observa-se, nesse período, a anexação da freguesia do Gentio ao termo de Caetité (1873); a constituição da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento a partir dos distritos de Bonito e Canabrava, com sede no arraial do Bonito (1873); a criação da freguesia de Umburanas (1878); a elevação do arraial de Almas a freguesia (1880) e alteração dos limites da freguesia de São Sebastião (1883), todas elas no termo de Caetité. Sobre este último projeto de lei, registrou-se nos anais da assembleia provincial da Bahia, em 1877: “o sr. Rodrigues Lima, em tempo, mandou à mesa duas apresentações, sendo uma dos moradores no distrito de São Sebastião, do termo de Caetité, pedindo a criação de uma

freguesia naquele distrito”.⁴⁴⁴ Como destaca Luiz Saraiva (2008, p. 26), a elevação de um distrito à categoria de paróquia ou freguesia tinha um significado mais amplo do que apenas a questão eclesial, “além de garantir a presença constante de um padre, representava uma ‘evolução’ no *status* e autonomia das localidades”, o que também significava um passo em direção à elevação até vila ou município. Decisões assim se desdobravam de mil maneiras na política e, sem dúvida, não eram projetadas sem levar em conta as intenções dos chefes políticos.

Em Caetité, a criação dos distritos de paz de São Sebastião (1876), de Beija-Flor (1880) e de Lagoa Real (1881) certamente incidiu sobre o quantitativo de postos de emprego locais, uma vez que cada novo distrito demandaria “um juiz de paz, um escrivão, inspetores de quarteirão e oficiais de justiça” (CHAVES, 2012, p. 61). Embora os distritos fossem unidades administrativas menores, por meio dessas “pequenas garantias” muitos indivíduos do mesmo grupo político, aliados e familiares eram acomodados em cargos públicos, o que favorecia esquemas de conquista de votos. Um dos muitos exemplos dessa realidade aparece na correspondência enviada pelo deputado Antônio Rodrigues Lima ao seu tio Gomes Neto, em 1882: “sobre as recomendações de Vm^{ce} vou começar a por tudo em execução”; “espera-se qualquer dia a mudança do ministério e então começarei as modificações necessárias ao districto”.⁴⁴⁵ No caso específico de Gomes Neto, a posição de juiz de direito também abriu prerrogativas para que ele interviesse em cargos públicos ligados à justiça e, com o auxílio dos seus sobrinhos deputados, influenciou também nas divisões de comarcas.

Comarcas e Justiça

Conforme já foi visto, quando José Antônio Gomes Neto retornou de Olinda, recém-formado em Ciências Jurídicas, trouxe consigo o desejo de tornar-se magistrado em Caetité. Passaram-se quatorze anos até que ele fosse nomeado juiz municipal e, depois, mais dez para alcançar o posto de juiz de Direito da Comarca de Caetité. Tendo esse objetivo em mente, mesmo antes de alcançá-lo Gomes Neto já estava atento aos limites de jurisdição que envolviam aquela comarca. Em 1852 (vide capítulo 3) ele

⁴⁴⁴ Biblioteca Nacional. *Correio da Bahia*. 20 de abril de 1877. Ano VII. Nº 21.p. 1 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=303488&pagfis=1633&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 21/11/2018.

⁴⁴⁵ APMC.AFBC.JAGN.1.4B.3

orientou o colega e deputado Luiz Antônio Pereira Franco a recusar projetos que previam a anexação dos distritos de Santo Antônio e São Felipe à comarca de Caetité, pedindo ao amigo que os vinculasse ao termo da Vitória, pertencente à comarca de Maracás.⁴⁴⁶

Durante o primeiro mandato do seu sobrinho Joaquim Manuel Rodrigues Lima como deputado provincial da Bahia, foram aprovados dois projetos que impactaram bastante as jurisdições alto-sertanejas: um que desmembrava o termo de Santo Antônio da Barra da comarca de Caetité e o termo de Vitória da comarca de Maracás, assim criando a comarca da Vitória (hoje Vitória da Conquista); e outro, que tramitou juntamente com este, para reintegrar o termo de Monte Alto à comarca de Caetité. Todavia, para melhor compreendê-los, é importante considerar alguns eventos anteriores.

Embora a nomeação de José Antônio Gomes Neto para juiz de Direito da Comarca de Caetité tenha sido publicada em novembro de 1869, o cargo foi assumido somente no dia 11 maio do ano seguinte. Nessa época, entre os termos pertencentes a Caetité, o de Santo Antônio da Barra (atual Condeúba) era não só o mais distante, mas também aquele que registrava frequentes conflitos entre grupos opostos. Fazia parte do trabalho exercido pelo juiz de Direito visitar os termos da comarca uma vez por mês para dirigir a “sessão do júri”, que era o julgamento público dos processos ali instaurados.

Essa rotina não se estava cumprindo no termo de Santo Antônio da Barra pela dificuldade de fixar um juiz municipal efetivo naquele lugar, onde a “força moral da autoridade” estava ameaçada. Algo a se considerar é que muitos desses conflitos eram de ordem política, disputas de poder local que excitavam verdadeiras batalhas. Para José Antônio Gomes Neto, que mantinha em Santo Antônio da Barra um contingente eleitoral requisitado em momentos de campanha, era fundamental dar cabo a esses embates. Porém, não era do seu perfil envolver-se diretamente em conflitos, tomando partidos que poderiam prejudicar seus interesses políticos. Então, utilizando-se do acesso que sua posição lhe dava às autoridades provinciais e ciente das responsabilidades que lhe recairiam ante a ausência de um juiz naquele termo, tão logo foi empossado, escreveu, reservadamente, ao presidente da província solicitando uma “força de polícia” comandada por “um oficial de confiança” que pudesse acumular a função de delegado, para a “captura de criminosos e segurança das autoridades, bem como a nomeação de um

⁴⁴⁶ APMC.AFBC.JAGN.1.36.7

juiz letrado”.⁴⁴⁷ Na posição de juiz de Direito, ele próprio indicaria os nomes para ocupar o cargo, como aliás o fez em março de 1871.⁴⁴⁸

Entretanto, o termo de Santo Antônio da Barra apresentava outros problemas no que tange ao preenchimento dos cargos do judiciário. À dificuldade de permanência de um juiz municipal somava-se a falta de um promotor, pois “advogado nenhum quer aceitar esse emprego”, queixou-se Gomes Neto, em 1872. No mesmo ano, outra carta contendo em anexo um ofício do suplente de delegado da vila de Santo Antônio da Barra, informava “ter ficado a delegacia acéfala”.⁴⁴⁹ Como solução, previa-se a substituição do delegado e de seus suplentes, o que não significava que os cargos seriam preenchidos, pois, por diversas vezes, os nomes indicados para juiz, promotor, ou delegado, não prestavam o juramento no tempo devido, deixando as vagas continuamente abertas. Mesmo quando alguém se interessava em ocupar um desses cargos, não havia garantias de paz e tranquilidade no lugar, pois as autoridades, quando não eram perseguidas, entravam em conflitos entre si, acirrando ainda mais os ânimos da população.

Todos esses episódios passaram pela jurisdição de José Antônio Gomes Neto, responsável por apaziguar os conflitos e manter o bom andamento da justiça local. Em julho de 1872 registraram-se desavenças provenientes de intrigas entre o juiz municipal e o delegado de Santo Antônio da Barra. A presença de Gomes Neto, como juiz de Direito da comarca, foi mais de uma vez solicitada: “torna-se necessário que V.S^a sem perca de tempo parta para aquele Termo, e todo destacamento sob seu comando, a fim de garantir a existência do dito juiz e a paz do lugar”. Esquivando-se, sua ausência foi remediada pelo promotor público da comarca de Caetité, que seguiu para a vila de Santo Antônio da Barra acompanhado de todo o destacamento armado existente na cidade. Vale considerar que em 1870 havia nove praças em Caetité e cinco em Santo Antônio da Barra.⁴⁵⁰ Em 1872, as praças que compunham o destacamento de Caetité estavam sem soldo havia mais de três meses e na vila de Santo Antônio da Barra sequer havia destacamento da Guarda

⁴⁴⁷ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Correspondência de nº 7. Caetité, 8 de julho de 1870.

⁴⁴⁸ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Correspondência de nº 7. Caetité, 8 de março de 1871.

⁴⁴⁹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Correspondência de nº 2. Caetité, 8 de janeiro de 1872.

⁴⁵⁰ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 15 de outubro de 1870.

Nacional, “porque o coletor dali não tem querido pagar o respectivo soldo”.⁴⁵¹ Em carta ao presidente da província, José Antônio Gomes Neto relatou:

não podendo eu também partir imediatamente fiz ver ao Dr. Promotor Público, que logo q ali chegasse, me participasse todo o ocorrido, pq se as circunstâncias exigissem, eu seguiria p^a ali acompanhado por alguns amigos, e de uma força que contivesse os desordeiros e os punisse. Felizmente não foi preciso esse meio mais enérgico.⁴⁵²

Em agosto de 1872, José Antônio Gomes Neto escreveu outra vez ao presidente da província: “tenho a honra de participar a V.Ex^a que esta Comarca goza de sossego”, tendo desaparecido “o conflito entre o Juiz Municipal e o Delegado de Polícia do Termo de Santo Antônio da Barra”.⁴⁵³ Intrigas como essa afetavam o andamento da justiça local e comprometiam o trabalho do juiz de Direito da comarca que, por diversas vezes, atendeu aos ofícios e solicitações das autoridades provinciais, deixando em aberto os encaminhamentos concernentes ao termo de Santo Antônio da Barra: “ordenei a confecção dos mapas estatísticos, os quais só agora me foram entregues, faltando ainda o de Santo Antônio da Barra”.⁴⁵⁴ Outro exemplo foram “as matrículas de escravas e dos filhos livres da mulher escrava” requeridas em cumprimento às exigências da Lei do Ventre Livre, de 1871, mas que, em novembro de 1872, não haviam sido concluídas naquele termo.⁴⁵⁵

Em 1873, os problemas de dificuldade de preenchimento dos cargos da justiça ainda persistiam, sendo novamente relatados ao presidente da província: “os suplentes do delegado ultimamente nomeados por ali não quiseram aceitar esses cargos e, por esse motivo não há delegado em exercício naquele termo e nem na sede da vila, subdelegado”. Para José Antônio Gomes Neto a resolução do problema, já solicitada em outras cartas, era a nomeação de um oficial para delegado do termo e mais algumas praças policiais: “a autoridade ali, como em toda parte, precisa ter força para sustentar os seus atos e punir os criminosos”.⁴⁵⁶ De outro modo, pensava ele, nenhum juiz municipal teria tranquilidade para exercer sua profissão naquele termo. Percebe-se, desse modo, a dificuldade que

⁴⁵¹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Correspondência de nº 11. Caetité, 30 de julho de 1872.

⁴⁵² APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Correspondência de nº 11. Caetité, 30 de julho de 1872.

⁴⁵³ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Correspondência de nº 12. Caetité, 20 de agosto de 1872.

⁴⁵⁴ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 8 de agosto de 1870.

⁴⁵⁵ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Correspondência de nº 16. Caetité, 18 de novembro de 1872.

⁴⁵⁶ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 06 de junho de 1873.

enfrentava como juiz de Direito da comarca para conter a recorrente insubordinação de facções e de criminosos em Santo Antônio da Barra. Sua insatisfação era notória. Não seria, pois, do seu interesse que esse território fosse desmembrado da comarca de Caetité? Assim os problemas ficariam a cabo de outro juiz e não mais afetariam sua jurisdição.

O ofício que encaminhou ao presidente da província informando ter deixado de “funcionar no Termo de Santo Antônio da Barra, que passou a fazer parte da comarca da Vitória” foi o mesmo em que relatou ter assumido “a jurisdição como juiz de Direito, no Termo de Monte Alto em virtude da Lei Provincial de 28 de maio ”⁴⁵⁷, de 1873. Conforme dito anteriormente, foram projetos que tramitaram juntos na assembleia provincial, sob a custódia do seu sobrinho Joaquim Manuel Rodrigues Lima, com este ainda no seu primeiro mandato, o que indica a prioridade desses arranjos dentro dos interesses do tio magistrado.

O termo de Monte Alto, antes pertencente a Caetité, tornou-se cabeça de comarca em 1860⁴⁵⁸. Atendendo a uma lógica política, a criação de novas comarcas potencializava outras áreas de influência, permitindo a atuação estável de juízes de Direito e promotores públicos, cargos cobiçados dentro da magistratura. Além disso, a criação da comarca permitia que as questões judiciais e eleitorais fossem resolvidas mais de perto, ou seja, com maior possibilidade de intervenção das autoridades locais (SARAIVA, 2008). Naquele mesmo ano de 1860, José Antônio Gomes Neto havia sido nomeado juiz municipal de Caetité. Na época, opunha-se politicamente ao colega Gasparino Moreira de Castro, de Monte Alto. Mesmo com a morte de Gasparino, em 1866, o grupo ligado à família Castro e ao partido conservador manteve-se de pé naquela região, ocupando posições de destaque e cargos públicos.

Porém, tão logo Gomes Neto foi empossado juiz de Direito em Caetité, em 1870, e, depois, com seu sobrinho na assembleia provincial, a partir de 1872, fez aprovar um projeto que desmembrava o termo de Monte Alto da comarca que passou a ter sede em Carinhanha, e anexava-o de volta à comarca de Caetité. Tratando-se de uma região politicamente importante para José Antônio Gomes Neto, essa decisão incorreria na desarticulação de forças já consolidadas em Monte Alto e manteria os cargos públicos sob sua tutela, visto que, “em cada termo deveria haver um conselho de jurados, um juiz

⁴⁵⁷ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 30 de setembro de 1873.

⁴⁵⁸ Lei Provincial nº 809, de 11 junho de 1860.

municipal, um promotor público, um escrivão das execuções e oficiais de justiça” (CHAVES, 2012, p. 61).

Naquele termo concentravam-se, talvez, as propriedades mais ricas da região alto-sertaneja. Inventários de bens, a exemplo daqueles analisados por Danielle Ramos (2012) e Rosângela Miranda (2018), demonstram os valores vultosos amealhados em Monte Alto, alusivos a enriquecimento e acúmulo de fortunas. Manter o domínio sobre a justiça local, por meio da reintegração daquele termo à comarca de Caetité, permitiria assegurar interesses e posições que o favoreceriam politicamente, contrapondo-se, assim, à força econômica de adversários.

Contudo, apesar da publicação oficial da lei que reintegrava o termo de Monte Alto à comarca de Caetité, o então juiz de Direito de Monte Alto não acatou de imediato a decisão provincial. Em fevereiro de 1874 José Antônio Gomes Neto relatou ao presidente da província que José Cardoso da Cunha “continua a exercer atribuições de Juiz de Direito no Termo de Monte Alto, não obstante estar eu funcionando nela desde setembro do ano passado”. Além disso, “o dito Dr. Cunha convocou o júri de Monte Alto para o dia 26 do corrente mês, não obstante eu ter comunicado a elle que o considerava incompetente para exercer ali atribuições como Juiz de Direito”. Mantendo a postura de não se envolver diretamente em conflitos, mas se utilizar de sua influência e posição para alcançar os fins que desejava, concluiu: “não posso ir já a Monte Alto fazer cessar esse estado de coisas. Peço a V Ex^a que se digne dar providências tendentes a fazer com que aquele juiz passe para Carinhanha”.⁴⁵⁹

Decerto, a lei que dissolveu a comarca de Monte Alto mexeu com diferenças vigentes entre grupos, dando margem para que os dois juízes atuassem parcialmente, um para um grupo, outro para outro. Pedidos voluntários de demissões também são indícios de que a nova condição jurídica de Monte Alto causava desconforto para alguns indivíduos. Logo no início do ano 1874, José Pereira da Silva Castro e Avelino de Oliveira Guimarães pediram demissão do lugar de segundo e terceiro suplentes de juiz municipal de Monte Alto. De pronto, José Antônio Gomes Neto indicou, para substituí-los, o “bacharel Francisco Antônio de Freitas Barros e Marcelino José das Neves” justificando que tinham “as qualidades precisas para esses lugares”.⁴⁶⁰ Em 1875, uma lista de

⁴⁵⁹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 19 de fevereiro de 1874.

⁴⁶⁰ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 20 de fevereiro de 1874.

suplentes para juiz municipal do termo de Monte Alto foi encaminhada ao presidente da província.⁴⁶¹ Incluso, José Antônio Gomes Neto assinalou que “o primeiro suplente atual de Monte Alto há muito se tem escusado de funcionar, por essa razão e por não convir a sua recondução ao serviço público, deve ser substituído por outro”. Os demais, segundo ele, poderiam ser mantidos, porém, “passando o terceiro suplente atual para primeiro”.⁴⁶² Duas semanas depois, outra correspondência foi enviada ao presidente da província informando que “sendo conveniente ao serviço público que o juiz municipal nomeado p^a o Termo de Monte Alto, Dr. Antônio Pereira de Castro, assumisse o exercício do cargo”, seu juramento havia sido deferido por José Antônio Gomes Neto, que escrevia pedindo que seu ato fosse aprovado. Ademais, acrescentou: “os suplentes nunca tomam tanto interesse pelo serviço público”.⁴⁶³

Para se ter ideia do quanto essas decisões concernentes às comarcas do alto sertão foram tomadas de acordo com conveniências particulares, nos anos 1880, em um momento político diferente, o deputado Antônio Rodrigues Lima, irmão daquele que havia dissolvido a comarca de Monte Alto em 1873, trabalhou pela aprovação de uma lei que desligava o termo de Monte Alto da comarca de Caetité e o reintegrava de forma autônoma, como sede de comarca. É importante considerar que, em 1880 o poderio político de José Antônio Gomes Neto e de sua família estava consolidado. Ele já era um homem de quase sessenta anos, que vivia a ausentar-se do trabalho, apresentando licenças por motivos pessoais e de saúde, também indicando substitutos para seus compromissos nos termos e distritos fora de Caetité. Ademais, tornara-se Barão de Caetité e mantinha larga criação de gado em sua fazenda Santa Bárbara, onde passava temporadas. Naquela altura da sua vida, o termo de Monte Alto e o de Bom Jesus dos Meiras, localizados em sentidos opostos, demandavam viagens relativamente longas, transcorridas em montaria ou liteira conduzida por animais, desgastes que provavelmente queria evitar. Além do mais, o termo de Monte Alto, pela sua extensão e atividade, deveria demandar uma sobrecarga de trabalho da qual ele estava disposto a afastar-se, principalmente porque já transitava em meio a muitas instâncias deliberativas e podia intervir cada vez mais na nomeação de cargos em toda a região do alto sertão baiano. Podia, muito bem, colocar qualquer aliado na posição de juiz de Direito da nova comarca.

⁴⁶¹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 10 de agosto de 1875.

⁴⁶² APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 11 de agosto de 1875.

⁴⁶³ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 27 de agosto de 1875.

O mesmo vale para o termo de Bom Jesus dos Meiras, que em 1880 também foi desligado da comarca de Caetité para dar origem a uma nova comarca, incluindo este termo e o de Brejo Grande, desvinculado da comarca de Maracás. Mais uma vez tratava-se de leis análogas, que tramitaram juntas na assembleia provincial e que envolviam o mesmo projeto de reorganização da justiça no alto sertão baiano, partindo do pressuposto de que o serviço público daquela região seria facilitado. Porém, esses decretos oficiais, instituídos de cima para baixo, congregavam em seu nascedouro interesses bem peculiares do magistrado José Antônio Gomes Neto, que desejava, em tese, facilitar sua demanda de trabalho, conjuntura em que presumia já poder “soltar as cordas” sem prejuízo ao seu poderio pessoal.

Nos bastidores dessa lei estão correspondências enviadas ao presidente da província, nas quais Gomes Neto sinalizava, desde 1875, as inconveniências das circunscrições territoriais de então:

a freguesia de Bom Jesus dos Meiras, cuja matriz está colocada neste termo, é composta de parte do território do termo de Brejo Grande, comarca de Maracás, de parte do termo de Santo Antônio da Barra, comarca da Vitória, e de outra parte deste Termo e comarca, vindo, portanto, pertencer ela a três Termos e três comarcas, o que é bastante inconveniente para o serviço público.⁴⁶⁴

Essas fronteiras partilhadas incorriam sobre a atuação do juiz de Direito e dificultavam o seu trabalho. Exemplo disso era o alistamento de indivíduos da freguesia de Bom Jesus dos Meiras aptos para servirem o exército. A propósito, a correspondência de José Antônio Gomes Neto ao presidente da província era para esclarecer se o alistamento deveria ser apurado pela junta revisora da comarca de Caetité ou se as juntas das três comarcas deveriam apurar o alistamento em cada uma das suas partes, “mandando o juiz da paróquia ou junta paroquial o alistamento de cada uma dessas partes para os juizes de direito das três comarcas”.⁴⁶⁵ Por esse motivo, assim como acontecia no termo de Santo Antônio da Barra, que foi desmembrado de Caetité em 1873, era mais difícil fazer cumprir os editais da lei, ficando sempre alguma pendência em relação àquela freguesia: “tenho a informar a V.Ex^a que todas as freguesias desta comarca, com excessão da de Bom Jesus dos Meiras, teve lugar o alistamento dos cidadãos p^a o serviço do Exército e Armada”.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juizes. Maço: 2288. Caetité, 30 de agosto de 1875.

⁴⁶⁵ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juizes. Maço: 2288. Caetité, 30 de agosto de 1875.

⁴⁶⁶ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juizes. Maço: 2288. Caetité, 11 de novembro de 1875.

Conforme discutido, os desmembramentos ou anexação de unidades administrativas e judiciais eram meios de exercer poder através do domínio sobre os cargos públicos ou dos laços de dependência que se criavam sob formas legais. Voltando ao caso da reintegração da comarca de Monte Alto, a correspondência do sobrinho Antônio Rodrigues Lima, em 1883, reitera como aquela lei foi conivente com os propósitos de Gomes Neto, visto que manteria o controle dos cargos da justiça naquele lugar: “recebi vossa última carta em que fala sobre a organização da [Guarda Municipal] de Monte Alto e vou dar andamento, e espero que tudo será feito constituída que seja a comarca – cuja instalação foi designada p^a 31 do corrente”. Além disso, ainda escreveu:

o Presidente da Província não fez nomeações senão de bacharéis p^a as comarcas, p^a promotores, mas os juízes de direito podem indicar interinamente as pessoas que quiser e eu aqui obterei a que alguns bacharéis queiram o Caetité e Monte Alto, podendo preencher esses lugares o Reinaldo e o Aprígio.

As nomeações de polícia de Monte Alto foram feitas e eu envio agora o título de todos.⁴⁶⁷

A relação entre José Antônio Gomes Neto e os cargos públicos do alto sertão baiano estendia-se havia décadas, alargando-se à medida que ele consolidava sua posição de destaque, de poder e de prestígio dentro e fora daquela região. Na justiça, um ponto a ser destacado era a maneira como ele conduzia as indicações para os cargos públicos locais, utilizando-se da prerrogativa da sua posição de juiz de Direito e do acesso que tinha ao presidente da província para proferir juízo de valor e influenciar na ocupação das vagas existentes na comarca de Caetité. Embora esse aspecto já tenha sido demonstrado ao longo deste estudo, no último tópico deste capítulo encontra-se uma discussão mais detida sobre essa prática.

Obras públicas e outros projetos

Como tem sido demonstrado até aqui, há vários indícios de que muitos projetos aprovados na assembleia provincial, relacionados ao alto sertão da Bahia, resultaram de interesses previamente articulados entre José Antônio Gomes Neto, seus sobrinhos e outros aliados. Mesmo nos casos mais discretos, naquilo que parecia ser praxe de um deputado, é possível notar acordos preestabelecidos e interesses camuflados. Até quando se tratava de projetos que recaíam sobre a população de modo mais amplo, como a

⁴⁶⁷ APMC. AFBC. JAGN. 1.4B.5

melhoria das estradas, reparos nas igrejas, ou aqueles que atendiam casos muito específicos, como a contratação de funcionários públicos e aumento de salários daqueles já atuantes, descortina-se todo um jogo de relações e empenhos políticos. Não há, no espaço limitado desta tese, como analisar todos os projetos direcionados ao alto sertão baiano, mas ainda é possível citar outros casos além dos que já foram mencionados até aqui.

Em 1874, Joaquim Manuel Rodrigues Lima angariou dois contos de reis para “urgentes reparos da igreja matriz da cidade de Caetité”⁴⁶⁸, uma preocupação que o seu tio já havia exposto em correspondência ao presidente da província desde dezembro de 1873: “vendo o deplorável estado em que se acha a Igreja Matriz desta cidade, a qual terá de cair se não cuidar-se já de alguns concertos urgentes q ela precisa, lembrei de pedir a V.S^a algum auxílio pecuniário para esse fim”.⁴⁶⁹ No ano seguinte, Marcolino Moura conseguiu a mesma quantia para “despender com os concertos da matriz do Senhor Bom Jesus dos Meiras, do termo de Caetité”.⁴⁷⁰ Em 1877, o *Correio da Bahia* publicou a sessão da assembleia provincial em que Antônio Rodrigues Lima “requereu e foi aprovado para que se pedissem informações ao exmo. sr. vigário capitular acerca do projeto nº 721, elevando à matriz a capella do arraial de Duas Barras [hoje Urandi], comarca de Caetité”.⁴⁷¹

Decretos políticos que tinham apelo religioso, mesmo numa época em que as igrejas ainda eram de responsabilidade do Estado, utilizadas também como local para a realização de eleições⁴⁷², eram um grande trunfo para as autoridades locais, capazes de significar muito do ponto vista simbólico para a comunidade beneficiada, repercutindo na popularidade política, no carisma e até na reverência prestada aos chefes locais. Além disso, quando algum recurso público era liberado para fins dessa natureza, constituía-se uma comissão para administrá-lo e prestar contas do dinheiro. Esses homens, geralmente

⁴⁶⁸ Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. 09.04.1874.

⁴⁶⁹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juizes. Maço: 2288. Caetité, 16 de dezembro de 1873.

⁴⁷⁰ Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia 14.06.1875.

⁴⁷¹ Biblioteca Nacional. Correio da Bahia. 22 de março de 1877. Ano VI. Nº292. p. 1 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=303488&pagfis=1633&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 20/11/2018.

⁴⁷² Somente em 1881, com a lei Saraiva, as igrejas deixaram de ser lugar para as eleições “devido ao abandono da maioria dos rituais eleitorais. Agora que não se intimaria mais a participação da grande massa da população em uma encenação de hierarquia, podia-se abandonar a elaboração teatral. Como declarava a lei sucintamente: ‘São dispensadas as cerimônias religiosas’”. Desse modo, “só na falta absoluta de outros edifícios, poderão ser designados para esse fim [eleições] os templos religiosos”, dizia o texto da lei. (GRAHAM, 1997, p. 112).

aqueles tidos como mais distintos do lugar, detinham o recurso público para a contratação de quem quisessem, fazendo disso um artifício de autoridade e poder.

Em 1873, Rodrigues Lima também havia conseguido verba para a construção de duas pontes, “sendo uma sobre o rio do Antônio e outra sobre o rio Gaveão, na estrada que da villa de Santo Antônio da Barra se dirige à cidade de Caetité”.⁴⁷³ A falta de acesso e a dificuldade de estradas no sertão eram um problema frisado pelas autoridades locais daquela época, entretanto as obras no trecho que ligava a vila de Santo Antônio da Barra a Caetité facilitariam diretamente o tráfego do juiz quando tivesse que se deslocar para as sessões do júri naquele termo, ao menos enquanto a vontade de desmembrá-lo não se concretizasse.

Entre os anos de 1873 -1886, outros seis projetos foram aprovados na assembleia provincial relativos à construção de pontes, reparos de estradas e investimentos em iluminação pública para cidades e vilas do alto sertão (tabela 23). Entre esses projetos, três versavam sobre vias de acesso à cidade de Caetité. Porém, observando o jornal *Correio da Bahia*, percebe-se que esse quantitativo pode ter sido um pouco maior, visto ter-se registrado uma sessão de abril de 1877 em que se discutiu o projeto de número 849, autorizando o governo a despendar a quantia de 11 contos de réis com as seguintes obras:

2:000\$ com concertos das ladeiras do Pajeú, em Monte Alto, e Gameleira, em Caetité; 3\$000 com uma ponte sobre o rio Brumado, em Vila Velha; 2:000\$ com o cemitério da vila do Rio das Égoas; 2:000\$ com os reparos da matriz de Monte Alto e, finalmente, 2:000\$ com concertos precisos na estrada da vila de Minas do Rio de Contas, no arraial do Bom Jesus do Rio de Contas.⁴⁷⁴

As estradas exerciam forte atração sobre os proprietários do alto sertão baiano, principalmente daqueles que exportavam gado, como José Antônio Gomes Neto e seu sobrinho Joaquim Manuel Rodrigues Lima. Sendo assim, não se descuidavam de garantir o tráfego dos trechos mais utilizados, como demonstra a carta enviada por Gomes Neto ao presidente da província em que solicita o envio da verba designada pela assembleia provincial para o reparo das ladeiras do Pajeú e Gameleira, em 1877:

As chuvas abundantes que tem caído durante os últimos meses do ano próximo passado e este, tem causado grandes prejuízos a lavoura, propriedades, muitas das quais tem desabado, achando-se por esse motivo quase intransitáveis as ladeiras da Gameleira e Pajehú e bem

⁴⁷³ Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. 07.05.1873.

⁴⁷⁴ Biblioteca Nacional. *Correio da Bahia*. 05 de abril de 1877. Ano VII. Nº 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=303488&pagfis=1633&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 20/11/2018.

assim outros caminhos, pois estradas regulares não há, infelizmente, neste centro. Por essas duas ladeiras, que são unidas, pertencendo a da Gameleira a este termo e a do Pajehu ao de Monte Alto, passam as tropas, boiadas, cavalharias, que vem de Monte Alto, Carinhanha, Vale do São Francisco e assim torna-se urgente necessidade o melhoramento delas.

Abertura de novas estradas foi assunto na carta que Antônio Rodrigues Lima escreveu ao tio em janeiro de 1882: “falei na Bahia com o Paranaguá sobre a nova estrada, pela qual Vm^{cê} tanto se interessa e ele prometeu recomendá-la no relatório ao seu sucessor. Dei a ele alguns apontamentos e se de fato for mencionada no relatório já é uma grande vantagem”⁴⁷⁵. Nessa época, o velho amigo João Lustosa da Cunha Paranaguá, depois de tantos anos na corte atuando como ministro, estava de volta à Bahia, onde ocupava a posição de presidente da província. Era um momento bastante propício para se conseguirem interesses dessa natureza. Apesar de o sobrinho Antônio Rodrigues Lima não indicar sobre qual estrada havia conversado com Paranaguá, em junho do mesmo ano a assembleia provincial aprovou dois projetos, um de construção da estrada que ligava Caetitê a Queimadinhos, no valor de seis contos de reis; e outro, avaliado em três contos de reis, que autorizava “concertos indispensáveis e urgentes da estrada, que conduz do Brejo ao Hospício na comarca de Caetitê”.⁴⁷⁶ Não por mera coincidência, Queimadinhos e Hospício estavam no trajeto por onde passavam as boiadas de Gomes Neto. As estradas eram, pois, a garantia da continuidade de negócios lucrativos.

Vê-se, dessa forma, que, apesar das turbulências climáticas, econômicas ou políticas vivenciadas no Brasil a partir da década de 1870, José Antônio Gomes Neto se manteve firme na posição de liderança no alto sertão baiano. As conexões estabelecidas para além desse território, muitas delas representadas por seus sobrinhos, asseguraram sua posição e favoreceram o controle dos cargos públicos locais, utilizados como barganha, afirmação de poder e manutenção do *status quo*. Antes de adentrar um pouco mais nesse ponto, vale destacar que os irmãos Joaquim Manoel e Antônio Rodrigues Lima não eram os únicos sobrinhos de Gomes Neto, filhos da sua única irmã Rita Sophia. Ao total, eram quatro homens e uma mulher. Cada um dos homens foi aproveitado de alguma forma, na política e nos negócios. Enquanto os bacharéis assentavam-se nos parlamentos, José Antônio Rodrigues Lima, que também era genro de Gomes Neto e sobre quem será falado no próximo capítulo,

⁴⁷⁵ AFBC. JAGN. 1 4B.3

⁴⁷⁶ Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia 27.06.1882.

tomava a frente de alguns negócios mais específicos, como a venda de diamantes. Conforme mencionado no segundo capítulo, Antônia Sofia, a única sobrinha, casou-se, conforme as recomendações do tio, com Bráulio Xavier, sobrinho por parte da sua esposa. Octacílio, seu irmão mais novo, depois de concluir os estudos também se enveredou pela política. Embora para este capítulo tenha sido necessário ater-se à atuação política e institucional dos sobrinhos médicos, todos eles eram muito ligados ao tio e atuavam dentro do mesmo objetivo de preservar o *status* e a riqueza familiar. Sobre cada um deles seria possível realizar um estudo à parte, haja vista a quantidade de documentos existentes e a peculiaridade de cada uma das suas trajetórias.

Cargos públicos: recursos de poder

Em 1878, por meio do jornal *Correio da Bahia*, Estêvão Vaz Ferreira, juiz de Direito de Feira de Santana, defendeu-se de ter indicado Justino Alves Pereira para o lugar de primeiro suplente da subdelegacia das Almas, termo de Caetité, uma vez que Justino havia sido acusado de roubar “oito ou nove” contos de réis em São Félix, posto que disse: “sem duvidar da veracidade da asserção, cumpre-me declarar que nunca propus pessoa alguma para o cargo de polícia daquela comarca senão por indicação do distinto juiz de direito d’ella o dr. José Antônio Gomes Netto”. E para não se comprometer com o magistrado caetiteense, com quem certamente mantinha recíproca troca de favores, esclareceu: “ele, entretanto, não deve ser responsável, como eu de certo também não sou, pelo procedimento desse indivíduo, que se hoje criminoso, podia ser naquele tempo um homem de bem”.⁴⁷⁷

A conduta questionável de Justino Alves Pereira trouxe a público, de modo negativo, a interferência de José Antônio Gomes Neto nos cargos da comarca de Caetité, por meio de acordos firmados com o magistrado Estêvão Vaz Ferreira, juiz de Feira de Santana. Mas, Gomes Neto também se justificou por meio de uma nota enviada ao jornal *Correio da Bahia*: “sempre tive em vista indicar nomes de cidadãos honestos para os diversos cargos e empregos desta comarca, não querendo saber qual o partido, por eles seguido. Entre os homens de bem achava-se o infeliz Justino Alves Pereira”, que, segundo

⁴⁷⁷Biblioteca Nacional. *Correio da Bahia*, 10 de agosto de 1878. Ano VIII, nº 57, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=303488&pagfis=1633&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 24/11/2018.

informou, “era juiz de paz e gosava de muito conceito neste termo [...] não podendo eu prever o procedimento futuro de um indivíduo tido até então por honrado”.⁴⁷⁸ Percebe-se, desse modo, que o assunto de destaque naquela gazeta baiana, entre os meses de maio a agosto de 1878, não foi a maneira como os juízes controlavam as nomeações para os cargos públicos locais. Essa prática era corriqueira e disseminada por o todo país. Chamou mais atenção a sina de Justino, que de cidadão de bem, passou a ser conhecido como ladrão.

Embora Gomes Neto tivesse declarado na nota ao jornal que suas recomendações não levavam em consideração o posicionamento partidário dos indicados, já foi demonstrado quanto ele se beneficiou através dos cargos públicos, promovendo nomeações, transferências e demissões, conforme lhe convinha. Depois que se tornou juiz de Direito passou legalmente à sua responsabilidade o dever de prestar contas das funções exercidas na justiça e na polícia dentro da comarca sob sua autoridade. Entretanto, valendo-se dessa prerrogativa, muitas vezes Gomes Neto quebrou o protocolo para indicar e repelir nomes, emitindo sua opinião sobre alguns indivíduos que eram apresentados ao presidente da província como propícios a assumir determinados cargos.

Em dezembro de 1870, no relatório que informava sobre o juiz municipal, Manuel José Gonçalves Fraga, e o Promotor da comarca de Caetité, Tobias de Souza Lima, informou que cumpriam com zelo, dedicação e inteligência as funções dos seus cargos, endossando que “ambos são moços que louvam a classe a que pertencem”⁴⁷⁹; em 1872, pediu a substituição do destacamento existente em Caetité, composto de praças policiais que “vivem constantemente embriagados e promovendo desordens”. Salvou, entretanto, o alferes que o comandava, descrito como “de bom proceder”⁴⁸⁰; sobre um funcionário da delegacia de Santo Antônio da Barra encaminhou, em 1872, ofício do delegado de polícia, sobre o qual preferiu não emitir comentário dizendo bastar “ler-se para formar-se o devido juízo a respeito do empregado que o escrevo”⁴⁸¹; em 1876 pediu que o cargo de oficial do registro de hipotecas fosse ocupado pelo segundo tabelião e escrivão do civil, Sabino Vieira da Costa, “não só porque já serve ele esse ofício por designação minha,

⁴⁷⁸ Biblioteca Nacional. *Correio da Bahia*, 4 de junho de 1878. Ano VIII, nº 112, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=303488&pagfis=1633&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 24/11/2018.

⁴⁷⁹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 28 de dezembro de 1870.

⁴⁸⁰ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 8 de maio de 1872.

⁴⁸¹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 26 de agosto de 1872.

como também por ser ele o escrivão mais inteligente dessa comarca”. Sabino, que também era alferes, havia recebido em 1875 mercê de serventia vitalícia do seu ofício, conforme publicaram os jornais da corte e de São Paulo.⁴⁸² Contudo, o cargo então proposto era melhor remunerado, cabendo a justificativa de ser dado a um pai de “numerosa família”.⁴⁸³

Em novembro de 1873 encaminhou ao presidente da província um requerimento documentado por Gustavo Antônio de Brito, o qual pedia o emprego de “tabelião e escrivão do civil”. Contudo, acrescentou: “informando, cabe-me dizer a V.Ex^a que esse pretendente prestou serviços durante a guerra do Paraguai e está no caso de merecer a graça pedida”.⁴⁸⁴ Não é difícil imaginar que o posicionamento político desses indivíduos conferisse alguns méritos e os apresentasse melhor junto às autoridades provinciais, enquanto outros, com quem Gomes Neto mantinha diferenças partidárias, eram desqualificados. As diferentes situações se podem entrever por meio da pena do magistrado caetiteense.

Em 9 de fevereiro de 1877, faleceu o padre Policarpo de Brito Gondim, vigário geral da freguesia de Caetité. Homem político, de família ligada ao partido conservador, ex-deputado provincial, sem dúvida bastante influente. Sua morte foi anunciada ao presidente da província de diferentes maneiras. Na carta que o juiz de Direito, Gomes Neto, julgou “conveniente” enviar, apenas informou o ocorrido, sem fazer nenhuma menção à figura do padre, antes, solicitou a nomeação de um novo vigário para Caetité.⁴⁸⁵ Já na correspondência escrita pelo juiz municipal, César Quirino da Silva, provavelmente ligado ao mesmo grupo político “daquele cuja morte é pranteada por todos os habitantes desta comarca”, apelou-se para a nomeação do Rev. Fernando Rodrigues da Silva para substituto do padre Policarpo, que, em vida, já o havia encarregado da “administração dos sacramentos”.⁴⁸⁶

A diferença entre os magistrados não se resumiu à maneira como anunciaram o falecimento do padre, porém esse fato demarca o posicionamento político de ambos. Em

⁴⁸² Biblioteca Nacional. *Diário de São Paulo*. 14 de outubro de 1875. Ano XI. Nº 2968, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&PagFis=11706&Pesq=Caetit%C3%A9>. Acesso: 21/02/2019.

⁴⁸³ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 07 de março de 1876.

⁴⁸⁴ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2288. Caetité, 20 de novembro de 1873.

⁴⁸⁵ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2289. Caetité, 12 de fevereiro de 1877.

⁴⁸⁶ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2289. Caetité, 15 de fevereiro de 1877.

1878, em carta à presidência da província, Gomes Neto prestou relatórios elogiosos em referência ao juiz municipal de Monte Alto e ao promotor público da comarca de Caetité, acrescentando que não poderia dizer o mesmo do juiz municipal de Caetité, Cézár Quirino da Silva, “que é de supina ignorância, de costumes imorais e depravados, mau chefe de família, não gozando do menor prestígio e consideração nesta localidade, onde tem perdido toda força moral”. Além disso, acrescentou: “sinto que esse meu colega faça parte da magistratura, porque é uma desonra para ela ter um membro tão eivado de vícios.” Sendo assim, não poderia, por dever de ofício, encobrir “essa dura verdade”.⁴⁸⁷

Em outras ocasiões, mesmo quando não fez comentários elogiosos sobre determinados indivíduos, jamais fora tão duro em suas palavras. A maneira como escreveu sobre o magistrado Cézár Quirino revela traços de malquerença, certamente desafeição, pois Gomes Neto não cessou de maldizer o colega. Em dezembro do mesmo ano escreveu reservadamente ao presidente da província, acusando Quirino de falsificar um inventário, solicitando, para isso, punição imediata e suspensão do cargo: “o dito juiz cometeu um crime, devendo ser por ele punido e peço desde já a suspensão prévia do mesmo”.⁴⁸⁸ A acusação girava em torno de uma data que havia sido equivocadamente colocada no inventário. A defesa de Cézár Quirino só foi enviada em maio de 1879. Ele se justificou minuciosamente, apontando que não houve má-fé da sua parte, tampouco que seria de sua exclusiva responsabilidade o equívoco da data, haja vista que o escrivão redigiu o documento e o juiz de Direito o despachou. Nas entrelinhas, reconhecia estar lutando contra forças maiores: “a posição daquele que se acha acusado é sempre difícil e, ainda mais, quando o acusador é colocado” pelo país no “lugar onde administra justiça”. Porém, sem perder a compostura, defendeu-se, recorrendo ao histórico ilibado que disse manter desde quando recebeu o grau de bacharel: “em todo esse lapso de tempo, soube-me conduzir, distribuindo justiça às partes, e só reservava-me para falsificar inventários em Caetité, na minha terra natal, no seio da minha família!!...” Não negou, entretanto, que algumas vezes contrariou opiniões emitidas pelo juiz de Direito Gomes Neto em virtude da “invasão que julgo ter havido na esfera de minhas atribuições”⁴⁸⁹, ou seja, já viviam em disputa de poder.

⁴⁸⁷ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2289. Caetité, 26 de abril de 1878 – grifos do autor.

⁴⁸⁸ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2289. Caetité, 09 de dezembro de 1878.

⁴⁸⁹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juízes. Maço: 2289. Caetité, 08 de maio de 1879.

Ao que parece, a defesa foi aceita e a acusação ficou por isso mesmo. Em julho do mesmo ano, César Quirino assumiu outra vez o juizado de Direito de Caetité, em substituição a Gomes Neto, afastado para mais uma licença. Contudo, as diferenças não parecem ter arrefecido. O tempo passou, o assunto não foi esquecido e Gomes Neto, que tinha seus tentáculos, recebeu em 1882 uma carta-resposta do seu sobrinho Antônio Rodrigues Lima, já deputado geral, em que tratava da distribuição de cargos após o reestabelecimento da comarca de Monte Alto: “o Mariano Castro vai para Carinhanha e tratarei da nomeação p^a Monte Alto segundo a recomendação de Vm^{cê} – Tobias ou Fraga – O Cezar será brevemente substituído”.⁴⁹⁰ Com tantos aliados bem posicionados, era fácil garantir suas vontades.

Os desdobramentos dos conchavos e desmandos não estão na ordem do calculável, nesta presente tese. Muitos sequer foram documentados e a maioria deles certamente foi tramada de forma velada, por entre os caminhos sinuosos da política. Mesmo aquilo que gerava papel comprobatório pode ter sido filtrado na hora de guardar e legar documentos históricos. Mas é importante enfatizar que eles, conchavos e desmandos, existiram, que as leis promulgadas no âmbito da assembleia provincial da Bahia não eram cegas, que os sobrinhos do magistrado José Antônio Gomes Neto trabalharam em favor dos ditames do tio, fielmente honrando os laços de sangue e de hierarquia que os unia em torno do mesmo nome e do mesmo patrimônio. Também é importante saber que a influência política desse magistrado estava baseada em relações de troca que se davam em duas direções: de cima para baixo, entre ele e a gente do sertão, votantes e eleitores conquistados de diferentes maneiras; de baixo para cima, entre ele e outros políticos que ocupavam posições mais influentes na capital da província ou na corte, aqueles a quem apoiava nas eleições.

Até quando essas relações foram mantidas? Como se organizou a vida política e financeira desse magistrado na última década do Império? Qual o impacto das leis abolicionistas e da República na sua trajetória? Essas são algumas questões abordadas no capítulo final, a seguir.

⁴⁹⁰APMC.AFBC.JAGN.1.4B.3

Tabela 23: Projetos apresentados na assembleia provincial da Bahia concernentes ao alto sertão baiano (1873-1886)⁴⁹¹

DATA	INSTRUÇÃO PÚBLICA	PROPONENTE(S)
08.03.1873	Criação de duas cadeiras para instrução primária do sexo masculino, sendo uma na povoação do Bonito, e outra na povoação de S. Sebastião, ambas no termo de Caetité.	Rodrigues Lima, Luiz Duarte e Teixeira Soares
22.04.1873	Quatro cadeiras de instrução primária, uma para o sexo feminino na villa de Santo Antônio da Barra, e três para o sexo masculino, uma no arraial do Carrapato, termo de Minas do Rio de Contas, outra na Freguesia de Sant'anna dos Brejos, termo da Vila do Rio das Eguas, e outra no arraial do Bom Jardim, termo da Villa do Urubú.	Rodrigues Lima, Luiz Vianna, Rio Grande e Luiz Duarte
06.03.1874	O governo fica autorizado a crear bibliotecas populares nas cidades de Valença, Caravellas, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, Feira de Sant'anna, Lençoes e Caetité.	Projeto do Império
09.04.1874	Uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino, na povoação de Duas-Barras, município de Caetité.	Rodrigues Lima e Clementino Cannabrava
08.06.1880	Mais uma cadeira primária para o sexo masculino na cidade de Caetité.	
07.08.1880	Duas cadeiras de ensino primário para o sexo masculino, sendo uma no districto do Beija-Flor', do termo do Monte Alto, e outra na povoação da Serraria, termo da villa de Entre-Rios.	Moreira de Castro e Conego Brandão.
05.06.1882	Uma cadeira para o sexo masculino, no districto do Rio do Antônio, termo de Caetité.	
06.05.1886	Fica supprimida a segunda cadeira do sexo masculino da cidade de Caetité.	Vigario Bellarmino Silvestre Torres.
DATA	DESMEMBRAMENTO E CRIAÇÃO DE FREGUESIAS, DISTRITOS E VILAS	PROPONENTE(S)
18.03.1873	A parte da Freguesia do Gentio actualmente pertencente ao termo de Monte Alto, pertencerá d'ora em diante ao termo de Caetité.	Rodrigues Lima, Seabra e Almeida Junqueira
16.04.1873	Os districtos do Bonito e Cannabrava, do termo de Caetité, constituirão uma nova freguezia, cuja sede será a capella de Nossa Senhora do Livramento, erecta no arraial do Bonito, com a mesma invocação	Olavo Góes e Seabra

⁴⁹¹ Fonte: Biblioteca Nacional. Anais da assembleia legislativa provincial da Bahia 1873-1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=238961>. Acesso: 31/10/2018.

08.05.1876	Um districto de paz no actual districto da subdelegacia de S. Sebastião, do termo de Caetité.	Rodrigues Lima; Clemente Tanajura; Vigário João Paranhos da Silva; Costa Pinto.
23.06.1877	Uma freguezia no arraial das Umburanas, pertencente á freguezia do Rosario do Gentio, tendo por matriz a capela de S. Sebastião do Amparo das Umburanas	Castro Rebello Júnior e Ramiro Affonso.
09.08.1878	A freguezia de S. Sebastião do Amparo das Umburanas, termo de Caetité, creada pela resolução n. 1,800, de 6 de julho do 1877, fica denominada freguezia de S. Sebastião do Patrocínio das Umburanas.	Aristídes Spínola
10.06.1880	Elevando á freguesia de villa o arraial das Almas, termo de Caetité	Secretário do governo
02.06.1880	Um districto de paz no districto da subdelegacia do Beija-flor, termo de Monte-Alto.	Moreira de Castro e Conego Brandão.
04.06.1881	Creando um districto de paz na Lagôa-Real, do termo de Caetité.	Antônio Rodrigues Lima
05.06.1883	Os limites da freguezia de S. Sebastião, na comarca de Caetité, creada por lei de 12 de julho de 1880, ficam alterados pelo modo seguinte; O actual districto da subdelegacia da Lagôa-Real continuará a fazer parte da freguezia de Sant' Anna de Caetité, d'onde foi desmembrada.	Padre Tobias P. Coutinho, Pereira de Castro, Martiniano de Almeida.
DATA	MUDANÇA DE COMARCA	PROPONENTE(S)
19.04.1873	A actual de Caetité se comporá do Termo deste nome e do de Monte Alto. [...] A actual comarca de Monte Alto passa a denominar-se de Carinhanha constituída pelos Termos de Carinhanha e Rio das Eguas.	Eduardo Freire, Alves de Mello, Rodrigues Lima, Arthur Rios e João Victor
14.05.1873	A de Victória que se comporá do termo deste nome e do de Santo Antônio da Barra, desmembrado este da de Caetité e aquelle de Maracás.	Eduardo Freire, Olympio Victal, C. A Sebrão, Luiz Duarte, A. Lima, Rodrigues Lima, Artur Rios.
16.06.1880	Fica creada a comarca de Monte-Alto que se comporá dos termos de Monte-Alto o Riacho de SantAnna, desmembrados da comarca de Caetité.	Moreira de Castro e Cônego Brandão
28.06.1880	A de Bom-Jesus dos Meiras, que comprehenderá este termo, desmembrado da comarca de Caetité, e o do Rio Grande, desmembrado da comarca de Maracás.	Moreira de Castro e Cônego Brandão

CAPÍTULO VI: VIVENDO PARA VER: POLÍTICA E ECONOMIA NOS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO

Bahia, 15 de março de 1880.

Exm^o Am^o Sr. Barão de Caetité

Felizmente o positivo não seguiu no sábado, e deve sair amanhã, de modo que posso aproveitá-lo para dar-lhe a notícia de que afinal desencantou a sua nomeação, para a qual trabalhei desde que subimos. O Dr. Idelfonso José de Araújo, que acaba de chegar do Rio assegura-me que está você Barão de Caetité, e que o decreto de sua nomeação devia se assinar no sábado 13. A qualquer hora, pois, devemos ter notícia oficial, talvez pelo pacote francês, que deve chegar a 18. Eu estranharia muito se o Sinimbu deixasse o poder sem cumprir uma promessa tão solenemente feita a um amigo velho e dedicado a ele como sou. Você, portanto, pode dar suas ordens para se lhe tirar o título. Com a nova lei de orçamento as despesas devem montar a mais de 2:000\$000. Se eu não fosse um pobretão, teria muito prazer em tirar e oferecer-lhe também o título. Mas você conhece bem o aforismo jurídico: *ad impossibilia nemo tenetur* [ninguém é obrigado ao impossível]. Do patricio, amigo, afetuoso:

Cezar Zama (g.a.)⁴⁹²

Em 7 de março de 1880, José Antônio Gomes Neto completava 58 anos. Embora ocupasse a posição de juiz de Direito, mantivesse contato fluente com políticos bem posicionados na corte e possuísse riqueza considerável, apesar do seu empenho em prol da nobiliarquia, parte dele demonstrado no quarto capítulo desta tese, a única honraria que podia ostentar até então era uma comenda da Imperial Ordem da Rosa, adquirida em 1873.⁴⁹³ Não que fosse uma condecoração insignificante, muito pelo contrário, pois era concedida a chefes que se distinguiam por serviços prestados ao Estado e notável fidelidade à coroa. Para o agraciado reservavam-se benefícios materiais e simbólicos de grande valor para a sociedade hierárquica da época. Apesar disso, tendo em vista toda mobilização empreendida por Gomes Neto nos últimos 20 anos – participação em comissões assistencialistas, alistamento de voluntários para a Guerra do Paraguai, custeio

⁴⁹² APMC.AFBC.JAGN.1.10.2

⁴⁹³ De acordo com Camila da Silva (2013), a Ordem da Rosa foi criada por D. Pedro I, em 1829, em comemoração ao seu casamento com a princesa d. Amélia de Leuchtenberg. Os dizeres da medalha “amor e fidelidade”, embora fossem alusivos ao casamento, também deveria expressar os sentimentos dos condecorados em relação à monarquia e ao Brasil. Com o reinado de D. Pedro I já chegando ao fim, o monarca condecorou apenas 189 indivíduos. “Em compensação, no Segundo Reinado, a Ordem da Rosa foi mais concedida do que a Ordem de Cristo, tendo sido ofertada a 15.146 pessoas entre 1840 e 1889, enquanto a Ordem de Cristo condecorou 6.749 indivíduos”. De acordo com a autora, deve-se lembrar que a partir de 1843 as ordens perderam seu caráter religioso, mas ainda serviam para distinção social de indivíduos cuja trajetória se reconhecia como “ascendente e honrosa”.

de despesas em favor do Estado, entre outras – era sabido, entre os amigos, que ele esperava mais que uma comenda da ordem honorífica.

Poucos dias se passaram desde o seu aniversário até o envio da carta do amigo e correligionário César Zama, com quem mantinha longa relação política. A missiva, levada por um portador de confiança, foi recebida dias depois como tantas outras. Com o envelope em mãos, Gomes Neto mal sabia que aquela se tratava da primeira carta enviada a um novo barão, o de Caetité. Imagine-se a sua felicidade ao desdobrar o papel e deparar com o tratamento distinto, por tantos anos esperado. Enfim, o sonho da nobiliarquia havia “desencantado”. Era só esperar os jornais propagarem a notícia oficial para, depois de desembolsar um valor acima de dois contos de réis, requerer o título assinado por d. Pedro II. Dois contos de réis era uma estimativa pontual, pois, se fossem corrigidos todos os gastos empregados ao longo da vida para esse fim e os que ainda poderiam surgir, ver-se-ia a fortuna que o baronato consumiu.

Coincidentemente, assim como aconteceu em 1860, quando Gomes Neto foi nomeado juiz municipal de Caetité, era da parte de Zama que a boa notícia chegava. Dessa vez, contudo, ele não era apenas o arauto, mas o principal articulador do bom logro. Embora Zama tivesse persistido e feito muitos empenhos, pesou a favor, a abertura dada pela ascensão do partido liberal, desde 1878, que alçou aos postos mais elevados do império nomes coligados a ambos: “afinal desencantou a sua nomeação, para a qual trabalhei desde que subimos”. Com a ascensão dos liberais, assumiu a presidência dos ministérios o alagoano João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, que, em março de 1880, entregaria o posto ao baiano José Antônio Saraiva. Devido ao frequente acesso ao imperador, esse cargo era estratégico para o fim desejado, por isso Zama enfatizou: “eu estranharia muito se o Sinimbu deixasse o poder sem cumprir uma promessa tão solenemente feita a um amigo velho e dedicado a ele como sou”. Lá atrás, quando ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sinimbu já havia facilitado nomeações para o grupo político de Gomes Neto, por meio de Antônio Spínola, tio de Zama, quando das eleições de 1860, já discutidas no terceiro capítulo. Vê-se, agora, que as reciprocidades foram mantidas.

Além da promessa empenhada e da cadeia de favores que ligavam essas lideranças – desde Gomes Neto até o Imperador – há outros detalhes a se considerar. Durante a Guerra do Paraguai, quando Gomes Neto mais propagou seus “feitos patrióticos” na esperança de ser reconhecido e premiado pela coroa, ele era um homem de meia-idade,

que, apesar de já ser conhecido e requisitado pelos políticos da corte, ainda se estava consolidando como magistrado e representante do partido liberal. Embora a concessão de títulos honoríficos no Brasil fosse um “toma lá, dá cá” – para utilizar a expressão bem objetiva de Lília Schwarcz – Gomes Neto perdia prerrogativas para os homens mais velhos, já que era comum “dar títulos a pessoas de idade avançada, quando o uso deles seria breve” (SCHWARCZ, 1998, p. 191). Além disso, não era próximo do imperador e não tinha, no governo saquarema, um representante interessado em fazer pedidos e adulações em seu nome. Contudo, a partir de 1878, com a ascensão dos liberais, o momento era outro. Gomes Neto estava mais maduro e muitos amigos seus já haviam criado raízes na corte, ocupando postos. O próprio César Zama, juntamente com Aristides Spínola, seu primo, e Antônio Rodrigues Lima, sobrinho de Gomes Neto, depois de eleitos deputados gerais, passaram a frequentar os salões da corte, onde melhor puderam fazer circular o nome do patrono sertanejo, realçando sua influência.

Apesar de a crise financeira e política da última década do Império ter favorecido a concessão de títulos nobiliárquicos, especialmente do baronato sem grandeza, como estratégia de assegurar a monarquia e recuperar as finanças do Estado, não se pode dizer que a conquista de Gomes Neto, há tempos perseguida, estava entre a grande leva de despachos que nobilitou grandes fazendeiros nos anos 1880 – muitos sem égide política e social – como forma de “cooptação, mas também de compensação pelas leis abolicionistas” (SCHWARCZ, 1998, p. 193). Inversamente, o caminho trilhado por Gomes Neto até o baronato partiu do seu desejo de ser reconhecido como nobre, de elevar seu *status*, ostentar sua condição financeira capaz de custear alta quantia pelo título, digasse de passagem, dinheiro bem-vindo aos cofres do Estado. Para tanto, ele teve de se articular demonstrando sua influência, sua capacidade de angariar votos, de alistar voluntários para a guerra, de interferir nas assembleias legislativas e de fazer seu nome ser apresentado pelo primeiro-ministro do Brasil ao imperador D. Pedro II, enfim convencido de que valia a pena autenticar o prestígio desse magistrado sertanejo, fiel à Coroa.⁴⁹⁴

⁴⁹⁴ Conforme discute Lília Schwarcz (1998, p. 175), d. Pedro II criou a “hegemonia do baronato sem grandeza”, distribuindo muitos títulos na última década do Império. Os agraciados “eram velhos conhecidos – companheiros já idosos importantes na política e na cultura do Império”. Com isso, a jovem nobreza do Brasil daria lugar a homens idosos, nobilitados numa época em que a decadência do Império já se desenhava, “o que parece indicar não apenas um uso privado dos títulos como uma manipulação política dos mesmos”. Dessa forma, em épocas de crise, como foram os anos finais do Império, “a entrega de uma

Mediante a conquista, todos os envolvidos também se viam reconhecidos e bem-conceituados pela realeza. Contudo, da parte de César Zama havia uma percepção de quanto prestígio seria acrescido a Gomes Neto depois de se tornar barão de Caetité. O nome do título legitimava seu poder no alto sertão baiano, o que, sem dúvida, repercutiria na política. Ciente disso, não foi em vão que Zama se colocou como articulador do magistrado sertanejo e até mesmo mencionou seu desejo de presentear-lo com o título de barão: “com a nova lei de orçamento as despesas devem montar a mais de 2:000\$000. Se eu não fosse um pobretão, teria muito prazer” em “oferecer-lhe também o título”. Depois de registrar sua boa vontade, escusou-se por meio do “aforismo jurídico”: ninguém é obrigado ao impossível, fazendo-se de político sem recurso, sem um tostão no bolso. Com Antônio Rodrigues Lima, sobrinho de Gomes Neto, bem projetado no cenário imperial, é de se imaginar que Zama não quisesse perder posição, o que, em partes, dependia do apoio do novo barão e dos votos que ele sempre ajudou a conquistar.

Além do título, a década de 1880 trouxe outras mudanças para Gomes Neto. Na vida profissional, deixou o posto de juiz de Direito da comarca de Caetité, ao aposentar-se em 1884. Com o tempo disponível dedicou-se ainda mais aos negócios particulares, criação de gado, fazendas, tornando-se, também, comissário da empresa Antônio Francisco Brandão e cia. Da política não arredou pé, antes, assumiu a Intendência Municipal (1880-1884) e manteve sua posição de liderança mesmo com os abalos da vida pessoal, episódios de doença e a perda sucessiva de familiares. Em 1886, com os conservadores à frente da política nacional, fundou e dirigiu um diretório do partido liberal em Caetité. Na mesma década, no sertão ou na corte, seus sobrinhos – todos eles – assumiam posições estratégicas para a seguridade do status familiar, quer na política, quer no âmbito socioeconômico. Vieram, por fim, a abolição e a República, dois acontecimentos que marcaram os últimos anos da vida de José Antônio Gomes Neto. Tanto um como o outro, diga-se logo, não foram golpes que o deixaram prostrado, impotente.

A Lei Saraiva e o duelo de morte entre os liberais

Todas as reformas eleitorais da segunda metade do século XIX influenciaram de algum modo o exercício da liderança de José Antônio Gomes Neto, levando-o a refazer

concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado”.

suas estratégias e alianças para se manter no poder. Nesse percurso, como vem sendo demonstrado, algumas antigas amizades deram lugar a novas, oportunas e correligionárias alianças. Entretanto, depois que os dois sobrinhos ingressaram na política, cada vez mais os acordos passaram a ser tramados pelo viés familiar, no intuito de assegurar posições amplas e consistentes. Em janeiro de 1881, a aprovação da Lei Saraiva trouxe um rebuliço para as eleições do país.⁴⁹⁵ Além da extinção do voto dos analfabetos, aumento da renda para eleitores e exigência de título de eleitor, a nova lei eliminou a eleição de dois turnos e subdividiu os distritos. O número de 14 cadeiras da Bahia na assembleia geral continuava o mesmo; contudo, retornava-se ao antigo sistema de sufrágio de apenas um candidato por distrito, tal qual havia sido implantado em 1855 (vide terceiro capítulo).

Até 1880, a legislação vigente favoreceu a coesão de um grupo liberal no alto sertão baiano, pois não impedia que fossem eleitos mais de um deputado por distrito. Na eleição de 1878, por exemplo, foram sufragados para deputados gerais, César Zama, Aristides Spínola e Antônio Rodrigues Lima, todos pelo mesmo distrito, enquanto na eleição anterior para deputado provincial, Marcolino Moura também se havia elegido junto a esses correligionários sertanejos. Os votos do alto sertão baiano, de onde estes deputados provinham, favoreciam a todos eles, o que não impedia que fizessem campanha uns pelos outros, elegendo-se mutuamente e fortalecendo o grupo liberal. Contudo, retornando o antigo sistema de eleição de apenas um candidato por distrito, a situação tendia a mudar. Atuando como deputado geral, Antônio Rodrigues Lima, sobrinho de Gomes Neto, estava atento a isso. Assim, tão logo a nova lei foi promulgada, escreveu ao tio: “como Vmcê sabe o parecer do Cotegipe para a divisão dos distritos dividiu o antigo 5º distrito em quatro círculos”.⁴⁹⁶ O quinto distrito tinha sede em Rio de Contas e englobava Caetité, Santa Isabel do Paraguaçu e Pilão Arcado, no norte da Bahia. Com a nova divisão, a parte que compunha o alto sertão baiano foi subdividida em três círculos: Caetité, Lençóis e Urubu (tabela 24, abaixo), municípios-sedes que deveriam sufragar apenas um candidato a deputado geral.

Embora José Antônio Gomes Neto tivesse grande influência em toda a região, a mudança da lei não só tornava os conchavos mais difíceis, como trazia mais competição entre os correligionários. O fato de Gomes Neto residir em Caetité, onde era juiz e intendente municipal, concentrava ali sua maior capacidade de angariar votos. Sabendo

⁴⁹⁵ Sobre a Lei Saraiva ver: Felipe Souza (2011), Alexandre Souza (2011; 2017); Castellucci (2014).

⁴⁹⁶ APMC.JAGN.1.4B.2

disso, seu sobrinho continuou: “consta aqui que o Zama pretende propor-se por Caetité e apresenta para o Urubu e Carinhanha o Aristides Spínola. Enxergo nisso um grande inconveniente para o interesse de Vmcê e de Quincas”, referindo-se ao seu irmão Joaquim Manuel Rodrigues Lima, que, embora vivendo como médico no sertão, também nutria os seus horizontes políticos. Diante do exposto e tendo em vista as pretensões de Zama, Antônio Rodrigues Lima pontuou: “apresso-me em estabelecer o seguinte”: “se Vmcê acredita que pela eleição direta podemos contar com um eleitorado numeroso o candidato deve ser Quincas, outro qualquer seria prejudicado” porque “pela eleição direta os deputados não só têm mais força, como facilmente podem se fazer reeleger e assim ficaremos completamente afastados”.⁴⁹⁷

Antônio Rodrigues Lima, do alto da sua função de deputado geral, buscava meios de garantir sua posição e a de seus familiares num momento político de transformações no país. Por mais amigo que fosse de César Zama, seu correligionário, não poderia deixar que se candidatasse por Caetité, em vez de ele próprio ou do seu irmão Joaquim Manuel Rodrigues Lima, o Quincas. Por esse motivo, insistia com o tio: “se Quincas não quiser se apresentar eu desejo apresentar-me e espero que Vmcê disponha as coisas no sentido de um de nós ser eleito”. Nesse momento percebe-se, mais uma vez, que os interesses eram, antes de mais nada, expressão de grupos particulares, visando nutrir posições a despeito das amizades e do correligionarismo.

Contudo, o assunto da divisão dos distritos também chegou a Gomes Neto por meio de César Zama. A carta do sobrinho Antônio foi escrita no dia 7 de março de 1881, a de Zama, no dia 10 do mesmo mês, ambas da Bahia. Não se sabe qual das duas chegou primeiro, dada a proximidade das datas e a logística de envio e entrega. A de Zama, de caráter confidencial, também demonstrava a intenção de se antecipar aos acontecimentos “enquanto ainda não se acham divididos os círculos” e, assim, obter o apoio esperado de quem poderia definir as eleições: “há de se recordar que com muita antecedência lhe escrevi prevenindo-lhe que no caso de fazer a reforma direta por círculos, o meu desejo era de representar o Caetité”, mas, “para isso era preciso que eu contasse com o seu apoio prévio, ao que Vmcê respondeu-me que podia contar com ele em qualquer tempo”.⁴⁹⁸ Em sua carta, César Zama tentava se precaver por meio das palavras, falando em “consideração” e apelando para a lembrança e durabilidade de acordos passados, tratados

⁴⁹⁷ APMC.JAGN.1.4B.2

⁴⁹⁸ APMC.JAGN.1.10.3

por escrito em correspondência, pois sabia que a candidatura pelo círculo de Caetité, atrelada ao apoio de José Antônio Gomes Neto, era um caminho seguro até a vitória.

Com a mudança da lei, apenas um candidato se beneficiaria mais diretamente do apoio do prócer caetiteense. Os outros até poderiam receber esse acostamento, desde que se candidatassem pelos círculos restantes, o do Urubu e o de Lençóis. Contudo, além de Antônio Rodrigues Lima, César Zama e Aristides Spínola, Marcolino Moura também tinha a pretensão de se candidatar a deputado geral naquele ano. Se saíssem os quatro, a conta não fechava, pois, conforme dito, o alto sertão foi subdividido em três distritos e cada um deles poderia eleger apenas um candidato. Sem levar em conta as pretensões de Antônio Rodrigues Lima e servindo-se de certa gentileza, César Zama expôs que daria preferência a que Marcolino Moura escolhesse o círculo por onde se apresentaria e, só então, se manifestaria quanto à sua própria candidatura: “caso escolha ele o de Caetité, resignar-me-ei a ficar no das Lavras; se, pois, ele escolher este, a minha aspiração é representar o Caetité”.⁴⁹⁹

Nas previsões de César Zama as eleições estavam definidas. Com a redivisão do quinto distrito eleitoral, ele e Marcolino se candidatariam por Caetité ou pelas Lavras (Lençóis), e seu primo, Aristides Spínola, se candidataria pelo Urubu, inviabilizando, por razões que ele definia como primazia política, a candidatura de um dos sobrinhos de Gomes Neto naquele pleito. Por esse motivo, Zama esperava mais consideração e menos familismo, no sentido de que, mesmo tendo ele um primo candidato, fundamentava-se no fato de que eram mais velhos na política e não poderiam ser desbancados pelos mais novos. Além disso, cobrava uma palavra confiável e duradoura entre amigos, mesmo mediante os interesses familiares. No entanto, em política, o apalavrado entre amizades não é imutável:

ouço por boatos que um de seus sobrinhos, ou o Quincas ou o Totonio, pretende apresentar-se candidato. Tal pretensão não pode surgir, tão pouco vingar sem plena aquiescência sua. Custa-me crer que você consinta que me surjam obstáculos por parte de amigos que sempre estimei e considere. Não quero, porém, ser tomado de surpresa e, pois, vou pedir-lhe de me responder com a maior franqueza sobre esse assunto. Você conhece toda a minha vida pública e privada e é bastante justo para não permitir que amigos embarquem a quem tem envelhecido nas lutas políticas, e fazendo sacrifícios superiores as suas forças.⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ APMC.JAGN.1.10.3

⁵⁰⁰ APMC.JAGN.1.10.3

As cartas de César Zama e Antônio Rodrigues Lima tinham tons diferentes. A de Zama falava em consideração e amizade, a do sobrinho falava de interesses, mas, no fim das contas, ambos tinham seus privilégios na política e ninguém queria abrir mão deles. Porém, o desfecho da fase pré-eleitoral ainda demorou algum tempo. Em resposta a Zama, Gomes Neto escreveu assegurando seu apoio, tanto a ele, quanto ao Marcolino – “velhos amigos” – sem sequer mencionar a intenção do sobrinho Antônio Rodrigues Lima em candidatar-se por Caetité. As palavras agradaram a Zama, que outra vez escreveu, destacando a confiança que mantinha em Gomes Neto: “fazia a devida justiça ao seu caráter que a todos asseverava que nem a mim, nem ao Marcolino você anteporia qualquer outro candidato. Sua carta veio firmar o meu juízo”.⁵⁰¹ Contudo, além de manter a candidatura do sobrinho em segredo, na mesma carta Gomes Neto tentou persuadir Zama a candidatar-se pelo Urubu, certamente já antevendo a situação conflituosa que se anunciava. Entretanto, a resposta de Zama foi direta e objetiva: “em hipótese alguma me apresentarei pelo Urubu”, pois sabia da intenção do seu primo Aristides Spínola em se candidatar por aquele distrito.

Embora os “boatos” sobre a candidatura de um dos sobrinhos prosseguissem, Zama decidiu candidatar-se por Lençóis depois que Marcolino optou por Caetité. Os mais atentos, porém, deixavam correr pelas rodas políticas da Bahia que Joaquim Manuel Rodrigues Lima concorreria pelas Lavras, rivalizando com Zama. Para este, contudo, tal disputa não era mesmo de se acreditar, posto que outra vez questionou a Gomes Neto: “se pelo próprio Caetité, onde sem dúvidas você tem os melhores elementos, você entende que a minha candidatura, se para ali fosse, deveria preferir a qualquer outra”, como, pois, “permitirá que seu genro se apresente como meu antagonista em um círculo”, referindo-se a Lençóis, onde, “com certeza, os elementos são menores e a probabilidade de êxito, pouca, para não dizer nenhuma?”⁵⁰²

Mesmo sem querer acreditar nos falatórios e reiterando que esperava consideração da parte de Gomes Neto, Zama mostrou-se disposto a batalhar por sua candidatura: “o atual sistema de eleições estabelece um duelo de morte entre os contendores; mata-se para não ser morto”. Ele, porém, ainda desconhecedor dos acordos tramados em família, mas vendo os rumores engrossarem, insistia para que Gomes Neto interviesse na decisão do sobrinho, fazendo prevalecer um amistoso acordo: “ora, será muito doloroso colocar-

⁵⁰¹ APMC.JAGN.1.10.4

⁵⁰² APMC.JAGN.1.10.4

me em tal posição para com um amigo a quem tanto prezo, como o Joaquim Manuel”. Em contrapartida alertava que já havia estabelecido muitas alianças em Lençóis, Maracás, Campestre e outros lugares, fortalecendo-se para as eleições. Desse modo, se os rumores fossem verdade, seria “impossível” prevalecer “qualquer pretensão contra mim”.⁵⁰³

Os apelos foram em vão e a proximidade das eleições trouxe à tona os intentos de Gomes Neto e de seus sobrinhos. Em vez de Joaquim Manuel, foi seu irmão Antônio Rodrigues Lima quem se candidatou pelo círculo de Caetité, concorrendo com Marcolino Moura, enquanto César Zama se apresentou pelo círculo das Lavras, como havia planejado.

Tabela 24: Candidatos a deputados gerais pela Bahia - 1881⁵⁰⁴

Nº	Sede do distrito	Candidatos	Partido
1º	Capital	Cons. Domingos Rodrigues Seixas Dr. Paulino Pires da Costa Chastinet	Liberal
		Dr. Antônio Euzébio Gonçalves d’Almeida	Liberal dissidente
		Dr. Francisco José da Rocha Dr. Américo de Souza Gomes	Conservador
		Barão de Guahy	Sem política
2º	Capital	Dr. Ruy Barbosa Dr. Francisco Sindrono Bandeira Chagas José Alves do Amaral	Liberal
		Dr. José Eduardo Freire de Carvalho	Conservador
3º	Cachoeira	Dr. Francisco Prisco de Souza Paraízo	Liberal
		Dr. Aristides Augusto Milton	Conservador
4º	Santo Amaro	Cons. Francisco Maria Sodré Pereira	Liberal
		Dr. Pedro Muniz Barreto d’Aragão	Conservador
5º	Nazaré	Dr. Idelfonso José de Araújo	Liberal
		Dr. José Marcelino de Souza	Conservador
6º	Ilhéus	Dr. Antônio Carneiro Rocha Dr. Augusto Ferreira França	Liberal

⁵⁰³ APMC.JAGN.1.10.4

⁵⁰⁴ Biblioteca Nacional. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1881. Ano VII, nº 186. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188. Acesso: 11/03/2019.

		Dr. João Batista de Castro Rabelo Júnior	Conservador
7º	Feira de Santana	Dr. Gonçalo M. de Aragão Bulcão	Liberal
		Dr. João Ferreira de Araújo Pinho	Conservador
8º	Alagoinhas	Cons. João Ferreira de Moura	Liberal
		Dr. Inocêncio Marques d'Araújo Gois Dr. José Augusto Chaves	Conservador
9º	Itapicuru	Dr. Rodolpho E. de Souza Dantas	Liberal
		Barão de Geremoabo	Conservador
10º	Lençóis	Dr. Aristides César Spínola Zama	Liberal
		Dr. Pedro Antônio Falcão Brandão	Liberal dissidente
11º	Caetité	Dr. Marcolino de Moura Albuquerque Dr. Antônio Rodrigues Lima	Liberal
		Dr. Manuel José Gonçalves Fraga	Conservador
12º	Vila Nova da Rainha	Dr. Juvêncio Alves de Souza	Liberal
		Dr. Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha	Conservador
13º	Urubu	Dr. Antônio Spínola de Ataíde Dr. Aristides de Souza Spínola Dr. Américo Pinto Barreto	Liberal
		Dr. Artur César Rios	Conservador
14º	Cidade da Barra	Dr. Frederico A. de Almeida	Liberal
		Dr. Adolpho Vianna	Conservador

A listagem publicada na corte, em julho de 1881, dos candidatos a deputado geral pela Bahia revela a situação política predominante no país, com os liberais à frente do governo. Entre 39 candidatos baianos, 15 eram conservadores, 21 liberais, havendo dois dissidentes, e um, o Barão de Guahy, estava “sem política”. Este, no entanto, depois se posicionou ao lado do partido liberal, conforme foi propagado pelos jornais em agosto de 1881, dois meses antes da votação.⁵⁰⁵ O número expressivo de candidatos liberais, por si

⁵⁰⁵ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 8 de setembro de 1881. Ano 50. Nº 250. p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=3938&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 12/03/2019

Em 1884, contudo, o Barão de Guahy aparecia nos jornais como conservador e contrário ao projeto do Governo. Ver: Biblioteca Nacional. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 12 de dezembro de 1884. Ano 10. Nº 347. p. 2. Disponível em:

só superior às vagas reservadas à Bahia no parlamento geral, indicava que as eleições seriam disputadas também entre correligionários. Em razão disso, o Conselho Geral do partido se reuniu para elaborar um manifesto em defesa da causa liberal na Bahia.

O documento, que também foi divulgado nas gazetas da corte, falava do papel decisivo das autoridades locais e das paróquias na disputa eleitoral, especialmente tendo em vista as mudanças anunciadas: “dividindo a província em círculos de um deputado geral e três provinciais, a lei de 9 de janeiro faz da vida local em toda sua expansão a origem direta do parlamento”. Entendendo a lei como uma medida necessária e descentralizadora, foi ponderada a dificuldade do partido de intervir nas decisões locais. Entretanto, o documento sugeria que tal situação não promovia impassibilidade ou indiferença no partido, que, em vez disso, se posicionava por meio do manifesto para pedir a união, a fim de demonstrar que “a ação vivificante da reforma é destinada não a desagregar, mas a robustecer” suas estruturas.⁵⁰⁶

Contudo, o ponto principal do manifesto era a quantidade de candidatos liberais que pleiteava as vagas de deputado geral pela Bahia. O documento apelava para que as lideranças não entrassem em discórdia, mas que, antes, elevassem o espírito partidário como havia feito o conselheiro Domingos Seixas, de Salvador, que abriu mão da sua candidatura em favorecimento de outrem e do partido: “não se malbaratem, pois”. Também que não disseminassem os “sufrágios, repartindo-se entre um número de candidaturas superior ao dos representantes que a província vai eleger”. Em resumo, conclamava: “uniformes sejam as vossas preferências; e, uma vez liquidadas, adscrivei-vos tenazmente ao nosso antigo preceito: todos por um, um por todos”.⁵⁰⁷ Muitos correligionários compareceram à reunião naquela noite do dia 25 de agosto de 1881, ocorrida na redação do *Diário da Bahia*. Entre os que discursaram, César Zama e Rui Barbosa; entre os presentes, subscritos do manifesto, Antônio Rodrigues Lima e Aristides

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=4052&Pesq=Antônio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 29/03/2019.

⁵⁰⁶ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 8 de setembro de 1881. Ano 50. N° 250. p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=3938&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 12/03/2019.

⁵⁰⁷ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 8 de setembro de 1881. Ano 50. N° 250. p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=3938&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 12/03/2019.

Spínola. Ao que parece, entre os candidatos liberais do sertão apenas Marcolino Moura não compareceu.

O manifesto liberal ganhou as páginas dos jornais brasileiros, mas não convenceu a todos. A distância entre a conclamação feita pelo partido e a prática familiar continuou existindo, em especial, quando os interesses particulares se viam confrontados. No sertão, Gomes Neto apoiou a candidatura de César Zama pelo círculo de Lençóis, em sinal de amizade, e esperava, em retribuição, que Zama fizesse o mesmo pelo seu sobrinho Antônio Rodrigues Lima, em Caetité. Entretanto, a resposta foi contrária e incisiva: “eu, porém, que ignorava todas as maquinações que se faziam, e recebia carta sua assegurando-me que no caso de sermos eu, ou o Marcolino candidatos pelo Caetité, você não apresentaria o Totônio, comprometi-me com o Marcolino a sustentá-lo”; continuando, disse ainda: “sou escravo de minha palavra, e não possuo o dom de adivinhar, nem mesmo de prever que se faria o contrário do que você me afirmava”. Zama, que era conhecido pelos seus discursos inflamados, não disfarçou sua insatisfação com a postura de Gomes Neto, barão por seu intermédio, e de quem esperava mais consideração. Por isso reiterou sua falta de adesão a Antônio Rodrigues Lima: “não pode, pois, você ficar queixoso de mim pela minha atitude, eu apressei-me a fazê-la conhecida de você na confidencial que, há algum tempo, lhe dirigi, e na qual terminei rogando-lhe que retirasse a candidatura do seu sobrinho”.⁵⁰⁸

Depois que as candidaturas se tornaram públicas, César Zama demonstrou ter clareza das intenções de Gomes Neto e de seus sobrinhos: “conspirou-se contra mim que estava destinado a uma derrota. Deus, porém, resolveu o contrário”, referindo-se à sua pretensão inicial de se candidatar pelo distrito de Caetité, onde certamente não seria eleito se tivesse que concorrer com o sobrinho do magistrado local, e à sua candidatura pelas Lavras, com vitória ao final. Prezando pela lealdade ao amigo Marcolino, não só afirmou que ficaria ao seu lado, apoiando-o nas eleições, como alertou a Gomes Neto que as consequências dessa disputa seriam “deploráveis”: “vocês estão enganados nos seus cálculos; o Marcolino não será derrotado e vocês me terão inutilizado no Caetité”, com resultados previstos de maneira drástica: “hoje já me parece tarde para se evitar os males que estão iminentes. Deus nos ampare”.⁵⁰⁹

⁵⁰⁸ APMC.JAGN.1.10.5

⁵⁰⁹ APMC.JAGN.1.10.5

Essa foi a última carta de César Zama a Gomes Neto naquele ano e, pelo que indica o acervo do magistrado, também ao longo dos oito seguintes. É do 1889 a próxima carta encontrada entre as remetidas por Zama ao velho amigo Gomes Neto. Nela, usava pela segunda e última vez o tratamento nobiliárquico que ajudou a conquistar, “meu caro Barão”, sendo que nas demais não se preocupava com títulos e formalidades. Nesta, iniciava dizendo: “nunca mais recebi carta sua” e terminava da mesma maneira: “escreva-me alguma vez ao menos”.⁵¹⁰ Mesmo que alguma carta se tenha se perdido, ou extraviado, veem-se os indícios de uma interrupção na correspondência que alimentava aquela antiga amizade.

Quanto ao resultado das eleições de 1881, Antônio Rodrigues Lima foi eleito deputado geral pelo distrito de Caetité e assumiu sua cadeira mesmo sob acusações e contestações de Marcolino Moura, o que indica que aquele foi um ano bastante tenso no sertão. Para além da disputa interpartidária existente em Caetité, bastante acentuada depois das eleições para vereadores locais, em julho de 1881⁵¹¹, as disputas de poder acabaram motivando rixas e divisões também entre correligionários nas eleições para deputados gerais, ocorridas em outubro do mesmo ano. Do Rio de Janeiro, depois de acompanhar a verificação do resultado eleitoral, Antônio Rodrigues Lima escreveu ao tio Gomes Neto: “só agora vos escrevo porque felizmente terminou a verificação de minha eleição sendo aprovada sem contestação”.⁵¹²

Apesar de sair vitorioso, Antônio Rodrigues Lima deixou entrever que poderia não ter sido assim, se fossem submetidos ao julgamento da câmara os “diplomas, ou coisa semelhante de alguns juizes de paz” que Marcolino Moura levava para contestar os resultados. Porém, relatou ao tio, “quando ele aqui chegou já a opinião na câmara estava conhecedora da minha eleição e a julgavam todos perfeitamente regular, pelo que creio que isto preponderou no ânimo dele”.⁵¹³ Considerando a fragilidade das eleições no país, Antônio Rodrigues Lima disse também ao tio como os resultados estavam sendo

⁵¹⁰ APMC.JAGN.1.10.6

⁵¹¹ Sobre os conflitos locais, Laiane Silva (2018) discute como as eleições para vereadores, ocorridas em Caetité em julho de 1881, opuseram conservadores e liberais. O líder conservador João José de Faria brigava pela primazia nas eleições, acusando outros candidatos de terem-se elegido ilegalmente. Nas eleições para deputados gerais, seu irmão, o conservador Manuel José Gonçalves Fraga, era o candidato que disputava contra os liberais, Antônio Rodrigues Lima e Marcolino Moura. Embora a presente tese não aprofunde os desdobramentos dessas disputas em âmbito local, como fez Laiane Silva, vale ressaltar o quanto esse tipo de análise é importante para se compreender a complexa política imperial, especialmente após 1881.

⁵¹² APMC.JAGN.1.4B.3

⁵¹³ APMC.JAGN.1.4B.3

aprovados, destacando que, em alguns casos, mesmo havendo brechas para suspeitas, atribuía-se a responsabilidade das possíveis irregularidades à mesa eleitoral, eximindo a câmara de votar, ou seja, de apurar minuciosamente quando as paróquias não apresentavam resultados alterados. Para estes casos, dizia ele, “tem havido muita benevolência, apesar das irregularidades”.⁵¹⁴

O seu caso em particular foi parar nas páginas dos jornais, pois, com a nova divisão distrital, por equívoco a paróquia de Duas Barras (atual Urandi) não fora anexada ao distrito eleitoral de Caetité, o que provocou indefinição quanto aos votos ali contabilizados, se eram legítimos ou não. O assunto foi debatido na câmara geral, onde se questionou a legalidade das eleições, da mesa e dos juízes de paz. O aparte de Zama foi em favor dos juízes de paz, para que fossem dispensados da multa que queriam imputar-lhes pelo fato de não terem comparecido às eleições de Duas Barras. Depois de muitos debates, posta em votação, “a primeira conclusão que mandava processar os quatro juízes da paróquia de Duas Barras é rejeitada, sendo aprovada a segunda que reconhece deputado o Sr. Rodrigues Lima”.⁵¹⁵ Depois de iniciadas as sessões do parlamento, pouco importava como cada deputado havia conseguido chegar até ali; todos podiam trilhar seus caminhos políticos e fazer suas alianças indistintamente. Naquela legislatura, Antônio Rodrigues Lima chegou a ser eleito presidente da mesa da câmara, em 1882.⁵¹⁶

Caminhando para o desfecho deste tópico, deve-se considerar outras facetas que a disputa eleitoral envolvendo Antônio Rodrigues Lima e seus correligionários revela sobre como se processou a Lei de 1881 no alto sertão baiano. Com a implementação das eleições diretas, algumas mudanças foram observadas na qualificação dos eleitores. De acordo com Felipe Souza (2011), estudos mais recentes apontam que a exigência da renda média anual de duzentos mil réis não foi um fator excludente de grande relevância, como se pensou por muito tempo, visto que era uma quantia relativamente baixa e acessível à maioria da população apta a votar. A condição de ser alfabetizado, de acordo com o

⁵¹⁴ APMC.JAGN.1.4B.3

⁵¹⁵ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1882. Ano 61.Nº8. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=3515&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 18/03/2019.

⁵¹⁶ Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*. 8 de julho de 1882. Ano LVIII. Nº161. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188. Acesso: 07/05/2019.

mesmo autor, também não impactou aquelas primeiras eleições, pois foi uma exigência que passou a vigorar somente a partir de 1882. Desse modo, um dos fatores que pesaram para a diminuição brusca do eleitorado brasileiro foi a exigência de comprovação da renda, que demandava um processo burocrático e difícil de cumprir.⁵¹⁷

Outro agravante é que os eleitores, anteriormente à lei de 1881, eram qualificados por uma junta local, autorizada a “presumir” a renda dos cidadãos; contudo, depois da reforma ficaram sujeitos à rigorosa documentação comprobatória e de responsabilidade dos juízes de Direito.⁵¹⁸ Tal mudança, explica Felipe Souza (2011, p. 15) “em teoria, tornava a execução da lei por esses magistrados de carreira, que não podiam ser demitidos do cargo, mais isenta da influência do governo”. Contudo, essa ideia de “isenção de influência” do governo talvez não tivesse validade se, na prática, os juízes de Direito tivessem interesses políticos em jogo quando de sua aplicação, como foi o caso de José Antônio Gomes Neto, em 1881. Sua posição de juiz de Direito da comarca de Caetité e responsável pela distribuição dos títulos de eleitores aos cidadãos qualificados confrontava-se com os interesses políticos que envolviam a candidatura do seu sobrinho Antônio Rodrigues Lima, a custo de desavenças partidárias e disputas entre opositores e correligionários. Relembrando alguns trechos das cartas acima mencionadas, seu sobrinho lhe disse: “disponha as coisas no sentido de um de nós ser eleito”, referindo-se a ele ou ao seu irmão Joaquim Manuel. César Zama, confrontando-o em relação à candidatura de um dos dois de seus sobrinhos afirmou: “tal pretensão não pode surgir, tão pouco vingar sem plena aquiescência sua”. Com as candidaturas lançadas, José Antônio Gomes Neto informou ao presidente da Província da Bahia que havia recebido talões com mil títulos de eleitores a serem distribuídos na comarca de Caetité, entretanto ainda

⁵¹⁷ De acordo com Felipe Souza (2011, p. 14-15), para se ter ideia do quanto a Lei Saraiva asseverou o “critério de comprovação de renda”, a legislação anterior, de 1876, “destinava apenas um artigo para essa questão. Na reforma de 1881 nada menos que 31 artigos foram reservados ao tema. Além do mais, na Lei Saraiva foi retirada uma cláusula da lei de 1876 que abrandava a rigorosidade da documentação comprobatória”, deixando a cargo da junta de qualificação, composta por juízes de paz locais, a possibilidade de presumir a renda dos eleitores. Depois da reforma, os juízes de Direito assumiram a responsabilidade máxima da qualificação dos eleitores e, com todas essas medidas que dificultavam “a comprovação de renda, muita gente que antes votava, amargou a perda dos direitos políticos e o número de recursos eleitorais que pleiteavam na justiça este direito de volta avolumou-se, principalmente no que toca a questões referentes a comprovação de renda”.

⁵¹⁸ Sobre as juntas de qualificação Felipe Souza (2011 p. 15) explica que eram compostas “por quatro indivíduos eleitos pela própria população do distrito, ou seja, as autoridades eleitorais que teriam o poder de validar a renda dos votantes eram pessoas que naturalmente possuíam vínculos políticos e pessoais com os eleitores daquela localidade. Com a Lei Saraiva além da documentação necessária para comprovação de renda ser estritamente discriminada, o que diminuía o potencial de interpretação das juntas, foram alçados juízes de Direito para atuar como autoridades máximas das juntas de qualificação”.

faltavam quatorze títulos, o que indica que 1014 eleitores foram qualificados naquela comarca.⁵¹⁹ Esse dado importante foi originalmente apresentado por Laiane Silva (2018), quando discutiu a atuação política dos Faria Fraga, conservadores e escravocratas do alto sertão baiano, em face de disputas envolvendo as eleições parlamentares e a tramitação de projetos emancipacionistas na câmara geral. Essa informação, contudo, pode ser desdobrada em outras conexões.

A grande discussão em torno da Lei Saraiva é a redução impactante de quase 90% do eleitorado brasileiro. Não se sabe o quanto essa reforma diminuiu o quantitativo de eleitores em Caetité. Contudo, se comparado o número apresentado pelo juiz de Direito, de 1014 eleitores, com a população total do termo de Caetité, contabilizada pelo censo de 1890, encontra-se um índice de, aproximadamente, 2,6%.⁵²⁰ Considerando um pequeno aumento populacional ao longo desses nove anos transcorridos até 1890, pode-se inferir que pouco mais de 2,6% da população foi qualificada como eleitor em 1881. Referida a um quantitativo ínfimo da população, essa estimativa é, de todo modo, um percentual maior do que a quantidade de eleitores proporcional em todo o país (1,5%), ou mesmo da província da Bahia (1,2%). Esses 1014 eleitores representaram aproximadamente 6,1% do total de 16.619 votantes em toda a Bahia, um número considerável para aquele ano e circunstâncias eleitorais.⁵²¹

Conforme aponta Felipe Sousa (2011, p. 23), atendendo às demandas político-sociais da época, o governo trouxe para o “conteúdo da lei as reivindicações de setores das elites, promulgando uma reforma inconstitucional que acabou desfechando o maior corte dos direitos políticos da história brasileira, atingindo principalmente a população pobre, analfabeta e, por consequência, de cor”. Observando o distrito eleitoral de Caetité, que certamente também tolheu pobres, negros e analfabetos – trabalhadores – do seu contingente eleitoral, é importante questionar quem ficou entre os 1014 cidadãos que receberam o título de eleitor em 1881. Uma nota do *Diário da Bahia*, republicada no *Jornal do Recife*, dá uma pista: “foi [em Caetité] recebida a lei da eleição direta com o

⁵¹⁹ APEB. Sessão Provincial. Correspondências de Juizes. Maço: 1277. Caetité, 21 de julho de 1881.

⁵²⁰ De acordo com o recenseamento de 1890, a população do município de Caetité, incluindo os distritos de Lagoa Real, Furados, Aroeiras, São Sebastião, Caculé, Rio do Antônio, Cana Brava e Bonito, foi contabilizada em 39921 homens e mulheres. Fonte: Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

⁵²¹ Alexandre de Souza (2011, p. 9) apresenta dados que demonstram o impacto da lei de 1881 no número de votantes de cada província. A Bahia foi a terceira província que mais teve o eleitorado reduzido, chegando a um índice de 91,9%.

maior entusiasmo. Muitos peticionários, para melhor significarem seu entusiasmo, nas petições que dirigem ao juiz municipal, atam os documentos com laços de fita das de maior preço neste comércio”.⁵²² Como já era de se esperar, as fitas mais caras fazem alusão a sujeitos com algum poder aquisitivo. Além destes, comparativamente a todo o país, Alexandre Souza (2011) explica que a diminuição geral do eleitorado foi atribuída à dificuldade de comprovação de renda, o que indica que os eleitores que restaram no Brasil foram, em sua maioria, aqueles isentos da prova de renda, ou seja, aqueles que exerciam cargos públicos.

Mesmo sendo necessário estudos mais aprofundados para esmiuçar a composição do eleitorado caetiteense em 1881, é importante reconsiderar um dos pontos abordados nesta tese: José Antônio Gomes Neto, juiz de Direito e então intendente municipal, mantinha o domínio dos cargos públicos em Caetité e região. Seu interesse no controle desses cargos, como já foi demonstrado, era político. E política era assunto particular, tratado em correspondência privada, até mesmo confidencial. Desde 1878, após a ascensão do Partido Liberal, Gomes Neto vinha desfrutando de maiores prerrogativas no que tange aos mandos e desmandos relacionados aos cargos públicos do alto sertão baiano, empregando gente que, mesmo sem saber naquele momento, depois seria qualificada como eleitor sem maiores burocracias. Além disso, após a reforma de 1881, sua posição e atuação como juiz de Direito o mantinha na centralidade do processo de qualificação dos eleitores da comarca, justamente num momento em que ele tinha disputas decisivas a travar. Sendo assim, vale questionar: por que os candidatos a deputados pelo partido liberal, César Zama e Marcolino Moura, queriam se apresentar pelo distrito de Caetité? Por que Antônio Rodrigues Lima questionou o tio sobre a possibilidade de contar com “um eleitorado numeroso”?⁵²³ Por que César Zama afirmou que, em Caetité, Gomes Neto tinha “os melhores elementos”⁵²⁴ para eleger um candidato? Essas questões abrem perspectivas de estudos que podem revelar de que modo a lei Saraiva foi utilizada por autoridades locais, em particular as lotadas no Judiciário, a fim de preservarem seus interesses facciosos. No caso específico de José Antônio Gomes Neto, a reforma de 1881 não se impôs sobre seus objetivos, nem foi empecilho para a reeleição do seu sobrinho, Antônio Rodrigues Lima, que, outra vez na câmara dos

⁵²² Biblioteca Nacional. Jornal de Recife. 27 de abril de 1881. Ano XXIV. Nº 94. p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20188&pesq=Caetit%C3%A9>. Acesso: 13/06/2019.

⁵²³ APMC.JAGN.1.4B.2

⁵²⁴ APMC.JAGN.1.10.4

deputados, garantia a posição política de sua família mesmo com as intempéries que se formavam nos horizontes do Império.

Liberais e conservadores em torno da Lei do Sexagenário: disputas eleitorais

Em 1881, antes mesmo da reeleição do seu sobrinho, José Antônio Gomes Neto já havia recebido com grande satisfação a notícia de que assumira a presidência da província da Bahia seu velho amigo, João Lustosa da Cunha Paranaguá, com quem se correspondia e trocava favores desde os tempos da faculdade de Olinda. A proximidade que mantinham, apesar de não se encontrarem desde 1846, abriu caminhos para que Gomes Neto atingisse objetivos relacionados ao alto sertão baiano. Contudo, a breve passagem de Paranaguá pela presidência da Bahia poderia também ter sido pretexto para um reencontro memorável se Gomes Neto não fosse tão apegado aos seus domínios sertanejos, ao que acrescia as escusas da precariedade das estradas, justificativa bastante oportuna para ser apresentada ao amigo que ocupava cargo de presidente em sua província: “desejava vê-lo, mas a longa distância em que me acho, acrescentando os péssimos caminhos, torna-se difícil a minha ida a essa cidade. Aqui, porém, me achará pronto para o que for do seu serviço”.⁵²⁵

Sem tempo para corrigir as estradas ao encontro do velho conhecido, o amigo Paranaguá, em 1882, já havia retornado para a corte e assumido a chefia do Gabinete de Estado. Nessa ocasião, Gomes Neto escreveu-lhe, apresentando um propósito bastante curioso: “vou ainda fazer-lhe um pedido para mim. Já estou velho e desejo dar alguma educação para os meus netos, enquanto eu puder, e me será custoso separar-me deles; por isso desejo ir para a Bahia, mas com um lugar de juiz de Direito”. Para tal, atento às vagas que poderiam surgir, suplicou que o nomeasse “para a primeira que se der”.⁵²⁶ Para um homem que tinha passado a vida inteira no sertão, tendo recusado cargos e oportunidades de ascender politicamente quando ainda jovem, como fizeram seus muitos colegas, a exemplo do próprio Paranaguá, soa estranho que a essa altura da sua vida, aos sessenta anos, quisesse atravessar os “péssimos caminhos” do sertão até Salvador, para viver naquela capital como magistrado, a fim de tão somente acompanhar os estudos dos netos

⁵²⁵ Museu Imperial. Divisão de documentação histórica. I – DPP 21.4.881. Gom. C 1-2. Livro 13- Bahia.

⁵²⁶ Museu Imperial. Divisão de documentação histórica. I – DPP 5.8.882. Gom. C 1-2. Livro 13- Bahia.

e tê-los por perto. Também não deixa de ser curioso o fato de ele pedir a nomeação a um líder a cujo encontro não tinha ido em pessoa, quando era esperado que o fizesse. Sem querer minimizar os sentimentos de um homem que não teve filhos do sexo masculino, numa época em que isso era muito valorizado, e que certamente projetava nos netos, assim como fez com os sobrinhos, sonhos e desejos cultivados com muito afeto, há, contudo, que se especular sobre essa decisão.

O termômetro para se medir essa intenção deve ser aplicado, sem dúvidas, à situação política em Caetité. As eleições então recentemente decorridas de certo custaram-lhe empenho e algum desgosto, quer entre correligionários, como aconteceu com César Zama, quer entre opositores, homens ligados ao partido conservador que estavam alvoroçados com os rumos que o país estava tomando no que tange ao predomínio dos liberais e, em específico, às decisões envolvendo a “questão servil”. Em Caetité, a liderança do partido conservador estava nas mãos de conhecidos senhores traficantes de escravizados, representados pelos Faria Fraga, homens ricos, influentes, imersos na justiça e na política. Um deles, Manuel José Gonçalves Fraga, havia concorrido nas eleições de 1881 contra Antônio Rodrigues Lima e, embora as correspondências não indiquem desavenças entre eles e Gomes Neto, desta eleição em diante a situação parece ter tomado outros rumos. A intenção de Manuel José Gonçalves Fraga em ingressar no parlamento geral era, justamente, somar-se àqueles que vinham tentando controlar as leis abolicionistas, conforme discute Laiane Silva (2018). Em paralelo, a intenção de José Antônio Gomes Neto em se mudar para a Bahia era, talvez, a de distanciar-se de um lugar onde as brigas iriam aguçar-se, em que a justiça ficaria sem voz, em que ele, como juiz de Direito, enfrentaria pressões de diversos lados, inclusive vindas do seu grupo político, como já se viu em 1881. Além disso, como já foi ressaltado, não era do seu perfil indispor-se pessoalmente contra seus adversários. Neste caso, acautelava-se tentando mudar-se de Caetité.

Entretanto, a vaga de magistrado na cidade da Bahia não foi alcançada. Talvez estivesse demorando muito para surgir, o que fez Gomes Neto voltar seus olhos para a aposentadoria, fato que define seu afastamento da magistratura em Caetité e que, em segundo lugar, aguçava o desejo do conservador Manuel José Gonçalves Fraga em ocupar o posto vacante. Enquanto isso, novas eleições para deputado geral se aproximavam e, novamente, apenas um candidato seria eleito em Caetité. Em novembro de 1884, o diretório do partido liberal da Bahia, representado pelo conselheiro João Ferreira de

Moura, pelo Barão de São Francisco, por João dos Reis de Souza Dantas, Jerônimo Sodré Pereira e Aristides César Spínola Zama, escreveu uma carta para os eleitores das vilas de Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado) e Santo Antônio da Barra (atual Condeúba), circunscritas no 11º distrito eleitoral, o de Caetitê, indicando o nome de Antônio Rodrigues Lima como candidato único, alertando-os a não votarem no candidato conservador, Luís Antônio Pereira Franco, posto que seria “uma verdadeira traição ao partido liberal”: “nas circunstâncias graves em que nos achamos não podem ser considerados liberais os que, abandonando a candidatura do Dr. Rodrigues Lima, forem sufragar a do Dr. Franco”.⁵²⁷

Na mesma ocasião, João Ladeia, cunhado de Gomes Neto, residente em Monte Alto, escreveu-lhe o seguinte: “não resta dúvida, está mais que decidido, hoje aqui passou o Garibaldi afiançando-me que o Farias está fortemente declarado e cabalando contra o Dr. Rodrigues Lima”.⁵²⁸ Nas eleições que se avizinhavam, Antônio Rodrigues Lima era candidato à reeleição e os Faria Fraga, do partido conservador, dessa vez apoiavam Luís Antônio Pereira Franco, aliado por muitos anos de Gomes Neto, deste, porém, distante em função das motivações político-partidárias expostas no capítulo anterior. Tanto pela carta do diretório liberal, quanto pela de João Ladeia, percebe-se que as desavenças entre conservadores e liberais ganhavam tons de acirrada disputa. João Ladeia, inclusive, deixa entrever que a “questão servil” era um ponto importante nessa divergência quando diz: “logo que for reeleito o Dr. Rodrigues Lima em regozijo dou a liberdade a 6 ou 8 escravos, pondo tal declaração pelos jornais, pois esta ideia a tempos, digo, esta lembrança ha tempos que tenho”.⁵²⁹

Esse é um emaranhado difícil de desenrolar. Contudo, era muito simbólico prometer a liberdade de escravizados em comemoração pela derrota do adversário conservador e escravagista, ainda mais quando, no parlamento brasileiro, tramitavam discussões emancipacionistas, ligadas aos liberais. A primeira versão da lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários, foi apresentada à Câmara dos Deputados no dia 15 de julho de 1884, “encaminhada pelo deputado liberal Rodolfo Dantas – filho do então presidente de Ministros, Manoel Pinto de Souza Dantas”, liberais baianos. Como discute Joseli Mendonça (2008, p. 28), “desde 1871, talvez, ‘a questão

⁵²⁷ APMC.AFBC.JAGN. 6.1.3

⁵²⁸ APMC. AFBC.JAGN. 1.17.1

⁵²⁹ APMC. AFBC.JAGN. 1.17.1

servil' não provocara tal acirramento de ânimos no Parlamento brasileiro". Embora a câmara estivesse composta predominantemente pelo Partido Liberal, "a despeito disso, Dantas enfrentou uma obstinada oposição que incluía membros do seu próprio partido". Rui Barbosa foi parecerista desse projeto e, conforme aponta Ademir Gebara (2002, p. 85), o parecer "explicitava, confirmava e redimensionava a política de transição" do trabalho escravo para o livre, o que decerto alvoroçou os escravagistas ou contrários à abolição.

Embora essa discussão tenha dividido também os liberais, chegando ao ponto de, naquele mesmo ano de 1884, a câmara dos deputados ser dissolvida, o assunto não aparece nas correspondências de José Antônio Gomes Neto, mesmo sendo o seu sobrinho um deputado com perspectivas de reeleição para a legislatura seguinte, na qual se pretendia, enfim, decidir sobre o projeto de lei referente aos sexagenários. Contudo, era certo que aquelas eleições estavam divididas entre quem apoiava o projeto emancipacionista, agora sob a chefia do conselheiro Saraiva, e quem se lhe opunha, terminantemente. A publicação do parecer de Rui Barbosa "foi um componente do processo eleitoral que se abriu e, tanto o projeto quanto o parecer, foram peças centrais na luta intra-elite que ocorre nesse momento" (GEBARA, 2002, p. 85).

Antônio Rodrigues Lima posicionava-se ao lado dos favoráveis, assim como os demais candidatos liberais do sertão. Tal opinião certamente repercutia entre os eleitores correligionários. Muitos deles, apesar de viverem no sertão, já estavam atentos e convencidos do abolicionismo gradual defendido no parlamento, que visava, desde a lei de 1871, garantir a transição para o trabalho livre, "sob firme controle, dando aos donos dos escravos tempo suficiente para ajustar suas fazendas às transformações que se propunham para o sistema de trabalho". Seguindo essa linha, o projeto da lei dos sexagenários atendia à demanda das elites na medida em que "recusava a abolição total e imediata" e propunha meios para que os proprietários fossem recompensados e oferecessem "liberdade" sem que, "em momento algum, se perdesse o controle sobre a mão de obra" (GEBARA, 2002, p. 80-1). Vista sob essa perspectiva, a adesão de Antônio Rodrigues Lima, César Zama e outros à Lei dos Sexagenários, tinha a ver com fidelidades agremiativas e "seguridade de raça e classe", para usar uma expressão de Antônio Negro (2018). Mesmo assim, era uma postura política que ia de encontro com interesses econômicos e renunciados pelo grupo conservador caetiteense, liderado pelos Faria Fraga, os maiores traficantes de escravizados do sertão (SILVA, 2018).

Retomando as promessas de João Ladeia, cunhado de Gomes Neto, de libertar seis ou oito escravizados e divulgar o feito através de jornais, levando em consideração o momento político do país, não se pode confundir essa intenção com uma postura abolicionista altruísta; se assim fosse, não imporiam condições, nem esperaria tal pretexto. Além disso, como explica Antônio Luigi Negro (2019, p. 7) a essa altura dos acontecimentos “alforriar dependia da garantia de estarem os forros comprometidos, na sequência” com a sua permanência no trabalho livre, perante patrões, antes ex senhores. Nesse sentido, afirma o mesmo autor, os senhores, se esperavam “gratidão dos forros”, queriam mesmo era pagar muito pouco pelo “aluguel de sua força de trabalho”. “Ambas as coisas – sentimento e vencimentos – eram imprescindíveis à estratégia de bloquear a mobilidade dos libertos, pois estes não podiam desertar do seu local de trabalho”. No fim das contas, continuavam (ou pretendiam continuar) explorando da mesma mão de obra, só que pela sua agenda de organização do trabalho livre. Embora essa discussão seja extensa e complexa, o que se pretende realçar é que a promessa de João Ladeia sugere, simplesmente, seu desejo de afrontar publicamente o seu adversário local, escravagista que vinha enriquecendo-se às custas do tráfico interprovincial de escravizados. Entre Gomes Neto e seu grupo liberal, todos senhores de escravos no alto sertão baiano, também havia aqueles que se aproveitaram do tráfico como oportunidade de vender escravizados a lucros atraentes. No entanto, na política, o discurso abolicionista – lembrando que abolicionismo para esses homens era um projeto de autopreservação, de manutenção de suas supremacias de raça e classe, conforme foi mencionado, e que esses projetos emancipacionistas eram formas de controlar o processo da abolição em benefício próprio, formando forros dependentes⁵³⁰ – ganhava força entre os correligionários liberais e requeria apoio daqueles que desejavam assegurar posições nesse momento de embates tão acirrados.

Voltando às eleições de dezembro de 1884, a disputa entre liberais e conservadores ganhou proporções violentas em Caetité. A carta enviada pelo Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas ao presidente da província da Bahia, publicada nos jornais da Bahia e da corte, pedia notícias “oficiais ou de outro modo” sobre o “grande conflito na cidade de Caetité, compreendida no 11º distrito eleitoral” sobre o qual “dizem que entre mortos e feridos há umas trinta pessoas”. O motivo exposto era “o fato de tentar a junta apuradora expedir diploma de deputado ao candidato liberal Dr. Antônio Rodrigues

⁵³⁰ Essa ideia é mais bem abordada por GEBARA (2002) e NEGRO (2018).

Lima, quando pela apuração geral obteve maioria de votos o candidato conservador Dr. Luiz Antônio Pereira Franco”.⁵³¹ Outra notícia, do *Diário da Bahia*, republicada no *Jornal do Recife*, contrariava essa versão dos fatos dizendo que pelo fato de o juiz de Direito da comarca de Caetité, José Antônio Gomes Neto e seu substituto acharem-se doentes, o juiz da comarca de Monte Alto, Tobias de Souza Lima, presidiu a junta apuradora para a contagem dos votos, o que ocorreu “sem maior novidade”, sendo a sessão assistida por grande número de pessoas. No entanto, depois de concluída a sessão, já ao final do registro da ata, atirou-se “sobre a mesa o cidadão Manuel de Faria”, rasgando as “autênticas já apuradas”, insultando “os membros da mesa”, o que gerou grande tumulto, estando muitos armados “uns de revolveres, outros de punhais”. Contudo, de acordo com esta versão, “um dos mesários conseguiu salvar o livro de atas” e, depois de acalmado o tumulto, o documento foi assinado por todos, com exceção dos mesários “Júlio de Brito e Lauro Fraga”, conhecidos conservados, que se negaram a expedir “diploma ao Dr. Rodrigues Lima”. Por fim, dizia a matéria, apesar da agitação do “espírito público” e do receio da população local em relação aos “grupos desordeiros” que continuam “armados na cidade”, até o momento nenhuma morte havia sido registrada.⁵³²

Apesar do clima tenso e sob contestações no parlamento, Antônio Rodrigues Lima foi reconhecido como deputado eleito pelo 11º distrito da Bahia.⁵³³ Juntamente com ele, iniciaram nova legislatura em 1885 os sertanejos César Zama, eleito em Lençóis, Aristides Spínola, eleito no Urubu, e Marcolino Moura, eleito pela cidade da Barra, no Oeste baiano, conforme se observa na tabela 25, abaixo.

⁵³¹ A contestação do diploma de deputado de Antônio Rodrigues Lima foi feita por Dr. Luiz Accioly Pereira Franco. Ver: Biblioteca Nacional. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 15 de fevereiro de 1885. Ano 11. Nº 46. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=4052&Pesq=Antônio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 29/03/2019.

⁵³² Biblioteca Nacional. *Jornal do Recife*. 8 de janeiro de 1885. Ano XXVIII. Nº 5. p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=17759&Pesq=Caetit%C3%A9>. Acesso: 13/06/2019.

⁵³³ Biblioteca Nacional. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 3 de janeiro de 1885. Ano 11. Nº 3. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=4052&Pesq=Antônio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 29/03/2019.

Tabela 25: Deputados gerais eleitos pela Bahia (1884)⁵³⁴

Nº	Sede do distrito	Deputado	Partido
1º	Capital	Barão de Guahy	Conservador
2º	Capital	Cons. João Ferreira de Moura	Liberal
3º	Cachoeira	Cons. Francisco Prisco de Souza Paraíso	Liberal
4º	Santo Amaro	Cons. Francisco Maria Sodré Pereira	Liberal
5º	Nazaré	Dr. Idelfonso José de Araújo	Liberal
6º	Ilhéus	Cons. Antônio Carneiro Rocha	Liberal
7º	Feira de Santana	Dr. João Ferreira de Araújo Pinho	Conservador
8º	Alagoinhas	Dr. Inocêncio Marques de Araújo Góes	Conservador
9º	Itapicuru	Dr. João dos Reis Souza Dantas Filho	Liberal
10º	Lençóis	Dr. Aristides Spínola César Zama	Liberal
11º	Caetité	Dr. Antônio Rodrigues Lima	Liberal
12º	Vila Nova da Rainha	Dr. Juvêncio Alves de Souza	Liberal
13º	Urubu	Dr. Aristides de Souza Spínola	Liberal
14º	Cidade da Barra	Dr. Marcolino de Moura e Albuquerque	Liberal

Vê-se que o partido liberal continuava liderando na Bahia, elegendo a maioria dos deputados. Entre eles, também se observa que houve uma acomodação entre os políticos sertanejos, o que não indica que tenham voltado à mesma amizade de antes. Até 1881 caminharam uníssonos, contudo, depois daquele racha entre César Zama e Gomes Neto, cada um procurava defender e garantir sua posição de forma independente, ancorando-se na força política de suas famílias sertanejas e nas alianças constituídas na corte. Gomes Neto, embora não se opusesse aos correligionários, atentando sempre à diplomacia, reservava seu inteiro apoio ao sobrinho Antônio Rodrigues Lima.⁵³⁵ Conforme mencionado anteriormente, o cerne dessas eleições de 1884 foi a adesão ao projeto que

⁵³⁴ Biblioteca Nacional. *O Libelo do Pará*. Belém do Pará, 7 de fevereiro de 1885. Ano XV. Nº 8. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188>. Acesso: 07/05/2019.

⁵³⁵ Biblioteca Nacional. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 12 de fevereiro de 1885. Ano 11. Nº 43. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=4052&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 29/03/2019.

daria encaminhamento à aprovação da Lei dos sexagenários, e todos os candidatos liberais sertanejos foram eleitos e participaram desse momento na câmara geral. Via de regra, todos foram sufragados por senhores que possuíam escravizados, contudo presume-se que também estes estavam alinhados às ideias defendidas no parlamento, mais diretamente representadas pelos liberais baianos Manuel Pinto de Souza Dantas, Antônio Saraiva e Rui Barbosa.

Abrindo um parêntese, a Lei dos Sexagenários libertou 1001 escravizados na Bahia, “dos quais 508 ou mais de 50% em Caetité” (NEVES, 2012, p. 227). Ao mesmo tempo em que esse índice elevado indica a concentração de escravizados idosos no alto sertão, considerando a questão política e a divisão existente em Caetité entre liberais e conservadores, seria muito importante se houvesse como identificar a quem pertenciam esses cativos. O barão de Caetité, como se verá adiante, matriculou 50 escravizados em 1872.⁵³⁶ Na época da assinatura da lei dos sexagenários, em 1885, praticamente não possuía cativos idosos, lembrando que as discussões sobre o assunto no parlamento, onde estava seu sobrinho, já se arrastavam desde 1883. Uma de suas escravizadas de mais idade, a africana Silvana, já havia sido vendida em 1874 para a província de São Paulo e o pardo Ancelmo morreu em 1880 com 63 anos. Mesmo restando uns dois ou três, chama-se atenção para a possibilidade de o envolvimento político ter influenciado a postura dos proprietários caetiteenses. Será que outros liberais congado com as bandeiras do partido e atentos aos rumos do país não se teriam desfeito dos cativos idosos antes da lei? Será que a maioria dos escravizados de mais idade não estavam concentrados em propriedades de senhores conservadores, interessados na disputa política para adentrar o parlamento e tentar combater esse tipo de medida? Além do mais, outro ponto importante é que o texto da lei não só previa a libertação dos sexagenários, mas proibia a transferência de escravizados para outras províncias em casos não previstos legalmente. Esse quesito incidia diretamente no comércio interprovincial praticado largamente pelos conservadores Faria Fraga, como já exposto.

Apesar das suposições levantadas, o que não se pode perder de vista é que “a lei incorporou em seus dispositivos elementos que procuravam viabilizar o projeto gradualista”, preservando a ideia de “libertar cada um aos poucos”. Além disso, ela preservou a “legitimidade da escravidão” e a “legalidade da propriedade” quando

⁵³⁶ APMC.AFBC.E.0.1

estabeleceu indenização aos proprietários pela libertação dos sexagenários (MENDONÇA, 2008, p. 309). Dessa forma, retomando o que já foi dito acima, a lei refletia o anseio dos senhores de “implementar sua própria concepção de liberdade para os escravos” e, nessa perspectiva, atendia a seus anseios particulares. Sem uma compreensão prévia desses pressupostos por parte do eleitorado, provavelmente os deputados liberais eleitos em 1884 não teriam logrado êxito. Sabendo de onde vinham os seus votos, eles tinham a missão de apoiar o projeto de lei sem comprometer os interesses senhoriais. Apesar disso, o cenário político estava estremecido e deixava entrever que a qualquer momento o gabinete liberal poderia cair.

Atento a isso, Antônio Rodrigues Lima procurava garantir uma ocupação como professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Sobre o assunto, Gomes Neto escreveu ao amigo Paranaguá, em julho de 1885: “meu sobrinho Dr. Antônio Rodrigues Lima pretende uma cadeira na Faculdade de Medicina da Bahia, e por isso, necessita de sua valiosa proteção para que seja ele feliz e nomeado lente”.⁵³⁷ A essa época, o ex- colega Paranaguá, além de Conselheiro de Estado, já usufruía do título de Visconde, tendo muita influência na corte. Antônio Rodrigues Lima foi aprovado no concurso público e seu nome foi indicado ao Imperador para suprimimento da cátedra de Clínica e Obstetrícia da Faculdade da Bahia. Havia, contudo, outros dois concorrentes, o Dr. Climério Cardoso de Oliveira e o Dr. Deocleciano Ramos. Nesse entremeio, em agosto de 1885, o governo liberal caiu, dando lugar aos conservadores. Conquanto “na avaliação da banca, o escolhido por mérito” tenha sido Antônio Rodrigues Lima, “ao definir entre os concorrentes, o imperador D. Pedro II preferira, entre os três, o médico Climério de Oliveira”, ligado ao partido conservador. (CARNEIRO, 2010, p. 1)

A decisão do monarca agitou estudantes da Bahia e do Rio de Janeiro, levando-os às ruas em protesto. Essas manifestações foram eventos importantes, especialmente numa época em que não existiam meios de comunicação tão eficazes para mobilização de grupos em diferentes capitais.⁵³⁸ A imprensa divulgou que, ao retornar da corte a bordo do paquete inglês Neva, no dia 28 de outubro de 1885, Antônio Rodrigues Lima foi recepcionado por uma esquadra de “vapores embandeirados”, na Bahia. No porto, aguardavam-no “cidadãos de todas as classes” que levantaram “vivas” ao “ilustrado médico”. Acompanhados por uma filarmônica, os amigos de Antônio Rodrigues Lima o

⁵³⁷ Museu Imperial. Divisão de documentação histórica. I – DPP 5.7.885. Gom. C 1-2. Livro 13- Bahia.

⁵³⁸ Sobre esse acontecimento ver: Márcia Regina Carneiro (2011).

seguiram até a sua residência, passando por “ruas embandeiradas”. Ao longo do percurso jogaram-lhe flores e fizeram discursos elogiosos. O *Diário da Bahia*, jornal liberal que publicou a matéria, assinalou: “raras vezes se tem presenciado nesta capital um movimento tão pronunciadamente simpático a um homem e um protesto mais vivo, mais solene, mais indignado contra a prepotência do governo”.⁵³⁹

Apesar das manifestações, o momento político desfavorável contribuiu para que a decisão do imperador fosse mantida e os planos de Antônio Rodrigues Lima, adiados. Márcia Regina Carneiro (2011) atribuiu a negativa do Imperador ao fato de Antônio Rodrigues Lima ser reconhecido como republicano que já demonstrava publicamente “preferências pelo modelo representativo-presidencialista opondo-se à continuidade do Império, tal como o movimento de estudantes que ocupou as ruas de Salvador, defendendo a sua posse na Cátedra para a qual concorrera”. A visão da autora decorre de um olhar em retrospectiva. Antônio Rodrigues Lima e seus familiares se amoldaram muito bem à República, no entanto, em 1885, ele continuava vinculado ao partido liberal, participando de cerimônias solenes de cumprimento ao Imperador⁵⁴⁰ e com perspectivas políticas alinhadas ao governo vigente, o que vigorou até o final do Império. A decisão de d. Pedro II pesava sobre disputas entre liberais e conservadores suscitadas naquele momento. Sobre esse acontecimento, César Zama publicou uma extensa nota que foi replicada em vários jornais do país, onde dizia, enfaticamente: “o Dr. Rodrigues Lima era liberal e o governo conservador não hesitou em preteri-lo com a mais revoltante injustiça”.⁵⁴¹ Apesar dos desacordos políticos de 1881, esses liberais mantinham conagraçamentos partidários. Na imprensa maranhense, onde a notícia também repercutiu, Antônio Rodrigues Lima foi descrito como “vítima do patronato que infelizmente impera no nosso sistema administrativo”, destacando, ainda, que o governo imperial “não prestou

⁵³⁹ Biblioteca Nacional. Jornal de Recife. Pernambuco, 7 de novembro de 1885. Ano XXVIII. Nº 255. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188>. Acesso: 07.05.2019.

⁵⁴⁰ Biblioteca Nacional. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 12 de setembro de 1885. Ano 63. Nº 264. p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188. Acesso: 07/05/2019.

⁵⁴¹ Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*. 26 de novembro de 1885. Ano LXI. Nº 271. p.3 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188. Acesso: 07/05/2019.

atenção aos méritos do dr. Rodrigues Lima, que cometera o crime de ser adverso à política dominante”.⁵⁴²

A ascensão do partido conservador não só fechou as portas para que Antônio Rodrigues Lima ingressasse como lente na Faculdade de Medicina da Bahia, como também para que continuasse no parlamento, o que significava a perda de alguns privilégios na corte. Enquanto deputado, ele dispunha do “subsídio parlamentar”, que incluía, além do vencimento mensal, ajuda de custo das viagens que fazia da Bahia até o Rio de Janeiro, no valor de quatrocentos mil réis⁵⁴³. Essas viagens eram feitas na melhor classe de paquetes como o Douro, inglês, na maioria das vezes em companhia de outros deputados, suas esposas, filhos, além de outros passageiros de elevada posição social, ou seja, entre elites. Até 1881 registrava-se também a companhia de um criado, porém, depois desse ano, seu nome era anunciado nos jornais sempre sem acompanhantes.⁵⁴⁴ Como parte do subsídio parlamentar, também recebia a “pena d’água”⁵⁴⁵, referente à residência que dividia, na corte, rua d’Ajuda, nº 179, com o deputado Juvêncio Alves de Souza.⁵⁴⁶ Ali, no Rio de Janeiro, também atendia como médico na Policlínica Geral, cobrando cem mil réis por consulta⁵⁴⁷ e mantinha uma vida social bastante ativa, fazendo parte de grupos como a Sociedade Central de Imigração, da qual era contribuinte.⁵⁴⁸ Porém, passado algum tempo que deixara o parlamento, contrariado com a conjuntura e

⁵⁴² Biblioteca Nacional. *Pacotilha*. Maranhão, 13 de fevereiro de 1886. Ano VI. Nº 38. p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=4911&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 07/05/2019.

⁵⁴³ Biblioteca Nacional. Balanço da receita e despesa do Império. Rio de Janeiro/ 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066974&pesq=vinda%20e%20volta%20dos%20deputados>. Acesso: 08/04/2019.

⁵⁴⁴ Biblioteca Nacional. Jonal do Comércio do Rio de Janeiro. 17 de dezembro de 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188. Acesso: 07/11/2019.

⁵⁴⁵ Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. 2 de setembro de 1881. Ano VII. Nº 242, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=2341&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso 29/03/2019.

⁵⁴⁶ Biblioteca Nacional. *Almanack Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. 1884, p. 90. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188>. Acesso 07/05/2019.

⁵⁴⁷ Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. 2 de agosto de 1882. Ano VIII. Nº 213, p.01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=4052&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso 29/03/2019.

⁵⁴⁸ Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. 10 de agosto de 1884. Ano X. Nº 223. p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=8239&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 08/04/2019.

com a decisão do Imperador em relação à Faculdade de Medicina da Bahia, Antônio Rodrigues Lima embarcou para a capital Viena, na Áustria, onde na década passada já estivera em temporada de estudos, conforme demonstrado no capítulo anterior. De lá, em janeiro de 1887, escreveu ao tio Gomes Neto: “tenho lucrado muito com a estada por cá e com constante trabalho muito tenho visto de novidades científicas”. Na ocasião, falou das motivações que o fizeram deixar o Brasil: “com os dois desastres porque passei, política e Academia, meu coração estava inquieto e sentia como que um desalento completo”. Respirando outros ares e sentindo-se restabelecido, continuou: “agora posso com mais calma encarar de frente todas as dificuldades que ainda me possam embaraçar e com perseverança procurarei renová-las. Minha estada aqui será muito curta e com pouca demora seguirei para o Brasil”.⁵⁴⁹ No sertão, onde permaneceram seu tio Gomes Neto e seu irmão Joaquim Manuel Rodrigues Lima, muitos acontecimentos se deram desde a ascensão do partido conservador, em 1885.

A candidatura de Rui Barbosa em Caetité

O clima de instabilidade política que motivou Antônio Rodrigues Lima a pleitear a vaga de professor na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1885, também se fazia sentir no sertão. Gomes Neto, que não conseguira sua transferência para Salvador, manteve-se como Intendente municipal de Caetité até o final de 1884, quando também entregou o posto de juiz de Direito, aposentando-se. Antes disso, porém, volta e meia se afastava do cargo de magistrado, interpondo licenças por “motivo de saúde” e, quando em exercício, presenciava o aumento de demandas envolvendo a liberdade de escravizados, quer por iniciativas particulares, quer pelo fundo de emancipação destinado ao município de Caetité⁵⁵⁰, ações delicadas e que tendiam a aumentar, especialmente depois de 1885. Atento a isso e vendo a supremacia do partido liberal ameaçada diante dos embates que cercavam a “questão servil”, Gomes Neto certamente mensurava o que poderia acontecer em Caetité, onde as disputas partidárias se tornavam cada vez mais violentas; ele reconhecia que era o momento de afastar-se de posições centrais, como a magistratura e a intendência municipal.

⁵⁴⁹ APMC.AFBC.JAGN. 1.4B.6

⁵⁵⁰ APEB. Governo da Província. Série: Judiciário. Juízes de Caetité. Maço 2290. 17 de maio de 1884.

Antes que os conservadores subissem, acordos garantiram que a vaga deixada por Gomes Neto fosse ocupada pelo magistrado liberal Joaquim Antônio de Souza Spínola, filho do amigo e correligionário Antônio de Souza Spínola. Embora do ponto de vista pessoal essa permuta soasse como pagamento de uma dívida antiga, visto que em 1860 Antônio Spínola conseguiu a nomeação de Gomes Neto para juiz municipal de Caetité, a chegada do novo magistrado provocou disputas intensas em Caetité, como bem detalhou Laiane Silva (2018). Resumidamente, o embate se deu porque o cargo era alvo cobiçado pelo conservador Manuel Gonçalves Fraga, conhecido traficante de escravizados que queria revestir-se de maior poder na comarca. Uma vez empossado, o liberal Joaquim Spínola, além de opositor político, passou a interferir judicialmente na prática escravista do tráfico e na liberdade de escravizados, o que afetou diretamente os interesses dos Faria Fraga.

Apenas como esclarecimento, Ricardo Silva (2007, p. 253) analisa que, na cidade de Caetité, “o movimento abolicionista também teve na Justiça o canal privilegiado para a libertação dos escravos”, sendo o “principal responsável pelas sentenças” o juiz de direito da comarca, Joaquim Antônio de Souza Spínola. Contudo, o mesmo autor afirma que as decisões praticadas por esse magistrado não escondem seu posicionamento político-partidário, beneficiando senhores liberais em detrimento dos conservadores: “nem todos os curadores que impetraram ações de liberdade eram atendidos da mesma forma pelas autoridades judiciárias. Aqueles ligados ao grupo liberal” de Caetité “geralmente tinham suas reivindicações prontamente atendidas pelos juízes, enquanto os vinculados aos conservadores”, na mesma cidade, “normalmente encontravam obstáculos na promoção das ações, mesmo que isso pudesse pôr em jogo a liberdade dos cativos”. Desse modo, reitera-se que o compromisso desse tipo de abolicionismo praticado pelas elites do sertão não era com o escravizado, nem com a sua plena liberdade, mas com os senhores correligionários e seus direitos de propriedade. Prosseguindo com o mesmo autor, “alguns dos próprios curadores foram encontrados defendendo ora senhores, ora escravos” o que aponta o fato “de que os juízes, advogados e curadores em questão eram altamente influenciados pela vida político-partidária, que interferia fortemente em suas ações abolicionistas”. Assim, percebe-se que suas condutas na justiça repercutiam “as disputas travadas em âmbito nacional, regional e, sobretudo, local”. (SILVA, 2007, p. 258). É importante destacar que o estudo de Laiane Silva (2018) aponta na mesma direção, confirmando a influência partidária na prática jurídica de Joaquim Spínola.

Em 1885 José Antônio Gomes Neto já não respondia pela comarca de Caetité. A data marcante foi registrada no seu caderno de notas: “no dia 22 de dezembro de 1884 passei o exercício do cargo de juiz de Direito”.⁵⁵¹ O tempo liberado seria direcionado à ampliação das riquezas e à política. Como era esperado, em agosto daquele ano o parlamento foi desfeito e o novo governo, sob a chefia do baiano e conservador João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, convocou novas eleições para dezembro. A despeito da conjuntura nacional, a expectativa era que os liberais continuassem elegendo-se pelo sertão, por isso, depois de acordos o partido liberal da Bahia indicou para Caetité, 11º distrito eleitoral, a candidatura do conselheiro Rui Barbosa a fim de concorrer com o conservador Antônio Accioly Pereira Franco, filho de Luís Antônio Pereira Franco, ex-colega de Gomes Neto.

Apesar das intrigas e das disputas passadas envolvendo os Franco, pai e filho, o horizonte não era desalentador para aqueles que conheciam a força do chefe político José Antônio Gomes Neto. No entanto, a vida o sobressaltou com a triste notícia do falecimento da sua filha caçula, Sofia, do seu genro, Antônio Rodrigues Ladeia, e de um neto, residentes em Monte Alto e sucumbidos por uma febre. Considerando o abalo de sua liderança, o grupo liberal caetiteense tentou escusar-se da responsabilidade de eleger Rui Barbosa, expondo, por meio de um abaixo-assinado, as dificuldades que enfrentaria: “seria uma glória para o 11º distrito” mandar Rui Barbosa “à representação nacional”, para isso, “porém, era necessário que a luta fosse eficazmente travada em todos os colégios da comarca de Caetité”. Essa luta, contudo, era vista como “impossível” de ser travada, por motivo de “moléstia e profundos golpes” que “tem sofrido com a morte de diversas pessoas de sua família o nosso prestimoso e venerado chefe o Exmº Barão de Caetité, e pela falta absoluta de quem o substitua”. O documento justificava, ainda, que o único indivíduo à altura para substituí-lo era o seu genro Joaquim Manuel Rodrigues Lima, contudo ele também se achava impossibilitado pelas mesmas razões. Diante da situação, o grupo entendia que era melhor não se expor em prol da luta partidária, pois sabia que o cenário político em Caetité estava marcado pela violência: “julgamos não dever concorrer para que nossos amigos se exponham às violências, às picardias, e, pequeninas vinganças que soem empregar os nossos adversários”, contexto bem traçado no estudo de Laiane Silva (2018).⁵⁵²

⁵⁵¹ APMC.AFBC.JAGN.8.18.3

⁵⁵² APMC. AFBC. JAGN. 6.1.6

Com todo esse cenário e apesar do apelo do abaixo-assinado, o partido liberal manteve a candidatura de Rui Barbosa pelo 11º distrito eleitoral. José Antônio Gomes Neto, convalescendo de uma febre tifóide e abatido pelas perdas, afastou-se por um tempo de Caetité, permanecendo com sua família na fazenda Espinho, em Monte Alto. Sua ausência deu lugar a que outras lideranças tomassem a dianteira das disputas locais e tentassem sustentar a candidatura de Rui Barbosa, entre elas o juiz de Direito Joaquim Antônio de Souza Spínola e seu cunhado Deocleciano Pires Teixeira.⁵⁵³ Mas, como previsto, não arrefeciam os episódios de violência, dentre eles, o cerco armado pelo conservador Manuel José Gonçalves Fraga contra o juiz de Direito Joaquim Antônio de Souza Spínola, notícia que ganhou os jornais. Em dezembro de 1885, Joaquim Spínola, em carta a Rui Barbosa, expôs a aflição que vivia em Caetité juntamente com sua família, trancafiado em casa e ameaçado de morte, sendo violentamente pressionado a deixar o cargo de juiz de Direito, posto almejado pelo dito Fraga, pelo que o juiz não queria ser alvejado. A estratégia de denunciar os fatos na imprensa da Bahia e do Rio de Janeiro, por meio de cartas enviadas a Rui Barbosa e ao Conselheiro Dantas, notáveis expoentes do partido liberal, surtiu efeito provisório, dando condições para que o grupo liberal em Caetité enfrentasse, ainda que sem sucesso, as eleições.⁵⁵⁴

A despeito do abalo emocional e do estado de saúde, José Antônio Gomes Neto jamais se teria entregado ao embate pessoal, tampouco assumido algum confronto que ameaçasse sua liderança. Suas estratégias de manutenção de poder foram baseadas em trocas, em costuras nem sempre visíveis, sem muito alarde. Ele era um homem cordato, discreto, que não abria mão dos seus interesses, porém que tentava manter o prumo das palavras mesmo quando as situações eram adversas. Sua experiência contrapunha-se ao alvoroço dos mais jovens e lhe permitia caminhar pelas diversas situações sem tomar partido que não fosse em seu próprio benefício. Os acontecimentos tristes tornaram-se, nesse momento, justificativas óbvias e convincentes para o seu distanciamento da política e de Caetité, no entanto, provavelmente, não teria sido diferente mesmo se os motivos não fossem esses. Depois de passadas as eleições e constatada a derrota de Rui Barbosa, Gomes Neto retornou a Caetité e respondeu, em fevereiro de 1886, à carta enviada pelo conselheiro baiano no ano anterior: “achando-me em Monte Alto tive a honra de receber ali a carta de V.Ex^a. Nessa ocasião achava-me bastante doente e havia perdido uma filha,

⁵⁵³ Sobre a atuação política de Deocleciano Pires Teixeira ver: AGUIAR (2011).

⁵⁵⁴ Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Rui Barbosa. Série Correspondência. CR 599 (1).

um genro e um neto, o que abateu-me bastante”. Mesmo justificando-se pelo momento delicado, cuidou de dizer que “não obstante o pouco, meu sobrinho o Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima dirigiu-se aos amigos e pôde obter para V.EX^a os votos que alcançou nesta Comarca” e, sem muitas palavras, concluiu: “no quadro atual é quase impossível ser eleito um candidato liberal”.⁵⁵⁵ Percebe-se que, apesar dos esforços de outras lideranças, Gomes Neto ressaltou apenas o nome do seu sobrinho e atribuiu exclusivamente a ele os votos direcionados a Rui Barbosa. Decerto, votos advindos dos senhores de escravizados liberais que foram ameaçados pela postura do novo juiz.

Joaquim Manuel Rodrigues Lima e seu irmão Antônio Rodrigues Lima também escreveram a Rui Barbosa. Eles, embora reconhecessem os esforços de outros correligionários, a exemplo de Deocleciano Pires Teixeira, mantiveram a conduta de promover a família. Ambos destacaram o momento delicado que o tio havia enfrentado, Antônio Rodrigues Lima ressaltou que, a despeito das dores, seu irmão empenhou todos os esforços em prol da eleição do destinatário,⁵⁵⁶ enquanto Joaquim Manuel Rodrigues Lima destacou o comprometimento de Antônio em escrever-lhe insistentemente solicitando apoio a Rui.⁵⁵⁷ Ao final das contas, o consolo e a justificativa apresentados ao conselheiro foram que circunstâncias inevitáveis, somadas às violências suscitadas pelos conservadores, não tinham favorecido o seu sufrágio naquele pleito.

Vê-se que, apesar da idade e da saúde comprometida, Gomes Neto ainda era a principal liderança política do alto sertão baiano. Depois de passado o luto da sua família e como estratégia para fortalecer o seu grupo, ele fundou, em 1886, um diretório do partido liberal em Caetité, constituindo comissões paroquiais que deveriam representar o partido nas diversas localidades que compunham aquele distrito.⁵⁵⁸ Para o diretório central foi expedido um comunicado ressaltando que, “em face de uma situação adversa que tantos males tem causado ao país, especialmente a esta Província”, o partido liberal de Caetité “empregará todos os esforços para realizar sua missão”.⁵⁵⁹ A situação adversa a que o documento se referia era o predomínio do partido conservador. Aquela era uma luta partidária, que visava, unicamente, reaver o poder ao partido liberal, sem qualquer pretensão de mudança na forma de governo.

⁵⁵⁵ Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Rui Barbosa. Série Correspondência. CR 662/15 (1).

⁵⁵⁶ Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Rui Barbosa. Série Correspondência. CR 814/1 (1).

⁵⁵⁷ Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Rui Barbosa. Série Correspondência. CR 814/2 (3).

⁵⁵⁸ APMC. AFBC. JAGN. 6.1.5

⁵⁵⁹ APMC. AFBC. JAGN. 6.1.1

Vida financeira em tempos de crise

A década de 1880 é considerada, na historiografia, como um período de crise política e econômica no Brasil. No alto sertão da Bahia, os episódios de seca e as sucessivas leis emancipacionistas acentuavam essa realidade, causando “retração na economia”, como aponta Maria de Fátima Pires (2009, p. 129). Houve, contudo, proprietários que, apesar dessas circunstâncias, conseguiram manter-se e até alargar seu patamar de riqueza. O barão de Caetité foi um deles. Depois que se aposentou, em 1884, Gomes Neto passou a negociar como comissário do “escritório de fazendas e comissões em grosso”, Antônio Francisco Brandão e Cia., firma com a qual mantinha negócios desde a década de 1860, conforme apontado no quarto capítulo desta tese. No entanto, em paralelo, negociava com outras firmas e tocava outros empreendimentos financeiros, o que garantia a segurança do seu cabedal.

Em 1881, um recibo da empresa Brandão, Marques e Cia, indica que foram vendidas “16 malas de algodão em rama, pertencente ao sr. Theófilo Monteiro de Magalhães”.⁵⁶⁰ O documento de quitação da mercadoria, enviado a Gomes Neto para ser repassado ao vendedor, morador do Gentio, demonstra sua intermediação em negociações dessa natureza. Ele também atuava em nome de outras empresas da Bahia, a exemplo da Joaquim da Silva Ruas e Cia, estabelecida no Largo de Santa Bárbara, nº 83, que, em 1881, o encarregou de receber uma dívida de R. 6:977\$117 contraída por Bento Monteiro de Magalhães e Irmãos, da vila do Gentio, pertencente a Caetité. Pela localidade supõe-se que também eram vendedores de algodão. Esses registros demonstram não só como os comerciantes do sertão recorriam às empresas da capital para dar andamento aos seus negócios, bem como o papel exercido por Gomes Neto de mediador dessas relações. Às custas dessas estratégias, o algodão e outros produtos continuavam sendo vendidos para fora do sertão.

Ainda sobre a firma Joaquim da Silva Ruas e Cia, em 1883 o barão de Caetité recebeu de uma só vez, em crédito na conta que mantinha nessa empresa, mais de 26 contos de réis. O dinheiro foi enviado pelo positivo Virgelino Pereira dos Santos, “para crédito de diversos”⁵⁶¹. Em dezembro de 1884, a empresa concedeu-lhe uma procuração

⁵⁶⁰ APMC. AFBC. JAGN. 8.6.1

⁵⁶¹ O positivo é uma figura muito presente nos documentos do sertão nos séculos XIX e XX. Tratava-se do sujeito encarregado do transporte de mercadorias, correspondências, dinheiro entre outros, do sertão para a capital e vice-versa. Muitos indivíduos trabalhavam dessa forma e cada receptor tinha positivos de sua confiança. Muitas vezes o positivo era um tropeiro, ou um camarada, como também se dizia. Não há uma

“para receber amigável e judicialmente de todos os nossos devedores, passarem recibos e darem paga e quitação”.⁵⁶² Essa, certamente, não foi a única vez que ele foi indicado como procurador para fins dessa natureza. Tendo em vista seu trânsito no meio jurídico e, antes, sua atuação como magistrado, não se sabe quais os artifícios utilizados para que essas cobranças fossem feitas em juízo sem causar incompatibilidade nos papéis. De todo modo, sendo a causa ganha, sua porcentagem sobre o lucro estava assegurada.

Também em São Félix, no Recôncavo, nunca deixou de manter negociações. Na década de 1880 contou ali com o apoio da casa de importação, exportação e comissões de Cândido Araújo Ribeiro, onde possuía uma conta corrente e usufruía dos serviços de envio de encomendas de artigos não encontrados no sertão, conforme demonstram correspondências dessa firma: “enviei e remeto pela tropa do Sr. Valério Clemente da Silveira os volumes com os gêneros arrolados na fatura anexa na importância de R.189\$000 que debitei a V.Ex^{am}”.⁵⁶³ Essa empresa também se relacionava com a Brandão, por isso intermediava envios de dinheiro seguidos da parte de Gomes Neto, conforme registro de 1887: “aviso a V.S^a que recebi ontem os R. 400\$000 remetidos pelo Sr. Joaquim Moreira e hoje mesmo os enviei aos Srs. A.F. Brandão e Cia.”⁵⁶⁴

Em Santa Isabel, na Chapada Diamantina, continuava os negócios com a empresa Joaquim Manuel Rodrigues Lima e Cia., do seu cunhado, para a qual canalizava investimentos em diamante. Como não havia completado a formação superior, seu sobrinho e genro, José Antônio Rodrigues Lima, apelidado de Cazuzinha, trabalhava em negócios diversos, em conformidade com o pai e com o tio. Em maio de 1870, chegando a Santa Isabel depois de retornar da Bahia, onde estivera vendendo diamantes, seu pai escreveu ao cunhado Gomes Neto: “Cazuzinha chegou ontem” da Bahia. “Vendeu os diamantes ao Marinho com pequeno lucro a prazo de cinquenta dias que se vence em três do corrente”. Naquela época, os abalos na economia do país, decorrentes da Guerra do Paraguai, por certo já se faziam sentir na capital baiana, retraindo a circulação de dinheiro mesmo entre os comerciantes mais aquinhoados, compradores de diamantes: “e tal é o

definição precisa, porém, grosso modo, eram sujeitos das estradas, que iam e vinham sempre a serviço de alguém. APMC.AFBC.JAGN.8.8.2

⁵⁶² APMC.AFBC.JAGN.8.8.8

⁵⁶³ APMC.AFBC.JAGN.1.8.2

⁵⁶⁴ APMC.AFBC.JAGN.1.8.1

estado da praça da Bahia que não achou dinheiro para descontar a letra, sendo ela tão boa firma”.⁵⁶⁵

De acordo com Valney Lima Filho (2017, p. 14), Joaquim Pereira Marinho estava entre os comerciantes baianos “que se envolveram no contrabando de africanos escravizados no Atlântico, aplicaram dinheiro no comércio interno do Brasil e ofereceram créditos aos descapitalizados senhores de engenho”. Como se vê, essas relações não se restringiram aos comerciantes do universo açucareiro. A venda que José Antônio Rodrigues Lima fez diretamente ao Marinho, de diamantes das Lavras⁵⁶⁶, foi em nome do seu pai e do seu tio Gomes Neto, senhores do sertão. Apesar da falta de dinheiro em “tão boa firma”, esse era um negócio de confiança, já realizado outras vezes, como se denota pela intimidade no tratamento ao comprador. O fato de Cazuzinha ter voltado para casa sem descontar a letra, influenciava a compra de novas gemas a preço mais baixo, porém não engessava os negócios, nem a certeza de giro da mercadoria, posto que informou Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], em satisfação ao sócio Gomes Neto: “ontem comprei diamantes com bastante diferença devido à falta de dinheiro”.⁵⁶⁷

Esses negócios seguiram até quando foi possível. Na década de 1880 a mineração de diamantes na Chapada Diamantina já se arrefecia, enquanto outras áreas com maior potencial extrativo despontavam. Atento a isso, Antônio Rodrigues Lima escreveu da Bahia ao tio Gomes Neto, em 1883: “diga a Cazuzinha que em Canavieiras continua a aparecer em abundância extraordinária excelentes diamantes, portanto, muito cuidado com a Chapada”.⁵⁶⁸ Em 1886, Cazuzinha mudou-se definitivamente para Santa Isabel do Paraguaçu, talvez para auxiliar o pai, que já estava idoso e adoentado. De lá, escreveu ao irmão Joaquim Manoel Rodrigues Lima: “dissolvi a sociedade que tinha com o Brandão, estou tratando e continuarei a tratar no resto deste ano de realizar os negócios que tenho aqui e no começo do ano próximo, se Deus permitir, tomarei rumo”. Embora não tivesse em mente para onde seguiria, estava decidido a não permanecer na região das Lavras: “não sei ainda para onde, isso pouco importa, o essencial é eu deixar esta terra que já deu

⁵⁶⁵ APMC.AFBC.JAGN.1.19.9

⁵⁶⁶ Esse tipo de comercialização também se dava com a empresa Brandão e Irmãos, conforme mencionado no capítulo anterior. Essas transações também foram notadas por Rômulo Martins (2013), quando informou que as empresas Brandão e Irmãos e Marinho e Cia. exportaram cargas de diamantes no mesmo navio, em 1877. Eram diamantes extraídos na Chapada Diamantina, adquiridos em mãos de diversos vendedores, entre eles, José Antônio Rodrigues Lima, sobrinho de Gomes Neto, e, depois, exportados.

⁵⁶⁷ APMC.AFBC.JAGN.1.19.9

⁵⁶⁸ APMC. AFBC. JAGN. 1.4B.5

o que tinha de dar e eu não estou disposto a presenciar o fim das Lavras”. Somada à baixa da mineração, veio a morte do seu pai, Joaquim Manuel Rodrigues Lima [pai], em 1887. Daí em diante não fazia mais sentido sua permanência em Santa Isabel do Paraguaçu, tampouco a continuidade da casa comercial de propriedade da sua família. Era o momento de encerrar os negócios e retornar para junto do seu tio e sogro, o barão de Caetité. Pelo visto, as condições de vida no sertão eram mais animadoras naquele momento.

A essa altura, José Antônio Gomes Neto já tinha notícias de outras jazidas que poderiam ser exploradas nas proximidades de Caetité. Sobre o assunto, seu cunhado João Ladeia, de Monte Alto, escreveu-lhe em dezembro de 1886: “remeto-lhe três qualidades de pedras de umas minas que sei aqui muito perto, uma já conheço que é Turmalina, dá pedaços quadrados de palmo, da grossura de um dedo (igual a uma que tenho)”. A outra “parece com rubi” e a terceira, “diamante”. Esta última, informou João Ladeia, “tem é aqui perto, mas não sei o lugar; examine-as e me volte as que parecem rubi e diamante”. Por certo, Gomes Neto era um conhecedor de gemas, de qualquer modo, um interessado nesse tipo de comércio. A mesma ambição demonstrava seu cunhado, que terminou dizendo: “se forem de valor é para enriquecer-se, por ser fácil o serviço, exceto a que parece rubi, por ser muito perigoso”.⁵⁶⁹ Se eram de valor e se foram exploradas, as fontes não dizem, eram negócios silenciosos, como costumava ser todo tipo de mineração de preciosidades.

Voltando a falar da sua relação com a empresa Antônio Francisco Brandão e Cia., conforme mencionado acima, em 1885, após sua aposentadoria, seu comissionamento já estava consolidado. Com sede no Largo do Comércio, nº 54, na capital, essa empresa possuía representação em diversas partes da Bahia, como São Félix, já mencionado, e Santa Isabel do Paraguaçu, na Chapada Diamantina, inclusive por intermédio da casa comercial de Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai]. Pelas informações de Valney Lima Filho (2017, p. 8), é possível afirmar que também havia uma representação em Rio de Contas, onde, na década de 1860, “Antonio Francisco Brandão e seu sobrinho Manoel Francisco de Almeida Brandão apareceram comprando escravos, transações que continuaram a acontecer até a década de 1880”. Esse autor, que investiga o comércio escravista na Bahia, na segunda metade do século XIX, realça laços que essa empresa mantinha com ricos proprietários do sertão.

⁵⁶⁹ APMC.AFBC.JAGN.1.19.2

O comissionamento de Gomes Neto, em Caetité, estendia-se à vila de Umburanas, atendida pelo negociante Justino Antônio Martins. Não obstante, fazia negócios com gente de toda região alto-sertaneja. Não é possível saber a natureza da maioria das transações financeiras intermediadas em nome da Brandão e Cia., no entanto, os recibos preservados indicam que essa empresa funcionava como uma agência bancária que administrava investimentos, tirando o seu percentual de lucro, e comercializava tecidos, vestuário masculino e feminino, ferragens e miudezas. Esses eram os ramos timbrados em papel. No entanto, a Antônio Francisco Brandão e Cia. também comprava dos senhores do sertão. Comprava diamantes, como já foi dito, e outros produtos também. Se negociou escravizados, os registros não foram preservados entre os documentos pertencentes a Gomes Neto, junto aos quais, somente três recebidos declararam o teor da negociação. Dois eram referentes à venda de “pedras ametistas”, em nome de Manoel Rodrigues Ladeira, de Caetité, que montam o valor de R.708\$190, datado de novembro de 1884⁵⁷⁰, e outro, referente à venda de “32 costais de borracha”, em nome de Ernesto Alves Carvalho, de Umburanas, no valor de dois contos de réis, em 1885.⁵⁷¹ Como se vê, produtos em ascensão no mercado, inclusive com possibilidade de exportação.

Nos cadernos de nota de José Antônio Gomes Neto há outros indicativos do seu envolvimento na venda de ametistas e borracha para fora do sertão.⁵⁷² Em 1876, quando seu sobrinho Joaquim Manoel Rodrigues Lima, em viagem pela Europa, esteve em Paris, escreveu ao tio sobre a especulação que ali fizera do preço das pedras roxas: “ametistas nada valem, mas como uma que Sophia tem, valem a 40 francos o kilo. Indaguei aqui logo disso e é o que me dizem”.⁵⁷³ Ao que parece, a cotação em Paris foi feita a pedido do tio, que via nas jazidas de ametistas existentes em Caetité um negócio facilitado e lucrativo, com potencial para exportação. Sua filha, Sophia, devia possuir um adereço com pedra grande e de boa qualidade, mencionada como parâmetro. Embora seu sobrinho não tivesse firmado um contato oportuno na Europa, vê-se o seu interesse pelo assunto ao

⁵⁷⁰ APMC.AFBC.JAGN.8.5.39

⁵⁷¹ APMC.AFBC.JAGN.8.5.2

⁵⁷² Em 1873, o jornal *Correio Paulistano* repassou a notícia publicada em jornal da Bahia sobre a descoberta, no termo de Caetité, de “um grande jazido de ametistas”. Propagava-se que das “lavras Diamantinas tem saído mais de 400 garimpeiros” em vista da baixa dos diamantes. Em razão disso, “vão procurar fortuna na extração de outra pedra preciosa. De outros lugares também tem chegado a Caetité pessoas com o mesmo fim”. Ver: Biblioteca Nacional. *Correio Paulistano*. 2 de março de 1873. Ano XX. Nº 4959, p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_03&PagFis=3489&Pesq=caetit%C3%A9.

Acesso: 28/04/2019.

⁵⁷³ APMC.AFBC.JAGN.1.20.1

visitar a seção de mineralogia do Museu de História Natural, em Paris, bem como a partir de algumas anotações que fez no seu caderno de bolso, durante a viagem: “Asbesto – é aquela substância que tenho em S. Bárbara que parece amianto; Peridot – nome da pedra do Sacca (vi igual no museu de mineralogia de Paris); Cyasmophane é uma pedra que lapidada parece diamante amarelo; Crisolite, que eu vi no Martin”.⁵⁷⁴ Ainda sobre as ametistas, Gomes Neto não estava errado em suas perspectivas de exportação, queria, talvez encontrar um negócio mais independente, haja vista que alemães interessados nesse ramo já dominavam a saída das pedras roxas de Brejinho.⁵⁷⁵ De toda sorte, por outras vias, as pedras continuaram sendo comercializadas. No ano de 1885, Gomes Neto registrou ter adquirido 67 arrobas (1005k.) de “ametistas compradas ao Gustavo”. As anotações incluíam despesas com a mineração, despesas miúdas, sacos, 11 pares de caixões e o frete, sinal de que as gemas estavam saindo de Caetité. Ao final, tudo somado em R.12:573\$000.⁵⁷⁶

Ainda em 1885 ele registrou ter comprado 46 arrobas de borracha (690k.), o que não parece ter sido de um único produtor, pois, além de as anotações estarem fragmentadas, o preço que pagou pela arroba variou entre treze e vinte e sete mil réis. Ao final, pagou 460 mil réis, incluso o valor de 68 mil réis de frete para o envio das seis cargas de borracha à capital. O que ficou documentado não totaliza, sem dúvida, todas as vendas de Gomes Neto de borracha, de pedras de ametistas e de outros produtos do sertão. A maioria desses negócios não deve ter sido documentada, ou se perdeu com o tempo, mas, mesmo assim, os registros existentes são importantes para se destacar o quanto José Antônio Gomes Neto estava atento às possibilidades de enriquecimento no sertão, tirando lucros até mesmo da exploração dos recursos naturais. E, para isso, contou com empresas receptoras na Bahia, que também tiravam seus lucros em cima da venda dos produtos sertanejos.

Embora com teor não discriminado, transações de altos valores foram feitas em nome da Brandão, conforme autorizou Gomes Neto a Justino Martins, em abril de 1885:

⁵⁷⁴ APMC.AFBC.JMRL.6.7.1

⁵⁷⁵ Sobre o tema, o estudo inédito de Carla Graciela Cotrim (2019) abre caminhos para se conhecer as primeiras explorações de ametistas, em Brejinho/ Caetité, por parte de alemães, ainda no século XIX. As pedras roxas eram exportadas e tinham como destino principal a cidade de Idar-Oberstein, na Alemanha. Esse comércio, que durou décadas e envolveu diferentes gerações de garimpeiros do sertão e alemães, sobrevivendo a conflitos e perseguições durante a II Guerra Mundial, é descortinado através de um estudo de grande fôlego que demonstra como o alto sertão da Bahia estava conectado com fronteiras além Brasil.

⁵⁷⁶ APMC. AFBC. JAGN. 8.18.3

“pode ir entregando ao Sr. Cap. Manuel Alves de Carvalho as quantias de que for precisando até a importância de quinze contos de réis”.⁵⁷⁷ Apesar de dar a entender que o dinheiro seria entregue aos poucos, há outros indícios de quantias vultosas solicitadas por inteiro, o que demandava a disponibilidade de bastante dinheiro em caixa. Para se mensurar, em janeiro de 1886 Justino Antônio Martins prestou contas das transações que havia realizado, como encarregado do barão de Caetité, para a agência Antônio Francisco Brandão e Cia., em 1885. O montante foi de R. 54:552\$280.⁵⁷⁸ Não foi encontrado o balanço dos anos seguintes, o que seria um bom comparativo para um período de mudanças na economia. Mesmo assim, os negócios com a empresa Brandão seguiram até o fim da sua vida, tendo acumulado em conta corrente um saldo de Rs. 32:317\$630.⁵⁷⁹

Os recibos preservados de empresas da Bahia demonstram que, não obstante as flutuações econômicas e as secas, regularmente se compravam, vendiam e escoavam produtos no alto sertão baiano. Embora o dinheiro estivesse concentrado nas mãos de poucos, havia demanda de mão de obra especializada para a colheita do algodão, para o garimpo, para a extração da borracha e para a criação de gado, outra fonte de renda importante para Gomes Neto, no gozo de sua aposentadoria. Conforme mencionado no quarto capítulo, os investimentos na criação de gado aumentaram depois que ele recebeu parte da herança do seu sogro, em 1867, quando então adquiriu a fazenda Santa Bárbara, contratou vaqueiros e mandou alargar os currais. Desde então, seu rebanho alcançou as mil cabeças de gado vacum, sem contar os “cem bois bravos e sete de brocha”. Entre os cavaleiros, “criava vinte e um cavalos de campo e cinco de sela, dez burros sendeiros e um macho pampa, nove burros de carga, dez jumentos e oitos éguas”, animais às vezes criados no sistema de meação, conforme registro de 1885: “no dia 11 de dezembro mandei entregar ao Cesar de Souza Rego sete jumentas, a fim de tratá-las, dividindo comigo a produção delas”. Em 1887, mais nove jumentas foram enviadas ao mesmo criador. Diante dos números apontados, Paulo Henrique Santos (2014, p. 157) indica que, ao final da vida, “a pecuária era seu maior negócio e fonte de rendimento”.

Esses animais estavam espalhados entre as propriedades que mantinha, especialmente Santa Bárbara, em Caetité, ou Campos e Espinho, em Monte Alto. Depois de certa idade, as boiadas eram levadas para fora do sertão, onde eram vendidas. Em 1874,

⁵⁷⁷ APMC.AFBC.JAGN.8.5.79

⁵⁷⁸ APMC.AFBC.JAGN.8.5.15

⁵⁷⁹ APEB. Seção: Judiciário. Série: Inventários. José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité) e Elvira Benedicta de Albuquerque Soares (Baroneza de Caetité). Est. 2, cx 722, mc 1187, doc 1. 1890-1903.

uma carta endereçada por um comprador de “gado gordo para o consumo dessa capital” a Joaquim Manoel, sobrinho de Gomes Neto, estabelecia condições para o envio de mais uma boiada. O gado foi negociado a 60 mil réis cada cabeça, sendo dividido o pagamento em quatro vezes. Além disso, a boiada deveria ser entregue em Machado Portela, sem custo adicional para o comprador Afonso Pereira, de Feira de Santana.⁵⁸⁰ Dada a distância do percurso e o desgaste do animal durante esse período, as condições impostas visavam assegurar algum lucro, evitando grandes prejuízos. Vê-se que, também nesses negócios, Gomes Neto contava com a ajuda dos sobrinhos. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, desde quando abriu mão do posto de deputado provincial da Bahia, em 1876, para dar lugar ao seu irmão Antônio Rodrigues Lima, solteiro e sem filhos, retornou para Caetité a fim de, não só trabalhar como médico e fortalecer a política local, mas também para cuidar mais de perto das fazendas e criações do tio, especialmente da venda do gado.

Enquanto Joaquim Manoel cuidava dos negócios em Caetité, envolvendo-se mais diretamente com a fazenda Santa Bárbara, Antônio Rodrigues Ladeia, outro genro e sobrinho de Gomes Neto, auxiliava-o em Monte Alto. Antônio Ladeia era bacharel em Direito, casado com Sophia, filha mais nova do barão de Caetité. Ele era filho de Atília, irmã de Elvira, a baronesa. Residindo em Monte Alto, além de atuar como juiz municipal – cargo que alcançou por intermédio do tio – Antônio Ladeia cuidava dos negócios do sogro, especialmente da compra e venda do gado, conforme informou em maio de 1882: “a [José Honorato] vendi os bois a 26\$, a dois pagamentos, metade com dois meses e metade com seis, não me sendo possível obter maior preço, em vista dos bois serem novos”.⁵⁸¹ As fazendas de Monte Alto, Campos e Espinho, havidas por herança do Comendador João Caetano Xavier da Silva Pereira, eram importantes unidades de criação, receptação e comércio de gado, especialmente das boiadas que eram adquiridas de proprietários com bons pastos à beira do rio São Francisco: “[José Honorato] foi com o Deocleciano já há dias para o Rio ver se lhe comprava uma boiada, o que me parece que sim, pela demora que tem tido”.⁵⁸² As boiadas saíam, então, das fazendas que beiravam o rio São Francisco até Monte Alto, onde aguardavam compradores. Depois do negócio fechado, seguiam para Feira de Santana e Salvador, para o abastecimento dessas

⁵⁸⁰ APMC. AFBC. JMRL.2.5

⁵⁸¹ APMC. AFBC. JAGN. 1.4B.4

⁵⁸² APMC. AFBC. JAGN. 1.4B.4

regiões. Nesse percurso, a fazenda Santa Bárbara era ponto de pouso costumeiro, onde os vaqueiros pernoitavam.

Foi o casal Antônio Rodrigues Ladeia e Sophia, genro e filha de Gomes Neto, que faleceu em 1885, em Monte Alto, na ocasião em que Rui Barbosa disputava a política no sertão. Como deixaram filhos pequenos, seus bens foram tutelados pelo barão de Caetité com vistas a resguardá-los até que os netos alcançassem a maioridade. Os livros de nota do magistrado aposentado demonstram que foi nessa época, entre 1885 e 1886, que empregou recursos para a construção de uma casa no Páo do Espinho e para reparos na fazenda Campos, ambas utilizadas como propriedades de criação, em Monte Alto. Para esses serviços já contava com mão de obra livre, ao lado do trabalho escravo (tabela 27).

Entre a escravidão e o trabalho livre: a segurança do patrimônio

O barão de Caetité, como a maioria dos sujeitos com os quais se relacionava politicamente, era proveniente de uma família cuja riqueza estava atrelada à escravidão. Seus avós, pais e tios tiveram escravizados e essa herança, no sentido mais amplo da palavra, foi legada a Gomes Neto. Em toda sua vida sempre desfrutou dos serviços de escravizados, alguns muito próximos, a exemplo de Gregório, que o acompanhou nos anos de faculdade, e mesmo aqueles que viviam mais distantes, espalhados pelas fazendas, não eram esquecidos quando se tratava de valores e bens. Contudo, ao longo dos anos, especialmente a partir do final da década de 1870, esse patrimônio foi aos poucos se dissolvendo, dando lugar a outros investimentos mais seguros e condizentes com a economia que se estabelecia naquele momento.

Para melhor entender esse processo, Emília Viotti da Costa (2010, p. 360-2) aponta que, desde a independência, a elite brasileira sempre buscou meios de manter a escravidão. Em 1822 optou por um “liberalismo conservador”, conciliando “liberalismo e escravidão da mesma forma que seus avós haviam conciliado a escravidão com o cristianismo”. Em 1831, quando, “forçada pela diplomacia britânica” a aprovar o fim do tráfico, “passou a contrabandear escravos durante vinte anos seguintes em proporções sem precedentes”. Mesmo depois de 1850, com a abolição do tráfico atlântico, continuou a defender o regime escravista “em termos moderados: a escravidão não podia ser abolida porque a economia dependia do trabalho escravo”, o que ficou intacto até 1870. Sobre esse momento, que também é político e econômico, a autora diz:

alguns membros da elite perderam poder, outros ganharam. Alguns vieram de áreas economicamente decadentes do país, outros de novas regiões dinâmicas. Alguns foram mais progressistas que outros. Podiam discutir a respeito do traçado das estradas de ferro ou a respeito dos subsídios governamentais; podiam ser monarquistas ou republicanos, liberais ou conservadores. Mas todos estavam envolvidos em atividades análogas (COSTA, 2010, p. 362).

Essa nova conjuntura favoreceu a que ideias reformistas moderadas fossem apoiadas por alguns setores agrários mais progressistas e, aos poucos, o abolicionismo, “de dentro e de fora do país”, foi fazendo crer que a escravidão “estava destinada a desaparecer” (COSTA, 2010, p. 364). No entanto, deveria ser de forma gradual e sem prejuízo aos senhores proprietários, com prazo suficiente para uma “transição segura” do sistema escravista para o trabalho livre “de tal maneira que, em momento algum, se perdesse o controle sobre a mão-de-obra” (GEBARA, 2002, p.80). A Lei do Ventre Livre, de 1871, deu início a esse processo, conforme esclarece Ademir Gebara (2002). Colocando as crianças “aos cuidados dos proprietários donos de suas mães, e dando ao proprietário a opção de utilizar os serviços do menor até que ele completasse 21 anos, a lei mantinha o destino dos escravos libertados sob o controle do proprietário”, porque “disciplinar, controlar e treinar a força de trabalho” estavam implicados nesse processo de transição.

Era exigência da lei que fossem matriculados todos os cativos do Brasil⁵⁸³, o que, na perspectiva de Ademir Gebara (2002, p. 79) “antecipava claramente um projeto futuro, já em esboço, muito importante: o controle e a organização do trabalho depois que a escravidão terminasse”. Embora o assunto não tenha sido mencionado em nenhuma das correspondências recebidas por Gomes Neto, nem mesmo naquelas em que ele, como juiz, enviou às autoridades provinciais, como proprietário de escravizados não se descuidou da matrícula obrigatória realizada na paróquia de Caetité, em 1872.

Na sua relação foram listados 50 escravizados, sendo três africanos, Luís, de 50 anos; Paschoal, 45 anos e Silvana, com 56 anos, todos solteiros e lavradores. Os demais eram nascidos no sertão: Caetité, Monte Alto, Santa Isabel e Rio de Contas; alguns casados entre si, outros, a exemplo da pequena Albana, de apenas um ano, eram filhos cativos da mesma propriedade.⁵⁸⁴ A maioria era do “serviço de lavoura” e os demais se

⁵⁸³ Lei de 28 de Setembro de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco. Disponível na íntegra em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>. Acesso: 25/04/2019.

⁵⁸⁴ APMC.AFBC.E.0.10.1

dividiam entre as profissões de: carpinteiro, sapateiro, vaqueiro, costureira, engomadeira e cozinheiro(a). Entre os seus documentos também foram guardadas as matrículas de 28 cativos pertencentes a sua cunhada, Atília Benedicta de Albuquerque Ladeia, entre os quais estavam dois africanos, Antônio, ferreiro, com idade de 60 anos e Agostinho, vaqueiro, com 55 anos. Todos os demais, lavradores, vaqueiros e cozinheiros, foram declarados nascidos em Caetitê.⁵⁸⁵ Da mesma forma, preservaram-se as matrículas feitas em nome do seu sobrinho, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que registrou apenas sete escravizados, todos jovens, solteiros, de naturalidade sertaneja, de filiação conhecida e que se ocupavam dos serviços domésticos: Romualdo, 24 anos, pajem; Manoel, 14 anos, copeiro; Carolina, 22 anos, cozinheira; Thereza, 27 anos, costureira; Vitória, 15 anos, engomadeira, Josefa, 14 anos, costureira, e o pequeno Antônio, de dois anos, filho de Carolina.⁵⁸⁶ Número curioso para um sujeito que tinha fazendas e criações. Não teria nenhum escravizado lavrador ou vaqueiro? Utilizava-se da mão de obra pertencente ao tio? Trabalhava com livres e libertos em vez de cativos? São só especulações.

Atendo-se à matrícula de Gomes Neto, certidões preservadas entre os seus documentos, algumas já analisadas por Maria de Fátima Pires (2009), flexibilizam um pouco o número apresentado acima, atestando que, em 1868, ele adquiriu Rosa e Coleta, pardas de 16 e 10 anos de idade, respectivamente. No ano seguinte comprou Afra, de 18 anos e Egydio de 11 anos. Dentre estes, somente Afra não aparece na sua relação de matrículas, em 1872. Em 1874, relacionou seis escravizados que foram “transferidos para a província de São Paulo”: Honório, Felipe, a africana Silvana, já com 58 anos, Rosa, acima mencionada, Quirina e Rita, esta última também não constava na sua lista de matrículas. Em 1877, Gomes Neto comprou, de uma única vez, em mãos de diferentes proprietários de Monte Alto, sete escravizados: Romão, Maria, Anna, Chrispiano, Pedro, Francisca e Miguel. Ao que parece, foi a última vez que empregou capital na compra de cativos. Entre 1872-1882 declarou terem nascido 13 filhos de cativas suas, cujo ventre era livre. Sobre mortes, declarou em 1873 o falecimento do pequeno Sebastião, de um ano de idade; dois anos depois, em 1875, do seu pai, o vaqueiro Rodrigo; e, em 1880, do escravizado Ancelmo, já idoso. Desses, apenas Ancelmo estava entre os que foram matriculados por Gomes Neto, em 1872.⁵⁸⁷

⁵⁸⁵ APMC.AFBC.E.0.10.2

⁵⁸⁶ APMC.AFBC.E.0.10.3

⁵⁸⁷ APMC.AFBC. E.0.1-10

Mesmo considerando a possibilidade de alguns documentos terem-se perdido com o tempo, os que foram preservados indicam que José Antônio Gomes Neto adquiriu para si poucos escravizados entre as décadas de 1860 e 1870 e nenhum na década de 1880. Comparativamente, em décadas anteriores seu pai e seu sogro investiram muito mais em cativos, pelo motivo plausível de que a escravidão não estava ameaçada. Do seu pai foram preservadas 18 certidões de compra e do seu sogro, 23. Embora ele tivesse herdado parte dessa mão de obra e visto sua escravaria crescer com o nascimento de crianças em cativeiro, é importante considerar dois aspectos apontados por Emília Viotti da Costa (2010, p. 365). O primeiro deles é que “por volta de 1880” muitos proprietários já se convenciam de que “a escravidão era causa perdida”; o segundo é que “outros tipos de investimento tinham se aberto a eles”. Diante dessas novas possibilidades, explica a autora: “a imobilização do capital, característico do sistema escravagista, não era mais racional”.

Para o caso específico de José Antônio Gomes Neto, a variedade de investimentos que fez ao longo da década de 1880, pedras preciosas, borracha, gado, ações e empréstimos a juros, entre outros acima mencionados, bem como o capital considerável que acumulou mesmo com o intercurso da abolição, sugerem que o fim do regime escravista não o surpreendeu ou abateu financeiramente, o que, por consequência, indica que já não tivesse tanto capital investido na propriedade de escravos. Considerando a análise de Antônio Negro (2018, p. 19), teria Gomes Neto vendido seus cativos, ou os teria alforriado, conservando “a mão-de-obra forra” pagando-lhe parques alugueis “em condição de vulnerabilidade e, assim, na dependência de sua vontade senhorial”?

O raciocínio mais pertinente com as fontes analisadas é que José Antônio Gomes Neto – conhecendo as discussões que vinham engrossando sobre os rumos da escravidão no Brasil, assinante de jornais que circulavam no Império, a exemplo de *O Paiz*, atento às mudanças econômicas e de mercado, bastante articulado com seus sobrinhos cujas experiências de vida também se davam na capital da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e até fora do Brasil, desfez-se de parte do seu patrimônio concentrado em, mais ou menos, 50 escravizados, para canalizar capital a ramos mais vantajosos. Outra parte ele alforriou, ou vendeu a alforria, na garantia de que continuassem prestando-lhe serviços, o que se observa especialmente entre os vaqueiros, “um costume em proveito próprio” (NEGRO, 2018, p. 19). E, por fim, aqueles mais próximos, destinados ao serviço doméstico, foram

mantidos cativos até o fim, porque também era dependente da mão de obra escravizada e acostumado a ser servido.

Falando sobre a venda de cativos, é possível afirmar que um dos canais de que se utilizou para negociar escravizados com boa margem de lucros e vantagens foi o tráfico interprovincial. Estudos consolidados como o de Erivaldo Neves (2000), Maria de Fátima Pires (2009) e, mais recentemente, Laiane Silva (2018) demonstram a intensidade do tráfico na região alto-sertaneja, negócio que envolveu “variados segmentos, interessados em altos lucros” (PIRES, 2009, p. 49). Aquele indicativo de venda de cativos para o Sul, em 1874, não deve ser visto como um fato isolado. O tráfico interprovincial de escravos era uma realidade no alto sertão e os anos de 1874 até 1877 foram os que mais registraram incidência de tráfico em Caetité (NEVES, 2012, p. 201). Fora a declaração de transferência de escravos para a província de São Paulo, nenhum outro documento encontrado em seu acervo sinaliza objetivamente nesse sentido. No entanto, os indícios podem ser encontrados aqui e acolá.

Maria de Fátima Pires (2009) já advertiu sobre as relações mantidas entre Gomes Neto e alguns traficantes do alto sertão, mencionando, também, sua articulação com firmas que comercializavam cativos, a exemplo da Antônio Francisco Brandão e Cia., da Bahia. Perscrutando, com riqueza de detalhes, o envolvimento da família Faria Fraga no tráfico interprovincial, Laiane Silva (2018) observou que, apesar das rixas partidárias, Gomes Neto mantinha relações financeiras com esses indivíduos, fato reiterado aqui, na tabela 26, onde aparece uma dívida em nome de João José de Faria, médico e sócio de empresa comerciante de cativos. Ademais, as inúmeras transações econômicas intermediadas por Gomes Neto, que não se sabe a que fim foram destinadas, e seu silêncio, na justiça, em relação aos assuntos do tráfico, também sombreiam a ideia de que ele se utilizasse desse comércio para obter lucros, mesmo que circunstancialmente.

Erivaldo Neves (2012, p. 220) assinala os procuradores constituídos em Caetité para negociar escravizados fora da província da Bahia, dentre eles alguns aparecem na lista de devedores de José Antônio Gomes Neto (tabela 26): João Antero Ladeia Lima, seu sobrinho, filho da sua cunhada Mariana; João José de Farias, já mencionado; Tobias de Souza Lima, juiz de direito que se transferiu para São Paulo e cuja vaga, na comarca de Caetité, foi ocupada por Gomes Neto, em 1869; Antônio José Ladeia Lobo, morador da Fazenda Hospício, que não está na lista de devedores, mas tomou empréstimos com o barão de Caetité em 1882, no valor de 200 mil reis, e em 1886, no valor de 250 mil réis.

Como parte da negociação, em 1888 passou ao seu credor a escritura e chaves de uma casa.⁵⁸⁸ Outro procurador citado foi José Justino Gomes de Azevedo, que também não está listado na tabela 26, mas era primo de Gomes Neto e, por fim, Manuel Alves de Carvalho, para quem intermediava transações financeiras dadas com a firma Antônio Francisco Brandão e Cia., mencionado no tópico anterior. Tendo atuado como magistrado em Caetité, desde 1860 até 1884, período que inclui os anos áureos do tráfico interprovincial, jamais registrou irregularidades, nem denúncias, ou, sequer, comentou sobre o assunto em cartas públicas ou pessoais, nem mesmo contra seus adversários políticos, como de pronto fez o seu sucessor, Joaquim Antônio de Souza Spínola, tão logo assumiu a comarca de Caetité, em 1885. Para além de todas as sinalizações apresentadas, há de se considerar uma nota de jornal espremida na segunda página da *Gazeta de Notícias* que circulou no Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1881. Repassando as notícias da folha *Província de São Paulo*, a nota informava sobre fraudes na averbação de escravizados “lá para as bandas de Casa Branca”⁵⁸⁹, localizada na região do Oeste Paulista, “trilhada pela marcha do café” (MOTTA, 2009, p. 152).⁵⁹⁰

José Antônio Rodrigues Lima (Cazuzinha), sobrinho de Gomes Neto, irmão de Joaquim Manoel e Antônio Rodrigues Lima, parlamentares no Império, responsável por vendas de diamantes em favor do tio e do pai, que eram sócios, teve o seu nome divulgado na imprensa paulista e na carioca quando “conduzia para Casa Branca 90 escravos”. Conforme a nota do jornal, ele havia feito a declaração dos cativos no dia dois de fevereiro perante a coletoria geral e no dia três “averbou os escravos como seus, voltando no mesmo dia para encontrar os escravos e guiá-los para Casa Branca”.⁵⁹¹ De acordo com Erivaldo Neves (2012, p. 206), comboios assim “partiam de Caetité pelo distrito de Duas Barras

⁵⁸⁸ APMC.AFBC.JAGN.1.2.4

⁵⁸⁹ Biblioteca Nacional. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 10 de fevereiro de 1881. Ano VII. Nº 41, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 28/04/2019.

⁵⁹⁰ José Flávio Motta (2019) discute o comércio de escravizados pelo tráfico interprovincial na região do Oeste paulista, incluindo Casa Branca, na década de 1880. Segundo o autor, “Casa Branca parece ser o município cujos escravistas menos se deixavam ‘contagiar’ por conta dos caminhos inexoráveis então trilhados pela questão servil, os quais conduziram ao término da instituição escravista em maio de 1888”. Nesse município limítrofe a Minas Gerais, “o peso do tráfico interprovincial foi significativamente maior” do que, por exemplo, em Areias e Piracicaba, localidades próximas. Além disso, o autor identificou que “em Casa Branca o predomínio dos homens era maior, e lá também se faziam mais presentes os cativos mais jovens”.

⁵⁹¹ Biblioteca Nacional. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 10 de fevereiro de 1881. Ano VII. Nº 41, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 28/04/2019.

(Urandi), entravam em Minas Gerais por Boa Vista do Tremedal (Monte Azul), seguiam por Montes Claros e Bocaiúva, passavam por Corinto ou Curvelo”, então, “avançavam por Divinópolis, Formiga, Guaxupé ou Poços de Caldas”, entrando em São Paulo, onde “alcançavam o destino final”. Nesse intercurso, os cativos passavam “pelos tórridos caminhos do semiárido da Bahia e norte de Minas Gerais e pelas gélidas areias do sul de Minas Gerais e norte de São Paulo, escoltados e acorrentados” para evitar fugas (NEVES, 2012, p. 208).

A matéria do jornal prosseguia dizendo que José Antônio Rodrigues Lima “não exibiu título algum de domínio perante a coletoria geral”, o que significava “que tais escravos não tinham ainda entrado na província”. Nesse caso, é provável que o comboio estivesse aguardando a tramitação dos documentos em alguma propriedade de Poços de Caldas, que divisa com São Paulo, a 73km de Casa Branca. Contudo, despertando a atenção dos fiscais: “o empregado do tesouro, em consequência, seguiu para as divisas de S. Paulo e Minas, a fim de tomar as necessárias providências para que se verifique a data da entrada de tais escravos na província”. A imprensa condenou a postura do coletor “pois a prevalecer sua fácil doutrina, a lei de averbação ficaria em boa parte frustrada”, alertando para que “as respectivas autoridades procedam com energia e solícitude, pois este fato demonstra que a ganância e a fraude não dormem”.⁵⁹²

A despeito de toda descrição, não se sabe o desfecho dessa denúncia. Mesmo assim, o número de 90 escravizados ecoa ao lado das palavras “ganância e fraude”. As diversas razões que impulsionaram o tráfico no alto sertão baiano são discutidas nos estudos aqui apontados. No entanto, Erivaldo Neves (2012, p. 209) salienta o “fantástico lucro bruto proporcionado pelo negócio”, apontando uma média de mais de 90% de lucro nas vendas realizadas no ano de 1880. Imagina-se que em fevereiro de 1881, quando da denúncia em jornal, essa média não tenha oscilado consideravelmente, até porque essa não foi a única, nem a última vez que o sobrinho Cazuzinha esteve nas regiões receptoras do tráfico, o que indica que os lucros permaneceram compensatórios. Uma denúncia de fuga de dois escravizados da fazenda Cachoeira, em Rio Novo, Minas Gerais, informava que um deles, José Primeiro, havia sido comprado em julho de 1881 por Valentim José de Golveia, proprietário da fazenda, em mãos de José Antônio Rodrigues Lima, que, por

⁵⁹² Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. 10 de fevereiro de 1881. Ano VII. Nº 41, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 28/04/2019.

sua vez, o comprou de João Manuel da Silva, na Bahia. A suspeita era que ambos os cativos, descritos como “ladinos e bem conversadores”, tivessem fugido para a Bahia, de onde José Primeiro era natural.⁵⁹³ Em maio de 1882, a carta de Bráulio Xavier, estudante de Direito em São Paulo, ao tio Joaquim Manoel Rodrigues Lima diz o seguinte: “Cazuzinha ainda não escreveu-me, mas sei que ele está em São Carlos do Pinhal, não muito distante daqui; e parece-me que breve voltará”.⁵⁹⁴ Ainda de acordo com Erivaldo Neves (2012, p. 210), São Carlos do Pinhal era o “principal mercado de cativos caetiteenses”, onde a população escrava aumentou 121% entre 1874 e 1882.

A quem pertenciam esses cativos, por quanto foram vendidos, que destino lhes foi reservado no Oeste paulista, são questões importantes que, no entanto, escapam aos objetivos desta tese. Curiosamente, embora Cazuzinha não tenha concluído o curso superior, como seus irmãos, iniciou a faculdade em São Paulo. Acometido por uma doença, retornou ao sertão para se tratar, porém desistiu dos estudos, casou-se com sua prima Rita Sofia, filha de Gomes Neto e tornou-se negociante de ramos diversos (SANTOS, 1995, p. 225). Com isso, deve-se destacar que ele conhecia os caminhos para a província de São Paulo desde muito tempo, sendo, portanto, pessoa muito indicada para realizar esse tipo de comércio. Além do mais, no acervo do seu tio Gomes Neto e do seu irmão Joaquim Manoel Rodrigues Lima, residentes em Caetité, suas cartas têm início em 1886, quando estava em Santa Isabel do Paraguaçu. Antes disso, presume-se, os via frequentemente em Caetité, o que dispensava a troca de correspondências. Outra questão importante é que, em 1886, quando escreve de Santa Isabel ao seu irmão Joaquim Manuel, menciona ter acabado com a sociedade que mantinha com a empresa Brandão e Cia. Em 1885, a Lei dos Sexagenários proibiu a transferência de escravizados para província que não fosse aquela em que havia sido matriculado. Essa medida recaía diretamente sobre o tráfico e, juntamente com o peso das tributações, inviabilizava esse tipo de negócio para quem levava o lucro e a vantagem em conta. Somadas essas informações, presume-se que José Antônio Rodrigues Lima era, entre os sobrinhos de Gomes Neto, aquele que agia nos negócios mais escusos, na venda dos diamantes e no tráfico. Contudo, assim como seus irmãos, não fazia nada em desacordo com o seu tio e sogro.

⁵⁹³ Biblioteca Nacional. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 28 de março de 1882. Ano 61. Nº 87. p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188. Acesso: 07/05/2019

⁵⁹⁴ APMC.AFBC.JMRL.10.1.1

Diante do exposto, tudo leva a crer que José Antônio Gomes Neto não só conhecia os caminhos do tráfico interprovincial de escravos, como se utilizava deles para vender cativos com boa margem de lucros, dinheiro usado para investir em outras fontes de renda e manter o *status* da riqueza. Nessa conjuntura, a pregação abolicionista vinha a calhar e o ano de 1884, com as discussões do projeto emancipacionista em voga, era muito oportuno para aposentar-se, isto porque seria mais difícil, depois de aprovada a lei, manter o silêncio quanto ao tráfico. Para não se indispor com gente a quem emprestava dinheiro, com quem negociava ou nutria amizade, era melhor que não estivesse mais no posto de juiz de Direito da comarca, além dos motivos políticos, evidentemente. No entanto, mesmo depois da Lei dos Sexagenários e com Cazuzinha residindo em Santa Isabel, vivendo de negociar fazendas, ele ainda era cogitado para vender escravizados do tio. Em janeiro de 1887, sua esposa, Rita Sofia, escreveu à mãe, Elvira, dizendo: “Cazuzinha tem procurado comprador para as negras que Vmcê me falou para ver se vendia aqui, talvez venda uma ou duas, mas só querem dar trezentos mil réis, Vmcê manda dizer se quer vender por este preço”.⁵⁹⁵

Desfaziam-se dos escravizados porque já não dependiam exclusivamente da sua mão de obra cativa para tocar suas fazendas e criações, o que se denota pela ênfase dos registros sobre pagamento de trabalhadores livres, empregados em ramos diversificados, pecuária, lavoura, serviços de construção, entre outros, que passavam a trabalhar ao lado de libertos alforriados ou que tiveram compradas as suas alforrias, na condição de continuarem exercendo suas atividades ao preço de alugueis (tabela 27). O que não se pode negar é que o gradualismo abolicionista, após a Lei dos Sexagenários, colocava na ordem do dia uma maior dedicação à organização do trabalho livre diretamente com os próprios escravizados, conforme discute Antônio Luigi Negro (2019).

Na tabela 27 vê-se uma pequena amostra da contratação de trabalhadores livres/libertos para atividades que antes eram destinadas aos escravizados. Embora se registre um aumento dessas contratações a partir de 1885, antes disso já se observam pagamentos realizados a vaqueiros, pedreiros, condutores, entre outros, anotados entre as despesas de 1867-1869.⁵⁹⁶ Algumas vezes o trabalho não era pago em dinheiro, mas em troca de algum animal, como foi o caso de “Calixto, genro do mudo”, em 1878. A partir de 1880 os registros de trabalho remunerado são mais constantes, porém também se observa

⁵⁹⁵ APMC.AFBC.EBA.1.5.3

⁵⁹⁶ APMC.AFBC.JAGN.8.18.2

aluguel de escravizados pertencentes a outros proprietários. Depois de 1885 começam a aparecer, ao lado dos pagamentos de jornais ou diárias, contratações por valores anuais, especialmente para os vaqueiros. Esses contratos eram renovados, de modo que os trabalhadores prosseguiam na lida mesmo quando os acertos de contas anuais eram registrados no caderno do patrão. Nesses momentos também se observa que, às vezes, os trabalhadores requeriam pagamento adiantado ou contraíam dívidas junto ao empregador, como foi o caso de João Pereira dos Santos: “fica justo até hoje, me devendo 24\$400. 27 de abril de 1889”. No seu caso em particular, a dívida foi aumentada com a compra de um cavalo em mãos do seu patrão, no valor de vinte mil réis, uma conta que só foi calculada no ano seguinte, em março de 1890.⁵⁹⁷

A maneira informal como as anotações aparecem nos cadernos de notas de José Antônio Gomes Neto revelam uma lógica própria de organizar esses contratos de trabalho, nem sempre compreensível ao primeiro olhar. Somente acurando um pouco a visão é que se percebem detalhes como o caso de João Pereira dos Santos, e de outros, que compravam vacas, às vezes tomavam dinheiro emprestado e, assim, envolviam-se em relações de dependência com o seu empregador, quiçá, antigo senhor. Mesmo com a documentação fragmentada, os registros demonstrados na tabela 27 até o ano de 1889 realmente se configuram como uma pequena amostra do que é possível extrair das anotações acerca da contratação de trabalhadores livres/libertos. É importante realçar que muitos indivíduos, especialmente os vaqueiros, criaram laços de trabalho permanente com Gomes Neto e, depois da sua morte, com seu genro, Joaquim Manoel Rodrigues Lima e com seu neto, Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior. De igual modo, as sucessivas gerações desses trabalhadores continuaram prestando serviços aos mesmos proprietários, constituindo relações muito estreitas, não só de trabalho, mas de apadrinhamento e, sem dúvidas, relações políticas também.⁵⁹⁸

Outro ponto a se destacar a partir da tabela 27 é que a contratação de trabalhadores livres/libertos se restringiu aos serviços extradomiciliares. Não se vê, por exemplo, nenhuma cozinheira, engomadeira, lavadeira ou costureira trabalhando de forma remunerada antes de 1888. Isso leva a crer que os escravizados domésticos, ou pelo menos

⁵⁹⁷ APMC.AFBC.JAGN.8.18.4

⁵⁹⁸ É parte do estudo de Mariella Teixeira (2019) a construção dessas relações de trabalho por parte de vaqueiros que prestaram serviço, por sucessivas gerações, às famílias Gomes e Rodrigues Lima.

aqueles mais próximos da família, não foram vendidos, ou libertos. Eles continuaram o trabalho servil ainda por algum tempo, até mesmo depois de assinada a Lei Áurea.

O maio de 1888 e o “problema do elemento servil”

Em abril de 1888, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, sobrinho e genro de Gomes Neto, estava na fazenda Santa Bárbara com sua família, e pretendia permanecer ali até o mês de julho, para acompanhar a colheita do feijão. Enquanto isso, tratava por cartas com o tio, que estava em Caetité, sobre a venda de uma boiada em Feira de Santana, o que pretendia fazer com cautela para não ter prejuízo, pois as notícias que tinha eram que o preço oferecido naquela praça não andava favorável aos negócios. Ali também recebia dívidas do tio, de gente da região que achava mais fácil dirigir-se à fazenda do que a Caetité. Tinha em seu poder mais de um conto de réis que fora entregue pelo capitão João Pereira. Tratava do plantio de melancia, das cargas de sal, da colheita do café e de toda dinâmica que envolvia os ir e vir dos burros encangalhados. O correio também passava e entregava jornais ali, como *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*, ambos do Rio de Janeiro, onde se podia ler a “fala do trono” e ter acesso às notícias de última hora. Embora esses jornais já anunciassem que o sistema escravista estava com os dias contados no Brasil, naquele mês de abril não parecia haver receios de que a abolição seria para tão breve. Tudo seguia “na forma do costume”.⁵⁹⁹

A partir do mês seguinte, uma sucessão de cartas escritas da fazenda Santa Bárbara por Joaquim Manoel Rodrigues Lima e seu filho Lima Júnior ao tio e avô, Gomes Neto, colocaram os ainda escravizados em evidência. A primeira delas, escrita pelo neto Lima Júnior em 15 de maio de 1888, demonstra que a notícia da abolição ainda não se havia espalhado pelo sertão: “é de crer que o intrincadíssimo e momentoso problema do elemento servil será resolvido este ano. Não sei se mal ou bem... Enfim o que for soar”.⁶⁰⁰ Quatro dias depois, tornou a escrever: “o correio chegado anteontem trouxe de novo a fala do trono que fala sobre o elemento servil”.⁶⁰¹ Também atento aos jornais, Gomes Neto escreveu ao sobrinho perguntando como estavam os cativos. Conforme mencionado, a colheita do feijão estava próxima e não se podia descuidar dela numa

⁵⁹⁹ APMC.AFBC. JAGN.1.20.5

⁶⁰⁰ APMC.AFBC. JAGN.1.21.6

⁶⁰¹ APMC.AFBC. JAGN.1.21.5

época de crise, com o preço dos gêneros alimentícios tão elevados. Era preciso ter gente trabalhando para garantir a colheita no tempo previsto. Em resposta de 16 de maio, o sobrinho dizia não só que a colheita “parecia certa”, mas ainda que “os escravos tem ido muito bem”.⁶⁰²

Apesar da resposta, Joaquim Manuel já sabia por Batista, um camarada viajante que passara na fazenda dando notícias da boiada que encontrara em Maracás e de como estavam as vendas de gado em Feira de Santana, que “pelo Recôncavo” os escravizados “não querem mais trabalhar”. Mesmo assim não achava que a abolição fosse para tão perto, muito menos que já era uma realidade. Embora tenha dito ao tio que “o golpe” da escravidão “será provavelmente já”, “nessa ocasião” pretendia não ter gado algum na fazenda, bem como já ter-se retirado da Santa Bárbara. Ele fazia previsões um pouco mais extensas que a do seu filho, de que isso só se concretizaria no ano seguinte: “mas não o farei antes de fevereiro vindouro, porque quero vender todo gado da Serra e tratar de algum negócio”. Contudo, tentando antever-se aos acontecimentos, falou ao tio: “se não fosse despertar inveja nos outros, diria a Vmcê para libertar o Manuel e família, a exceção da Basiliana” porque “ele desde muito vive a tratar disso e a pedir”.⁶⁰³ Da sua parte e de sua esposa, também dizia: “Iaiá anda com desejo de libertar a Theresa antes da lei próxima – possivelmente fá-los-emos em julho, mas receio que a coisa venha antes”.⁶⁰⁴ Antes disso, lá de Santa Isabel do Paraguaçu, Rita Sofia, outra filha de Gomes Neto, já tinha escrito ao pai em 26 de abril de 1888: “Cazuzinha libertou Benedita e Maria”.⁶⁰⁵

Como adverte Antônio Luigi Negro (2018, p. 10):

longe de ocupar a dianteira da promoção do trabalho livre, os senhores, ao libertarem seus escravos, pensavam mesmo era em sua segurança de classe. Queriam dar à luz seres cujo trabalho “livre” jamais seria suficiente para sua própria autonomia, exercendo sua liberdade de escolha e movimento defronte aos seus antigos pretensos donos. A sua pobreza seria no mínimo usada para afiançar seu fracasso atávico na ordem competitiva da modernidade, derrotando-os moralmente pela sua falta de brios e méritos.

A citação descreve bem o que se vê na sequência dos acontecimentos. Com pouco tempo a notícia da abolição se espalhou, surpreendendo até mesmo aqueles que já previam o fim da escravidão. No caso de Gomes Neto e de sua família, por mais que a

⁶⁰² APMC.AFBC. JAGN.1.20.7

⁶⁰³ APMC.AFBC. JAGN.1.20.7

⁶⁰⁴ APMC.AFBC. JAGN.1.20.14

⁶⁰⁵ APMC.AFBC. JAGN. 1.36.10

abolição não tenha desestruturado suas finanças, tampouco solapado seu patrimônio, o fato de ainda contarem com a mão de obra escrava para alguns serviços causou um desconforto inesperado, forçando-os a alugarem trabalhadores de última hora, especialmente para o serviço doméstico. Em carta de 15 de junho de 1888, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que ainda esperava a colheita do feijão na fazenda Santa Bárbara, respondia ao tio, que estava em Monte Alto: “criadas boas não é fácil e procurarei em Caetité e, logo que ache, mandarei leva-las”.⁶⁰⁶ Quatro dias depois uma nova carta foi enviada: “fui à Caetité e não achei criada para alugar que conviesse, contentando-me ter o José Antônio alugado uma que foi do Joaquim Severino. O Justino escreveu ao Cisco para ver se me obtém duas e se me obter enviarei a Vmcê”.⁶⁰⁷

Mediante a dificuldade de encontrar criadas, Joaquim Manoel reiterou ao tio a qualidade da mão de obra disponível, depreciando o trabalho das suas ex-escravizadas: “gente ruim, nas condições da Ricarda e Josepha há muita, mas boas não se encontra”. Sua perspectiva era que “nesse começo há de se lutar com bem dificuldade para se obter criadas boas, tanto que por enquanto vi-me forçado a alugar a Fortunata para a cozinha”. Josepha era a sétima e última da sua lista de matrículas de 1872. Foi descrita como costureira, preta, à época com 14 anos, natural de Caetité, de filiação desconhecida.⁶⁰⁸ Ricarda e Fortunata foram matriculadas pelo tio José Antônio Gomes Neto. A primeira era parda, natural de Caetité e tinha, à época, 20 anos. Era costureira, casada com Cassiano, preto, de 28 anos, também natural de Caetité e arrolado como cativo do mesmo senhor. Cassiano também permaneceu junto aos proprietários até a chegada da abolição. Fortunata tinha, à época da matrícula, apenas três anos. Era filha de Maria, de 21 anos. Apesar da pouca idade foi descrita como cozinheira, assim como a mãe.⁶⁰⁹

Vê-se o contraste documentado nessas cartas. Necessitavam dos criados, porque não sabiam viver sem eles, contudo menosprezavam a mão de obra de quem os havia servido ao longo da vida. E também se vê o desprezo pela liberdade, ao determinar o destino de Fortunata, de apenas três anos, como cozinheira. Esses sentimentos ficam mais evidentes na carta enviada pelo sobrinho Cazuzinha, ao tio Gomes Neto, em 7 de junho de 1888: “vamos ter melhor vida com a abolição, a enorme despesa que Vmcê fazia com tanta gente inútil dá pela economia que traz com muita sobra para alugar gente válida que

⁶⁰⁶ APMC.AFBC. JAGN. 1.20.9

⁶⁰⁷ APMC.AFBC. JAGN. 1.20.8

⁶⁰⁸ APMC.AFBC. E.0.10.3

⁶⁰⁹ APMC.AFBC. E.0.10.1

faça os trabalhos que se necessitar”. Na perspectiva de quem havia lucrado com tráfico interprovincial de escravos, o que pressupunha desaparego total à gente escravizada, o tio e o irmão deveriam, mediante a abolição, desprender-se rapidamente da mão de obra cativa, tendo cuidado de que eles não ficassem orbitando como agregados, ainda mais em terras de maior valor para uma região sobressaltada pela seca: “o que me parece que Vmcê deve fazer desde já é mandar para a rua os inúteis e comedores de aparas. Acho conveniente Vmcê recomendar ao Quinca que não admita agregados em S. José por serem as nascentes d’água”.⁶¹⁰

Apesar das recomendações, a necessidade da mão de obra fez com que alguns escravos ainda permanecessem junto aos proprietários por algum tempo. Conforme descreveu Joaquim Manuel, na mesma carta de 19 de junho de 1888: “a Casemira fica por hora aqui para pegar a menina e ainda estão o Salustiano e a Bertha. Todos os mais já saíram, mas a Micaela e a filha estão residindo por enquanto na senzala do Benedicto (macaco) e a Carolina em um quarto junto a Heduviges”. Na sua conta: “em casa tenho ainda: Fortunata, Salustiano, Bertha, Casemira e César”.⁶¹¹ Destes, apenas Fortunata, Micaela, Heduviges e Carolina foram identificadas nas matrículas declaradas por Gomes Neto e seu genro, Rodrigues Lima, em 1872. Contrapondo os documentos, é possível conhecer um pouco mais desses indivíduos, saber o local do seu nascimento, sua idade, filiação e, em alguns casos, com quem eram casados. Ao que parece, uma parte dos que ficaram em cativeiro foram aqueles que constituíram relações familiares mais sólidas, que eram filhos de escravizados da mesma propriedade, ou que tiveram filhos, ou se casaram também dentro do cativeiro. Parte deles, certamente continuou junto da família dos ex-senhores, prestando serviços que, camuflados de liberdade, recendiam a escravidão. Os que se foram, não se sabe para onde, nem quantos eram, não aparecem nomeados nas cartas, porque não eram mais do interesse da família escravagista.

No entanto, essas relações não se dissolveram tão rapidamente. Naqueles dias de anúncio da abolição, Joaquim Manoel Rodrigues Lima escreveu ao tio informando o estado de saúde de “Alberto (ex-escravo)”, que havia aparecido na fazenda Santa Bárbara “em um estado deplorável com ulcerações sifilíticas que talvez exijam uma operação”. O procedimento era a abertura de fistulas, posto que disse: “vejo-me obrigado a tratar do tal

⁶¹⁰ APMC. AFBC. JAGN. 1.23.13

⁶¹¹ APMC. AFBC. JAGN. 1.20.10

tranca”.⁶¹² Como afirma Antônio Luigi Negro (2018, p.19), dando ênfase ao estudo de Manoela Cunha (1985), “pôr fim ao trabalho escravo, afirmou a autora, não dava fim à dependência de classe dos de baixo. Não promovia autonomia alguma”. E aqui se vê que muitos ex-escravizados continuavam orbitando pelos domínios dos seus ex-senhores em relações marcadas por dependência, apesar da luta diária pela liberdade. Também se pode perceber a presença incômoda dos ex-cativos, forçando seus patrões a um atendimento mínimo de suas necessidades. Em janeiro de 1889, em mais um relato, Joaquim Manoel Rodrigues Lima informou ao tio que mandara “alguns ex-escravos verem se conseguem vir alguma água no rego, pois a mais de dez dias não vem uma gota”.⁶¹³ Em 1891, Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior, neto primogênito do barão de Caetité, já assumindo os negócios da família e a administração das fazendas, escreveu a um empregado da fazenda Campos, em Monte Alto, cobrando a expulsão dos agregados que ainda permaneciam naquelas terras. Entre os referidos agregados estava Silvestre, um vaqueiro matriculado entre os cativos do seu avô, em 1872, à época com 40 anos, solteiro e de filiação desconhecida. Depois de passados quase 20 anos, Silvestre ainda continuava sujeito à mesma família proprietária, no entanto, suas forças já não eram as mesmas. Em vista disso, a resposta dada pelo empregado ao patrão foi: “quanto aos negros velhos de que V.S^a fala, ainda tem um que é o Silvestre”. Sobre ele havia ouvido “o finado dizer a Zeferino que deixasse ele ficar para não morrer de fome. Por essa razão é que ainda não o escurecei”.⁶¹⁴ Sendo Silvestre um “negro velho”, considerado inútil para o trabalho, não havia razões para mantê-lo na propriedade do seu antigo senhor. A ordem de expulsão sequer levava em conta que a região enfrentava uma das mais duras secas do século XIX, conforme aponta Maria de Fátima Pires (2009).

Todos esses fragmentos, que permitem ouvir tão de perto a voz desses senhores proprietários, homens ricos, brancos, bem posicionados, dependentes de seus ex-cativos, mas tão avessos a eles, estão apenas pincelados nesta tese. É preciso que se lhes dê a devida atenção e os questione de outras tantas maneiras, que se persiga o caminho desses homens, mulheres e crianças libertos ou não libertos, ambos sem liberdade, mesmo depois da abolição, sujeitos que foram constrangidos a ficar ou que foram expulsos. O que se apreende para esta tese é que o discurso abolicionista, atrelado às mudanças na economia a partir da década de 1880, afinou Gomes Neto com a atitude de desfazer-se de parte da

⁶¹² APMC. AFBC. JAGN. 1.20.14

⁶¹³ APMC. AFBC. JAGN. 1.20.2

⁶¹⁴ APMC.AFBC.JMRLJ.2.365.

sua mão de obra, canalizando o capital da venda para outros investimentos tocados, talvez, com trabalhadores alugados ou endividados, dependentes. Entre aqueles que não foram absorvidos pelo tráfico, alguns se libertaram e outros foram libertos, porém continuaram a vida pelejando, talvez nas mesmas propriedades; outros, serviram até o fim, até depois do fim, porque a abolição, embora esperada, chegou de surpresa, antes da colheita do feijão e da retirada do gado.

Só para enfatizar que esse não foi um caso isolado, nem um desaviso da parte de quem vivia no sertão, Marcelo Oliveira (2009) analisando os escritos autobiográficos de Ana Bittencourt observa que, mesmo os Araújo Góis – família do Recôncavo baiano descrita pela autora – considerando-se abolicionistas, a abolição, tal como aconteceu, não era o esperado. Os registros da família falam sobre a falta de advertência por parte do governo que assinou a lei de 13 de maio em “em plena colheita” e, da “rebeldia” e “ingratidão” dos cativos que lhes deram as costas quando mais precisavam. No mais, também não houve nenhuma compensação financeira, o que, em conjunto, sobreveio como um “baque” para os proprietários açucareiros.⁶¹⁵ No caso específico de Gomes Neto as consequências, pode se dizer, não foram tão nefastas assim. No entanto, embora a abolição não tenha desestabilizado suas finanças, mexeu como um golpe com a rotina, com a comodidade e o caprichoso conforto das casas, trouxe preocupações e revelou como os escravizados eram vistos aos olhos de homens afeitos ao abolicionismo. Ainda assim, no meio disso tudo, a política não deixou de ser assunto corrente nas correspondências trocadas.

A caminho da República: “muita cautela e diplomacia”

No sertão, na década de 1880, as querelas partidárias se acirraram, evoluindo para alguns episódios de violência. Contudo, embora Gomes Neto fosse reconhecido como a principal liderança liberal da região, não se envolveu diretamente em nenhuma delas. Nos

⁶¹⁵ Sobre o impacto da abolição na economia açucareira do Recôncavo baiano, Bart Barickman (1998-9) aponta “o declínio desastroso da produção de açúcar e a ‘desorganização do trabalho’ que se seguiriam à abolição”. Isso porque, em maio de 1888, muitos engenhos do Recôncavo ainda mantinham considerável número de escravizados. Mesmo tendo encontrado registros de mão-de-obra livre, a maioria dos trabalhadores ainda era composta por cativos, o que trouxe consequências desastrosas para a economia de exportação açucareira da Bahia e, em particular, para os proprietários de engenho que, de súbito, perderam significativo contingente de riqueza. Estes proprietários, de acordo com o autor, “erraram em seu cálculo da longevidade política da escravidão. Mas seu erro não demonstra sua irracionalidade; atesta, antes, sua incapacidade de prever o futuro com certeza absoluta”, haja vista que a perspectiva de durabilidade da escravidão no Brasil era muito mais extensa.

momentos mais conflituosos da política local, recolhia-se em suas fazendas, em Caetité ou em Monte Alto, focando os negócios e as criações até se amenizarem os embates. Dessa forma, conseguiu manter certa convivência com os adversários locais, indivíduos com quem convivia socialmente, conhecidos de longas datas, filhos de famílias conterrâneas. Contraditoriamente, ao longo da vida observa-se que Gomes Neto travou mais disputas com amigos e colegas do que com grupos opositores locais. Apenas para exemplificar, nos anos 1860 ele rivalizou com o amigo pessoal, Gasparino Moreira de Castro. Na década seguinte, com o colega Luís Antônio Pereira Franco e, por fim, indispôs-se com César Zama, grande aliado. Todavia, não ficou registrada nenhuma indisposição, em particular, com a família Faria Fraga, que liderava o grupo conservador no sertão. Para se ter ideia, em 1887, depois de retornar de Viena, seu sobrinho Antônio Rodrigues Lima pleiteou novamente uma cadeira na assembleia geral da corte. Ele, que desde 1876 se havia tornado o principal expoente político do tio, enfrentava um período de interregno devido à predominância do partido conservador, motivo pelo qual, aliás, decidiu passar uma temporada fora do país. No entanto, naquele ano de 1887 escreveu ao irmão João Manuel, que vivia junto ao tio Gomes Neto, em Caetité, comunicando que os doutores Faria, Fraga e Deocleciano manifestaram interesse por sua candidatura.⁶¹⁶ Os conservadores Farias Fraga se opuseram a ele na campanha de 1884 e a Rui Barbosa, em 1885, quando também entraram em confronto com Deocleciano Teixeira e sua família. Malgrado essas circunstâncias, dessa vez, por razões que não se sabe ao certo quais foram, desistiram de apresentar candidato conservador e tendiam a apoiar o sobrinho do barão de Caetité. Se de fato houve o apoio, não se sabe. Todavia, o que se pretende destacar é que entre essas famílias, apesar das diferenças partidárias, podia vigorar certa cordialidade e trato.

Em contrapartida, a candidatura de Antônio Rodrigues Lima o colocava, outra vez, em posição de enfrentamento com o correligionário Marcolino Moura, levando-o a fazer alianças com homens do sertão, mesmo aqueles ligados à corrente conservadora, a fim de contrabalançar o apoio dispensado por César Zama ao amigo Marcolino: “o padre Belarmino prometeu muita coisa” mas ele, “creio eu, só poderá votar em mim por ordem superior, isto é, se não houver candidato conservador”; “o Moreira está muito misterioso”; “Na Vitória, o Sebastião Cardoso auxilia o Marcolino”, contudo “já arranjei algumas recomendações para ali”; “o Zama faz-me guerra, e disse que pretende assistir a eleição

⁶¹⁶ APMC. AFBC. JMRL. 1.11.2

em Monte Alto para auxiliar o Marcolino, não sei se isto será positivo, ele continua em relações comigo”. Como se vê, o terreno eleitoral do sertão era incerto e disputado, também nesse momento. No entanto, tendo estudado na cartilha do tio, Antônio Rodrigues Lima advertia a seu irmão, Joaquim Manoel, que tomava a dianteira da sua campanha naquele distrito eleitoral: “muita cautela e diplomacia”.⁶¹⁷ A vaga no parlamento era de grande interesse pessoal, por isso não se importava de aliançar-se a eleitores do partido conservador e enfrentar, na disputa, um correligionário seu.

Não bastassem as alianças locais, as velhas amizades nutridas com os políticos influentes da corte continuavam sendo um contrapeso importante. Como se tratava de um momento delicado, com o partido conservador em posição privilegiada, ter canais seguros na corte era um grande trunfo para quem desejava assegurar posições. Sabendo disso, Gomes Neto não se descuidava da amizade que mantinha com o Visconde de Paranaguá. Dessa feita, havia pedido ao seu sobrinho Antônio que entregasse pessoalmente um presente muito singular ao colega de longas datas: “entreguei ao Paranaguá a pele de onça que meu Tio mandou, ele mostra-se muito amigo de meu Tio”.⁶¹⁸ O exótico presente, que custou a morte de algum felino do sertão, prática muito comum, era um artigo bastante apreciado à época e figurava nos espaços mais distintos dos palacetes da corte. Para se ter ideia, em dezembro de 1881 o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, publicou um leilão de móveis, ornatos e alfaias que guarneciam a casa de José da Costa Azevedo, rico morador do bairro do Catete, no Rio de Janeiro, que estava de partida para a Europa. Entre eles, constava uma “pele de onça” utilizada para ornamentar o “salão nobre de visitas”.⁶¹⁹

Apesar do agrado e dos acordos firmados, o momento político continuava desfavorável aos liberais, o que não deve ser confundido com abalo no *status* e nas finanças do barão de Caetité. Ainda assim, esse foi um período cheio de altos e baixos para si e sua família. Aquele ano de 1887 não marcou apenas pela batalha política perdida, mas também pela morte de Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], seu cunhado, sócio e muito amigo. No mesmo período, seu sobrinho-neto, Bráulio Xavier⁶²⁰, retornava para o

⁶¹⁷ APMC. AFBC. JMRL. 1.11.2

⁶¹⁸ APMC. AFBC. JMRL. 1.11.2

⁶¹⁹ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 17 de dezembro de 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188. Acesso: 07/05/2019.

⁶²⁰ Bráulio Xavier da Silva Pereira era filho de Antônia Sofia, sobrinha de José Antônio Gomes Neto, e de Bráulio Xavier, seu cunhado, filho caçula do Comendador João Caetano da Silva Pereira, que morreu

sertão. Bacharel em direito, recém-formado e confiante na influência da família, aguardava nomeação para juiz municipal em Rio de Contas, tendo em vista, também, seu casamento com a prima Elvira, neta do tio Gomes Neto.⁶²¹ Era mais um doutor para sobrepor-se politicamente e mais um casamento endógamo para assegurar a riqueza no seio familiar.

Em meados de 1888, repercutindo a abolição, a campanha senatorial não deixou de ser assunto relevante nas correspondências trocadas por Gomes Neto. Com a vaga aberta no senado, Aristides Spínola e Rui Barbosa demonstraram interesse de concorrer ao pleito. César Zama também se interessou pela vaga; no entanto, tendo em vista o interesse dos correligionários, um deles seu primo, declinou sua candidatura. O assunto circulou entre o grupo liberal do sertão e esperava-se que Aristides e Rui entrassem em acordo, embora fosse consenso que o apoio seria direcionado ao candidato sertanejo, com quem nutriam alianças mais sólidas. Seguindo o costume de buscar favorecimento aos seus, Gomes Neto escreveu ao amigo João Lustosa da Cunha Paranaguá falando sobre a candidatura de Aristides Spínola, que, na sua opinião, era a que deveria ir adiante. Em resposta, o marquês comentou: “não posso deixar de significar-te o grande apreço e consideração em que tenho os talentos, a ilustração e caráter no nosso colega Dr. Aristides Spínola, herdeiro de um nome sempre respeitado nos sertões da Bahia”. Conquanto, ponderou: “é de crer que levada a questão ao Diretório liberal, tudo se harmonize”.⁶²²

Talvez por causa do apoio dispensado pelos homens do sertão ao candidato Aristides Spínola, o Conselheiro Dantas escreveu a Joaquim Manoel, sobrinho do barão, “insistindo”. Ao que parece, apelava em favor do conselheiro Rui Barbosa. Por fim das contas, ambos se candidataram e o diretório central do partido liberal, que deveria decidir sobre a candidatura de um dos dois, nada fez. Segundo Joaquim Manoel, a falta de decisão do diretório fazia da eleição “uma balbúrdia”, sem contar um episódio a mais de disputa

precocemente, em 1865, conforme demonstrado no quarto capítulo desta tese. Com a viuvez, sua mãe passou a residir junto aos pais e irmãos em Santa Isabel do Paraguaçu, sendo o pequeno Bráulio criado pelo avô, Joaquim Manuel Rodrigues Lima [pai]. Tendo-se dedicado aos estudos, primeiramente na Bahia, onde fez curso preparatório, depois em São Paulo, onde ingressou no curso de direito e, por fim, em Recife, onde se formou, retornou ao sertão como bacharel em direito, em 1887. No sertão ingressou na magistratura, contudo, dada a ascensão política da sua família na República, viu sua carreira deslanchar, chegando a desembargador e presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. Nessa posição, foi convocado algumas vezes para assumir interinamente o governo da Bahia, inclusive em 1912, na transição de poder para o governo de J.J. Seabra. Essas informações estão fragmentadas na documentação do Arquivo da Família do Barão de Caetité.

⁶²¹ APMC. AFBC. JMRL. 1.22.8

⁶²² APMC. AFBC. JAGN. 1.17A.11

em Caetité. Da sua parte, via-se em grande aperto pois, “sendo Rui indicado pelo Marcolino, este quer ser o árbitro do distrito”, o que não poderia aceitar, pois também queria a sua fatia de participação nas eleições no caso de Rui ser eleito, apesar que sua vontade fosse apoiar unicamente o Aristides. Diante do exposto, aconselhava-se com o tio: “creio que não posso me eximir de tomar alguma parte no pleito com bem pesar, mas que fazer?” Enquanto conjecturava sobre uma maneira de não se desalinhar politicamente com um e com outro, garantindo privilégios, qualquer que fosse o resultado da eleição, também recebia cartas de Aristides Spínola e repassava tudo ao tio, com quem se aconselhava: “quando houver oportunidade Vmcê diga-me o que entender sobre isso”.⁶²³ Apesar da disputa entre os correligionários liberais, o desfecho da eleição favoreceu o candidato conservador Luís Antônio Pereira Franco, ex-colega e amigo de Gomes Neto, enfim eleito senador.

Em fevereiro de 1889, César Zama, que, como os demais liberais via-se desgastado com o insucesso das eleições e com as portas fechadas devido à predominância do partido conservador desde 1885, escreveu carta de apaziguamento a Gomes Neto, onde dizia: “se a inteligência humana servir para prever o futuro, e se a experiência política n’este país pode servir para alguma cousa, quase que posso dizer-lhe que a situação conservadora está liquidada”.⁶²⁴ Com o terreno político revolvendo-se outra vez, era o momento de refazer as alianças liberais e nutrir as expectativas de reassunção. Em carta de abril de 1889, Zama reitera seu prognóstico: “a atual situação está liquidada”, referindo-se ao governo conservador, “assim, timbrem os liberais em governarem melhor o país”.⁶²⁵ Como se vê, a perspectiva era de ascensão do partido liberal dentro do regime monárquico. Por enquanto, República não era a palavra.

O horizonte que se mostrava alvissareiro para os liberais vinha como um alento para Gomes Neto, que andava desgostoso até mesmo de viver em Caetité. Esse sentimento foi reiterado por diversas vezes ao longo da década de 1880. Inicialmente pensou em assumir alguma comarca na Bahia, justificando-se pela necessidade de acompanhar os estudos dos netos; depois, resignou-se a aposentar, afastando-se de questões mais conflituosas na política e na justiça. Mesmo assim, continuou o descontentamento, não mais por causa dos seus netos, haja vista que Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior, o

⁶²³ APMC. AFBC. JAGN. 1.20.10

⁶²⁴ APMC. AFBC. JAGN. 1.10.6

⁶²⁵ APMC. AFBC. JAGN. 1.10.6

que tinha saído para estudar na Bahia, não prosseguiu os estudos, nem ingressou na faculdade, preferiu cuidar das fazendas do avô, vivendo no sertão, onde já estava em 1888. Em março daquele ano, escreveu ao amigo Paranaguá em resposta a recomendação que lhe fizera a respeito do conselheiro Moura: “fiz o que esteve ao meu alcance a favor dessa candidatura. Foi o Moura bem votado nesta comarca e na de Monte Alto”, no entanto, comentou que:

tenho estado retirado da política não só por desgostos que ela tem me trazido, como por ter perdido uma filha e um genro, o que me abateu muito. Não obstante, a sua recomendação é uma ordem. O estado do sertão não é bom e o Governo muito concorre para isso. Não há escolha de gente de bem para a polícia local. Os crimes aumentam e ficam impunes e os criminosos sempre tem grande proteção.⁶²⁶

Reiterando esses sentimentos, em junho de 1888, Gomes Neto relatou ao seu sobrinho Joaquim Manoel que lhe parecia mais conveniente morar em Monte Alto, visto que em Caetité vivia muito contrariado. Seu sobrinho compartilhou da insatisfação do tio, dizendo: “eu também, se achasse lugar que desse para a subsistência da família, mas perto de Vmcê, não ficaria em Caetité mais. Em [18]89 hei de ver”.⁶²⁷ Outra vez, em carta-resposta a César Zama, já em 1889, Gomes Neto relatou a situação da política local, mostrando-se insatisfeito com a perseguição sofrida pelo magistrado Joaquim Spínola, seu sucessor, e com a repercussão que as rixas locais ganharam na imprensa nacional; de certo andava aborrecido com a exposição do nome do lugar que lhe dava o título de barão. A que Zama disse:

vejo o que me diz sobre o estado de Caetité; tenho, como você, o Spínola por bom magistrado e lamento que alguns conterrâneos nossos não lhe façam a devida justiça. Sou o 1º a reprovar as polêmicas anônimas pela imprensa, que por meio de injúrias e calúnias agudam e aprofundam as intrigas locais e acabam perturbando a paz da localidade. Pelo Diário da Bahia já pedi aos nossos que pusessem termo a tais publicações. Será mister que o promotor da comarca também delas se abstenha. Como você eu também sou apóstolo da paz, da ordem e do regime legal em todo o sertão e nada me contrista mais do que as lutas armadas, que ainda se dão em algumas localidades.⁶²⁸

Essa é uma das poucas correspondências em que a personalidade de Gomes Neto é posta à tona. No entanto, a imagem que César Zama reflete a partir de si mesmo, ainda que seja compatível com a que o próprio barão de Caetité tentou transparecer em outros momentos, mais parece um falso espelho, visto que Zama era conhecido por sua

⁶²⁶ Museu Imperial. Divisão de documentação histórica. I – DPP 6.3.888. Gom. C. Livro 13- Bahia.

⁶²⁷ APMC. AFBC. JAGN. 1.20.8

⁶²⁸ APMC. AFBC. JAGN. 1.10.7 – grifos do autor.

personalidade forte, como um homem “polêmico e crítico”, que proferia discursos iracundos no parlamento e na imprensa.⁶²⁹ Além do mais, é importante ponderar que a violência nem sempre se manifestava pelas lutas armadas. Haviam (e há) formas polidas de violência, de autoritarismo e de imposição dos próprios interesses. A ordem e a legalidade, por exemplo, poderiam ser meios para isso. Considerando esse aspecto, talvez nem Zama, nem Gomes Neto pudessem ser intitulados como “apóstolos da paz”.

Como essas questões não entravam em pauta, nem perturbavam a consciência, Gomes Neto atribuiu seu estado de insatisfação à política local. No então, um somatório de circunstâncias pesava naquele momento da sua vida: perdas familiares, o avanço da idade, as doenças que sobrevinham, o interregno do partido liberal, a seca que se anunciava, entre outras situações que o faziam questionar sobre onde e como melhor viver. Esse comportamento faz lembrar seu avô, de quem herdou o nome, que, já idoso, questionava-se sobre onde passar o restante dos cansados dias. Gomes Neto, contudo, não se queixava de falta de vigor, nem se abstinha dos negócios ou das fazendas. E, por mais que se visse retirado da política, era só uma maneira de dizer que não estava na dianteira dos [des]mandos locais. Ainda que um pouco mais recolhido, preservava seu nome e sua influência, atento a tudo, enquanto aguardava a mudança de governo.

Em junho de 1889, confirmada a previsão de Zama, o partido liberal recuperou o poder. Antônio Luís Afonso de Carvalho, ex-colega de Gomes Neto, assumiu a presidência da província da Bahia, recebendo congratulações do amigo caetiteense de longas datas. Em resposta, prometeu: “farei pelo sertão, parte tão importante da Província, tudo quanto estiver ao meu alcance para debelar, ou pelo menos atenuar a crise que sofre”.⁶³⁰ Para Gomes Neto estavam acesas as esperanças de ver seus desejos atendidos outra vez, tanto na capital da província, quanto na corte, onde os liberais reassumiam posições deliberativas, situação que vinha a calhar em um momento de seca no sertão.

Desde maio de 1888 o aumento do preço dos gêneros alimentícios já era assunto tratado nas correspondências de Gomes Neto.⁶³¹ No ano seguinte já se comprava alimento fora de Caetité, em busca de um preço melhor. Em carta escrita de Rio de Contas, em maio de 1889, o amigo Aurélio informou ter comprado “os dez alqueires de arroz de sua

⁶²⁹ Consuelo Sampaio e Liliane Freitas escreveram pequena biografia sobre César Zama. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ZAMA,%20C3%A9sar.pdf>. Acesso: 07/10/2019.

⁶³⁰ APMC. AFBC. JAGN. 1.4.2

⁶³¹ APMC. AFBC. JAGN. 1.20.7

encomenda, por 100\$”, não sendo “possível comprar por menos, porque estes últimos dias tem havido grande procura desses gêneros, o que motivou a subida do preço”. Além de indicar o lugar onde o arroz seria entregue, “no Passa-Quatro”, “pelo Sr. Manoel Pereira”, decerto um armazém de beira de estrada, em direção a Caetité, Aurélio também gastou mais algumas linhas falando sobre a situação que sobrevinha: “não há como negar que vamos lutar com uma crise cujos efeitos desastrosos excederão em muito aos de 1860”⁶³², ano que registrou uma seca muito “calamitosa pela sua extensão e consequências nas condições socioeconômicas regionais” (PIRES, 2009, p. 144). Esses eventos cíclicos da natureza, acentuados, em média, a cada 30 anos, voltava a preocupar a população sertaneja. E para não dizer que a República continuava ausente do horizonte, vê-se que, apesar das incertezas, ela já aparecia como possibilidade. Ou isso, ou a volta dos liberais: “o que será deste estado de coisas? A República ou a consolidação da Monarquia”? A resposta: “o futuro nos dirá”.⁶³³

Num futuro bem imediato, o retorno dos liberais foi o destino que sobreveio. José Antônio Gomes Neto estava com 67 anos, mesmo assim, foi nomeado pelo presidente da província para integrar uma comissão assistencialista composta, também, pelo vigário da comarca de Caetité e pelo seu sobrinho Cazuzinha, com a finalidade de adquirir e distribuir “víveres e dar começo a um açude no ‘Olho d’Água’ da Canabrava”. No entanto, de acordo com o relatório provincial, a referida comissão ponderou “que era melhor dar trabalho ao povo do que distribuir víveres”, empregando-os na construção do açude e no melhoramento das estradas.⁶³⁴ Para Gomes Neto, criador e exportador de gado, água e boas estradas eram condições primordiais para a seguridade dos seus negócios, não importavam as condições de trabalho a que seriam submetidos os pobres, pois, conforme escreveu, os administradores da obra do açude receberiam R. 2\$500 por dia, enquanto os trabalhadores R. \$600, valores que não incluíam alimentação. Além disso, a comissão não autorizava o adiantamento de pagamento aos trabalhadores, o que deveria ser feito ao final de cada semana, depois de se contabilizar o tempo trabalhado.⁶³⁵ Acudir

⁶³² APMC. AFBC. JAGN. 1.2.12

⁶³³ APMC.AFBC.JAGN.2.12

⁶³⁴ Biblioteca Nacional. Relatório dos trabalhos do Conselho Interino de Governo da Bahia. 1889. p.62. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=12685&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima>. Acesso: 08/05/2019.

⁶³⁵ APMC.AFBC.JAGN.3.2.1

a região era acudir as elites, não os pobres. Estes deveriam ser explorados, se quisessem obter o mínimo de recurso.

Diante de um cenário político instável e com o sertão abatido pela seca, vinha também a cobrança de favores. João Ladeia, cunhado e correligionário de Gomes Neto nas disputas eleitorais do sertão, escreveu-lhe em setembro de 1889 sobre uma vaga de emprego que havia surgido no cartório, requerendo-a para o seu filho: “neste sentido peço-lhe que quanto antes escreva para Bahia e corte prevenindo o cartório para o Sebastião, espero que o tome sobre sua proteção”. Apelando, argumentava que “até hoje nunca fiz exigências aos amigos, é chegada a ocasião e muito justa, creio que devo ser servido”, posto que se julgava, naquele momento, sem poder “dar um meio de vida ao seu filho”, coberto de méritos, como a sorte de ter nascido sobrinho da esposa de Gomes Neto. É de se convir que, apesar das disputas em torno da vaga de emprego público, a condição de João Ladeia o autorizava a “fazer exigências”.⁶³⁶

Da parte dos mais pobres, também vinham os pedidos de auxílio. Rita Luíza de Azeiredo Brito, moradora do lugar denominado Morro, escreveu, ou talvez pediu que alguém escrevesse em seu nome, para o barão de Caetité, também em setembro de 1889: “escrevi ao Dr. Quinca [Joaquim Manoel, sobrinho de Gomes Neto] para lhe dizer que não me deixasse morrer a fome”. Como não obteve resposta e achando-se “no último extremo da necessidade e sem recurso nenhum” recorria ao barão.⁶³⁷ Não se sabe qual o vínculo existente entre essa mulher e os ricos proprietários, mas o cenário descrito por ela era o que se alastrava na região alto-sertaneja. A dura seca que atravessou a década de 1890 provocou, de acordo com Alinny Alves (2012), os maiores índices de mortandade registrados entre os anos de 1890-1920, em Caetité. Também agravou a crise econômica, sacrificou rebanhos de criações e impactou ricos e pobres. Os ricos, entretanto, tinham meios de enfrentar a situação.

Em novembro de 1889, mês em que se esperava a chuva cair no sertão, ela não veio. O que chegou de sobressalto foi a notícia da proclamação da República, que ganhou grande repercussão em Caetité na noite do dia 29 de novembro. Conforme demonstra Laiane Silva (2018), o líder conservador João José de Faria recebeu cartas informando a queda da monarquia, juntamente com uma suposta bandeira republicana. Imediatamente

⁶³⁶ APMC. AFBC. JAGN. 1.17.5

⁶³⁷ APMC.AFBC.JAGN.2.59

organizou um grupo que saiu em passeata pelas ruas de Caetité, tarde da noite, passando pela rua de São Benedito, onde residia José Antônio Gomes Neto, até chegar à cadeia pública. Nesse intercurso, acompanhados pelas filarmônicas locais, os manifestantes recitavam, como podiam, o hino republicano em sinal de regozijo. Algumas janelas se abriram em adesão ao movimento, enquanto outros sujeitos engrossavam a passeata. O desfecho da comemoração se deu com o arrombamento da cadeia pública e a libertação de 20 presos.

Os detalhes desse episódio foram analisados por Laiane Silva (2018), que defende que as ideias republicanas já estavam disseminadas no alto sertão baiano antes de novembro de 1889, sendo os Faria Fraga precursores desse movimento devido ao trânsito que mantinham com as regiões cafeeiras do Oeste paulista. Na documentação preservada por José Antônio Gomes Neto nada foi registrado sobre a mudança do regime político, no entanto há indícios de que nem ele, nem o seu sobrinho Joaquim Manoel estivessem em Caetité na noite de 29 de novembro. Embora já soubessem, por meio de jornais, que a República podia ser esperada, não faziam cálculos de que fosse para tão breve. O alarde feito pelo grupo conservador de Caetité, que via no golpe republicano um caminho para reaver o poder, trouxe a notícia à tona. No dia seguinte, a câmara de vereadores de Caetité realizou uma sessão especial para proclamar oficialmente a chegada do novo regime, coletando em ata a assinatura dos cidadãos – inclusive de mulheres – que se declaravam adeptos à República. José Antônio Rodrigues Lima, o sobrinho Cazuzinha, estava lá e assinou o documento, incluindo também o nome do tio, Gomes Neto, e do irmão, Joaquim Manoel, ausentes da cidade.⁶³⁸ Nesse mesmo dia, também foi criado o Clube Republicano de Caetité, o novo partido político que teve como presidente João José de Faria e como vice-presidente, José Antônio Rodrigues Lima. Outros ex-conservadores e ex-liberais se congregaram da noite para o dia, todos querendo seu lugar na República recém-proclamada.⁶³⁹

Não se sabe se José Antônio Gomes Neto aderiu de imediato à República ou se o seu nome aparece no documento apenas por causa de uma atitude precavida e estratégica do seu sobrinho Cazuzinha, que, visando assegurar a posição política da família, cuidou de prontamente os vincular aos registros pioneiros da proclamação da República em

⁶³⁸ APEB. Sessão: Judiciário. Série: Processo Crime. ID: João José de Faria e outros. Est. 26, cx. 912 d-2. p. 229.

⁶³⁹ APEB. Sessão: Judiciário. Série: Processo Crime. ID: João José de Faria e outros. Est. 26, cx. 912 d-2. p. 232.

Caetité. Apesar de ter sido colocado na história como um adepto ao republicanismo, Gomes Neto foi um monarquista do Império. Tendo nascido em 1822, ano da Independência do Brasil, viu no ocaso do Império, também, o fim da sua existência. Depois de 15 de novembro de 1889, ele viveu pouco tempo, falecendo por motivo de doença no dia cinco de janeiro de 1890. Seu corpo foi enterrado no interior da igreja de São Benedito, localizada em frente à sua residência e pertencente à irmandade da qual fazia parte. Ali já estavam os túmulos de seu sogro e sua sogra, falecidos em 1867.

O saldo de uma vida inteira envolvido na política, na justiça e na economia sertaneja não se resume apenas ao patrimônio avaliado em R.169:232\$074, embora esse montante, elevado para os padrões de riqueza da região, sobejasse entre os mais vultosos (PIRES, 2009; SANTOS, 2014). Vê-se, mais uma vez, que os tempos de crise econômica e política não desestabilizaram José Antônio Gomes Neto. Paulo Henrique Santos (2014, p. 156), que analisou percentualmente a composição da sua riqueza, aponta os seguintes índices: “imóveis (20,2%), quase todos em fazendas e terras”. Esses bens, imprescindíveis à pecuária em larga escala, também eram investimentos importantes para a segurança do capital. Ademais, parte dos imóveis, tanto urbanos (casas na cidade), quanto rurais (mangas e pastos), era destinada aos aluguéis, o que lhe acrescia as rendas. As “dívidas ativas (19%)” e o “dinheiro (18,1%)”, denunciam uma prática que se arrastava na família desde o seu avô, o português José Antônio Gomes. Empréstimos a juros eram prerrogativas de quem tinha dinheiro de sobra, por isso, apesar dos reveses econômicos, Gomes Neto nunca se viu impossibilitado de emprestar e lucrar com os juros. Na década de 1880, os cadernos de notas continuaram registrando empréstimos de altas e pequenas quantias, direcionadas a ricos e pobres⁶⁴⁰, dívidas que nem sempre eram pagas em dinheiro, mas, em alguns casos, com trabalho, como se viu.

Observando a tabela 26, onde estão listados os empréstimos não recebidos por Gomes Neto até 1890, vê-se um capital de mais de 32 contos de réis empregado na atividade prestamista. Esse era o valor das dívidas em aberto, sendo impossível calcular quanto de dinheiro foi emprestado e recebido com correção de juros ao longo dos anos passados. Ao total, havia mais de 60 promissórias por receber, de valores que iam de seis mil réis até mais de três contos de réis, letras de empréstimos a gente de toda a região. Entre eles, indivíduos de posições políticas opostas, a exemplo do médico João José de

⁶⁴⁰ APMC.AFBC.JAGN.8.18.3; APMC.AFBC.JAGN.8.18.4.

Faria, então liderança do partido conservador em Caetité, entre outros membros de famílias conservadoras, como a Brito Gondim e a Xavier Cotrim. Essas informações abrem perspectivas para estudos futuros, no sentido de melhor compreender o peso da economia na vida política do alto sertão baiano, considerando o possível endividamento de algumas famílias a partir de 1880, o que, conseqüentemente, se dava em benefício de outros grupos mais aquinhoados, que melhor souberam redirecionar seus investimentos numa época de transformações econômicas. Olhando em retrospectiva, os grupos que diversificaram seus investimentos, atentando para as transformações na economia foram os que conseguiram manter-se politicamente após a chegada da República, enquanto aqueles que concentraram seu patrimônio apenas em terras e escravizados, sem buscar outras formas de riqueza, inclusive simbólicas, não se sustentaram politicamente. Outro ponto a se considerar é a quantidade de dívidas adquiridas e não quitadas no ano de 1888, o que possivelmente tinha relação com a abolição. Considerando isso, pode-se presumir que o abatimento no patrimônio de muitas famílias causou endividamento. Como credor, o barão de Caetité não só mantinha a sua riqueza, mas aumentava sua renda às custas da falência alheia, justamente em um momento em que muitos se queixavam dos danos financeiros advindos da abolição, seguida de uma seca intensa, como foi demonstrado.⁶⁴¹

As dívidas ativas e o dinheiro, “somados ao ouro, prata e joias, correspondiam a 22,7%” dos seus bens. Nesse grupo estavam moedas de ouro e prata, relógios suíço e americano confeccionados em ouro, argolas, anéis e brincos, em sua maioria cravados de diamantes, pérolas ou rubis. Alfinetes, botões para colarinho e punho, crucifixos, guarnições para camisa, tudo em ouro com diamantes ou “brilhantes anilados”. Algumas peças foram descritas como “obra antiga”, o que sugere que eram joias herdadas. Um par de argolas de ouro com brilhantes de três e meio quilates estão entre as peças mais caras, avaliadas em 250 mil réis. Além dos adereços foram descritos aparelhos de café, almoço e jantar confeccionados em prata, bandejas, salvas, paliteiros de modelos variados, jogos com mais de quarenta talheres de cada modelo, colheres de chá, de sopa, de sobremesa, garfos e facas, conchas para molhos, conchas para sopa e para arroz, tudo em prata.

⁶⁴¹ Sobre esse momento, a pesquisa de Maria Fátima Pires (2009, p. 146) em inventários de bens de Caetité e Rio de Contas demonstra que os espólios de “algumas famílias que ostentaram riqueza na região” ao longo do século XIX, “mostraram números inexpressivos nos anos finais da década de 1880”.

Castiçais e lamparinas, também.⁶⁴² Vê-se que a etiqueta e o luxo, ao menos em algumas ocasiões, eram observados a rigor pela “nobre” família.

Em seguida, “ações, apólices e poupança (18,1%)” concentravam parte dos investimentos de Gomes Neto. Embora Paulo Henrique Santos (2014, p. 157) indique que os títulos financeiros não fossem o investimento de maior importância, eles apontam sua atenção às mudanças econômicas que se processavam no país, visto que possuía 16 “apólices da dívida pública”, 20 “ações no Banco da Bahia”, 100 ações na “Sociedade Comércio, Banco da Bahia”, e uma parcela de capital subscrito no “Banco União da Bahia”, sem contar os mais de 32 contos de réis que tinha em conta corrente da empresa Antônio Francisco Brandão e Cia, conforme já mencionado. Por fim, o que restava dos seus bens, dividia-se em “semoventes (10,4%) e, dote (9,5%)”. Em 1890, quando seu patrimônio foi calculado, a abolição e a República já eram realidade no país e, como se vê, ambos os acontecimentos não se impuseram ruinosamente sobre a vida econômica e política desse monarquista do alto sertão baiano.

A despeito das contrariedades que lhe marcaram os últimos anos de vida, morreu como desejava: rico, prestigiado, nobilitado – já que os foros de nobreza no Brasil só foram extintos na Constituição de 1891 – e com um nome reconhecido nos círculos políticos de sua época. Se continuava insatisfeito por residir em Caetité, isso também era reflexo de suas escolhas passadas, pois teve a chance de deixar o sertão e alçar carreira na política e na magistratura quando mais jovem; embora, sua insatisfação proviesse daquele momento político da década de 1880, em específico, marcado pelo despautério de grupos locais, situação que deve ter se acalmado depois de aclamada a República. Mesmo tendo escolhido permanecer no sertão, impulsionou a seus sobrinhos e estes não desonraram o nome, nem a herança material e simbólica que receberam do nobre tio. Ainda em 1889, Antônio Rodrigues Lima alcançou grande reconhecimento como médico, com fama propagada entre os jornais da corte, a exemplo de quando tratou da grave enfermidade que possuía a senhora Angélica Holssemann, esposa do Comendador Holssemann.⁶⁴³ Em dezembro do mesmo ano, com o tio ainda vivo, anunciou nas gazetas

⁶⁴² APEB. Seção: Judiciário. Série: Inventários. José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité) e Elvira Benedicta de Albuquerque Soares (Baroneza de Caetité). Est. 2, cx 722, mc 1187, doc 1. 1890-1903.

⁶⁴³ Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. 20 de fevereiro de 1889. Ano XV. Nº 51. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=7355&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 07/05/2019.

da corte seu consórcio com a irmã da baronesa de Guahy, Josephina Leal.⁶⁴⁴ A cerimônia, realizada na capela do palacete do barão Guahy, foi publicada na *Revista Ilustrada*, que rememorou que esse “moço talentoso, de ilustração não vulgar” e “médico distinto” foi uma das “vítimas da monarquia”, referindo-se ao episódio já mencionado da Faculdade de Medicina da Bahia. Agora, “felizmente”, “aí está a República”.⁶⁴⁵

O impacto do novo regime provocava, no meio das elites, “uma sensação geral de libertação” atingindo “não só as ideias, mas também os sentimentos e atitudes”, explica Lília Schwarcz (1998, p. 468). Mas, por mais promissores que fossem os horizontes republicanos, de certo, o que Gomes Neto não presumiu, no findar de 1889, foi que seu sobrinho, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, ocuparia, daí a dois anos, o cargo de governador da Bahia – sendo aclamado como o primeiro eleito pelo voto direto no período republicano – e que, nesse posto, faria justiça ao seu irmão Antônio, nomeando-o lente da cadeira de obstetrícia da Faculdade de Medicina da Bahia. Em contrapartida, José Antônio Rodrigues Lima, Cazuzinha, ocuparia o lugar do tio na liderança política do alto sertão baiano, assegurando votos para seus irmãos e aliados. A essa altura, já haviam ficado para trás a escravidão, o tráfico e o Império. Da noite para o dia consagraram-se todos abolicionistas e, depois, republicanos.

Nada disso, porém, se deu gratuitamente. Uma boa dose de cautela e diplomacia, acrescidas de argúcia – virtudes também herdadas – foi necessária para que essa família se acomodasse no cenário político republicano. No âmbito nacional, Rui Barbosa figurava como “homem de confiança” de Deodoro da Fonseca, uma “espécie de delfim do novo regime”, “o ministro mais influente do governo provisório” (SANTOS, 2018), antes disso, baiano, amigo e antigo correligionário dos irmãos Rodrigues Lima, a quem não foi negada sua simpatia. Em Caetité, o fato de João José de Faria, ex-conservador, ter sido preso por causa do arrombamento da cadeia e de sua família ter se mudado para o Oeste paulista, deixou livre o caminho na política local para que antigos liberais alargassem sua influência no novo regime. Para os descendentes do barão de Caetité, em particular, a herança material e simbólica deixada pelo tio calçou seus destinos, permitindo-lhes

⁶⁴⁴ Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 7 de dezembro de 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=15320&Pesq=Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Lima. Acesso: 07/05/2019.

⁶⁴⁵ Biblioteca Nacional. *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1889. Ano 14. Nº 573, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747&pesq=Antonio%20Rodrigues%20Lima&pasta=ano%20188>. Acesso: 16/05/2019.

ocupar posições de destaque na República. Embora pareçam trajetórias reiteradas de sucesso, são perspectivas de estudo necessárias e importantes para se desnaturalizar certas visões de passado e de presente.

Tabela 26: Dívidas ativas de José Antônio Gomes Neto (1890)⁶⁴⁶

DATA	DEVEDOR	VALOR
06/1869	Dr. Tobias de Souza Lima - letra passada com prazo de três meses e juros de 2% ao mês.	212\$000
02/1875	José de Brito Gondim - letra passada com prazo de setenta dias e juros de 2% ao mês.	300\$000
01/1879	José de Brito Gondim - letra passada com prazo de setenta dias e juros de 2% ao mês.	108\$000
03/1881	Porfírio de Brito Gondim - letra passada com juros de 2% ao mês	600\$000
04/1881	Florencio José de Cerqueira - letra passada com juros de 2% ao mês	35\$000
08/1882	Aristides de Souza Gomes – letra passada com juros de 2% ao mês	500\$000
09/1882	Satyro de Brito Teixeira - letra passada com juros de 2% ao mês	40\$000
01/1883	Catão Correia de Moraes – letra passada com prazo de dois meses e juros de 1% ao mês.	294\$000
10/1883	Porfírio de Brito Gondim - letra passada com prazo de seis meses e juros de 1,5% ao mês.	436\$000
12/1884	Joaquim Antônio do Couto – letra passada com prazo de quatro meses e juros de 2% ao mês	50\$000
01/1884	Dr. João José de Faria – letra passada com prazo de três meses e juros de 1% ao mês	500\$000
01/1884	Dr. João José de Faria – letra passada com juros de 1% ao mês	400\$000
06/1885	Aristides de Souza Pinto - letra passada com prazo de três meses e juros de 2% ao mês	50\$000
11/1885	Ten. Cel. João Antero Ladeia – letra passada com prazo de 12 meses e juros de 1% ao mês	3:093\$530
01/1886	Exupério Pereira Coutinho - letra passada com prazo de quatro meses e juros de 2% ao mês	25\$000
05/1886	Antônio de Amaral Sarmiento – letra passada com prazo de 4,5 meses e juros de 2% ao mês	25\$000
05/1886	João Rodrigues Gomes - letra passada com juros de 2% ao mês	20\$000
09/1886	Belchior José Brandão - letra passada com juros de 2% ao mês	30\$000
11/1886	Justino Fernandes dos Santos - letra passada com prazo de 3 meses e juros de 2% ao mês	106\$000
12/1886	Policarpo de Brito Barros – letra vencida em janeiro de 1887	10\$000
01/1887	Antônio Xavier Cotrim - letra passada com prazo de doze meses e juros de 1% ao mês	1:600\$000
04/1887	Aprígio Rodrigues da Silva - letra passada com prazo de dois meses e juros de 2% ao mês	72\$000
05/1887	Leolino Rodrigues Nogueira - letra passada juros de 2% ao mês	30\$000
07/1887	Salustiano Gonçalves de Aguiar - letra passada com prazo de seis meses e juros de 2% ao mês	430\$000
08/1887	César da Silva Rego - letra passada com prazo de seis meses e juros de 1,5% ao mês	327\$000

⁶⁴⁶ Fonte: APEB. Seção: Judiciário. Série: Inventários. José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité) e Elvira Benedicta de Albuquerque Soares (Baroneza de Caetité). Est. 2, cx 722, mc 1187, doc 1. 1890-1903.

10/1887	João Rodrigues Gomes – letra passada juros de 2% ao mês	31\$000
04/1888	Pedro de Souza Lima – letra passada juros de 2% ao mês	40\$250
05/1888	Atylio Fagundes de Azevedo – letra passada com prazo de dois meses e juros de 2% ao mês	41\$000
05/1888	Venceslau Antônio Salles de Faria - letra passada com prazo de três meses e juros de 1,5% ao mês	120\$000
05/1888	Pedro Alexandrino de Souza - letra passada com prazo de um mês e juros de 1,5% ao mês	
06/1888	Belchior José Brandão - letra passada com prazo de seis meses e juros de 2% ao mês	6\$200
06/1888	José Antônio de Castro Tanajura – letra passada com juros de 1% ao mês	352\$000
06/1888	Joaquim Rodrigues Penera - letra passada com prazo de seis meses e juros de 1% ao mês	278\$000
06/1888	Joaquim Rodrigues Penera - letra passada com prazo de um mês e juros de 1,5% ao mês	196\$000
08/1888	Gustavo de Souza Lima - letra passada com prazo de dois meses e juros de 1% ao mês	2:260\$050
09/1888	Avelino de Oliveira Guimarães - letra passada com juros de 1,5% ao mês	100\$000
09/1888	Álvaro José de Souza - letra passada com prazo de quatro meses e juros de 2% ao mês	50\$000
09/1888	Manoel Joaquim Montalvão - letra passada com prazo de três meses e juros de 2% ao mês	41\$000
09/1888	Francisco Teixeira de Araújo - letra passada com prazo de um mês e juros de 1,5% ao mês	70\$000
09/1888	Francisco Teixeira de Araújo - letra passada com prazo de um mês e juros de 1,5% ao mês	130\$000
09/1888	Francisco Teixeira de Araújo - letra passada com prazo de um mês e juros de 1,5% ao mês	100\$000
10/1888	Francisco Teixeira de Araújo - letra passada com prazo de dois meses e juros de 1,5% ao mês	188\$000
10/1888	Francisco Teixeira de Araújo - letra passada com prazo de um mês e juros de 1,5% ao mês	100\$000
11/1888	José Antônio de Castro Tanajura - letra passada com juros de 1% ao mês	300\$000
11/1888	João Antero Ladeia Lima – letra passada com juros de 1,5% ao mês	100\$000
12/1888	Francisco Teixeira de Araújo - letra passada com prazo de um mês e juros de 1,5% ao mês	101\$500
12/1888	Theóphilo Moreira Guerra - letra passada com juros de 2% ao mês	142\$000
12/1888	José de Souza Couto - letra passada com prazo de doze meses e juros de 1% ao mês	224\$000
12/1888	Othon Teixeira Azevedo - letra passada com prazo de um mês e juros de 1% ao mês	135\$000
02/1889	Manoel Joaquim de Souza – letra passada com prazo de cinco meses e juros de 2% ao mês	218\$000
03/1889	Crescêncio Próspero de Freitas e Lúcio de Souza Pinto - letra passada com prazo de doze meses e juros de 1% ao mês	672\$000
03/1889	Pedro Rodrigues Gomes - letra passada com prazo de dois meses e juros de 2% ao mês	16\$000
03/1889	Aprígio Rodrigues da Silva - letra passada com prazo de dois meses e juros de 2% ao mês	52\$000
04/1889	Joaquim José de Souza - letra passada com juros de 1,5% ao mês	163\$500
04/1889	Porfírio Pereira da Costa - letra passada com juros de 1,5% ao mês	236\$000
04/1889	Gustavo de Souza Lima - letra passada com prazo de dois meses e juros de 1% ao mês	153\$000

05/1889	Ladislau Fernandes Pereira - letra passada com prazo de três meses e juros de 2% ao mês	150\$000	
05/1889	Anselmo da Costa Lima - letra passada com prazo de doze meses e juros de 1% ao mês	224\$000	
06/1889	Avelino Oliveira Guimarães - letra passada com juros de 1,5% ao mês	150\$000	
06/1889	João Antero Ladeia Lima - letra passada com juros de 1,5% ao mês	100\$000	
06/1889	Joaquim Rodrigues Penea - letra passada com prazo de seis meses e juros de 1,5% ao mês	109\$000	
06/1889	Nolasco de Moura Guimarães - letra passada com juros de 1% ao mês	1:250\$000	
07/1889	Nolasco de Moura Guimarães - letra passada com juros de 1% ao mês	1:000\$000	
08/1889	Aprígio Rodrigues da Silva - letra passada com prazo de seis meses e juros de 2% ao mês	55\$000	
08/1889	Gustavo de Souza Lima - letra passada com prazo de um mês e juros de 1% ao mês	151\$500	
09/1889	Joaquim Rodrigues Penea - letra passada com prazo de cinco meses e juros de 1,5% ao mês	196\$000	
10/1889	Reynésio Monteiro de Magalhães	15\$000	
12/1889	Dr. Joaquim Antônio de Souza Spínola - letra passada com prazo de três meses e juros de 1,5% ao mês	2:146\$000	
-	Hermínio de Brito Gondim	324\$000	
-	Manoel Joaquim de Souza - letra passada com prazo de doze meses e juros de 2% ao mês	150\$000	
-	José de Souza Couto - tomou por empréstimo	50\$000	
DÍVIDAS POR CARTA			
Theóphilo Moreira Guerra	100\$000	Reynaldo Casimiro	200\$000
Theóphilo Moreira Guerra	30\$000	Padre Manoel Benvindo Sales	400\$000
Francisco Teixeira de Araújo	200\$000	Aristides de Souza Gomes	100\$000
Joaquim Severino	200\$000	Antônio de Souza Gomes	50\$000
Catão Correia de Moraes	350\$000		
Total das dívidas (incluindo os juros calculados pelo contador do inventário)			32:106\$623

Tabela 27: Trabalhadores e serviços pagos por José Antônio Gomes Neto - 1878-1889⁶⁴⁷

Data	Trabalhador(a)	Serviço/Local	Valor
1878	-	Fazerem valas/ Baixão	
		30 braças	19\$200
	Maria do Ó	71 braças e meia	42\$900
		Limpa de 26 braças e meia	6\$500
	Calixto, genro do Mudo	Trabalhou poucos dias por conta de um cavalo adquirido em 1871	
	Badaró	De 20 de fevereiro em diante	
Jan/1881	-	Manga na Fazenda Santa Elvira	18\$000
	Manoel Nunes		56\$000
	Chico		7\$000
	Zeferino		91\$000
Fev/1881	Fernando e Totó		5\$000
	José Gabriel		5\$000
	Aprígio		7\$000
	Aprígio e Chico		171\$000
	Marcelino, José e Manoel		26\$000
Mar/1881	Fernando		100\$000
Abr/1885	Fiúza	Carpina – 31 dias / Casa Pao do Espinho	31\$000
Mai/1885	Fiúza	-	5\$000
	José Onça	5 dias / Casa Pao do Espinho	7\$500
		6 dias/ Casa Pao do Espinho	9\$000
	João e Euzébio	-	8\$800
Jun/1885	Fiúza	até 13 de junho/ Casa Pao do Espinho	11\$000
	(Aluguel) de 3 escravos do Pedro	até 19 de junho/ Casa Pao do Espinho	19\$300
	Mariano e Manoel		7\$000
	2 trabalhadores	3 dias/ Casa Pao do Espinho	4\$000

⁶⁴⁷ AMPC.AFBC.JAGN.8.18.3; AMPC.AFBC.JAGN.8.18.4.

	Pedro, Ignácio e Onça	Até 20 de junho/ Casa Pao do Espinho	33\$000
	Simão	13 dias/ Casa Pao do Espinho	13\$000
	Lopes	18 dias/ Casa Pao do Espinho	36\$000
	(Aluguel) de 3 escravos do Pedro	3 dias cada um/ Casa Pao do Espinho	4\$000
	Manoel Ramos	12 dias / Casa Pao do Espinho	4\$000
	Sebastião	2 ½ dias/ Casa Pao do Espinho	3\$600
	Luís	17 dias/ Casa Pao do Espinho	34\$000
	Serapião	2 ½ dias/ Casa Pao do Espinho	3\$750
	Trabalhadores	-	5\$500
Jul/1885	Simão	2 dias/ Casa Pao do Espinho	2\$000
	Fiúza	4 dias/ Casa Pao do Espinho	4\$000
	Luís	4 dias/ Casa Pao do Espinho	8\$000
	Serapião	4 dias até 4 de julho/ Casa Pao do Espinho	6\$000
	(Aluguel) de 3 escravos do Pedro	4 dias/ Casa Pao do Espinho	7\$600
	Trabalhadores		4\$000
	Pedro	3 dias/ Casa Pao do Espinho	5\$400
	Ignácio		10\$800
	Trabalhadores		11\$500
	Simão	6 dias/ Casa Pao do Espinho	6\$000
	Serapião	6 dias/ Casa Pao do Espinho	9\$000
	Lopes	6 dias/ Casa Pao do Espinho	12\$000
	(Aluguel) de 2 escravos do Pedro	6 dias/ Casa Pao do Espinho	8\$700
	Fiúza	6 dias/ Casa Pao do Espinho	6\$000
Set/1885	Onça	Por tábuas, ripas e jornal / Casa Pao do Espinho	90\$000
Jan/1885	Eminigdio	Veio para Santa Bárbara no dia 10 de janeiro de 1885 – recebeu	15\$000
		Fatou 5 dias	-
Fev/1885		Faltou 9 dias	29\$000
Mar/1885	Sebastião	Filho de Manoel vaqueiro	50\$000
	Joaquim Cebola	Vaqueiro	20\$000
	Benigno	Vaqueiro (fica devendo 12\$000)	38\$000
	João, genro de Praxedes, do Espinho	-	20\$000
	Lourenço Pereira Pinto		5\$000

	Manoel Fiúza		4\$000
			2\$000
Abr/1885	José Matinga		35\$000
Mai/1885		Faltou em 16 dias	20\$000
	Victório de Souza Prado	Principiou no dia 18 de maio, vencendo 300\$000 por ano	
Jun/1885		Deixou o serviço 12 de junho	12\$000
Ago/1885	Lopes	Carpina	70\$000
	Serviços dos meus escravos		500\$000
	Firmino	Ajuste a 30\$ por ano	
Nov/1885	Sebastião	Principiou como vaqueiro no dia 9 de novembro. Em 1886 e 1887 seguiu prestando serviço.	
Dez/1885	Modesto, filho do falecido Gregório		5\$000
	Leolino	Pipa	7\$200
	Joaquim Cebola	Principiou trabalho como vaqueiro, ganhando 100\$000 por ano.	
Dez/1885	Laurentino	Fazenda Campos	5\$000
	Juvêncio	Fazenda Campos	4\$000
	Bibiano	Fazenda Campos	15\$000
	José Alexandre	Vaqueiro/ Fazenda Campos	20\$000
	Aprígio Rodrigues Gomes	Vaqueiro/ Fazenda Campos	80\$500
	Sabino	Vaqueiro/ Fazenda Campos	10\$000
	Francisco	Vaqueiro do Poço Cumprido/ Fazenda Campos	30\$000
	Jerônimo	Vaqueiro / Fazenda Campos	10\$000
	José de Souza	Vaqueiro/ Fazenda Campos	20\$000
	José Zeferino	Vaqueiro/ Fazenda Campos	50\$000
	Cincinato	De ferramentas/ Fazenda Campos	5\$000
Fev/1886	Leolino	Pipa	12\$000
	João	Vaqueiro	34\$000
Fev/1887	Atilio, filho de José Cândido	Contratado para receber com vencimento anual – trabalhou até fev/1889	
Mar/1887	João, filho de Roque	Contratado para receber com vencimento anual – trabalhou até abr/1889	
1887	Mariano	Para tirar madeira	10\$000

	João, filho do Roque		10\$000
	João	Vaqueiro	10\$000
	Sebastião	Vaqueiro do Espinho, trabalhou até 1890	
	João Pereira dos Santos		25\$000
Nov/1887	Vaqueiros que levaram gado da Santa Bárbara		4\$500
1888	Atílio	Vaqueiro	16\$000
Fev/1888	Ricardo	Contratado como vaqueiro do Espinho com vencimento anual de 60\$000	
Jun/1888	Plínio, filho do Cândido	Ajudei por 30\$ por ano	
	Camilo		16\$000
	Julia		18\$000
Jul/1888	Paulino	Ajudei com vencimento de 40\$ por ano	
	Benedito		18\$000
	Jerônimo		32\$000
Abr/1889	João Pereira dos Santos	Trabalhou até 1890	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2002, por ocasião de trabalhos realizados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) na cidade de Caetité, foram encontrados na casa em que residiu José Antônio Gomes Neto, conhecida como “casa do barão”, um montante de documentos abarrotados em caixões de madeira, caixas de papelão e sacolas plásticas. Deixados de lado enquanto a rica mobília era dividida entre os herdeiros da “nobre família”, eles foram sentenciados ao esquecimento, ficando por algumas décadas silenciados no vazio de um casarão de luzes apagadas e portas fechadas. Encobertos de poeira, alguns já bastante deteriorados por traças e outros insetos, cheirando a urina de rato e agredidos por goteiras, muitos, ainda assim, sobreviveram. Na época da descoberta, o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) foi acionado e, mesmo sem autorização para dar um tratamento mais adequado fora do casarão, fez o que foi possível, dando início, ali mesmo, a um processo de higienização, separação e salvaguarda dos documentos. Desde então, um trabalho extenso e difícil, feito a muitas mãos e marcado por diversas intercorrências, resultou na organização do Arquivo da Família do Barão de Caetité. Composto por mais de 13 mil documentos, esse acervo de inestimável valor histórico foi, enfim, doado ao APMC em julho de 2016, depois de longo processo de sensibilização e diálogo com o herdeiro Haroldo Lima, tataraneto do barão de Caetité e, na época da assinatura do termo de doação, também proprietário do imóvel que abrigava os documentos.

Nesse intercurso de quase uma década e meia – desde quando os documentos foram descobertos até a sua transferência para o APMC – as janelas da “casa do barão” se abriram quase que exclusivamente por ocasião do trabalho arquivístico que era realizado ali. Entrava um pouco de luz e também o som das vozes dos passantes na calçada, que, admirados, esticavam-se para enxergar um pouco além do que as frestas das janelas permitiam ver. Essa curiosidade decorria do fato de que, em Caetité, onde José Antônio Gomes Neto cresceu e construiu um império de poderes, sua trajetória ficou esquecida pelo tempo, tornando-se desconhecida. Dela restaram seu título nobiliárquico, que dá nome a uma das principais ruas da cidade, e sua casa, que, por estar desabitada desde a década de 1980, reveste-se de uma aura misteriosa, que desperta receios e falatórios entre a população local.

Por esse motivo, durante as tardes de trabalho arquivístico, com as janelas da casa entreabertas, sempre se ouvia do lado de fora alguém falando em assombrações, em ruídos de escravizados, reportando o desejo de adentrar o casarão e, principalmente, questionando se era verdade ou invenção a história do túnel. Quem reside em Caetité, ou já passou pela rua que hoje se intitula “Barão”, certamente já ouviu falar nessa história. Dizem que daquela casa de esquina, onde morou José Antônio Gomes Neto e sua família, saía um túnel que a ligava à Igreja de São Benedito, construída do outro lado da rua, conforme se observa na fotografia abaixo, que, apesar de já esmaecida pelo tempo, é um registro singular da antiga rua de São Benedito, encontrado junto a outros documentos do mencionado arquivo particular.

Figura 07: Rua de São Benedito. Caetité. Bahia. Autor desconhecido. S.d.⁶⁴⁸



Fonte: APMC.AFBC. M.11.1.7

⁶⁴⁸A primeira casa do lado esquerdo, com janelas de madeira e vidro, era a residência de José Antônio Gomes Neto. Do outro da rua, depois da terceira casa à direita, é possível notar a cruz e torre da igreja de São Benedito. Um calçamento de pedras separava os dois lados da rua. Por baixo, especula-se, estaria o suposto túnel.

Reza a lenda que esse túnel era utilizado pela baronesa de Caetité, devota do santo negro, em dias de manifestação religiosa, pois era impedida de atravessar a rua para ir à capela. Essa é a versão mais conhecida, porém outros já dizem que o túnel era utilizado pelos escravizados, para que não adentrassem a Igreja de São Benedito pela porta principal, por onde passavam os senhores. Há, ainda, quem cogite que o túnel fosse uma passagem secreta que servia de fuga em possível situação de urgência ou conflito. Tendo existido, ou não, esse túnel enigmático mexe com o imaginário local, sendo, sem dúvidas, a reminiscência que mais aproxima os caetiteenses desse tempo em que havia uma nobreza da terra – barões – vivendo no sertão. Sem essa passagem misteriosa que liga, antes de tudo, o presente ao passado, talvez nada tão específico restasse da memória do “barão de Caetité”, nem mesmo o seu nome, já desbotado na lápide da Igreja de São Benedito.

Usando esse túnel como alegoria a este estudo, pode-se dizer que a “passagem” mais instigante e remota já encontrada na “casa do barão” foram os documentos produzidos por José Antônio Gomes Neto e sua família. Se a casa continua fechada, antes por motivo de litígio entre os herdeiros e agora, por falta de destinação lucrativa e atraente, os documentos, por fim, foram abertos, o que representa muitas possibilidades de sondar o passado. Nesta tese, que é a pioneira de uma série de estudos que estão em andamento desde o processo de organização do arquivo familiar⁶⁴⁹, buscou-se reconstituir a trajetória de um homem da elite política imperial brasileira, que viveu em Caetité entre os anos de 1822 e 1890. Cotejando seus documentos com outros, de outros tipos, de outros arquivos e de outras cidades, foi possível demonstrar articulações políticas diversas existentes entre a região alto-sertaneja, a Bahia e a corte, no Rio de Janeiro. Ainda que, no entremeio da pesquisa, se tenham evidenciado também articulações socioeconômicas, porque não se separam, o objetivo principal foi demonstrar a inserção de José Antônio Gomes Neto em redes políticas que o ligavam às mais elevadas instâncias de poder do Império.

Houve um percurso para isso. Desde o seu nascimento até a idade adulta, a importância e o peso da família se fizeram sentir na vida desse indivíduo. Seu avô

⁶⁴⁹ Conforme já foi mencionado ao longo da tese, estão em fases conclusivas as dissertações de Mozana Dantas Silva, sobre a atuação política de Joaquim Manuel Rodrigues Lima; de Mariella Cotrim, que analisa um conjunto de correspondências escritas por vaqueiros empregados nas fazendas de Gomes Neto e de seus descendentes; e de Andressa Rocha, que tem como enfoque a irmandade de São Benedito em Caetité. Depois que a documentação foi doada ao APMC, outros estudos devem ter sido iniciados, porém ainda não foram divulgados resultados de novas pesquisas.

materno, o coronel Domingos Gomes de Azevedo, carregava as prerrogativas de um homem de prestígio para a época: instrução, riqueza e inserção na câmara da vila de Caetité, modelo legado aos filhos e netos, homens que atuaram na política sertaneja, movimentando-se de diversas formas para assegurar posições privilegiadas. Não foi diferente com seu pai e seu avô paterno, que se destacaram mais pela atuação econômica, negociando para fora do sertão, na Chapada Diamantina, em São Félix e, também, na Bahia. Venderam algodão, mantiveram tropas, tocaram fazendas, emprestaram dinheiro a juros e construíram um patrimônio que calçou a formação intelectual e superior de José Antônio Gomes Neto, bacharel por uma das faculdades mais tradicionais do país, a Escola de Direito de Olinda.

Na década de 1840, quando viveu em Pernambuco, Gomes Neto teve contato com os filhos das elites de diferentes partes do Império. Foi nesse momento que estabeleceu as bases das primeiras alianças políticas, algumas desaguadas em amizades duradouras, como aquela que nutriu com o colega João Lustosa da Cunha Paranaguá. Este amigo, que depois se tornou Marquês de Paranaguá, transitou ao longo da carreira por diversos ministérios e compôs o Conselho de Estado, porém, mesmo no auge do prestígio político, não se descuidou da amizade nascida nos anos juvenis para com o colega do distante sertão baiano, o que demonstra quanto as redes que cercaram Gomes Neto foram tecidas com esmero e atenção. Mas não só ele fez-se notar desde os tempos da faculdade de direito, Manuel Pinto de Souza Dantas, que também chegou a ministro do Império, é mais um exemplo. Por outras vias, as relações também se estreitaram com José Antônio Saraiva, Barão de Cotegipe, Rui Barbosa, entre outros conhecidos nomes da política imperial. Essas alianças só foram possíveis porque, desde quando regressou ao sertão como jovem bacharel, Gomes Neto também foi aos poucos galgando passos importantes em sua carreira, até tornar-se juiz de Direito da comarca de Caetité.

A fotografia abaixo, embora não datada, paralisa no tempo a imagem que José Antônio Gomes Neto gostaria de contemplar de si mesmo: um homem alinhado com as definições de poder e de prestígio da sua época, por isso a escolha da toga – que na magistratura é um símbolo de distinção e respeito – e da medalha da Imperial Ordem das Rosas no lado esquerdo do peito – uma condecoração que o nivelava a outros homens de destaque do Império. Depois de conhecer sua trajetória, é possível identificar como essa fotografia fala da sua vida, dos seus anseios e da posição que ocupou na sociedade oitocentista.

Figura 08: José Antônio Gomes Neto em trajes de magistrado. Autor desconhecido. S.d.



Fonte: Página Caetité Cultura⁶⁵⁰

José Antônio Gomes Neto sabia que o berço onde nasceu o colocava em posição privilegiada na hierarquia social, por isso se empenhou não só para manter seu *status*, como também para alargar sua riqueza, sua influência política e seu prestígio social, até tornar-se uma das lideranças mais destacadas do alto sertão baiano. Aos poucos, uma soma de poderes foi-se agregando em volta desse indivíduo, o que lhe deu condições de barganhar com deputados, senadores e ministros. A cada eleição, cartas e mais cartas chegavam de diversas partes do Império, escritas por políticos que, embora destacados, se julgavam incapazes de se [re]eleger sem o apoio, os votos e a proteção do chefe sertanejo. Por sua vez, Gomes Neto negociava interesses particulares e, ao mesmo tempo, posições, cargos, patentes e estabilidade política para seus familiares e aliados, estratégias e trocas que fizeram dele um grande potentado do sertão.

⁶⁵⁰ Disponível em: <http://www.geocities.ws/caetitecultura/baraobig.jpg>. Acesso: 11/06/2018.

Conforme foi visto, além da magistratura, José Antônio Gomes Neto ambicionava ser um homem nobilitado, de grandeza reconhecida e atestada pela assinatura de próprio punho do monarca, D. Pedro II. Tendo escolhido viver no sertão da Bahia, distante da corte, não deixou de cultivar um comportamento fidalgo, o que se manifestava desde os jogos de talheres à mesa até, por fim, a ostentação do título de barão de Caetité, que, aos seus olhos, foi a coroação do seu poderio econômico e da sua influência política. Desse modo, colocava-se também como representante de um projeto de nação com expoente nos ideais civilizatórios em voga no Império. Através da fotografia acima, vê-se que a sua feição de homem de elite era inconfundível e em nada deixava a desejar aos habitantes da corte. Imagina-se, portanto, que o seu retrato estivesse numa galeria, exposto junto ao de outros magistrados do Império. Sem legenda, não haveria elementos que pudessem distingui-lo como homem do sertão, da capital da província, ou da corte. Os símbolos que o acompanham apenas indicam que era um magistrado condecorado pelo imperador, logo um homem de posses, revestido de poder e de prestígio.

Nesse retrato estava sozinho, mas estava inserido em redes influentes e poderosas que se articulavam em conexões, especialmente depois que os seus dois sobrinhos Joaquim Manuel Rodrigues Lima e Antônio Rodrigues Lima foram lançados na vida política, adentrando os parlamentos da Bahia e da corte. Na contramão das circunstâncias políticas do país, entre as décadas de 1870 e 1880, tidas como fases de declínio do Império, foram os anos em que José Antônio Gomes Neto se viu mais bem representado politicamente, justamente por causa da consolidação do aparato familiar, o que significou maior acesso a recursos materiais e simbólicos que provinham da capital da província e da corte: cargos políticos, recursos para obras públicas, títulos, entre outros. Parte disso também tinha a ver com sua personalidade polida e, de certo modo, “escorregadia”, no sentido de que não era um homem dado a conflitos diretos e intensos, em particular aqueles em que não transparecia clara a sua vitória. Antes, foi valendo-se de muita sutileza, cautela e diplomacia que ele se adequou às diversas circunstâncias políticas e econômicas que decorreram na segunda metade do século XIX, explorando possibilidades de alargamento de seu poder e prestígio. Amigo de muitos, aliado de poucos, utilizou-se das redes para fazer seu nome conhecido e lembrado nas rodas políticas da corte imperial.

Tidos como golpes fatais, os acontecimentos em torno da abolição da escravatura e da aclamação da República não abateram sua imagem, nem o seu poderio na região alto-

sertaneja. Embora com idade avançada e calejado pelas intensas disputas políticas, além do dissabor de perdas significativas na família, José Antônio Gomes Neto ainda conseguiu vislumbrar um futuro alvissareiro para os seus descendentes, mesmo depois de 1888 e 1889. Ele morreu deixando para os sucessores um largo patrimônio material, um nome de destaque, um sangue quase azul – se sua nobreza não fosse comprada. E todos eles souberam aproveitar muito bem a herança recebida depois de dados os vivos à República.

Embora tenham sido preservados pouquíssimos registros fotográficos dessa família, na próxima imagem vê-se a descendência de José Antônio Gomes Neto, com a viúva baronesa sentada ao centro e o sobrinho Joaquim Manoel Rodrigues Lima em pé, na posição mais elevada da escada. Seu irmão Cazuzinha, sua esposa Maria Vitória (Iaiá), e seu filho Lima Júnior certamente também pousaram para o retrato, embora não se saiba identificá-los com precisão.

Figura 09: Baronesa de Caetité e família. Autor desconhecido. S.d.⁶⁵¹



Fonte: Página do APMC⁶⁵²

⁶⁵¹ Ao centro, sentada, Elvira Benedicta de Albuquerque (Baronesa de Caetité). Em pé, na escada, seu genro Joaquim Manoel Rodrigues Lima. A fotografia não está datada, mas, possivelmente, foi tirada entre 1890-1894, período que separa a morte do barão de Caetité (ausente no retrato) da morte da baronesa.

⁶⁵² Disponível em: <http://www.arquivocaetite.ba.gov.br/conteudo/acervo/>. Acesso: 13/06/2018.

Não por acaso Joaquim Manuel Rodrigues Lima estava em posição de destaque. Foi ele, de fato, quem melhor encarnou a figura de sucessor do tio, tanto na vida familiar, quanto no mundo das finanças e da política. Mas é importante destacar, por fim, que o enfoque na trajetória do barão de Caetité não deve ofuscar o papel de outras lideranças do alto sertão baiano que se articularam dentro e para fora da região. Algumas aliadas, outras contrárias, elas existiram. Pinçadas aqui e ali ao longo desta tese, a intenção é que não se construa uma história reducionista da política sertaneja, centrada em apenas um indivíduo. Também não se devem focar apenas as suas relações horizontais. Para que se lembre a importância de se estudarem os sujeitos pobres, escravizados, os trabalhadores, as mulheres, tantos indivíduos de vida simples que rodearam essa família rica e nobilitada, basta olhar atentamente a fotografia acima. O registro captou dois criados negros. Eles não estavam ali por acaso. Minutos antes, talvez, haviam descido as escadas com as cadeiras para as senhoras se assentarem. Depois, retrocederam ao fundo da cena principal, aguardando o desfecho da fotografia para retomarem seus afazeres. Já era República, a escravidão – dizia-se – era coisa do passado. Não se pode imaginar, contudo, que foi um descuido do fotógrafo o fato de eles terem aparecido no “retrato de família”. Estavam ali, como antes estiveram.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito de Recife (CCJ-UFPE)

Registro de matrícula do primeiro ano - 1842

Certidão de idade de José Antônio Gomes Neto

Registro de bacharel de José Antônio Gomes Neto – 1846

Certidão de matrícula de Gasparino Moreira de Castro – 1848

Certidão de idade de Gasparino Moreira de Castro - 1848

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

Seção: Judiciário

Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [pai] – 1833

Inventário de Antônia Sophia de Azevedo - 1844

Inventário de Domingos Gomes de Azevedo [filho] – 1846

Inventário de Sabino Gomes de Azevedo – 1846

Inventário de José Antônio Gomes [pai] – 1846

Inventário de José Antônio Gomes Neto – 1890

Inventário de José Antônio da Silva Castro - 1844

Processo-crime: João José de Faria e outros - 1890

Seção Colonial e Imperial:

Governo da Província/ Correspondências da Câmara de Caetité.

Governo da Província/ Judiciário/ Juízes de Caetité

Coleção Independência do Brasil na Bahia/ Correspondências

Seção Provincial:

Correspondências de Juízes/ Comarca de Caetité

Museu Imperial (Arquivo Histórico) – MI

Correspondências de João Lustosa da Cunha Paranaguá (1881-1886)

Fundação Casa de Rui Barbosa – FCR

Arquivo de Rui Barbosa: CR 599; 662; 814;

Arquivo Municipal de Rio de Contas – AMRC

Livro de Registro de Testamento – Nº 3

Testamento de José Antônio Gomes

Série: Autos Cíveis

Ações de Libelo de autoria de José Antônio Gomes 1796-1797

Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC

Fundo: Câmara de Vereadores

Série: Livro de Atas de Vereações – 1810

Série: Livro de atas eleitorais - 1847

Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité

Série: José Antônio Gomes Neto

Série: Elvira Benedicta de Albuquerque

Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima

Série: Escravidão

Série: Miscelânea

Biblioteca Nacional

Hemeroteca Digital

A Pátria - 1856

Correio da Tarde – Rio de Janeiro (1850)

Correio Mercantil – 1853-1867

Correio da Bahia – 1876-1878

Correio Paulistano - 1873

Diário do Rio de Janeiro – 1861

Diário de São Paulo – 1875

Jornal Comercial – Rio de Janeiro (1863)

Jornal do Comércio – Rio de Janeiro (1889)

Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro (1881-1885)

Revista Ilustrada – Rio de Janeiro (1889)

Diário de Pernambuco – 1846-1885

Jornal de Recife – (1885)

O Libelo do Pará – 1885

Pacotilha – Maranhão (1886)

Almanack administrativo, mercantil e industrial da Bahia 1823-1889

Almanack administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro - 1884

Relatório dos trabalhos do conselho interino do Governo da Bahia – 1863-1889

Anais do parlamento brasileiro – 1840-1880.

Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia – 1873-1886

Balanco da receita e despesa do Império - 1884

Acervo Iconográfico:

Cidade de Caetité- 1867

Fontes Impressas:

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia:** com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

COTRIM, Dário Teixeira. **O Distrito de Paz do Gentio e a história sucinta de sua decadência.** Belo Horizonte: Editora Plurarts, 1997.

MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves (org.). Lista geral dos bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos lentes e diretores até 1900. *In: Revista da Faculdade de Direito de São Paulo.* vol. 8. 1900.

MARTINS, Henrique (org.). **Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife:** desde a sua fundação em Olinda até o ano de 1831. 2ª ed. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931.

MESQUITA, José Barnabé de. **Elogio Fúnebre do General Doutor Caetano Manuel de Faria e Albuquerque.** E. Profissões Salesianas: Cuiabá, 1925.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité Pequena e Ilustre**, 2 ed. Tribuna do Sertão: Brumado, 1997.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Historicas e Geographicas do Municipio de Caetité. In: **Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia**. nº 58. Salvador: Secção Graphica da Escola de A. Artífices da Bahia, 1932, p. 93-294.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia** - Excerptos da obra Réise in Brasilien. Traduzidos a português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Livros, teses, dissertações e artigos

AGUIAR, Lielva Azevedo. **“Agora um pouco da política sertaneja”**: A trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Dissertação de mestrado em História Regional e Local. Santo Antônio de Jesus: UNEB-DCH V, 2011.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Considerações sobre o perfil do alforriado em Rio de Contas, Bahia (século XIX). In: **Revista Topoi**. v. 10. nº19, jul-dez. 2009, p. 31-54.

ALVES, Alinny Keely da S. C.. **Moléstias, curas e medicina moderna: experiências sociais no Alto Sertão da Bahia**. (Caetité, 1890-1920). Trabalho de Conclusão de Curso. História. Uneb/ Campus VI. 2012.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

ARAÚJO, Mariele. **As medidas das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon (1922/1923)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2006. 156 p.

ARRAES, Esdras. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.21. n.2. p. 47-77. jul.- dez. 2013.

BARICKMAN, Bart Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**, Salvador, n.21-22, p.177-238, 1998-1999

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). *In:* GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.): **O Brasil Império.** Vol.II – 1831-1870. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017.

BESSONE, Tânia Maria (et. al). **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Justiça Orfanológica no final do século XIX: o Juízo dos Órfãos de Porto Alegre. *In:* **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Vol. 9 Nº 18, Julho - Dezembro de 2017.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais e ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do Século XIX. *In:* NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertões da Bahia: **Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural.** Salvador: Editora Arcádia, 2011.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. A Maternidade como política pública – a criação de uma escola para o “povo nascer”. *In:* Segundo **Congresso latino-americano de História Econômica – Cuarto Congreso de La Asociación Mexicana de História Económica.** Ciudad de Mexico, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A construção nacional: 1830-1890.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, José Murilo de e CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos. **Família, cotidiano e poder: Trajetória de Anna de Souza Spínola Teixeira em Caetité-Bahia (1894-1944).** Dissertação de Mestrado em História. Montes Claros: UNIMONTES, 2018.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). *In:* GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.): **O Brasil Império.** Vol.II – 1831-1870. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Muitos votantes e poucos eleitores. A difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850 – 1881). *In:* **Varia História,** Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.183-206, jan/abr 2014.

CASTRO, Chico. **João Lustosa da Cunha Paranaguá** (Marquês de Paranaguá, 1821-1912). Série perfis parlamentares; n. 55. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

CHAGAS, Paula Roberta e NADALIN, Sérgio Odilon. Para o mundo e para a eternidade: Idade do batismo nas atas paroquiais (Curitiba, séculos XVIII-XIX). *In:* **Anais do XVI**

Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu/ MG. 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias Sociais na Câmara Municipal de Rio Pardo** (Minas Gerais, 1833-1872). Tese de Doutorado em História. UFF, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA JÚNIOR, José Ailton Ferreira. Sob o sistema de milícias: uma experiência brasileira com forças auxiliares. Século XIX e XX. *In: Revista Bilros*. vol 3. nº 4. 2015

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes e hierarquias sociais no Império. *In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. Nas tramas das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.* Civilização Brasileira, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. *In: Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto; 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *In: Revista USP*, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Vanessa Silva de. Eleições no Império: considerações sobre representação política no Segundo Reinado. *In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História.* Natal: Anpuh, 2013.

FELIX JÚNIOR, Osvaldo Silva. A medicina da Bahia na Guerra do Paraguai. *In: História & Perspectivas*, Uberlândia. jul.dez.2009

FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. **Autos do Inquérito da Revolução Praieira.** Ed. do Senado Federal: Brasília, 1979.

FILHO, Valney Mascarenhas de Lima. O comércio de escravizados(as) na Bahia na segunda metade do Século XIX. **Anais do XXIX Encontro Nacional de História.** Brasília: Anpuh, 2017.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. **Nas tramas das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.** Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, Bruno C. N. Pedras no Telhado: Política e Sociedade nas eleições distritais de 1860. *In: Anais do XXV Encontro Nacional de História.* Fortaleza: Anpuh, 2009.

FRUTUOSO, Moisés. “Morram marotos!”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823). Dissertação de mestrado em história social. Salvador: UFBA, 2015. 139p.

_____. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831). *In: BESSONE, Thânia (et al.). Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos.* São Paulo: Alameda, 2016.

GEBARA, Ademir. Do trabalho escravo ao trabalho livre. *In*: SZMRECSÁNYI, Tomás e LAPA, José Roberto do Amaral. **História econômica da independência e do Império**. São Paulo: Hucitec. Edusp. Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.): **O Brasil Império**. Vol.II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HEINZ, Flávio M. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Capítulos de História do Império**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

_____. **O Brasil Monárquico**. Vol.5. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. *In*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.): **O Brasil Império**. Vol.II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LIMA, Carollina Carvalho Ramos de. **A carteira do meu tio, de Joaquim Manuel de Macedo**: literatura de viagem e sátira política em tempos de conciliação. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. O Gigante e o espelho. *In*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.): **O Brasil Império**. Vol.II – 1831-1870. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. *In*: **Almanack**. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011.

_____. **Africanos Livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Rômulo de Oliveira. “**Vinha na fé de trabalhar em diamantes**”: escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. “**Em diligência de se libertar**”: alforria, família escrava e tráfico interprovincial, no Alto Sertão da Bahia – Termo de Monte Alto (1810 - 1888). Tese de doutorado em História Social. Salvador: UFBA, 2018. 235p.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. **Legislação eleitoral e política regional**: um estudo sobre as reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2014. 313p.

MOTTA, José Flávio. Derradeiras Transações: O comércio de escravos nos anos 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). *In: Almanack Braziliense*. São Paulo, nº10, p. 147-163, nov. 2009.

MUAZE, Mariana. Por uma micro-história da família. *In: BESSONE, Tânia Maria (et. al). Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

_____. **As memórias da Viscondessa**: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. **Os “Homens” da Administração e da Justiça no Império**: eleição e perfil social dos Juizes de Paz em Mariana, 1827-1841. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. 188p.

NASCIMENTO, Washington Santos. Padrões e tendências das enfermidades e causas mortis dos escravos e libertos na região Sudoeste da Bahia. *In: Anais do III Encontro Estadual de História da Anpuh/ BA*. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

NEGRO, Antônio Luigi. “**Com o pouco fareis muito**”. Relatório de monitoria do curso Historiografia: movimentos sociais (Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp), apresentado ao professor Michael Hall. Campinas, Serviço de Apoio Didático, 1993.

_____. **Coisa de Branco**. A queixa e a mágoa da falta de aviso e de indenização; ou socorro e auxílio. A contrariedade senhorial ante a revolução ou golpe fatal do 13 de maio de 1888; e suas complicações (Bahia, Brasil e um pouco além). Tese acadêmica para progressão à classe de professor titular. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

_____. **Negras cores da escravidão para brasileiro não ver**. Raça, classe e nação na viagem de Miguel Calmon a plantações na Ásia (1906). Salvador, manuscrito inédito, 2019.

NEGRO, Antônio Luigi e BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *In: VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.863-887, set/dez 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

_____. **Poder local oligárquico:** alto sertão da Bahia. *In: Sitientibus*. Feira de Santana. n° 15, p. 321-340. 1996.

_____. **Sampauleiros Traficantes:** Comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, 2000, p.97-128.

_____. **Escravidão, Pecuária e Policultura:** alto sertão da Bahia, século XIX. UFES: Feira de Santana, 2012

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto. **Mulheres, história e literatura em João Gumes**. Intermeios: 2015

_____. **Mulheres baianas nas artes da escrita:** tessituras de experiências, memórias e outras histórias (1926 -1960). Tese de doutorado em história social. São Paulo: USP, 2016.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias:** mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

OLIVEIRA, Vinícius Mascarenhas de. **Federalistas na Bahia:** trajetórias, idéias, sociedades e movimentos (1831-1838). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

PAES, Jurema Mascarenhas Paes. **Tropas e Tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano**. Dissertação de Mestrado em História Social (UFBA): 2001. 165p.

PIRES, Maria de Fátima Novais. **O crime na cor:** escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

_____. **Fios da Vida:** Tráfico interprovincial e alforrias. Escravos e ex-escravos nos sertains de sima. Rio de Contas e Caetitê – BA (1860-1920). São Paulo, Annablume, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2008.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. **O espelho da nação:** A antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971). Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem Unicamp, 2000.

RAMOS, Danielle Silva. **“O mundo aqui é largo demais”:** Produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia (1890-1920). Dissertação de mestrado em história social. Salvador: UFBA, 2016. 164p.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *In: Revista Afro-Ásia*, n°15, 1992. p.100-126.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres e Poder no Alto Sertão da Bahia:** a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1921-1927). São Paulo: Alameda, 2012.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da pátria**: a participação da Bahia no conflito. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

SÁ, Bruno Vivas de, et all. A Escola do Recife e o pensamento racial no século XIX. In: **VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão/SE, 2012.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e Negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro *et al (org.)*. **Conquistadores e Negociantes**. História de Elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, Napoliana Pereira. **Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu/Ba, 1840-1880)**. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Campus VI. Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e Memória**: dimensões da vida urbana. Caetité, 1940-1960. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001. 203p.

_____. **Manifestações Modernizadoras no alto sertão baiano – Caetité (1910-1920)**. Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Universidade Federal de Sergipe - UFS, Aracaju (SE). 2010.

_____. **Léguas Tirana**: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de doutorado em história social. São Paulo: USP, 2014.334p.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. Poder, Prestígio e Riqueza: a trajetória de ascensão social do negociante português João Gomes Barroso na cidade da corte. In: MÉDICE, Ana Paula, MASCARENHAS, Maria José Rapassi e LIMA, Marcelo Pereira. **Veredas da história política**. Salvador: UFBA, 2017.

SANTOS, Igor Gomes. **A hora da heterogênea**: crime, criminalização de comunidades volantes na formação da nação. Bahia (1822-1823). Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017.

SANTOS. Luís Cláudio Villafañe G. **Juca Paranhos, o barão do Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais**: Café e Poder na Zona da Mata Mineira, 1853-1893. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2008. 350p.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista brasileira de História*. 1999, vol.19, n.37, pp.59-84.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Ana Silva Volpi. **As teias que a família tece**: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *In*: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849)**. *In*: **Revista de História Social**, n. 16, primeiro semestre de 2009. UNICAMP.

SILVA, Camila Borges da. **Mercê e nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das ordens honoríficas**. *In*: BESSONE, Tânia Maria (et. al). **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 33-64.

SILVA, Laiane Fraga. **“É preciso deixar alguma conversa para testificar que vivemos”**: a trajetória da família Faria Fraga no alto sertão da Bahia (Caetitê, 1842-1889). Dissertação de mestrado em História. Feira de Santana: UEFS, 2018.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **Caminhos e descaminhos da abolição**. Escravos senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (BAHIA, 1850-1888). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2007.

SOUZA, Alexandre de Oliveira Basílio de. **Reformas eleitorais no final do Império: a reinvenção do cidadão brasileiro (1871-1889)**. *In*: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, 2011.

_____. **Perto da justiça, longe do cidadão**: a administração judicial das eleições no Brasil (1881-1932). Tese (doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império**. *In*: **CLIO** – Revista de Pesquisa Histórica. Nº 29.1, 2011.

_____. **O eleitorado imperial em reforma**. Ed. Recife: Massagana, 2014.

SOUZA, Luiza Campos de. **Conflito de família e banditismo rural na primeira metade do século XIX: Canguçu e “peitos largos” contra Castros e Mouras nos sertões da Bahia**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2014.

STRAFORINI, Rafael. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

TEIXEIRA, Mariella Cotrim. **Mais que notícias da fazenda**: vaqueiros, trabalho e vida no alto sertão da Bahia (1890-1900). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2019.

TRETTIN, Alexander. **O derrame de moedas falsas de cobre na Bahia (1823-1829)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. **A utilização de novas fontes documentais para o estudo das eleições e das facções políticas no Brasil Imperial**. *In*: ROCHA, Márcia Medeiros (org.).

IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2006. p.1-15

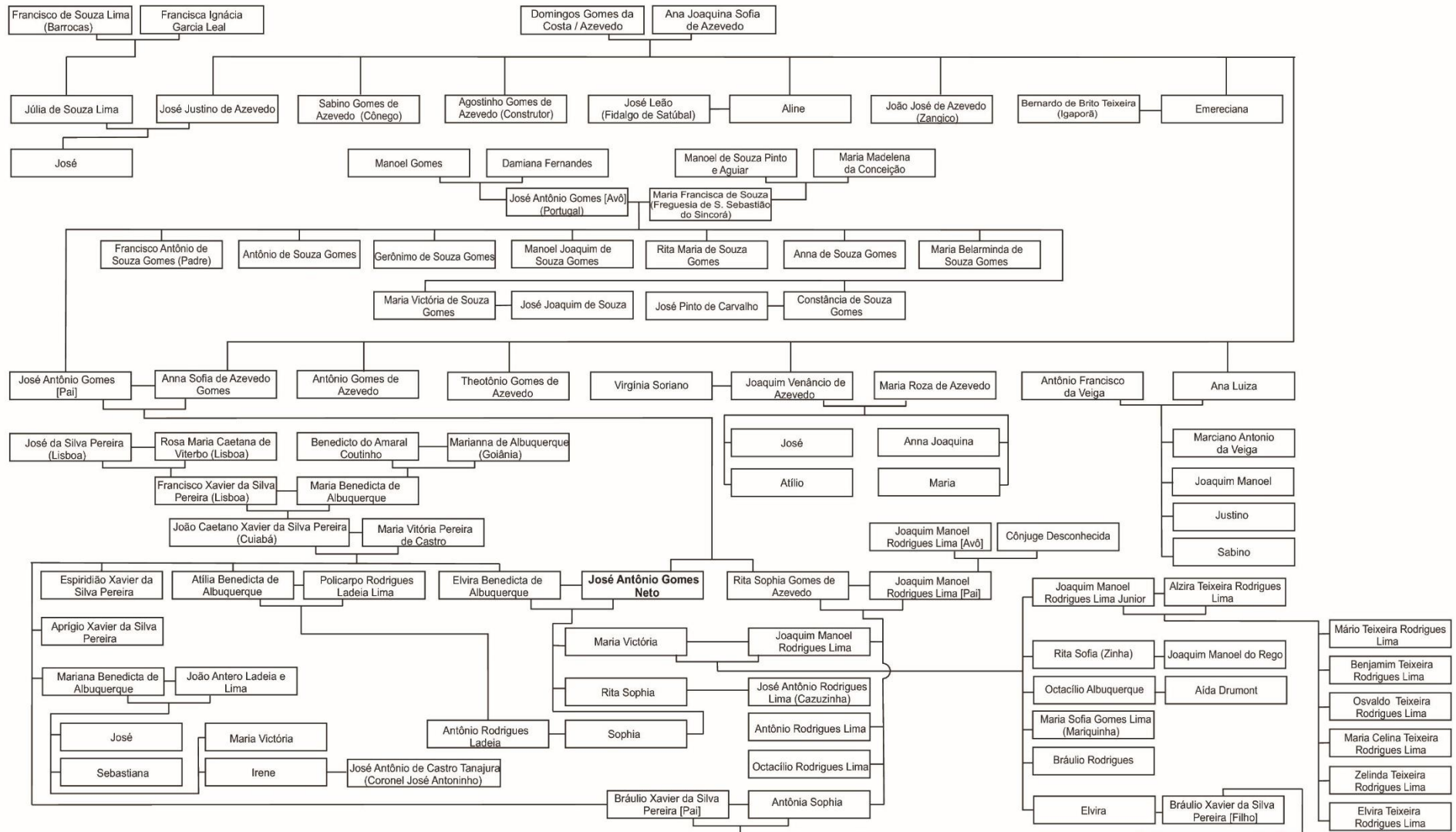
_____. Sumidades de Aldeia: eleições, negociações e prática política nas paróquias do Rio Grande do Sul (1868-1889). *In:* Anais da VI **Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:** produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre, 2008. p. 25-37.

_____. Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010

_____. “Magistrados Imperiais”: atuação política e perfil de formação e carreira dos juizes de direito no Rio Grande do Sul (1833-1889). *In:* **CLIO:** Revista de Pesquisa Histórica. n°. 34.1 (2016).

VARGAS, Jonas Moreira e SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Pai monarquista, filho republicano: propaganda republicana , eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). *In:* Anais da VIII **Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:** produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre, 2010. P. 225-249.

ANEXO 01: RELAÇÕES PARENTAIS DE JOSÉ ANTÔNIO GOMES NETO



Fontes: MESQUITA (1925); SANTOS (1995); AFBC; Testamento de Maria Francisca de Souza (1827); Testamento de José Joaquim de Souza (1829); Testamento de João Caetano Xavier da Silva Pereira (s.d).